



U

U

Livro 1

Pré-vestibular História

SISTEMA DE ENSINO
POLIEDRO

Autoria: Gilberto Elias Salomão.

Diretor executivo: Nicolau Arbex Sarkis.

Gerência editorial: João Carlos Puglisi.

Coordenação de edição técnica: Marília L. dos Santos C. Ribeiro.

Edição técnica: Equipe de editores técnicos da Editora Poliedro.

Coordenação de produção editorial: Livia Scherrer dos Santos.

Analista de produção editorial: Claudia Moreno Fernandes.

Coordenação de edição: Michelle Silva da Mata e Vivian Plascak Jorge.

Edição: Equipes de edição da Editora Poliedro.

Coordenação de revisão: Mariana Castelo Queiroz.

Revisão: Equipe de revisão da Editora Poliedro.

Coordenação de arte: Antonio Domingues e Kleber S. Portela.

Diagramação: Equipe de arte da Editora Poliedro.

Ilustrações: Equipes de ilustração e de arte da Editora Poliedro.

Coordenação de licenciamento: Ana Rute A. M. Perugini.

Licenciamento: Equipe de licenciamento da Editora Poliedro.

Projeto gráfico: Alexandre Moreira Lemes e Kleber S. Portela.

Projeto gráfico da capa: Bruno Torres e Varão Monteiro Junior.

Coordenador de PCP: Anderson Flávio Correia.

Impressão e acabamento: nywgraf Editora Gráfica Ltda.

Créditos: capa e frontispício CHAINFOTO24/Shutterstock 5 Victor Meirelles/Wikipedia
• Pedro Américo/Wikimedia Commons • Revista *O Cruzeiro* 93 Hyacinthe Rigaud/
Wikipedia • The U.S. National Archives • Mountain/Wikipedia **contracapa** Canicula/
Shutterstock.

A Editora Poliedro pesquisou junto às fontes apropriadas a existência de eventuais detentores dos direitos de todos os textos e de todas as obras de artes plásticas presentes nesta obra, sendo que sobre alguns nenhuma referência foi encontrada. Em caso de omissão, involuntária, de quaisquer créditos faltantes, estes serão incluídos nas futuras edições, estando, ainda, reservados os direitos referidos nos arts. 28 e 29 da lei 9.610/98.

SISTEMA DE ENSINO
POLIEDRO

São José dos Campos - SP
ISBN: 978-85-7901-061-3
Telefax: (12) 3924-1616
editora@sistemapoliedro.com.br
www.sistemapoliedro.com.br

Copyright © 2015
Todos os direitos de edição reservados à Editora Poliedro

SUMÁRIO

Frente 1

1	As origens da presença europeia no Brasil.....	6
	As transformações europeias na Baixa Idade Média	7
	A formação do reino de Portugal.....	8
	A expansão comercial e marítima.....	9
	O período Pré-colonial.....	13
	Revisando	14
	Exercícios propostos	14
	Textos complementares.....	20
	Exercícios complementares	22
2	Mecanismos econômicos da colonização portuguesa no Brasil nos séculos XVI e XVII	27
	As monarquias europeias na Idade Moderna.....	28
	Economia açucareira no Brasil.....	29
	Demais atividades econômicas nos séculos XVI e XVII.....	31
	Revisando	33
	Exercícios propostos	33
	Texto complementar	40
	Exercícios complementares	42
3	Aspectos políticos da colonização	48
	A administração colonial portuguesa.....	49
	A expansão territorial	50
	Ataques e invasões	54
	Revisando	57
	Exercícios propostos	58
	Texto complementar	64
	Exercícios complementares	66
4	O século XVIII.....	70
	A economia mineradora	71
	Transformações a partir da segunda metade do século XVII	73
	A crise do Sistema Colonial.....	77
	Revisando	80
	Exercícios propostos	81
	Textos complementares.....	87
	Exercícios complementares	89

Frente 2

1	Introdução ao estudo da História.....	94
	Introdução.....	95
	Divisão dos períodos históricos.....	95
	Expressões e conceitos – glossário.....	96
	A Pré-história.....	97
	Revisando.....	102
	Exercícios propostos.....	102
	Textos complementares.....	103
	Exercícios complementares.....	105
2	A Antiguidade Oriental.....	107
	O começo das civilizações.....	108
	O Egito.....	108
	As civilizações mesopotâmicas.....	110
	Economia, sociedade e aspectos culturais na Mesopotâmia.....	113
	A Palestina e os hebreus.....	114
	Os fenícios.....	116
	Os persas.....	117
	Revisando.....	119
	Exercícios propostos.....	119
	Textos complementares.....	123
	Exercícios complementares.....	125
3	A Antiguidade Clássica: o mundo greco-romano.....	128
	O mundo grego.....	129
	Roma e seu império.....	138
	Revisando.....	148
	Exercícios propostos.....	149
	Textos complementares.....	158
	Exercícios complementares.....	162
4	A Idade Média.....	167
	A Idade Média: nomenclatura e divisões.....	168
	O Império Bizantino.....	168
	O Islão.....	170
	Os reinos bárbaros.....	172
	O Feudalismo.....	176
	A igreja e as monarquias feudais.....	177
	A Baixa Idade Média: as origens da crise feudal...179	
	A Baixa Idade Média: a formação das monarquias nacionais.....	183
	A Baixa Idade Média: as crises do século XIV e do século XV.....	185
	O Renascimento cultural.....	188
	Revisando.....	191
	Exercícios propostos.....	192
	Textos complementares.....	204
	Exercícios complementares.....	208
	Cabarito.....	216



Frente 1

1

FRENTE 1

As origens da presença europeia no Brasil



Victor Meirelles. *A Primeira Missa no Brasil*, 1861. Museu Nacional de Belas-Artes, Brasil.

Alguns pressupostos são decisivos para a compreensão das características que moldaram nossa identidade: nosso passado colonial, à mercê dos interesses europeus; nossa estrutura latifundiária; nosso caráter dependente em relação às potências econômicas mundiais; e também a miscigenação, decisiva na formação na nação brasileira.

Para entender o processo de Expansão Marítima e como ele nos atinge, é preciso abordar alguns fenômenos europeus.

As transformações europeias na Baixa Idade Média

A crise do Feudalismo

A Baixa Idade Média (nome usualmente dado ao período que se abre a partir do final do século XI e início do século XII, e estende-se até o século XV) europeia teve como característica marcante o aprofundamento da crise feudal e o início de um processo que levaria, ao longo de séculos, ao desenvolvimento do Capitalismo.

Vários são os fatores e as possibilidades de explicação para a crise do modo de produção feudal. Antes de mais nada, entretanto, é importante conhecer as principais características desse modo de produção.

Entende-se por **Feudalismo** um conjunto de características econômicas, sociais, políticas e culturais, bem como a forma como elas se inter-relacionam, que predominou na Europa ao longo de toda a Idade Média, e cujos últimos rudimentos só vão ser abolidos a partir das revoluções burguesas do final do século XVIII. Entre essas características, há a predominância de uma economia agrária, voltada fundamentalmente para subsistência, a qual buscava a autossuficiência de unidades produtivas designadas comumente por **feudos**.

Tais unidades encontravam-se nas mãos de nobres, os quais impunham uma autoridade quase ilimitada sobre a terra. Em uma estrutura como essa, várias foram as decorrências inevitáveis: ocorreu a submissão da massa camponesa (**servos**) aos senhores da terra, devendo-lhes uma série de obrigações, bem como obediência; houve o esfacelamento do próprio poder, com a autoridade real sendo principalmente simbólica, reservada à liderança militar em tempos de guerra; o comércio entrou em declínio, deixando de fazer parte do cotidiano. Ao mesmo tempo, o poder da Igreja Católica ampliou-se consideravelmente, tornando-se a principal instituição medieval, seja no plano político, econômico ou cultural.

Essa estrutura começa a sofrer transformações a partir de meados da Idade Média. O caráter estático da produção, realizada num nível técnico baixíssimo, choca-se com o esgotamento das terras produtivas e com a própria ampliação da população, gerando um quadro de expansão que, ao mesmo tempo, indicava os primeiros sintomas da crise feudal.

Essa dicotomia entre expansão e crise fica clara ao analisarmos o processo das **Cruzadas**. Vistas usualmente como uma expansão política europeia, e um processo de conquistas e de expansão da fé, as Cruzadas, na verdade, apresentam uma série de outros componentes e efeitos. O simples fato de termos uma grande massa de camponeses e de setores da nobreza participando de expedições em direção ao Oriente já evidenciavam o esgotamento das terras e das estruturas produtivas feudais, e através das Cruzadas tem-se uma retomada dos contatos com o Oriente e a “reabertura” do Mediterrâneo à navegação europeia, além de um enorme afluxo de riquezas orientais para a Europa. Todos esses elementos contribuíram para a intensificação das práticas comerciais na Europa a partir do século XII.

O Renascimento comercial e urbano

Os efeitos das Cruzadas, o processo de crise feudal e, conseqüentemente, a fuga de servos e a escassez de alimentos, contribuíram para o revigoramento do comércio europeu, dando origem a um processo que é usualmente conhecido como **Renascimento Comercial e Urbano**. Trata-se, a rigor, de um termo incorreto, dado ao fato de que o comércio não havia desaparecido ao longo da Idade Média. Entretanto, é o termo consagrado pelo uso, devendo-se entender por ele o recrudescimento que se verifica nas práticas comerciais, acompanhando e, ao mesmo tempo, acentuando o processo de desagregação da ordem feudal.

Com o revigoramento do comércio, surgiram as **rotas comerciais** e as **feiras**, dando origem a novas cidades ou revigorando a vida de núcleos urbanos já existentes. Nessas cidades, usualmente tratadas pela designação de **burgos**, desenvolve-se uma nova camada de comerciantes, artesãos e banqueiros, a qual dará origem à **burguesia**.

Ao mesmo tempo, o Mediterrâneo firmava-se como o grande eixo de comércio entre a Europa e Oriente. Com isso, por razões inclusive geográficas, as cidades do norte da Itália, particularmente **Gênova** e **Veneza**, passaram a monopolizar o comércio de produtos orientais, principalmente o das tão cobiçadas **especiarias**.

Outras regiões europeias firmaram-se como importantes polos mercantis. Entre elas, poderíamos citar a região de Flandres (correspondendo basicamente à costa europeia do Mar do Norte, atuais Bélgica, Países Baixos e nordeste da França), a costa do mar Báltico e as próprias costas portuguesas.

As monarquias nacionais

Paralelamente a esse processo de desenvolvimento comercial, uma série de transformações começava a surgir na vida social e política na Europa. Em primeiro lugar, é forçoso lembrar que a crise feudal gerou uma grande instabilidade social, a qual se manifestava em revoltas e fugas de servos. Ao mesmo tempo, o surgimento e ascensão dessa nova camada social, a burguesia, representou um polo de contraposição ao poder social e político da nobreza.

Essa nobreza, enfraquecida pela própria crise feudal, passa a necessitar de um poder forte para garantir suas terras e seu poder, contendo a ascensão da burguesia e as revoltas populares. Assim, ela abre mão de sua autonomia em favor de um Estado capaz de lhe garantir tudo isso.

O comércio crescente também passa a impor uma série de novas condições. A antiga fragmentação política feudal mostrava-se incompatível com uma realidade na qual eram necessárias a existência de uma moeda única; de unidades padronizadas de peso e medida; a eliminação dos impostos feudais (impostos cobrados pelos senhores pela passagem de mercadorias por suas terras) etc. A esses elementos, soma-se o fato de o comércio, atividade que escapava ao domínio da nobreza, possibilitar ao rei estabelecer diretamente impostos que ampliavam sua arrecadação, o que permitiu a criação de um exército e de uma administração diretamente centralizados em suas mãos, independentemente do apoio e da submissão da nobreza.



Todos esses elementos, portanto, conjunaram no sentido de gerar as necessidades e a possibilidade de uma centralização efetiva do poder nas mãos dos reis. Uma monarquia centralizada significou a possibilidade concreta de abolir as fronteiras feudais, unificar os mercados internos e centralizar a atividade econômica, possibilitando a concentração de recursos em grandes investimentos mercantis, tais como a própria **Expansão Marítima**.

A formação do reino de Portugal

Origens de Portugal

A formação de Portugal na Idade Média está diretamente vinculada às lutas das populações cristãs da Península Ibérica contra o domínio árabe, conhecidas como **Guerra de Reconquista**.

Em seu processo expansionista, insuflado pela religião, os árabes penetraram na Península Ibérica no início do século VIII, após a conquista de vastas regiões do Oriente e do norte da África, e, aprofundando-se em direção ao norte, atravessaram os Pirineus em direção ao reino da França, até serem detidos na **Batalha de Poitiers**, em 732.

Derrotados, entretanto, mantiveram seus antigos domínios, consideravelmente mais fortes ao sul da Península Ibérica. Assim, as populações cristãs tenderam a se concentrar no norte da Península, região conhecida como **Astúrias**, mais tarde **Reino de Leão**, de onde partiu a luta pela expulsão dos árabes a partir da Baixa Idade Média.

Um nobre de origem francesa, chamado Henrique de Borgonha, recebeu das mãos do rei de Leão, Afonso VI, o comando

das terras situadas na costa Atlântica da península, ao sul do rio Minho, bem como a mão da filha do rei, d. Teresa, em recompensa aos serviços prestados na luta contra os mouros (designação dada aos árabes muçulmanos na Península Ibérica). São essas terras que formaram o **Condado Portucalense**, origem do reino de Portugal.

Foi um filho de Henrique de Borgonha, d. Afonso Henriques, quem, em 1139, proclamou a independência de Portugal em relação ao Reino de Leão. Essa independência foi reconhecida pelo Reino de Leão e pelo papa, sendo ele sagrado d. Afonso I, fundador da dinastia de Borgonha.



A dinastia de Borgonha

Algumas peculiaridades que cercam a dinastia de Borgonha a distinguem e, ao mesmo tempo, aproximam-na das demais monarquias medievais europeias.

Em primeiro lugar, não podemos deixar de ter em mente o fato de o reino de Portugal ter nascido sob o signo da guerra. Assim, tomava-se sempre presente a figura do rei enquanto **suserano** máximo, comandante da luta que se estendeu até o século XIV pela expulsão dos árabes de toda a região costeira da península (cabe lembrar que as relações de suserania e vassalagem foram típicas da Idade Média europeia e ligam-se às tradições dos povos germânicos. São laços fundamentalmente militares, nos quais o suserano é um superior hierárquico, tendo do vassalo a obediência e a fidelidade). Dessa forma, a descentralização política, que caracterizou os demais países europeus na Idade Média, não esteve presente em Portugal.

Da mesma forma, a luta fez com que a monarquia apoiasse a libertação de servos, para que se engajassem no Exército e para que ocupassem as regiões tomadas pelos árabes. Além disso, a necessidade constante de recursos para custear a guerra, levou os reis da dinastia de Borgonha a terem sempre os olhos voltados para a atividade mercantil que lentamente se desenvolvia na costa, bem como para a produção agrícola e a pesca.

Assim, muito antes que em qualquer outro país europeu, temos em Portugal uma monarquia centralizada politicamente, e com forte controle sobre a economia.

Em segundo lugar, não podemos nos esquecer das óbvias origens feudais da dinastia de Borgonha, de sua vinculação com a nobreza guerreira e de seus laços com os reinos que, no restante da península, dariam origem à Espanha.

De qualquer forma, à medida que a guerra contra os árabes aproximava-se do final, cada vez mais o Estado português fortalecia-se, concentrando enormes recursos, ao mesmo tempo em que as cidades ao longo da costa cresciam como produto do comércio, da pesca e dos resultados da atividade agrícola.

A Revolução de Avis

É impossível dissociar a evolução de Portugal de um quadro mais amplo que caracterizava a Europa de um modo geral. O intenso crescimento do comércio e das cidades, que vinha se verificando desde o século XII, esbarrou em uma intensa crise. Essa crise tem como componentes fundamentais a Guerra dos Cem Anos, a Peste Negra, as revoltas camponesas e a fome que se estendeu pelo continente.

Com a crise, o perigo das revoltas levou os mercadores a abandonarem, em grande parte, as rotas terrestres, passando a priorizar o comércio marítimo. Assim, algumas regiões, e entre elas Portugal, ganham uma maior importância como polos do intenso comércio que ligava a região de Flandres ao norte da Itália. Fortaleceu-se, assim, a camada mercantil que se desenvolvia nas cidades portuguesas, tomando-se mais apta a lutar pelo poder.

Essa condição é particularmente importante ao analisarmos os acontecimentos que se estendem a partir da morte do rei, d. Fernando, o Formoso, em 1383. Essa morte gerou uma crise sucessória da qual o Reino de Castela (já então o mais forte dos reinos cristãos da península e base fundamental do que

seria mais tarde a Espanha) procurou se beneficiar, de modo a conseguir incorporar Portugal aos seus domínios. Ocorre que d. Fernando morrera sem filhos homens e sua única filha mulher era casada com d. João I, rei de Castela.

Essa pretensão de Castela era apoiada pela nobreza portuguesa, porém diretamente rejeitada pela camada mercantil, a qual teria sua autonomia reduzida, e pelos setores populares, a chamada arraia miúda, que temia o fortalecimento da nobreza e, conseqüentemente, uma maior opressão.

Foi o enriquecido grupo mercantil, apoiado pela arraia miúda, quem sustentou por quase dois anos uma luta contra a nobreza e contra Castela, impondo o mestre da ordem militar de Avis, d. João, irmão bastardo de d. Fernando, como Regedor e Defensor do Reino e, em 1385, como rei de Portugal.

Esse episódio, conhecido como **Revolução de Avis**, significou, na prática, a aproximação entre a Monarquia portuguesa e o grupo mercantil, o qual passa a ter direta participação nos interesses do Estado, o que permite direcioná-lo para o desenvolvimento das práticas mercantis que, cada vez mais, tornavam-se indissociáveis da navegação.

Não é por acaso que, já no início do século XV, alguns anos após a Revolução, temos o Estado português diretamente comprometido com empreendimentos marítimos, como atesta a tomada de Ceuta no norte da África, em 1415, tomada usualmente como o marco inicial da expansão marítima portuguesa.

A expansão comercial e marítima

A expansão portuguesa

Conforme vimos, o processo de desenvolvimento do comércio, a partir do século XIV, passou a ter na navegação um elemento prioritário. Mas o século XV traria outros elementos que acentuariam a necessidade de um crescimento ainda maior dessa atividade.

A recuperação econômica que se seguiu à crise do século XIV esbarrava em alguns problemas dificilmente solucionáveis no âmbito das práticas econômicas tais como vinham sendo realizadas até ali. Em primeiro lugar, o comércio oriental através do Mediterrâneo encontrava um ponto de estrangulamento no monopólio exercido pelos italianos sobre a navegação neste mar. Tal monopólio encarecia sobremaneira as mercadorias orientais, já caras pelas dificuldades do transporte entre as Índias e Constantinopla, onde eram adquiridas pelos italianos. Além disso, esse comércio canalizava grande parte do ouro existente na Europa para o Oriente, gerando escassez de moedas e alta dos preços na Europa.

Lentamente, ampliava-se a necessidade da obtenção de novas fontes de metais preciosos e de riquezas em geral, bem como a de uma rota para as Índias que passasse pelo Mediterrâneo. São essas as principais motivações para as grandes navegações que se estendem a partir do século XV.

De um modo geral, essas necessidades são europeias, não apenas portuguesas. Quais são então os fatores que explicam o fato de Portugal ter sido o primeiro país a se aventurar em empreendimentos marítimos, a ponto de, muito antes de qualquer outro país europeu, deter um considerável império colonial?

Em primeiro lugar, a **precoce centralização política** contribuiu para isso, pois permitiu a concentração de recursos em um grande empreendimento. Além disso, temos que a **Revolução de Avis**, como vimos, significou uma aproximação entre este Estado centralizado e o grupo mercantil, interessado no desenvolvimento do comércio. A própria **localização e configuração geográfica** de Portugal representa um fator importante, dada a localização entre as principais rotas marítimas do Atlântico e do Mediterrâneo e ao fato de, sendo um país essencialmente litorâneo, já ter na navegação um importante meio de vida. Por fim, temos os **estímulos dados pelo Estado aos empreendimentos náuticos**, que permitiram o desenvolvimento intenso de **novas técnicas de navegação**. Quanto a este último elemento, convém lembrar o papel desempenhado pela **Escola de Sagres**, um centro de estudos e de desenvolvimento de técnicas navais, fundada pelo Infante d. Henrique e apoiada diretamente pelo Estado e pelos grandes comerciantes. Não se pode afirmar com certeza a existência de uma Escola de Sagres. O que se sabe é que Sagres, situada na costa sul de Portugal, tornou-se um importante entreposto comercial e marítimo, além de um centro que reunia navegadores e, portanto, um palco de trocas de conhecimentos náuticos, reunidos por d. Henrique. Foi à ação da Escola de Sagres que se deveu, entre outras coisas, o aperfeiçoamento das caravelas e a disseminação do uso da bússola e do astrolábio.

Assim, em 1415, Portugal inicia sua expansão com a **toma de Ceuta**, um importante entreposto comercial muçulmano no norte da África. Há, ao lado dos interesses mercantis, um interesse nobre nessa conquista: não apenas Ceuta era um reduto do Império Árabe, cujo poder ameaçava a fé cristã na Europa, como também de lá partiam os ataques árabes ao Mediterrâneo.

A partir daí, as conquistas portuguesas intensificaram-se no litoral da África. Em 1425, era tomada a **Ilha da Madeira**; em 1427, **Açores**; em 1434, o **Cabo Bojador**; e em 1436, o início da conquista da **Guiné**, a qual se consolidaria em 1453 (ver mapa a seguir).

Essa última data constitui-se num importante marco no processo expansionista. Esse é o ano em que Constantinopla foi tomada pelos muçulmanos. A importância desse fato está em que Constantinopla era o principal entreposto onde eram obtidas as mercadorias do Oriente pelos italianos. A conquista pelos muçulmanos significou o fim do comércio entre essa cidade e a Europa. Com isso, a busca de um caminho para as Índias através do Atlântico significava a possibilidade de obter o monopólio do comércio oriental.

Não por acaso, a partir da segunda metade do século XV, a atividade marítima portuguesa concentrou-se na busca desse caminho. Essa busca encontrava como obstáculo maior o quase total desconhecimento geográfico que caracterizou a vida europeia na Idade Média. O isolamento feudal havia gerado o abandono dos conhecimentos geográficos da Antiguidade, gerando a visão de um mundo estático, imóvel, plano, do qual apenas se conhecia a Europa, o norte da África e as regiões menos remotas do Oriente. Essa visão geocêntrica e estática, diretamente disseminada pela Igreja Católica, só começa a ser questionada ao final da Idade Média, por cientistas ligados ao Renascimento

Cultural. Porém, o predomínio ideológico e político da Igreja ainda era um entrave à difusão das novas ideias, assim como contribuía para gerar toda uma série de lendas que se constituíam em obstáculos aos empreendimentos náuticos.

Assim, não se sabia sequer da possibilidade real de contornar o continente africano em direção ao Oriente. É por isso que a chegada de **Bartolomeu Dias ao Cabo das Tormentas** (rebatizado com o nome de **Cabo da Boa Esperança**), em 1488, assumiu uma importância capital. Trata-se, ou ao menos se acreditava tratar, do ponto mais ao sul do continente africano. Contorná-lo significou, na época, a prova de que o obstáculo representado pela África podia ser vencido e que a chegada ao Oriente seria, a partir dali, uma simples questão de tempo. Mais que isso, a prova de que era possível vencer as dificuldades de navegação na região, dificuldades essas que justificavam o próprio nome original dado ao Cabo pelos portugueses.

Com efeito, dez anos depois, **Vasco da Gama funda as primeiras feitorias portuguesas nas Índias**, em Calicute, consolidando os objetivos fundamentais do expansionismo português. Era a rota para as Índias que estava conquistada, restando agora apenas assegurar o monopólio sobre ela.



A expansão espanhola

A primeira navegação espanhola de vulto foi justamente a viagem de Colombo, em 1492, durante a qual o navegador genovês chegou à América Central, em 12 de outubro, data reconhecida como a do descobrimento da América.

Se comparada à expansão portuguesa, veremos que a Espanha apresenta um “atraso” de mais de três quartos de século em se lançar aos empreendimentos náuticos. Duas razões fundamentais explicam esse atraso. Em primeiro lugar, ao contrário da região da costa do Atlântico, na qual a luta contra os árabes deu origem à precoce formação de um reino centralizado

(Portugal), o restante da Península Ibérica havia se fragmentado em quatro reinos com interesses próprios e, por vezes, conflitantes, os Reinos de **Castela, Leão, Navarra e Aragão**. É somente em 1463, com o casamento entre Fernando, rei de Aragão, e Isabel, rainha de Castela, que teremos uma relativa unidade política na região. Mesmo assim, uma questão continuava concentrando prioritariamente os esforços da nova monarquia espanhola: a continuidade da luta contra os árabes, luta que se estendeu até o ano de 1492, quando o último reduto da presença árabe na Península, a região de Granada, foi tomado pela Espanha.

Em segundo lugar, mesmo a paz interna e a unidade política não garantiam à Espanha a possibilidade de se aventurar em busca de uma rota para as Índias. A razão para isso encontra-se na assinatura entre os reinos de Portugal e Espanha, em 1480, do **Tratado de Toledo**. Tal tratado assegurava aos espanhóis a posse de todas as terras descobertas ou a descobrir ao norte das Canárias, e aos portugueses as terras ao sul. Com isso, as ilhas Canárias passavam para o domínio espanhol, mas, em contrapartida, dava-se aos portugueses, na prática, o monopólio da única rota possível, até ali, para as Índias.

É esta a razão que explica o fato de a monarquia espanhola ter depositado um investimento nas ideias defendidas pelo navegador genovês Cristóvão Colombo. Italiano de nascimento, muito mais próximo, portanto, da tradição e dos novos conhecimentos renascentistas, entre eles as concepções heliocêntricas de Galileu, Colombo sustentava que a Terra era esférica e que, portanto, navegando-se em linha reta acabar-se-ia retornando ao ponto de partida. Assim, seria possível atingir as Índias navegando-se em direção oposta, ou seja, em direção ao Ocidente.

Sabemos que Colombo já havia oferecido seus serviços ao reino de Portugal. A recusa portuguesa pode ser facilmente entendida quando lembramos que, à esta época, Bartolomeu Dias já havia comprovado a possibilidade do périplo africano.

Mesmo o governo espanhol não parece ter depositado grande fé nas ideias de Colombo, como atesta o fato de terem sido dadas a ele apenas três caravelas (a título de comparação, lembramos que, oito anos depois, a expedição comandada por Cabral deixou Portugal com 13 caravelas, todas muito maiores e muito mais bem equipadas que as naus de Colombo).

De qualquer forma, em 12 de outubro de 1492, Colombo chegava à **Ilha de Guanaani**, hoje San Salvador. Somente mais tarde descobriu-se que tal feito significava, na verdade, a descoberta de um novo continente, mas, de imediato, deu origem a uma acirrada disputa entre Portugal e Espanha pela posse das terras a serem descobertas.

Os tratados ibéricos

Evidentemente, a descoberta de Colombo tornava o antigo Tratado de Toledo letra morta. Fazia-se necessário o estabelecimento de novos limites entre as posses espanholas e portuguesas. Assim, em 1493, os reis da Espanha obtinham o apoio do papa Alexandre VI, espanhol de nascimento, na edição da **Bula Inter Coetera**. A Bula determinava uma divisão do mundo ultramarino, tomando-se por base um limite a 100 léguas a oeste de Cabo Verde. As terras situadas a oeste dessa linha imaginária caberiam à Espanha, ficando Portugal com as terras a leste dessa linha.

A oposição portuguesa a essa Bula levou à sua revogação e à assinatura, em 1494, do **Tratado de Tordesilhas**. Pelos termos do novo Tratado, deslocava-se para 370 léguas a oeste de Cabo Verde o limite entre os domínios portugueses e espanhóis.

Pode-se estabelecer uma discussão acerca das razões que levaram os portugueses a lutar pela revogação da Bula e para a ampliação do espaço Atlântico que a eles caberia. Argumenta-se quanto ao conhecimento ou não, por parte dos portugueses, da existência de terras a oeste. Há argumentos que justificam qualquer uma das posições. Entrementes, uma questão parece-nos clara. A atitude portuguesa liga-se muito mais à necessidade de salvaguardar o domínio da rota atlântica para as Índias do que ao interesse por novas terras. A própria conduta portuguesa de, mesmo após a posse das terras brasileiras, ter praticamente deixado de lado a exploração do Brasil em benefício das Índias (como veremos logo à frente) mostra claramente quais eram as prioridades portuguesas neste momento.

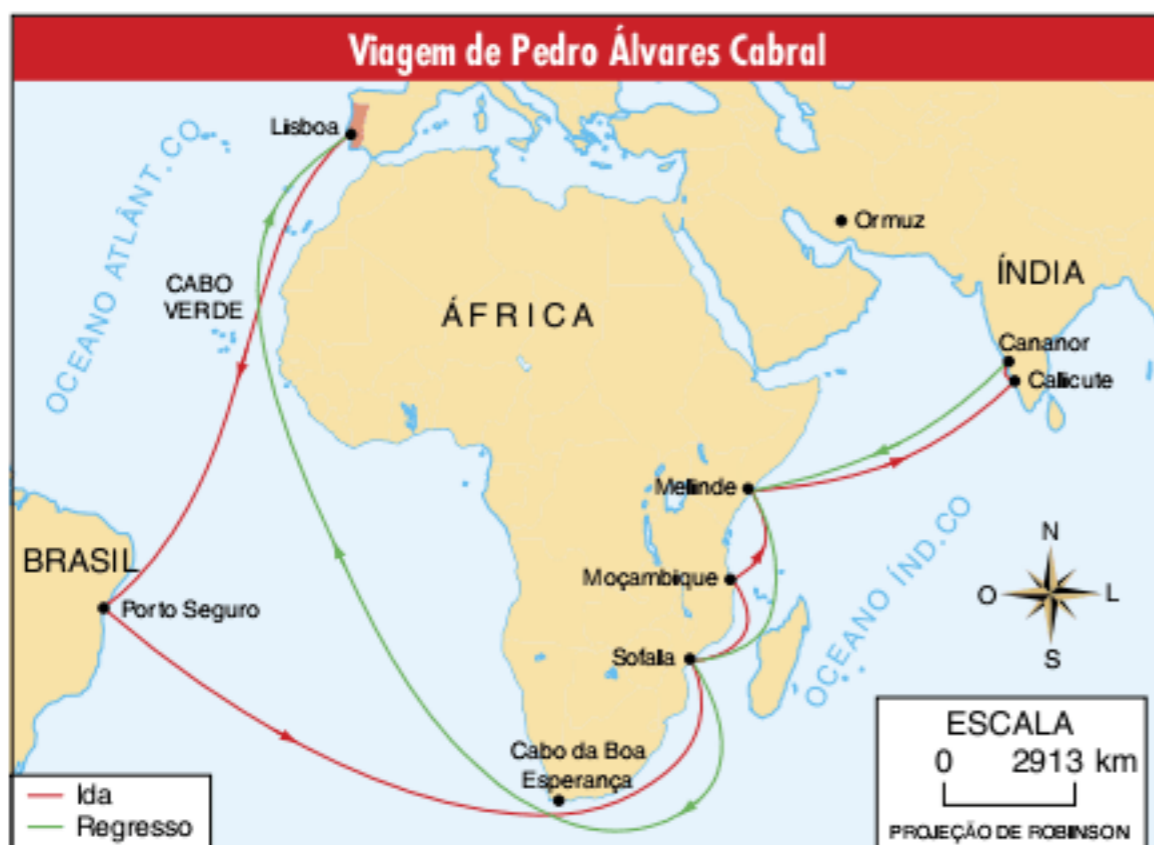
Cabral e o Brasil

Em 9 de março de 1500, uma frota deixou o porto de Lisboa. Trata-se da maior e mais equipada frota que já fora montada pelos portugueses. Contava com 13 caravelas, todas construídas diretamente para essa empreitada, fortemente armadas e equipadas com o que havia de mais recente em termos de instrumentos náuticos. Reunia a nata dos navegadores portugueses e seu comando havia sido entregue a um chefe militar de origem nobre, chamado Pedro Álvares Cabral.

Ostensivamente, essa expedição tinha por objetivo estabelecer o total domínio português nas costas da Índia, assegurando o monopólio na obtenção e no comércio de especiarias. Assim, sua rota deveria ser, em tese, a mesma seguida dois anos antes por Vasco da Gama.



Tratado de Tordesilhas



Entretanto, na altura da região de Açores, a expedição desviou-se cada vez mais em direção a Oeste, até que, em 22 de abril do mesmo ano, aportava onde hoje é o litoral da Bahia. Sintomaticamente, vemos que essa chegada deu-se em terras que, uma vez descobertas, pertenceriam a Portugal, segundo o Tratado de Tordesilhas.

Em decorrência disso, toda uma controvérsia mantém-se até hoje quanto à **intencionalidade** ou **casualidade** da chegada dos portugueses ao Brasil. Por um lado, argumenta-se que a razão para o desvio de rota deveu-se à tentativa de Cabral de evitar uma região de calmarias (sem ventos) na altura do Golfo da Guiné. Por outro lado, afirma-se que vários indícios mostram que os portugueses já conheciam ou intuam a existência de terras e que a chegada de Cabral ao Brasil era um segundo objetivo, não declarado da expedição.

O que se sabe, de concreto, é que, após a posse das novas terras em nome de Portugal e de um rápido reconhecimento de suas potencialidades econômicas (reunido em um “inventário”, a célebre carta de Pero Vaz de Caminha), Cabral enviou uma única caravela a Portugal, para dar ao rei a notícia da posse, e rumou com as onze restantes (uma havia se perdido no trajeto até o Brasil) para as Índias, cumprindo seu objetivo inicial e declarado.

França, Inglaterra e Holanda

Várias são as razões que justificam a demora dos demais países europeus em entrar na luta pela posse de domínios coloniais. No caso de França e Inglaterra, a razão fundamental encontra-se no desgaste provocado pela Guerra dos Cem Anos, a qual, encerrada em 1453, enfraqueceu economicamente ambos os países.

A Holanda, por sua vez, era parte do Império Espanhol, colhendo indiretamente os frutos das conquistas através da intensificação do seu próprio comércio.

Entretanto, seria impossível a esses países manterem-se por muito tempo à margem das fantásticas possibilidades e efeitos abertos pela conquistas ultramarinas. A partir de 1515, o rei francês Francisco I contestava duramente a partilha do mundo ultramarino entre Portugal e Espanha. A França passou a enviar expedições que, além do saque de riquezas americanas, acabaram por possibilitar-lhe o domínio de vastas extensões da América do Norte, embora suas tentativas no Brasil tenham sido frustradas. A Inglaterra, por sua vez, concentrou sua iniciativa no incentivo à atividade de corsários (piratas a serviço do Estado), a partir do século XVI, e no reinado de Elisabeth I voltou à consolidação de seu domínio sobre a costa sudeste da América do Norte, dando origem aos Estados Unidos.



0 período Pré-colonial

0 Império Colonial português nas Índias

Os primeiros anos que se seguem ao “descobrimento” são marcados por um relativo desinteresse português em relação ao Brasil, ao mesmo tempo em que grande parte da iniciativa portuguesa concentrava-se no Oriente.

A explicação para tal fato é simples, se levarmos em consideração os objetivos mercantis dos Estados europeus em geral e de Portugal em particular.

Antes de mais nada, é interessante lembrar que, considerados seus objetivos iniciais, a própria viagem de Colombo constituiu-se num fracasso. O objetivo econômico (atingir as Índias) não foi alcançado. Não foi alcançado nem mesmo um possível objetivo científico, o de provar a esfericidade da Terra. Ao mesmo tempo, os portugueses centravam todos os esforços naquilo que realmente era compensador a curto prazo, o estabelecimento de um monopólio no comércio com as Índias.

Em oposição a um território virgem; um solo e clima desconhecidos; uma população nativa hostil; o isolamento em relação às principais rotas de navegação; todos esses elementos presentes em qualquer análise que se referisse às terras da América, as Índias apresentavam uma produção já estabelecida e produtos de larga aceitação no mercado europeu, o que impunha aos portugueses unicamente o trabalho de compra e revenda dos produtos e de manutenção militar desse monopólio.

Não é um acaso, portanto, que, ao mesmo tempo em que Portugal estabelece toda uma série de ações em relação ao Oriente (criação da Casa da Mina e da Casa da Índia, criação do Conselho da Índia, estabelecimento de feitorias ao longo de toda a costa indiana etc.), as iniciativas em relação ao Brasil limitam-se a algumas expedições de reconhecimento e guarda-costas e à exploração do pau-brasil, única riqueza explorável de imediato, sem custos para a Coroa.

0 extrativismo do pau-brasil

Essa atividade constituiu-se, de um modo geral, na única forma de exploração econômica portuguesa sobre o Brasil durante os trinta primeiros anos após o descobrimento.

Era feita de forma rudimentar, utilizando-se a **mão de obra indígena livre**, em um regime conhecido com o nome de **escambo** (a troca não monetária). Os indígenas **apresavam** o pau-brasil e o transportavam até feitorias estabelecidas pelos portugueses na costa, onde trocavam por mercadorias europeias (bugigangas).

A exploração do pau-brasil constituía-se em **estanco régio**, ou seja, monopólio da Coroa, que cedia os direitos de exploração a particulares através de um pagamento inicial e de participação nos lucros do negócio.

É importante notar o caráter **predatório** de tal atividade, a qual se concentra unicamente na exploração, sem implantação de novos recursos e sem qualquer caráter colonizador efetivo, não gerando, portanto, povoamento do território ou quaisquer iniciativas administrativas mais sérias por parte dos portugueses.

Entretanto, novos elementos levariam à mudança da atitude portuguesa. Em primeiro lugar estão os ataques árabes ao Índico, que tornavam o custo da manutenção do Império colonial nas Índias extremamente alto e elevaram o preço das especiarias. Em segundo, há a própria recuperação econômica da Europa, com o estabelecimento de atividades produtivas em várias regiões, o que tornava os produtos orientais não mais tão atraentes ao mercado europeu.

Há, ainda, as iniciativas dos países aliados da partilha colonial pelo Tratado de Tordesilhas, que ampliavam-se cada vez mais. Ataques de piratas e corsários, sobretudo franceses, eram frequentes, ameaçando o próprio domínio português sobre o território. A defesa contra esses ataques era dificultada pela extensão da costa, e as expedições enviadas para tal fim, como a de **Cristóvão Jacques**, embora eficientes no trato com os piratas aprisionados, eram insuficientes para deter tal ameaça.

Assim, à necessidade de defender e assegurar a posse do território, somava-se a necessidade portuguesa de obter uma fonte de lucros que substituísse o decadente comércio oriental. São essas as razões que explicam a mudança na política portuguesa, ao decidir iniciar a colonização efetiva do território brasileiro. Entenda-se por colonização a ocupação e exploração efetiva do território, com fixação dos colonos nas terras, criação de povoados e de fortificações que se estenderiam por toda a costa etc. São esses os objetivos de d. João III ao enviar a expedição comandada por **Martin Afonso de Souza**, em 1530, a qual, não por acaso, é chamada de **primeira expedição colonizadora**.

Apresar

Aprisionar, capturar, tomar.

Revisando

1 Que relações podemos estabelecer entre o crescimento do comércio que se verificou a partir da Baixa Idade Média e a Expansão Marítima?

2 Qual o papel exercido pelas monarquias nacionais no processo de Expansão Marítima?

3 Qual o papel da Revolução de Avis para o desenvolvimento comercial em Portugal?

4 Quais razões explicam a pressão portuguesa para a revogação da Bula Inter Coetera e sua substituição pelo Tratado de Tordesilhas?

5 Qual a forma de mão de obra utilizada no Brasil para a extração do pau-brasil durante as primeiras décadas da presença portuguesa?

Exercícios propostos

1 De que formas, e por quais razões, o desenvolvimento do comércio, que se verificou ao longo da Baixa Idade Média, levou à centralização do poder real?

2 Quais as razões que explicam a importância das cidades italianas na Baixa Idade Média?

3 O que foi a crise do século XV e de que maneira ela levou às Grandes Navegações?

4 Por que afirmamos que as Cruzadas são, ao mesmo tempo, um processo de expansão e um reflexo da crise feudal?

5 **FGV** Leia o texto a seguir.

Durante o século XII, toda a extensão da Flandres converteu-se em um país de tecelões e batedores. O trabalho de lã, que até então se havia praticado somente nos campos, concentra-se nas aglomerações mercantis que se fundam por toda parte e anima um comércio cujo progresso é incessante. Formam-se assim as incipientes manufaturas de Bruges, Ypres, Lille, Douai e Arras [...]

Henri Pirenne.

Podemos relacionar o conteúdo desse texto com:

(a) as invasões bárbaras, que aceleraram a formação das vilas durante o Baixo Império Romano.

(b) o Renascimento Comercial que atingiu a Europa a partir do século XI.

(c) a mudança nos eixos fundamentais da atividade urbana europeia como decorrência da Peste Negra.

(d) as mudanças na economia europeia que exigiram mudança na estrutura feudal.

(e) as ligas de mercadores que se formam a partir das Cruzadas.

6 As cidades medievais desenvolveram-se ao longo dos séculos XI e XII em razão:

(a) da ampliação do comércio interno e externo europeu.

(b) da necessidade dos senhores feudais de se livrarem de parte das suas terras.

(c) do amparo dado pela Igreja aos burgueses.

(d) da compra de sua liberdade pelos vilões.

(e) dos efeitos da nova cultura renascentista.

7 A queda do sistema feudal pode ser atribuída:

(a) ao enfraquecimento da burguesia.

(b) ao aumento do poder da Igreja.

(c) ao Renascimento Cultural e à Reforma Protestante.

(d) ao esgotamento das forças produtivas feudais.

(e) ao fortalecimento da nobreza com a centralização do poder político.

8 Quais razões explicam a importância do comércio de especiarias na Europa na Baixa Idade Média?

9 A Baixa Idade Média é o período em que já se começava a observar os primeiros sintomas de crise do Feudalismo e em que o comércio começava a despontar como atividade econômica importante. Entre as características desse período seria incorreto incluir:

- (a) as Cruzadas, ao mesmo tempo um sintoma e um agravante da crise feudal.
- (b) o surgimento das feiras e das rotas comerciais como um importante agente propulsor do comércio.
- (c) o predomínio econômico das cidades italianas por causa da importância do Mediterrâneo como via de comércio entre Europa e Oriente.
- (d) o fortalecimento do poder político dos senhores feudais, dada à necessidade de impor uma resistência ao avanço da camada mercantil.
- (e) a organização da produção urbana através das corporações de ofício, oficinas e guildas.

10 As Cruzadas influenciaram decisivamente na história da Europa na Baixa Idade Média. A mais significativa de suas consequências foi:

- (a) a retomada da navegação em larga escala dos europeus no Mediterrâneo, possibilitando a reativação dos contatos entre Ocidente e Oriente e intensificando o comércio na Europa.
- (b) um novo cisma do Cristianismo, com o início da Reforma Protestante a partir do século XVI.
- (c) a conquista dos lugares sagrados do Cristianismo situados na Ásia Ocidental.
- (d) a reunificação das Igrejas Católica Romana e Ortodoxa, separadas em 1054 pelo Cisma do Oriente.
- (e) o declínio do comércio, o desaparecimento da vida urbana e a descentralização política na Europa.

11 Leia.

Durante os cem anos que se seguiram, uma crise geral iria abalar todo o continente europeu. Veremos que esta crise, retrospectivamente, apareceu como linha divisória dos destinos da Europa. As suas causas estão ainda por estudar e analisar de modo sistemático, embora os elementos do fenômeno estejam já bem determinados. O fator mais profundo desta crise geral reside, provavelmente, porém, no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite das suas capacidades últimas. Parece particularmente claro que o motor básico que impulsionara durante três séculos toda a economia feudal, a recuperação das terras incultas, acabou por levá-lo para além dos limites objetivos da estrutura do terreno e da sociedade. A população continuava a aumentar, enquanto era cada vez menor a rentabilidade das terras marginais, ainda suscetíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioravam-se devido aos erros de exploração e ao caráter febril dessas atividades.

Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*.

A leitura do texto nos permite concluir que:

- (a) as causas mais profundas da crise feudal devem ser encontradas em elementos que fogem totalmente da estrutura feudal, tais como o esgotamento das terras.
- (b) a crise feudal deve ser compreendida à luz do próprio esgotamento do sistema, que havia chegado ao seu limite máximo de capacidade produtiva.
- (c) o principal elemento gerador da crise é a expansão demográfica que a Europa conheceu a partir do século X.
- (d) não há relação entre o baixo nível técnico e a crise do Feudalismo.
- (e) a crise feudal é um dos elementos que vai impedir o processo de expansão comercial.

12 Entre as características que marcaram a vida europeia na Baixa Idade Média, não seria correto incluir:

- (a) o apogeu do Sistema Feudal.
- (b) o Renascimento Comercial e Urbano.
- (c) as Cruzadas.
- (d) a formação das Monarquias Nacionais.
- (e) as cidades e a formação da burguesia.

13 Não pode ser considerado como um fator do Renascimento Comercial que ocorre na Europa a partir do século XI:

- (a) a crise do modo de produção feudal, motivada pela superexploração dos trabalhadores, através das relações servis de produção.
- (b) uma maior disponibilidade de mão de obra em virtude do aumento populacional e da estagnação da produção servil.
- (c) a predominância cultural e ideológica da Igreja, com a valorização da vida extraterrena, a condenação da usura e sua posição em relação ao “justo preço” das mercadorias.
- (d) o movimento cruzadista que se estendeu até meados do século XIII.
- (e) a aquisição das “Cartas de Franquia”, o que fortalecia as cidades e libertava a nascente burguesia das obrigações e tributos feudais.

14 As feiras da Idade Média constituíam-se em:

- (a) um instrumento de comércio local das cidades para o abastecimento cotidiano de seus habitantes.
- (b) áreas exclusivas de câmbio das diversas moedas europeias.
- (c) centros de comércio de amplitude continental que dinamizaram a economia da época.
- (d) locais fixos de comercialização de produtos dos feudos.
- (e) instituições carolíngias para renascimento do comércio abalado pelo domínio árabe no Mediterrâneo.

15 Entre as causas da desagregação da ordem econômica feudal é possível mencionar:

- (a) a intensa capitalização realizada pelos artesãos medievais e a criação de grandes unidades industriais, as quais acabaram subvertendo a economia feudal.
- (b) o desinteresse da nobreza e do clero pela manutenção do Feudalismo, pois esses setores acabaram beneficiando-se com o advento de uma sociedade baseada no lucro.

- (c) o surgimento de corporações de ofício e a substituição do “justo preço”, que restringia as possibilidades de lucro, pelo preço de mercado.
- (d) a substituição gradativa do trabalho escravo pelo trabalho assalariado dentro do feudo.
- (e) o revivescimento do comércio e a conseqüente circulação monetária que abalaram a autossuficiência da economia feudal.

16 As transformações econômicas ocorridas na Europa na Baixa Idade Média tiveram como consequência:

- (a) o crescimento demográfico e a formação de centros urbanos.
- (b) a decadência dos serviços especializados e a crise das corporações de ofício.
- (c) o aumento da migração para o campo e a decadência das cidades.
- (d) o fortalecimento das reservas senhoriais e a cobrança de impostos em serviços e produtos.
- (e) a manutenção das técnicas de exploração agrícola e o abandono definitivo das obrigações servis.

17 O século XIV é conhecido como século de crise e de grande depressão, em quase todos os setores da vida no Ocidente. Explique as principais razões dessa crise.

18 A partir do século XI, na Europa, os poderes monárquicos foram lentamente se reconstituindo e em torno deles surgiram os modernos Estados Nacionais. Explique as razões desse processo de centralização política.

19 Quais razões explicam a precoce centralização política que se verifica em Portugal, durante a Idade Média?

20 Quais as principais características da dinastia Borgonha e em que ela se aproxima e se difere das demais monarquias europeias medievais?

21 O que foi a Revolução de Avis e qual sua importância para o desenvolvimento posterior de Portugal?

22 Dê exemplos concretos da participação do Estado enquanto instrumento do desenvolvimento econômico e, particularmente comercial, em Portugal.

23 “Portugal e Espanha se empenharam em procurar um novo caminho para chegar às Índias e fazer o comércio das especiarias sem depender dos italianos.”

Quais foram os motivos que fizeram Portugal se destacar como o primeiro nas grandes navegações?

24 Acerca da expansão marítima comercial implementada pelo reino português, podemos afirmar que:

- (a) a conquista de Ceuta marcou o início da expansão, ao possibilitar a acumulação de riquezas para a manutenção do empreendimento.

(b) a conquista da Baía de Arguim permitiu a Portugal montar uma feitoria e manter o controle sobre importantíssima rota comercial intra-africana.

(c) a instalação da feitoria de São Paulo de Luanda possibilitou a montagem de grande rede de abastecimento de escravos para o mercado europeu.

(d) o domínio português de Piro e Sidon e o conseqüente monopólio de especiarias do Oriente Próximo tornaram desinteressante a conquista da Índia.

(e) a expansão da lavoura açucareira escravista na Ilha da Madeira, após 1510, aumentou o preço dos escravos, tanto nos portos africanos quanto nas praças brasileiras.

25 A Revolução de Avis possibilitou que Portugal tivesse uma posição pioneira na Expansão Marítima em virtude:

(a) do domínio lusitano sobre as rotas que ligavam o Mediterrâneo aos centros comerciais do Mar do Norte.

(b) da política seguida por d. Fernando, o Formoso, apoiando as expedições marítimas.

(c) da influência que a camada mercantil passou a ter junto ao poder central.

(d) da liberalização do processo político como forma de superar a crise feudal.

(e) da perda de controle pelo Estado sobre as práticas capitalistas.

26 De que forma a crise geral do século XIV contribuiu para o desenvolvimento econômico de Portugal?

27 Quais as razões que explicam o fato de a camada mercantil portuguesa ter se colocado violentamente contra as pretensões de Castela e da nobreza portuguesa de incorporar Portugal aos domínios castelhanos?

28 Assinale a alternativa na qual há uma relação incorreta entre o acontecimento e sua época na história de Portugal:

(a) século VIII: invasão da Península Ibérica pelos árabes.

(b) século XII: nascimento do Condado Portucalense.

(c) século XV: início da expansão portuguesa.

(d) século XIV: expulsão dos árabes do território português.

(e) século XVI: Revolução de Avis e consolidação do reino de Portugal.

29 O descobrimento do Brasil foi parte do plano imperial da Coroa Portuguesa, no século XV. Embora não houvesse interesse específico de expansão para o Ocidente:

(a) a posse de terras no Atlântico Ocidental consolidava a hegemonia portuguesa neste oceano.

(b) o Brasil era uma alternativa mercantil ao comércio português no Oriente.

(c) o desvio da esquadra de Cabral seguia a mesma inspiração de Colombo para chegar às Índias.

(d) a procura de terras no Ocidente foi uma reação de Portugal ao Tratado de Tordesilhas, que o afastava da América.

(e) essa descoberta foi mero acaso, provocado pelas intempéries que desviaram a esquadra da rota da Índia.

30 Fuvest *Antigamente a Lusitânia e a Andaluzia eram o fim do mundo, mas agora, com a descoberta das Índias, tornaram-se o centro dele.* Essa frase, de Tomás de Mercado, escritor espanhol do século 16, referia-se:

- (a) ao poderio das monarquias francesa e inglesa, que se tornaram centrais desde então.
- (b) à alteração do centro de gravidade econômica da Europa e à importância crescente dos novos mercados.
- (c) ao papel que os portos de Lisboa e Sevilha assumiram no comércio com os marajás indianos.
- (d) ao fato de a América ter passado a absorver, desde então, todo o comércio europeu.
- (e) ao desenvolvimento da navegação a vapor, que encurtava distâncias.

31 Sobre o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, pode-se afirmar que o objetivo era:

- (a) demarcar os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial marítima.
- (b) estimular a consolidação do reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e da formação do exército nacional.
- (c) impor a reserva de mercado metropolitano, por meio da criação de um sistema de monopólios que atingia todas as riquezas coloniais.
- (d) reconhecer a transferência do eixo do comércio mundial do Mediterrâneo para o Atlântico, depois das expedições de Vasco da Gama às Índias.
- (e) reconhecer a hegemonia anglo-francesa sobre a exploração colonial, após a destruição da Invencível Armada de Felipe II, da Espanha.

32 PUC-SP *Numa época em que ouvir valia mais do que ver, os olhos enxergavam primeiro o que se ouvira dizer; tudo quanto se via era filtrado pelos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas, de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido.*

Laura de Mello e Souza. *O diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p. 21-2.

O fragmento anterior refere-se à chegada dos europeus à América. É possível identificar a tendência a que a autora se refere:

- (a) na divisão político-administrativa em capitanias hereditárias e na proposta posterior de governos gerais.
- (b) em documentos e cartas que detalhavam as ações e interesses na produção açucareira do nordeste brasileiro.
- (c) na negociação que definiu o limite entre as áreas de colonizações portuguesa e espanhola na América do Sul.
- (d) em desenhos, pinturas e relatos de viajantes que mostravam animais e plantas inexistentes no Brasil.
- (e) em inúmeras tentativas de invasão do Brasil colonial por outros países europeus, especialmente a França.

33 UEL Para compreender a expansão marítima nos séculos XV e XVI, é necessário considerar a importância da cartografia.

Sobre o tema, é correto afirmar que os cartógrafos representaram o mundo:

- (a) valendo-se de conhecimentos acumulados e transmitidos por meio da Filosofia, da Astronomia e da experiência concreta.
- (b) desconhecendo o valor político de sua arte de cartografar para os rumos da rivalidade castelhano-portuguesa.
- (c) ignorando a hagiografia medieval e as crenças na existência de monstros marinhos e de correntes de ventos nos oceanos.
- (d) confirmando os conhecimentos estáticos sobre o planeta, resultantes da observação direta dos espaços desconhecidos.
- (e) anotando nos mapas pontos geográficos, longitudes e latitudes com exímia precisão, em função dos eficazes instrumentos de navegação.

34 O que queremos afirmar quando dizemos que, do ponto de vista de seus objetivos imediatos, a viagem de Colombo constituiu-se em um fracasso?

35 PUC-SP

*Quem quer passar além do Bojador,
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.*

Fernando Pessoa. "Mar Português". In: *Obra poética*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960. p. 19.

O trecho de Fernando Pessoa fala da expansão marítima portuguesa. Para entendê-lo, devemos saber que:

- (a) "Bojador" é o ponto ao extremo sul da África e que atravessá-lo significava encontrar o caminho para o Oriente.
- (b) a "dor" representa as doenças, desconhecidas dos europeus, mas existentes nas terras a serem conquistadas pelas expedições.
- (c) o "abismo" refere-se à crença, então generalizada, de que a Terra era plana e que, em um determinado ponto, acabaria fazendo cair os navios.
- (d) menção a "Deus" indica a suposição, à época, e que o Criador era contrário ao desbravamento dos mares e que puniria os navegadores.
- (e) o "mar" citado é o oceano Índico, onde estão localizadas as Índias, objetivo principal dos navegadores.

36 Uerj *Ao chegar a Calicute, em 1498, o navegador português Vasco da Gama aguardou que embarcações locais se aproximassem das naus e mandou um membro da tripulação para terra, o degredado João Nunes. Este encontrou no porto dois comerciantes tunisinos, que sabiam falar castelhano e genovês, travando o seguinte diálogo, registrado por um português anônimo:*

– Ao diabo que te dou; quem te trouxe cá?

E perguntaram-lhe o que vínhamos buscar tão longe. E ele respondeu:

– Vimos buscar cristãos e especiaria.

John Villiers. "Vasco da Gama, o Preste João das Índias e os cristãos de São Tomé." In: *Oceanos, Vasco da Gama*. Lisboa, 1998. (Adapt.).

- a) Justifique por que “buscar especiaria” foi uma importante motivação econômica da Expansão Marítima portuguesa.
- b) Identifique duas ações voltadas para a expansão da fé cristã, que tenham sido empreendidas pelos portugueses nos seus domínios coloniais.

37 Unifesp *Se como concluo que acontecerá, persistir esta viagem de Lisboa para Calicute, que já se iniciou, deverão faltar as especiarias às galés venezianas e aos seus mercadores.*

Diário de Girolamo Priuli, jul. 1501.

Essa afirmação evidencia que Veneza estava:

- (a) tomada de surpresa pela chegada dos portugueses à Índia, razão pela qual entrou em rápida e acentuada decadência econômica.
- (b) acompanhando atentamente as navegações portuguesas no Oriente, as quais iriam trazer prejuízos ao seu comércio.
- (c) despreocupada com a abertura de uma nova rota pelos portugueses, pois isto não iria afetar seu comércio e suas manufaturas.
- (d) impotente para resistir ao monopólio que os portugueses iriam estabelecer no comércio de especiarias pelo Mediterrâneo.
- (e) articulando uma aliança com outros estados italianos para anular os eventuais prejuízos decorrentes das navegações portuguesas.

38 O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494:

- (a) foi elaborado segundo os mais modernos conhecimentos cartográficos, baseados nas teorias do geógrafo e astrônomo grego Ptolomeu.
- (b) foi respeitado pelos portugueses até o século XVIII, quando novas negociações resultaram no Tratado de Madrid.
- (c) nasceu de uma atitude inovadora na época: a de resolver problemas políticos entre nações concorrentes pela via diplomática.
- (d) resultou da ação dos monarcas espanhóis, que resistiram à adoção da *Bula Inter Coetera*, contrária aos seus interesses.
- (e) surgiu da necessidade de definir a posse do território brasileiro disputado por Portugal e Espanha.

39 Faça uma sequência cronológica, assinalando os principais marcos da Expansão Marítima portuguesa e, a seguir, defina qual seu sentido geral.

40 Qual a importância, para Portugal, da assinatura do Tratado de Toledo e da própria luta para que o limite divisório entre os domínios ultramarinos portugueses e espanhóis fosse estendido de 100 léguas a oeste de Cabo Verde (segundo a *Bula Inter Coetera*) para 370 léguas, como ficou estabelecido no Tratado de Tordesilhas?

41 Como se explica o atraso dos países não ibéricos no processo de Expansão Marítima?

42 A chegada de Vasco da Gama às Índias, em 1498, foi o resultado:

- (a) de um plano cuidadoso e previamente elaborado pelo Infante d. Henrique.

- (b) da experiência acumulada na exploração do litoral africano ao longo de todo o século XV.
- (c) da tomada de Constantinopla pelos otomanos em 1453.
- (d) de um acidente, pois naquele momento o objetivo português era atingir a América.
- (e) de um acidente, pois Vasco da Gama não conseguiu repetir a rota descrita por Bartolomeu Dias.

43 A crise europeia dos séculos XIV e XV constituiu um bloqueio ao desenvolvimento da economia de mercado. A superação desse problema foi realizada através da:

- (a) isenção de tributos para as cidades.
- (b) do fortalecimento das corporações de ofício.
- (c) da expansão marítima.
- (d) dos incentivos à lavoura feudal.
- (e) das Cruzadas.

44 Podemos afirmar que a expansão comercial e marítima europeia e a formação das monarquias nacionais são processos que mantêm íntima conexão porque:

- (a) a constituição dos modernos Estados consolidou a aliança entre a Coroa e a burguesia mercantil.
- (b) ao mesmo tempo em que a formação dos Estados centralizados constituiu-se em um pré-requisito à expansão, o Estado fortaleceu-se ao incorporar regiões de ultramar.
- (c) a adoção de práticas mercantilistas, regulando as atividades mercantis, atendia simultaneamente aos interesses dos comerciantes e do Estado.
- (d) tanto a Coroa quanto os comerciantes viam a expansão como uma forma de ampliação de riquezas.
- (e) todas as afirmações anteriores estão corretas.

45 Dos fatos a seguir, um não foi característico da Revolução Comercial:

- (a) mercantilismo.
- (b) criação de companhias de comércio.
- (c) ascensão do capitalismo.
- (d) tomada do poder pela burguesia.
- (e) ampliação das fronteiras comerciais do Mundo Ocidental.

46 Leia atentamente o texto a seguir:

1505 – Nomeação do primeiro Vice-rei da Índia.

“Toda a nossa força seja no mar. Desistamos de nos apropriar da terra. As tradições antigas de conquista, o Império sobre reinos tão distantes não convém [...] Com as nossas esquadras teremos seguro o mar e protegidos os indígenas, em cujo nome reinaremos de facto sobre a Índia. Se o que queremos são os produtos dela, o nosso Império marítimo assegurará o monopólio português contra o turco e o veneziano. Impunhamos pesados tributos, exageremos os preços das licenças para as naus dos mouros navegarem nos mares da Índia e isso os expulsará [...] não é mal decerto, que tenhamos algumas fortalezas ao longo das costas, mas somente para proteger as feitorias.[...]”

Carta de d. Francisco de Almeida a d. Manuel – 1508, <www.ribatejo.com>. (Adapt.).

Com base nos seus conhecimentos, elabore uma reflexão sobre o texto, abordando ao menos três aspectos fundamentais que ele apresenta.

47 Caracterize o modo de vida dos povos indígenas, antes do contato com os europeus.

48 Quais razões explicam o uso pelos portugueses da mão de obra indígena livre, e não escrava, na exploração do pau-brasil?

49 Fuvest Nos últimos dois anos, apoiada em técnicas mais avançadas, a Arqueologia tem fornecido pistas e indícios sobre a história dos primeiros habitantes do território brasileiro antes da chegada dos europeus. Sobre esse período da história, é possível afirmar que:

- (a) as práticas agrícolas, até a chegada dos europeus, eram desconhecidas por todas as populações nativas que, conforme os vestígios encontrados, sobreviviam apenas da coleta, caça e pesca.
- (b) os vestígios mais antigos de grupos humanos foram encontrados na região do Piauí e as datações sobre suas origens são bastante controversas, variando entre 12 mil e 40 mil anos.
- (c) os restos de sepulturas e pinturas encontradas em cavernas de várias regiões do país indicam que os costumes e hábitos desses primeiros habitantes eram idênticos aos dos atuais indígenas nas reservas.
- (d) os sambaquis, vestígios datados de 20 mil anos, comprovam o desconhecimento da cerâmica entre os indígenas da região, técnica desenvolvida apenas entre povos andinos, Maias e Astecas.
- (e) os sítios arqueológicos da ilha de Marajó são provas da existência de importantes culturas urbanas com sociedades estratificadas que mantinham relações comerciais com povos das Antilhas e América Central.

50 Quais as razões que explicam, dentro dos objetivos mercantilistas que nortearam os grandes descobrimentos, o relativo abandono a que Portugal relegou o Brasil durante os trinta primeiros anos após o descobrimento?

51 Fuvest Os portugueses chegaram ao território, depois denominado Brasil, em 1500, mas a administração da terra só foi organizada em 1549. Isso ocorreu porque, até então:

- (a) os índios ferozes trucidavam os portugueses que se aventurassem a desembarcar no litoral, impedindo assim a criação de núcleos de povoamento.
- (b) a Espanha, com base no Tratado de Tordesilhas, impedia a presença portuguesa nas Américas, policiando a costa com expedições bélicas.
- (c) as forças e atenções dos portugueses convergiam para o Oriente, onde vitórias militares garantiam relações comerciais lucrativas.
- (d) os franceses, aliados dos espanhóis, controlavam as tribos indígenas ao longo do litoral bem como as feitorias da costa sul-atlântica.
- (e) a população de Portugal era pouco numerosa, impossibilitando o recrutamento de funcionários administrativos.

52 Quando os portugueses chegaram ao Brasil encontraram grande quantidade de pau-brasil.

Responda:

- a) de que forma os europeus utilizavam essa madeira?
- b) até quando o comércio do pau-brasil foi lucrativo para Portugal?

53 A coleta e o transporte do pau-brasil era um trabalho demorado e difícil que os portugueses não conseguiam fazer sozinhos. Responda:

- a) quem colaborou com os portugueses na extração do pau-brasil?
- b) o que os índios receberam dos portugueses em troca de seu trabalho na coleta e transporte do pau-brasil? Que nome recebe esse tipo de troca?
- c) Explique o que eram as feitorias e como elas eram utilizadas na época da exploração do pau-brasil.

54 Com relação às populações indígenas brasileiras, não é correto afirmar que:

- (a) para praticar a agricultura, os tupis derrubavam árvores e faziam a queimada, técnica que seria posteriormente incorporada pelos colonizadores.
- (b) quando os europeus chegaram aqui, encontraram uma população ameríndia homogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e da bacia dos rios Paraná-Paraguai.
- (c) ao longo do período colonial, em várias ocasiões os aimorés, tupis, xavantes, tupiniquins, tapuais e terenas uniram-se para enfrentar os invasores europeus.
- (d) feijão, milho, abóbora e mandioca eram plantados pelas nações indígenas, sendo que a farinha de mandioca tornou-se um alimento básico na Colônia.
- (e) uma forma de resistência dos índios à presença do homem branco consistiu no seu contínuo deslocamento, para regiões cada vez mais pobres.

55 O que significa afirmar que a economia do pau-brasil não levou a uma colonização efetiva pelos portugueses sobre o Brasil?

56 A expedição de Martin Afonso de Souza foi enviada em 1530, por d. João III, com a principal finalidade de:

- (a) criar uma feitoria em São Paulo, dada à descoberta de pau-brasil no litoral sul da colônia.
- (b) dar combate aos piratas franceses que ameaçavam as costas brasileiras.
- (c) trazer para o Brasil os primeiros contingentes de desterrados portugueses, condenados ao exílio no Brasil.
- (d) aprofundar o trabalho de defesa do litoral e de reconhecimento do território, únicas atividades desenvolvidas pela Coroa durante esse período em relação ao Brasil.
- (e) dar início à colonização efetiva do território brasileiro.

Sagração de d. João I pelas Cortes de Coimbra

Neste texto pode-se perceber como o povo português compreendeu a necessidade de salvaguardar sua autonomia por meio da vitória sobre as forças de Castela, durante o processo conhecido como “Revolução de Avis”. Note-se a edificação dos princípios do sentimento nacional português.

[...] em Coimbra, prelados e fidalgos e alguns procuradores de certas vilas e cidades do reino, começaram a falar uns com os outros do governo da terra e de quem a devia governar. Os que eram afeiçoados ao infante d. João, que estava preso em Castela, davam-lhe o reino por direita linha de herança [...]. O maior número de outros fidalgos e o povo miúdo eram contra este propósito dando muitas razões: que um dos infantes estava preso e nunca o soltariam, além de que fizera guerra ao reino e o outro também o fizera [...]. Falou então nas Cortes o dr. João das Regras, homem muito letrado em leis: – [...] Senhores fidalgos e ilustres pessoas, bem sabeis como nestas Cortes foram por mim expostas algumas razões

a mostrar que estes reinos estão de todo vagos e ninguém há que possa herdá-los por linhagem, nem a quem pertençam de direito [...] Mas como sempre estes reinos foram defendidos e mantidos por rei [...] convém-nos eleger rei que faça tudo [...] para não cairmos na sujeição de nossos inimigos [...] E pois é de considerar a pessoa que deve ser eleita [...] vejamos que condições se requerem nela [...] deve ser de boa linhagem e de grande coragem para defender a terra; depois ter amor aos súditos, e com isto perfeição e devoção. Ora que todas estas condições se acham no Mestre [...] que tanto trabalhou e trabalha por honra e defesa destes reinos [...] e merece esta honra e estado de rei. [...] por acordo unânime de todos os grandes e do povo comum, responderam que elevassem o Mestre à alta dignidade e estado de rei, e que não se consentisse que ninguém mais falasse contra isto.

“Segundas Cortes de Coimbra (1385)”.
Disponível em: <[www.infopedia.pt/\\$segundas-cortes-de-coimbra-%281385%29#](http://www.infopedia.pt/$segundas-cortes-de-coimbra-%281385%29#)>. Acesso em: 23 jul. 2012.

O Tratado de Tordesilhas

[...] E logo os ditos procuradores dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada etc., e do dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., disseram: que visto como entre os ditos senhores seus constituintes há certa divergência sobre o que a cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da conclusão deste tratado, está por descobrir no mar Oceano; que eles, portanto, para o bem da paz e da concórdia e pela conservação da afinidade e amor que o dito senhor rei de Portugal tem pelos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Aragão etc., praz a suas altezas, e os seus ditos procuradores em seu nome, e em virtude dos ditos seus poderes, outorgaram e consentiram que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direta de polo a polo; convém a saber, do polo Ártico ao polo Antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetuar contanto que não seja dado mais. E que tudo o que até aqui tenha achado e descoberto, e daqui em diante se achar e descobrir pelo dito senhor rei de Portugal e por seus navios, tanto ilhas como terra firme desde a dita raia e linha dada na forma supracitada indo pela dita parte do levante dentro da dita raia para a parte do levante ou do norte ou do sul dele, contanto que não seja atravessando a dita raia, que tudo seja, e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e aos seus sucessores, para sempre. E que todo o mais, assim ilhas como terra firme, conhecidas e por conhecer, descobertas e por descobrir, que estão ou forem encontrados pelos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Aragão etc., e por seus navios, desde a dita raia dada na forma supra indicada indo pela dita parte de poente, depois de passada a dita raia em direção ao poente ou ao norte-sul dela, que tudo seja e fique, e pertença, aos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc. e aos seus sucessores, para sempre.



Batalha de Aljubarrota
A infantaria portuguesa venceu a cavalaria castelhana e deu início a uma nova era em Portugal que, a partir de então, caminhou rapidamente para o Absolutismo.

Item: os ditos procuradores prometem e asseguram, em virtude dos ditos poderes, que de hoje em diante não enviarão navios alguns, convém a saber, os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão, e de Aragão etc., por esta parte da raia para as partes de levante, aquém da dita raia, que fica para o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., nem o dito senhor rei de Portugal à outra parte da dita raia, que fica para os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc., a descobrir e achar terra nem ilhas algumas, nem a contratar, nem resgatar, nem conquistar de maneira alguma; porém que se acontecesse que caminhando assim aquém da dita raia os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc., achassem quaisquer ilhas ou terras dentro do que assim fica para o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, que assim seja e fique para o dito senhor rei de Portugal e para seus herdeiros para todo o sempre, que suas altezas o hajam de mandar logo dar e entregar. E se os navios do dito senhor de Portugal acharem quaisquer ilhas e terras na parte dos ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão, e de Aragão etc., que tudo tal seja e fique para os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão etc., e para seus herdeiros para todo o sempre, e que o dito senhor rei de Portugal o haja logo de mandar, dar e entregar.

Item: para que a dita linha ou raia da dita partilha se haja de traçar e trace direita e a mais certa que possa ser pelas ditas trezentas e setenta léguas das ditas ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, como dito é, fica assentado e concordado pelos ditos procuradores de ambas as ditas partes, que dentro dos dez primeiros meses seguintes, a contar do dia da conclusão deste tratado, hajam os ditos senhores seus constituintes de enviar duas ou quatro caravelas, isto é, uma ou duas de cada parte, mais ou menos, segundo acordarem as ditas partes serem necessárias, as quais para o dito tempo se achem juntas na ilha da grande Canária; e enviem nelas, cada uma das ditas partes, pessoas, tanto pilotos como astrólogos, e marinheiros e quaisquer outras pessoas que convenham, mas que sejam tantas de uma parte como de outra e que algumas pessoas dos ditos pilotos, e astrólogos, e marinheiros, e pessoas que sejam dos que enviarem os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Aragão etc., vão no navio ou navios que enviar o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., e da mesma forma algumas das ditas pessoas que enviar o referido senhor rei de Portugal vão no navio ou navios que mandarem os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Aragão, tanto de uma parte como de outra, para que juntamente possam melhor ver e reconhecer o mar e os rumos e ventos e graus de sul e norte, e assinalar as léguas supraditas; tanto que para fazer a demarcação e limites concorrerão todos juntos os que forem nos ditos navios, que enviarem ambas as ditas partes, e levarem os seus poderes, que os ditos navios, todos juntamente, constituem seu caminho para as ditas ilhas de Cabo Verde e daí tomarão sua rota direita ao poente até às ditas trezentas e setenta léguas, medidas pelas ditas pessoas que assim forem, acordarem que devem ser medidas sem prejuízo das ditas partes e ali onde se acabarem se marque o ponto, e sinal que convenha por graus de sul e de norte, ou por singradura de léguas, ou como melhor puderem concordar: a qual dita raia assinalem desde o dito polo Ártico ao dito polo Antártico, isto é, de norte a sul, como fica dito: e aquilo que demarcarem o escrevam e firmem como os próprios as ditas pessoas que assim forem enviadas por ambas as ditas partes, as quais não de levar faculdades e poderes das respectivas

partes, cada um da sua, para fazer o referido sinal e delimitação feita por eles, estando todos conformes, que seja tida por sinal e limitação perpetuamente para todo o sempre para que nem as ditas partes, nem algumas delas, nem seus sucessores jamais a possam contradizer, nem tirá-la, nem removê-la em tempo algum, por qualquer maneira que seja possível ou que possível possa ser. E se por acaso acontecer que a dita raia e limite de polo a polo, como está declarado, topar em alguma ilha ou terra firme, que no começo de tal ilha ou terra que assim for encontrada onde tocar a dita linha se faça alguma marca ou torre: e que a direito do dito sinal ou torre se sigam daí para diante outros sinais pela tal ilha ou terra na direção da citada raia os quais partam o que a cada umas das partes pertencer dela e que os súditos das ditas partes não ousem passar uns à porção dos outros, nem estes à daqueles, passando o dito sinal ou limite na tal ilha e terra.

Item: porquanto para irem os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., dos reinos e senhorios até sua dita porção além da dita raia, na maneira que ficou dito, é forçoso que tenham de passar pelos mares desta banda da raia que fica para o dito senhor rei de Portugal, fica por isso concordado e assentado que os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., possam ir e vir e vão e venham livre, segura e pacificamente sem contratempo algum pelos ditos mares que ficam para o dito senhor rei de Portugal, dentro da dita raia em todo o tempo e cada vez e quando suas altezas e seus sucessores quiserem, e por bem tiverem, os quais vão por seus caminhos direitos e rotas, desde seus reinos para qualquer parte do que esteja dentro da raia e limite, onde quiserem enviar para descobrir, e conquistar e contratar, e que sigam seus caminhos direito por onde eles acordarem de ir para qualquer ponto da sua dita parte, e daqueles não se possam apartar, salvo se o tempo adverso os fizer afastar, contanto que não tomem nem ocupem, antes de passar a dita raia, coisa alguma do que for achado pelo dito senhor rei de Portugal [...].

José Carlos de Macedo Soares. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio. p. 65-77.

RESUMINDO

- As origens do processo de Expansão Marítima.
- Como o processo de Expansão Marítima se articulou ao contexto mais amplo das transformações que a Europa conheceu a partir da Baixa Idade Média.
- Razões que levaram Portugal a se tornar o pioneiro no processo de Grandes Navegações.
- Principais características que nortearam o processo de Grandes Navegações, tanto por parte de Portugal quanto da Espanha e dos demais países europeus.

■ QUER SABER MAIS?



SITE

- Um site da História de Portugal, repleto de mapas, imagens e documentos, extremamente bem-divididos e apresentados. <www.ribatejo.com>.



FILME

- *1492: A conquista da América*. Feito para as comemorações dos 500 anos da América, tem produção bem-cuidada e uma reconstrução de época perfeita.

Exercícios complementares

1 PUC-SP 2008 A presença de rios ou a proximidade do mar foram decisivas para o desenvolvimento de cidades e sociedades antigas e modernas. Um exemplo disso é:

- (a) a importância do rio Nilo, na Antiguidade, na integração das várias sociedades do Oriente Próximo e na união dos reinos do Alto Egito e do Baixo Egito, evitando a invasão da região por outros povos.
- (b) o papel exercido pelo Bósforo, que corta a atual Istambul, antes chamada de Constantinopla e de Bizâncio, que sempre assegurou a hegemonia internacional do povo que visse a sua volta.
- (c) a divisão de terras provocada pelos rios Tigre e Eufrates, que isolavam geograficamente os vários grupos que viviam na antiga Mesopotâmia e instigaram conflitos prolongados entre eles.
- (d) o controle do mar Mediterrâneo por árabes e fenícios no decorrer de toda a Idade Média, permitindo-lhes invadir território europeu e impedir a circulação de embarcações militares inglesas e francesas.
- (e) a posição geográfica de Veneza, no norte do mar Adriático, que lhe permitiu ser ponto de partida de Cruzadas e ter participação ativa no comércio medieval de especiarias e sedas do Oriente.

2 UEL 2007 Durante os séculos XI a XIII verificou-se nas atividades agrícolas e artesanais da Europa Centro-Occidental um conjunto de transformações (...) que repercutiram no crescimento das trocas mercantis. Situa-se aí historicamente o chamado renascimento urbano medieval.

A. E. Rodrigues e F. A. Falcon. *A formação do mundo moderno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 9.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que tais mudanças econômicas:

- (a) caracterizaram-se pelo desenvolvimento das técnicas de produção e amplo emprego de recursos energéticos, tais como carvão e petróleo.
- (b) implicaram no capitalismo mercantil incrementado pelo amplo comércio atlântico, fomentado por negociantes italianos e príncipes alemães.
- (c) aumentaram a produção no campo e na cidade e fomentaram a circulação de bens e moedas, viabilizados por novos instrumentos de crédito a governantes e comerciantes.
- (d) privatizaram as terras e introduziram um modelo de produção fabril, promovido pelo governo britânico.
- (e) reforçaram o predomínio político e comercial dos senhores feudais sobre os governos citadinos.

3 UFJF 2007 Sobre o contexto social e econômico do século XIV na Europa medieval, marque a alternativa incorreta.

- (a) A mão de obra disponível para atuar no campo foi reduzida devido às epidemias e guerras existentes no período.

- (b) As revoltas camponesas, como a jacquerie, acabaram por ocasionar alterações nas obrigações típicas do sistema feudal.
- (c) A reduzida oferta de metais preciosos, como a prata, contribuiu para a expansão do processo inflacionário.
- (d) A burguesia teve seu prestígio econômico reduzido pela crise das atividades urbanas o que fortaleceu o poderio dos senhores feudais.
- (e) A instabilidade climática, com chuvas constantes, levou a uma grande retração nas colheitas, diminuindo fortemente a produção agrícola.

4 UFSC 2008 Na Idade Média, entre os séculos XII e XV, verificou-se uma ascensão da economia europeia. No entanto, dentro desse período, em meados do século XIV, ocorreu uma significativa retração econômica.

Em relação a este assunto, é correto afirmar que:

- 01 a crise econômica verificada em meados do século XIV se deveu às Cruzadas, movimento religioso que deslocou milhares de homens em idade produtiva rumo ao Oriente Médio.
- 02 a Peste Negra acarretou uma drástica diminuição da população, com reflexos diretos na economia.
- 04 tudo indica que a Peste Negra originou-se no Oriente, matando mais de um terço da população europeia.
- 08 a crise econômica gerada pela Peste Negra foi o marco decisivo para o fim do sistema feudal.
- 16 como forma de fugir da Europa infectada pela Peste Negra, milhares de europeus se dispuseram a seguir as Cruzadas para libertar Jerusalém sitiada.
- 32 a ascensão econômica entre os séculos XII e XV foi uma realidade exclusiva dos países ibéricos, em função das grandes navegações lá iniciadas.

Soma =

5 UFU 2005 A Baixa Idade Média, período que vai do século X ao XV, foi marcada por processos históricos que desencadearam a crise do Feudalismo, transformações de hábitos e costumes em relação ao tempo e ao trabalho. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta.

- (a) As Cruzadas mesclaram interesses de cristianização de povos considerados infiéis e de expulsão de povos bárbaros de importantes regiões e rotas comerciais. A expulsão dos mouros na Península Ibérica fortaleceu as monarquias de Portugal e Espanha, criando condições para que estes países se tornassem pioneiros nas grandes navegações.
- (b) Nas cidades, a nascente burguesia aliou-se à Igreja contra o poderio da nobreza feudal, lutando pela centralização do poder e impondo novos valores, como o saber erudito das universidades, a usura e o trabalho das corporações de ofício responsáveis pela produção em larga escala de artigos manufaturados.

- (c) Na Baixa Idade Média, foram construídas grandes catedrais em estilo gótico, mostrando a imponência da Igreja Católica. Por outro lado, proliferaram obras que rompiam com dogmas católicos e apresentavam visões profanas e laicas sobre o homem.
- (d) Na crise do Feudalismo, o tempo passou do domínio sagrado para o laico. O tempo cíclico da Igreja, em que predominavam as mudanças naturais e climáticas, deu lugar ao tempo reagido pelas necessidades de acumulação de capital pela nascente burguesia, promovendo a disciplina e a rotina semanal de trabalho nas manufaturas.

6 Unesp 2004 A respeito da formação das Monarquias Nacionais europeias na passagem da Idade Média para a Época Moderna, é correto afirmar que:

- (a) o poder político dos monarcas firmou-se graças ao apoio da nobreza, ameaçada pela força crescente da burguesia.
- (b) a expansão muçulmana e o domínio do mar Mediterrâneo pelos árabes favoreceram a centralização.
- (c) uma das limitações mais sérias dos soberanos era a proibição de organizarem exércitos profissionais.
- (d) o poder real firmou-se contra a influência do Papa e o ideal de unidade cristã, dominante no período medieval.
- (e) a ação efetiva dos monarcas dependia da concordância dos principais suseranos do reino.

7 Unifesp 2005 Durante a Baixa Idade Média (séculos XI a XIV), o Ocidente importou, com regularidade e intensidade crescentes, especiarias de áreas e civilizações não cristãs. Essas mercadorias eram:

- (a) adquiridas por meio de escambo (trocadas por quinquilharias) ou por roubo dos povos produtores, como na costa ocidental da África.
- (b) compradas com moedas nos portos do Mediterrâneo oriental, ou trocadas por tecidos de lã, provenientes de Flandres e das cidades do norte da Itália.
- (c) obtidas com exclusividade pelos bizantinos, os quais as revendiam, igualmente com exclusividade, aos mercados venezianos.
- (d) vendidas nos portos europeus pelos comerciantes árabes, depois de trazidas do Oriente por caravanas de camelos.
- (e) transportadas por navios de cabotagem, principalmente ibéricos, que as vendiam nos mercados da Europa do Norte.

8 PUC-PR 1999 Em plena Idade Média (1139/1140) nasceu Portugal, originário do Condado Portucalense. Enquanto o Feudalismo era a marca política da Europa Ocidental, em Portugal mostrava-se frágil: o pequeno reino nascia unificado. Sobre o tema e evolução posterior, assinale a opção correta.

- I. O Condado Portucalense transformou-se em Estado, tendo sua independência proclamada por D. Afonso Henriques.
- II. Nos finais do século XIV, ocorreu uma crise dinástica: com a morte de d. Fernando extinguiu-se a dinastia de Borgonha.
- III. A Revolução de Avis levou ao trono d. João, Mestre de Avis, apoiado pela burguesia de Lisboa e do Porto, além da adesão entusiástica da “arraia miúda”.

IV. A dinastia de Avis repeliu a política de expansão marítima, fixando prioridades da agricultura, meio de agrardar à alta nobreza lusitana.

V. Devido à política da dinastia de Avis, a expansão marítima somente ocorreria com o advento da Dinastia de Bragança.

- (a) As opções I, II e III estão corretas.
- (b) Apenas a opção III está correta.
- (c) As opções II, III e IV estão corretas.
- (d) As opções III, IV e V estão corretas.
- (e) As opções II, IV e V estão corretas.

9 UFG 2005 Observe a imagem a seguir.



Augusto Cabrita. In: *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986. p.190.

A imagem do castelo Almourol, situado em uma ilha no rio Tejo, em Portugal (século XII), relaciona-se com:

- (a) os ideais cavaleirescos da nobreza guerreira de origem germânica na Europa ocidental cristã.
- (b) a insegurança diante das invasões germânicas na Hispania, no Império Romano do Ocidente.
- (c) a defesa e proteção do reino, na Guerra de Reconquista do território ibérico, dominado pelos mouros.
- (d) o auxílio para a libertação da cidade santa de Jerusalém do domínio muçulmano.
- (e) os mecanismos de proteção nos conflitos frequentes entre os reinos cristãos da Península Ibérica.

10 UFRGS 2007 Durante a Baixa Idade Média, ocorreu em Portugal a denominada Revolução de Avis (1383-1385), que resultou em uma mudança dinástica, cuja principal consequência foi:

- (a) o enfraquecimento do poder monárquico diante das pressões localistas que ainda sobreviviam nas pequenas circunscrições territoriais do reino.
- (b) o surgimento de uma burguesia industrial cosmopolita e afinada com a mentalidade capitalista que se instaura na Europa.
- (c) o início das grandes navegações marítimas, que resultaram no descobrimento da América e no reconhecimento da Oceania pelos lusitanos.
- (d) o início do processo de expansão ultramarina, que levaria às conquistas no Oriente, além da ocupação e do desenvolvimento econômico da América portuguesa.
- (e) o surgimento de uma aristocracia completamente independente do Estado, que tinha como projeto político mais relevante a expansão do ideal cruzadista.

11 Unesp 2000 As invasões e dominação de vastas regiões pelos árabes na Península Ibérica provocaram transformações importantes para portugueses e espanhóis, que os diferenciaram do restante da Europa medieval. As influências dos árabes, na região, relacionaram-se a:

- (a) acordos comerciais entre cristãos e mouros, a fim de favorecer a utilização das rotas de navegação marítima em torno dos continentes africano e asiático, para obter produtos e especiarias.
- (b) conflitos entre cristãos e muçulmanos, que facilitaram a centralização da monarquia da Espanha e Portugal, sem necessitar do apoio da burguesia para efetivar as grandes navegações oceânicas.
- (c) difusão das ideias que ocasionaram a criação da Companhia de Jesus, responsável pela catequese nas terras americanas e africanas conquistadas através das grandes navegações.
- (d) acordos entre cristãos e muçulmanos, para facilitar a disseminação das ideias e ciências romanas, fundamentais para o crescimento comercial e das artes náuticas.
- (e) contribuições para a cultura científica, possibilitando ampliação de conhecimentos, principalmente na Matemática e Astronomia, que permitiram criações de técnicas marítimas para o desenvolvimento das navegações oceânicas.

12 Unesp No período denominado Baixa Idade Média, houve desenvolvimento do comércio e florescimento de cidades. O crescimento econômico da Europa ocidental intensificou-se com a expansão ultramarina do século XV. Considera-se essencial para tal expansão:

- (a) a crise e o enfraquecimento comercial das cidades-estados italianas, fornecedoras na Europa dos produtos orientais.
- (b) a centralização do poder político e a possibilidade de investimento de recursos monetários estatais em expedições marítimas.
- (c) a ocupação de Constantinopla pelos turcos otomanos e o fim dos contatos pacíficos entre o ocidente e o oriente.
- (d) a abundância de metais na Europa e o crescimento de circulação monetária em condições de financiar empreendimentos dispendiosos.
- (e) a ruptura da unidade cristã do ocidente e a formação de religiões cristãs adaptadas à ética da acumulação capitalista.

13 Fuvest 1985 Portugal, nos séculos XV e XVI, exerceu importante papel no cenário europeu graças ao pioneirismo de sua navegação pelo Atlântico.

- a) Qual o objetivo da política portuguesa de incentivo à navegação?
- b) Cite duas inovações nas técnicas de navegação adotadas pelos portugueses.
- c) Quais as vantagens econômicas colhidas por Portugal nessas viagens?

14 UFPR 2007 *Eu, Preste João, sou o Senhor dos Senhores e me vantagem a todos os reis da terra inteira em todas as abundâncias que existem debaixo do céu, em força e em poder. A Nossa Magnificência domina as três Índias; o nosso território começa na Índia posterior, na qual repousa o corpo do apóstolo São Tomé, estende-se pelo deserto em direção ao berço do sol, e desce até a deserta Babilônia, contígua à torre de Babel.[...] Na nossa terra nascem e crescem elefantes, dromedários, camelos, hipopótamos, crocodilos, metagalináceos, grifos, [...] homens com cornos, faunos, sátiros e mulheres da mesma raça, pigmeus, cinocéfalos, gigantes cuja altura é de quarenta côvados, monóculos, ciclopes [...] e quase todo o gênero de animais que existem debaixo do céu.*

Disponível em: <www.ricardocosta.com/pub/publica.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.

O texto apresentado é um fragmento da “Carta do Preste João” (apócrifa) – do século XII – endereçada ao imperador de Bizâncio. Preste João, um rei padre que se dizia cristão, declarava-se senhor das três Índias e dono de riquezas fabulosas. Com base no texto e nos conhecimentos sobre a Idade Média, é correto afirmar:

- (a) na época representada no texto, predominavam geografias imprecisas e imaginárias, onde o maravilhoso e o estranho preenchiam o lugar do desconhecido, que só as grandes viagens de navegação dos séculos XV e XVI permitiram questionar.
- (b) no período retratado, devido à influência exercida pela Igreja Católica na Europa, textos como a Carta de Preste João careciam de crédito, posto que a literatura clássica de origem greco-romana estava enraizada na cultura dos camponeses no medievo.
- (c) o texto de Preste João revela uma profunda sintonia com o imaginário medieval europeu, que situava todas as maravilhas terrestres no ponto mais extremo do Ocidente, localizadas por alguns estudiosos do século XII na América.
- (d) os escritos resultantes das viagens ao mundo “além-Mediterrâneo”, por abordarem uma humanidade fantástica, eram desconsiderados na Idade Média, em razão da existência de rígidas barreiras entre a literatura científica e a literatura da fantasia.
- (e) quando Cristóvão Colombo concebeu suas viagens de navegação, os conhecimentos geográficos disponíveis, principalmente os mapas de Toscanelli e a Geografia de Ptolomeu, haviam eliminado quaisquer resquícios da mentalidade do medievo.

15 Fuvest 2008 *Os cosmógrafos e navegadores de Portugal e Espanha procuram situar estas costas e ilhas da maneira mais conveniente aos seus propósitos. Os espanhóis situam-nas mais para o Oriente, de forma a parecer que pertencem ao Imperador (Carlos V); os portugueses, por sua vez, situam-nas mais para o Ocidente, pois deste modo entrariam em sua jurisdição.*

Carta de Robert Thorne, comerciante inglês, ao rei Henrique VIII, em 1527.

O texto remete-se diretamente:

- (a) à competição entre os países europeus retardatários na corrida pelos descobrimentos.
- (b) aos esforços dos cartógrafos para mapear com precisão as novas descobertas.
- (c) ao duplo papel da marinha da Inglaterra, ao mesmo tempo mercantil e corsária.
- (d) às disputas entre países europeus, decorrentes do Tratado de Tordesilhas.
- (e) à aliança das duas Coroas ibéricas na exploração marítima.

16 UEPG 2008 A expansão europeia na Idade Moderna atingiu o mundo todo, mas de diferentes maneiras. A expansão compreendeu desde viagens isoladas de aventureiros, que apenas revelavam a existência de lugares até então não assinalados no mapa, até a conquista e ocupação de territórios que se incorporaram, como colônias, aos estados europeus. Sobre este tema, assinale o que for correto.

- 01 Muitas vezes o equilíbrio do continente europeu dependia e se decidia nas colônias ultramarinas e na disputa pelas rotas comerciais e de navegação.
- 02 Mais do que a curiosidade, o desejo de novas descobertas e uma carência de especiarias, o que movia as grandes viagens marítimas europeias em direção a espaços desconhecidos era a “sede de ouro”, grave mal-estar econômico que acometia a sociedade ocidental desde os finais do século XV.
- 04 O Estado moderno, através da atividade comercial que caracterizava as grandes empresas europeias, buscava a balança comercial favorável.
- 08 A política econômica dos Estados modernos europeus se fundava nas práticas da livre concorrência, do metalismo e da restrição às importações.
- 16 As relações de trabalho caracterizavam-se pelo uso generalizado da mão de obra livre e assalariada, especialmente nas colônias ibéricas da América.

Soma =

17 UFPI 2008 Sobre a expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI, podemos afirmar que:

- (a) teve, na Batalha de Poitiers, marco inicial da reconquista da Península Ibérica pelos europeus, o ponto de partida.
- (b) teve, na procura por mercados consumidores para os produtos manufaturados europeus, a principal motivação inicial.
- (c) foi iniciada por navegantes de origem holandesa, que desde o século XIII, trafegavam pelo mar Mediterrâneo e por rotas atlânticas nas costas africanas.
- (d) a constituição dos Estados de tipo moderno, aliada às necessidades de procura por metais preciosos, e de rotas alternativas para o intercâmbio comercial entre o Oriente e o Ocidente, foram fatores centrais para desencadear a expansão marítima.
- (e) teve no acelerado crescimento demográfico dos séculos XIII, XIV e XV um fator motivador, pois a procura por novos territórios, para diminuir as pressões por terras cultiváveis na Europa, era urgente.

18 UFPR 2008 Observe a imagem do mapa de Waldseemüller e leia o texto a seguir.



Este mapa é de fundamental significação na história da cartografia. Sintetizou a revolução dos vinte anos precedentes na geografia e ampliou a imagem contemporânea do mundo, proporcionando uma visão essencialmente nova do mesmo. [...] Seu histórico é conhecido indubitavelmente a partir do tratado geográfico *Cosmographiae Introductio* que acompanhou sua publicação em 1507. [...] Este mapa tem uma importância histórica única. Nele o Novo Mundo recebe o nome de América pela primeira vez. Colombo aparentemente nunca abandonou sua convicção de que as ilhas das Índias Ocidentais que descobriu eram próximas à costa leste da Ásia. Vespúcio, entretanto, descobriu a verdade, ou seja, que era um novo mundo. Waldseemüller aceitou esta visão e propôs – para honrar Vespúcio – conceder seu nome à nova terra.

Peter Whitfield. *The image of the world: 20 centuries of World Maps*. San Francisco: Pomegranate Artbooks & British Library, 1994. p. 48-9.

Com base no mapa, no texto e nos conhecimentos sobre a epopeia dos descobrimentos na Época Moderna, é correto afirmar:

- (a) o mapa de Waldseemüller foi elaborado para reforçar a concepção bastante difundida durante a Idade Média de que a Terra era plana, contribuindo assim para afirmar a tese da impossibilidade de atingir o Oriente navegando para o Ocidente.
- (b) o uso da expressão “descoberta da América”, para designar o ocorrido em 1492, revela uma construção “a posteriori” da historiografia, que assim estabelece uma representação simbólica da presença europeia no continente pela primeira vez na Era Moderna.
- (c) afirmar que Vespúcio foi o responsável pela “descoberta do Novo Mundo” significa evidenciar um traço da mentalidade greco-romana da Antiguidade, que prescrevia a experimentação científica como método para obter o conhecimento da verdade das coisas.
- (d) a verificação empírica da verdade dos “descobrimientos” possibilitou, ao longo do século XVI, uma nova epistemologia para as ciências humanas, que passou a fundar-se no testemunho direto dos acontecimentos como critério para o estabelecimento dos fatos.
- (e) pelo relato sobre os “descobrimientos”, explicitado no texto, fica evidente que havia, no período da publicação do mapa de Waldseemüller, uma nítida separação entre a perspectiva de análise geográfico-cartográfica e a abordagem histórica dos eventos da expansão marítima.

19 UFG 2008 Leia o texto.

Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a Natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores.

Tzvetan Todorov. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 33.

A passagem acima ressalta que a atitude de Colombo decorre de seu olhar em relação ao outro. Essa posição, expressa nas crônicas da Conquista, pode ser traduzida pela:

- (a) interpretação positiva do outro, associando-a à preservação da Natureza.
- (b) identificação com o outro, possibilitando uma atitude de reconhecimento e inclusão.
- (c) universalização dos valores ocidentais, hierarquizando as formas de relação com o outro.
- (d) compreensão do universo de significações do outro, permitindo suas manifestações religiosas.
- (e) desnaturalização da cultura do outro, valorizando seu código linguístico.

20 Fatec 2007 Se levarmos em conta que os colonizadores portugueses mantiveram um contato maior com as nações tupi, podemos dizer que as sociedades indígenas brasileiras viviam num regime de comunidade primitiva, no qual:

- (a) não existia propriedade privada, pois os únicos bens individuais eram os instrumentos de caça, pesca e trabalho, como o arco, a flecha e o machado de pedra.
- (b) cabia aos homens, além da caça e da pesca, toda a atividade agrícola do plantio a da colheita.
- (c) cada família tinha a sua propriedade, apesar de todos trabalharem para o sustento da comunidade.
- (d) a economia era planejada, e todo o excedente era trocado com as tribos vizinhas.
- (e) tanto a propriedade privada quanto a agricultura de subsistência e a divisão de trabalho obedeciam a critérios naturais, ou seja, de acordo com o sexo e a idade.

21 UFC 2004 Acerca das pretensões iniciais da exploração e conquista do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (a) Interesses antropológicos levaram os portugueses a fazer contato com outros povos, entre eles os índios do Brasil.
- (b) O rei d. Manuel tinha-se proposto chegar às Índias navegando para o ocidente, antecipando-se, assim, a Cristovão Colombo.
- (c) O interesse científico de descobrir e classificar novas espécies motivou cientistas portugueses para lançarem-se à aventura marítima.
- (d) Os conquistadores estavam interessados em encontrar terras férteis para desenvolver a cultura do trigo e, assim, dar solução às crises agrícolas que sofriam em Portugal.
- (e) Os portugueses estavam interessados nas riquezas que as novas terras descobertas podiam conter, além de garantir a segurança da rota para as Índias.

22 UFPI 2008 O período da nossa história conhecido como Pré-colonizador pode ser caracterizado pelos seguintes pontos.

- I. A descoberta de metais preciosos, particularmente, prata e diamantes na região amazônica.
- II. A montagem de estabelecimentos provisórios, conhecidos como feitorias, onde eram feitas trocas comerciais entre os navegantes portugueses e os povos indígenas do Brasil.
- III. A criação das cidades de São Vicente e Desterro no litoral da América Portuguesa.
- IV. A utilização da mão de obra indígena para a exploração de madeira, particularmente, do pau-brasil.

Dentre as afirmativas anteriores estão corretas apenas:

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) II e IV.
- (d) III e IV.
- (e) I e IV.

23 UFSC 2006 Sobre o contato entre europeus e indígenas no Brasil, no século XVI, é correto afirmar que:

- 01 no período inicial de contato entre europeus e indígenas a ideia que se tinha do Brasil correspondia ao “Paraíso Perdido”, o que se verificava pelas relações pacíficas em que viviam as nações indígenas no Brasil.
- 02 uma única nação habitava o território brasileiro no momento do contato: os tupis-guaranis.
- 04 o conhecimento da arte de curar era um dos saberes dos indígenas mais cobiçados pelos europeus, que procuraram aprender com eles como utilizar as plantas nativas em benefício próprio.
- 08 as sociedades indígenas brasileiras não possuíam riquezas em metais preciosos, ao contrário dos povos do México e dos Andes, cujas riquezas foram espoliadas pelos espanhóis.
- 16 os indígenas brasileiros se organizavam em cidades complexas, com grande concentração populacional e construções monumentais.

Soma =

Mecanismos econômicos da colonização portuguesa no Brasil nos séculos XVI e XVII

2

FRENTE 1

Durante os dois primeiros séculos do período colonial, a colonização portuguesa teve por base econômica, evidentemente, a exploração açucareira, mas, ao lado desta, outras atividades se desenvolveram no período, como pecuária, comércio e extrativismo. Para abordar a economia do período, contudo, é necessária uma caracterização teórica sobre o sistema colonial e o mercantilismo, que se relacionará mais a frente, também com os mecanismos políticos e administrativos deste momento histórico.



Jean-Baptiste Debret. Petit moulin à sucre portatif (Pequena moenda portátil de açúcar). Litografia de Thierry Frères.
In: Jean-Baptiste Debret. Voyage pittoresque et historique au Brésil [...]. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. vol.2.

BIBLIOTECA BRASILEIRA GIULIA E JOSÉ MARQUES - USP SP

As monarquias europeias na Idade Moderna

O Absolutismo e o Mercantilismo: as bases do Sistema Colonial

As monarquias europeias iniciaram um processo de centralização e de fortalecimento paralelamente ao processo de desenvolvimento do comércio, que se verificou a partir da Baixa Idade Média. Este fortalecimento tendeu a aprofundar-se como produto da relação entre os elementos econômicos e sociais que caracterizaram o período. Já vimos que um Estado forte era a resposta a necessidades tanto nobres quanto burguesas. Dessa forma, a tendência, que se estendeu por toda a Europa, foi a constituição de Estados cujo poder achava-se totalmente concentrado na figura do rei, sem que a sociedade tivesse interesse ou força política para criar mecanismos que pudessem limitar esse poder. É essa a característica fundamental do **Absolutismo Monárquico**, forma política que caracterizou os regimes europeus ao longo da Idade Moderna.

A sustentação política do Estado absolutista decorreu de uma série de elementos. Sua prática social foi no sentido de garantir os privilégios e o predomínio da nobreza, bem como o de criar um clima de ordem interna que sufocasse as revoltas camponesas constantes ao final da Idade Média. Assim, os vínculos entre o Estado absolutista e a nobreza são óbvios e indissociáveis.

Entretanto, esta mesma sustentação passava pela necessidade de um Exército forte, de uma administração eficiente, elementos que exigem recursos financeiros bastante grandes nas mãos do Estado. Assim, foi fundamental aos governos absolutistas a criação de condições para o desenvolvimento econômico, a qual se manifestou em uma série de iniciativas que mais tarde foram batizadas com o nome de **Mercantilismo**.

Usualmente, chamamos de Mercantilismo a política econômica das monarquias absolutistas europeias na Idade Moderna. Essa política econômica, embora com características particulares em cada país, apresenta traços comuns, como o forte intervencionismo estatal na economia; o protecionismo; a crença de que riqueza nacional e o fortalecimento do Estado são indissociáveis; a busca por ampliar o volume de metais preciosos dentro do país (**metalismo**); a manutenção de uma prática na qual o valor das exportações seja maior que o valor das importações (**balança comercial favorável**) e a tentativa de estabelecimento de monopólios sobre as práticas econômicas.

Dentro dessa visão econômica, o estabelecimento do monopólio econômico sobre regiões que pudessem complementar a economia desses países absolutistas foi uma prática constante. Daí a atitude, por parte dos países europeus, em transformar as áreas recém-conquistadas em **colônias**.

Entende-se por colônias as áreas periféricas ao Capitalismo. Sua função, nos limites do Sistema Colonial Mercantilista, é a de complementar a economia das **metrópoles**, sendo esse último termo usado para designar as áreas centrais para onde convergem os lucros da exploração colonial. Entre metrópole e colônia estabelece-se uma série de imposições determinadas pela primeira, como o monopólio do comércio dos produtos coloniais pela metrópole; a complementaridade da produção colonial (quando a colônia complementava a economia da

metrópole, produzindo artigos que esta não produzia, mas, pelos quais, se interessava) e a não concorrência da produção colonial com a da metrópole. Cabe ainda à colônia servir como elemento de escoamento dos excedentes econômicos da metrópole, sendo o principal mercado consumidor da produção desta. Essa relação é usualmente conhecida como **Pacto Colonial**.

Evidente que a manutenção dessa prática espoliativa aos interesses da colônia só seria possível através da força, com a rígida submissão da população colonial por meio de presença política, militar e administrativa da metrópole. Somados esses aspectos, estabelece-se a forma típica de colonização, a **colonização de exploração**.

A colonização de exploração se manifestou fundamentalmente nas áreas tropicais, sendo voltada para a exploração de gêneros primários (agricultura, extrativismo vegetal ou mineral) e com alguns traços característicos, como a monocultura (concentração das iniciativas na produção de um único gênero de maior lucratividade para a metrópole) praticada em latifúndios, a utilização da mão de obra escrava (forma de baratear os custos de uma produção que não requeria um mercado interno para ser absorvida), e a forte dependência externa.

Uma forma atípica de colonização é a que se desenvolveu, por exemplo, no nordeste do atual Estados Unidos da América. Esta região, colonizada pela Inglaterra, apresentava condições climáticas semelhantes às da metrópole, o que reduzia em muito o atrativo econômico que esta via na colônia. Assim, a utilização dessas terras pelos ingleses, em um primeiro momento, foi a de ali desaguar os contingentes populacionais indesejáveis na Inglaterra. Não por acaso, sua ocupação iniciou-se com protestantes perseguidos na Inglaterra durante o reinado de Maria I, católica. Desenvolveu-se, assim, uma forma diferente de colonização, chamada **colonização de povoamento**, com características bastante próprias. Não havendo a metrópole para absorver sua produção, essa colonização obrigou-se ao desenvolvimento de uma policultura que abastecesse o mercado interno. Sua mão de obra é predominantemente livre, estabelecida em minifúndios. Há nessas áreas uma tendência ao estabelecimento de um comércio interno, o qual tende, de uma forma mais ampla que nas colônias de exploração, a extrapolar os limites impostos pelo monopólio metropolitano. Além disso, abre-se uma perspectiva decisiva: a possibilidade dos capitais gerados pela atividade colonial terem uma maior acumulação na própria colônia, fato que ocorre de forma bem menos acentuada nas colônias de exploração.

Diferentemente dos EUA, portanto, temos que a inserção do Brasil no âmbito econômico mundial já se dá nos quadros de uma economia voltada aos interesses dos centros dinâmicos do sistema, apresentando todas as principais características que marcaram as colônias de exploração, notadamente a dependência e a impossibilidade de acumulação interna de capitais.

ATENÇÃO!

No mapa ao lado, vemos as rotas de tráfico Bantos do sul e sudaneses do centro-oeste africano abasteceram o Brasil, incorporando-o à exploração colonial, fazendo, primeiro de Salvador e depois do Rio de Janeiro, os principais centros importadores.

Economia açucareira no Brasil

A montagem da empresa açucareira

Sabemos as razões que levaram Portugal a decidir-se pela colonização do Brasil. Entretanto, é necessário compreender as razões que explicam a opção pelo açúcar como principal atividade motivadora da colonização.

Em primeiro lugar, os portugueses já detinham uma experiência prévia do cultivo de cana nas ilhas do litoral da África. Dessa experiência, já haviam apreendido a existência de um mercado crescente, na Europa, para esse produto, bem como as condições de clima e solo necessárias para seu cultivo, todas elas existentes em suas terras na América. Além disso, as condições de mercado na Europa, com o crescente afluxo de metais provenientes da América Espanhola, eram propícias ao comércio de um produto caro e até então supérfluo, como o açúcar.

Em segundo lugar, a implementação da empresa açucareira no Brasil esbarrava em sérios problemas. À época do início da colonização, a Coroa portuguesa já se achava em crise, em função dos custos da manutenção do Império nas Índias, bem como ao declínio da lucratividade do comércio de gêneros orientais. Da mesma forma, seria necessário resolver a questão da mão de obra, dada à inexistência, em Portugal, de contingentes de trabalhadores que pudessem ser deslocados para o Brasil.

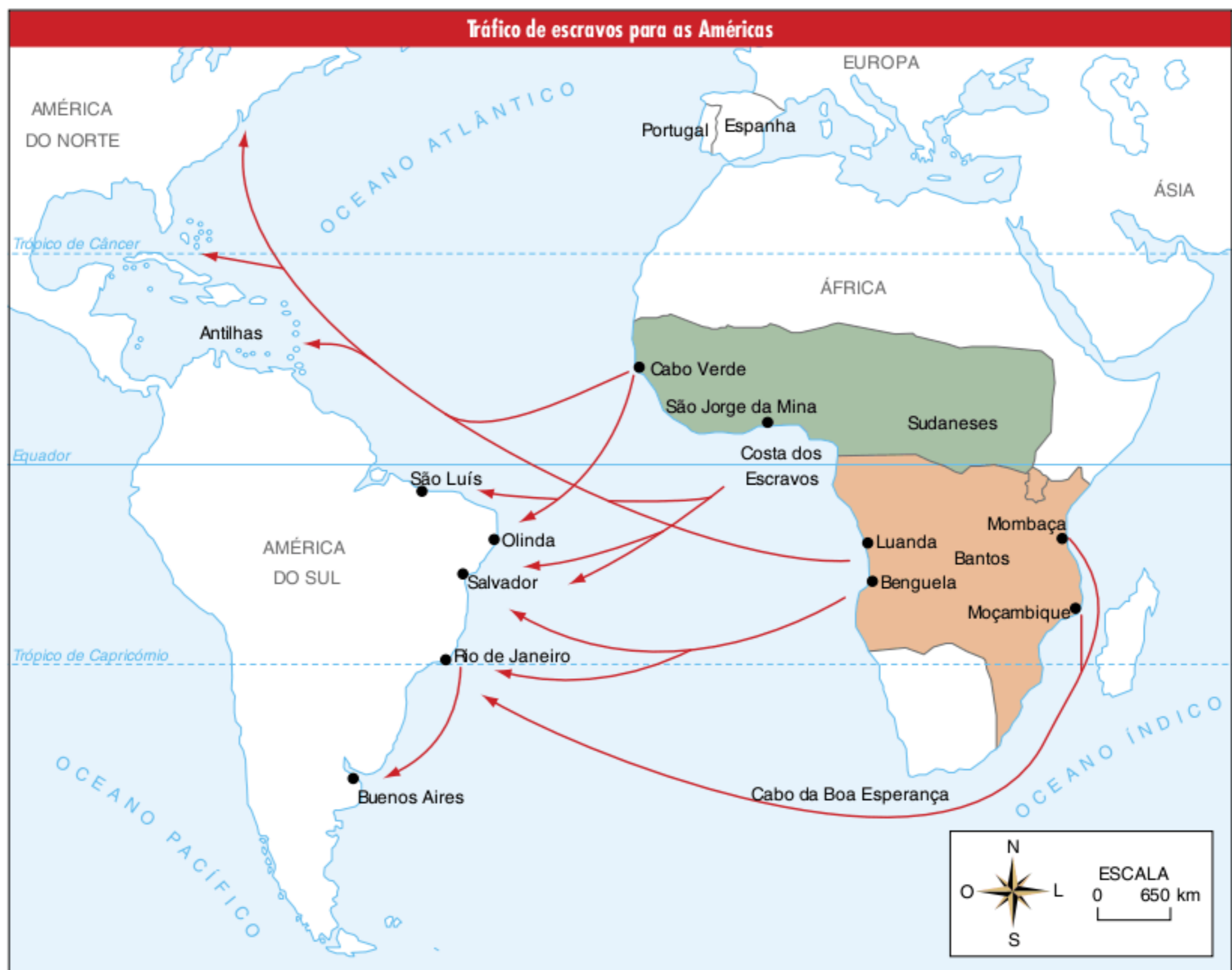
A questão dos capitais foi resolvida através de uma associação com capitais holandeses. Assim, os holandeses passaram

a ter significativa participação nos investimentos, em troca do monopólio do refino e da distribuição final do açúcar na Europa. Quanto à mão de obra, a solução, em um primeiro momento, foi o aprisionamento e a escravização de vários contingentes nativos (indígenas), os quais se constituíram na primeira forma de mão de obra aqui empregada.

O regime de *plantation* (agricultura extensiva, realizada em latifúndios, com vasta utilização de mão de obra escrava, em uma produção voltada ao mercado externo) empregado na exploração econômica brasileira deu origem ao aparecimento da forma típica de propriedade rural no Brasil Colonial, os **engenhos** de açúcar. Chamamos de engenho o complexo formado pelo latifúndio agrícola somado às instalações e equipamentos necessários ao trabalho manufatureiro de obtenção do açúcar.

Além disso, dentro dessa unidade produtiva encontramos também a **casa-grande**, morada do senhor de engenho; a **senzala**, onde viviam os escravos; áreas para o cultivo de produtos de consumo interno; usualmente, uma capela, com um padre residente etc. Assim, surgem dentro dessa unidade produtora todos os segmentos que compõem a própria sociedade colonial, todos eles sob a direta dominação do senhor de engenho.

Embora a primeira área produtora de açúcar tenha sido a região de São Vicente, no litoral sul do Brasil, com o primeiro engenho sendo fundado na expedição de Martin Afonso, muito cedo o centro da produção açucareira foi transferido para



o Nordeste e a região do Recôncavo Baiano. As razões para essa transferência encontram-se no clima e no solo do Nordeste (muito mais propícios ao cultivo da cana), bem como na proximidade consideravelmente maior desta região em relação a Portugal. Assim, foi o litoral de Pernambuco que despontou como principal centro da produção açucareira, núcleo fundamental da colonização portuguesa no Brasil.



Como economia dependente, é natural que a produção brasileira tenha oscilado ao sabor dos acontecimentos europeus. Assim, a própria expansão da lavoura açucareira está diretamente condicionada à expansão de mercados que se verifica na Europa ao longo do século XVI e no início do XVII. Para compreendermos esse fenômeno, temos que ter em mente os efeitos da exploração espanhola nas suas colônias na América.

Ao contrário dos portugueses, que aqui se depararam com populações nativas em um estado de evolução cultural que se relacionava ao período Neolítico europeu e encontraram poucas riquezas exploráveis de imediato, os espanhóis encontraram, na parte da América que lhes coube, avançados impérios e vastas quantidades de metais preciosos.

A exploração desenfreada desses metais e seu envio para a Espanha combinou-se com o dado de que a Espanha não havia desenvolvido uma estrutura produtiva interna nem tampouco uma mentalidade capitalista de investimento. Assim, as riquezas americanas tiveram, para esse país, o uso básico de proporcionar a importação de gêneros manufaturados produzidos na Flandres, na Inglaterra e na França, além do açúcar brasileiro, de gêneros de luxo orientais etc. Dessa forma, a Espanha acabou tendo o papel de distribuidor das riquezas americanas na Europa, ampliando de forma brutal o volume de capitais e a disponibilidade do mercado europeu notadamente para gêneros de luxo e caros, como era então o açúcar.

Não nos esqueçamos de que, em última análise, esta disponibilidade do mercado apoia-se num fluxo de metais que tende

a se esgotar ao longo das décadas. É o que começa a ocorrer a partir de meados do século XVII, quando já se verifica um refluxo na euforia econômica europeia. Ao mesmo tempo, esse período de esgotamento traz a eclosão de um fenômeno de vastas decorrências econômicas e políticas para a Europa. Trata-se da **Guerra dos 30 anos**, que se estende entre 1618 e 1648 e cujo termo assinalou não apenas uma inversão no panorama político da Europa Ocidental, como também um desgaste econômico e redução populacional com óbvias decorrências negativas no mercado europeu.

Assim, se assumirmos a prática usual de dividir a economia brasileira colonial em **ciclos**, percebemos que o **ciclo da cana-de-açúcar** estendeu-se fundamentalmente entre 1530 e o início da segunda metade do século XVII.

No entanto, a utilização do princípio de ciclos econômicos não exclui a existência de atividades paralelas a esta economia principal. Assim, ao lado do açúcar, desenvolve-se uma série de **atividades subsidiárias**, tais como a pecuária (cujo papel estava ligado, mais do que à alimentação, ao fornecimento de gado para tração e transporte), a agricultura de subsistência, o comércio (externo, monopolizado por comerciantes portugueses, além de um pequeno comércio local) e outras atividades menores que tendem a se desenvolver nos centros urbanos, estes também condicionados aos interesses das áreas agrícolas.

A questão da mão de obra

Já salientamos anteriormente dois aspectos da utilização da mão de obra escrava no Brasil. O primeiro deles é a necessidade da utilização do trabalho escravo como forma de baratear os custos de produção. O segundo é que, em um primeiro momento, esta mão de obra escrava constituiu-se do indígena sendo somente mais tarde introduzida aqui a mão de obra negra africana.

Há uma série de explicações para a substituição da mão de obra indígena pela africana, as quais se interligam e se complementam. Descartemos de antemão a ideia de que esta substituição deu-se pelo fato de o índio não ter se adaptado à escravidão. Tal explicação mascara o fato de que também o negro reagiu, e de forma violenta, por vezes, através de revoltas, fugas, formação de núcleos de resistência (os **quilombos**), ou de formas mais pacíficas e igualmente dramáticas, como o suicídio ou a prática do aborto.

Outra explicação que merece ressalvas é aquela que atribui aos jesuítas o papel de protetores dos nativos e de elemento que impediu sua escravização. Com efeito, a prática dos jesuítas no sentido de estabelecer **missões** ou **reduções** indígenas pode, em um certo sentido, ser vista como uma proteção ao índio. Entretanto, cabe lembrar questões vitais para a compreensão desse fato, com relação ao estágio cultural em que os indígenas encontravam-se quando da chegada dos portugueses.

Atividades subsidiárias

Entende-se por aquelas que se voltam a atender as atividades fundamentais. É o caso clássico da pecuária, cujo papel básico foi o de fornecer animais de tração e transporte para a atividade açucareira e mais tarde para a mineração.

As várias nações indígenas viviam, de um modo geral, em um regime de caça e coleta, sem conhecer a propriedade privada, a estratificação social ou mesmo a noção de trabalho como forma de produção de riqueza. Sua atividade econômica reduzia-se ao extrativismo, à caça e a uma agricultura altamente rudimentar.

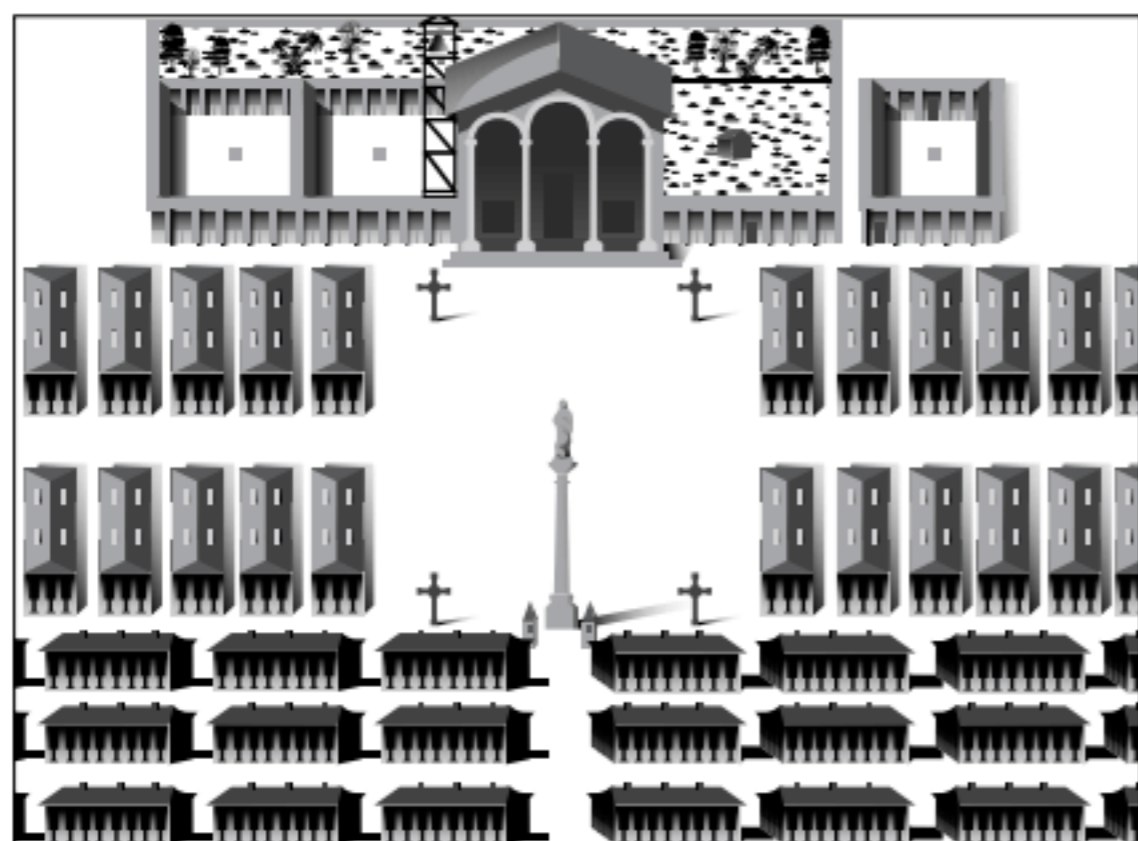


Fig. 1 Planta típica de uma missão jesuítica.

A própria utilização desse indígena em um regime de trabalho compulsório esbarrava em um obstáculo cultural intransponível, além de serem comunidades que defendiam sua terra com todos os instrumentos que lhes fossem possíveis. Assim, a atuação jesuítica nas missões, na medida em que procuravam incutir nos nativos valores cristãos, valores ligados à civilização europeia, incutia-lhes também noções tais como a do trabalho, das técnicas de cultivo etc., tornando-os mais dóceis ante a presença do branco invasor.

Cabe lembrar que a mesma Companhia de Jesus que, aqui no Brasil, colocou-se veementemente contra a escravização do indígena, nada fez contra essa escravização na América Espanhola, sendo inclusive o principal instrumento de justificação da escravização do índio.

Assim, a explicação do uso da mão de obra africana em detrimento da indígena parece encontrar-se em outras razões. Uma delas é, sem dúvida, a dizimação das populações nativas, não apenas pela escravização, mas também pela proliferação de doenças geradas pelo contato com o europeu, para as quais os indígenas não possuíam defesas orgânicas, tais como a malária, a gripe, a sífilis etc. E não podemos nos esquecer dos fantásticos **lucros gerados pelo tráfico negreiro**, lucros que convergiam para a metrópole, muito mais de acordo, portanto, com os objetivos mercantilistas da colonização. Convém lembrar que o tráfico de escravos negros não se constituía em novidade para os portugueses, que já o empregavam desde o início da exploração das ilhas do litoral africano, no século XV.

De qualquer forma, a escravização do índio, embora tenha sofrido várias formas de pressão por parte da coroa, só foi definitivamente extinta no século XVIII, mas sempre se manteve como uma forma alternativa de mão de obra empregada em atividades de baixa lucratividade.

A sociedade colonial nos séculos XVI e XVII

A vida social nos primeiros séculos da colonização estava diretamente condicionada pelo núcleo fundamental da vida colonial, a grande unidade produtora açucareira. Assim, a sociedade colonial reproduz a mesma composição e a correlação de forças presentes nos engenhos. Temos, portanto, uma sociedade rural, escravista, onde a figura do senhor de engenho assume um poder de vida e morte sobre sua família e escravos, poder que se traduz em um total domínio social por essa elite aristocrática.

Compondo o quadro social, temos uma massa de escravos submetidos pela força que se opõe a essa aristocracia e uma parcela pequena de homens livres (capatazes, feitores, trabalhadores técnicos na produção do açúcar, trabalhadores urbanos, médicos, professores, membros do clero), conhecidos como **homens bons**, todos eles dependentes do poder autocrático dos senhores.

Assim, as possibilidades de ascensão social, seja através do enriquecimento ou do casamento, eram mínimas. Da mesma forma, o espaço para o desenvolvimento de atividades que fugissem ao controle da aristocracia era bastante limitado, o que assegurava o poder absoluto desta sobre a vida interna da colônia.



Fig. 2 Família brasileira.

Demais atividades econômicas nos séculos XVI e XVII

O comércio colonial

Já vimos que a condição brasileira enquanto colônia impunha como um elemento básico o monopólio comercial exercido pela metrópole. Entretanto, a manutenção deste monopólio é diretamente condicionada pelas atitudes da metrópole para garanti-lo, sendo essas atitudes determinadas, por sua vez, pela necessidade maior da metrópole em relação às riquezas geradas pela colônia.

Em um primeiro momento, do período que se estende do início da colonização até a União Ibérica, a rigidez do Pacto Colonial português foi consideravelmente menor. As razões para isso são bastante simples: tínhamos aqui uma região pouco povoada, na qual a única atividade econômica de peso real

era a produção do açúcar, a qual já estava inserida nos acordos entre Portugal e a Holanda. Assim, o monopólio era exercido de fato, pela presença, no Brasil, de portugueses e seus parceiros, os holandeses.

Foi somente em 1571 que o rei d. Sebastião decretou a exclusividade dos navios portugueses no comércio colonial. Entretanto, essa tentativa de estabelecer o monopólio esbarrava em condições militares bastante insuficientes para impedir o contrabando em uma costa com dimensões continentais e cuja produção de riquezas aguçava a cobiça de várias outras nações europeias. Esse monopólio, iniciado com os navios, será intensificado durante o período da União Ibérica, período que acarretou diversos problemas para a história subsequente de Portugal.

Portugal liberta-se do domínio espanhol em um quadro de absoluta decadência econômica e endividamento externo. Mais que isso, sua única fonte efetiva de riqueza no Brasil, o Nordeste açucareiro, esteve anos em mãos dos holandeses e ficou totalmente decadente depois que estes foram expulsos, como veremos adiante.

Assim, a Coroa portuguesa precisava ampliar, de forma desesperada, sua arrecadação no Brasil, o que fez por meio de uma política muito mais opressiva. Desse modo, em 1643, era criado o **Conselho Ultramarino**, um órgão da Coroa portuguesa com o papel de administrar todos os assuntos referentes ao mundo colonial português. O objetivo da Coroa, ao criá-lo, era o de centralizar a administração das colônias, para impedir a dispersão de recursos e implementar uma política mais rígida em relação a elas. Da mesma forma, em 1649, era criada a **Companhia Geral de Comércio do Estado do Brasil**, uma companhia comercial do Estado português cujo papel era o de monopolizar o comércio de toda uma série de produtos, como o vinho, o azeite, a farinha, o trigo, o pescado, entre outros, em toda a faixa que se estendia do litoral do Rio Grande do Norte até São Vicente. A mesma função cabia à **Companhia de Comércio do Estado do Maranhão**, fundada em 1682, com relação ao litoral norte do país. A obtenção dos produtos europeus pelo colono, bem como o escoamento de toda a produção colonial para a Europa, ficava, assim, diretamente submetida ao domínio metropolitano.

A pecuária

Paralelamente à atividade econômica principal (o açúcar, nos primeiros séculos), desenvolveu-se toda uma série de atividades econômicas, algumas associadas e subsidiárias a esta economia dominante, e outras secundárias.

Entre estas primeiras, podemos citar a pecuária, que sempre se desenvolveu à sombra da economia fundamental. No caso do açúcar, o gado tinha um papel fundamental no transporte, na tração nos engenhos e, em uma escala menor, na alimentação.

Estando as áreas litorâneas ocupadas pelas fazendas de açúcar, as fazendas de gado ocuparam a faixa mais interna do território. Assim, a pecuária foi responsável por uma interiorização da colonização, sendo a primeira atividade econômica a ocupar sistematicamente terras mais distantes do litoral.

Sua prática era através de uma produção extensiva, aproveitando-se das vastas dimensões de terra à disposição.

Essa prática tornava difícil a utilização da mão de obra escrava pelas óbvias dificuldades de controle e fiscalização do escravo, o que possibilitava o roubo do gado e a própria fuga. Dessa forma, foi comum a utilização do vaqueiro livre, o qual detinha a propriedade sobre uma parcela do gado.

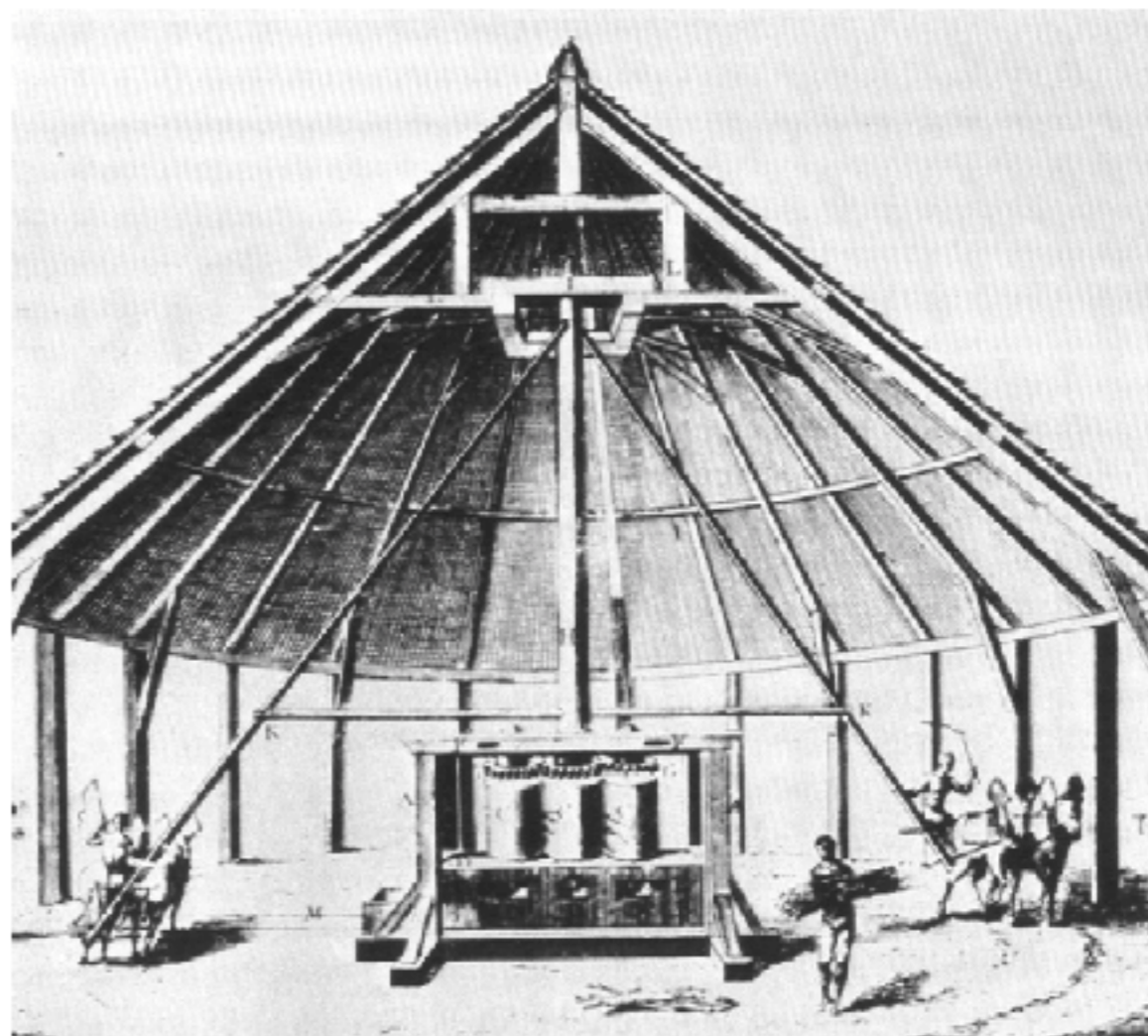


Fig. 3 Moenda movida por tração animal.

As drogas do sertão

Outra atividade bastante difundida foi a busca pelas chamadas **drogas do sertão**. Este termo é empregado para designar toda uma série de produtos medicinais, alimentícios e afrodisíacos obtidos através do extrativismo em regiões remotas e de difícil penetração. Da mesma forma que a pecuária foi responsável pela ocupação do setor nordestino, a busca das drogas do sertão foi um dos principais elementos a motivar a ocupação da Amazônia.

Além da pecuária e das drogas do sertão, devemos mencionar o extrativismo do cacau e a produção de inúmeros gêneros voltados à subsistência ou ao abastecimento interno, como a mandioca, o tabaco, a aguardente e a rapadura.



Fig. 4 Jean-Baptiste Debret. *Pedreira*. Tela de Debret mostrando um carro de boi.

Revisando

1 Qual o papel das colônias para que fossem atingidos os objetivos do Mercantilismo?

2 Quais razões explicam a opção portuguesa pelo açúcar como o produto em torno do qual foi estruturada a colonização?

3 Quais as principais características da sociedade colonial brasileira durante os séculos XVI e XVII e de que forma a estrutura econômica da colonização contribuiu para a formação desse tipo de sociedade?

Exercícios propostos

1 Vunesp 2002 Na Idade Moderna, o processo de colonização europeia das regiões do continente americano não foi uniforme. Pode-se distingui-las em áreas de:

- (a) colônia de povoamento, ocupada por contingentes de escravos africanos; e de colônia de exploração indígena.
- (b) colônia de exploração, baseada na escravidão e na grande propriedade agrícola; e de colônia de povoamento.
- (c) produção e de exportação de mercadorias manufaturadas; e de importação de matérias-primas europeias.
- (d) domínios políticos, com a submissão da população local; e de domínios econômicos, sendo garantida a liberdade indígena.
- (e) exploração econômica de recursos naturais; e de catequese das populações nativas por missionários cristãos.

2 Unicamp 2002 O trecho a seguir foi adaptado de “Roteiro do Maranhão a Goiaz”, um escrito anônimo de 1780:

As colônias são estabelecidas para a utilidade da metrópole. Os habitantes da colônia devem ocupar-se em cultivar e adquirir as produções naturais, ou matérias-primas, que serão exportadas para a metrópole, a qual não só irá se servir delas, mas, aperfeiçoando-as, poderá também tirar das colônias o preço da mão de obra e comercializar o supérfluo com as nações estrangeiras.

- a) Caracterize as funções das colônias do ponto de vista das metrópoles.
- b) De acordo com o texto, como as metrópoles utilizavam a produção colonial?
- c) Descreva, a partir do texto, o processo de obtenção do lucro pelas metrópoles.

3 FGV 2003 Durante a época Moderna, o sistema de *plantation*:

- (a) propagou-se pela Europa Ocidental e caracterizou-se pela pequena exploração agrícola, pelo trabalho assalariado e pela produção em pequena escala de gêneros alimentícios.
- (b) disseminou-se pelo continente africano e caracterizava-se pela prática do escambo entre os conquistadores europeus e as tribos nativas.
- (c) instalou-se no continente americano e tinha como características o latifúndio, a escravidão e a produção em larga escala de matérias-primas e gêneros tropicais.
- (d) foi uma particularidade da América de colonização ibérica e caracterizava-se pela grande propriedade agrícola, escravidão e produção de manufaturados.
- (e) foi uma especificidade da América anglo-saxã e tinha como características a pequena propriedade, o trabalho familiar e o desenvolvimento do mercado interno colonial.

4 FGV 2003 *Desdobramento da expansão comercial e marítima dos tempos modernos, a colonização significava a produção de mercadorias para a Europa, naquelas áreas descobertas em que as atividades econômicas dos povos primitivos não ofereciam a possibilidade de se engajarem em relações mercantis vantajosas aos caminhos do desenvolvimento capitalista europeu. Assim, passava-se da simples comercialização de produtos já encontrados em produção organizada, para a produção de mercadorias para o comércio.*

Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, p. 73.

Neste texto, o autor descreve:

- (a) a integração de áreas do território americano ao mercado europeu, a partir do século XVI.
- (b) as relações econômicas entre a Europa Ocidental e a Europa do Leste, no século XVI, quando prevaleceu o capitalismo comercial.
- (c) as diferenças entre a colonização da América e a da África.
- (d) a organização, na Ásia, do Antigo Sistema Colonial.
- (e) a incorporação dos povos indígenas ao capitalismo europeu.

5 Dê um conceito de Mercantilismo e analise as formas através das quais o Sistema Colonial contribuiria para que seus objetivos fossem atingidos.

6 O que se entende por colonização de povoamento, quais as características desse tipo de colônias e quais os efeitos que essa colonização provoca e que diferem essencialmente dos efeitos gerados pela colonização de exploração?

7 UFBA Leia as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

[...] *Os senhores poucos, os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despídos e nus; os senhores banqueteados, os escravos perecendo a fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-se como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para açoitado, como estátua da soberba e da tirania; os escravos prostrados com as mãos atadas atrás, como imagem vilíssima da servidão e espetáculos da extrema miséria. Oh Deus! Quantas graças devemos à Fé que nos destes, [...] para que à vista destas desigualdades reconheçamos com tudo vossa justiça e providência! [...]*

Vieira apud Avancini, p. 46.

Com base no sermão do Padre Vieira, pode-se inferir:

- I. a posição do jesuíta referente à escravidão reflete o pensamento da Igreja Católica no período Colonial.
 - II. as denúncias da Igreja se limitavam ao repúdio, às torturas e aos maus tratos, não havendo, porém, questionamento da escravidão enquanto instituição.
 - III. as desigualdades terrenas são reconhecidas no discurso do jesuíta, que elege como espaço de julgamento o fórum divino.
 - IV. a dominação colonialista se fazia pelo poder econômico, jurídico, político e ideológico sobre a classe trabalhadora escravizada.
 - V. o negro ingressou na sociedade brasileira como cultura dominada, e as marcas da escravidão persistem no Brasil de hoje.
- (a) Apenas I e II são corretas.
 - (b) Apenas II e IV são corretas.
 - (c) Apenas I, III e V são corretas.
 - (d) Apenas I, III, IV e V são corretas.
 - (e) Apenas II, III, IV e V são corretas.

8 Quais razões explicam a adoção da mão de obra escrava nas colônias de exploração?

9 O que se entende por “Pacto Colonial” e quais são suas principais características?

10 O Mercantilismo, enquanto conjunto de políticas adotadas na transição entre o Feudalismo e o Capitalismo, tinha, como princípios e práticas:

- I. exportar cada vez mais e importar cada vez menos, a fim de obter uma balança comercial favorável e reter metais preciosos.
- II. desenvolver o livre comércio colonial, independente da nacionalidade das embarcações, opondo-se a qualquer intervenção estatal na economia.
- III. estimular a exportação de metais preciosos e a importação de produtos manufaturados, a fim de intensificar a utilização de navios estrangeiros.
- IV. incentivar a produção nacional agrícola e manufatureira e desestimular as importações de mercadorias.
- V. adotar, dentro dos preceitos do Pacto Colonial, políticas que permitissem às colônias um bom desenvolvimento econômico, possibilitando a ruptura com suas metrópoles.

Está(ão) correta(s):

- (a) apenas I.
- (b) apenas I e IV.
- (c) apenas II e V.
- (d) apenas II e III.
- (e) apenas III, IV e V.

11 A era dos descobrimentos, iniciada pela aventura atlântica dos navegadores portugueses, logo seguidos por espanhóis, ingleses, franceses e holandeses, teve como consequência a ampliação do horizonte europeu a “novos mundos”. À era da expansão europeia se segue a conquista e ocupação dos novos territórios, formando os impérios coloniais da era do Mercantilismo. Das alternativas a seguir, aquela que não diz respeito ao Antigo Sistema Colonial é:

- (a) a reinvenção do trabalho escravo e de outras formas de trabalho servil nas colônias.
- (b) o exclusivo colonial, definindo relações de monopólio no trato comercial das metrópoles com as colônias.
- (c) a partilha da Ásia e da África, como resultado da competição imperialista entre as grandes potências.
- (d) a organização da produção colonial em torno do eixo exportação, escravidão e grande propriedade.
- (e) os descobrimentos, a expansão comercial e as práticas mercantilistas do Estado absolutista europeu.

12 O expansionismo marítimo europeu, nos séculos XV – XVI, gerou uma autêntica “Revolução comercial”, caracterizada exceto por:

- (a) incorporação de áreas do continente americano e africano às rotas tradicionais do comércio.
- (b) ascensão das potências mercantis atlânticas, como Portugal e Espanha.
- (c) afluxo de metais preciosos da América para o Oriente, resultante do escambo de mercadorias.

- (d) deslocamento parcial do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico.
- (e) perda do monopólio do comércio de especiarias por parte dos italianos.

13 UFF *As colônias não passam de estabelecimentos de comércio. (Choiseul, ministro das colônias da França, 1765.)*

Marque a opção que explica melhor a frase anterior.

- (a) Segundo a visão mercantilista, a colonização era enfocada, principalmente, a partir dos interesses comerciais metropolitanos.
- (b) O ministro francês quis ressaltar com sua frase que a colonização mercantilista foi de todo entregue ao comércio privado a seus estabelecimentos.
- (c) A colonização mercantilista moderna ignorava a produção para concentrar-se só nas trocas e no lucro comercial.
- (d) Nas colônias dos Tempos Modernos, segundo Choiseul, o governo metropolitano desejava que os comerciantes, não os produtores, tivessem os principais postos de mando.
- (e) Choiseul representava os interesses dos comerciantes atacadistas franceses, daí ressaltar o caráter central do comércio na colonização da época.

14 A essência do Sistema Colonial Mercantilista consistia em:

- (a) implantar colônias de povoamento com controle e fiscalização flexível por parte da metrópole.
- (b) destinar às metrópoles o produto do comércio colonial, visando à acumulação de capitais.
- (c) desenvolver o mercado interno das colônias, com estímulo ao artesanato e à manufatura.
- (d) assegurar a presença e o controle colonial pelas populações nativas.
- (e) estimular o emprego de trabalhadores livres e pequenas propriedades familiares.

15 A política econômica do Estado absolutista, o Mercantilismo, reuniu práticas e doutrinas que, em suas diversas modalidades entre os séculos XVI e XVIII, caracterizou-se por um (a):

- (a) liberalismo econômico como forma de manutenção da aliança política do rei com os segmentos burgueses.
- (b) protecionismo alfandegário através de proibições das exportações que visava ao equilíbrio da balança comercial do Estado.
- (c) intervencionismo estatal nas atividades comerciais lucrativas que proibiu a concessão de monopólios a grupos privados.
- (d) expansão do poderio naval como garantia das comunicações marítimas entre as metrópoles e seus impérios coloniais.
- (e) restrição dos privilégios senhoriais relacionados à participação da nobreza no comércio ultramarino e nas companhias comerciais do Estado, tais como a Companhia das Índias Orientais e das Índias Ocidentais.

16 Foram inúmeras as consequências da expansão ultramarina dos europeus, gerando uma radical transformação no panorama da história da humanidade.

Sobressai como uma importante consequência:

- (a) a constituição de impérios coloniais embasados pelo espírito mercantil.
- (b) a manutenção do eixo econômico do mar Mediterrâneo com acesso fácil ao oceano Atlântico.
- (c) a dependência do comércio com o Oriente, fornecedor de produtos de luxo, como sândalo, porcelanas e pedras preciosas.
- (d) o pioneirismo de Portugal, explicado pela posição geográfica favorável.
- (e) a manutenção dos níveis de afluxo de metais preciosos para a Europa.

17 Durante o século XVI a chegada à Europa de grande quantidade de prata e ouro provenientes das colônias espanholas na América provocou:

- (a) o desenvolvimento de manufaturas nos países da Península Ibérica.
- (b) um déficit financeiro das metrópoles nas relações comerciais com suas colônias.
- (c) um processo inflacionário denominado "revolução dos preços".
- (d) a desestruturação do sistema mercantil e o fim da acumulação primitiva de capital.
- (e) a instituição de moedas nacionais como padrões nas trocas internacionais.

18 A política econômica do Capitalismo comercial denominada Mercantilismo ficou conhecida pelo estímulo:

- (a) à exportação, em detrimento das importações, sob forte intervenção estatal na economia e exclusividade de comércio entre metrópole e colônia.
- (b) ao individualismo econômico baseado no governo da natureza, e tendo a agricultura como principal produtora de riqueza.
- (c) à plena liberdade de concorrência, regulamentando a produção com base na lei de oferta e de procura e nas atividades exclusivas de comércio entre metrópole e colônia.
- (d) à reorganização da sociedade com base nas importações, desregulamentação da economia e liberdade de comércio entre metrópole e colônia.
- (e) à balança comercial favorável através da produção agrícola e relações comerciais independentes entre colônia e metrópole.

19 As relações entre metrópoles e colônias estabeleceram-se desde a época dos descobrimentos em função dos interesses da burguesia mercantil e das exigências dos Estados Modernos.

Indique quais eram os interesses e as exigências que as metrópoles faziam de suas colônias, do ponto de vista econômico e político.

20 UFPR (Adapt.) Leia o texto a seguir.

Estado absolutista, sociedade estamental, política mercantilista, exploração colonial e desenvolvimento mercantil são partes constituintes de um todo denominado Antigo Regime. Assim,

o Antigo Regime apresentava componentes de origem feudal e componentes que prenunciavam o Capitalismo. É devido a tal característica que se pode considerar a Idade Moderna como um período de transição do Feudalismo ao Capitalismo.

D. M. F. Pereira e L. Koshiba. *História do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Atual, 1996. p.10.

Para esse longo processo de transformações, identificado com a Idade Moderna, concorreram inúmeros fatores, dentre os quais é correto apontar:

- a crescente valorização da vida terrena, que favoreceu a disseminação da ideia de liberdade pessoal e permitiu a cada indivíduo expressar suas dúvidas e paixões, em busca da realização e da felicidade.
- o fortalecimento político do Estado, que tomou para si a responsabilidade de ministrar a justiça, interferindo sobremaneira nos vínculos e articulações familiares e comunitárias.
- a crescente complexidade das relações econômicas, que no início decorreu do desenvolvimento do comércio e, posteriormente, da produção industrial.
- a contestação aos ideais da Renascença, que fortaleceu os princípios do pensamento escolástico, base ideológica da ciência experimental moderna.

21 Na engrenagem do sistema mercantilista de colonização do Brasil, fez-se opção pela mão de obra africana. O tráfico negreiro:

- (a) contribuía para o apresamento indígena como negócio interno da colônia.
- (b) estimulava a utilização de mão de obra de fácil acesso e baixa rentabilidade econômica.
- (c) atendia às pressões exercidas pelos ingleses em relação à troca da produção açucareira pelo fornecimento de negros.
- (d) abria novo e importante setor do comércio para os mercados metropolitanos.
- (e) era elemento fundamental no processo de expansão econômica do mercado interno brasileiro.

22 Celso Furtado, estudando a história econômica do Brasil, afirma que esta se divide em ciclos econômicos desde o período Colonial.

- a) Defina ciclo econômico.
- b) Cite dois desses ciclos e situe-os em seus respectivos períodos históricos.

23 Na questão a seguir, complete os parênteses com V se a afirmativa for verdadeira ou F se for falsa.

Sobre os quilombos, pode-se afirmar que:

- eram uma ameaça à ordem escravocrata e à economia do açúcar; neles, os negros fugidos dos engenhos tentavam reviver o modo de vida africano.
- durante a ocupação holandesa em Pernambuco, os escravos, aproveitando a desorganização produzida pela guerra, fundaram vários quilombos.
- dois grandes líderes negros chefiam quilombos em Pernambuco: Ganga Zumba e Zumbi.

- o bandeirante Domingos Jorge Velho, contratado pelo governo de Pernambuco, destrói o quilombo dos Palmares com o seu exército na primeira investida.
- o famoso batalhão de negros comandados pelo negro Henrique Dias também combateu o quilombo dos Palmares.

24 Entre as várias formas de resistências do negro ao regime escravista no Brasil Colonial encontramos os quilombos. Palmares, o maior exemplo de grande quilombo, possuía uma organização econômica que apresentava as seguintes características:

- (a) agricultura policultorista como principal atividade, organizada com base em um sistema de sesmarias semelhante aos engenhos, que visava ao consumo local e comercialização do excedente.
- (b) agricultura monocultorista, que visava a comercialização, caça, pesca, coleta e criação de gado para o consumo interno.
- (c) agricultura policultora, realizada em pequenos roçados das famílias, e um sistema de trabalho cooperativo que produzia excedentes comercializados na região, além da extração vegetal e da criação para a subsistência.
- (d) atividades extrativas, pecuária bovina e caprina para atender o consumo local, e fabricação de farinha, aguardente e azeite para a comercialização.
- (e) criação de animais, caça, pesca e coleta para a subsistência, e agricultura monocultorista que concorria com a produção dos engenhos.

25 Entre as formas de reação coletiva dos negros africanos ao processo de escravização durante a colonização do Brasil, destaca-se a organização dos quilombos. Marque a opção correta a respeito dos quilombos.

- (a) Consistiam em paliçadas onde os ex-escravos, libertados pelos seus senhores, encontravam trabalho e apoio comunitário, já que a abolição não lhes garantiu emprego fixo.
- (b) Em toda a área colonial existiram, mas jamais chegaram a constituir uma comunidade estável que estabelecesse contatos comerciais com as vilas.
- (c) O quilombo de Palmares foi o único que realmente resistiu às primeiras investidas dos "capitães do mato", apesar de não ter sobrevivido por mais de cinco anos.
- (d) Apesar de não ser o único, Palmares foi o mais importante dos quilombos, resistindo por décadas às investidas portuguesas durante o século XVII.

26 Ao lado da proteção que representou aos nativos no Brasil, o papel exercido pela Companhia de Jesus vem sendo bastante questionado nesse aspecto. Quais os principais elementos negativos representados pela prática jesuítica junto aos indígenas brasileiros durante a colonização?

27 FGV 2003 Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente.

A. J. Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 89.

Assinale a alternativa correta.

- (a) A escravização dos negros africanos permitiu que os índios deixassem de ser escravizados durante o período Colonial.
- (b) O trabalho manual era visto como degradante pelos senhores brancos, e a escravidão, uma forma de lhes garantir uma vida honrada no continente americano.
- (c) Apesar dos vultosos lucros obtidos com o tráfico, a adoção da escravidão de africanos explica-se pela melhor adequação dos negros à rotina do trabalho colonial.
- (d) Extremamente difundida na Região Nordeste, a escravidão teve um papel secundário e marginal na exploração das minas de metais e pedras preciosas no interior do Brasil.
- (e) Diante das condições de vida dos escravos, os jesuítas criticaram duramente a escravidão dos negros africanos, o que provocou diversos conflitos no período Colonial.

28 Unifesp 2002 Sobre os quilombos, é correto afirmar que:

- (a) desapareceram depois da terrível repressão que se abateu sobre Palmares no final do século XVII.
- (b) sobreviveram a todas as repressões, porque sempre contaram com ajuda externa dos pobres livres.
- (c) formaram-se em grande número, pequenos e grandes, durante toda a história da escravidão brasileira.
- (d) foram tolerados pelas autoridades, porque, ao se isolarem em lugares inacessíveis, não ameaçavam a sociedade.
- (e) ficaram confinados às zonas produtoras de açúcar, tabaco e cacau do Nordeste, durante o período Colonial.

29 UEL 2003 Leia o texto a seguir.

*Oh se a gente preta tirada
das brenhas da sua Etiópia,
e passada ao Brasil,
conhecera bem quanto deve a Deus
e à sua Santíssima Mãe
por este que pode parecer
desterro, cativo e desgraça
e não é senão milagre
e grande milagre!*

Antônio Vieira, 1633.

As palavras do Padre Vieira representam as inquietações e hesitações de autoridades régias, eclesiásticas e de colonos frente à mais emblemática rebelião de quilombos coloniais, o quilombo de Palmares - o "Estado Negro" encravado no Brasil escravista. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (a) no Brasil, as comunidades remanescentes dos quilombos foram aniquiladas e com elas também a tradição oral dos povos africanos.
- (b) Vieira e outros jesuítas justificaram e defenderam a escravidão dos negros, combinando a ideia de missão com a de ordem escravista.
- (c) as tropas locais, instruídas pelos jesuítas, negociaram pacificamente a rendição dos mocambos da Serra da Barriga.
- (d) o insucesso das diversas expedições contra Palmares não alterou a política de prevenção contra fugas e ajuntamentos de fugitivos.
- (e) a palavra "milagre" usada por Vieira significa o triunfo da libertação dos negros do cativo.

30 É bastante usual a visão de que os jesuítas representaram um elemento de proteção ao indígena, impedindo sua escravização e seu extermínio. Com efeito, essa visão aplica-se à história brasileira e pode ser largamente observada até mesmo em filmes, como, por exemplo, *A missão*, abordando as reduções jesuíticas da zona missioneira no sul do país e sua destruição pelas tropas portuguesas. Entretanto, sabemos que a mesma Companhia de Jesus, que tanto combateu a escravidão indígena no Brasil, justificou e aceitou a escravização dos nativos na América Espanhola. Como se explica essa aparente contradição?

31 O escravo no Brasil é geralmente representado como dócil, dominado pela força e submisso ao senhor. Porém, muitos historiadores mostram a importância da resistência dos escravos aos senhores e o medo que os senhores sentiam diante dos quilombos, insurreições, revoltas, atentados e fugas de escravos.

- a) Descreva o que eram os quilombos.
- b) Por que a metrópole portuguesa e os senhores combateram os quilombos, as revoltas, os atentados e as fugas de escravo no período Colonial brasileiro?

32 A empresa agrícola inerente à colonização portuguesa continua como fator do subdesenvolvimento atual do Brasil e de outros países. Esclareça o que é a *plantation* e explique as razões de sua escolha pelos colonizadores lusitanos.

33 A política colonizadora portuguesa, voltada para obtenção de lucros do monopólio na esfera mercantil, tinha como principal área de produção:

- (a) a implantação da grande lavoura tropical, de base escravista e latifundiária, caracterizada pela diversidade de produtos cultivados e presença de minifúndios e latifúndios.
- (b) o "exclusivo colonial", que subordinava os interesses da produção agrícola aos objetivos mercantis da Coroa e dos grandes comerciantes metropolitanos.
- (c) a agricultura de subsistência, baseada em pequenas e médias propriedades, utilizando mão de obra indígena.
- (d) a integração agropastoril, destinada ao abastecimento do mercado interno colonial, sobretudo ao do metropolitano.
- (e) a criação de Companhias Cooperativas envolvidas com a produção de tecidos e demais gêneros ligados ao consumo caseiro.

34 PUC-SP 2002 Leia o texto a seguir.

*O que o canavial sim aprende do mar:
o avançar em linha rasteira da onda;
o espriar-se minucioso, de líquido.
alagando cova a cova onde se alonga.
O que o canavial não aprende do mar:
o desmedido do derramar-se da cana;
o comedimento do latifúndio do mar,
que menos lastradamente se derrama.*

João Cabral de Melo Neto. "O mar e o canavial",
In: *A educação pela pedra. Antologia poética.*
Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999.

João Cabral, recifense, relacionou, no fragmento do poema acima, mar e canavial. A associação considera semelhanças e diferenças entre eles e pode ser compreendida, se considerarmos que:

- (a) “o avançar em linha rasteira” do canavial é uma menção à expansão da produção açucareira na Região Nordeste e especialmente no Estado de Pernambuco iniciada no período Colonial e encerrada no Império.
- (b) o mar e as praias de Pernambuco sempre foram, ao lado da cana, as únicas fontes de riqueza da Região Nordeste, desde o período Colonial até os dias de hoje.
- (c) “o desmedido do derramar-se da cana” é uma referência crítica à organização da produção açucareira em latifúndios, unidades produtoras de grande porte.
- (d) as lavouras de cana sempre estiveram localizadas no interior de Pernambuco, distantes do litoral, e a relação com o mar é para mostrar a totalidade geográfica do Estado.
- (e) “alagando cova a cova onde se alonga” é uma sugestão de que o plantio da cana, assim como o mar, provocou, ao longo de sua história, muitas mortes.

35 Fuvest Leia o texto:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial... destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução dos trópicos americanos.

Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil*.

Com base no texto e em seus conhecimentos, pode-mos afirmar que o autor:

- (a) indica que as estruturas econômicas não condicionam a vontade soberana dos homens.
- (b) demonstra a autonomia existente entre as esferas social e econômica.
- (c) dá ao Brasil uma especificidade dentro do contexto de colonização dos trópicos.
- (d) propõe uma interpretação econômica da colonização do Brasil, acentuando seu sentido mercantil.
- (e) confere ao sentido da colonização uma relativa autonomia em relação ao mercado internacional.

36 Leia o texto:

A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala na Europa. O principal produto da terra – o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados – em razão da insegurança dos transportes a grandes distâncias – que somente produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente poderiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube

a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e – excluída a hipótese da antecipação na descoberta do ouro – dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América.

Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. p. 29-30.

De acordo com o texto anterior é possível afirmar que:

- (a) a única coisa que poderia ter atraído os interesses portugueses para iniciar o processo de colonização era a antecipação da descoberta do ouro.
- (b) apesar dos custos e das dificuldades para se instalar a exploração econômica nas terras americanas, coube a Portugal a primazia neste empreendimento, que instalou os primeiros núcleos de povoamento na América, antes que qualquer outro país europeu o fizesse.
- (c) seria um excelente negócio a exploração agrícola das terras americanas através do cultivo do trigo, pois se tratava do produto de maior consumo na Europa.
- (d) só a produção manufatureira na América justificaria sua exploração econômica, já que os custos de transportes eram muito elevados, permitindo boas chances de lucros apenas ao comércio de alguns produtos muito caros.
- (e) o sucesso da produção açucareira no Brasil permitiu a Portugal ter se consolidado como uma das grandes potências coloniais na América.

37 Leia.

O senhor de engenho, diz o cronista a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.

André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*.

Considerando o período Colonial brasileiro, comente a afirmação apresentada.

38 A história econômica e social do Brasil Colonial está pontilhada de crises de abastecimento que podem ser explicadas por:

- (a) desvio da produção de alimentos para o consumo das tropas e abastecimento do Oriente.
- (b) maior atenção e investimento nos setores extrativos da economia colonial, durante o primeiro século da colonização.
- (c) predominância dos setores voltados para a produção de exportação.
- (d) baixa produtividade das lavouras indígenas, responsáveis pelo abastecimento das cidades.
- (e) constantes ataques de piratas, que paralisavam a importação de gêneros alimentícios da Europa.

39 Quais razões permitiram aos portugueses apostar num produto de luxo e caro, como era o açúcar no século XVI, como base da colonização brasileira?

40 Unifesp 2002 Não são raros [no período Colonial] os casos como o de um Bernardo Vieira de Melo, que, suspeitando a nora de

adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a Justiça dê um único passo no sentido de impedir o homicídio ou de castigar o culpado...

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*.

O texto demonstra:

- (a) a ineficácia das instituições judiciárias.
- (b) a insegurança dos grandes proprietários.
- (c) a força imensa, mas legal, do pátrio poder.
- (d) a intolerância com os crimes de ordem sexual.
- (e) a gestão coletiva do poder no interior da família.

41 Unesp Leia o texto.

Parece-me coisa mui conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá tem pouco remédio de casamento a estas partes, [...] De maneira que logo as mulheres teriam remédio de vida, e os homens [daqui] remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra.

Manuel da Nóbrega. Carta do Brasil, 1549.

Responda:

- a) neste trecho da carta enviada ao padre Mestre Simão, em 1549, o que solicita o Padre Manuel da Nóbrega ao rei de Portugal?
- b) qual é o objetivo da solicitação que faz?
- c) qual foi o trabalho desenvolvido pelos jesuítas no Brasil, no povoamento da terra, nas missões, na educação e com os índios?

42 A chamada “sociedade patriarcal”, característica do Brasil Colonial, assentava-se em dois elementos essenciais, que eram:

- (a) livre comércio e isenção de taxas.
- (b) mão de obra assalariada e monocultura.
- (c) pequena propriedade e exportação.
- (d) senhores e escravos.
- (e) comércio e lavoura.

43 Fuvest 2002 *Os que trazem [o gado] são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem seguidos pelo gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, tendo o cuidado que não saiam do caminho e se amontoem.*

A. J. Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*, 1711.

O texto expressa uma atividade econômica característica:

- (a) do sertão nordestino, dando origem a trabalhadores diferenciados do resto da colônia.
- (b) de regiões canavieiras onde se utilizava mão de obra disponível na entressafra do açúcar.
- (c) de todo o território da América portuguesa onde era fácil obter mão de obra indígena e negra.
- (d) das regiões do Nordeste, produtoras de charque, que empregavam mão de obra assalariada.
- (e) do sul da colônia, visando abastecer de carne a região açucareira do Nordeste.

44 A pecuária, além de contribuir para a interiorização da colonização, complementava as atividades econômicas açucareira do litoral nordestino e a aurífera das Minas Gerais. Indique o fator natural que contribuiu para a multiplicação do rebanho bovino no extremo sul da colônia e esclareça a razão de seu relacionamento com as Minas Gerais.

45 Apesar do predomínio da agromanufatura açucareira na economia colonial brasileira, a pecuária e a extração das “drogas do sertão” foram fundamentais. A esse respeito podemos afirmar que:

- (a) ocorreu uma grande absorção da mão de obra escrava negra, particularmente na pecuária.
- (b) a presença do indígena na extração das “drogas do sertão” foi essencial pelo conhecimento da geografia da Região Nordeste.
- (c) por serem atividades complementares, a força de trabalho não se dedicava integralmente a elas.
- (d) ambas foram responsáveis pelo processo de interiorização do Brasil Colonial.
- (e) possibilitaram o surgimento de um mercado interno que se contrapunha às flutuações do comércio internacional.

46 A ocupação do território brasileiro, restrita, no século XVI, ao litoral e associada à lavoura de produtos tropicais, estendeu-se ao interior durante os séculos XVII e XVIII, ligada à exploração de novas atividades econômicas e aos interesses políticos de Portugal em definir as fronteiras da colônia.

As afirmações a seguir relacionam as regiões ocupadas a partir do século XVII e suas atividades dominantes.

1. No vale amazônico, o extrativismo vegetal – as drogas do sertão – e a captura de índios atraíram os colonizadores.
2. A ocupação do pampa gaúcho não teve nenhum interesse econômico, estando ligada aos conflitos luso-espanhóis na Europa.
3. O planalto central, nas áreas correspondentes aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, foi um dos principais alvos do bandeirismo, e sua ocupação está ligada à mineração.
4. A zona missionária no Sul do Brasil representava um obstáculo tanto aos colonos, interessados na escravização dos indígenas, quanto a Portugal, dificultando a demarcação das fronteiras.
5. O sertão nordestino, primeira área interior ocupada no processo de colonização, foi um prolongamento da lavoura canavieira, fornecendo novas terras e mão de obra para a expansão da lavoura.

As afirmações corretas são somente:

- (a) 1, 2 e 4.
- (b) 1, 2 e 5.
- (c) 1, 3 e 4.
- (d) 2, 3 e 4.
- (e) 2, 3 e 5.

47 Com relação à economia do açúcar e da pecuária no Nordeste durante o período Colonial, é correto afirmar que:

- (a) por serem as duas atividades essenciais e complementares, portanto, as mais permanentes foram as que mais usaram escravos.
- (b) a primeira, tecnologicamente mais complexa, recorria à escravidão; e a segunda, tecnologicamente mais simples, ao trabalho livre.
- (c) a técnica era rudimentar em ambas, na agricultura por causa da escravidão, e na criação de animais por atender ao mercado interno.
- (d) tanto em uma quanto em outra, desenvolveram-se formas mistas e sofisticadas de trabalho livre e de trabalho compulsório.
- (e) por serem diferentes e independentes uma da outra, não se pode estabelecer qualquer tentativa de comparação entre ambas.

48 Unifesp 2003 *Não foi espírito evangélico que armou de mosques 80 ou 100 mil índios e erigiu um poder intermediário do rio da Prata ao Amazonas, que um dia poderá ser fatal às potências dominantes da América do Sul.*

Duque Silva Tarouca, 1758.

O texto:

- (a) alerta para o perigo representado pela atuação dos jesuítas.
- (b) critica o uso da violência para desarmar os índios.

- (c) elogia a ocupação de todos os territórios indígenas.
- (d) denuncia a ação política das potências protestantes.
- (e) defende a política religiosa das potências ibéricas.

49 Estabeleça uma análise, demonstrando o papel da pecuária enquanto agente de expansão territorial e de interiorização da colonização.

50 Qual o papel das Companhias de Comércio, criadas após a Restauração?

51 Qual o papel do Conselho Ultramarino criado por Portugal logo após a Restauração?

52 O movimento das Bandeiras e a criação de gado no período Colonial contribuíram para:

- (a) o declínio da exportação de metais preciosos.
- (b) o desenvolvimento da economia açucareira.
- (c) a ampliação territorial do Brasil.
- (d) a manutenção do limite de Tordesilhas.
- (e) a fixação da colonização na estreita faixa litorânea.

53 Qual das atividades econômicas no período Colonial brasileiro mais contribuiu para a ocupação da Bacia Amazônica?

54 Por que a atividade da pecuária deu preferência à mão de obra livre?

TEXTO COMPLEMENTAR

Aqui temos uma visão de época sobre aspectos da vida brasileira nos primeiros séculos de colonização: um trecho da obra *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, uma das primeiras obras históricas brasileiras, escrita no início do século XVII.

Do modo de guerrear do gentio do Brasil

Este gentio é naturalmente tão belicoso, que todo o seu cuidado é como farão guerra a seus contrários, e sobre isto se ajuntam no terreiro da aldeia com o principal dela, os principais das casas e outros índios discretos, a conselho, onde depois de assentados nas suas redes, que para isto armam em umas estacas, e quieto o rumor dos mais que se ajuntam a ouvir, porque é a gente que em nenhuma coisa tem segredo, propõe o maioral sua prática, a que todos estão mui atentos e, como se acaba, respondem os mais antigos cada um per si, até que vêm a concluir no que hão de fazer, brindando-se entretanto algumas vezes com o fumo da erva-santa, que eles têm por cerimônia grave, e se concluem que a guerra se faça, mandam logo que se faça muita farinha de guerra, e que se apercebam de arcos e flechas, e alguns paveses, ou rodelas, e espadas de paus tostados e como todas estas coisas estão prestes, à noite antes da partida anda o principal da aldeia pregando ao redor das casas,

declarando-lhes onde vão, e a obrigação que têm de fazerem aquela guerra, exortando-os à vitória, para que fique deles memória, e os vindouros possam contar suas proezas.

O dia seguinte, depois de almoçarem toma cada um suas armas nas mãos, e a rede em que há de dormir às costas, e uma paquevira de farinha, que é um embrulho liado, quanto pode carregar, feito de umas folhas rijas, que nem se rompem, nem a água as passa, e não se curam de mais vianda; porque com a flecha a caçam pelo caminho, e nas árvores acham frutas e favos de mel.

Os principais levam consigo suas mulheres, que lhes levam a farinha, e as redes, e eles não levam mais que as armas; e antes que abalem faz o maioral um capitão da dianteira, que eles têm

Vianda

Carne (de mamífero, peixe ou ave) que sirva de alimento.

REPRODUÇÃO



Terra Brasilis. Essa carta marítima feita em 1519 mostra que os portugueses conheciam uma parte significativa do litoral brasileiro. Repare que eles nomearam as baías, os rios e os portos.

por grande honra, o qual vai mostrando o lugar onde se hão de alojar, e o caminhar é um após outro, por um carreiro como formigas, nem jamais sabem andar de outra maneira, têm grande conhecimento da terra, e não só o caminho por onde uma vez foram atinam, por mais cerrado que já esteja, mas ainda por onde nunca foram.

Tanto que saem fora de seus limites, e entram pela terra dos contrários, levam suas espias adiante, que são mancebos mui ligeiros, e há alguns de tão bom faro, que a meia légua cheiram o fogo, ainda que não apareça o fumo.

Chegando duas jornadas da aldeia de seus contrários não fazem fogo, por que não sejam por eles sentidos, e ordenam-se de maneira, que possam entrar de madrugada, e tomá-los descuidados, e despercebidos, e depois entram com grande urro de vozes, e estrondo de buzinas e tambores, que é espanto, não perdoando no primeiro encontro a grandes nem pequenos, a que com suas espadas de pau não quebrem as cabeças, porque não têm por valor o matar, se não quebram as cabeças, ainda que seja dos mortos por outros, e quantas cabeças quebram tantos nomes tomam, largando o que o pai lhes deu no nascimento, que um, e outros são de animais, de plantas, ou do que se lhes antolha, mas o nome que tomaram não o descobrem (ainda que lho roguem) senão com grandes



Frans Post. *Engenho*, século XVII.



Benedito Calixto (1853-1927). *Fundação de São Vicente*, 1900. Óleo sobre tela, 385 x 192 cm. Museu Paulista, São Paulo. Brasil.

festas de vinho, e cantares, em seu louvor, e eles se fazem riscar e lavrar com um dente agudo de um animal, e lançando pó de carvão pelos riscos e lavores ensanguentados, ficam com eles impressos toda a vida, o que têm por grande bizzaria, porque por estes lavores, e pela diferença deles se entende quantas cabeças quebraram.

E, sendo caso que acham seus contrários apercebidos com cercas feitas, fazem-lhes outra contra cerca de estacas metidas na terra com ramos e espinhos, liados, a que chamam caiçara, a qual em quanto verde não há coisa que a rompa, e dali blasonam, e jogam as pulhas com os contrários, até que uns ou outros abalroam, ou saem a pelejar em campo, e toda a sua peleja é fazendo o motim, que é correr e saltar de uma parte para outra, por que lhe não façam pontaria.

Frei Vicente do Salvador. *História do Brazil*. Curitiba: Juruá, 2007.

Blasonar

Agir ou expressar-se com orgulho ou vaidade a respeito de algo, ou para chamar a atenção sobre si, especialmente alardeando qualidades, virtudes, feitos etc., de modo mentiroso ou exagerado.

Pulha

Gracejo caviloso (fingido), com o intuito de colocar alguém em situação ridícula; peça, logro, partida.

Abalroar

ir de encontro a, bater, chocar(-se).

RESUMINDO

- Elementos teóricos que definiram a colonização: Absolutismo e Mercantilismo.
 - Absolutismo é a constituição de Estados cujo poder achava-se totalmente concentrado na figura do rei.
 - Mercantilismo é uma política econômica com as seguintes características: forte intervencionismo estatal na economia; protecionismo; crença de que a riqueza nacional contribui para o fortalecimento do Estado; busca por ampliar o volume de metais preciosos dentro do país (metalismo); manutenção de uma prática na qual o valor das exportações seja maior que o valor das importações (balança comercial favorável); e tentativa de estabelecimento de monopólios sobre as práticas econômicas.
- Características da economia e da sociedade brasileiras nos primeiros séculos: predomínio da atividade açucareira. A atividade açucareira foi decisiva para uma série de elementos que marcaram e marcam a vida brasileira, como a dependência externa, o latifúndio, o elitismo social e tantos outros.
- Atividades que se desenvolveram paralelamente à economia açucareira: o comércio, a pecuária e a busca das drogas do sertão.

■ QUER SABER MAIS?



SITE

- Site onde você pode visitar as Igrejas e as obras de arte de Ouro Preto, conhecendo as heranças arquitetônicas portuguesas.
<www.museuvirtualdeouropreto.com.br>.



LIVRO

- Atlas Digital com recursos dinâmicos e interativos, tendo a América Portuguesa, ou Brasil Colonial, como foco.
<<http://atlas.diomatica.com>>.

Exercícios complementares

1 UEL 2006 *A análise das economias americana e africana durante os séculos XVI, XVII e maior parte do XVIII só pode ser feita levando-se em consideração a existência de um sistema maior, o comercial europeu. Esse sistema dá sentido e completa um ciclo econômico, mediante a realização de suas três etapas constitutivas – a produção, a distribuição e o consumo.*

Cyro Barros Rezende Filho. *História econômica geral*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 89. (Adapt.).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a expansão comercial europeia, é correto afirmar que:

- as relações econômicas desenvolvidas na América e na África devem ser compreendidas à parte do sistema comercial europeu.
- a economia americana difere da africana, porque esta última, em função de seu processo produtivo ainda comunitário, ficou excluída de uma das três etapas constitutivas do sistema comercial europeu: a produção.
- as etapas do ciclo econômico de produção, distribuição e consumo do sistema comercial europeu tiveram autonomia em relação à expansão comercial para a América e a África.
- uma das peças-chave da economia europeia do período foi o chamado “sistema colonial”, que tinha entre seus eixos fundamentais a exploração de colônias por meio do estabelecimento de monopólios.
- a influência do sistema comercial europeu nas economias americana e africana limitou-se ao período Colonial em ambos os continentes.

2 UFMG Considerando-se o papel e a importância do Mercantilismo, é incorreto afirmar que:

- essa doutrina tinha como fundamento básico a convicção de que o Estado deveria interferir nos processos econômicos.
- as políticas fundamentadas nessa doutrina abarcavam as relações entre os países da Europa Ocidental e também os laços entre estes e suas colônias.
- o principal aspecto dessa doutrina era a adoção de ações planejadas para fomentar a industrialização da economia.
- essa doutrina consistia em um conjunto de pressupostos e crenças econômicas vigentes no período de formação e apogeu dos Estados Modernos.

3 UFMG 2007 *O objetivo das colônias é o de fazer o comércio em melhores condições [para as metrópoles] do que quando é praticado com os povos vizinhos, com os quais todas as vantagens são recíprocas. Estabeleceu-se que apenas a metrópole poderia negociar na colônia; e isso com grande razão, porque a finalidade do estabelecimento foi a constituição do comércio, e não a fundação de uma cidade ou de um novo império [...]*

Charles de Montesquieu. *Do espírito das leis* (1748). São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 387.

Considerando-se as informações desse trecho, é incorreto afirmar que as colônias europeias, na Época Moderna:

- deveriam levar ao estabelecimento e ao incremento do comércio, regulando-se em função dos interesses recíprocos entre as colônias.

- (b) deveriam oferecer às metrópoles melhores condições de comércio que as verificadas entre os países europeus e seus vizinhos.
- (c) estariam sujeitas ao exclusivo comercial das metrópoles, cujos negócios essas colônias deveriam incrementar.
- (d) foram estabelecidas com finalidades comerciais, pois, inicialmente, não era objetivo das metrópoles fundar um novo império.

4 UFRGS 2005 Leia a seguir um trecho do relatório elaborado pelo embaixador veneziano Giustiniani no período em que serviu na França.

Seu objetivo era tornar o país inteiro superior a qualquer outro em opulência, abundante em mercadorias, rico em manufaturas e fecundo em bens de todo tipo, não tendo necessidade de nada e dispensando todas as coisas dos outros Estados. Em consequência, ele nada negligencia a fim de aclimatar na França as melhores indústrias de cada país e impede por diversas medidas os outros Estados de introduzir seus produtos no reino [...]. Quanto mais ele se encanta em ver entrar o ouro dos outros no reino, tanto mais é zeloso e cuidadoso em impedir a sua saída, e, para isso, as ordens mais severas são dadas por todos os lugares [...].

Serge Berstein. *Histoire*. Paris: Hatier, 1990. p. 29.

Considerando-se os dados emanados do relatório e a época histórica, a política econômica a que o texto se refere é:

- (a) o Feudalismo.
- (b) o Liberalismo.
- (c) o Capitalismo.
- (d) a Fisiocracia.
- (e) o Mercantilismo.

5 UFU 2006 Com o objetivo de aumentar o poder do Estado diante dos outros Estados, [o Mercantilismo] encorajava a exportação de mercadorias, ao mesmo tempo em que proibia exportações de ouro e prata e de moeda, na crença de que existia uma quantidade fixa de comércio e riqueza no Mundo.

Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 35.

O trecho acima refere-se aos princípios básicos da doutrina mercantilista, que caracteriza a política econômica dos Estados modernos dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Com base nessa doutrina, marque a alternativa correta.

- (a) A doutrina mercantilista pregava que o Estado deveria se concentrar no fortalecimento das atividades produtivas manufatureiras, não se envolvendo em guerras e em disputas territoriais contra outros Estados.
- (b) Uma das características do mercantilismo é a competição entre os Estados por mercados consumidores, cada qual visando fortalecer as atividades de seus comerciantes, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação de impostos.
- (c) Os teóricos do Mercantilismo acreditavam na possibilidade de conquistar mercados por meio da livre concorrência, de modo que era essencial desenvolver produtos competitivos, tanto no que diz respeito ao preço como em relação à qualidade.
- (d) A conquista de áreas coloniais na América é a base de qualquer política mercantilista. Tanto que o ouro e a prata, de

lá provenientes, possibilitaram ao Estado espanhol figurar como o mais poderoso da Europa após a Guerra dos Trinta Anos.

6 FGV 2006 Nos anos 1526-50, antes do deslanche do tráfico para o Brasil, saía da Guiné-Bissau e da Senegâmbia uma média de mil cativos por ano. Cifra representando 49% dos indivíduos deportados do Continente Negro. Da África Central vinham outros 34%, enquanto 13% eram provenientes do Golfo da Guiné. Versos célebres de Garcia de Rezende retratam o lucro e os fluxos do trato de africanos para Sevilha, Lisboa, Setúbal, Cabo Verde, Madeira, Canárias, São Tomé. E para o Caribe.

Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 48.

O impacto do processo descrito nas sociedades africanas foi a:

- (a) introdução de práticas econômicas fundamentadas no Liberalismo, desorganizando as antigas sociedades de auxílio mútuo.
- (b) implantação da escravidão como modo de produção dominante, determinando a extinção da servidão anteriormente existente.
- (c) implantação de redes internas de tráfico, com envolvimento de sociedades locais, que passam a ter nesse negócio uma fonte fundamental de recursos.
- (d) introdução da escravidão nas sociedades africanas, que até então desconheciam qualquer forma de exploração do trabalho.
- (e) dissolução do tradicional caráter igualitário predominante nas sociedades africanas, sendo substituído por regimes rigidamente hierarquizados.

7 Unesp 2008 Há uma encruzilhada de três estradas sob a minha cruz de estrelas azuis: três caminhos se cruzam – um branco, um verde e um preto – três hastes da grande cruz/... E o branco que veio do norte, e o verde que veio da terra, e o preto que veio do leste derivam, num novo caminho, completam a cruz/unidos num só, fundidos num vértice.

Guilherme de Almeida. *Raça*.

Nessa visão poética da história do povo brasileiro, o autor:

- (a) refere-se ao domínio europeu e à condição subalterna dos africanos na formação da nacionalidade.
- (b) trata dos seus três grupos étnicos, presentes desde a colonização, mesclados numa síntese nacional.
- (c) critica o papel desempenhado pelos jesuítas sobre portugueses, índios e negros na época colonial.
- (d) expressa ideias e formas estéticas do movimento romântico do século XIX, que enaltecia a cultura negra.
- (e) elogia o movimento nacionalista que resultou na implantação de regimes políticos autoritários no Brasil.

8 A política mercantilista baseava-se:

- (a) na valorização da agricultura como única fonte de riqueza.
- (b) na redução da presença do Estado na vida econômica.
- (c) na supressão dos monopólios e privilégios tradicionais.
- (d) na liberdade comercial e no domínio da livre iniciativa.
- (e) na identificação da riqueza com a posse de metais preciosos.

9 FGV 2007 *E são tão cruéis e bestiais, que assim matam aos que nunca lhes fizeram mal, clérigos, frades, mulheres [...] Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal-havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa.*

Carta do Padre Manuel da Nóbrega, 1558.

Depois disso com licença do Padre Nóbrega, me fui à outra aldeia de 150 casas e fiz ajuntar os moços e fiz-lhes a doutrina em sua própria língua. Achei alguns aqui mui hábeis e de tal capacidade que bem ensinados e doutrinados podiam fazer muito fruto, para o que temos necessidade de um colégio nesta Bahia para ensinar os filhos dos índios.

Carta do Padre Azpicuelta Navarro, 1551.

Os testemunhos anteriores ilustram algumas das estratégias de padres da Companhia de Jesus, no sentido de promover a colonização das terras do Brasil, em meados do século XVI. Tendo-os como referência:

- identifique as ações propostas em cada texto;
- explique um efeito dessas ações para as populações ameríndias.

10 UFJF 2007 Leia atentamente o trecho a seguir e, com base nele e em seus conhecimentos, responda ao que se pede.

Se pensamos na história do Brasil [...] veremos que nenhum produto, ou atividade desaparece. Às vezes nem mesmo decai, [...]. Na verdade, o que aconteceu [no caso do açúcar] deve ser explicado por fatores que dizem respeito às condições do mercado consumidor mundial, ao nível técnico da produção, à competitividade do produto [...]

M. Y. L. Linhares. *História da agricultura brasileira*.

- Cite e analise dois fatores que levaram à chamada “crise do açúcar”, em meados do século XVII.
- É correto dizer que existiu um “ciclo do açúcar” no Brasil? Justifique sua resposta.

11 UFRJ 2008 Em meados do século XVI, mais da metade das receitas ultramarinas da Monarquia portuguesa vinham do Estado da Índia. Cem anos depois, esse cenário mudava por completo. Em 1656, em uma consulta ao Conselho da Fazenda da Coroa, lia-se a seguinte passagem:

A Índia estava reduzida a seis praças sem proveito religioso ou econômico. [...] O Brasil era a principal substância da coroa e Angola, os nervos das fábricas brasileiras.

Antônio M. Hespanha (coord). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, s/d. (Adapt.).

Identifique duas mudanças nas bases econômicas do império luso, ocorridas após as transformações assinaladas no documento.

12 Uerj 2004 *Devemos sempre ter o cuidado de não comprar mais aos estrangeiros do que lhe vendemos.*

Thomas Smith, 1549 *apud* F. Braudel. *Os jogos das trocas*. Lisboa: Cosmos, 1985.

A afirmativa acima evidencia uma das principais características das práticas econômicas mercantilistas dos Estados absolutistas entre os séculos XV e XVIII.

- Explique o significado de riqueza nacional na época do Mercantilismo.
- Justifique por que a ideia de balança de comércio favorável foi um fator que contribuiu para a colonização da América.

13 Fatec O engenho foi um marco dentro do Brasil Colonial. Podemos dizer que ele era o símbolo:

- do poderio dos senhores de terras e erguia-se como modelo de organização da colônia.
- da resistência negra, pois lá os negros se organizavam e realizavam seus constantes levantes contra os brancos.
- da luta contra a Monarquia, uma vez que os senhores de terras desejavam o livre comércio, proibido pelos imperadores.
- do movimento republicano, já que os senhores há muito tempo buscavam liberdades, como o fim da escravidão e da Monarquia.
- do Capitalismo Colonial, uma vez que valorizava a mão de obra assalariada, captada da corrente imigratória do século XIX.

14 Fuvest No Brasil, os escravos:

- trabalhavam tanto no campo quanto na cidade, em atividades econômicas variadas.
- sofriam castigos físicos, em praça pública, determinados por seus senhores.
- resistiam de diversas formas, seja praticando o suicídio, seja organizando rebeliões.
- tinham a mesma cultura e religião, já que eram todos provenientes de Angola.
- estavam proibidos pela legislação de efetuar pagamento por sua alforria.

Das afirmações apresentadas, são verdadeiras apenas:

- 1, 2 e 4.
- 3, 4 e 5.
- 1, 3 e 5.
- 1, 2 e 3.
- 2, 3 e 5.

15 Uece *Logo que missionários e cronistas pisaram com suas sandálias às margens do Novo Mundo, o fervor religioso típico da época combinou-se com a beleza estonteante da natureza tropical. Sem perderem tempo, reconheceram em seus relatos que as qualidades daquela terra estavam próximas das do Paraíso: terreno fértil, chuvas regulares, flores exuberantes, animais graciosos, boas águas e nativos dóceis ao trabalho evangelizador.*

Luciano Figueiredo. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 7.

Tomando por base o texto acima, marque a opção que revela possíveis razões para as insatisfações que se sucederam na relação colônia-metrópole.

- As relações mercantis desenvolvidas entre comerciantes reinóis e nativos que findavam por privilegiar os habitantes da nova terra.
- Nos primórdios da colonização, os produtos agrícolas cultivados pelos nativos em grande escala foram, em grande parte, o motivo da eclosão dos primeiros conflitos.

- (c) O idílio e harmonia mencionados se dissipariam à medida que Portugal instituiu novos poderes e a colonização avançava com a intensificação da busca de almas para a conversão e de braços para as lavouras.
- (d) No período sugerido, eram numerosos os protestos realizados pelos nativos que em conjunto com colonos armados invadiam as propriedades rurais e espaços da administração metropolitana.

16 Uece 2008 Em 1590, a colônia brasileira já contava com 150 engenhos espalhados pelas capitanias de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. As duas primeiras, no entanto, correspondiam a 80% do total.

Adriana Lopez. "Açúcar: esse doce objeto de desejo." In: Revista História Viva: Temas brasileiros. São Paulo: Duetto Editorial, 2007. p. 20-3.

Entre os incentivos fiscais e privilégios oferecidos pela Coroa aos produtores de cana, podemos, corretamente, citar:

- (a) isenção de impostos para engenhos recém-construídos e benefícios tributários sobre o açúcar.
- (b) isenção de impostos vitalícios, ou seja, enquanto o proprietário fosse vivo não pagaria nenhum tipo de imposto.
- (c) redução de pagamento de taxas na importação de mão de obra africana apenas para as capitanias do Nordeste, em virtude de sua alta produtividade.
- (d) mão de obra para os engenhos recém-construídos e situados em Manaus e Belém, providenciada gratuitamente pela Coroa portuguesa.

17 UFG 2007 Leia o "Sermão da Sexagésima", do Padre Vieira.

Para uma alma se converter por meio de um sermão, há de haver três concursos: há de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo; há de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo; há de concorrer Deus com a graça, alumando. Que coisa é a conversão de uma alma, senão entrar um homem dentro em si e ver-se a si mesmo.

Eugênio Gomes (org.). Pe. Vieira: Sermões. Rio de Janeiro: Agir, 1992. p. 120. (Adapt.).

O jesuíta Antônio Vieira fez sua carreira eclesiástica na Bahia. Esse sermão foi proferido em Lisboa no ano de 1655. Considerando os conflitos vividos na colônia, o debate sobre a conversão se vinculava à:

- (a) capacidade do ouvinte para interpretar livremente as escrituras e, por meio do entendimento, concorrer à conversão de sua alma.
- (b) defesa da cristianização do gentio, persuadindo o colono de que a prática da escravidão indígena deveria ser evitada.
- (c) garantia da liberdade indígena, pois convertidos ao cristianismo seriam reconhecidos como portadores de direitos.
- (d) supremacia da autoridade da Igreja perante o Estado na condução dos negócios na colônia, definindo a primazia da ordem jesuítica.
- (e) condenação a todas as formas de escravidão no mundo colonial, por meio da formação de uma consciência de si.

18 UFPE No Brasil, a economia colonial sustentou-se com a predominância da mão de obra escrava e a exportação de

produtos para a Europa, conforme os princípios mercantilistas da época. Nesse contexto, a presença dos escravos:

- influenciou na construção de hábitos culturais que perduram até hoje na sociedade brasileira.
- foi economicamente importante, não tendo, contudo, provocado repercussões significativas para a formação da religiosidade popular.
- contribuiu para a consolidação de preconceitos sociais e de discriminações políticas.
- trouxe a possibilidade de trocas culturais significativas para a constituição da sociedade brasileira.
- criou hierarquias sociais com repercussões nas relações de poder.

19 UFSC 2006

Maria Diamba

*Para não apanhar mais
Falou que sabia fazer bolos
Virou cozinha.
Foi outras coisas para que tinha jeito.
Não falou mais.
Viram que sabia fazer tudo,
Até mulecas para a Casa-Grande.
Depois falou só,
Só diante da ventania
Que ainda vem do Sudão;
Falou que queria fugir
Dos senhores e das judiarias deste mundo
Para o sumidouro.*

Jorge de Lima. "Poemas Negros". In: Os melhores poemas. São Paulo: Global, 1994. p. 60.

Sobre a escravidão no Brasil, é correto afirmar que:

- 01 a escravidão de africanos destinou-se a fornecer mão de obra para a indústria, em crescente expansão no Brasil do século XVII.
- 02 o mercado de escravos provocou a desagregação social dos grupos de africanos que foram transportados para o Brasil.
- 04 algumas tribos africanas exerciam papel ativo no tráfico, facilitando o comércio de escravos pelos europeus e trocando prisioneiros de nações rivais por mercadorias.
- 08 os quilombos, como Palmares, foram locais de refúgio e socialização dos escravos que conseguiam escapar de seu cativeiro.
- 16 a Igreja no século XVII e, posteriormente, a Medicina no século XIX exerceram importante papel no rompimento com o preconceito racial do qual os afrodescendentes foram alvo no Brasil.
- 32 no Brasil Colônia imperava o patriarcalismo, definido como a autoridade exercida pelas mulheres sobre os homens naquela sociedade.
- 64 a exploração do escravo em atividades manuais fez com que estas fossem consideradas impróprias para um homem livre, preconceito que perdurou durante muito tempo no Brasil.

Soma =

20 UFSM 2006 Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira [...]. É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua [...], mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. [...] Não era o negro [...] o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores. Não era a "raça inferior" a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra.

Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001. pp. 372 e 375.

Considerando-se o texto, é correto afirmar que a degradação moral da sociedade açucareira do Nordeste brasileiro tinha como eixo:

- (a) a estrutura frágil da Igreja colonial e seu reduzido trabalho na disseminação dos valores cristãos.
- (b) as relações de poder entre a metrópole e a colônia, desfavoráveis a essa última quanto aos preços dos seus produtos.
- (c) a complexa formação étnica da sociedade açucareira, misturando raças em detrimento dos costumes portugueses.
- (d) a natural corrupção do ser humano, que jamais encontra limites, seja na Igreja ou na polícia, para a expressão dos instintos.
- (e) as relações sociais de produção do engenho açucareiro, base da ordem social colonial.

21 UFU 2006 Por volta da década de 1570, começou-se a substituir a mão de obra escrava indígena pela mão de obra escrava africana nos engenhos e plantações de cana-de-açúcar no Brasil. Aproximadamente em 1585, cerca de 75% da população escrava africana do Brasil vivia na Capitania de Pernambuco, onde o número de engenhos contabilizava mais da metade do total dos engenhos da colônia. A Capitania de São Vicente, por sua vez, em 1585, quase não possuía habitantes de origem africana e o número de engenhos não passava de 3% do total da Colônia, situação bem diferente da do ano de 1549, quando cerca de 30% dos engenhos de açúcar localizavam-se naquela capitania.

Jorge Couto. *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1995. (Adapt.).

A respeito da introdução da escravidão africana no Brasil e com base nas informações do texto, assinale a alternativa incorreta.

- (a) A mão de obra africana foi incentivada em um momento em que se intensificavam as rebeliões, fugas e ataques indígenas contra engenhos e povoações portuguesas no litoral brasileiro.
- (b) A adoção da mão de obra africana foi um fator decisivo para o desenvolvimento das economias das capitanias do norte da colônia e colaborou para a diminuição da importância econômica das capitanias do sul em relação às do norte.
- (c) A adoção da mão de obra africana teve sucesso, pois atendia às necessidades lusas de imposição de um controle social mais eficaz e de fomento de uma nova atividade comercial lucrativa: o tráfico negreiro.

- (d) A mão de obra indígena, por conta do adestramento praticado pelos jesuítas e de sua passividade em relação à escravidão, era mais produtiva que a africana. Porém, foi substituída por essa em função da lucratividade do tráfico negreiro.

22 Unifesp 2006 [...] todos os gêneros produzidos junto ao mar podiam conduzir-se para a Europa facilmente e os do sertão, pelo contrário, nunca chegariam a portos onde os embarcassem, ou, se chegassem, seria com despesas tais que aos lavradores não faria conta largá-los pelo preço por que se vendessem os da Marinha. Estes foram os motivos de antepor a povoação da costa à do sertão.

Frei Gaspar da Madre de Deus, 1797.

O texto mostra:

- (a) o desconhecimento dos colonos sobre as desvantagens de se ocupar o interior.
- (b) o caráter litorâneo da colonização portuguesa da América.
- (c) o que àquela altura ainda poucos sabiam sobre as desvantagens do sertão.
- (d) o contraste entre o povoamento do Nordeste e o do Sudeste.
- (e) o estranhamento do autor sobre o que se passava na região das Minas.

23 Unifesp 2007 Não é minha intenção que não haja escravos... nós só queremos os lícitos, e defendemos (proibimos) os ilícitos.

Essa posição do jesuíta Antônio Vieira, na segunda metade do século XVII:

- (a) aceita a escravidão negra mas condena a indígena.
- (b) admite a escravidão apenas em caso de guerra justa.
- (c) apoia a proibição da escravidão aos que se convertem ao cristianismo.
- (d) restringe a escravidão ao trabalho estritamente necessário.
- (e) conserva o mesmo ponto de vista tradicional sobre a escravidão em geral.

24 Fuvest A atividade extrativista desenvolvida na Amazônia, durante o período Colonial, foi importante, porque:

- (a) garantiu a ocupação da região e aproveitou a mão de obra indígena local.
- (b) reproduziu, na região, a estrutura da grande propriedade monocultora.
- (c) gerou riquezas e permitiu a abertura de estradas na região.
- (d) permitiu a integração do norte do Brasil ao contexto andino.
- (e) inviabilizou as aspirações holandesas de ocupação da floresta.

25 PUC-Rio 2008 Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor para que não se descuidem. E isto serve para que não padeçam fome, nem cerquem cada dia a casa de seu senhor pedindo-lhes a ração de farinha. Porém, não lhes dar farinha nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no Tribunal de Deus sem castigo?

A. J. Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 1711.

A partir da citação e de seus conhecimentos sobre a sociedade colonial da América Portuguesa, examine as afirmativas a seguir.

- I. Na sociedade colonial, o prestígio social residia em ser senhor de terras e de homens, e a possibilidade de riqueza vinha da atividade comercial.
- II. Os senhores de engenho permitiam que alguns de seus escravos possuíssem uma lavoura de subsistência, inclusive com direito à venda de excedentes.
- III. Apesar da violência que marcava o cotidiano dos engenhos, os escravos conseguiram, em certa medida, criar e recriar laços culturais próprios, vários deles herdados de suas raízes africanas.
- IV. Diante do risco de punições pelos senhores – surras, aprisionamento com correntes de ferro, aumento do trabalho etc. – as tentativas de fugas escravas diminuíram ao longo do período Colonial.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (b) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (c) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (d) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (e) Todas as afirmativas estão corretas.

26 UFC 2007 Analise os textos a seguir, sobre o Brasil Colonial.

Texto 1

Essa região representou o primeiro centro de colonização e urbanização do Brasil e concentrou, até meados do século XVIII, as atividades econômicas e a vida social mais significativas da colônia.

Texto 2

Até o século XVIII, ela foi uma área periférica, menos urbanizada e quase sem vinculação direta com a economia exportadora da colônia.

As regiões referidas nos textos 1 e 2, respectivamente, hoje são conhecidas como:

- (a) Sul e Norte.
- (b) Centro-Oeste e Sul.
- (c) Nordeste e Sudeste.
- (d) Sudeste e Nordeste.
- (e) Norte e Centro-Oeste.

27 UFPR 2007 *Moradores dos “sertões”, instalados além das cidades coloniais, transformaram tais espaços físicos em espaços humanos. [...] A presença desses nossos antepassados é de fundamental importância para entendermos por que, no Brasil colônia, houve mais do que a pura e simples plantation de cana. A “visão*

plantacionista”, que considera todas as atividades não voltadas para a exportação como irrelevantes, embaçou durante muito tempo a contribuição que milhares de agricultores – responsáveis pela agricultura de subsistência ou pelo abastecimento do mercado interno – deram à história de nosso mundo rural.

Mary Del Priore e Renato Venâncio. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 47-8.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a organização social do Brasil no período Colonial, é correto afirmar que:

- (a) os autores do texto destacam um elemento característico da vida social durante a colônia: a inexistência de núcleos econômicos situados além das cidades coloniais.
- (b) confirma-se no texto a exclusividade da lavoura exportadora como atividade responsável pela ocupação dos espaços agrícolas nacionais.
- (c) no Brasil colônia, uma característica fundamental da agricultura de alimentos foi a variedade de técnicas e de ferramentas utilizadas para o manejo das terras.
- (d) a atividade agrícola dos moradores dos “sertões” era essencial para a produção e o mercado colonial de gêneros alimentícios.
- (e) a imensa disponibilidade de terras não cultivadas contribuiu para uma ocupação intensiva do solo, o que evitou a dispersão demográfica pelo território nacional.

28 UFPR Sobre a pecuária na vida brasileira durante o período Colonial, é correto afirmar que:

- 01 no século XVIII, a pecuária no sul do Brasil não teve qualquer relação com o surto minerador das Minas Gerais.
- 02 a atividade pecuária foi muito importante para a expansão do território brasileiro.
- 04 era realizada desde o século XVI na costa nordestina, coexistindo lado a lado com a produção açucareira.
- 08 graças à pecuária, a existência de carne e leite no sertão nordestino amenizava a dura vida dos sertanejos, e o couro lhes era matéria-prima fundamental.
- 16 cidades como Feira de Santana, na Bahia, e Sorocaba, em São Paulo, eram importantes centros de comercialização de gado.
- 32 no Rio Grande do Sul, o charque tomou-se grande fonte de renda.

Soma =

29 PUC-PR Considerando a economia colonial e imperial no Brasil, a mão de obra escrava negra esteve menos presente nos trabalhos:

- (a) das atividades dos cafezais fluminenses (Rio de Janeiro).
- (b) do ciclo do ouro ou da mineração.
- (c) do ciclo do gado ou pecuária nordestina.
- (d) do ciclo do açúcar ou açucareiro.
- (e) do pequeno ciclo dos diamantes, paralelo ao ciclo da mineração.

3

FRENTE 1

Aspectos políticos da colonização

Vamos estudar as formas políticas que marcaram a colonização brasileira até meados do século XVII (final da União Ibérica), bem como a presença de atacantes e invasores em nosso território e os efeitos dessas invasões para a economia e a sociedade coloniais. Também abordaremos o processo de expansão territorial brasileira, tanto os mecanismos que levaram a uma penetração maior em direção ao interior, com o alargamento territorial, quanto os tratados que oficializaram essa expansão, dando ao Brasil praticamente sua configuração territorial atual.

Nesse período, é particularmente importante conhecer os mecanismos criados por Portugal para a colonização e como esses mecanismos representam os interesses da metrópole. Só deste modo é possível entender o papel das Câmaras Municipais como único órgão voltado à defesa dos interesses dos colonos.

LUÍS TEIXEIRA/WIKIPÉDIA

LUÍS TEIXEIRA/WIKIPÉDIA

Capitanias hereditárias, mapa de Luís Teixeira, c. 1574. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal

LUÍS TEIXEIRA/WIKIPÉDIA

A administração colonial portuguesa

As capitanias hereditárias

Já vimos que a Coroa portuguesa não dispunha de recursos próprios para iniciar a colonização. Uma das saídas encontradas para esse problema foi a de repassar a iniciativa a particulares, através da concessão das **capitanias**. As capitanias constituíam-se em faixas de terra de largura variável, do litoral até o Meridiano de Tordesilhas. Por esse sistema, o **capitão donatário** era responsável pelo investimento inicial e pelo controle da produção em suas terras. Do ponto de vista administrativo, as capitanias funcionavam como unidades autônomas, comunicando-se diretamente com a metrópole.

Dois documentos norteavam a instituição. O primeiro deles era a **Carta de Doação**, através da qual a Coroa cedia o uso das terras ao donatário. O segundo era o **Foral**, que estabelecia os direitos, privilégios e encargos do donatário, entre os quais podemos incluir o direito de conceder **sesmarias** (extensões de terra cedidas pelo donatário, e que dão origem aos latifúndios coloniais), a garantia à sucessão hereditária, o pagamento à Coroa de um quinto do lucro com madeira, metais e especiarias, a fundação de vilas e o exercício da justiça civil.

Embora com sucessos isolados (São Vicente, em um primeiro momento, e depois Pernambuco), o sistema de capitanias resultou em um fracasso. As causas de tal resultado ligam-se fundamentalmente à ausência de recursos, mas também podem ser explicadas pela **dispersão** gerada pelo sistema. Em decorrência do insucesso, a Coroa buscou criar um mecanismo que centralizasse a administração, mas sem extinguir as capitanias. É por isso que, em 1547, foi criado o **Governo-geral**.



Os Governos-gerais

O **Regimento do Governo-geral**, de 1547, transferia ao governador-geral parte das atribuições que até ali cabiam aos donatários. Seria ele o responsável pela justiça, pela arrecadação de impostos, pela defesa e concessão de sesmarias, entre outros. Na prática, o governador-geral seria uma extensão do poder da Coroa sobre a colônia.

Três elementos completavam, ao lado do governador-geral, essa iniciativa centralizadora da Coroa. São eles: o **provedor-mor** (encarregado das finanças e da arrecadação de impostos), o **ouvidor-mor** (encarregado da justiça) e o **capitão-mor** (encarregado da defesa).

O primeiro governador-geral foi **Tomé de Souza**, cujo governo estendeu-se de 1549 a 1553. Seu governo foi marcado pela fundação de Salvador (primeira capital do Brasil), pela vinda dos primeiros jesuítas e pelo início da pecuária.

Duarte da Costa governou de 1553 a 1558. O fato mais marcante de seu governo foi a invasão francesa no Rio de Janeiro. Nesse episódio, que será visto mais adiante, os franceses contaram com o apoio de parcelas significativas das populações indígenas, as quais se voltaram contra a presença portuguesa.

É somente no terceiro governo, o de **Mem de Sá**, de 1558 a 1572, que vai se iniciar uma recuperação administrativa portuguesa, com a vitória sobre os franceses e o estabelecimento da paz entre os jesuítas, os colonos e o próprio governo-geral.

Com a morte de Mem de Sá, a Coroa portuguesa optou por dividir o território brasileiro. Essa divisão, feita em 1572, criou a Repartição do Norte, com capital em Salvador, e a Repartição do Sul, com capital no Rio de Janeiro, e durou até a União Ibérica, em 1580. Mais tarde, uma nova divisão foi tentada, criando-se o **Estado do Brasil** (com capital em Salvador) e o **Estado do Maranhão**, depois chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão (cuja capital primeiro foi em São Luís, mas mudou-se, passado alguns anos, para Belém). A reunificação administrativa definitiva só foi feita na segunda metade do século XVIII, nos quadros na centralização empreendida pelo Marquês de Pombal.

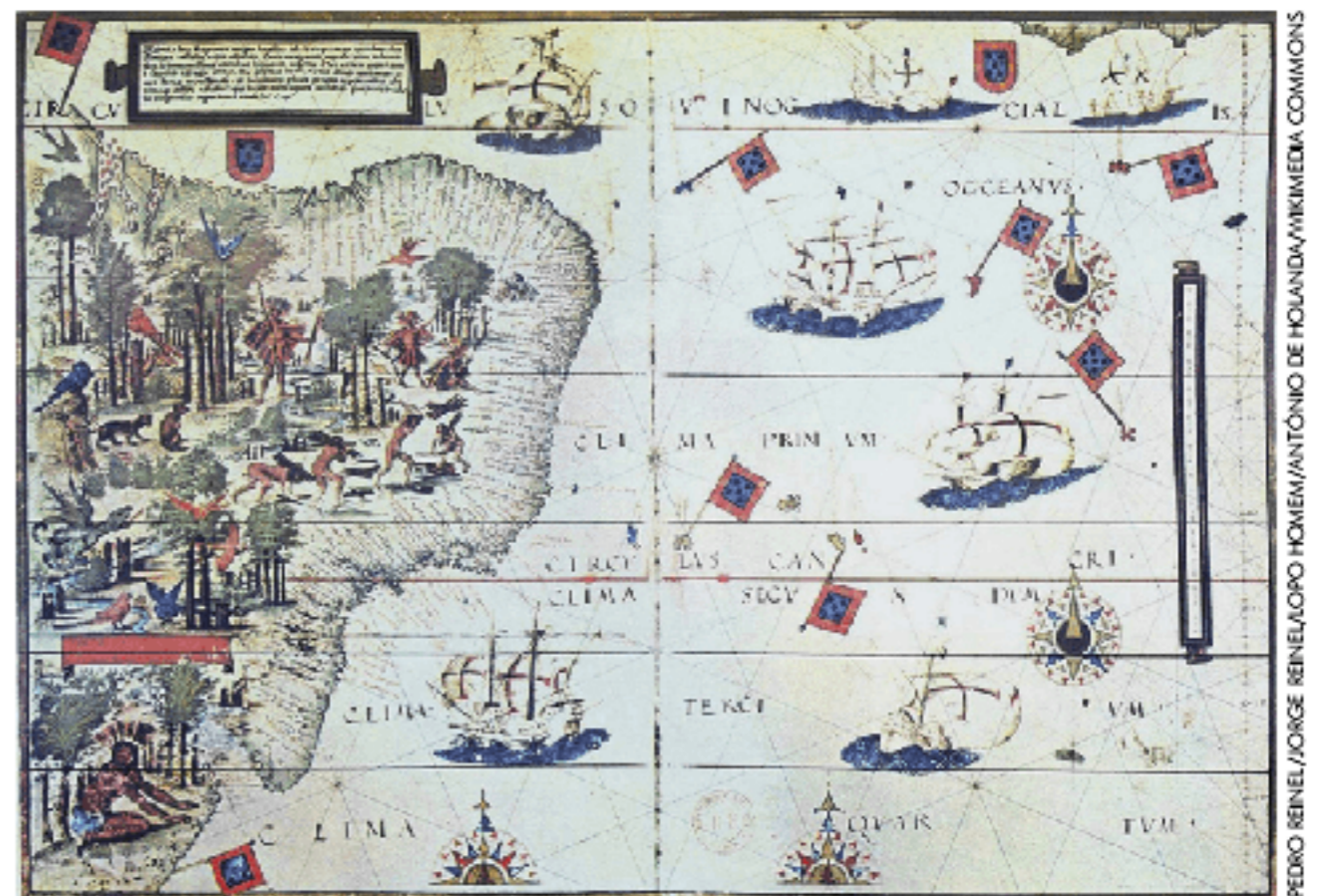


Fig. 1 Mapa do Brasil Colonial, 1519.

Dispersão

O conceito aqui é essencialmente político. Refere-se à total ausência de centralização política, dado que cada donatário é diretamente responsável perante o rei, sem qualquer órgão local que centralizasse as capitanias.

A União Ibérica

Durante 60 anos, precisamente entre 1580 e 1640, Portugal esteve sob domínio da Espanha, domínio conhecido usualmente como União Ibérica ou, na sua denominação oficial, **União das Coroas Peninsulares**. Antes de se analisar as características e os efeitos desse domínio espanhol, é interessante uma rápida descrição acerca dos acontecimentos que levaram a ele.

Em 1578, na luta contra os árabes na batalha de Alcácer-Quibir, morreu o rei de Portugal, d. Sebastião. Sem filhos, o trono passou para as mãos de seu tio, o velho cardeal d. Henrique, o qual morre dois anos depois, igualmente sem herdeiros diretos. Extinguia-se, assim, a Dinastia de Avis, abrindo uma crise sucessória em Portugal.

Filipe II, rei da Espanha, contava com o apoio do papa e de significativos setores da nobreza portuguesa à sua pretensão do trono, e é o escolhido. Estabelece-se, assim, o período de domínio espanhol que traria decorrências terríveis para a história portuguesa posterior.



TICIANO/WIKIPEDIA

Fig. 2 Ticiano. *Retrato de Felipe II*, 1551. Óleo sobre tela. Museu do Prado, Espanha.

Através do **Juramento de Tomar**, de 1581, Filipe II comprometia-se a não tratar Portugal como país conquistado, mas como parte integrante da Coroa espanhola. Tal juramento, se por um lado significava para setores da nobreza e burguesia portuguesas a possibilidade de participar das imensas riquezas auferidas pela Espanha no seu Império Colonial, por outro lado colocava Portugal na situação de parte integrante dos conflitos nos quais a Monarquia espanhola estava envolvida na Europa. Ao contrário de Portugal, governado até então pela dinastia de Avis, uma casa real exclusivamente portuguesa e sem vínculos ou interesses nos demais países europeus, a Monarquia espanhola era dominada pela família Habsburgo, a mais importante casa real da Europa e, por isso, via-se envolvida em constantes conflitos com países europeus, os quais, com a União Ibérica, englobarão também Portugal. Desse modo, portanto, explicam-se os ataques ingleses de 1583, com Edward Fenton; de 1587, com Robert Withrington; e, principalmente, o de 1591, em

Santos, com Thomas Cavendish, este uma clara represália inglesa sobre o governo espanhol. Da mesma forma, é só nesse contexto que poderemos compreender as invasões holandesas ao Brasil, em 1624 e 1630, as quais também ocorrem em função de conflitos determinados pela política espanhola.

Nesse período de União Ibérica, percebe-se uma série de consequências diretas sobre a colônia, devido à dominação espanhola. Uma dessas principais características foi a interiorização da colonização, até mesmo em função de não mais existir uma divisória entre o domínio colonial espanhol e o português.

A formação do poder local: as Câmaras Municipais

Vimos anteriormente uma série de órgãos ligados à administração, todos eles dirigidos e monopolizados pelos interesses metropolitanos. Entretanto, a legislação portuguesa criava uma brecha para os interesses locais se expressarem, embora timidamente. Trata-se das **Câmaras Municipais**.

Essas Câmaras estavam previstas na legislação portuguesa como órgãos de poder local. Juntamente com a primeira vila fundada no Brasil, São Vicente, fundou-se a primeira Câmara Municipal, encarregada da administração dos assuntos internos do município. No entanto, em um panorama determinado pela exclusão do colono de qualquer decisão maior de nível administrativo, as Câmaras acabaram constituindo-se no único canal pelos quais os colonos podiam lutar por seus interesses; além disso, eram instrumentos de defesa dos interesses locais que, obviamente, lutavam por maior autonomia frente à tendência centralizadora e opressiva da metrópole.

Quanto à composição, essas Câmaras eram formadas por um **juiz e edis** (vereadores), escolhidos entre os chamados **homens bons** (proprietários de terras, brancos e cristãos) do município.

Embora elas tivessem funções e poder limitados, as tentativas da metrópole no sentido de reduzir a autonomia das colônias passaram sempre pela redução do poder das Câmaras. É emblemática, nesse sentido, a criação, no século XVII, dos **“juizes de fora”**, que eram juizes nomeados diretamente pela Coroa para controlar a vida interna das Câmaras.

A expansão territorial

O primeiro instrumento a definir os limites territoriais dos domínios portugueses na América foi o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que estabelecia um meridiano imaginário a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Aplicando este meridiano ao Brasil atual, teríamos uma faixa que se estenderia, aproximadamente, de Belém do Pará até Laguna, em Santa Catarina. As terras brasileiras compreenderiam, neste caso, cerca de um terço da dimensão atual.

Esse limite foi ultrapassado pela colonização por meio de uma vasto processo expansionista, motivado por uma série de fatores. Em primeiro lugar, a presença ibérica na América do Sul deu-se basicamente com a ocupação da faixa atlântica pelos portugueses e da costa do Pacífico pelos espanhóis. Tal fato, em si só, já representa uma vantagem em termos de expansionismo para Portugal. Não havia para eles maiores obstáculos topográficos na penetração ao interior, ao contrário dos espanhóis, que



Fig. 3 Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp von Martius. Ilustração de Spix e Martius mostrando a fortaleza de Nossa Senhora do Belém, primeira metade do século XIX.

tinham nos Andes uma barreira considerável. Em segundo lugar, a maior concentração de riquezas na América Espanhola, os minérios do Chile, Peru e Bolívia, estava numa faixa muito próxima ao Pacífico, o que não motivava penetrações para o interior.

Assim, o interior da América do Sul constituiu-se, no primeiro momento, em um território vazio, o qual apenas os portugueses tiveram possibilidade e, com a decadência de sua economia litorânea, necessidade de ocupar.

Além disso, o período da União Ibérica, como vimos, constituiu-se em um agente impulsionador da superação do limite de Tordesilhas, pelo simples fato de que, durante o período de 1580 a 1640, a separação entre os domínios coloniais ibéricos tomou-se inexistente.

A ocupação do Nordeste e do Norte

Três foram os elementos responsáveis pela ocupação do litoral setentrional brasileiro, bem como da interiorização da penetração nessa região do país. Em primeiro lugar, como já foi mencionado, temos a **pecuária** voltada a abastecer a lavoura canieira no litoral, a qual se estendeu pela faixa do sertão e atingiu as regiões interioranas do Ceará e Maranhão.

Outro fator de ocupação do Norte foi a busca das **drogas do sertão**, motivando constantes incursões em direção à região amazônica.

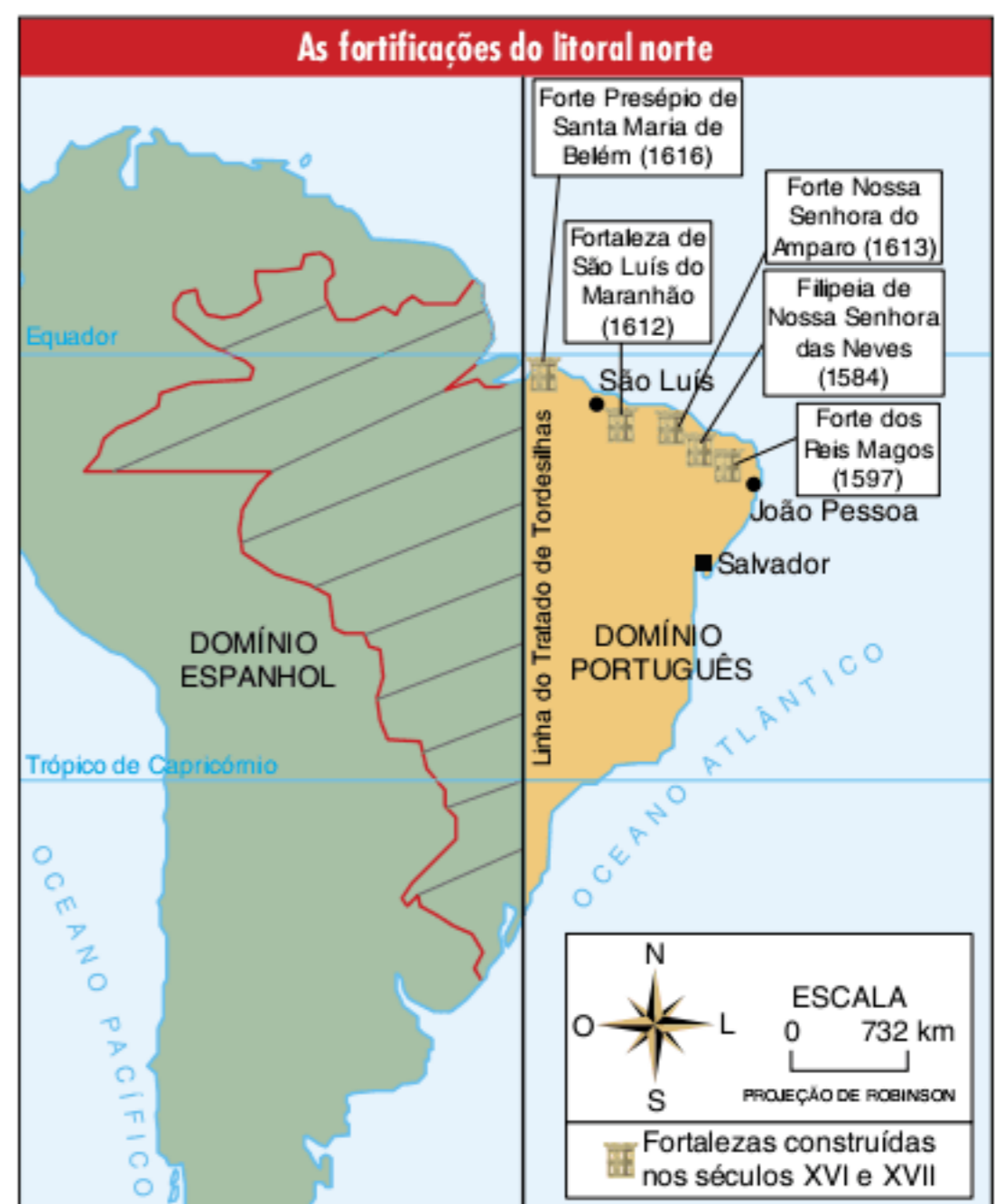
Mas, do ponto de vista da ocupação oficial pelo governo português, a razão mais importante foi a **necessidade de defesa**, em função dos seguidos ataques e tentativas de invasão no norte do país, notadamente pelos franceses, principalmente durante o período da União Ibérica. Entre as fortificações criadas nesse período, podemos citar a Filipeia de Nossa Senhora das Neves, em 1584, a qual deu origem à atual cidade de João Pessoa; o Forte dos Reis Magos, em 1597, originando a cidade de Natal; a fortaleza de São Luís, fundada pelos franceses em 1612 e tomada pelos portugueses em 1615; o Forte de Nossa Senhora do Amparo, em 1613, constituindo-se na origem da cidade de Fortaleza; e o Forte Presépio de Nossa Senhora do Belém, em 1616, no Pará, com o objetivo de conter o contrabando que se infiltrava pela foz do Amazonas.

A expansão paulista: o Bandeirismo

O Bandeirismo constituiu-se no principal agente de expansão territorial e de interiorização da colonização durante os dois primeiros séculos após o descobrimento. Chamamos

bandeiras às expedições de caráter particular, embora muitas vezes com o apoio oficial, que se dirigiram ao interior em busca de metais preciosos e de índios para apresamento; em combate a escravos revoltados ou nativos hostis e para abastecimento de núcleos remotos de povoamento.

As bandeiras foram um fenômeno essencialmente paulista. Para entendermos tal fato, devemos lembrar que São Paulo, mais precisamente a região de São Vicente, foi o primeiro núcleo efetivo de colonização. A partir da ocupação do litoral, houve todo um processo de penetração em direção ao planalto, dando origem à fundação de São Paulo, em 1554. Assim, quando o centro produtor açucareiro desloca-se para o Nordeste, a região de São Vicente entra em colapso econômico, que atinge toda uma população já significativamente grande. A esse fato, somam-se as próprias condições topográficas da cidade de São Paulo. Isolada do litoral pela Serra do Mar, a população paulista teria como uma opção de busca de atividade econômica a penetração a oeste, penetração esta facilitada pela existência do rio Tietê, o qual avançava, enquanto via fluvial, em direção às terras mais centrais do continente.



Lembramos que o Meridiano de Tordesilhas estendia-se por uma faixa muito próxima à vila de São Paulo do Piratininga. Assim, qualquer incursão partindo dela para oeste necessariamente atingiria terras oficialmente espanholas.

A primeira forma de riqueza buscada pelos bandeirantes foi o **apresamento de índios para escravização**. Essa prática, largamente empregada, foi bastante acentuada durante o período do domínio holandês no Nordeste. Isso se deve ao fato de os holandeses haverem também se apoderado dos principais entrepostos fornecedores de escravos negros na África. Com isso, o abastecimento de escravos para o Brasil desorganizou-se totalmente, já que somente o Nordeste, holandês, tinha acesso ao escravo africano. Todas as demais atividades tiveram de utilizar a mão de obra indígena, incentivando o bandeirismo de apresamento desde as primeiras décadas do século XVII.

É interessante notar que a atividade das bandeiras teve como alvo principal as **reduções jesuíticas**, uma vez que os indígenas aculturados e cristianizados tinham muito menor condição de resistência do que em seu *habitat* natural. Várias missões e reduções foram sumariamente destruídas durante este período, em alguns casos com a conivência das autoridades que faziam vistas grossas em troca do fornecimento de mão de obra para seus engenhos.

A reconquista portuguesa de Angola, em 1648, normalizou o tráfico para o restante do Brasil. Assim, a atividade de apresamento de índios sofreu um rude golpe, maior ainda pelo declínio econômico generalizado que se verifica na colônia a partir da expulsão dos holandeses. São essas novas condições desfavoráveis que levaram à maior busca de outras fontes de riqueza, incentivando a **busca de metais preciosos**. Essa prática estava longe de se constituir em algo novo (não nos esqueçamos que um dos principais motivadores da Expansão Marítima havia sido a necessidade de obtenção de metais), e as autoridades portuguesas jamais haviam perdido a esperança de encontrar ouro no território brasileiro. A decadência econômica e a busca ansiosa por riquezas, contudo, fez com que esta prática

fosse acentuada, motivando não apenas a organização de **Entradas** (expedições de caráter oficial, organizadas pelo próprio governo português) como também a intensificação da atividade bandeirante na busca por metais preciosos. É desse período a atividade de personagens famosos como **Fernão Dias Paes** e **Borba Gato**, entre outros.

Não é um acaso que tenha sido um bandeirante paulista, **Antonio Rodrigues Arzão**, quem descobriu primeiro as jazidas auríferas na região das Minas Gerais, em 1693. Da mesma forma, coube a outro bandeirante, **Pascoal Moreira Cabral**, a descoberta, em 1718, de ouro na região que daria origem a Cuiabá; a **Bartolomeu Bueno da Silva**, deve-se a descoberta de ouro na região de Goiás, em 1722; e igualmente a outros bandeirantes creditamos a descoberta de diamantes às margens do rio Jequitinhonha, em 1729.

Uma outra forma de bandeirismo foram as **bandeiras de comércio** ou **monções**. Constituíam-se em expedições voltadas a abastecer os núcleos de ocupação mais distante, como os garimpeiros de ouro na região de Cuiabá. Outra vertente foi o chamado **sertanismo de contrato**, ou seja, a contratação de bandeirantes na condição de homens que conheciam o sertão e seus perigos, bem como as condições de vida na selva e as táticas de ataque dos indígenas, para atacar tribos ou para destruir núcleos de resistência de escravos foragidos, os chamados **quilombos**. Nesse contexto, deve ser citada a destruição do **quilombo dos Palmares**, por Domingos Jorge Velho, e a luta contra a revolta dos índios janduim, no sertão de Pernambuco, por Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida.

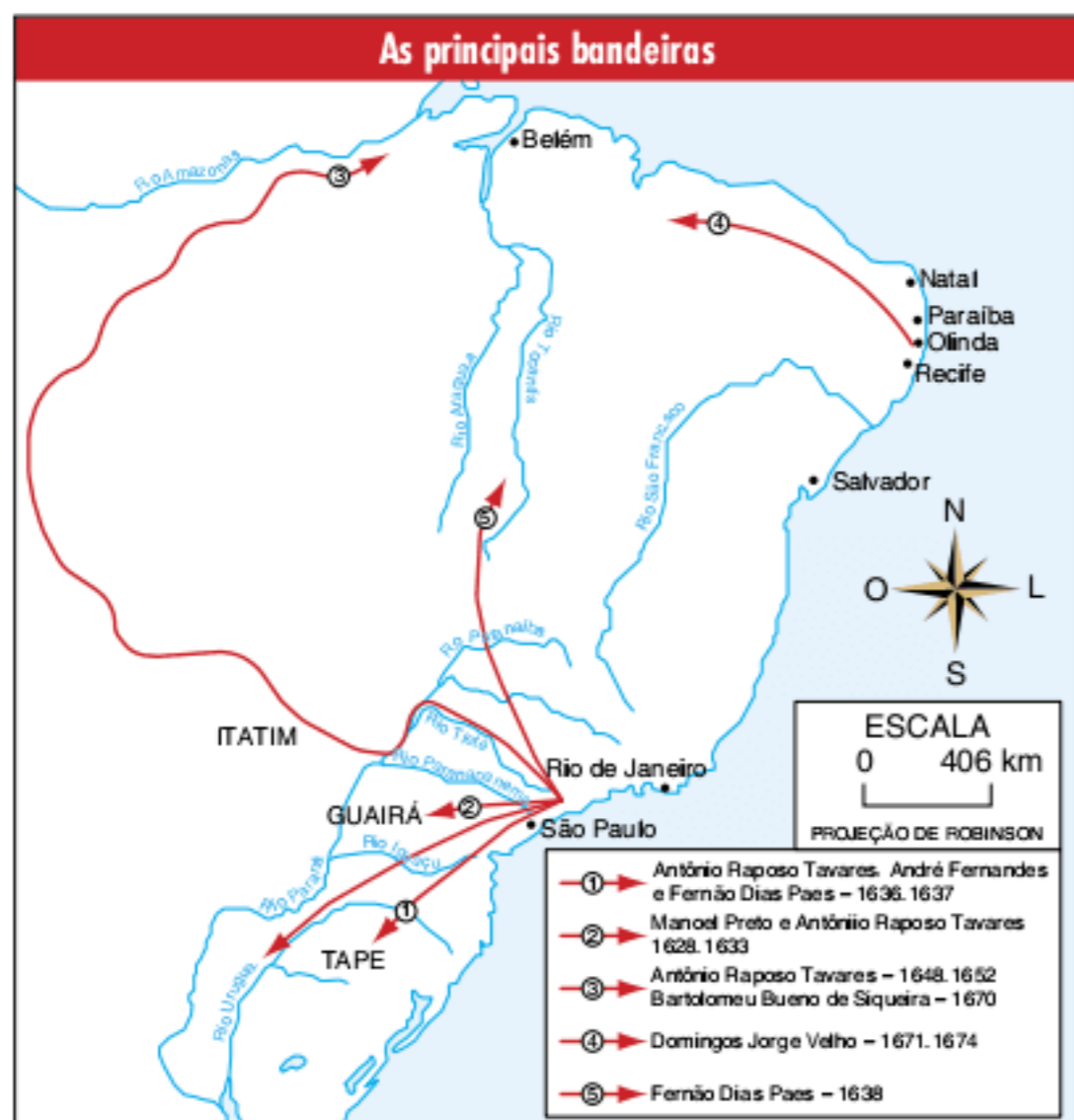
De qualquer forma, as bandeiras foram fundamentais na ocupação e na fixação de colonos no interior, no desbravamento e conhecimento das terras e na expansão da atividade econômica, tendo sido o principal fator responsável pelo alargamento das fronteiras geográficas e econômicas do Brasil Colonial.



Fig. 4 Jean-Baptista Debret. *Soldados índios da província de Curitiba escoltando selvagens*, 1834. Litografia em papel. Coleção Brasileira, Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo.

A conquista do Sul

A luta pela posse das terras ao sul de São Paulo esteve ligada a dois fatores fundamentais: às bandeiras que se dirigiam às missões jesuíticas no Sul, e ao interesse de Portugal e dos comerciantes portugueses na América em disputar com



os espanhóis o controle do comércio que escoava do interior da América do Sul para o Atlântico, e vice-versa, por meio do **Rio da Prata**.



Deixada em suspenso durante a União Ibérica, essa disputa adquiriu contornos mais tensos após a Restauração do trono português. Os comerciantes portugueses, que haviam tido sua presença permitida no território espanhol durante aquele período, passaram a ser expulsos da região, deixando o controle do comércio platino ao encargo de duas importantes colônias da Espanha: Buenos Aires, na margem direita do Rio da Prata, e Montevideu, na margem esquerda. Por isso, em 1680 os portugueses fundaram a **Colônia de Sacramento**, próximo a Montevideu, com o objetivo de disputar o comércio e a posse da região.

A própria importância econômica da região foi ampliada a partir do século XVIII, com a expansão da **pecuária** no Sul, que tinha por objetivo abastecer a crescente atividade mineradora no centro do país. Dessa forma, não mais tratava-se de uma disputa por um polo de comércio, mas sim por terras, nas quais se multiplicavam as **estâncias**, grandes fazendas produtoras de gado.

Os tratados de limite

As transformações geradas pelo processo de ocupação efetiva da terra haviam tornado letra morta os limites estabelecidos em Tordesilhas. Com efeito, as terras ocupadas de fato pelos portugueses, já na metade do século XVIII, eram três vezes maiores que seus limites oficiais. Tornava-se necessária a definição de novos limites entre os domínios portugueses e espanhóis na América do Sul.

Já vinha ocorrendo toda uma série de negociações entre os países europeus pela fixação das fronteiras na América do Sul. Obviamente, um dos principais pontos de disputa era quanto à região platina, na qual a Espanha não abria mão da região de Sacramento, oferecendo em troca a Portugal o domínio das regiões jesuíticas de **Sete Povos das Missões**. Este acordo, aceito por ambas as partes, passou a vigorar a partir de 1715, mas deixava sem solução vastíssimas regiões do continente.



Fig. 6 Mapa dos confins do Brasil, que serviu de base para o Tratado de Madrid.

Assim, em 1750, no **Tratado de Madrid**, buscou-se um acordo definitivo. Nesse tratado, os interesses portugueses foram defendidos pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, o qual invocou um princípio fundamental do direito romano, o princípio do “*uti possidetis, ita possideatis*”, que se constitui na base do usucapião. Alegava que a propriedade deveria ser daqueles que, de fato, possuíam a terra, ou seja, seus reais ocupantes, os portugueses.

Sem apoio internacional, e sem condições de desalojar os portugueses de um território de dimensões gigantescas, a Espanha teve como único recurso aceitar os termos propostos, os quais estendiam os domínios portugueses para praticamente as fronteiras atuais do Brasil. Como única restrição, a princípio, a Espanha



Fig. 5 Frei Estevão do Loreto Joassar. *Planta da nova colônia do Sacramento*, Rio de Janeiro, Serviço Geográfico do Exército.

exigia o pleno domínio da região de Sacramento (da qual os portugueses jamais haviam se retirado totalmente); em contrapartida, retirava suas tropas da região de Sete Povos das Missões.

Esse tratado abriu uma série de disputas entre os jesuítas e a Coroa portuguesa, uma vez que os primeiros não aceitavam ver importantes territórios sob seu controle passando para as mãos de um Estado que lhes era cada vez mais hostil. Com efeito, a ascensão do marquês de Pombal ao cargo de primeiro-ministro em Portugal deu origem a uma tentativa de modernização da vida interna do país, a qual esbarrava na influência acentuada da Igreja e, em particular, da Companhia de Jesus. Assim, os jesuítas apoiaram a reação dos índios guaranis contra a presença de tropas portuguesas na região de Sete Povos, dando início a uma longa guerra, conhecida como **Guerra Guaranítica**.

Essa guerra impediu a efetiva ocupação portuguesa da região, motivando novos tratados, como o **Convênio do Pardo**, de 1761, e o **Tratado de Santo Ildefonso**, de 1777, até que, finalmente, o **Tratado de Badajós**, de 1801, fixou definitivamente as fronteiras no Sul, praticamente determinando sua configuração atual.



Ataques e invasões

Ao longo de mais de um século e meio, até que os holandeses fossem expulsos do Nordeste, o Brasil foi alvo de ataques e de invasões por parte de outros países europeus. Para efeitos desse estudo, entenderemos o termo **ataque** como sendo uma atitude com vistas à punição ou ao saque, com um caráter, portanto, passageiro, sem objetivo de fixação. **INVASÃO** é o termo empregado para designar uma expedição com vistas à conquista e permanência no território.

Assim, não há invasões inglesas, apenas ataques com vistas ao saque, já citados ao falarmos da União Ibérica. Quanto aos franceses, sua presença nas costas brasileiras remonta ao início da colonização, realizando intensa atividade de contrabando, notadamente do pau-brasil. Há também dois momentos mais agudos, nos quais os franceses buscaram ocupar partes do

território brasileiro, no Rio de Janeiro e, mais tarde, no Maranhão. Da mesma forma, também os holandeses, por duas vezes, tentaram apoderar-se de terras brasileiras.

As razões gerais para tais atitudes devem ser buscadas nas disputas entre as potências europeias e, principalmente, no alijamento dos demais países da partilha colonial, estabelecido em Tordesilhas. Assim, foi natural que, às voltas com conflitos próprios, esses países, em vários momentos, procurassem expandir seus domínios ou suas riquezas invadindo ou saqueando terras ibéricas.

Invasões francesas

Em 1555, os franceses invadiram o Rio de Janeiro. As razões para essa invasão, além das motivações gerais citadas acima, estão ligadas a conflitos internos à França naquele momento.

Este é o período de intensificação dos conflitos religiosos na Europa em geral e na França em particular. A expansão do protestantismo havia gerado, dentro da França, um conflito envolvendo uma burguesia calvinista (huguenotes) contra a nobreza católica. Neste episódio, a monarquia acha-se comprometida com os interesses da nobreza, empreendendo violentas perseguições aos protestantes calvinistas. Ao mesmo tempo, eles representam um setor cuja riqueza e capacidade empreendedora não poderiam ser desprezados.

Assim, o plano era a conquista de uma região que pudesse servir para exilar os protestantes perseguidos na França e também como fonte de expansão do comércio francês. Esta iniciativa contou com o apoio do próprio rei, Henrique II, e foi liderada por Nicolau Durand de Villegaignon e pelo almirante Coligny. Consistia na tentativa de fundação de uma colônia francesa nas ilhas de Sergipe, Paranapuã (atual Ilha do Governador) e nas regiões de Uruçumirim (Flamengo) e em Laje, colônia que os franceses chamaram de **França Antártica**.



Fig. 7 Mapa do Rio de Janeiro, 1565.

Para a concretização de seu objetivo de conquista, os franceses aliaram-se aos índios da região, os quais, em violento conflito com os portugueses, criaram a **Confederação dos Tamoios**, que se revelou um instrumento terrível contra o domínio português. Vale frisar que a vitória sobre os franceses só foi obtida durante o governo de Mem de Sá, após a negociação da paz entre os portugueses e os Tamoios, conseguida pelos jesuítas em um acordo conhecido como **Armistício de Iperoig**.

Foi somente em 1567 que os franceses foram definitivamente derrotados, pondo fim a esta tentativa. Eles ainda tentariam, entretanto, o domínio sobre várias regiões do Norte e do Nordeste, conseguindo invadir o Maranhão em 1612.

Nessa nova tentativa, liderados por **Daniel de la Touche**, os franceses fundaram a cidade de São Luis, tentando estabelecer uma colônia à qual deram o nome de **França Equinocial**. A reação portuguesa foi intensa e, com o comando de Jerônimo de Albuquerque, conseguiram expulsar os franceses em 1615. Convém lembrar que a defesa contra os seguidos ataques e invasões francesas na região foi a principal motivação portuguesa para a ocupação do litoral norte do país.

Invasões holandesas

Vimos anteriormente que a Holanda, à época dos grandes descobrimentos, estava incorporada aos domínios espanhóis. Em 1572, a região que compõe hoje a Holanda passou a lutar por sua independência, criando as **Províncias Unidas dos Países Baixos**. A repressão e reação espanhola contra esta independência foi intensa e violenta, dado o volume de riquezas que a Holanda significava para a Coroa espanhola. Entretanto, em 1581, a Holanda conquista sua independência, proclamando a **República das Províncias Unidas**, com capital em Amsterdã.

Tal conflito nada teria a ver com Portugal e o Brasil não fosse o fato de Portugal estar sob domínio da Espanha desde 1580. Assim, a represália do rei da Espanha, Filipe II, contra a independência da Holanda, ou seja, a proibição ao comércio entre as colônias espanholas e os holandeses, incluía o Brasil.

Vimos anteriormente a importância da presença holandesa na produção e comercialização do açúcar brasileiro. Assim, em 1602, os holandeses fundam a **Companhia da Índias Orientais**, uma companhia comercial voltada a manter as relações comerciais entre a Holanda e os países ibéricos. Estando este comércio proibido, é natural que a Companhia da Índias assumisse um caráter essencialmente militar, praticando sistematicamente o saque e o contrabando nas costas do Nordeste e nas possessões luso-espanholas no Oriente.

Em função desses ataques, e enfraquecida por sua derrota para a Inglaterra, em 1588, a Espanha viu-se obrigada a negociar uma trégua de 12 anos com a Holanda, assinada em 1609. Assim, durante esse período, retomou-se o contato comercial entre os holandeses e os aristocratas coloniais do Nordeste brasileiro.

Entretanto, em 1618, estourava uma guerra na Europa. Um conflito meramente local, dentro dos domínios do Sacro Império Romano-Germânico, acabou por se estender por quase todo o continente, dando origem a um enfrentamento de imensas dimensões e duração, conhecido como **Guerra dos Trinta Anos**.

Estando em campos opostos no conflito, Holanda e Espanha viam suas relações, já tensas, agravarem-se ainda mais.

Dessa forma, a trégua, extinta em 1621, não foi renovada. Por essa razão, os holandeses fundaram, nesse ano, a **Companhia da Índias Ocidentais**, ostensivamente com o objetivo de garantir o domínio do açúcar brasileiro e apossar-se dos territórios ibéricos nas costas da América e da África.

Sua primeira tentativa foi em 1624, com a **invasão de Salvador**. As razões para a escolha desta cidade eram óbvias. Além de capital e sede administrativa da colônia, Salvador constituía-se no porto por onde o açúcar brasileiro escoava para a Europa. Conquistá-la, equivalia não apenas a neutralizar as possibilidades de defesas ibéricas, como também de dominar todo o comércio do açúcar.

Entretanto, a reação luso-espanhola foi eficiente, de modo que os holandeses foram expulsos em 1625. Voltariam a atacar o litoral da Bahia por mais duas vezes, até lançar, em 1630, seu ataque decisivo ao centro da produção de açúcar, com a **invasão de Pernambuco**.

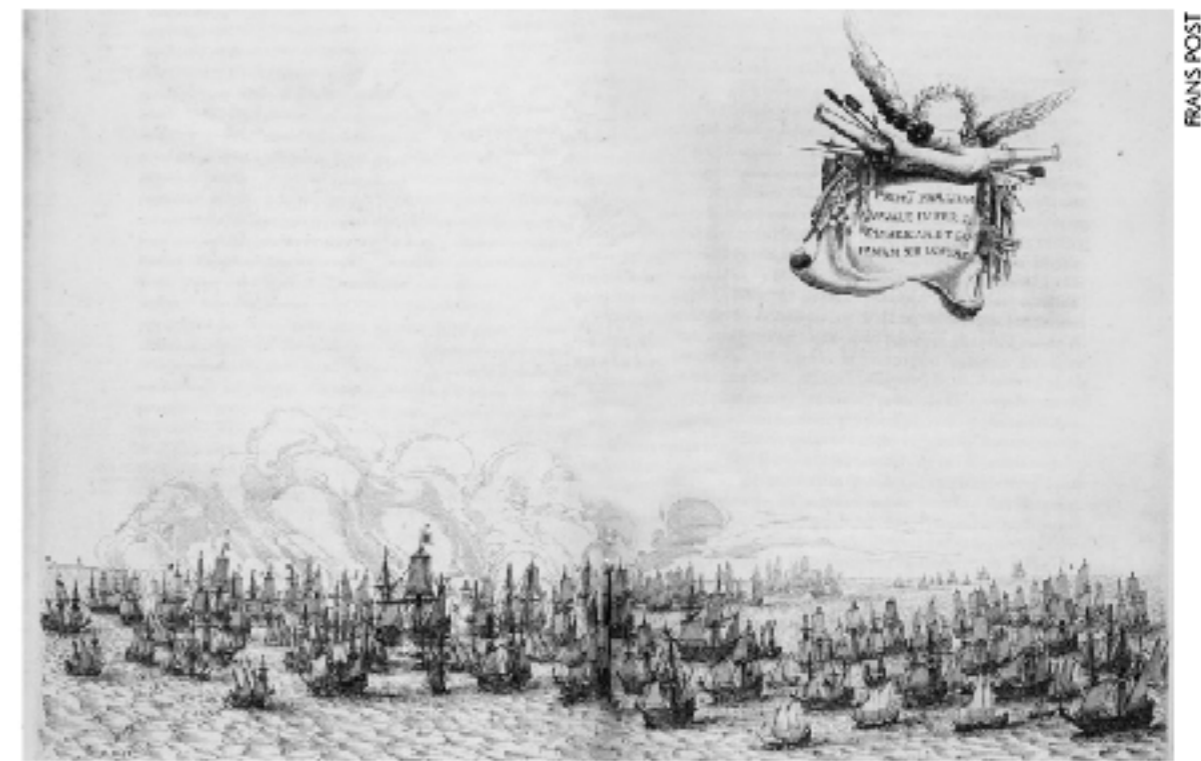


Fig. 8 Frans Post, Primu Praelium Navale Inter I. Tamaracam et Goianam XII Ianuar. Esquadra holandesa que atacou o litoral brasileiro. Primeira batalha naval de conquista do Nordeste, 1647.

A atitude pernambucana contra a invasão holandesa foi, em um primeiro momento, a de recuar para o interior, estabelecendo núcleos de resistência, uma vez que os holandeses haviam-se fixado no litoral, na região de Olinda.

Assim, travou-se, durante dois anos, uma luta de guerrilha, na qual a população local foi bem sucedida, impedindo a penetração holandesa em direção ao interior. Entretanto, a partir de 1632, as coisas começam a se modificar, notadamente em função da deserção para o lado holandês de um dos principais líderes da reação, **Domingos Fernandes Calabar**.

Considerado pela historiografia oficial, até os anos 1970, como o primeiro grande traidor da história brasileira, a figura de Calabar passou por uma tentativa de reabilitação, notadamente a partir da obra de Chico Buarque de Holanda e Rui Guerra, *Calabar, o Elogio da Traição*, na qual os autores buscavam mostrar a atitude de Calabar como uma tentativa consciente de permitir que os holandeses apossassem-se do Nordeste, por considerá-los melhores empreendedores que os portugueses (mais benéficos, enfim, aos interesses locais). Assim, buscava-se apresentar Calabar não como um traidor, mas como um patriota, cujo ato estaria voltado à defesa de interesses maiores da população.

Devemos aqui tomar toda uma série de cuidados. Vamos descartar de todo a aplicação do conceito de patriotismo à época em que tais episódios ocorrem. A própria forma como se processava a colonização, com o isolamento entre as várias regiões, impedia de forma absoluta a forja de uma ideia de unidade entre as várias partes que hoje compõem o Brasil. O próprio conceito de nacionalidade, no século XVII, ainda ligava-se muito mais à ideia de domínio dinástico do que propriamente ao conceito de povo (mesmo após a independência, século XIX, a ideia de unidade nacional ainda era bastante difusa). Na verdade, o que se entende hoje por Brasil, enquanto um país unificado, com uma nacionalidade (com particularidades regionais, mas com uma língua própria e com um passado igualmente reconhecido; todos os elementos que constituem a ideia de nação), só se forjam com a formação do Estado imperial após a independência.

Dessa forma, o único sentimento admissível na época é o nativismo, uma visão localista e parcial, voltada à compreensão de uma unidade que se estende apenas à pequena região onde se vive. Porém, esse nativismo não parece ser o sentimento que moveu a atitude de Calabar. Não há qualquer indício de que ele pudesse efetivamente conceber os holandeses como melhores colonizadores ou mais benéficos para a região. Até porque Calabar era um mulato, homem do povo, portanto, distante da elite colonial, a qual, beneficiava-se da presença holandesa através dos financiamentos e do comércio realizados por estes.

Quanto à menção ao *mulato*, vale frisar que esta condição, no Brasil Colonial, é muito mais social que étnica. Entendido etnicamente como o produto da miscigenação entre negro e branco, o mulato, socialmente, deve ser visto como o filho do senhor com a escrava. Esta condição, etnicamente intermediária entre o negro e o branco, coloca-o, socialmente, como intermediário entre a aristocracia e a massa escrava. Assim, o mulato encontrava-se numa condição social bastante incerta.

Jamais sendo aceito como membro da elite, e numa sociedade na qual a mão de obra era essencialmente escrava, coube ao mulato viver marginalizado e sem acesso à atividade econômica dominante.

O que se tem de concreto é que a deserção de Calabar foi decisiva para a vitória dos holandeses e sua penetração para o interior, destruindo os focos de resistência local.

A partir de 1635, o domínio holandês estende-se por uma faixa que abrange desde o litoral do Maranhão até Sergipe. A este domínio os holandeses deram o nome de **Capitania da Nova Holanda**, nomeando para sua administração o conde **Maurício de Nassau**, o qual permaneceu no cargo de 1637 a 1644.

O período de domínio holandês constituiu-se no **apogeu da produção açucareira no Nordeste**. A visão empresarial bastante avançada dos holandeses levou Nassau a empreender uma política de financiamentos aos grandes proprietários, com vistas à ampliação de produção. Da mesma forma, a conquista holandesa de regiões tradicionalmente fornecedoras de escravos na África, permitiu o aumento do afluxo de mão de obra. Dessa forma, Nassau obteve o apoio de parcelas significativas da elite nordestina, a qual passou a ter participação nas decisões administrativas através dos novos órgãos criados por ele, as **Câmaras dos Escabinos**.



Fig. 9 Frans Post. *Boa Vista*, 1647. Gravura na qual se vê o palácio da Boa Vista, na ilha de Antônio Vaz, e a ponte construída por Nassau para ligar a cidade de Maurícia a Recife.

Há ainda uma série de iniciativas de Nassau no campo cultural e urbanístico. Privados do porto de Salvador, os holandeses tiveram de escoar sua produção através do Recife, porto mais próximo a Olinda, centro produtivo fundamental. Assim, Recife recebeu toda uma série de obras modernizadoras, como a melhoria e ampliação do porto, calçamento e iluminação das ruas, construção de pontes, drenagem de pântanos etc. O conde também trouxe cientistas e artistas como Frans Post, Albert Eckhout, Jorge Marcgrave, além de ter estabelecido a liberdade religiosa, dada a condição dos holandeses enquanto calvinistas.

No ano de 1640, Portugal consegue sua independência frente à Espanha. Mesmo estando a Espanha enfraquecida por suas derrotas na Guerra dos Trinta Anos, a independência portuguesa só foi obtida pelo apoio que a nação recebeu de outros países europeus, entre eles a Inglaterra e a Holanda. Tal apoio não foi, evidentemente, gratuito. Em troca do apoio inglês, por exemplo, os portugueses foram obrigados a aceitar uma



presença cada vez maior dos produtos ingleses em seu território, dando início a um processo de dependência econômica que só iria se acentuar nos anos seguintes. Quanto à Holanda, o novo rei de Portugal, D. João IV, fundador da dinastia Bragança, foi obrigado a negociar uma trégua de dez anos no Brasil. Assim, em uma retribuição ao apoio holandês na sua luta contra a Espanha, a Monarquia portuguesa aceitava o domínio holandês no Nordeste, em uma trégua que, assinada em 1641, deveria se estender até 1651.

Entretanto, as condições já começavam a se modificar a partir dos primeiros anos da década de 1640. Os elevados custos de sua guerra na Europa, bem como a redução do mercado para o açúcar, o que reduzia muito sua lucratividade, levou os holandeses a uma drástica mudança em sua política em relação aos pernambucanos. Inicia-se então, pelos holandeses, uma política de arrocho, com a cobrança dos empréstimos e o confisco de engenhos em pagamento pelas dívidas dos senhores com a Companhia das Índias. Opondo-se a essa política, Maurício de Nassau foi demitido em 1644. Terminava assim o bom entendimento entre a aristocracia pernambucana e os holandeses. Ao mesmo tempo, a queda dos preços do açúcar no mercado europeu, acentuando a crise para uns e para outros, constituía outro foco de tensão.

É por esta razão que a luta contra os holandeses, jamais encerrada totalmente, ganha força, a partir de 1645, com o apoio dos grandes proprietários. Começava a **Insurreição Pernambucana** (1645-1654), a grande luta contra a presença holandesa, contrariando as ordens da Coroa portuguesa, que estava comprometida com a trégua que havia assinado em 1641.

A luta, uma mera atividade de guerrilha durante anos, começa a ser decidida a partir de 1651, pela concorrência de dois eventos. Encerrava-se a trégua entre o governo português e a Holanda. Assim, Portugal passa a enviar tropas para auxiliar os revoltosos. No mesmo ano, a Holanda, prejudicada por decisões de Oliver Cromwell, governante inglês, quanto ao comércio naval, declara guerra à Inglaterra, sofrendo neste conflito uma série de revezes que a enfraqueceu. Não por acaso, no mesmo ano em que se encerra a guerra Anglo-Holandesa, com a vitória da Inglaterra, os holandeses são definitivamente expulsos do Brasil.

A nova realidade que se abre, porém, já prenunciava tempos difíceis para Portugal e para a economia colonial brasileira. A crise europeia fazia com que o mercado para o açúcar desabasse, gerando uma queda acentuada na produção nordestina. Além disso, a Holanda não aceitou sua expulsão, passando a pressionar o governo português que foi obrigado a pagar uma indenização aos holandeses, em 1661, acentuando sua crise econômica.

Mais do que isso, expulsos do Brasil, os holandeses passaram a produzir o açúcar em seus domínios nas Antilhas. Sua maior disponibilidade de capitais, sua maior capacidade técnica de refino e transporte, seu domínio sobre as rotas de distribuição do produto na Europa, tudo isso contribuiu para que eles praticamente monopolizassem o que restara do mercado para o açúcar.

Assim, a uma economia colonial em franca decadência, soma-se uma metrópole, Portugal, arrasada economicamente, e precisando desesperadamente ampliar seus lucros. O período que se abre com a expulsão holandesa será marcado, não por acaso, por uma violenta opressão e arrocho colonial portugueses.

Revisando

1 O centralismo, como forma de conter a dispersão e o localismo, parece ter sido a tônica dos conflitos e das mudanças de postura da Coroa portuguesa em relação ao Brasil. Estabeleça uma análise acerca dessa afirmação, demonstrando de que formas elas se manifestaram através de mecanismos concretos de administração.

2 A conquista e a posse das terras no Brasil Colonial foram feitas por particulares que deviam lealdade ao rei de Portugal.

a) Comparando os dois mapas, identifique a mudança territorial do Brasil entre os séculos XVI e XVIII.

b) Quais as principais atividades econômicas que promoveram tal mudança?

c) Qual foi a política utilizada pela metrópole para a distribuição das terras no Brasil Colonial?



3 Seria correta a afirmação de que o declínio da economia açucareira foi uma decorrência direta da expulsão dos holandeses do Brasil?

Exercícios propostos

1 FGV A respeito de Portugal durante a época Moderna, é correto afirmar que:

- (a) a montagem do vasto Império ultramarino esteve ligada ao fortalecimento dos setores aristocráticos que dominavam os principais postos e funções do Estado lusitano.
- (b) a vinculação à Monarquia espanhola durante a União Ibérica (1580-1640) estimulou o movimento republicano vitorioso na revolta de 1640.
- (c) vantajosos tratados econômicos foram estabelecidos com a Inglaterra, desde o século XVII, o que garantiu a prosperidade da economia portuguesa durante a crise do Antigo Sistema Colonial.
- (d) durante a União Ibérica (1580-1640), estreitou-se ainda mais a parceria entre os portugueses e os holandeses, que financiavam e distribuíam na Europa os produtos coloniais brasileiros.
- (e) ao contrário das demais sociedades europeias, o Antigo Regime português caracterizou-se pela ausência de conflitos religiosos e pelo interesse na produção cultural estrangeira.

2 Fuvest A fundação de uma cidade não era problema novo para os portugueses; eles viram nascer cidades nas ilhas e na África, ao redor de fortes ou ao pé das feitorias; aqui na América, dar-se-ia o mesmo e as cidades surgiriam [...].

João Ribeiro. *História do Brasil*.

Baseando-se no texto, é correto afirmar que as cidades e as vilas, durante o período Colonial brasileiro:

- (a) foram uma adaptação dos portugueses ao modelo africano de aldeias junto aos fortes para proteção contra ataques das tribos inimigas.
- (b) surgiram a partir de missões indígenas, de feiras do sertão, de pousos de passagem, de travessia dos grandes rios e próximas aos fortes do litoral.
- (c) foram planejadas segundo o padrão africano para servir como sede administrativa das capitais das províncias.
- (d) situavam-se nas áreas de fronteiras para facilitar a demarcação dos territórios também disputados por espanhóis e holandeses.
- (e) foram núcleos originários de engenhos construídos perto dos grandes rios para facilitar as comunicações e o transporte do açúcar.

3 Fatec As colônias eram uma das mais importantes fontes de riquezas das quais as monarquias nacionais europeias

lançavam mão para se consolidar como Estados fortes e centralizados.

Sobre o Brasil colônia é correto afirmar:

- (a) na sociedade colonial brasileira, existiram relações feudais de produção, especialmente na submissão das populações nativas.
- (b) entre as atividades voltadas para exportação estava a pecuária, que abastecia as diferentes regiões brasileiras e a metrópole.
- (c) a administração colonial era descentralizada, cabendo às Câmaras Municipais governar o país.
- (d) no século XVIII, a região das Minas Gerais iria sofrer um declínio populacional devido às restrições feitas por Portugal, que temia perder o controle da lavra e da fundição do ouro.
- (e) com a cana-de-açúcar ocorreu efetivamente o processo de povoamento e de instalação da estrutura político-administrativa portuguesa no Brasil.

4 Vunesp 2010 O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues a um grupo diversificado, no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa.

Boris Fausto. *História do Brasil*.

No texto, o historiador refere-se às:

- (a) câmaras setoriais.
- (b) sesmarias.
- (c) colônias de povoamento.
- (d) capitânicas hereditárias.
- (e) controladorias.

5 Em 1534, o governo português concluiu que a única forma de ocupação do Brasil seria através da colonização. Era necessário colonizar, simultaneamente, todo o extenso território brasileiro. Essa colonização dirigida pelo governo português se deu através da:

- (a) criação da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil.
- (b) criação do sistema de Governo-geral e Câmaras Municipais.
- (c) criação das capitânicas hereditárias.
- (d) montagem do Sistema Colonial.
- (e) criação e distribuição das sesmarias.

6 A centralização político-administrativa do Brasil colônia foi concretizada com a:

- (a) criação do Estado do Brasil.
- (b) instituição do Governo-geral.
- (c) transferência da capital para o Rio de Janeiro.
- (d) instalação do Sistema das Capitanias Hereditárias.
- (e) política de descaso do governo português pela atuação predatória dos bandeirantes.

7 A colonização brasileira no século XVI foi organizada sob duas formas administrativas, capitanias hereditárias e Governo-geral. Assinale a afirmativa que expressa corretamente uma característica desse período.

- (a) As capitanias, mesmo havendo um processo de exploração econômica na maior parte delas, garantiram a presença portuguesa na América, apesar das dificuldades financeiras da Coroa.
- (b) As capitanias representavam a transposição para as áreas coloniais das estruturas feudais e aristocráticas europeias.
- (c) As capitanias, sendo empreendimentos privados, favoreceram a transferência de colonos europeus, assegurando a mão de obra necessária à lavoura.
- (d) O Governo-geral permitiu a direção da Coroa na produção do açúcar, o que assegurou o rápido povoamento do território.
- (e) O Governo-geral extinguiu as donatárias, interrompendo o fluxo de capitais privados para a economia do açúcar.

8 A implantação do sistema de Governo-geral, em 1548, não representou a extinção do anterior modelo administrativo descentralizado das donatárias. Assinale a alternativa diretamente relacionada com o governo Tomé de Souza.

- (a) Incorporação do reino português à Coroa espanhola pela morte do rei d. Sebastião em Alcácer-Quibir.
- (b) Fundação de São Paulo de Piratininga e da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- (c) Criação do Bispado do Salvador, o primeiro do Brasil.
- (d) Assinatura do Tratado de Madrid, reestabelecendo os limites naturais previstos no Tratado de Tordesilhas de 1494.
- (e) Os franceses expulsos desistiram de contestar a soberania no Brasil.

9 Quais os efeitos diretos e indiretos da União Ibérica para a história de Portugal e do Brasil?

10 A União Ibérica, fenômeno no qual Portugal esteve sob domínio espanhol durante seis décadas, trouxe, para Portugal e para o Brasil, toda uma série de consequências, entre as quais seria correto incluir:

- (a) o envolvimento de Portugal em conflitos europeus, os quais trouxeram, entre outras coisas, uma série de ataques e invasões ao território brasileiro.
- (b) o alargamento territorial brasileiro, em função da extinção temporária do limite de Tordesilhas, permitindo a livre penetração da colonização de origem portuguesa em direção ao interior.

(c) o declínio da economia mineradora no Brasil, pela concentração de recursos na exploração mineral na América Espanhola.

- (d) as alternativas a e b estão corretas.
- (e) as alternativas a, b e c estão corretas.

11 Ao implantar no Brasil o regime de capitanias Hereditárias, a Coroa portuguesa buscava:

- (a) criar uma forma de colonização que não onerasse o já abalado tesouro português, ao mesmo tempo em que garantia o total monopólio da atividade econômica no Brasil.
- (b) permitir à nobreza portuguesa o acesso aos cargos públicos na colônia, mesmo abrindo mão de qualquer renda que pudesse ser obtida com a exploração econômica do Brasil.
- (c) criar uma forma de administração que garantisse a plena centralização política na colônia.
- (d) criar uma forma de colonização que não a onerasse e, ao mesmo tempo lhe garantisse uma parcela da renda obtida com o Brasil, reservando-se o monopólio da exploração do pau-brasil, além da receita obtida através de impostos.
- (e) recriar no Brasil uma forma administrativa feudal, à semelhança do que ocorria em Portugal.

12 Entre as razões que levaram a Coroa portuguesa a instituir o Governo-geral, a partir de 1548, seria incorreto incluir:

- (a) o fracasso do sistema de capitanias, as quais careciam de qualquer centralização por parte da Coroa portuguesa.
- (b) a necessidade de implementar, de forma mais efetiva, a defesa do território.
- (c) a necessidade da Coroa de ampliar o controle sobre a arrecadação de impostos e sobre a atividade econômica na colônia.
- (d) os seguidos ataques que as costas brasileiras vinham sofrendo, de piratas e corsários, notadamente ingleses e franceses, já nas primeiras décadas do século XVI.
- (e) as pressões da Monarquia espanhola, a qual, dominando Portugal, impunha um modelo de centralização administrativa.

13 Para esta questão foram feitas quatro proposições. Leia-as com atenção e assinale uma das alternativas a seguir.

- I. Além da preservação da posse territorial, a colonização do Brasil, a partir de 1530, começou a ser vista como alternativa econômica para substituir o comércio oriental de especiarias que entrava em crise.
 - II. Com a implantação do Governo-geral, o sistema de capitanias hereditárias foi extinto.
 - III. A agricultura tropical, praticada sob o regime de grande propriedade escravista, mostrou-se como grande alternativa para a ocupação das terras pelo colonialismo português.
 - IV. Graças à liberdade comercial, característica da economia portuguesa, ao se iniciar o século XVI, pode Portugal atrair investimentos particulares para o começo da colonização brasileira.
- (a) Apenas a afirmativa I é correta.
 - (b) Apenas a afirmativa II é correta.

- (c) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- (d) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- (e) Todas as afirmativas são corretas.

14 Leia o texto a seguir.

[...] E isto não tem sido só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra não como senhores mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída [...] Donde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular.

Ambrósio Fernandes Brandão. "Diário das Grandezas do Brasil" In: *Literatura dos Descobrimentos*.

O texto permite concluir que:

- (a) nossa colonização era voltada ao povoamento e à valorização do mercado interno.
- (b) na colonização, o uso da terra era de caráter predatório, proporcionando acentuado patrimonialismo, responsável pela inexistência de espírito público.
- (c) o trabalho escravo e o uso da terra voltados para subsistência impediram o desenvolvimento e a integração da colônia.
- (d) os colonos não apoiavam a república porque esta contrariava seus ideais emancipatórios.
- (e) entre nós, a república era um alto valor político, já que nos opúnhamos à privatização da coisa pública.

15 **Mackenzie** Leia os versos a seguir.

A fome já me tem tudo
que é muda a boca esfaimada
mas se a frota não traz nada
por que razão leva tudo?

Os versos críticos de Gregório de Matos descrevem a crise na colônia no final do século XVII, cujas raízes eram:

- (a) a tradicional dependência econômica em relação à Holanda, sócia na produção açucareira.
- (b) a extinção de Companhias de Comércio particulares, por causa da opressão colonial que desorganizava o comércio externo.
- (c) a ascensão do açúcar brasileiro no mercado internacional, derrotando o concorrente holandês.
- (d) a centralização administrativa e o rígido monopólio impostos por Portugal, para superar a crise econômica após o domínio espanhol.
- (e) as pressões inglesas diante da independência econômica e concorrência de Portugal.

16 **Fuvest** Instrumentos sobretudo passivos, nossos colonizadores aclimataram-se facilmente, cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indelévels. Mesmo comparados aos castelhanos, destacaram-se eles por esse aspecto. Na maior parte de suas possessões na América, o castelhano raramente se identificou a tal ponto com a terra e a gente da terra: apenas superpôs-se com frequência, a uma e outra. Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos que às leis da natureza

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*.

Com base nesse texto, explicitar quais são, para o autor, as características diferenciadoras nos processos de colonização espanhola e portuguesa.

17 **Mackenzie** Na qualidade de sertanistas, conhecedores dos perigos e estratégias usados pelos nativos, os bandeirantes paulistas reprimiram quilombos, como Palmares e Rio das Mortes, e atacaram tribos, como Nação Janduim em Pernambuco e Rio Grande do Norte, que ofereceram resistência à expansão portuguesa. Esse tipo de ação dos bandeirantes é denominado:

- (a) Bandeirismo prospector.
- (b) Bandeirismo apresador.
- (c) Bandeirismo de contrato.
- (d) Bandeirismo de comércio.
- (e) Bandeirismo militar.

18 **Fatec** Leia o texto a seguir.

No estado do Maranhão, Senhor, não há ouro nem prata mais que o sangue e suor dos índios: o sangue se vende nos que cativam e o suor se transforma em tabaco, no açúcar e nas demais drogas que os ditos índios se lavram e fabricam. Com este sangue e suor se medeia a necessidade dos moradores; e com este sangue e suor se enche e enriquece a cobiça insaciável dos que vão lá governar.

Padre Antônio Vieira. "Obras escolhidas". In: Carpi & RibeiroAlencar. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. p. 210-1.

O texto acima foi escrito por volta de 1653. As principais riquezas do Maranhão, naquela época, eram:

- (a) o ouro e a prata.
- (b) o ouro, a prata e o comércio de escravos.
- (c) o tabaco, o açúcar e as drogas.
- (d) o ouro, a prata, o tabaco e o açúcar.
- (e) os metais preciosos, o comércio de escravos e o açúcar.

19 **Mackenzie** Leia o texto a seguir.

Nas missões dos Sete Povos nasceu um dia Sepé
Trazendo uma cruz na testa, cicatriz sinal de fé.
Quando o sol batia nele, esta cruz resplandecia.
Por isso lhe deram o nome Tiaraju à luz do dia. [...] Tiaraju que era cacique, reuniu seus guerreiros
E sem medo dos canhões atacou só com lanceiros.

Barbosa Lessa.

Assinale a alternativa correta, relacionada aos versos de Barbosa Lessa, que lembram fatos e consequências relativos ao Tratado de Madrid, de 1750.

- (a) O tratado estabeleceu a troca da colônia portuguesa do Sacramento por Sete Povos, sob domínio espanhol, fato que transcorreu sem conflitos.
- (b) O tratado removia trinta mil índios e setecentas mil cabeças de gado para o outro lado do rio Uruguai. Padres e índios recusaram-se a sair, sendo atacados por Portugal e Espanha.
- (c) A fronteira sul brasileira era definida sem novos confrontos entre Portugal e Espanha.

- (d) Índios e padres, protegidos por tropas portuguesas, resistiram aos espanhóis por longos anos.
- (e) A colônia do Sacramento passou a ser portuguesa, devolvendo-se os Sete Povos das Missões à Espanha, definitivamente.

20 PUC-MG Leia atentamente a afirmativa a seguir, escrita por Diogo de Campos Moreno, em 1612.

Os índios da terra, que parecem de maior facilidade, menos custo e maior número, como andam metidos com os religiosos aos quais vivem sujeitos [...] de maravilha fazem serviço, nem dão ajuda aos leigos, que seja de substância [...].

Diogo de Campos Moreno. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* (1612) apud Inês da C. Inácio e Tânia R. de Luca. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993. p. 63.

Referente ao período Colonial no Brasil, a afirmação revela, exceto:

- (a) a preguiça dos índios aculturados na realização dos trabalhos coloniais.
- (b) o processo de catequização e a submissão dos índios aos missionários.
- (c) a utilização da força de trabalho indígena pelo clero e pelos coloniais.
- (d) a abundância e o menor ônus do uso do trabalho dos índios nas atividades da colônia.

21 PUC-MG As Bandeiras utilizaram amplamente os rios para penetrar no território brasileiro e atingir regiões distantes do litoral. Entre suas funções, é possível afirmar que:

- (a) estavam intimamente ligadas ao tráfico negreiro e buscavam o interior para vender escravos africanos para aldeias indígenas.
- (b) opunham-se às tentativas de catequização de índios pelos jesuítas por considerar os índios destituídos de alma.
- (c) procuravam, a mando da metrópole portuguesa, pedras e metais preciosos no interior do Brasil e no leito dos rios que navegavam.
- (d) fundavam cidades ao longo dos rios e dos caminhos que percorriam e garantiam, posteriormente, seu abastecimento de alimentos.
- (e) eram contratadas, por senhores de terras, para perseguir escravos fugitivos e destruir quilombos.

22 Qual dessas definições expressa melhor o que foram as Bandeiras?

- (a) Expedições financiadas pela Coroa que se propunham exclusivamente a descobrir metais e pedras preciosas.
- (b) Movimentos de fundo catequético, liderados pelos jesuítas para a formação de uma nação indígena cristã.
- (c) Expedições particulares que apresavam os índios e procuravam metais e pedras preciosas.
- (d) Empresas organizadas com o objetivo de conquistar as áreas litorâneas e ribeirinhas.
- (e) Incursões de portugueses para atrair tribos indígenas para serem catequizadas pelos jesuítas.

23 Entre 1750, quando assinaram o Tratado de Madrid, e 1777, quando assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, Portugal e Espanha discutiram os limites entre suas colônias americanas. Neste contexto, ganhou importância, na política portuguesa, a ideia da necessidade de:

- (a) defender a colônia com forças locais, daí a organização dos corpos militares do centro-sul e a abolição das diferenças entre os índios e brancos.
- (b) fortificar o litoral para evitar ataques espanhóis e isolar o marquês de Pombal por sua política nitidamente pró-bourbonica.
- (c) transferir a capital da Bahia para o Rio de Janeiro, para onde fluía a maior parte da produção açucareira, ameaçada pela pirataria.
- (d) afastar os jesuítas da colônia por serem quase todos espanhóis e, nesta qualidade, defenderem os interesses da Espanha.
- (e) aliar-se política e economicamente à França para enfrentar os vizinhos espanhóis, impondo-lhes suas concepções geopolíticas na América.

24 Em 1694, uma expedição chefiada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho foi encarregada pelo governo metropolitano de destruir o quilombo de Palmares. Isto se deu porque:

- (a) os paulistas, excluídos do circuito da produção colonial centrada no Nordeste, queriam aí estabelecer pontos de comércio, sendo impedidos pelos quilombos.
- (b) os paulistas tinham prática na perseguição de índios, os quais, aliados aos negros de Palmares, ameaçavam o governo com movimentos milenaristas.
- (c) o quilombo desestabilizava o grande contingente escravo existente no Nordeste, ameaçando a continuidade da produção açucareira e da dominação colonial.
- (d) os senhores de engenho temiam que os quilombolas, que haviam atraído brancos e mestiços pobres, organizassem um movimento de independência da colônia.
- (e) os aldeamentos de escravos rebeldes incitavam os colonos à revolta contra a metrópole, visando trazer novamente o Nordeste para o domínio holandês.

25 Fuvest No século XVIII, o governo português incorporou a maior parte da Amazônia ao seu domínio. A ampliação dessa fronteira da colônia portuguesa deveu-se:

- (a) aos acordos políticos entre Portugal e França.
- (b) às lutas de resistência das populações indígenas.
- (c) ao início da exploração e exportação da borracha.
- (d) à expulsão dos jesuítas favoráveis à dominação espanhola.
- (e) à exploração e comercialização das drogas do sertão.

26 PUC Leia o texto a seguir.

Personagem atuante no Brasil colônia, foi “fruto social de uma região marginalizada, de escassos recursos materiais e de vida econômica restrita [...]”, teve suas ações orientadas “ou no sentido de tirar o máximo proveito das brechas que a economia colonial eventualmente oferecia para a efetivação de lucros rápidos e passageiros em conjunturas favoráveis – como no caso da caça ao índio

– ou no sentido de buscar alternativas econômicas fora do quadro da agricultura voltada para o mercado externo [...]”.

Carlos Henrique Davidoff, 1982.

O personagem e a região a que o texto se refere são, respectivamente:

- (a) o jesuíta e a Província Cisplatina.
- (b) o tropeiro e o Vale do Paraíba.
- (c) o caipira e o interior paulista.
- (d) o bandeirante e a Província de São Paulo.
- (e) o caiçara e o litoral baiano.

27 A ocupação portuguesa do litoral Norte e Nordeste do Brasil, em fins do século XVI e início do século XVII, deu-se em virtude dos ataques ingleses, franceses e holandeses a esse território. Sobre estas invasões e ocupações, identifique as proposições verdadeiras e falsas.

- Os franceses invadiram Sergipe d’El Rei, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará, o Maranhão e o Grão-Pará.
- Os holandeses ocuparam, por longo tempo, os territórios da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- Os franceses, holandeses e ingleses conquistaram todo o Norte e Nordeste, restando aos portugueses, no século XVI, o domínio do território abaixo da Bahia.
- De todas as invasões do século XVII, a holandesa foi a mais duradoura, no sentido da permanência da ocupação. Em Pernambuco, o domínio holandês se estendeu de 1630 a 1654.
- A conquista do Grão-Pará, pelos portugueses, em 1616, beneficiou o monopólio do comércio dessa região para Portugal e obrigou os franceses a se instalarem nas Guianas.

28 O bandeirismo foi uma atividade paulista do século XVI e XVII. Suas expedições podem ser divididas em dois grandes ciclos:

- (a) o dos capitães do mato e de prospecção.
- (b) o da expansão das fronteiras e da prospecção.
- (c) o da caça ao índio e o da busca do ouro.
- (d) o de capitães do mato e da caça ao índio.
- (e) o da expansão das fronteiras e o da busca do ouro.

29 A partir de 1750, com os Tratados de Limites, fixou-se a área territorial brasileira, com pequenas diferenças em relação à configuração atual. A expansão geográfica havia rompido os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. No período Colonial, os fatores que mais contribuíram para a referida expansão foram:

- (a) criação de gado no Vale do São Francisco e desenvolvimento de uma sólida rede urbana.
- (b) apresamento do indígena e constante procura de riquezas minerais.
- (c) cultivo da cana-de-açúcar e expansão da pecuária no Nordeste.
- (d) ação dos donatários das capitanias hereditárias e Guerra dos Emboabas.
- (e) incremento da cultura do algodão e penetração dos jesuítas no Maranhão.

30 Com relação às pressões estrangeiras no Brasil Colonial é possível afirmar que:

- 01 a invasão da capitania do Maranhão pelos franceses despertou a metrópole portuguesa para a necessidade de ocupar e colonizar efetivamente a região.
- 02 a ocupação simultânea da baía de Guanabara e da capitania do Maranhão pelos franceses decorreu, entre outros fatores, de divergências religiosas na Europa e só se concretizou após a aliança dos invasores com os traficantes de escravos e indígenas.
- 04 a concorrência que se estabeleceu entre as nações mercantilistas europeias pela posse de áreas coloniais explica a constante presença de invasores estrangeiros no litoral das terras do Brasil.
- 08 a concentração de invasores estrangeiros no Nordeste resulta não só da importância da região na exportação do açúcar e na exploração do açúcar e do pau-brasil, mas também da presença, aí, dos principais centros urbanos coloniais.
- 16 a Nova Holanda foi organizada pelos invasores, após a expulsão dos antigos colonizadores portugueses e de seus escravos indígenas e africanos.
- 32 a presença de corsários ingleses contribuiu para a instalação de uma economia agrícola voltada para a exportação, na capitania de São Vicente.
- 64 a instalação dos governos-gerais e posterior criação do Estado do Maranhão resultaram, entre outros fatores, da necessidade de defender a colônia contra a ação de corsários e invasores estrangeiros.

Soma =

31 No período compreendido entre os anos de 1624 e 1654, o Brasil colônia foi alvo de duas tentativas de conquista por parte da Companhia das Índias Ocidentais, importante empresa mercantil dos Países-Baixos (Holanda). Sobre a conjuntura do domínio holandês no Brasil, é correto afirmar que:

- 01 a ocupação holandesa se fez sem resistência de qualquer espécie.
- 02 a invasão foi decidida principalmente em função dos lucros que poderiam ser auferidos pela Companhia das Índias Ocidentais com a exploração do açúcar, então a principal riqueza do Brasil.
- 04 o ataque à colônia era uma tentativa dos Países-Baixos de atingir a Espanha, país com a qual travou uma guerra prolongada, uma vez que, com a União Ibérica, o reino de Portugal e todas as suas colônias haviam passado ao domínio do Imperador espanhol Filipe II.
- 08 com a saída dos holandeses do Nordeste brasileiro, a economia açucareira atinge o apogeu no Brasil.
- 16 Maurício de Nassau havia desenvolvido política de financiamento e reconstrução de engenhos. Com o fim de seu governo, os latifundiários endividados foram cobrados, crescendo a incompatibilidade entre os interesses dos produtores e o ocupante holandês.

Soma =

32 Nos séculos XVI e XVII, o Brasil foi alvo de invasões e de empreendimentos por parte de diversas nações europeias. A esse respeito é correto afirmar que:

- 01 os franceses fundaram a França Antártica (1555), no Rio de Janeiro, e a França Equinocial (1612), no Maranhão.
- 02 os ingleses fizeram incursões, saqueando portos e suas povoações, bem como apresando cargas de navios.
- 04 os holandeses se estabeleceram no Nordeste brasileiro de 1630 a 1654, empenhando-se principalmente na produção e exploração do açúcar.
- 08 as invasões holandesas estavam ligadas à Companhia das Índias Ocidentais, criada para a exploração mercantil das colônias na América.
- 16 os espanhóis praticaram a pirataria nas costas brasileiras nas primeiras décadas do século XVII, invadindo as cidades de Santos e Salvador.

Soma =

33 UFGM Leia o texto a seguir.

Restituídas as capitanias de Pernambuco ao domínio de Sua Majestade, livres já dos inimigos que de fora as vieram conquistar, sendo poderosas as nossas armas para sacudir o inimigo, que tantos anos nos oprimiou, nunca foram capazes para destruir o contrário, que das portas adentro nos infestou, não sendo menores os danos destes do que tinham sido as hostilidades daqueles.

“Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678”, citado por Edson Carneiro. *Quilombo dos Palmares*. 2 ed. São Paulo: CEN, 1958. v. 302. (Col. Brasileira).

O texto faz referência tanto às invasões holandesas (“...dos inimigos que de fora as vieram conquistar”) quanto ao quilombo de Palmares (“...o contrário, que das portas adentro nos infestou”). O quilombo de Palmares, núcleo de rebeldia escrava no Nordeste brasileiro, alcançou considerável crescimento durante o período de ocupação holandesa em Pernambuco. Mesmo após a expulsão dos invasores estrangeiros pela população local, o quilombo resistiu aos inúmeros ataques de tropas governistas.

- a) Apresente uma razão para a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro.
- b) Explique a longa duração de Palmares.

34 A administração de Maurício de Nassau, no Brasil holandês, foi importante, pois, entre outras realizações:

- (a) eliminou as divergências existentes com os representantes da Companhia das Índias Ocidentais.
- (b) criou condições para que a Reforma Luterana se afirmasse no Nordeste.
- (c) promoveu a efetiva consolidação do sistema de produção açucareira.
- (d) integrou o sistema econômico de Pernambuco.
- (e) realizou alterações na estrutura fundiária, eliminando os latifúndios.

35 Mackenzie Após a expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654, as relações entre a colônia e a metrópole portuguesa caracterizaram-se pela:

- (a) prosperidade econômica, tanto da colônia como da metrópole, em função da expansão do mercado açucareiro.
- (b) estabilidade financeira de ambas, uma vez que não houve o pagamento de indenizações nos tratados de paz.
- (c) menor opressão da metrópole sobre a colônia, em virtude da extinção do Pacto Colonial.
- (d) crise econômica decorrente da concorrência do açúcar holandês das Antilhas, afetando a metrópole e a colônia.
- (e) superação da dependência econômica de Portugal e Brasil em relação à Inglaterra.

36 Mackenzie *E se a lição foi aprendida a vitória não será vã. Nesse Brasil holandês tem lugar para português e para o Banco de Amsterdã.*

Chico Buarque e Rui Guerra. *Calabar*.

Indique a alternativa que justifica o texto relativo às invasões holandesas no século XVII.

- (a) Após a vitória holandesa, os senhores de engenho continuaram a resistência, sem jamais aceitar o novo dominador.
- (b) A administração de Nassau, marcada pela intolerância religiosa, desencadeou a violenta resistência dos colonos.
- (c) Negros e índios não participaram das lutas contra os invasores holandeses.
- (d) A Companhia das Índias ofereceu créditos, liberdade religiosa e proteção aos colonos, que aos poucos retornaram aos engenhos e à produção.
- (e) Os holandeses não conseguiam dominar Pernambuco, nem conseguiam aliados entre os nativos, sofrendo duros revezes.

37 Sobre a presença francesa na baía de Guanabara (1557-1560), podemos dizer que foi:

- (a) apoiada por armadores franceses católicos que procuravam estabelecer no Brasil a agroindústria açucareira.
- (b) um desdobramento da política francesa de luta pela liberdade nos mares e assentou-se em uma exploração econômica do tipo da feitoria comercial.
- (c) um protesto organizado pelos nobres franceses huguenotes, descontentes com a Reforma Católica implementada pelo Concílio de Trento.
- (d) uma alternativa de colonização muito mais avançada do que a portuguesa, porque os huguenotes que para cá vieram eram burgueses ricos.
- (e) parte de uma política econômica francesa levada a cabo pelo Estado com intuito de criar companhias de comércio.

38 Dentre as consequências da expulsão dos holandeses do Brasil no século XVII, destacamos:

- (a) o crescimento da produção açucareira graças às novas técnicas aprendidas com os holandeses.
- (b) o desaparecimento da oposição senhor e escravo, em função da luta contra o invasor batavo.
- (c) o declínio da produção açucareira do Nordeste, devido à concorrência do açúcar holandês produzido nas Antilhas.
- (d) o alinhamento de Portugal à França, potência hegemônica da época.
- (e) o abrandamento das restrições do Pacto Colonial e a concessão de maior liberdade de comércio.

39 A hostilidade entre colonos e invasores holandeses foi declinando à medida que estes acenavam com uma política de bons preços para o açúcar, reativação e recuperação dos engenhos. Esse clima cordial, contudo, termina a partir de 1644 em virtude:

- (a) da instalação do governo de Maurício de Nassau, com características opressivas e fiscalistas.
- (b) da intolerância religiosa praticada pelos holandeses durante todo o seu domínio no Brasil.
- (c) do retorno de Maurício de Nassau à Europa, ao mesmo tempo em que mudava a política da Companhia das Índias, prejudicando os interesses dos donos de engenho.
- (d) do domínio espanhol sobre o Brasil, alterando nossas relações com os holandeses.
- (e) da Restauração em Portugal e a assinatura de um tratado que abria mão do Brasil, reconhecendo a posse da colônia pela Holanda em definitivo.

40 Entre as decorrências trazidas pelo período da União Ibérica, seria incorreto incluir:

- (a) o início de uma maior opressão e uma maior presença da metrópole sobre a vida interna da colônia.
- (b) uma maior prosperidade para a nobreza portuguesa, em função de sua participação nas imensas riquezas obtidas pela Espanha na América.
- (c) o envolvimento, mesmo que indireto, de Portugal em conflitos europeus que eram, na verdade, conflitos espanhóis, como a Guerra dos Trinta Anos e a rivalidade marítima com a Inglaterra.
- (d) a eliminação temporária do limite estabelecido em Tordesilhas, abrindo espaço para a ampliação dos domínios portugueses na América.
- (e) as invasões holandesas, bem como uma série de ataques ingleses às costas brasileiras, motivados, fundamentalmente, pela política espanhola na Europa.

41 As invasões holandesas no Brasil relacionam-se:

- (a) aos conflitos religiosos entre os holandeses (protestantes) e os portugueses (católicos) no quadro das “guerras de religião” europeias.

- (b) à aliança entre Holanda e Inglaterra, as duas maiores potências navais europeias, contra Portugal.
- (c) aos conflitos entre Holanda (ex-possessão espanhola) e Espanha, à passagem de Portugal para o domínio dos Habsburgo espanhóis e aos interesses comerciais holandeses no açúcar brasileiro.
- (d) à política francesa de expansão colonial, tendo a Holanda como principal aliada.
- (e) à pretensão holandesa de transformar o Brasil em um entreposto para a venda de escravos.

42 Unesp Leia o texto a seguir.

Foi assim possível dispor um segundo ataque ao Brasil, desta vez contra uma capitania mal-aparelhada na sua defesa, mas a principal e mais rica região produtora de açúcar do mundo de então. Existem aí e nas capitanias vizinhas, mais de 130 engenhos que, nas melhores safras, davam mais de mil toneladas do produto.

J. A. Gonsalves de Mello.

O texto refere-se à:

- (a) Guerra dos Mascates.
- (b) invasão holandesa em Pernambuco.
- (c) invasão francesa no Rio de Janeiro.
- (d) Revolta de Beckman.
- (e) invasão holandesa em Salvador.

43 Em 1630, os holandeses invadiram o Nordeste açucareiro brasileiro, mantendo uma dominação que se estendeu até 1654. Quais as razões que explicam essa invasão e quais os principais efeitos da presença holandesa no Brasil?

44 Qual a razão pela qual os holandeses optaram pela invasão de Salvador em um primeiro momento, em 1624, e não de Pernambuco, que era o maior centro da produção açucareira?

45 Em que bases se efetivou a relativa aliança que se verifica entre os holandeses, particularmente durante o período de Nassau, e os proprietários de engenho no Brasil?

TEXTO COMPLEMENTAR

Calabar

Calabar, nascido em Porta Calvo, conhecia bem o território e os métodos de luta dos pernambucanos, tendo colaborado para os grandes sucessos que os flamengos passaram a ter na luta contra luso-brasileiros. Os historiadores de então afirmam que Calabar teria traído os seus compatriotas mediante o recebimento de suborno, ou de que o teria feito por ter dado desfalque no erário e temer punição. Daí, então, o nome Calabar passou a ser considerado como sinônimo de traição.

Há, porém, uma série de estudiosos que procuram tirar esta mancha do desertor alagoano, dizendo que ele traiu o Brasil e que, se vendo diante de uma dupla ação, continuar o seu país a ser colônia portuguesa ou tornar-se colônia holandesa, preferiu a segunda opção, e por isto mudou de posição no campo de luta. Ao estudar esta figura, o cronista Assis Cintra (1933) salienta que o escritor maranhense, Viriato Correia, e o historiador Varnhagen faziam as maiores acusações a Calabar, mas que, em contrapartida, o ministro e professor de direito, Américo Brasiliense, o

aboliconista Joaquim Nabuco e o tribuno José Bonifácio, o moço, consideravam-no um herói e defendiam a sua atitude.

Fica aos historiadores e leitores a reflexão sobre os motivos que levaram Calabar a mudar de lado na luta, se por interesses econômicos ou medo de punição ou se por razões patrióticas, por considerar que os holandeses eram mais liberais que os portugueses e espanhóis, tratando melhor os povos que dominavam. A esta ideia está ligada uma outra, muito aceita ainda hoje em Pernambuco, a de que os holandeses, sendo mais adiantados que os ibéricos, teriam feito melhor administração e propiciado maior

desenvolvimento à colônia se o seu domínio tivesse permanecido; muitas vezes o povo atribui aos holandeses a construção das grandes obras antigas, até de igrejas católicas, quando os batavos eram protestantes, calvinistas. [...] Observa-se também que a colonização holandesa na Indonésia, em Suriname e nas Antilhas não produziu nações progressistas, formaram colônias de exploração em que os colonizadores eram em pequeno número, dominando uma população nativa numerosa ou povos transplantados, como os hindus e muçulmanos do Suriname.

Jornal do Comércio. Encarte Pernambuco Imortal n. 2, Recife.

RESUMINDO

- Elementos políticos e administrativos que marcaram a colonização portuguesa no Brasil.
- A atitude colonial portuguesa apresentou uma oscilação entre dispersão e centralização, diretamente relacionada à riqueza gerada e/ou à importância da atividade e da região. Tal oscilação fica evidente na atitude portuguesa em termos administrativos, por exemplo:
 - a dispersão inicial, marcada pelo regime de capitânicas, nas quais cada donatário era praticamente autônomo, foi detida (ou ao menos esse foi o intento da Coroa) com a criação do Governo-geral.
 - a própria autonomia das Câmaras Municipais (cujo papel era meramente local e de influência limitada) foi sempre combatida pela Coroa, culminando com a nomeação dos chamados juizes de fora.
- A criação de órgãos como o Conselho Ultramarino demonstra claramente a atitude portuguesa de exercer um controle maior diretamente proporcional à importância da atividade econômica da região e da colônia como um todo. Cabe lembrar que o Conselho Ultramarino foi criado imediatamente após o fim da União Ibérica, quando a Coroa portuguesa, enfraquecida e dependente, precisava desesperadamente ampliar sua arrecadação com o Brasil.
- A forma como se deu a expansão territorial brasileira também oscila entre dispersão e controle. Por um lado, houve um processo de expansão que, embora contando com iniciativas da Coroa (criação de fortificações, apoio às reduções jesuíticas, entradas), foi principalmente espontâneo, destacando-se a ação do bandeirismo. No século XVIII, no entanto, essa ação passou a ser estatal, com a negociação de tratados que oficializassem a posse portuguesa sobre o território.
- Os efeitos da presença holandesa no Nordeste e sua expulsão. Os holandeses foram os grandes responsáveis pelo apogeu e pela decadência da economia nordestina.

■ QUER SABER MAIS?

LIVROS

- Eunice Dias Paulas e outros. *A confederação dos Tamoios: a união que nasceu do sofrimento*. Petrópolis: Vozes.
- Vita Biasoli. *Quando os holandeses invadiram o Brasil*. São Paulo: FTD (Coleção Para Conhecer Melhor).

SITES

- <www.museudoindio.org.br>.
- <www.mae.usp.br>.
- <www.funai.gov.br>.

FILME

- *Hans Staden*. Direção de Luiz Alberto Pereira. Brasil, 1999.

Exercícios complementares

1 UFJF 2006

[...] ponderando-se o acharem-se hoje as Vilas dessa Capitania tão numerosas como se acham, e que sendo uma grande parte das famílias dos seus moradores de limpo nascimento, era justo que somente as pessoas que tiverem essa qualidade andassem na governança delas [...]

Ordem Régia (Para Câmara de Vila Rica-MG), 27 jan. 1726.

A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, apenas com um ligeiro exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial desde Maranhão até Macau.

C. R. Boxer. *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 267.

O mais significativo órgão político-administrativo implantado por Portugal nas vilas coloniais da América Portuguesa era a Câmara Municipal.

Baseando-se nas citações apresentadas, responda com suas próprias palavras:

- qual era a origem social daqueles que ocupavam os cargos nas Câmaras Municipais?
- cite três funções das Câmaras Municipais nas principais vilas coloniais.

2 UFRJ 2008

As Câmaras Municipais da América Portuguesa do século XVII tinham a responsabilidade de, juntamente com os oficiais da monarquia, zelar pelo “bem comum” da população. Para o exercício de tais funções, a Câmara possuía certas atribuições econômicas, políticas e jurídicas. Indique duas prerrogativas das Câmaras Municipais coloniais.

3 UFG 2006

No período da União Ibérica (1580-1640), o domínio espanhol sobre Portugal provocou também mudanças político-econômicas importantes no Império Colonial português. Explique uma das mudanças ocorridas na América Portuguesa, resultante da dominação espanhola.

4 PUC-RS 2006

Em 1640, com o fim da União Ibérica, Portugal se defronta com vários problemas e desafios para administrar o Brasil Colonial e desenvolver a sua economia. Entre esses problemas, não pode ser arrolada:

- a expulsão dos holandeses da região açucareira do Nordeste.
- a destruição do quilombo de Palmares, que desafiava a ordem escravista.
- a escassez de metais preciosos e a queda dos preços do açúcar.
- a expulsão dos jesuítas que dificultavam a escravização dos indígenas no estado do Grão-Pará.
- a reorganização administrativa da colônia e de sua defesa.

5 UFPE 2007

A União Ibérica durou 60 anos e teve influência na colonização portuguesa do Brasil. Durante o período da União entre Portugal e Espanha, o Brasil:

- atingiu o auge da sua produção açucareira com ajuda de capitais espanhóis.
- foi invadido pela Holanda, interessada na produção do açúcar.
- conviveu com muitas rebeliões dos colonos contra o domínio espanhol.
- registrou conflitos entre suas capitanias, insatisfeitas com a instabilidade econômica.
- conseguiu ficar mais livre da pressão dos colonizadores europeus.

6 PUC-MG 2006

A expressão “Círculo de ferro da opressão colonial”, do historiador Caio Prado Jr., sintetiza admiravelmente a nova política adotada por Portugal com o fim da União Ibérica, em 1640. Com relação a essa nova política administrativa, é correto afirmar que:

- o Conselho Ultramarino se tornou o órgão supremo da administração responsável por todos os negócios das colônias portuguesas.
- as Câmaras Municipais se tornaram soberanas e independentes expressando o poder máximo dos grandes senhores rurais.
- a Intendência do Ouro, órgão especial de arrecadação tributária, passou a se subordinar diretamente ao controle do governador da capitania das Gerais.
- os capitães donatários adquirem mais prestígio, principalmente, após a instalação do Vice-Reinado na América portuguesa.

7 Unesp 2007

Observe o mapa e responda.



Atlas histórico escolar, Fename/MEC, 1980. (Adapt.).

- O Meridiano de Tordesilhas, enquanto esteve em vigor, obstruiu a efetiva ocupação do interior do território brasileiro.

- (b) As riquezas do Vice-Reinado do Rio da Prata atraíram muitos aventureiros em busca de fortuna fácil e que acabaram por se fixar na região Sul do Brasil.
- (c) A busca por pau-brasil e terras férteis para a cana-de-açúcar impulsionou a derrubada da mata Atlântica e a fixação do colonizador no sertão nordestino.
- (d) Apesar do aspecto extensivo da atividade, a pecuária desempenhou importante papel no processo de interiorização da ocupação.
- (e) O intenso povoamento da Região Norte causou sérios problemas para a metrópole, que não dispunha de meios para abastecer a área.

8 Fuvest 2006 *O que mais espanta os índios e os faz fugir dos portugueses, e por consequência das Igrejas, são as tiranias que com eles usam, obrigando-os a servir toda sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, pais de filhos, ferrando-os, vendendo-os etc. [...] estas injustiças foram a causa da destruição das Igrejas [...]*

Padre José de Anchieta, na segunda metade do século XVI.

A partir do texto, é correto afirmar que:

- (a) a defesa dos indígenas feita por Anchieta estava relacionada aos problemas de ordem pessoal entre ele e os colonizadores da capitania de São Paulo.
- (b) a escravidão dos índios, a despeito das críticas de Anchieta, foi uma prática comum durante o período Colonial, estimulada pela Coroa portuguesa.
- (c) os conflitos entre jesuítas e colonizadores foram constantes em várias regiões, tais que: Maranhão, São Paulo e Missões dos Sete Povos do Uruguai.
- (d) a posição de defesa dos indígenas, assumida por Anchieta, foi isolada nas Américas, tanto na Portuguesa quanto na Espanhola.
- (e) a defesa dos jesuítas foi assumida pela Coroa nos episódios em que essa ordem religiosa lutou por interesses antagônicos aos dos colonizadores.

9 Fuvest 2008 A atividade extrativista desenvolvida na Amazônia, durante o período Colonial, foi importante, porque:

- (a) garantiu a ocupação da região e aproveitou a mão de obra indígena local.
- (b) reproduziu, na região, a estrutura da grande propriedade monocultora.
- (c) gerou riquezas e permitiu a abertura de estradas na região.
- (d) permitiu a integração do norte do Brasil ao contexto andino.
- (e) inviabilizou as aspirações holandesas de ocupação da floresta.

10 Puccamp 2005 *Na Samarra, aliás, Manuelzão conduziu o início de tudo, havia quatro anos, desde quando Frederico Freyre gostou do rincão e ali adquiriu seus mil e mil alqueires de terra asselvajada. – “Te entrego, Manuelzão, isto te deixo em mão, por desbravar!” E enviou o gado. Manuelzão: sua mão grande. Sua porfia. Pois ele sempre até ali usara um viver sem pique nem pouso – fazendo outros sertões, comboiando boiadas, produzindo retiros*

provisórios, onde por pouquinho prazo se demorava – sabendo as poeiras do mundo, como se navega. Mas, na Samarra, ia mas era firmar um estabelecimento maior. Sensato se alegrara. Mordeu no ser. Arreuniu homens e veio, conforme acostumado.

Guimarães Rosa. *Manuelzão*.

A atividade econômica à qual Manuelzão se dedicava, descrita no texto, contribuiu em grande parte, no Brasil Colonial, para:

- (a) o povoamento das regiões Centro-Oeste e Sul.
- (b) o surgimento do bandeirantismo no Sudeste.
- (c) a decadência dos engenhos na província de Minas Gerais.
- (d) a comercialização das “drogas do sertão” na região Norte.
- (e) o estabelecimento de pequenas propriedades no sertão nordestino.

11 UFG 2008 Leia o poema a seguir.

<i>Evém a Bandeira dos Polistas... num tropel soturno. Rasgando as lavras ensacando ouro, encadeiam Vila Boa nos morros vestidos de pau-d’arco. Foi quando a perdida gente</i>	<i>riscou o roteiro incerto do velho Bandeirante. E Bartolomeu Bueno, num passe de magia histórica, tira Goyaz de um prato de aguardente e ficou sendo o Anhanguera.</i>
--	--

Cora Coralina. “Anhanguera”. *Melhores poemas*. Seleção de Darcy França Denófrío. São Paulo: Global, 2004. p. 84-6. (Adapt.).

A produção de identidades pode levar à busca de mitos fundadores. O poema de Cora Coralina expressa a relação entre um símbolo mítico e a identidade goiana, ao destacar que:

- (a) o imaginário goiano rejeitou a figura do bandeirante, considerando o caráter usurpador presente na descoberta do ouro.
- (b) a chegada dos bandeirantes foi considerada o acontecimento que simbolizou o abandono da identidade rural na capitania.
- (c) a utilização do ardil da aguardente forjou a narrativa de receptividade entre a “perdida gente” e os bandeirantes paulistas.
- (d) a descoberta do ouro concedeu importância à figura do bandeirante como emblema da inserção de Goiás no cenário nacional.
- (e) as bandeiras, como estratégia político-militar portuguesa, objetivavam simbolizar o poder metropolitano na região.

12 Ufpel 2007

Fronteiras meridionais do Brasil



Arthur Ferreira Filho. *História Geral do RS – 1503/1957*. Porto Alegre: Globo, 1958.

As linhas dos Tratados tracejadas nos mapas representam, respectivamente:

- (a) o Tratado de Santo Ildefonso – quando as missões jesuíticas foram entregues aos portugueses pelos espanhóis – e a demarcação do Tratado de Tordesilhas.
- (b) o Tratado de Badajoz (1750) – que determinou a criação dos Campos Neutros – e o Tratado de Madrid (1777), que, ao contrário, manteve a colônia do Sacramento como portuguesa.
- (c) o Tratado de Madrid – pelo qual os portugueses entregaram as missões para os espanhóis em troca da colônia do Sacramento – e o limite meridional do Tratado de Tordesilhas no sul do Brasil.
- (d) o Tratado de Santo Ildefonso (1750) – que garantiu a posse da Província Cisplatina para o Império brasileiro – e a representação geográfica dada pelo Tratado de Badajoz (1777), que contrastou com o tratado anterior e antecedeu a Guerra Guaranítica.
- (e) a fronteira determinada pelo Tratado de Madrid (1750) – que eliminou os limites do Tratado de Tordesilhas – e a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1777).

13 UFU 2007 *Uti possidetis* é um princípio de direito internacional bastante utilizado desde o século XVIII nas definições dos limites entre territórios vizinhos. Esse princípio reconhece o direito de posse a quem de fato ocupa determinado território. Considerando-se o uso desse princípio e a formação territorial do Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- (a) Espanha e Portugal tiveram poucos conflitos sobre territórios conquistados na América, durante o período Colonial, pois suas posses foram definidas por tratados e bulas desde antes da ocupação das terras.
- (b) A expansão territorial da América Portuguesa no século XVII, motivada por fatores econômicos, religiosos e políticos, gerou conflitos com nações europeias. O *uti possidetis* foi utilizado, por exemplo, para legitimar essas novas posses.
- (c) Os domínios portugueses na América foram ampliados durante a União Ibérica, o que permitiu fixar-se no Rio da Prata o limite sul do Brasil, até a separação da Província Cisplatina no século XIX.
- (d) A fixação das fronteiras nacionais do Brasil teve início no século XIX e, nos primeiros anos do século XX, vários problemas de limites foram solucionados pela diplomacia brasileira, apoiando-se no princípio do *uti possidetis*.

14 UFU 2007 Após a leitura do trecho a seguir, faça o que se pede.

A denominação “invasões” holandesas projetada, com anacronismo extremo, um sentimento nacional para o passado e inventa uma soberania brasileira herdeira de uma soberania portuguesa. Na prática, mostra o que viemos a nos tornar, jamais o que éramos no século XVII.

Leandro Karnal. “O testamento de Adão”. In: *História Viva – Grandes Temas (Mar português)*. Edição especial temática, n. 14, 2006. p. 85.

- a) O que foram as chamadas “invasões” holandesas no contexto da América Portuguesa do século XVII?

- b) Explique, com suas palavras, por que a denominação “invasões” holandesas é anacrônica.
- c) Se “invasões” é um termo que parece inadequado para fazer referência ao acontecimento histórico mencionado no texto, quais alternativas menos anacrônicas poderiam ser utilizadas para se referir ao mesmo episódio? (cite pelo menos duas).

15 Fatec 2006 Em relação ao período da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro, afirma-se:

- I. a invasão deveu-se aos interesses dos comerciantes holandeses pelo açúcar produzido na região, interesses esses que foram prejudicados devido à União Ibérica (1580-1640).
- II. foi, também, uma consequência dos conflitos econômicos e políticos que envolviam as relações entre os chamados Países-Baixos e o Império espanhol.
- III. as medidas econômicas de Nassau garantiam os lucros da Companhia das Índias Ocidentais e os lucros dos senhores de engenho, já que aumentaram a produção do açúcar.
- IV. a política adotada por Nassau para assentar os holandeses na Bahia acabou por deflagrar sua derrota e o fim da ocupação holandesa, graças à resistência dos índios e portugueses expulsos das terras que ocupavam.

São verdadeiras as proposições:

- (a) I e II. (c) II, III e IV. (e) II e IV.
- (b) I, II e III. (d) I, III e IV.

16 FGV 2005 A administração de Maurício de Nassau sobre parte do Nordeste do Brasil, no século XVII, caracterizou-se:

- (a) por uma forte intolerância religiosa, representada, principalmente, por meio do confisco das propriedades dos judeus e dos católicos.
- (b) pela proteção às pequenas e médias propriedades rurais, o que contribuiu para o aumento da produção de açúcar e tabaco em Pernambuco.
- (c) por uma ocupação territorial limitada a Pernambuco, em função da proteção militar efetuada por Portugal nas suas colônias africanas.
- (d) por inúmeras vantagens econômicas aos colonos e pela ausência de tolerância religiosa, representada pela imposição do calvinismo.
- (e) pela atenção aos proprietários luso-brasileiros, que foram beneficiados com créditos para a recuperação dos engenhos e a compra de escravos.

17 Fuvest 2007



Frans Post. Engenho de Pernambuco. século XVII. Óleo sobre painel. Acervo Artístico do Ministério das Relações Exteriores Palácio Itamaraty Brasília.

Este quadro, pintado por Franz Post por volta de 1660, pode ser corretamente relacionado:

- (a) à iniciativa pioneira dos holandeses de construção dos primeiros engenhos no Nordeste.
- (b) à riqueza do açúcar, alvo principal do interesse dos holandeses no Nordeste.
- (c) à condição especial dispensada pelos holandeses aos escravos africanos.
- (d) ao início da exportação do açúcar para a Europa por determinação de Maurício de Nassau.
- (e) ao incentivo à vinda de holandeses para a constituição de pequenas propriedades rurais.

18 Ufpel 2007 [...] da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhe permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei de Espanha caíram ou por qualquer meio foram constringidos à escravidão, como eu próprio fiz libertando alguns. Devem-se dar ordens, também, para que não sejam ultrajados pelos seus "capitães", ou alugados a dinheiro ou obrigados contra sua vontade a trabalhar nos engenhos; ao contrário deve-se permitir a cada um viver do modo que entender e trabalhar onde quiser, como os da nossa nação [...].

Fragmento do relatório de Maurício de Nassau aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, em 1644.

O documento demonstra que, durante:

- (a) a Insurreição Pernambucana, a Companhia das Índias Ocidentais era contrária a qualquer trabalho escravo na produção açucareira.
- (b) a União Ibérica, os holandeses proibiram o tráfico de escravos para o Brasil e promoveram a liberdade aos indígenas.
- (c) o período Colonial, a escravização indígena foi inexistente, devido aos interesses estratégicos e comerciais dos europeus.
- (d) as ocupações francesas, no Nordeste do Brasil, ocorreram transformações nas relações dos europeus com as populações nativas, no que se refere ao trabalho cativo.
- (e) a ocupação holandesa, no Nordeste brasileiro, foi combatida a escravização indígena promovida pelos ibéricos.

19 UFMG 2005 Analise o quadro abaixo.

Capitania	1570	1583	1612	1629
Pará, Ceará, Maranhão	–	–	–	–
Rio Grande	–	–	1	–
Paraíba	–	–	12	24
Itamaracá	1	–	10	18
Pernambuco	23	66	99	150
Sergipe	–	–	1	–
Bahia	18	33	50	8
Ilhéus	8	3	5	4
Porto Seguro	5	1	1	–
Espírito Santo	1	6	8	8
Rio de Janeiro	–	3	114	60
São Vicente, Santo Amaro	4	6	–	–
Total	60	118	201	350

Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 316.

A partir dessas informações sobre a evolução do número de engenhos açucareiros no Brasil, entre 1570 e 1629, é correto afirmar que:

- (a) a expulsão dos holandeses da Bahia provocou a retração da produção açucareira nessa capitania.
- (b) a invasão holandesa no Nordeste açucareiro destruiu a base produtiva instalada pelos portugueses na região.
- (c) a substituição do trabalho escravo indígena pelo africano não alterou a produção de açúcar na região de São Paulo.
- (d) a expansão da área açucareira em Pernambuco ocorreu, de forma significativa, durante o período da União Ibérica.

20 FGV 2005 *Guerreado por Madrid e pela Holanda, posto em quarentena pela Santa Sé, Portugal busca o apoio de Londres, preferindo a aliança com os distantes hereges à associação com os vizinhos católicos. Dando seguimento a vários tratados bilaterais, os portugueses facilitam o acesso dos mercadores e das mercadorias inglesas às zonas sob seu controle na Ásia, África e América.*

L. F. de Alencastro. "A economia política dos descobrimentos". In: A. Novaes (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 193.

O trecho do texto de Alencastro refere-se:

- (a) ao período inicial da Expansão Marítima portuguesa, no qual as rivalidades com a Espanha em torno da partilha da América levaram a uma aproximação diplomática entre Portugal e Inglaterra.
- (b) à época da Restauração, que se seguiu à união dinástica entre as monarquias ibéricas e que obrigou a Coroa portuguesa a enfrentar tropas espanholas na Europa e holandesas na África e na América.
- (c) à época napoleônica, que acabou por definir o início da aproximação diplomática de Portugal com a Inglaterra, em virtude da articulação franco-espanhola que ameaçava as colônias portuguesas na América.
- (d) ao período de Guerras de Religião, durante o qual a monarquia portuguesa, por aproximar-se dos calvinistas ingleses, passou a ser encarada com suspeitas pelo poder pontifício.
- (e) à época das primeiras viagens portuguesas às Índias, quando muitas expedições foram organizadas em conjunto por Inglaterra e Portugal, o que alijou holandeses e espanhóis das atividades mercantis realizadas na Ásia.

21 PUC-RS 2004 As invasões holandesas no Brasil, no século XVII, estavam relacionadas à necessidade de os Países-Baixos manterem e ampliarem sua hegemonia no comércio do açúcar na Europa, que havia sido interrompido:

- (a) pela política de monopólio comercial da Coroa portuguesa, reafirmada em represália à mobilização anticolonial dos grandes proprietários de terra.
- (b) pelos interesses ingleses que dominavam o comércio entre o Brasil e Portugal.
- (c) pela política pombalina, que objetivava desenvolver o beneficiamento do açúcar na própria colônia, com apoio dos ingleses.
- (d) pelos interesses comerciais dos franceses, que estavam presentes no Maranhão, em relação ao açúcar.
- (e) pela Guerra de Independência dos Países-Baixos contra a Espanha, e seus consequentes reflexos na colônia portuguesa, devido à União Ibérica.

4

FRENTE 1

O século XVIII



Pedro Américo. *Tiradentes esquartejado*, 1893. Óleo sobre tela. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG.

TAMEN

O século XVIII no Brasil é um momento diferenciado na colonização brasileira, não apenas pela riqueza gerada pela mineração, mas principalmente pelo fato de já começarem a se formar as primeiras condições que levarão à independência. Os efeitos causados pela mineração são notados tanto no Brasil quanto em Portugal: ao mesmo tempo em que se forma no Brasil uma sociedade mais rica, com interesses próprios e muito mais capaz, portanto, de romper com a metrópole, intensifica-se a opressão portuguesa; fato que vai gerar necessariamente uma maior reação.

Nesse século, observa-se também as vinculações entre a realidade brasileira e o contexto mundial; a crise do Sistema Colonial é um fenômeno que não se aplica exclusivamente ao Brasil, mas atinge o mundo colonial em sua totalidade.

A economia mineradora As origens da mineração

Foi visto nos capítulos anteriores que a expulsão dos holandeses marcou o início de um processo de declínio da economia açucareira. Também foi visto o quadro de decadência econômica que marcou Portugal após a União Ibérica. Nesse quadro de decadência econômica, tanto aqui quanto em Portugal, é natural que a notícia das primeiras descobertas de ouro causasse uma cobiça e uma corrida sem precedentes para a região das Minas Gerais. Não apenas populações de todas as partes da colônia como também vastos contingentes de portugueses afluíram para a região. A imigração portuguesa foi tão intensa que a Coroa chegou a proibir a vinda de portugueses para o Brasil em 1720, temendo uma redução drástica da população em Portugal.

Cabe lembrar que o próprio aumento da procura pelo ouro é um resultado direto da decadência da economia litorânea, como atesta o fato de o grande responsável pela descoberta do ouro ter sido o bandeirismo. Essa atividade bandeirista tinha tido, até então, como principal motor, a captura de índios para escravização. Fácil perceber que, com o declínio da atividade produtiva, e a conseqüente redução do mercado para mão de obra, outras atividades atraíssem os bandeirantes. É válido lembrar que as atividades de busca de minérios e captura de índios são, de certa forma, excludentes. As áreas onde o ouro seria buscado, áreas naturalmente montanhosas, não eram áreas particularmente ocupadas por populações indígenas. Assim, é só a partir do momento em que a escravização de índios deixa de ser lucrativa que se intensifica o fluxo de expedições para as áreas mais passíveis de se encontrar o ouro.

A necessidade portuguesa em relação ao ouro levou a Coroa a reafirmar uma severa legislação tão logo se confirmou a notícia da existência de jazidas, buscando controlar a atividade mineradora e garantir seus lucros. Em verdade, essa legislação já existia desde 1603, como forma de disciplinar a atividade bandeirista de procura do ouro. Assim, o **Regimento das Minas** permitia a livre extração, desde que coubesse à Coroa um quinto do ouro obtido.



Fig. 1 Medidores de ouro em pó, balança para ouro. Bronze, madeira, ferro e latão, séculos XVIII e XIX.

Com a descoberta de jazidas e a possibilidade de obtenção de uma quantidade imensamente maior de ouro, a legislação tornou-se mais precisa e centralizadora. Pelas novas leis do início do século XVIII criava-se a **Intendência das Minas**, cuja jurisdição aplicar-se-ia a todos os assuntos envolvendo o ouro e a região mineradora, respondendo diretamente ante o rei de Portugal. Garantia-se a livre extração, porém qualquer jazida descoberta tinha de ser comunicada à Intendência. Esta, após avaliar a extensão da jazida, subdividia a região em lotes (**datas**). Aquele que houvesse descoberto a jazida teria direito à escolha de uma data. As demais seriam leiloadas entre os mineradores.

Criava-se basicamente, além do **quinto**, mais um imposto que incidiria sobre a atividade. Era a **capitação**, uma quantia fixa em ouro, paga pelo minerador, proporcional ao número de escravos que ele tivesse empregando na mineração.

Várias dificuldades impuseram-se ao controle português. Aprópria extensão da região mineradora e as constantes descobertas de novas áreas, que abriam sistematicamente novas frentes de garimpo e, antes das autoridades portuguesas, atraíam levas de mineradores, os quais gozavam de um curto período livre da presença da metrópole. Além disso, há que se frisar a própria característica do ouro brasileiro, essencialmente um **ouro de aluvião**, obtido através do garimpo sob a forma de pó, facilmente contrabandeável.

Foi por essa razão que a Coroa baixou uma série de limitações à circulação do ouro em pó, as quais culminaram com sua proibição, em 1719, e com a criação das Casas de Fundição. Assim, todo o ouro obtido teria que ser levado para estas **Casas de Fundição**, onde seria fundido em barras, recebendo o lacre real atestando seu peso e valor, e seria já devidamente quintado, ou seja, teria já retirada a parte que cabia à Coroa.

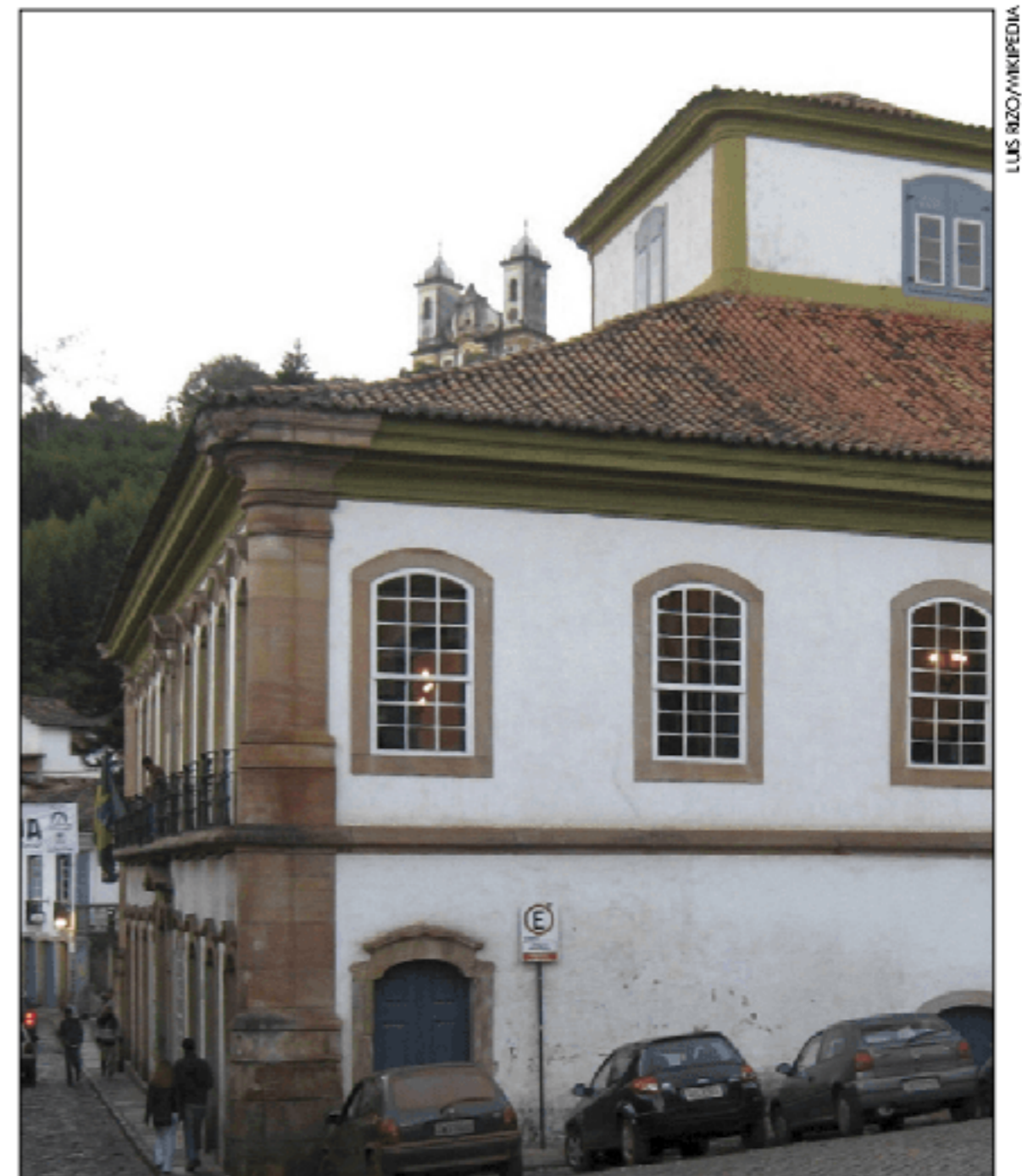


Fig. 2 Casa dos contos em Ouro Preto, 2008.

Mesmo toda essa pressão metropolitana, não diminuiu a febre das populações na busca do ouro. Em 1709, já havia aproximadamente 30.000 pessoas divididas em, basicamente, três regiões mineiras: mais ao norte, na região do Rio das Mortes; na região de Ouro Preto; e na região do Rio das Velhas. Estabeleciam-se **arraiais**, núcleos de povoamento, cuja fusão deu origem às principais cidades da região de Minas Gerais, entre elas Ouro Preto, Sabará e São João d'El Rei.

Ao mesmo tempo em que a região mineradora atraía um contingente cada vez maior de indivíduos e a mineração ganhava o espaço de atividade econômica fundamental, ela ia condicionado toda uma série de atividades aos seus interesses e necessidades. Em função dela estabeleceu-se um vasto comércio para abastecer a região, não apenas de mantimentos mas também de escravos. Da mesma forma, desenvolve-se toda uma atividade pecuária no centro sul voltada para a região que hoje é Minas Gerais.

Com isso, acentuam-se os problemas de abastecimento no restante da colônia, agravando a crise que vinha se arrastando desde meados do século anterior. Da mesma forma, a extrema dependência da região mineradora em relação aos produtos de outras regiões conferia-lhe a condição de centro polarizador da atividade econômica, servindo como elemento de integração entre as várias regiões do país. Desse modo, é natural que a economia interna tenha se diversificado, gerando o surgimento de toda uma atividade voltada ao abastecimento interno, contando, inclusive, com a disponibilidade maior de capitais.

Os diamantes

A descoberta dos diamantes no Arraial do Tijuco, povoado situado às margens do rio das Velhas, em 1729, causou novo furor entre a população e toda uma série de medidas por parte da Coroa portuguesa.

Diferentemente do ouro, o qual era encontrado numa vasta região, inviabilizando o monopólio régio da extração, os diamantes foram achados apenas no Arraial do Tijuco. Além disso, o valor unitário das pedras era imenso, o que significaria uma dispersão excessiva de recursos para a Coroa, se esta permitisse a livre extração.

Assim, os diamantes foram declarados **estanco régio**, ou seja, monopólio da Coroa na extração. O Arraial do Tijuco foi cercado, sendo criado o **Distrito Diamantino**. Os direitos de exploração foram repassados a particulares, os chamados **contratadores**, os quais pagavam, além de um pesado valor inicial pela concessão, altas taxas de capitação, além de 50% do valor obtido à Coroa. Entre os contratadores, o mais famoso é João Fernandes, que acabou sendo aprisionado em função da sonegação sistemática dos impostos devidos à Coroa.

Declínio da atividade mineradora

A mineração teve seu período de apogeu entre 1740 e 1770. A partir daí, as técnicas rudimentares de obtenção do ouro e dos diamantes, bem como o próprio esgotamento das jazidas, levou a prática à sua decadência. Com isso, acentuou-se o quadro de crise interna, ao qual se somou um furor fiscalista português, que buscava, com a elevação dos impostos, compensar a queda na sua arrecadação. Com esse objetivo foi estabelecida a **Derrama**, a cobrança forçada dos quintos atrasados, através do uso do Exército (o **Regimento dos Dragões**, a guarda criada especialmente para a região das minas), inclusive com o confisco de riquezas como pagamento pelas dívidas dos mineradores.

A combinação desses dois elementos, a crise econômica e a ampliação da fiscalização portuguesa, foi decisiva para ampliar o sentimento antimetropolitano, dando origem à Inconfidência Mineira e a uma série de movimentos de libertação que se seguem a ela.

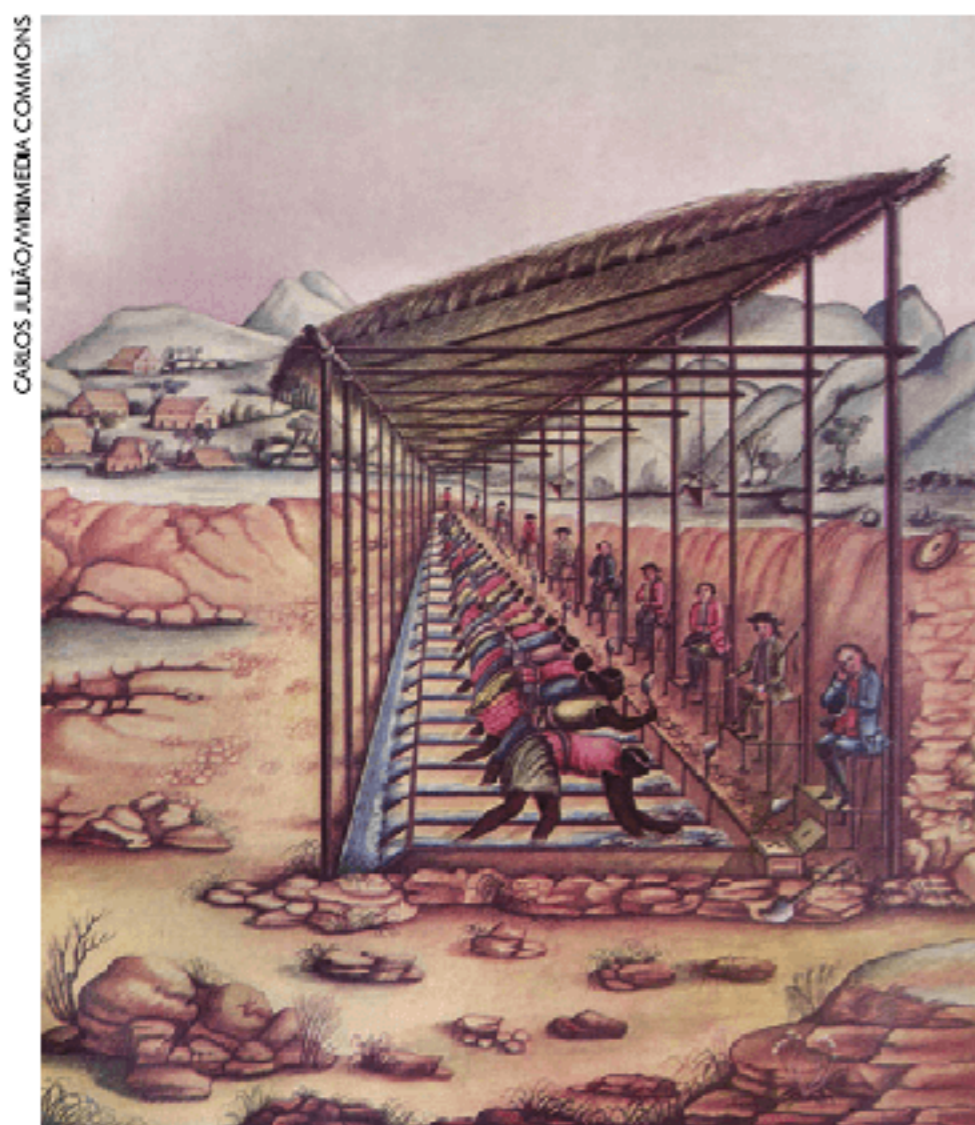


Fig. 3 Carlos Julião. *Lavagem de diamantes em Serro Frio*, ca. 1770. Os escravos são vigiados durante a faiscação de diamantes para que nenhum deles tentassem engolir as preciosas gemas.

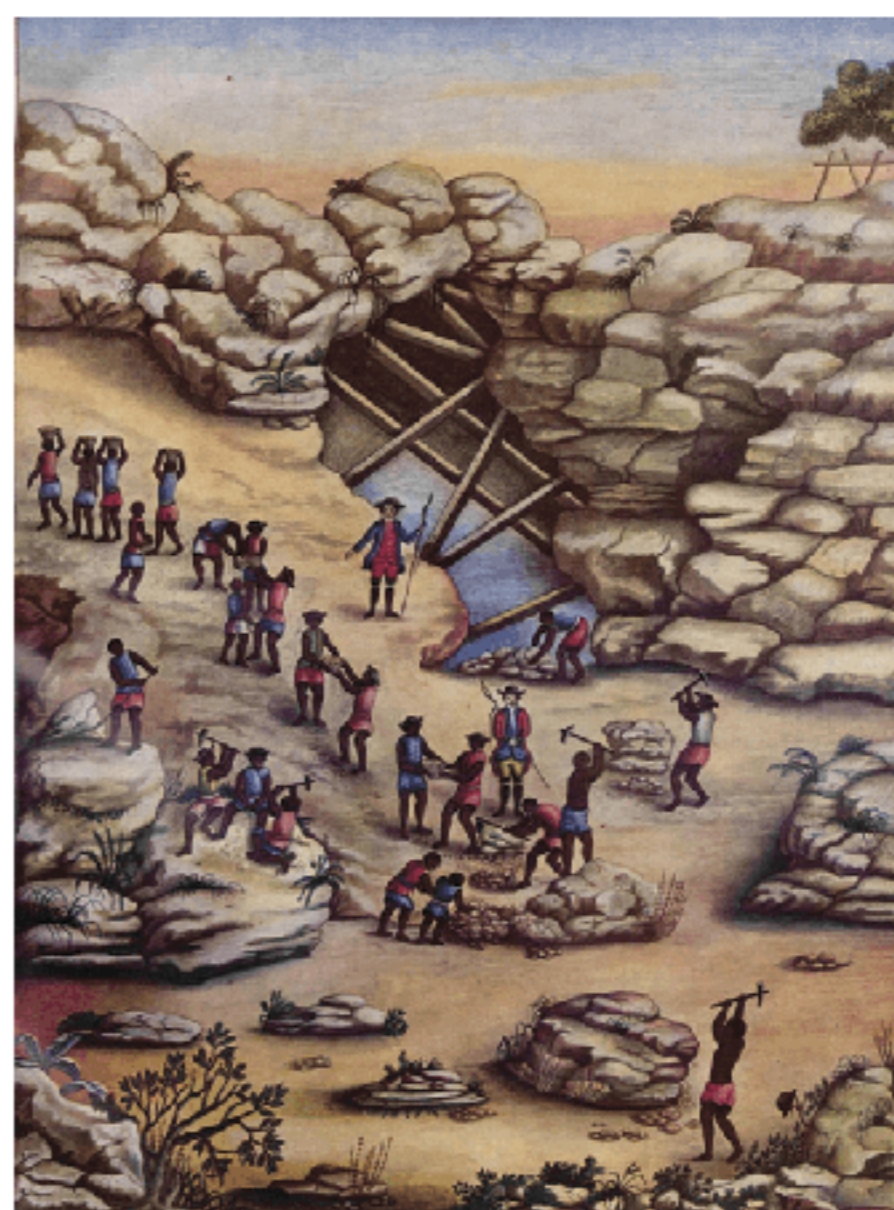


Fig. 4 Carlos Julião. *Mina de diamantes*, ca. 1770s.

Transformações a partir da segunda metade do século XVII

A crise portuguesa e o “Arrocho Colonial”

Já vimos anteriormente que a crise que se abre em Portugal, após o domínio espanhol, levou o país a uma situação de maior dependência externa e endividamento, notadamente em relação à Inglaterra. Vimos também o Brasil como principal fonte de recursos para Portugal, o que motivou uma prática sensivelmente mais opressiva, por parte da Coroa portuguesa, desde a restauração, em 1640 (veja o capítulo 3).

Essa prática, que se manifestou em um primeiro momento através da criação do Conselho Ultramarino, das companhias monopolistas de comércio e da pressão maior contra a escravização indígena, atingiu seu apogeu durante o século XVIII.

Duas razões fundamentais concorreram para isso. Por um lado, a ampliação da dependência e do endividamento com a Inglaterra, principalmente a partir da assinatura do **Tratado de Methuen**, em 1703. Este tratado, também conhecido como **Tratado dos Panos e Vinhos**, estabelecia uma reciprocidade de taxas alfandegárias entre Portugal e Inglaterra, na importação, pela Inglaterra, do vinho português e, por Portugal, dos tecidos ingleses.

O que parece, à primeira vista, um mero compromisso comercial, acabou revelando-se ruinoso para a economia portuguesa. Já estamos em um momento que antecede imediatamente à Revolução Industrial inglesa, no qual a Inglaterra já contava com uma vasta produção manufatureira a preços consideravelmente mais baixos que seus similares portugueses. A entrada de quantidades gigantescas de manufaturados ingleses em Portugal, pagando taxas alfandegárias baixíssimas, e, portanto, sendo vendidos a baixo custo no país, destruiu a incipiente manufatura portuguesa. Ao mesmo tempo, o acordo condenava Portugal a investir no único produto para o qual haveria um mercado externo, o vinho, de valores muito mais baixos e importado pela Inglaterra em quantidades infinitamente menores. Assim, a economia portuguesa viu-se num quadro de total desequilíbrio na balança de pagamentos, acentuando o endividamento e obrigando a Coroa a buscar todas as fontes de recursos possíveis.

Por outro lado, o início do século XVIII é também o período da descoberta do ouro, e, mais tarde, dos diamantes no Brasil. Não por acaso, a Coroa voltou-se sobre essa nova riqueza como a tábua de salvação para suas combalidas finanças. Esse processo encontrou seu apogeu a partir do reinado de **d. José I** (1750-1777), principalmente em função da obra de seu primeiro ministro, Sebastião José Carvalho e Melo, o **marquês de Pombal**.

O governo do marquês de Pombal

Não se pode desvincular a figura de Pombal de todas as transformações culturais e políticas que a Europa vinha atravessando na segunda metade do século XVIII, exatamente o período de seu governo.

Estava inserido na crise do Antigo Regime e do Sistema Colonial (que será vista mais adiante) e sujeito à característica mais marcante da vida política do período: o início de uma

ampla reação política, social e cultural ao conjunto das características que marcaram a vida europeia na Idade Moderna.

Essa reação deu origem a uma nova forma de ver o mundo, um novo conjunto de ideias, uma série de novos valores políticos, sociais e culturais, uma nova atitude intelectual perante os fenômenos que ocorrem no mundo. Esse amplo movimento intelectual e filosófico trazia, ao lado da luta por **liberdade política** (negando, portanto, o Absolutismo), **liberdade econômica** e **igualdade social**, toda uma preocupação em exaltar a **razão** como único guia para o conhecimento, negando o predomínio da fé. Por se considerarem as luzes do conhecimento, em oposição ao obscurantismo da fé, esses novos filósofos deram ao movimento o nome de **Ilustração** ou **Iluminismo**.

Embora se constituíssem numa clara reação ao Absolutismo, as ideias iluministas chegaram a ser empregadas por governantes europeus, os quais buscavam assim modernizar seus governos, incorporando ideias de racionalidade administrativa, ênfase ao ensino técnico etc., sem abrir mão de seu poder absoluto. A esses governantes absolutistas que se utilizam de alguns princípios do Iluminismo, deu-se o nome de **Déspotas Esclarecidos**.

Pombal é o principal símbolo do despotismo esclarecido, ou, como pode ser também conhecido, do **Reformismo Ilustrado** em Portugal. Formado na França, na mesma tradição que gerou nomes como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, Pombal, nomeado ministro pelo rei d. José I, empreendeu toda uma série de reformas com o objetivo de modernizar o reino, impedir a dispersão de recursos, centralizar a administração e reduzir o abismo que separava Portugal das potências europeias.

Assim, em relação ao Brasil, Pombal extinguiu definitivamente as Capitâneas Hereditárias (com o objetivo de centralizar a administração), reunificou o Brasil, transferiu a capital para o Rio de Janeiro (para facilitar o controle sobre o envio do ouro para Portugal), extinguiu a escravidão indígena (forma de ampliar o tráfico negreiro, fonte de lucros para Portugal) e instituiu a Derrama, para ampliar a arrecadação de impostos com a mineração.



Fig. 5 Gravura que satiriza o desamparo dos jesuítas ao serem expulsos da colônia.

Em uma atitude controversa, Pombal entrou em atrito com os jesuítas, por motivos vários. Os jesuítas gozavam de ampla autonomia dentro de Portugal e do Brasil, quase um “estado dentro do estado”, o que contrariava os princípios centralizadores da administração pombalina. Além disso, acumulavam imensas riquezas, cujo confisco permitiria um maior equilíbrio das finanças do governo. Outra razão se encontrava no quase monopólio exercido pelos jesuítas sobre a educação, o que se contrapunha à tentativa de Pombal de ampliar o ensino técnico.

Acusando os jesuítas de participação em um atentado contra o rei, Pombal expulsou a ordem de Portugal e, mais tarde, do Brasil.

Com a morte de d. José, Pombal deixou o cargo. Grande parte de sua obra foi sumariamente eliminada a partir daí, com o retorno dos jesuítas durante o reinado de d. Maria I.

Consequências e transformações trazidas pela mineração

O século XVIII conheceu profundas modificações na vida colonial, as quais tiveram como agente propulsor a principal atividade do período, a mineração.

Com efeito, essa atividade exigia condições bastante diferentes daquelas em que se encontrava o Brasil até o século XVII.

A atividade mineradora foi, antes de mais nada, responsável por uma **penetração definitiva da colonização em direção ao interior**. Mais que isso, ao atingir áreas além de Tordesilhas, levou à **expansão territorial**. Proporcionou, também, um maior volume de **capitais** na colônia (apesar do volume acentuado de impostos que incidiam sobre a mineração), além de uma **ampliação do mercado interno**.

A necessidade do abastecimento das regiões mineradoras levou ao **desenvolvimento do comércio** e ao **surgimento de cidades**, as quais se transformaram em polos de **maior diversificação social**.



Fig. 6 Thomas Ender. *Mineiros numa venda*, século XIX. Fundação J. M. Salles.

Com tudo isso, uma nova elite forma-se no país, a qual, muito mais ligada à diversificação gerada pela vida urbana, vai apresentar uma preocupação cultural maior. São os filhos dessa elite que, ao estudarem na Europa, trarão para cá as novas ideias de liberdade, sendo diretamente responsáveis não apenas

pela **ampliação da atividade cultural na colônia**, mas principalmente pela **base intelectual da luta que começava a se travar contra o domínio metropolitano**.

O Renascimento Agrícola

Renascimento Agrícola é o nome empregado para o período que se segue à crise da mineração no Brasil. Trata-se de uma denominação altamente imprecisa, dado que a agricultura jamais deixara de ser uma atividade fundamental na colônia. O açúcar, por exemplo, mesmo com sua decadência, continuou sendo um produto gerador de riquezas através da exportação.

Assim, o termo deve ser entendido no sentido de a agricultura ter voltado a atrair os principais investimentos e se constituir novamente em centro da atividade econômica.

Além do declínio da mineração, vários fatores internacionais contribuíram para esse renascimento agrícola no Brasil. Não nos esqueçamos que este é o período da **Revolução Industrial**, na qual a Inglaterra teve ampliada de forma brutal sua produção de tecidos, necessitando, portanto, de fontes de matéria-prima. Além disso, eclode a **Guerra de Independência dos Estados Unidos** ou, mais precisamente, das Treze Colônias que, após a independência, dariam origem aos Estados Unidos.

Obviamente, nesse período de guerra, as relações entre a Inglaterra e suas antigas colônias foram cortadas. Assim, a Inglaterra viu-se privada quando mais necessitava delas para o cultivo da matéria-prima fundamental à sua indústria, o algodão. Abria-se, com isso, um mercado para a produção do **algodão** no Brasil, a qual se estendeu por várias regiões brasileiras, principalmente o Maranhão.

Outro produto desse período é o **tabaco**, em função do aumento do hábito de fumar na Europa, sendo que o produto também era largamente utilizado no escambo de escravos nas feitorias do litoral da África.

O **cacau** também teve sua produção aumentada, deixando de ser um produto meramente extrativista e passando a ser plantado em vastas regiões no sul da Bahia.

Por fim, o **açúcar**, o qual jamais havia deixado de ser o principal produto agrícola brasileiro, teve sua produção largamente ampliada no final do século XVIII. As razões para essa ampliação ligam-se às revoltas de escravos nas Antilhas, as quais levaram à diminuição da produção na região, o que permitiu aos brasileiros novamente o domínio do mercado europeu.

As Revoltas Nativistas

A partir do século XVII, começamos a ter, no Brasil, a ocorrência de movimentos de contestação ao domínio português e ao aumento da opressão metropolitana. Esses movimentos atestaram uma característica inerente à colonização, a existência de interesses diferentes, por vezes antagônicos, entre metrópole e colônia.

Tais diferenças ligaram às necessidades da metrópole, a qual tinha na colônia um instrumento para o seu enriquecimento. Assim, mecanismos típicos da colonização, tais como impostos, monopólio comercial, restrições a práticas econômicas, levam necessariamente a reações de descontentamento entre os colonos atingidos por tais medidas.

Entretanto, há que ficar clara uma característica dessas primeiras reações coloniais: em um primeiro momento, não se pode afirmar que expressem uma crise do Sistema Colonial, ao contrário, se constituem em movimentos localizados, voltados à resolução de aspectos isolados da relação metrópole-colônia.

Chamamos essas primeiras revoltas coloniais de **movimentos nativistas**. Foram movimentos locais e parciais, atentando contra determinadas condições impostas pela metrópole, sem que possuíssem a dimensão de uma contestação ao domínio metropolitano como um todo e sem que forjassem a ideia de uma nação (que, no caso, seria toda a colônia). Assim, sua ocorrência deve ser entendida enquanto uma reação inevitável de populações submetidas a determinadas medidas por um polo dominante ao qual elas não têm acesso, e que veem na luta armada a única forma de se libertarem dessas medidas.

Um exemplo claro do caráter incipiente desses movimentos é o ocorrido em São Paulo, em 1641, conhecido como **Aclamação de Amador Bueno**. Esse movimento surgiu a partir de bandeirantes paulistas, diretamente ligado à questão da escravização de índios.



Fig. 7 Oscar Pereira da Silva. *A Renúncia de Ser Rei – Aclamação de Amador Bueno*, 1931. Óleo sobre tela. Masp-USP, São Paulo. Amador Bueno recusa o título de rei de São Paulo.

É importante frisar que esta reação ocorreu um ano após o fim da União Ibérica. Durante aquele período, até pelo fato de que os espanhóis não tinham restrições à escravização indígena, a captura de índios por bandeirantes paulistas havia aumentado substancialmente. Entretanto, com a restauração e a crise que obrigava a Coroa portuguesa a buscar todas as fontes de lucro possíveis, esta passou a combater de forma mais intensa a escravização indígena com vistas a ampliar o tráfico negreiro. Jesuítas, notórios opositores da escravização de índios, foram enviados à capitania de São Vicente, centro irradiador das bandeiras de apresamento.

Tal fato motivou uma reação dos bandeirantes paulistas, primeiro expulsando os jesuítas, num episódio conhecido como “Botada dos padres fora” e depois aclamando um comerciante

de origem espanhola chamado Amador Bueno da Ribeira como “Rei de São Paulo”, alardeando sua ruptura com Portugal.

A fragilidade do movimento (o próprio Amador Bueno recusou o título fugindo por três dias dos manifestantes) explica a facilidade com que ele foi derrotado, não se constituindo em mais que um exemplo do caráter local, parcial e incipiente desses primeiros movimentos.

Outro exemplo típico de movimento nativista é a **Revolta de Beckman**, ocorrida no Maranhão em 1684. Para que possamos compreendê-la é necessária uma rápida visão acerca da economia maranhense neste período. O Maranhão vivia basicamente do comércio das drogas do sertão e de uma pequena agricultura, a qual empregava a mão de obra escrava indígena, bem mais barata que o escravo africano, além da pecuária voltada a atender as necessidades das áreas de produção açucareira do litoral de Pernambuco.

Em 1682, como vimos, fora criada a Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão, cujo objetivo era justamente o de monopolizar o comércio das drogas do sertão. Ao mesmo tempo, temos na região a presença de jesuítas, os quais, com o apoio da Coroa, impediam a escravização do índio.

Assim, o Maranhão via-se privado de todas as suas fontes de riqueza. Mais que isso, o monopólio desfrutado pela Companhia de Comércio permitia que esta vendesse produtos europeus a um preço altíssimo, ao mesmo tempo em que pagava valores insignificantes pela produção local.

O descontentamento contra essa situação gerou uma revolta na qual os colonos, sob a liderança de Manuel Beckman, ocuparam a cidade de São Luís, expulsaram os representantes da Companhia de Comércio e os jesuítas e instituíram um governo próprio.

É interessante notar que mesmo nesse quadro de revolta foi enviado um emissário (Thomas Beckman, irmão de Manuel) a Lisboa, para afirmar a lealdade ao rei. Como vemos, portanto, não há um caráter de luta pela independência, mas apenas contra determinados abusos específicos. Mesmo assim, a reação da Coroa foi violenta. Enviou tropas para combater os revoltosos e seus líderes foram presos e enforcados. Por outro lado, a Companhia também sofreu, sendo extinta em 1685.

Mais um movimento nativista que deve ser citado foi a **Guerra dos Emboabas**, ocorrida em Minas Gerais entre 1708 e 1709. Trata-se de um conflito envolvendo bandeirantes paulistas de um lado e portugueses de outro, na disputa pelo domínio das áreas coloniais. Não nos esqueçamos que as jazidas haviam sido descobertas por paulistas, os quais se consideravam os proprietários da região e que, ao mesmo tempo, os portugueses contavam com o apoio das autoridades metropolitanas.

Assim, uma série de lutas ocorreram, tendo a principal delas ocorrido no chamado Capão da Traição, onde mais de 300 paulistas foram massacrados.

A intervenção das autoridades portuguesas, assim como a descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso, atraindo os bandeirantes para essas regiões, contribuíram para o fim dos conflitos.



Fig. 8 Gravura mostrando a região onde ocorreu a Guerra dos Emboabas, anônimo, século XVIII.

A mais violenta e significativa de todas as revoltas nativistas foi a **Guerra dos Mascates**, ocorrida em Pernambuco, entre 1710 e 1711. Desde a expulsão dos holandeses, em 1654, a economia pernambucana vinha passando por um período de decadência. A aristocracia rural, empobrecida, mantinha, entretanto, o domínio político da região através da Câmara Municipal de Olinda, a qual detinha o controle sobre o porto do Recife.

A crise da aristocracia agravou-se com a mineração, a qual, como vimos, trouxe um desabastecimento, inclusive de escravos, para todas as demais regiões, em um primeiro momento. Ao mesmo tempo, os comerciantes do Recife, portugueses em sua maioria, protegidos por uma legislação que lhes garantia o monopólio comercial, prosperavam, passando a ser credores dos aristocratas decadentes de Olinda.

Em 1709, os comerciantes do Recife (pejorativamente chamados de “mascates” pelos olindenses) conseguiram da Coroa sua emancipação e a elevação do Recife à categoria de vila, separada de Olinda. Isso permitiria a eles, por exemplo, definir novas tarifas de frete marítimo, até então sob o controle da Câmara de Olinda.

Inconformados, os olindenses invadiram Recife, dando origem a uma guerra que se estendeu por mais de um ano. Com a intervenção de Portugal, a guerra terminou em 1711. Todos os revoltosos foram anistiados, mas Recife manteve sua autonomia e foi transformada em sede administrativa da Capitania.



Fig. 9 Henry Chamberlain, *Um mascate e seus escravos*, 1822. Água, tinta e aquarela sobre papel. Coleção Brasileira Fundação Estudar.

Um outro movimento nativista ficou conhecido como **Revolta de Filipe dos Santos** ou Revolta de Vila Rica, ocorrida nesta cidade em 1720. Trata-se de uma revolta típica de uma região que sofria com os excessos fiscalistas que incidiam sobre a mineração. A situação foi agravada quando, em 1719, o governo proibiu a circulação do ouro em pó, instituindo a obrigatoriedade de que todo o ouro obtido fosse entregue às **Casas de Fundição**, onde seria transformado em barras e já devidamente extraída a parcela correspondente ao quinto.

Mais de 2.000 mineradores se rebelaram contra a medida. Passaram a pressionar o intendente de Minas Gerais, o conde de Assumar, exigindo também o fim de vários impostos que incidiam sobre a atividade econômica. Sem tropas que lhes permitissem conter os revoltosos, o conde de Assumar adotou a posição de procurar negociar e ganhar-lhes a simpatia, aceitando com o atendimento de todas as reivindicações. Entretanto, tão logo conseguiu reunir um contingente suficiente de homens, atacou os revoltosos, prendendo todos os líderes. Filipe dos Santos, um deles, foi enforcado e esquartejado, como forma de atemorizar a população.



Fig. 10 Antônio Parreiras. *Julgamento de Filipe dos Santos* – estudo, ca. 1923. Óleo sobre tela. Museu Antônio Parreiras, Niterói, Rio de Janeiro. Imagem de Filipe dos Santos, líder da rebelião mineira de 1720.

Assim, a análise desses quatro episódios (entre incontáveis outros que poderiam ser citados) mostra-nos uma situação clara de reação colonial contra o abuso metropolitano. Entretanto, ficam também claras algumas outras características. Uma delas é o caráter específico das reivindicações, voltadas sempre para o atendimento de necessidades imediatas da população local. Não havia, portanto, a consciência da necessidade de ruptura com Portugal para que estas pudessem ser alcançadas.

Outra característica desses movimentos é que, em todos eles, a intervenção da metrópole conseguiu fazer valer seus interesses. Mesmo a extinção da Companhia de Comércio do Maranhão, aparentemente uma vitória dos revoltosos, deveu-se mais a denúncias de corrupção do que às reivindicações de fim do monopólio, o qual, vale dizer, nunca deixou de existir.

O que temos são reações naturais de uma população submetida ao domínio externo, todas elas contidas sem maiores

problemas pelo polo dominante. Não podemos, portanto, ao menos até a segunda metade do século XVIII, falar de uma crise do Sistema Colonial. Esta, na verdade, só irá ocorrer em função de uma realidade muito mais ampla, ligada não apenas à reação colonial, mas também a toda uma série de modificações no panorama europeu.

A crise do Sistema Colonial

Aspectos gerais

A simples ocorrência de movimentos reivindicatórios na colônia não significa uma crise de todo o mecanismo de colonização. Assim, os movimentos ocorridos no Brasil até o final da primeira metade do século XVIII apresentam apenas um caráter local e parcial, incapazes de colocar em risco a dominação portuguesa. São chamados, como vimos, de movimentos nativistas.

Entretanto, as condições a partir da segunda metade do século XVIII sofreram uma radical alteração, a qual afetou não apenas a relação de Portugal com o Brasil ou suas demais colônias, mas ao sistema colonial como um todo. Esse processo ficou comumente conhecido como a **crise do Sistema Colonial**, que se insere em um contexto bem mais amplo de **crise do Antigo Regime** como um todo.

Antes, porém, temos de abordar, de forma clara, o que se entende por **Antigo Regime**. Essa expressão, cunhada pelo movimento Iluminista, tem um óbvio caráter pejorativo e foi empregada no sentido de designar o conjunto das características que permearam as práticas das monarquias europeias ao longo da Idade Moderna, prática essa violentamente combatida pelas ideias da **Ilustração**. Assim, a expressão engloba o Absolutismo monárquico, a estrutura de privilégios da nobreza, a intervenção do Estado na economia e o predomínio da fé sobre a razão, prática cultural típica da Idade Moderna.

Paralelamente à consolidação das monarquias europeias, o que se deu inclusive em função da riqueza mercantil, verificou-se ao longo da Idade Moderna um amplo processo de crescimento e fortalecimento da burguesia, que, a partir do século XVIII, passa a questionar sua falta de participação nas decisões políticas, sua falta de liberdade na gestão de seus negócios, os privilégios que cercavam a nobreza e, enfim, todos os componentes da ordem que caracterizava o Absolutismo.

Dessa forma, o Iluminismo surge, em parte, como uma expressão, no campo intelectual, de um momento que prenunciava amplas e profundas transformações políticas e sociais na Europa, como produto de intensas e radicais transformações econômicas.

Tais ideias tiveram decorrências em vários níveis. Na política, tendo como plataforma o liberalismo, passaria a se pensar que a soberania dentro do Estado deveria ser encontrada no direito de representação dos indivíduos e não no poder dos reis. Na economia, decorreria a ideia de que o Estado não deveria interferir na iniciativa individual.

No nível dos “fatos”, essas ideias foram base ideológica para vários movimentos da Europa Ocidental, que se indisputaram com os privilégios corporativos e com as monarquias absolutas que governavam seus países. O mais importante desses movimentos foi a **Revolução Francesa** (1789), que terminou

com o antigo regime da França. Anos antes, porém, apoiando-se no “direito à insurreição”, ideias semelhantes haviam inspirado a independência das colônias inglesas da América do Norte (1776).

As noções fundamentais que marcaram o movimento iluminista, liberdade e igualdade, atuam, nesse contexto, como uma negação clara ao Absolutismo e aos privilégios da nobreza, num momento em que a burguesia europeia, já num quadro determinado pela Revolução Industrial, consolidava seu papel enquanto camada hegemônica, lutando por converter essa hegemonia econômica em poder político.

Por outro lado, essa nova realidade europeia afetaria, de forma substancial, as relações coloniais. Não podemos nos esquecer dos efeitos óbvios das ideias iluministas de liberdade e igualdade para as elites coloniais, confrontadas com uma situação de arrocho colonial e totalmente afastadas das decisões fundamentais que afetariam seu destino. Além disso, a própria Revolução Industrial, ao ampliar a necessidade inglesa de mercados e matérias-primas, levava este país a intensificar a pressão sobre Portugal e Espanha, no sentido de obter acesso ao comércio com as colônias ibéricas, abrindo a perspectiva de apoio inglês a eventuais movimentos de independência nestas colônias. Mais do que isso, a nova realidade econômica europeia ampliava sobremaneira a supremacia inglesa e a dependência econômica dos países ibéricos, enfraquecendo-os a um ponto em que seria impossível para eles manter o domínio colonial.

Mesmo esse enfraquecimento contribuiu para acentuar ainda mais a reação colonial. Como já foi visto, a crise portuguesa levou o país a intensificar a opressão colonial; intensificação que levaria, obviamente, a uma reação cada vez mais intensa por parte das elites coloniais.

Não é um acaso que o processo de enfraquecimento do domínio colonial seja generalizado, englobando tanto as colônias portuguesas quanto espanholas.

Mais do que isso, a crise do Sistema Colonial afeta inclusive a dominação colonial inglesa, pelas mesmas razões. Também, e principalmente, nas colônias inglesas, as ideias iluministas ganhavam peso, levando-se em conta que as necessidades maiores da Inglaterra, com a Revolução Industrial, haviam gerado um drástico aumento do fiscalismo e da opressão sobre suas colônias, bem como uma redução considerável de sua autonomia. Não é estranho, portanto, que as primeiras colônias a se libertarem do domínio metropolitano tenham sido justamente as colônias inglesas, as quais deram origem aos Estados Unidos da América. Tal fato vai ter um efeito óbvio no sentido de estimular as lutas pela independência nas demais colônias, constituindo-se também em um fator de intensificação da crise do Sistema Colonial.

É em função de todos esses elementos que os movimentos coloniais ocorridos a partir da segunda metade do século XVIII assumem um novo caráter. De simples movimentos locais e parciais, passam a questionar a dominação colonial como um todo, apontando claramente a necessidade da independência como forma de satisfazer suas reivindicações. Por essa razão, tais movimentos são conhecidos como **movimentos emancipacionistas**.

Movimentos emancipacionistas

A Inconfidência Mineira (1789)

No ano 1789, começava a se forjar, em Vila Rica, um movimento de reação ao domínio português. As raízes para tal movimento encontram-se, entretanto, em um processo que vinha se desenrolando há mais tempo, vinculado ao brutal aumento da opressão portuguesa, como vimos anteriormente.

Portugal nada mais era do que um país atrasado e dependente da Inglaterra e que com grande esforço mantinha os seus domínios coloniais. Nesse contexto, tem enorme importância o reinado de d. José I, a partir de 1750. Seu principal ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, foi responsável pela realização de reformas bastante ousadas para o período. O **reformismo ilustrado** era, então, um conjunto de ideias ainda não implementadas, pois estamos falando do período pré-Revolução Francesa.

Entre 1750 e 1777, ele tentou tornar a administração portuguesa mais eficiente e modernizar suas relações com as colônias. Esse plano passava pela implementação de medidas políticas, administrativas e econômicas, além da formação de quadros “lusu-brasileiros” para realizá-las. Assim, procurou conciliar princípios: manutenção do Absolutismo submetido às “luzes do século” e a aplicação do Mercantilismo.

No Nordeste brasileiro, por exemplo, criou a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba que, mantendo os princípios do monopólio, tentou reerguer a economia da região, oferecendo preços atraentes para seus produtos. Companhia semelhante foi criada no Pará e Maranhão, buscando desenvolver a região Norte.

Várias outras iniciativas caracterizam as “reformas pombalinas”. Mas as que mais interessam aqui são aquelas que se referem à decadente região das Minas Gerais. A longo prazo, Pombal pensou na formação de intelectuais que pudessem resolver as dificuldades para a extração das jazidas, consciente de que novas tecnologias poderiam retirar mais algum ouro daqueles lugares que pareciam esgotados.

Buscou, então, um maior controle da região. Substituiu o imposto de captação pelo antigo **quinto**, estabelecendo que este deveria alcançar, obrigatoriamente, a quantia anual de cem arrobas do metal. Quanto aos diamantes, retirou das mãos de particulares o direito da exploração, passando-o diretamente para a Coroa.

Em uma fase de esgotamento das minas, a quantia obrigatória exigida para o quinto era praticamente inatingível e os casos de não pagamento acumularam-se na região mineira. Assim, para atingir a arrecadação pretendida, estabeleceu-se a **derrama**: cobrança forçada dos quintos atrasados por meio de força militar. Criou-se, para isso, o Regimento dos Dragões, que se incumbia desta tarefa inclusive confiscando propriedades como forma de pagamento.

A situação tornou-se explosiva. Combinavam-se dois fatores insuportáveis para a população da colônia: crise econômica e ampliação da fiscalização portuguesa. Essa combinação alimentou um sentimento antimetropolitano e deu origem a uma série de movimentos insurrecionais.

A clandestina Inconfidência Mineira organizou-se, inicialmente, contra a derrama e o arrocho na região das minas.

Tratava-se, a princípio, de uma articulação de intelectuais, entre eles Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Tomás Antonio Gonzaga, os padres José de Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo e Manuel Rodrigues da Costa, além de José Joaquim Maia, o qual buscou contato com Thomas Jefferson, líder do processo de independência das colônias inglesas da América do Norte, e José Álvares Maciel, o qual buscou o apoio dos comerciantes ingleses à rebelião.

Em contraponto com o caráter de elite dos outros líderes, a figura do alferes **Joaquim José da Silva Xavier**, conhecido como **Tiradentes**, ganhava um papel fundamental. Ele seria o elemento de ligação entre os ideais dessa elite intelectualizada e os setores populares, dos quais a elite necessitava para atingir seus objetivos.

Tais objetivos eram, entretanto, difusos e maldefinidos. Propunham a extinção de todas as medidas de controle sobre a região. Depoimentos dos revolucionários, todos transformados em réus pela repressão metropolitana, deixam entrever a intenção de proclamação de uma república nas Gerais, adotando os moldes daquela estabelecida no Norte da América. Nada ficava claro quanto à questão da escravidão, com alguns dos líderes pregando em favor de seu fim, embora esta jamais tenha sido uma questão consensual entre os revoltosos.



Fig. 11 Antônio Parreiras. *Prisão de Tiradentes*, 1914. Óleo sobre tela. Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

De qualquer forma, as ideias avançadas de República e liberdade apareciam como forma de se livrar da opressão feita pelo absolutismo e pelo colonialismo e, neste sentido, buscavam filiação com as ideias das luzes europeias.

Aparentemente, o plano dos revoltosos era o de se aproveitar do momento da derrama, e da óbvia reação e indignação popular que ela causaria, para desencadear um movimento insurrecional com vistas à tomada do poder.

Entretanto, o movimento foi denunciado antes que viesse a ocorrer. Alguns de seus participantes, em troca do perdão de

suas dívidas, delataram os planos dos revoltosos ao Visconde de Barbacena, o intendente das minas.

Reafirmando o desejo de manter o domínio sobre as minas e tentando impedir uma revolução mais ampla, como a que havia ocorrido no Haiti e libertado seus escravos, a Coroa agiu de forma exemplar. Os inconfidentes nem chegaram a por em prática os seus planos, pois o governador suspendeu a derrama e ordenou as prisões dos revolucionários. Foram todos julgados e, como sabemos, Tiradentes foi levado para o Rio de Janeiro e condenado à forca. Os demais líderes foram condenados ao desterro, sendo que Cláudio Manuel da Costa morreu na prisão antes do julgamento, tendo-se suicidado, segundo a versão oficial.

Um dado interessante a ser ressaltado é que a Inconfidência Mineira não teve qualquer repercussão maior à época de sua ocorrência. Ao contrário, a enfatização do seu estudo é um fato recente, do início da República. As razões para isso são claras. Ao mesmo tempo em que se constituiu numa mera articulação de intelectuais, sem qualquer efeito prático, o que explica sua pouca ou nenhuma repercussão no momento em que ocorreu, ela possuía, por outro lado, toda uma série de características que a tornavam altamente utilizável pelas elites que se constituíram no país após a independência. Tratava-se de um movimento elitista, o qual rompia o mínimo possível com a velha ordem e que não apresentava qualquer perspectiva de transformação mais intensa na estrutura social brasileira. Assim ela foi tomada pela história oficialista como o símbolo a ser empregado do que teria sido a luta contra o jugo da metrópole, um movimento que, mais uma vez, passava distante de qualquer reivindicação popular.

A Conjuração Baiana (1798)

O movimento ocorrido na Bahia, ao final do século XVIII, apresenta características que o tornam quase único, dentre os movimentos reivindicatórios brasileiros. Temos aqui um movimento de características essencialmente populares, contando com a participação e liderança de escravos, mulatos, setores livres urbanos de baixa renda, como atesta o próprio nome com o qual também foi conhecido, **Conjuração dos Alfaiates**.

Suas origens prendem-se a dois elementos básicos. Em primeiro lugar, a transferência da capital para o Rio de Janeiro, que havia esvaziado economicamente Salvador, retirando das camadas urbanas, notadamente de baixa renda, grande parte de sua atividade. Em segundo lugar, há ainda que se localizar o movimento no momento histórico em que ocorre. As ideias básicas que o permeiam são, em tese, as mesmas da Inconfidência Mineira, ou seja, as ideias do Iluminismo europeu. Por outro lado, o momento é permeado por movimentos que superaram em muito as concepções burguesas. Ao longo da própria Revolução Francesa, durante um período de dois anos, setores populares haviam assumido o poder e as realizações dessa fase, o período Jacobino, e colocado elementos que levavam as ideias de igualdade ao seus mais altos propósitos. A aprovação do voto universal, a reforma agrária, a abolição da escravidão nas colônias, a Lei do Máximo, todos esses elementos aprovados durante a fase popular da Revolução geravam um óbvio efeito ampliador das expectativas populares em todo o mundo ocidental.

Além disso, em 1791, os escravos do Haiti iniciavam uma rebelião que culminaria com a independência do país. Assim, percebemos na Conjuração Baiana os estímulos históricos às reivindicações populares, servindo de combustível para um movimento que, num primeiro momento, chegou a contar com a participação até mesmo de setores da elite baiana. A iniciativa, entretanto, era toda dos setores populares. Os membros da elite, os quais buscavam limitar as propostas de transformações sociais, viram-se isolados, retirando-se da articulação. Em consequência, o movimento ficou restrito a um grupo de intelectuais através de uma organização revolucionária secreta, os **Cavaleiros da Luz**, além dos alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres, Romão Pinheiro e Luís Gonzaga das Virgens, o padre Francisco Gomes, o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo, o professor Francisco Barreto e o médico Cipriano Barata.

Atraíram o apoio dos setores populares urbanos de Salvador por suas ideias: a República, a libertação em relação a Portugal, a democracia, o aumento dos salários, a liberdade de comércio, além do fim da escravidão e da abolição de todas as formas de preconceito.



Fig. 12 Salvador, século XVIII.

A revolta eclodiu em 12 de agosto de 1798, com os revoltosos espalhando-se pela cidade de Salvador. Entretanto, tendo sido denunciada antecipadamente por alguns traidores, sofreu pronta repressão das autoridades, as quais sabiam inclusive quem eram os cabeças.

Com as prisões e assassinatos, o movimento foi totalmente derrotado. Após um ano de prisões e julgamentos, as penas começaram a ser divulgadas em 1799. Evidentemente, as mais duras recaíram sobre os indivíduos mais pobres, João de Deus, Manuel Faustino dos Santos Lira, Lucas Dantas de Amorim Torres e Luís Gonzaga das Virgens sendo enforcados e esquartejados.

A Revolução Pernambucana de 1817

Para que possamos entender este movimento, devemos ter em mente que ele ocorre em um momento em que a Corte portuguesa estava sediada no Rio de Janeiro, com o Brasil convertendo-se em sede da monarquia.

Já havia, desde há muito, um quadro de decadência econômica no Nordeste, o qual tendia a agravar-se cada vez mais, à medida em que novas atividades econômicas e a iniciativa política na colônia deslocavam-se cada vez mais para o eixo Centro-Sul. Tal situação já havia levado a movimentos de vulto,

tais como a Insurreição Pernambucana, de 1645 a 1654, e a Guerra dos Mascates, a qual teve por efeito acentuar ainda mais o descontentamento da população e o sentimento antilusitano.

Além disso, a transferência da Corte para o Brasil havia acentuado ainda mais o descontentamento, uma vez que D. João VI decretara o aumento de impostos para custear os gastos da monarquia no Rio de Janeiro.

Também a guerra que Portugal travava contra a França contribuía para acentuar a crise, uma vez que a França fora um dos compradores do açúcar nordestino e agora as relações entre os dois países haviam sido extintas.

Tudo isso gerava um quadro de comoção, o qual levaria ao aumento do sentimento emancipacionista, ou seja, a certeza da necessidade da ruptura com Portugal. Assim, setores populares, de classe média e da própria elite uniam-se em uma articulação de caráter revolucionário.

Entre os líderes, podemos destacar Domingos José Martins, João Ribeiro e Miguel Joaquim de Almeida Castro. O apoio inclusive de militares deu ao movimento a força necessária para derrubar o governo, implantar um novo governo republicano, decretar a extinção dos impostos, a liberdade de imprensa e de religião e a igualdade entre os cidadãos.

Estabeleceram-se contatos com os governos dos EUA e da Inglaterra, buscando, sem sucesso, o reconhecimento político. Ao mesmo tempo, ganhavam a adesão de revoltosos da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

O movimento, contudo, procurou não romper com os interesses da elite agrária. Assim, a **Lei Orgânica**, um esboço de

uma Constituição para o movimento, assegurava, entre outras coisas, a propriedade privada, inclusive de escravos.

Mais uma vez, a repressão foi violenta e todos os líderes foram presos, além de mais de duas centenas de participantes. O padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, conhecido como padre Miguelinho foi executado, a exemplo das lideranças carismáticas dos demais movimentos emancipacionistas.

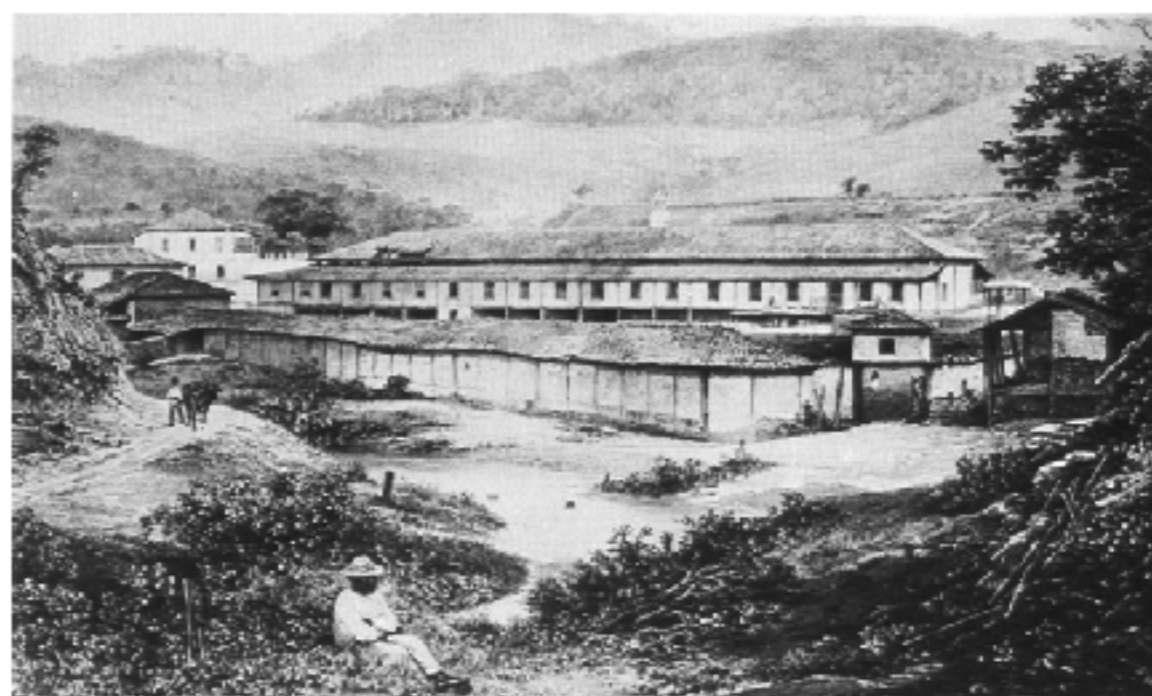


Fig. 13 Engenho nordestino com suas atividades estagnadas.

Entretanto, a repressão ao movimento não conseguiu sufocar as ideias revolucionárias e separatistas. Elas voltariam a ganhar forma sete anos depois, na mesma região, em um movimento que se alastrou por todo o Nordeste e que se constituiu no maior elemento de oposição política ao governo de d. Pedro no Brasil recém-separado de Portugal.

Revisando

1 Por que a Coroa portuguesa manteve regimes diferentes para a extração do ouro e dos diamantes, livre extração para o ouro e estanco régio na exploração diamantina?

2 A mineração é vista como a primeira atividade responsável pela integração entre as várias regiões da colônia. Em que consiste essa integração?

3 Que relação pode se estabelecer entre o iluminismo e os movimentos emancipacionistas no Brasil?

Exercícios propostos

Texto para as questões 1 e 2

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistem nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil (1711)* apud Inês da C. Inácio e Tânia R. de Luca. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993. p.124.

1 PUC-MG A situação histórica descrita evidencia:

- (a) a repartição equilibrada dos terrenos auríferos pelos coloniais.
- (b) a corrida do ouro e as esperanças de enriquecimento fácil.
- (c) a condição de igualdade entre senhores e escravos na busca do ouro.
- (d) a mineração como única atividade econômica da região.

2 PUC-MG O relato de Antonil informa ainda que a atividade mineradora:

- (a) foi uma aventura capaz de enriquecer todos que se dedicavam a ela.
- (b) impulsionou o comércio e o rápido povoamento da região das minas.
- (c) desestimulou os aventureiros devido às dificuldades dos caminhos.
- (d) promoveu uma sociedade muito democrática.

3 PUC-MG A situação dos mulatos em Minas Gerais, no século XVIII, tem relação com:

- (a) a estrutura social e demográfica que se apoiava firmemente sobre a base da escravidão africana.
- (b) o desejo de homens, na ausência de herdeiros legítimos, de libertar seus filhos de mãe escrava.
- (c) o respeito às leis e o cuidado de não cometer erros graves que colocassem em risco seus direitos.
- (d) os esforços para restringir as alforrias e para proibir que mulatos herdassem propriedades.

4 Unesp Já se verificando nesta época a diminuição dos produtos das minas, viu-se o capitão Bom Jardim obrigado a voltar suas vistas para a agricultura [...] Seus vizinhos teriam feito melhor se tivessem seguido exemplo tão louvável em vez de desertar o país, quando o ouro desapareceu.

John Mawe. *Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos Distritos do Ouro e Diamantes*.

Segundo as observações do viajante inglês, os efeitos imediatos da decadência da extração aurífera em Minas Gerais foram:

- (a) a esterilização do solo mineiro e a queda da produção agropecuária.

- (b) a crise econômica e a consolidação do poder político das antigas elites mineiras.
- (c) a instalação de manufaturas e a suspensão dos impostos sobre as riquezas.
- (d) a conversão agrícola da economia e o esvaziamento demográfico da província.
- (e) a interrupção da exploração do ouro e a decadência das cidades.

5 FGV [...] assistimos no final do século XVII, após a descoberta das minas, não a uma nova configuração da vila nem à ruptura brusca com o padrão anterior, ao contrário, à consolidação de todo um processo de expansão econômica, de mercantilização e de concentração de poder nas mãos de uma elite local. A articulação com o núcleo mineratório dinamizará este quadro mas não será, de forma alguma, responsável por sua existência.

Ilana Blaj. *A trama das tensões*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 125.

O texto acima refere-se:

- (a) à vila de São Luís e ao seu papel de núcleo articulador entre a economia exportadora e o mercado interno colonial.
- (b) à vila de São Paulo, cuja integração a uma economia de mercado teria ocorrido antes da descoberta dos metais preciosos.
- (c) à vila de Ouro Preto, importante centro agrícola e pecuarista encravado no interior da América Portuguesa.
- (d) à vila de Cuiabá, principal entreposto de tropeiros e comerciantes que percorriam as precárias rotas do Centro-Sul.
- (e) à vila de Mariana, importante centro distribuidor de indígenas apresados pelos bandeirantes.

6 Qual era o papel das Casas de Fundação na mineração no Brasil?

7 Em que a mineração de diamantes diferenciou-se da mineração do ouro no Brasil e qual a razão para essa diferenciação?

8 Em 1703, Portugal assinou com a Inglaterra o Tratado de Methuen. A assinatura deste tratado teve implicações profundas para a economia portuguesa e inglesa, entre as quais não seria correto incluir:

- (a) a ampliação brutal da dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra.
- (b) a destruição do que havia de produção manufatureira em Portugal, em função da concorrência absolutamente desigual dos produtos ingleses.
- (c) o aumento do fiscalismo português sobre o Brasil, como forma de equilibrar a balança comercial com a Inglaterra.
- (d) a abertura para a instalação das indústrias inglesas no Brasil, aproveitando-se da disponibilidade de matérias-primas e mão de obra barata.
- (e) o afluxo de quantidades imensas de capitais para a Inglaterra, considerados importantes até para a concretização da revolução industrial naquele país.

9 Que razões explicam a descoberta do ouro no Brasil exatamente ao final do século XVII, momento no qual todas as demais atividades econômicas na colônia atravessavam uma profunda crise?

10 As pirâmides a seguir representam a organização da sociedade brasileira colonial em duas regiões distintas.



- a) Qual a diferença mais importante entre elas quanto à estrutura e aos grupos sociais?
 b) A que se deve essa diferença?

11 Leia o texto e responda.

O número de cativos exportados para o Brasil cresceu entre 1720 e 1750, apesar da crise do açúcar. Os dados da população, levantados em 1776, mostram a esmagadora presença de negros e mulatos. Dos cerca de 320 mil habitantes, os negros representavam 52,2%; os mulatos, 25,7%; e os brancos, 22,1%.

Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

De acordo com o texto citado, pode-se concluir que:

- I. a atividade mineradora desenvolvida ao longo do século XVIII possibilitou um incremento do tráfico negreiro para o Brasil.
- II. a predominância da população negra indica o uso intensivo do trabalho escravo, mesmo em um período de crise da produção açucareira.
- III. o preconceito racial e a severa legislação portuguesa que coibia os casamentos entre brancos e negros, fez com que praticamente não houvesse população mestiça no Brasil.
- IV. segundo o texto, a população negra aumenta, proporcionalmente, na região das Minas em relação ao Nordeste açucareiro, já que a necessidade de mão de obra naquela região era muito maior que a exigida pela agricultura de exportação.

São corretas as afirmações:

- (a) I e II. (c) I, II e IV. (e) I e IV.
 (b) I, II e III. (d) II, III e IV.

12 Nada ficou no solo brasileiro do impulso dinâmico do ouro, salvo os templos e as obras de arte [...] Minas Gerais caiu verticalmente na decadência e na ruína.

Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina*.

O trecho de Eduardo Galeano, e também seus conhecimentos sobre o período, permite concluir que:

- I. as técnicas primitivas de exploração inutilizaram enormes jazidas.
- II. o fisco português conseguiu, pela sua ganância, liquidar rapidamente o ouro das Gerais.
- III. a economia cíclica deixava atrás de si o solo destruído e a população empobrecida.
- IV. como as demais riquezas coloniais, a renda do ouro foi se acumular no exterior.

Estão corretas:

- (a) I e II. (d) apenas a IV.
 (b) I, III e IV. (e) todas as afirmações.
 (c) II, III e IV.

13 Que razões explicam o chamado “arrocho colonial” que marca as relações entre Portugal e Brasil a partir da Restauração?

14 Fuvest Leia e responda às questões.

Na mineração, como de resto em qualquer atividade primordial da colônia, a força de trabalho era basicamente escrava, havendo entretanto os interstícios ocupados pelo trabalho livre ou semilivre. Dificilmente o homem livre destituído de recursos vultosos poderia se manter como proprietário, sobretudo em Minas, região que, apesar de tida tradicionalmente como rica e democrática, apresentava possibilidades favoráveis apenas a um pequeno número de pessoas.

Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro*.

Qual o conceito expresso pela historiografia tradicional sobre o poder político e econômico nas áreas de mineração? Como esse conceito é contestado no trecho anterior?

15 UEL O marquês de Pombal, na Carta Secretíssima ao governador-geral Gomes Freire de Andrada, expôs suas ambições e intenções de realizar reformas no governo do Brasil (1750-1777): “Como o poder e riqueza de todos os países consistem principalmente no número e na multiplicação das pessoas que habitam, esse número e multiplicação de pessoas é mais indispensável agora nas fronteiras do Brasil, para suas defesas.” Como não era “humanamente possível” obter essa quantidade de pessoas necessárias do reino ou das ilhas adjacentes (Açores e Madeira) sem converter essas regiões “completamente em desertos”, era essencial abolir “todas as diferenças entre índios e portugueses”, visando “atrair os índios das missões uruguaias e encorajar o casamento deles com europeus”. A Carta instruiu o governador para que mantivesse o controle da Colônia até as missões serem evacuadas e estarem dentro de terras portuguesas.

“Carta Secretíssima de Pombal a Gomes Freire de Andrada [...]”, Lisboa, 21 set. 1751, apud Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 53.

Sobre o tema, considere as seguintes afirmativas.

- I. As instruções contidas na carta significaram, na prática, a supressão do domínio religioso jesuítico sobre a fronteira e o fim da proteção dos índios pelos jesuítas.
- II. A carta atribui às missões a responsabilidade pela dizimação e fuga dos indígenas, que transformaram as fronteiras ao sul com a América Espanhola em verdadeiros desertos populacionais.

- III. Ao abolir “todas as diferenças entre índios e portugueses”, Pombal recomenda a miscigenação como mecanismo para estender o povoamento e o domínio português aos territórios de fronteira sob domínio espanhol.
- IV. No governo de Pombal, o grande complexo de missões jesuíticas portuguesas e espanholas contribuiu para assegurar o futuro da América Portuguesa, por intermédio da imigração europeia em larga escala.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
 (b) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
 (c) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
 (d) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
 (e) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

16 UFPR Leia o texto.

Em 1776, o primeiro-ministro do reino português, marquês de Pombal, escrevia: “Para que prestem a utilidade desejada, as colônias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da metrópole”.

J.R.A. Lapa. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982. As palavras de Pombal denotam a “lógica colonialista” que comandava as relações Brasil-Portugal. A respeito de tais relações, é correto afirmar que:

- 01 o comércio e a navegação da colônia independiam das atividades comerciais da metrópole.
 02 cabia à colônia o papel de suprir a metrópole de matérias-primas necessárias ao seu enriquecimento.
 04 a colônia deveria oferecer mercado consumidor às manufaturas produzidas pela metrópole.
 08 o sistema do monopólio comercial funcionava como um dos eixos do mecanismo colonial.
 16 para a satisfação do mercado externo, a produção colonial foi organizada com base na policultura e nas pequenas propriedades.

Soma =

17 UEL Leia o texto a seguir, escrito no século XVIII, sobre a cidade mineira de Mariana.

E apesar de tudo o que se expõe, e que tanto conspira para se julgarem estas minas as mais pobres e desgraçadas das que vivem em sociedade; não é tão fácil afirmar delas este conceito, não se olhando mais que para o seu desmarcado comércio de importação, e vendo ao longe por entre a escassa luz de narrações adulteradas o seu luxo descomedido. Mas se atentar qualquer para o modo por que vivem e comerciam os vassallos de Sua Majestade neste país, verá que o ordinário deles pensa mal, e olha tão somente para uma falsa reputação, e trabalha por um falso brilhante no que pertence aos seus que de longe quer se lhe atribuam: pretendendo, à imitação dos cômicos e figuras teatrais, fingir com palhetas douradas ouro maciço e com vidros lapidados preciosa pedraria.

Representação da Câmara de Mariana, 1789, apud Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 19.

Com base na leitura do documento citado e nos conhecimentos sobre a mineração e o Barroco, é correto afirmar que:

- (a) o Barroco mineiro disseminou a concepção de simplicidade e pobreza para todos, espetáculo encenado no teatro e nas festas religiosas.
 (b) o documento, ao propor a analogia com os espetáculos teatrais, reafirma a existência de uma riqueza e opulência aparentes na sociedade das Minas Gerais.
 (c) os intelectuais e letrados mineiros valorizavam em seus escritos saberes relativos à religiosidade, devoção, liturgia e teologia, não se deixando contaminar pela Ilustração, isto é, pelas ciências e saberes profanos.
 (d) apesar da importação dos meios de subsistência e dos gastos de compra e manutenção da escravaria, a mineração produziu uma democrática distribuição de riqueza nas Minas Gerais, onde o luxo e a ostentação eram um padrão de conduta acessível a todos.
 (e) as fraudes na comercialização dos metais, a exemplo do contrabando e do extravio do ouro, são apontadas, na Carta, como os responsáveis pela pobreza que dominava os arraiais auríferos.

18 UFPR A exploração do ouro e a consolidação da centralização do poder político e da administração em mãos dos reis portugueses foram os processos mais marcantes para o Brasil do século XVIII. Sobre essa conjuntura, é correto afirmar que:

- a descoberta de jazidas de ouro no Brasil foi providencial aos interesses de Portugal, pois liberou a metrópole europeia de parte de sua dependência em relação à Inglaterra.
 os comerciantes portugueses residentes no Brasil não detinham privilégios de monopólio comercial, visto que o Tratado de Methuen também abriu o mercado brasileiro às companhias holandesas e italianas.
 a política colonial portuguesa aplicada no século XVIII impediu o crescimento do mercado interno e o processo de urbanização no Brasil.
 a partir da segunda metade do século XVIII, a produção aurífera brasileira entrou em declínio, em função do esgotamento das minas.
 os negros, principal mão de obra da economia do ouro, construíram igrejas e criaram irmandades em que buscavam assistência e visibilidade social.
 com a economia do ouro, a sociedade brasileira tornou-se mais complexa, dando oportunidade ao surgimento de camadas médias da população, formadas por funcionários, profissionais liberais, artesãos e comerciantes.

19 FGV Leia o texto e responda à questão.

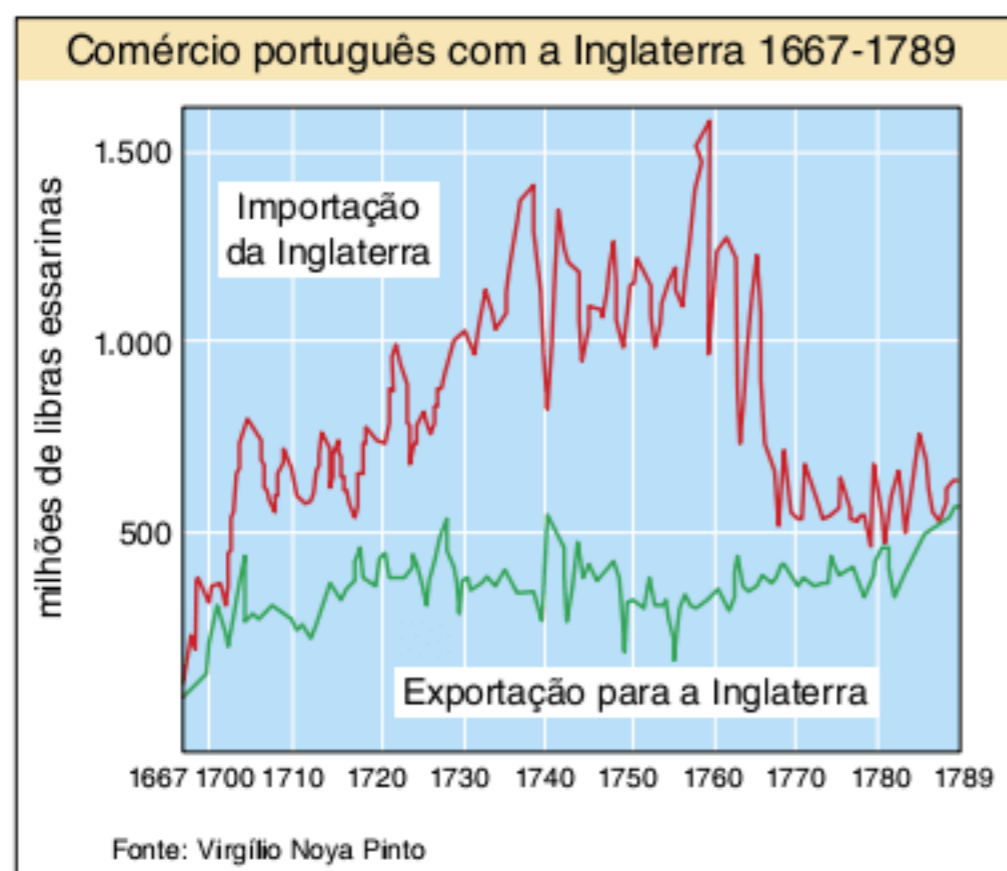
Há exagero em dizer que a extração do ouro liquidou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro [...]. Mas não há dúvida de que foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão de obra escrava [...]

Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 99.

Uma das consequências do processo descrito no texto, em termos administrativos, foi:

- a transferência da capital do Vice-Reinado para São Paulo, que passou a ser o polo econômico mais importante da Colônia.
- a criação das Câmaras Municipais que passaram a deter, na Colônia, os poderes de concessão para exploração do ouro em Minas Gerais.
- o deslocamento do eixo da vida da Colônia para o Centro-Sul, especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos, e por onde saía o ouro das minas.
- o desaparecimento do sistema de Capitanias Hereditárias e sua substituição, na região Sudeste, pelas Províncias.
- o desenvolvimento de um comércio paralelo de escravos nas antigas regiões produtoras de açúcar, que gerou a necessidade de centralizar o poder nas mãos dos ouvidores.

20 Analise as afirmações com base no gráfico e em seus conhecimentos sobre o período. Verifique cada afirmação e justifique de forma clara suas respostas.



- O Tratado de Methuen foi um dos grandes responsáveis por impedir um processo de industrialização em Portugal, na medida em que o governo facilitava a entrada de artigos ingleses; esta é uma razão que explica o déficit comercial português com a Inglaterra.
- A extração de ouro no Brasil contribuiu para o aumento do consumo de produtos importados em Portugal, acentuando a balança comercial desfavorável no auge do ciclo da mineração.
- A decadência da mineração e o aumento da venda de algodão aos ingleses durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos foram responsáveis por um dos raros momentos de equilíbrio comercial entre Portugal e a Inglaterra.
- Portugal foi um dos principais clientes dos ingleses no século XVIII e certamente teve uma contribuição importante para o desenvolvimento industrial na Inglaterra naquele período.

- A administração pombalina realizou uma série de reformas no Estado português, estimulando a indústria naval e as manufaturas, possibilitando, mesmo por um curto intervalo de tempo, uma redução expressiva do déficit comercial lusitano, que predominou ao longo do século XVIII.

21 O final do século XVIII deu origem a um período que, na história econômica brasileira, ficou conhecido como Renascimento Agrícola. De que formas o declínio da mineração no Brasil e a Revolução Industrial inglesa contribuíram para esse renascimento da agricultura como atividade fundamental no Brasil?

22 Analise a afirmação.

Os conflitos nativistas, ocorridos até a primeira metade do século XVIII, constituem-se em reações naturais contra a opressão, não significando que haja neste momento uma crise do Sistema Colonial como um todo.

23 No período colonial surgiram várias rebeliões e movimentos de libertação que questionam a dominação portuguesa sobre o Brasil. A respeito dessas rebeliões, podemos afirmar que:

- Todos os movimentos de contestação visavam à separação definitiva do Brasil de Portugal.
- Até a primeira metade do século XVIII, os movimentos contestatórios exigiam mudanças, mas não o rompimento do estatuto colonial.
- Desde o final do século XVIII, os movimentos de libertação sofreram a influência do iluminismo e defendiam o fim do pacto colonial.
- A luta pela abolição da escravatura era uma das propostas presentes em basicamente todas as rebeliões.
- Uma das razões de vários movimentos era o abuso tributário da Coroa portuguesa em relação aos colonos.

Estão corretas somente as afirmativas:

- I, II e III.
- I, III e V.
- II, III e IV.
- II, III e V.
- III, IV e V.

24 Quase 70 anos antes da Inconfidência Mineira ocorreu um outro movimento na mesma cidade de Vila Rica, questionando o excesso de impostos cobrados que incidiam sobre a mineração, a criação das Casas de Fundação e a falta de liberdade. Trata-se do movimento conhecido como:

- Revolta de Felipe dos Santos.
- Guerra dos Emboabas.
- Conjuração dos Alfaiates.
- Aclamação de Amador Bueno.
- Conspiração dos Suassunas.

25 Com relação aos movimentos nativistas na história do Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- Ocorreram no Brasil principalmente após a Restauração em 1640, quando a crise portuguesa obrigou a Coroa a intensificar o processo de arrocho colonial.
- A mineração e as imensas possibilidades de arrecadação para a Coroa geraram um agravamento do fiscalismo, fato responsável pela eclosão de revoltas.

- (c) Foram movimentos já marcados pelo ideal de nação e pela ideia de que a solução para os problemas específicos só seria alcançada com a independência em relação a Portugal.
- (d) Caracterizaram-se por serem reações a problemas locais e específicos, tais como a questão do fiscalismo ou da proibição à escravidão indígena.
- (e) Nada mais eram do que a natural reação dos colonos contra os abusos da Coroa portuguesa.

26 Unifesp *Não resta outra coisa senão cada um defender-se por si mesmo; duas coisas são necessárias... a fim de se recuperar a mão livre no que diz respeito ao comércio e aos índios.*

Manuel Beckman, 1684.

As duas principais reivindicações do líder da Revolta que leva seu nome são:

- (a) a revogação do monopólio da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão e a expulsão dos jesuítas que se opunham à escravidão indígena.
- (b) a saída dos portugueses do Grão-Pará e Maranhão e a supressão dos aldeamentos indígenas, que monopolizavam as chamadas “drogas do sertão”.
- (c) a repressão ao contrabando estrangeiro, que prejudicava os negócios dos atacadistas portugueses, e a liberdade para importar escravos negros.
- (d) a expulsão dos holandeses do Nordeste, que monopolizavam o comércio do açúcar, e a reedição da guerra justa, que proibia a escravidão indígena.
- (e) a revogação do monopólio comercial da Metrópole sobre o Norte e Nordeste da colônia e a proibição para importar escravos negros.

27 Unicamp Comentando a Guerra dos Emboabas (1709), o historiador Antônio Sérgio escreveu:

Cedo no Brasil se buscaram as minas. Para isso se organizavam expedições (bandeiras) que se internavam pelo sertão. Enfim, a descoberta fez-se e a notícia atraiu muita gente. Os habitantes de São Paulo consideravam como inimigos todos os que pretendiam, como eles, enriquecer com o ouro.

Antônio Sérgio. *Breve interpretação da História de Portugal*. (Adapt.).

- a) Quem eram os Emboabas e por que os paulistas entraram em guerra contra eles?
- b) Explique as transformações econômicas que a mineração provocou no Brasil.

28 FGV

A confrontação entre a loja e o engenho tendeu principalmente a assumir a forma de uma contenda municipal, de escopo jurídico-institucional, entre um Recife florescente que aspirava à emancipação e uma Olinda decadente que procurava mantê-lo numa sujeição irrealista. Essa ingênua fachada municipalista não podia, contudo, resistir ao embate dos interesses em choque. Logo revelou-se o que realmente era, o jogo de cena a esconder uma luta pelo poder entre o credor urbano e o devedor rural.

Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 123.

O autor refere-se:

- (a) ao episódio conhecido como a Aclamação de Amador Bueno.
- (b) à chamada Guerra dos Mascates.
- (c) aos acontecimentos que precederam a invasão holandesa de Pernambuco.
- (d) às consequências da criação, por Pombal, da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco.
- (e) às guerras de Independência em Pernambuco.

29 Em que aspectos pode-se afirmar que a Guerra dos Mascates sintetiza a própria natureza do conflito entre os interesses coloniais e metropolitanos?

30 A existência de diferenças de interesses entre os proprietários de terras e os comerciantes marcou o conflito entre a vila de Olinda, dominada pelos senhores de engenho, e Recife, centro comercial de importância econômica crescente e que fora emancipado à condição de vila, obtendo a autonomia em relação a Olinda.

O conflito mencionado é conhecido como:

- (a) Insurreição Pernambucana.
- (b) Guerra dos Mascates.
- (c) Guerra dos Emboabas.
- (d) Revolução Praieira.
- (e) Revolta dos Alfaiates.

31 A crise do Antigo Sistema Colonial (final do século XVIII) pode ser caracterizada através de um conjunto de fatos abaixo relacionados, com exceção de um. Assinale-o.

- (a) As pressões da França industrializada, a cobiça norte-americana sobre os mercados latino-americanos e o avanço do liberalismo nos países ibéricos.
- (b) A Revolução Industrial Inglesa, a crítica liberal às práticas mercantilistas e a invasão napoleônica na Península Ibérica.
- (c) O descontentamento dos colonos com a política econômica e fiscal metropolitana e a difusão da ideia de “revolução” entre as elites coloniais.
- (d) As tentativas de redefinir o sistema, de modo a atender as críticas dos colonos, mas sem abrir mão do “exclusivo”.
- (e) As pressões inglesas sobre as metrópoles ibéricas, o apoio da Inglaterra aos movimentos coloniais de rebeldia e os tratados anglo-portugueses de 1810.

32 O apoio inglês aos movimentos de independência latino-americanos pode ser visto como:

- (a) resultado da comunhão com os princípios estabelecidos pela Santa Aliança.
- (b) defesa de seus interesses econômicos dado o seu desenvolvimento industrial.
- (c) uma postura político-ideológica, já que aquela nação sempre foi favorável ao direito de autodeterminação dos povos.
- (d) uma contestação à Doutrina Monroe.
- (e) uma mera ajuda às colônias sem interesse específico.

33 Nos movimentos denominados Conjuração Mineira, de 1789, Conjuração Baiana, de 1789, e Revolução Pernambucana, de 1817, identifique:

- a) os setores sociais neles envolvidos;
- b) os objetivos políticos que possuíram em comum.

34 A partir da segunda metade do século XVIII, verifica-se no Brasil a ocorrência de uma série de movimentos com características já bastante próprias e decisivos na luta pela independência. Acerca desses movimentos, assinale a alternativa correta.

- (a) A Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana foram movimentos emancipacionistas diretamente influenciados pela Revolução Industrial, pelo iluminismo, pela Revolução Francesa e pela independência dos Estados Unidos.
- (b) Conquanto ambas tenham tido em comum o caráter emancipacionista, elas apresentam uma clara diferenciação em seu conteúdo de classe. Ao passo que a Inconfidência Mineira constituiu-se num movimento de elite, a Conjuração Baiana apresentava um ideário essencialmente popular, com a defesa do fim da escravidão e de todas as formas de desigualdade racial.
- (c) Outra diferenciação pode ser vista no desdobramento de ambos os movimentos. Enquanto a Inconfidência Mineira constituiu-se num movimento efetivo, chegando até mesmo à luta armada, a Conjuração Baiana jamais ultrapassou os limites de uma mera conspiração de intelectuais.
- (d) As ideias iluministas de igualdade tiveram, em ambos os movimentos, interpretações semelhantes.
- (e) O fracasso de ambos os movimentos contribuiu para consolidar o domínio português no Brasil.

35 Fuvest Leia a estrofe e responda às questões.

*Atrás de portas fechadas,
à luz de velas acesas,
entre sigilo e espionagem
acontece a Inconfidência.*

Cecília Meireles. *Romanceiro da Inconfidência*.

- a) Por que a Inconfidência, acima evocada, não obteve êxito?
- b) Por que, não obstante seu fracasso, tornou-se o movimento emancipacionista mais conhecido da história brasileira?

36 As contradições, amplas e profundas, do processo histórico das Minas Gerais, acabaram gerando relações que podem ser entendidas através dos antagonismos: colonizador/colonizado; dominador/dominado; confidente/inconfidente; opressão fiscal/reação libertadora. Nesse contexto, a Coroa portuguesa, em seu próprio benefício, desenvolveu uma ação “educativa” compreendendo:

- (a) o estabelecimento de condições adequadas ao controle democrático da máquina administrativa.
- (b) a realização de programas intensivos de prevenção dos súditos contra os abusos das autoridades.
- (c) o indulto por dívida fiscal e o estímulo à traição e à delação entre os súditos.

- (d) o arquivamento do inquérito e queima dos autos contra os incriminados.
- (e) a promulgação de um novo regime fiscal que acabava com a prática da sonegação.

37 Leia o texto e responda à questão.

A nova sentença fora feita segundo carta da rainha d. Maria I, que mandava comutar as penas de morte para degredo, exceto o caso de ser isso inadmissível pela atrocidade e escandalosa publicidade do crime. A carta da rainha é datada de 15 de outubro de 1890, já estava no Rio, portanto, havia 18 meses [...] e tudo que se fazia destinava-se a amargurar os míseros condenados e a escarmentar o povo [...]. Todas as crueldades aqui eram devidas mais aos juizes, ao vice-rei sobretudo, que propriamente ao rigor das leis.

Rocha Pombo. *História do Brasil*.

Sobre a Inconfidência Mineira, assinale a alternativa incorreta.

- (a) A independência dos Estados Unidos, que se baseou nas ideias iluministas, influenciou os inconfidentes mineiros.
- (b) Os inconfidentes propunham o estabelecimento de um governo monárquico, tomando o exemplo da Revolução Francesa.
- (c) A Inconfidência Mineira foi uma tentativa de emancipação inserida na crise do Antigo Regime e na transição que se verificava na Europa, do capitalismo comercial para o industrial.
- (d) O movimento contou com a participação de vários líderes, a maioria intelectuais provenientes da elite econômica e social de Minas. Entretanto, o único condenado à morte foi Tiradentes.
- (e) A bandeira dos inconfidentes atesta a vinculação do movimento aos princípios do iluminismo, ao incorporar a ideia da liberdade no lema *libertas quae sera tamen*.

38 Unicamp Leia o texto e responda às questões.

A execução de Tiradentes teve um sentido bem mais amplo que o de um enforcado. Tratava-se de uma punição exemplar: esquartejar, exhibir o corpo nos locais onde os “crimes” foram praticados, salgar terrenos e demolir casas faziam parte do esforço de apagar a memória do “criminoso” e reavivar a memória da punição de seus crimes. Por estas práticas, afirmava-se o poder do soberano e incutia-se temor em seus súditos.

Série Registros, n. 15, DPH, 1992. (Adapt.).

- a) Por que as reivindicações dos participantes da Conjuração Mineira foram consideradas “crimes”, em 1789?
- b) O que quer dizer castigo exemplar?

39 FGV A respeito da Revolta dos Alfaiates de 1798, podemos afirmar que:

- (a) se trata de uma revolução burguesa que tinha por objetivo eliminar o sistema colonial e estimular a entrada de imigrantes no Brasil.
- (b) os rebeldes foram influenciados pelas ideias do comunismo francês, que pregava a igualdade social e a distribuição de terras entre os mais pobres.
- (c) influenciados pelas doutrinas sociais da Igreja francesa, os líderes da revolta pretendiam garantir o ingresso no clero de homens de todas as raças.

- (d) o discurso rebelde era marcado pelo anticlericalismo e defendia uma reforma na ordem vigente, de modo a eliminar as diferenças sociais.
- (e) o movimento foi liderado pela elite baiana, descontente com a falta de incentivos do governo metropolitano com relação às necessidades da produção açucareira.

40 Vunesp Leia o texto e faça o que se pede.

O poderoso e magnífico povo baiano republicano [...], considerando os repetidos latrocínios que se faz com os títulos e imposturas, tributos e direitos que são colocados por ordem da rainha de Lisboa e, no que respeita à inutilidade da escravidão do mesmo povo, tão sagrado e digno de ser livre, com respeito à liberdade e igualdade, ordena, manda e quer que, futuramente, seja feita nesta cidade o seu termo a sua revolução exterminando para sempre o péssimo jugo reinável na Europa, [...]

Manifesto de 12 de agosto de 1798, no qual os envolvidos na Conjuração Baiana ou Revolução dos Alfiates expunham suas posições.

Apoiando-se no texto anterior, identifique as ideias inspiradoras da conjura e caracterize o tipo de insatisfação social que ela expressava contra o sistema colonial vigente.

41 Leia o texto referente à Conjuração Baiana e responda.

Não eram os norte-americanos que serviam de exemplo a João de Deus e aos seus companheiros. Eram os sans culottes. A 12 de agosto de 1789, apareceram por toda a cidade manifestos manuscritos. Dirigidos “ao povo republicano da Bahia” em nome

do “supremo tribunal da democracia baiana” apelavam ao extermínio do “detestável jugo metropolitano de Portugal”.

Kenneth Maxwell e Maria Beatriz N. da Silva.
O império luso-brasileiro – 1750-1822.

- a) Como pode ser caracterizada a Conjuração Baiana?
- b) Indique o nome da outra conjuração do século XVIII, cujos líderes conspiravam em segredo e, tomando como exemplo os Estados Unidos, advogaram o governo republicano.

42 Há dois séculos, ocorria na Bahia a Conjura dos Alfiates, conspiração que faz parte do quadro das grandes rebeliões do final do século XVIII. Assinale a alternativa na qual estão descritos traços peculiares deste movimento em relação aos anteriores.

- (a) Tinha composição exclusivamente elitista, daí a ausência de reivindicações sociais.
- (b) Ideologicamente, vinculava-se exclusivamente ao Liberalismo, tendo como modelo a independência dos Estados Unidos.
- (c) Foi a primeira expressão de um movimento de raiz popular, que combinava aspirações de independência com reivindicações sociais.
- (d) O Estado português reagiu com bastante tolerância, já que seus líderes eram membros da elite colonial.
- (e) Foi o único dos grandes movimentos emancipacionistas a defender claramente a manutenção da escravidão.

TEXTOS COMPLEMENTARES

Notícias sobre o descobrimento do ouro

Manda-me Vosso Reverendíssimo que, por serviço de Sua Majestade, que Deus guarde, e como habitador dos mais antigos destas Minas, o informe dos primeiros descobridores delas e, principalmente, do célebre e precioso Ribeirão do Ouro Preto e dos mais que nele entram, até formar o famoso Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo [...] Pelas notícias que deram em São Paulo, os primeiros sertanistas que vieram do descobrimento das esmeraldas, com o capitão-mor Fernando Dias Pais e principalmente por um Duarte Nunes que, fazendo experiência em um certo ribeirão que disse desaguava no Rio Guarapiranga, de que com uma bateia tirava ouro e tanto que chegava, em povoado, a fazer dele várias peças lavradas para o uso de sua casa, se animaram os moradores de todas aquelas vilas a formarem uma tropa com o intento de buscarem a paragem ou sertão da desejada Casa da Casca onde, diziam, será muito precioso o ouro [...] Saíram estes [bandeirantes] do povoado no verão de 1694 [...] Chegados a Itaberaba, fizeram na sua terra as primeiras experiências e descobriram nela o seu primeiro ouro; mas como esse descobrimento não fosse de grande lucro, prosseguiu [...] Manuel de Camargo, com seu filho Sebastião de Camargo, a sua primeira derrota na ida da Casa da Casca, mas antes de chegar a ela teve a infelicidade de o matar o seu gentio, deixando só com vida

o filho, com mais alguns negros, com que este retrocedeu à viagem; retirando-se o gentio, se animou a empreender, segundo um Miguel Garcia, descobrindo na foz da Serra do Itatiaia um ribeirão a que deu então o nome [...]; mas como neste descobrimento recusaram os paulistas ou naturais de São Paulo a dar partilha nas lavras aos de Taubaté, desconfiados, estes lançaram sua Bandeira [...] e com tanta felicidade que em breve tempo se descobriu o celebrado e rico Ouro Preto [... mas] com esta notícia, chegou ao povoado tanta gente, que apenas se repartiram três braças de terra a cada um dos mineiros, por cuja causa lançou nova bandeira um Antonio Dias e, correndo a mesma serra, descobriu o ribeirão que hoje chamam do mesmo nome que com a continuação e disposição que lhe deram é agora uma continuada rua e forma a Vila Rica do Ouro Preto [...] Com a mesma emulação, fez sua tropa o padre João de Faria Fialho e, em breve tempo, descobriu o ribeirão do seu nome; porém, como os que tinham mais armas e séquitos eram sempre nestes descobrimentos os mais bem aquinhoados, determinaram-se os malcontentes a formarem novas bandeiras [...].”

José Rebelo Perdigão. *Notícia prática que dá ao Revmo. Pe. Diogo Soares sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro.*

Elementos sobre a imigração para o Brasil

Dados extraídos da Carta Régia de 1711 para sustentar a imigração para o Brasil

Dados sobre a Imigração para o Brasil	
Média Anual de Escravos que entram no Brasil vindos da África	
1570-1600	1.500
1600-1650	4.000
1650-1670	7.500
1700-1710	30.000

População do Brasil nos fins do século XVI	
Branços	25.000
Índios	18.500
Negros	14.000
Total	57.000 habitantes

Parecer do Conselho Ultramarino (imigração para o Brasil)

[...] Descobertas no sítio de Ouro Preto e redondezas as ribeiras auríferas, em pouco tempo cerca de 30.000 pessoas, ao que se calcula, tinham invadido a região, desabitada e inculta até aí. [...] A fama dessas riquezas convida as pessoas do Reino e das Ilhas a passarem-se para o Brasil [...] fazendo esta passagem ocultamente. [...] Por este modo se despovoará o Reino.

Parecer do Conselho Ultramarino, 1732. (Adapt.).

Tratado de Methuen

Artigo 1 – Sua Sagrada Majestade El-rei de Portugal promete tanto em seu próprio nome como de seus sucessores, de admitir para sempre daqui em diante no reino de Portugal, os panos de lã, e [...] lanifícios de Inglaterra, como era costume até o tempo que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo 2 – É estipulado, que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome, e no de seus sucessores será obrigada para sempre daqui em diante admitir na Grã-Bretanha os vinhos de produto de Portugal, de sorte que em tempo algum não se poderá exigir de direitos de alfândega nestes vinhos [...].

Dados sobre a Balança Comercial com a Inglaterra

Balança Comercial com a Inglaterra (em milhares de libras)		
Anos	Importação	Exportação
1701-1705	610	242
1711-1715	638	252
1721-1725	811	387
1731-1735	1.024	326
1741-1745	1.115	429
1746-1750	1.114	324
1751-1755	1.098	272
1756-1760	1.031	257
1761-1765	964	312

RESUMINDO

- A mineração foi responsável por um desenvolvimento da economia no Brasil e pelo próprio crescimento populacional e do mercado interno. Ela possibilitou a integração entre as várias regiões da colônia, contribuindo largamente para a formação de uma ideia de nação que se sobrepôs ao nativismo comum até então.
- A diversificação social, trazida pela atividade mineradora, gerou uma sociedade muito mais permeável a transformações do que a sociedade açucareira, forjada na dicotomia entre senhores e escravos.
- O aumento da exploração metropolitana encontrou, por esses elementos, uma maior condição de reação por parte dos colonos, a qual se traduz em uma série de movimentos, nativistas a princípio, mas incorporando uma clara visão nacional ao final do século XVIII.
- As ideias libertárias do iluminismo se manifestaram nas regiões onde os efeitos da crise e da exploração metropolitana eram mais visíveis.

■ QUER SABER MAIS?

LIVROS

- Arley Andriolo. *Viver e morar no século XVIII Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás*. São Paulo: Saraiva (Coleção Que história é essa?).
- Eduardo França Paiva. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual (Coleção A Vida no Tempo).

SITE

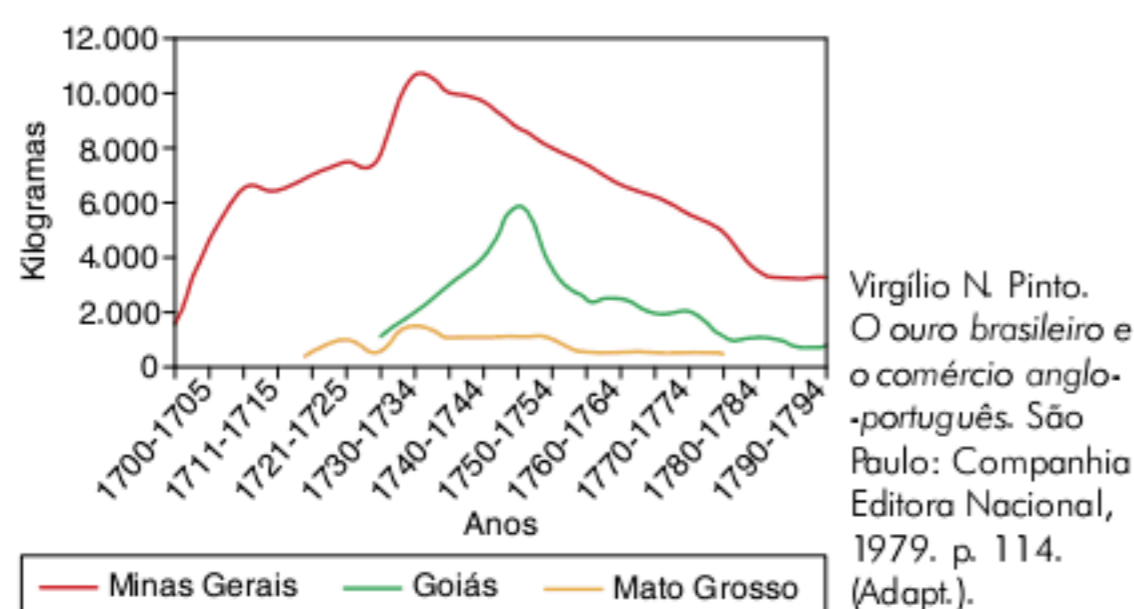
- História de Minas Gerais
<www.ouropreto.com.br>.

Exercícios complementares

1 UFPI 2007 Assinale a alternativa correta sobre a exploração de metais preciosos no Brasil Colonial.

- A metrópole portuguesa permitiu o livre acesso de ordens religiosas e a construção de templos católicos na região das minas.
- A busca pelo ouro intensificou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e provocou a diminuição do preço do escravo africano no Brasil.
- A arrecadação de tributos possibilitou à Coroa Portuguesa reduzir a entrada de escravos na Colônia e a investir na lavoura açucareira no Nordeste brasileiro.
- A exploração de diamantes democratizou, aos setores pobres da população colonial, o acesso às riquezas e diminuiu a importação de escravos africanos em Portugal.
- As atividades mineradoras promoveram uma grande imigração de Portugal para o Brasil e intensificaram o recolhimento de tributos por parte da Coroa portuguesa.

2 UFRGS 2007 Observe o gráfico a seguir, relativo à produção aurífera no Brasil do século XVIII.



Com base nos dados do gráfico, considere as seguintes afirmações.

- O auge da produção de ouro em Minas Gerais foi atingido ainda na primeira metade do século XVIII, mas, na segunda metade do século, a extração aurífera na capitania entrou em declínio acentuado.
- A produção aurífera conjunta de Goiás e de Mato Grosso suplantou durante alguns períodos a produção de ouro da capitania de Minas Gerais.
- A produção aurífera de Goiás atingiu seu ápice ao mesmo tempo em que ocorria a queda nos rendimentos do ouro produzido na região de Minas Gerais.

Quais estão corretas?

- Apenas I.
- Apenas I e II.
- Apenas I e III.
- Apenas II e III.
- I, II e III.

3 Unesp 2007 *E, não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer coisa eram oitavas [cerca de 3 gramas e meia]. [Porei] aqui um rol [...] dos preços das coisas que [...] lá se vendiam no ano 1703 [...] Por um boi, cem oitavas. Por uma mão de sessenta espigas de milho, trinta oitavas. Por uma alqueire de farinha de mandioca, quarenta oitavas. Por um queijo do Alentejo, três a quatro oitavas. Por uma cara de açúcar [açúcar em forma de disco] de uma arroba, 32 oitavas. Por um barrilote de vinho, carga de um escravo, cem oitavas [...]*

André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, 1711.

As informações apresentadas pelo cronista do século XVIII demonstram que o regime alimentar da população da região das Minas Gerais era:

- controlado pela legislação da metrópole, que reservava o mercado consumidor das minas para as mercadorias europeias.
- submetido a uma situação de carestia dos gêneros alimentícios, fato que inviabilizou a continuidade da exploração aurífera na região.
- composto por gêneros nativos da América, produtos transplantados pelos colonizadores para o solo americano e mercadorias importadas.
- precário e insuficiente para o conjunto da população, formada por funcionários lusitanos, garimpeiros e escravos.
- dependente de gêneros extraídos da natureza local, aplicando-se para isso conhecimentos adquiridos com os índios.

4 PUC-SP 2006 A extração de ouro na região das minas, no século XVIII, produziu várias rotas de circulação e de comércio. Entre elas podemos destacar a ligação por terra das minas com:

- o Norte, que permitia a chegada de trabalhadores indígenas da Amazônia e de especiarias.
- a Europa, que facilitava o escoamento do ouro e a entrada de matérias-primas e alimentos.
- o Rio de Janeiro, que permitia acesso mais rápido e fácil dos minérios aos portos.
- a Bolívia, que articulava a produção de ouro para Portugal à extração da prata boliviana para a Espanha.
- o Sul, que abastecia a região mineradora de produtos industrializados, de gado e de açúcar.

5 Uece 2007 A corrida do ouro, entre o final do século XVII e a primeira década do século XVIII, foi talvez a maior migração de homens brancos livres na América Portuguesa ao longo de todo o período colonial. Não há nada na história do Brasil que se compare a este movimento.

Adriana Romeiro. "A Febre do Ouro". *Revista Nossa História*. Ano 3, n. 36 Rio de Janeiro, out. 2006. p.13-21.

No que compete à situação vivida pelos moradores das Gerais na época da corrida do ouro, considere as seguintes afirmativas:

- I. Nos primeiros tempos, a fome foi companheira fiel dos povoadores que, desconhecendo a pobreza da zona mineradora, se lançavam na aventura do ouro. Nas ondas de fome, ocorridas em períodos críticos, os trabalhadores recorriam à caça para garantir algum sustento.
- II. O sal era raro, mas a cachaça era farta. Nas condições em que trabalhavam (escravos, na maioria) a aguardente proporcionava um estado de semiembriaguez que tornava mais suportáveis as condições de trabalho.
- III. A imagem caótica típica dos relatos dessa época, não correspondia à realidade, uma vez que a fluidez geográfica dos trabalhadores dava-se ao sabor das novas descobertas e do esgotamento das velhas lavras.

São corretas:

- | | |
|---------------------|----------------------|
| (a) apenas I e II. | (c) apenas II e III. |
| (b) apenas I e III. | (d) I, II e III. |

6 UFPE 2007 A exploração de diamantes foi uma atividade importante da economia colonial brasileira, ajudando Portugal a aliviar sua dívida externa. De fato, a exploração de diamantes:

- gerou uma renda superior à da exportação do açúcar.
- dispensou o uso da mão de obra escrava.
- fez do Brasil, no século XVIII, o maior produtor do mundo.
- na região das Gerais, durou todo o século XVIII.
- adotava uma rígida fiscalização, embora não tenha conseguido evitar o contrabando.

7 FGV 2007 [...] a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana [...]. Porém, tanto que se viu a abundância de ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, [...] e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França [...] E, a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que a terra dá, com lucro não somente grande, mas excessivo.

[...] E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as coisas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde não dão maior lucro.

André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, 1711.

No texto, o autor refere-se a uma das consequências da descoberta e exploração de ouro no Brasil colonial. Trata-se:

- (a) do desenvolvimento de manufaturas para abastecer o mercado interno.
- (b) da inflação devido à grande quantidade de metais e procura por mercadorias.

- (c) do incremento da produção de alimentos e tecidos finos na área das minas.
- (d) da redução da oferta de produtos locais e importados na região mineradora.
- (e) do desabastecimento das minas devido à maior importância das vilas litorâneas.

8 PUC-MG 2007 Hoje, fala-se muito da Estrada Real como patrimônio histórico nacional que rememora o passado dos caminhos que levavam e traziam mercadorias e escoavam o ouro que ia ser levado a Portugal. Assinale a afirmativa mais adequada para definir Estrada Real.

- (a) Os pontos de descanso e pousada dos tropeiros, viajantes que seguiam em tropas de burro ou mula cuja viagem era longa, cansativa e extremamente perigosa, já que envolvia carregamentos de ouro real que ia ser levado para as Minas.
- (b) Locais da pastagem de gado e do comércio de mulas e burros que constituíam, na época da mineração, o principal meio de transporte de mercadorias e ouro controlados pelos tropeiros na região de Minas Gerais.
- (c) As Bandeiras Oficiais, denominadas Entradas, que estabeleciam a criação de estradas com o selo real, identificadas como propriedade do rei de Portugal para a política de posse e ocupação do território brasileiro.
- (d) Os caminhos abertos pelos portugueses como picadas nas matas, que, poucos anos depois, levaram ao surgimento de povoadamentos urbanos nos seus arredores e onde foram erigidos postos de fiscalização para controlar o escoamento do ouro.

9 FGV 2007 A longa administração pombalina (1750 a 1777) causou controvérsia ao expulsar os jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios, em 1759. Tal expulsão, que implicava o confisco dos bens dos religiosos, pode ser atribuída:

- (a) ao enorme déficit do Tesouro português, provocado pelas despesas feitas com a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755.
- (b) à antipatia que o ministro, seguidor da filosofia iluminista, nutria pelos jesuítas, responsabilizados pelo atraso cultural do país.
- (c) à vontade de igualar-se às monarquias francesa e espanhola, que praticavam o despotismo esclarecido.
- (d) ao processo de centralização administrativa que exigia a eliminação da Companhia de Jesus, acusada de agir como um Estado à parte.
- (e) a um erro de cálculo do ministro, que superestimou a riqueza imobiliária da Companhia de Jesus.

10 UFU 2007 Considere as informações a seguir.

Uma das figuras mais proeminentes da História Política de Portugal no século XVIII foi Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como marquês de Pombal, ministro de Dom José I. Sobre as políticas pombalinas, o historiador Boris Fausto diz o seguinte:

Sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço para tornar mais eficaz a

administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia.

B. Fausto. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 59.

Em relação às políticas pombalinas que diziam respeito direta ou indiretamente ao Brasil, assinale a correta.

- (a) Pombal introduziu princípios do liberalismo no comércio do Brasil com vistas a recuperar a economia da colônia: extinguiu as companhias privilegiadas de comércio que existiam no Maranhão e em Pernambuco, flexibilizou o “pacto colonial” e permitiu a presença de companhias comerciais inglesas na região das Minas.
- (b) Um dos traços marcantes das políticas pombalinas no Brasil foi o confronto com a elite colonial. Os “brasileiros” foram impedidos de ocupar cargos políticos, jurídicos e administrativos na Colônia. Isso gerou muitas revoltas, como a de Felipe dos Santos, em Vila Rica, e a Guerra dos Mascates, em Pernambuco.
- (c) Dentre as principais características da política pombalina, pode-se destacar a forte adoção de princípios mercantilistas na economia e de ideais iluministas na educação. Os esforços de Pombal visavam tornar o colonialismo português mais preparado para enfrentar a “crise do Antigo Regime”, como hoje a chamamos.
- (d) A política absolutista de Pombal baseava-se na origem divina do poder dos reis e de seus ministros. Por isso, ele buscou o total apoio da Igreja, favorecendo as ordens missionárias que atuavam no Brasil, como mercedários e jesuítas, às quais delegou responsabilidades sobre a tutela dos índios e sobre o ensino na colônia.

11 Fatec 2007 No século XVIII, a colônia Brasil passou por vários conflitos internos.

Entre eles, temos a:

- (a) Guerra dos Emboabas, luta entre paulistas e gaúchos pelo controle da região das Minas Gerais. Essa guerra impediu a entrada dos forasteiros nas terras paulistas e manteve o controle da capitania de São Paulo sobre a mineração.
- (b) Revolta Liberal, tentativa de reagir ao avanço conservador da monarquia portuguesa, que usava de seus símbolos monárquicos e das baionetas do Exército da Guarda Nacional como forma de cooptar e intimidar os colonos portugueses.
- (c) Revolta de Filipe dos Santos, levante ocorrido em Vila Rica e liderado pelo tropeiro Filipe dos Santos. O motivo foi a cobrança do quinto, a quinta parte do ouro fundido pelas Casas de Fundição controladas pelo poder imperial.
- (d) Farroupilha, revolta que defendia a proclamação da República Rio-Grandense (República dos Farrapos) como forma de obter liberdades políticas, fim dos tributos coloniais e proibição da importação do charque argentino.
- (e) Cabanagem, movimento de elite dirigido por padres, militares e proprietários rurais, que propunham a proclamação da república como forma de combater o controle econômico exercido pelos comerciantes portugueses.

12 UFPEL 2008 No decorrer do período Colonial no Brasil, os interesses entre metropolitanos e colonos foram se ampliando.

O descontentamento se agravou quando, a 1º de abril de 1680, a Coroa estabeleceu a liberdade incondicional dos indígenas, proibindo taxativamente que fossem escravizados. Além disso confiou-os aos jesuítas, que passaram a ter a jurisdição espiritual e temporal das aldeias indígenas.

Visando solucionar o problema da mão de obra para as atividades agrícolas do Maranhão, o governo criou a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão (1682).

Durante vinte anos, a Companhia teria o monopólio do comércio importador e exportador do Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Cabia-lhe fornecer dez mil escravos africanos negros, à razão de quinhentos por ano, durante o período da concessão outorgada.

Rubim Santos Leão de Aquino et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Pelos elementos mercantilistas, geográficos e cronológicos, o conflito inferido do texto foi a Revolta:

- (a) dos Emboabas.
- (b) dos Mascates.
- (c) de Amador Bueno.
- (d) de Filipe dos Santos.
- (e) de Beckman.

13 UFMG 2008 Leia este trecho, que contém uma fala atribuída a Joaquim José da Silva Xavier:

[...] se por acaso estes países chegassem a ser independentes, fazendo as suas negociações sobre a pedraria pelos seus legítimos valores, e não sendo obrigados a vender escondido pelo preço que lhe dessem, como presentemente sucedia pelo caminho dos contrabandos, em que cada um vai vendendo por qualquer lucro que acha, e só os estrangeiros lhe tiram a verdadeira utilidade, por fazerem a sua negociação livre, e levado o ouro ao seu legítimo valor, ainda ficava muito na Capitania, e escusavam os povos de viver em tanta miséria.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980. v. 5. p.117.

A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que os Inconfidentes Mineiros de 1789:

- (a) acreditavam que o contrabando aumentava o valor recebido pelas pedras e ouro, pois dificultava sua circulação.
- (b) consideravam que o monopólio comercial explicava por que as regiões de que se compunha Minas Gerais, cheias de pedras e ouro, ficavam mais ricas.
- (c) defendiam o livre-comércio, por meio do qual pedras e ouro adquiririam seu real valor, uma vez que seriam vendidos aos estrangeiros legalmente.
- (d) pensavam que os estrangeiros poderiam tirar vantagens do livre-comércio das pedras e ouro, visando a aumentar seus lucros.

14 UFPI 2007 Acerca da Inconfidência Mineira (1789), é correto afirmar que:

- (a) a Coroa portuguesa, diante da possível vitória do movimento, negociou com os inconfidentes e propôs a anistia total aos revoltosos.

- (b) o projeto dos inconfidentes, com o objetivo de deslocar mão de obra para as minas, incluía o fechamento de engenhos e de fábricas de tecidos.
- (c) a maior parte da direção do movimento era formada por pessoas pobres, e em suas propostas havia a defesa da extinção da propriedade privada.
- (d) a rebelião ocorreu em um contexto no qual acontecia a diminuição da produção do ouro e o aumento na cobrança de imposto por parte da Coroa portuguesa.
- (e) a introdução do trabalho livre em substituição à mão de obra escrava e a indenização aos grandes proprietários escravagistas era defendida pelos inconfidentes.

15 UFPR 2008 *Herói desequilibrado, paladino da liberdade, falastrão, corajoso, imprudente, bode expiatório, patrono da República [...]. Os olhares sobre Tiradentes são tão variados quanto os olhares sobre a Inconfidência Mineira, em particular, e sobre o próprio passado do Brasil.*

"Dossiê Tiradentes na berlinda". In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 2, n. 19, abr. 2007. p. 17.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o episódio da Inconfidência Mineira, considere as afirmativas a seguir:

- I. A Inconfidência Mineira teve a sua influência teórica limitada ao ideário iluminista preconizado pela Revolução Francesa, apesar da diversidade social verificada entre os conspiradores.
- II. A conversão de Tiradentes em herói nacional foi amplamente utilizada pelos setores à esquerda e à direita do quadro político brasileiro, o que aponta para a discussão sobre o papel social da construção e da apropriação dos mitos.
- III. Ao examinar o período colonial brasileiro, vale lembrar que, além da Inconfidência Mineira de 1789, Minas Gerais foi palco de vários outros motins e conspirações.
- IV. O desfecho desfavorável aos inconfidentes pode ser atribuído a dois fatores centrais: a desistência da cobrança da derrama pelo governo português e a delação da conspiração às autoridades da época.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- (b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- (c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- (d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- (e) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

16 UFRGS 2005 Levando-se em consideração a origem social dos seus protagonistas, pode-se afirmar que a chamada Inconfidência Mineira foi:

- (a) um movimento de contestação ao sistema colonial que teve como seus principais agentes idealizadores os grandes fazendeiros e mineradores, além de burocratas e militares.
- (b) um movimento encabeçado pelos grandes proprietários de escravos, insatisfeitos com a cobrança da taxa de capitação sobre a mão de obra cativa.
- (c) uma revolta dos mineradores, liderados por Felipe dos Santos, que protestaram contra a instalação das Casas de Fundição.

- (d) uma sedição que teve a decisiva participação das massas populares (especialmente artesãos e camponeses), lideradas pelo soldado José Joaquim da Silva Xavier, conhecido como o "Tiradentes".
- (e) uma conjuração liderada pelos intelectuais residentes nas vilas mineiras, que se reuniam para conspirar contra o governo metropolitano nos encontros da Sociedade Literária.

17 UFC 2007 *Na manhã de 12 de agosto de 1798, um panfleto revolucionário afixado em vários lugares da cidade de Salvador dizia: "Povo, o tempo é chegado para vós defendêreis a vossa Liberdade; o dia da nossa revolução, da nossa Liberdade e de nossa felicidade está para chegar, animai-vos que sereis felizes".*

Mary Del Priore et al. (Org.). *Documentos de História do Brasil – de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 38.

Com base no texto e em seus conhecimentos, responda às questões propostas.

- a) Que movimento produziu o panfleto citado?
- b) Cite três acontecimentos ocorridos no período, na esfera internacional, que podem ser relacionados a esse movimento.
- c) Cite dois objetivos do movimento ao qual o texto acima se refere.
- d) Apresente a relação entre a dureza das penas impostas aos principais acusados e a condição social da maioria dos participantes desse movimento.

18 UFMG 2007 Leia este trecho de documento:

Pernambucanos [...] o povo está contente, já não há distinção entre Brasileiros e europeus, todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem [...] Um governo provisório iluminado escolhido entre todas as ordens do Estado, preside a vossa felicidade [...] Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do peso de enormes tributos, que gravam sobre vós; o vosso, e nosso país [= Pernambuco] subirá ao ponto de grandeza, que há muito o espera, e vós colhereis o fruto dos trabalhos e do zelo dos vossos cidadãos. Ajudai-os com [...] a vossa aplicação à agricultura, uma nação rica é uma nação poderosa. A pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos Lusos, sois Portugueses, sois Americanos, sois Brasileiros, sois Pernambucanos.

Proclamação do Governo Provisório Revolucionário de Pernambuco, em 9 de março de 1817.

Considerando-se os princípios que fundamentam a Revolução Pernambucana de 1817, é incorreto afirmar que seus participantes:

- (a) consideravam irrelevantes as questões tributárias e desigualdades existentes entre "Brasileiros", "Pernambucanos" e "Portugueses".
- (b) entendiam que a riqueza tornava uma nação poderosa, sendo a agricultura vista como uma atividade econômica importante para a Pátria.
- (c) promoveram a constituição de um Governo Provisório em Pernambuco, em oposição ao Governo Monárquico chefiado por D. João.
- (d) reconheciam como identidades coletivas os "Pernambucanos", os "Portugueses" e os "Brasileiros", defendendo que todos eles eram filhos da Pátria.



Frente 2



1

FRENTE 2

Introdução ao estudo da História

Para que se possa compreender a História como uma ciência, com métodos, formas de análise (muito além do simples decorar de fatos, datas e nomes), é necessário conhecer as origens do homem e das primeiras comunidades humanas, mas também alguns conceitos básicos. Datas e nomes são necessários, uma vez que o fato é a matéria-prima com a qual a História trabalha, e mesmo eles têm sua memorização extremamente facilitada quando são articulados a um raciocínio no qual ganham sentido.

Além disso, é preciso atentar às diferentes formas como se deu a vida do homem ao longo da Pré-história. É fundamental compreender a importância da agricultura e como todas as sociedades humanas do período histórico desenvolveram-se com base na disputa pela riqueza, que começa a surgir a partir do momento em que o homem abandona sua condição de caçador e coletor e passa a produzir, não apenas o seu alimento, mas também o excedente.



Rio Eufartes, no Iraque (antiga Mesopotâmia). Aqui surgiu a civilização.

ZELEDI/WIKIMEDIA COMMONS

REPRODUÇÃO

Introdução

O que é a História? Respostas a essa pergunta vêm sendo produzidas desde os primeiros momentos nos quais o homem debruçou-se sobre o seu passado com o objetivo de conhecê-lo. O grego Heródoto batizou seu estudo das civilizações, com as quais os gregos travavam contato, com o nome de **história**, palavra grega que significa **investigação**. Percebe-se nele, portanto, uma preocupação de ir muito além da simples constatação da realidade presente: buscava a compreensão mais ampla do presente através do estudo das condições que o criaram.

Na obra de Heródoto fica clara uma atitude que se constitui no grande objeto da história: o conhecimento do passado como fundamental para se entender o presente e necessário para se vislumbrar o futuro. Assim, mais do que um simples estudo dos fatos, a história busca compreender a maneira como eles se encaixam, as forças que agem para que determinados fatos ocorram. Em outras palavras, a história nada mais é que a compreensão das várias formas de relacionamento dos homens com a natureza e dos homens entre si.

A história apresenta um fluxo, uma continuidade à qual se dá o nome de processo histórico. Naturalmente, a abordagem desse processo será sempre arbitrária, dependente da metodologia do historiador e, mais que isso, do ângulo do qual se observa a história. Um exemplo bastante simples dessa afirmação está no fato de usarmos, mesmo aqui no Brasil, o termo “descobrimento”, para designarmos o momento da chegada dos europeus, atitude que denuncia uma clara visão eurocêntrica da história. Afinal, esse termo só se aplica dentro do ponto de vista dos europeus, uma vez que para o índio brasileiro tal evento corresponde a uma invasão.

Também a datação da História, bem como seus marcos de ruptura (a definição de **eras** ou períodos históricos), obedece a critérios que estão longe de serem únicos e universais. O exemplo mais gritante disso está no próprio calendário que utilizamos, o qual estabelece o nascimento de Cristo como ano 1, contando-se os anos anteriores a ele de forma decrescente (utilizando-se a expressão a.C., “antes de Cristo”) e os anos posteriores de forma crescente (utilizando-se d.C., “depois de Cristo”). Cabe lembrar que a ausência de um ano zero cria algumas dificuldades e confusões para o aluno na determinação dos séculos. O século I d.C., por exemplo, estende-se do ano 1 ao ano 100; o século II, de 101 a 200 e assim por diante. Dessa forma, duas regras são simples e claras para a determinação dos séculos. A primeira é que o ano terminado em 00 é sempre o último do século. A segunda é que este último ano, subtraindo-se os dois zeros finais, indica o século. Assim, 1500 é o último ano do século XV, enquanto 1501 é o primeiro ano do século XVI. Pela mesma razão, o chamado 3º Milênio iniciou-se em 2001 e não em 2000.

Naturalmente, as civilizações não europeias têm critérios de periodização distintos. Para os árabes e para os países islâmicos, por exemplo, o tempo é contado a partir da hégira (fuga do profeta Maomé de Meca para Medina), de modo que o ano 1 de seu calendário corresponde ao ano 622 d.C. do calendário cristão. Da mesma forma, os fenômenos decisivos, que podem ser tomados como marcos de passagem de uma era para outra, variam de acordo com sua importância para cada civilização.

Para a historiografia inglesa, a Idade Antiga encerra-se em 313 d.C. (ascensão do imperador romano Constantino); e para a escola francesa, em 476 d.C. (queda do Império Romano do Ocidente). A historiografia acadêmica norte-americana considera o ano 1492 d.C. (chegada de Colombo à América) como o início da Idade Moderna, enquanto a historiografia francesa elege como marco o ano de 1453 d.C. (tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos e término da Guerra dos Cem Anos).

Para este livro, e visando facilitar a compreensão do aluno, adotaremos a divisão à qual os brasileiros estão mais habituados, isto é, a que é estabelecida pela historiografia francesa.

Divisão dos períodos históricos

Pré-história

Utilizamos esse termo para designar o período que se estende desde o surgimento da espécie humana até a invenção da escrita. Aqui percebemos a primeira imprecisão dessa divisão, dado que a escrita, matéria-prima fundamental do trabalho do historiador, não surgiu uniformemente nas várias civilizações. Assim, a Pré-história da América, por exemplo, é substancialmente diferente da Pré-história europeia. De qualquer modo, adotamos aqui a visão tradicional, referindo-nos à Pré-história como o período até por volta de 4000 a.C., quando surgiram as primeiras civilizações mesopotâmicas. O período aborda as formas mais primitivas de sociedades humanas, a passagem do nomadismo à sedentarização, e o primitivo processo de urbanização no Crescente Fértil (Mesopotâmia e Egito).

Idade Antiga

É o período que vai do advento da escrita, em c. 4000 a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C. Esse período trata da Antiguidade Oriental (das civilizações hidráulicas do Egito e da Mesopotâmia, bem como das civilizações hebraica, fenícia e persa) e da Antiguidade Clássica (as estruturas escravistas da Grécia e de Roma).

Idade Média

SAIBA MAIS



Fig. 1 Ambrogio Lorenzetti. *Alegoria do bom governo* (detalhe), 1338-40. Afresco. Palazzo Pubblico, Siena, Itália. Esse afresco panorâmico apresenta muitas cenas representando a vida na cidade de Siena e em seu entorno no século XIV. As mulheres dançando provavelmente representam as musas. No detalhe, vê-se também vendedores, homens conversando, cavaleiros, trabalhadores no telhado etc.

Da queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., até a tomada de Constantinopla (capital do Império Romano do Oriente) pelos turcos otomanos, em 1453. O período centra-se na análise do desenvolvimento do sistema feudal na Europa Ocidental, abordando também as civilizações bizantina e árabe.

Nesse período, verifica-se também o aparecimento das primeiras características que vão levar ao Capitalismo, como o desenvolvimento do comércio, das cidades e a formação da burguesia, elementos que vão surgir a partir da chamada “Baixa Idade Média”.

Idade Moderna

Cronologicamente, o período estende-se da tomada de Constantinopla, em 1453, até o início da Revolução Francesa, em 1789. Sua característica marcante (conceito será abordado mais adiante) é a chamada transição entre o passado feudal, em decomposição, e o mundo burguês (designado de modo geral como *capitalismo comercial*), que surgia. O período compreende a consolidação de uma nova estrutura socioeconômica na Europa Ocidental, em seus múltiplos aspectos: cultural (Renascimento); religioso (Reforma); econômico (Mercantilismo), e político (Absolutismo). Engloba também as estruturas americanas pré-colombianas e as suas inserções compulsórias no universo europeu através do estabelecimento da economia capitalista.

Idade Contemporânea

É o período que se estende da deflagração da Revolução Francesa, em 1789, até os dias atuais. Aqui, contudo, adotaremos como marco final de uma análise mais aprofundada o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. A análise dos movimentos/processos históricos pós 1945, geralmente listados sob as rubricas da *descolonização*, da *Guerra Fria* e da *globalização*, é tradicionalmente atribuída à Geografia, sob a denominação genérica de Geopolítica.

O período aborda basicamente a plenitude do sistema econômico capitalista, com suas afirmações (Revolução Francesa, Processo de Emancipação da América Latina, Revoluções Liberais de 1830 e 1848, Guerra de Secessão Norte-Americana, Unificações Nacionais da Alemanha e da Itália, Segunda Revolução Industrial, Imperialismo) e com suas crises de crescimento (Primeira Guerra Mundial, Crise de 1929 e Depressão Mundial da Década de 1930, Estados Totalitários da Direita, Segunda Guerra Mundial), bem como suas contestações (Revolução de 1848, Comuna de Paris de 1871, Revolução Mexicana, Revolução Bolchevique de 1917 e estabelecimento do primeiro Estado socialista, a URSS).

Expressões e conceitos – glossário

No transcorrer deste estudo, utilizaremos uma série de expressões e conceitos que são ferramentas básicas no trabalho do historiador. Para que o leitor possa estar previamente familiarizado com eles, incluímos aqui um pequeno glossário dos termos mais correntemente utilizados e que exigem uma precisão de seu significado.

Acumulação de Capital

Trata-se do aumento do volume de capital disponível, através da constante incorporação dos lucros. É uma característica inerente ao Capitalismo, cuja sobrevivência está diretamente ligada à sua capacidade de gerar e multiplicar o capital disponível. **Acumulação de Capital Primitiva:** padrão dos séculos XV-XVIII, caracterizada por um lucro gerado pelo comércio e pela exploração de metais preciosos. O termo está diretamente ligado ao Mercantilismo, à exploração colonial, ao tráfico negreiro e a todo o processo que antecedeu e possibilitou a Revolução Industrial.

Antigo Regime

É a denominação dada à estrutura econômica, social, política e cultural da Idade Moderna, baseada na política mercantilista, na sociedade estamental (ver adiante, em “Divisão social”), no Estado absolutista e nos privilégios do clero e da nobreza. O termo foi criado pelos pensadores liberais do século XVIII, que o utilizaram para designar o modelo europeu do período, modelo esse que era drasticamente criticado pelo liberalismo e pelo Iluminismo. O termo, portanto, tinha uma conotação não cronológica, mas sim pejorativa, de algo superado, retrógrado.

Capital

É a quantia acumulada, ou destinada a criar novos valores, o volume de moeda destinado à atividade produtiva ou especulativa. Assim, o termo capital é diferente do conceito usual de dinheiro, estando ligado a uma noção de reprodução e de investimento e não apenas de capacidade de compra de bens. Cabe frisar que a noção de Capital é essencialmente burguesa, sendo que a capacidade da burguesia de enxergar no dinheiro um elemento de investimento é o que a diferenciou das demais classes sociais.

Conjuntura

O termo refere-se aos componentes momentâneos e acidentais de um dado sistema econômico. Como tal, a conjuntura reflete os componentes menos permanentes de um sistema, e também uma situação passível de ser mensurada em termos quantitativos (preços, salários, rendas, taxas demográficas, volumes de safras agrícolas, níveis de consumo, percentual de votação em determinado partido político etc.). As **mudanças de conjuntura** ou **alterações conjunturais** sinalizam aspectos momentâneos e que não necessariamente irão gerar modificações mais profundas no sistema econômico.

Divisão Social

Todas as sociedades históricas apresentam alguma forma de divisão social. Desde o momento em que o homem descobriu a agricultura e, com ela, a possibilidade de geração de riqueza, a sociedade perdeu seu caráter igualitário, sendo que a luta pela apropriação do excedente ou da riqueza passou a ser o elemento determinante no processo de **extratificação** (divisão em extratos, ou níveis) da sociedade.

As formas como essa divisão ocorreu variaram substancialmente, incorporando igualmente diferentes formas de

relacionamento entre os vários níveis sociais. Algumas sociedades apresentam uma divisão **estamental**, na qual a sociedade está dividida em estamentos, segmentos estanques sem possibilidade de mobilidade. Nesse tipo de divisão, o lugar do indivíduo na sociedade é determinado pelo seu nascimento, como ocorre na maioria das civilizações do Antigo Oriente ou na Europa feudal. Outra forma de divisão é em **classes**, na qual a importância social é determinada pelo grau de riqueza do indivíduo e pelo papel que ele ocupa na estrutura produtiva, tendo como exemplo clássico a sociedade capitalista. Uma característica da sociedade de classes é a possibilidade, mesmo que remota, de mobilidade social.

Estrutura

É a articulação dos componentes mais permanentes, essenciais e definidores de um dado sistema econômico. Os componentes econômicos e sociais são denominados de **infraestrutura**, e os jurídicos, políticos, culturais e religiosos de **superestrutura**. Os componentes culturais refletem a visão de mundo que os **agentes sociais** (classes, categorias, indivíduos) têm das sociedades em que vivem, e que se denomina **ideologia**. As mudanças de estrutura ou alterações estruturais refletem a desagregação de um determinado sistema econômico (velho) e a articulação de outro (novo), e são sempre qualitativas. O ritmo das mudanças dos diversos componentes da estrutura é desigual: normalmente os componentes **institucionais** (jurídicos e políticos) são mais resistentes, o que faz com que, via de regra, sua alteração ocorra de modo brusco, através de uma **Revolução**.

Excedente Econômico

O termo refere-se ao volume de bens econômicos que o produtor direto não consome, ou seja, é a parcela dos bens econômicos passível de comercialização e, se for o caso, de lucro. Acima de tudo, o excedente é a quantidade de bens econômicos que é apropriada pelo proprietário e expropriada do produtor. Ao longo da história, verificamos inúmeras formas de apropriação do excedente. No **sistema escravista**, por exemplo, o **dono** apropria-se da **totalidade** dos bens econômicos produzidos pelo trabalho de seus **escravos**; no **Feudalismo**, o **senhor feudal** apropria-se de uma **parcela considerável** dos bens produzidos pelo trabalho dos **servos**, através das obrigações pagas por eles.

Idade

É um período de tempo caracterizado por um determinado acontecimento ou processo, ou por algumas características comuns. Claro que muitas vezes a definição de idades ou eras pode ser imprecisa e obedecer a uma visão não universalmente aceita. Um exemplo é o conceito de Idade Média, que teve o nome dado pelos pensadores da Renascença e carrega a visão destes: os renascentistas consideraram todo um espaço de mil anos como uma era sem importância alguma, apenas intermediando a brilhante Antiguidade e o seu reviver a partir do século XIV.

Mais-valia

É a diferença entre o valor dos bens econômicos gerado pelo trabalhador e a remuneração que ele recebe pelo seu trabalho, normalmente o salário. É a forma padrão de extração do excedente econômico do sistema capitalista.

Modo de Produção ou Sistema Econômico

O termo designa a forma como se organizam as forças produtivas de uma determinada sociedade e a relação entre as forças produtivas (nível técnico) e as relações de produção (formas de trabalho). A maneira como esses elementos combinam-se caracteriza um modo de produção ou sistema econômico específico; por exemplo, **asiático**, **escravista**, **feudal** ou **capitalista**. O modo de produção não é estático. Ao contrário, ele é dinâmico, comportando diferentes fases de desenvolvimento, como **gestação**, **plenitude** e **crise estrutural**.

Revolução

Concentração temporal de fatos que acelera as **transformações estruturais**, operando uma ruptura no processo histórico. Embora a **ruptura** não ocorra necessariamente por meio da violência (o caso, por exemplo, de uma insurreição), ela sempre terá um caráter brusco; ou seja, as mudanças ocorrem num espaço de tempo relativamente curto, e sob o impacto de um fenômeno claramente determinado.

Transição

A exemplo da revolução, também assinala a substituição de um sistema econômico por outro. Em uma transição, entretanto, essa passagem se dá de uma forma gradual e lenta, quando as características de ambos os sistemas coexistem, nem sempre de forma harmônica. Para alguns autores, por exemplo, a **Idade Moderna** é uma época de transição entre o **Feudalismo** e o **Capitalismo**.



Fig. 2 Tomada da Bastilha, na Revolução Francesa.

A Pré-história

Qual o sentido de se estudar um período tão remoto, cujas condições de vida são tão radicalmente diferentes das atuais, um período no qual a própria existência humana ainda era diretamente definida pela ação de forças naturais sobre as quais o homem não detinha qualquer controle?

Inegavelmente, essas indagações surgem sempre. A própria condição ainda altamente primitiva do homem no período mencionado cria a impressão de que pouco ou nada teríamos a aprender dessas civilizações anteriores à escrita que de fato contribuíse para a compreensão das sociedades históricas.

Entretanto, tal concepção revela-se um enorme equívoco. De antemão sabemos, por exemplo, que o que chamamos de História propriamente dita (compreendendo todo o período após o aparecimento dos primeiros documentos escritos) constitui-se em uma parcela insignificante do tempo de existência da espécie humana. Considerando-se apenas os estudos menos ousados, atribui-se ao *Homo sapiens* a idade mínima de 30.000 anos. Se admitirmos também todos os hominídeos já capazes de uma certa organização social e de uma tentativa de cosmologia, traços fundamentais na diferenciação entre o homem e os demais animais, estes cálculos recuariam centenas de milhares de anos. Por outro lado, os mais antigos documentos escritos remontam a 4000 a.C., ou seja, cerca de 6.000 anos atrás.

Em outras palavras, no momento em que o homem já era capaz de elaborar uma forma de escrita, essa condição estava determinada por um processo de evolução extremamente longo. Assim, sabemos que as primeiras civilizações, fundamentais na compreensão do processo histórico, são diretamente tributárias da evolução conhecida pela humanidade ao longo da Pré-história.

Além disso, há ainda uma série de considerações que tornam o estudo da Pré-história não apenas fascinante, mas fundamental para a compreensão da evolução histórica humana. O fato de termos agrupamentos humanos em um estágio primitivo de organização social nos permite uma compreensão mais densa das características próprias do homem como espécie, independentemente das condições que lhe foram impostas pelas diferentes formas de organização social.

Considera-se Pré-história como sendo toda a fase compreendida entre o aparecimento dos primeiros hominídeos e o surgimento da escrita. Com isso, tal termo inclui tanto grupos ainda em estágio selvagem de evolução, no qual as condições de vida do homem ainda se aproximam das de várias espécies animais, bem como povos em um estágio já bastante avançado, com uma organização social complexa.

Por se tratar de um espaço de tempo extremamente longo, seria impensável trabalhar a Pré-história como sendo um único período. Assim, tradicionalmente, divide-se a Pré-história em períodos menores, com o objetivo de situar diferentes níveis de evolução cultural do homem. Entretanto, mesmo as divisões tradicionais são usualmente questionadas pela precariedade com que se estabelecem esses vários níveis. A própria divisão que utilizaremos aqui não pode, de modo algum, ser considerada perfeita. Ao adotarmos os termos **Paleolítico** e **Neolítico**, tomamos um único elemento, o grau de elaboração dos instrumentos de pedra usados pelo homem, como termômetro do seu grau de evolução. Entretanto, utilizamos essa divisão pelo fato de ser a forma mais aceita usualmente, ressaltando seu caráter parcial e não integralmente correto.

Para efeito desse estudo, desprezaremos um maior detalhamento. Assim, o Paleolítico será tomado como um todo, desprezando-se suas subdivisões em inferior, médio e superior. Da mesma forma, não julgamos necessário tomar o período Mesolítico como um período à parte, dado que suas características básicas são de uma transição entre o Paleolítico e o Neolítico.

Paleolítico

Representa os primeiros momentos da vida do homem, ainda em seus estágios mais primitivos de organização social. Corresponde, para efeitos desse estudo, o período do aparecimento dos primeiros hominídeos até o desenvolvimento da agricultura, cuja datação oscila entre 8.000 e 7.000 anos atrás.

Os diferentes tipos de hominídeos que se sucederam ao longo do período legaram suas contribuições para a evolução geral da espécie. O *Pithecanthropus erectus*, que entre 500000 e 200000 a.C. habitou a Indonésia, a China e a Europa, deve ter inaugurado a prática da atividade coletora coletiva e fabricado as primeiras ferramentas. O *Homo neanderthalis*, presente na África, na Ásia Menor e na Europa entre 200000 e 50000 a.C., aperfeiçoou a confecção de ferramentas a ponto de transformar-se em um caçador eficiente e passou a habitar cavernas naturais. O *Homo sapiens* ou Cro-Magnon, que entre 40000 e 10000 a.C. passou o período da última glaciação no sudoeste da Europa, dominou as técnicas da produção e conservação do fogo e da confecção de roupas e abrigos com peles de animais. Também criou os rituais mágico-religiosos expressos pela arte pictográfica (pinturas rupestres nas paredes das cavernas) e pelo sepultamento regular dos mortos. Por fim, o *Homo sapiens sapiens*, cujos primeiros traços datam de c. 10000 a.C. em áreas da Europa, Ásia e África, pôde beneficiar-se do abrandamento geral do clima da Terra e solidificar a existência generalizada de comunidades estáveis, baseadas na caça e na coleta de alimentos. Eram nômades e com um sistema econômico coletivo.



Fig. 3 A reconstrução do rosto de Luzia, feita a partir do fóssil considerado o mais antigo de um ser humano nas Américas, apresentada no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

O dado de que o Paleolítico é o período anterior ao aparecimento da agricultura se constitui no elemento fundamental para a sua compreensão: não há produção *de alimentos*. As comunidades humanas vivem da obtenção de alimentos de origem animal, através da caça (no sentido amplo que inclui a pesca), e de origem vegetal, através da coleta. O termo técnico utilizado para essa forma de sobrevivência que não inclui a produção de alimentos é justamente caça e coleta.

Por outro lado, as condições biológicas inerentes à espécie humana impunham-lhe uma série de outras características. O homem não é o mais forte, o mais ágil ou o mais rápido dos animais. Seu arsenal corpóreo (conjunto de elementos que fazem parte de seu corpo) não é, de forma alguma, suficiente para lhe permitir a sobrevivência isoladamente. Não possui presas, membros excepcionalmente fortes ou outras armas integrantes

de seu corpo. A caça, pressupondo o enfrentamento com animais de maior porte e mais rápidos, dificilmente seria bem sucedida se realizada por um único indivíduo. Este dado, bem como a necessidade de defesa contra os eventuais predadores da espécie, impôs dois condicionantes fundamentais para sua sobrevivência.

Em primeiro lugar, o uso de instrumentos. O homem é o único ser cuja sobrevivência está condicionada à sua capacidade de utilizar elementos que ampliem os limites de seu corpo, tais como ferramentas, armas etc. Para tal, foi fundamental a postura ereta, libertando os membros anteriores da tarefa de sustentação e locomoção do corpo; e o fato de estes membros anteriores serem dotados de mãos, cujo polegar articulado permite o manuseio de objetos.

Em segundo lugar, a necessidade de se associar a outros seres da mesma espécie. O Homem é um ser social, dado que sua sobrevivência seria impossível vivendo isoladamente. Entretanto, o fato de nesse período termos ainda comunidades absolutamente primitivas limita essa associação às formas mais óbvias de vínculos entre seres humanos, as relações de parentesco. Assim, as primeiras comunidades humanas constituem-se em grandes grupos de indivíduos ligados entre si por laços sanguíneos. Falamos aqui de **clãs**, **gens** ou **tribos**.

Outra característica comum aos povos paleolíticos é determinada por essa sua condição enquanto um tributário dos recursos gerados pela natureza. Incapaz de repor estes recursos, o homem sistematicamente via-se às voltas com a escassez de alimentos, obrigando-se a migrar para outras regiões mais pródigas. Assim, o **nomadismo** é outra característica integrante da vida destes povos, pressupondo a não fixação destas comunidades a uma única região.



Fig. 4 Vênus de Willendorf – os rituais mágicos já estão presentes nas mais antigas comunidades humanas. Note uma celebração à fertilidade da mulher, associada à fertilidade da terra.

Há ainda uma série de elementos decorrentes dessas condições. Aqui, a terra é um elemento gerador de sustento e não de riqueza. O uso da terra é, assim, coletivo, todos se apropriam igualmente de seu produto, não se estabelecendo então diferenças entre proprietários e não proprietários. Com isso, temos outra característica típica do Paleolítico, a ausência de estratificação social; ou seja, ao menos com relação à apropriação da riqueza, temos uma *sociedade igualitária*.

Obviamente, ao longo do período, o homem foi incorporando toda uma intensa evolução cultural. Tal evolução se expressa na maior perfeição dos instrumentos utilizados, nas pinturas em cavernas representando cenas da vida cotidiana e nos rituais mágicos através dos quais a espécie buscava estabelecer um vínculo com forças naturais que não compreendia, dando-lhes, assim, um significado místico. Dessa forma, ao longo do Paleolítico começavam a despontar os rudimentos das religiões primitivas.

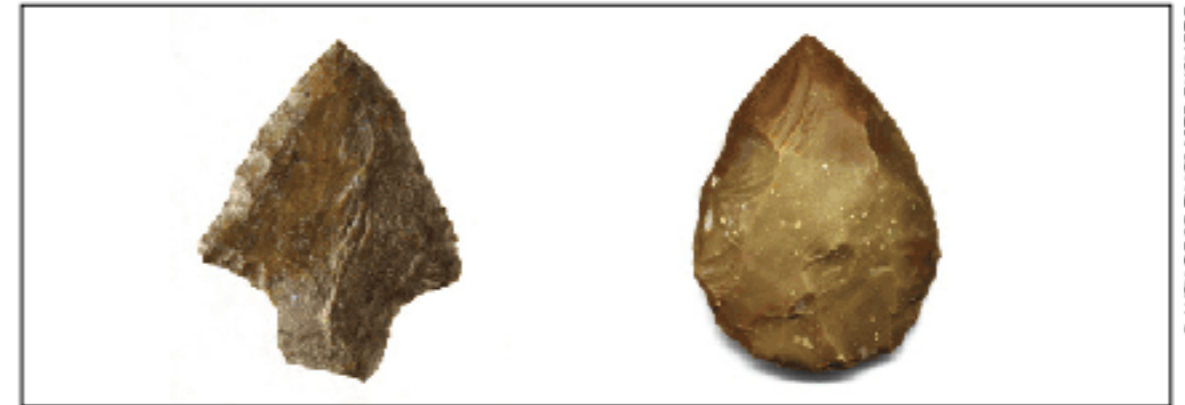


Fig. 5 A evolução cultural da espécie humana também pode ser acompanhada pela forma como ela utilizou-se de instrumentos e pelo grau de elaboração destes.

Outros elementos demonstram igualmente uma maior capacidade humana de utilizar a capacidade cerebral em benefício da sobrevivência. Uma delas, talvez a mais importante, tenha sido a domesticação do fogo, indispensável na defesa, no aquecimento (fato que permitiria a ocupação de regiões mais frias), na ampliação da disponibilidade de alimentos através do cozimento, e, mais tarde, na forja de metais, permitindo a fabricação de instrumentos e armas muito mais eficientes.

O final do Paleolítico

As condições de vida do homem começaram a ser violentamente alteradas a partir da última glaciação. O resfriamento generalizado do planeta tornou inviável a sobrevivência na sua maior parte, levando a um processo de migrações que, ao longo de milênios, foi concentrando contingentes humanos em faixas cada vez mais restritas. Além disso, mesmo estas faixas não ficaram imunes aos efeitos da glaciação. Transformações climáticas geraram a desertificação de imensas áreas e a somatória desses fenômenos teve por consequência a escassez generalizada de alimentos.

A partir daí, a sobrevivência da espécie esteve condicionada à capacidade do homem de multiplicar a disponibilidade de alimentos, aprendendo a plantar e a criar animais. Esse é o fenômeno conhecido como **Revolução Neolítica**, a qual marca a passagem para o Período Neolítico, no qual se inicia todo um intenso processo de transformações que levaria à passagem para a História.

Neolítico

A passagem de uma economia caçadora e coletora para uma economia agrícola impôs uma série infindável de transformações para a espécie humana.

Com a prática da agricultura, elimina-se a necessidade de deslocamentos em busca de alimento. Assim, verifica-se um processo de **sedentarização**, principalmente nos vales férteis dos rios. Ao mesmo tempo, ao buscar a fertilidade proporcionada por suas águas, o homem esbarrava na necessidade de controlá-las, evitando as cheias irregulares que poderiam destruir o plantio, ampliando a área irrigada por elas, drenando terrenos excessivamente irrigados etc.

Tais necessidades condicionaram um intenso desenvolvimento técnico, notadamente na construção de obras hidráulicas. Ao mesmo tempo, ampliava-se a necessidade humana de melhor conhecer a natureza, precisando os períodos de cheias e vazantes, determinando as melhores épocas para plantio etc. Com isso, surge a necessidade de elaboração de calendários, os quais impuseram a observação dos astros e um desenvolvimento de técnicas de cálculo, por exemplo.

Ainda assim, mesmo este maior conhecimento técnico e científico não supria a necessidade maior de mão de obra, incompatível com as pequenas dimensões das tribos paleolíticas. Lentamente, estas vão passando por um processo de fusão, gerando o aparecimento de grandes comunidades concentradas em um mesmo espaço. É o processo de **urbanização**, característica marcante do Neolítico.



Fig. 6 As pinturas rupestres em Tassili n'Ajjer, Sahara, na Argélia.

A partir da urbanização, as necessidades da comunidade tornam-se mais diversificadas. Os instrumentos de trabalho, cada vez mais voltados a tarefas específicas, tendem a exigir indivíduos especializados em sua fabricação, bem como a defesa de uma terra fértil e cobiçada por outros povos impõe a existência de um grupo encarregado desta defesa. Assim, a especialização do trabalho começa a surgir, incorporando ainda uma série de outros diferentes grupos.

A complexidade consideravelmente maior da estrutura social sobrepunha-se às formas de liderança presentes até o Paleolítico. A estrutura tribal daquele período incorporava formas de liderança naturalmente ligadas à descendência e ao parentesco. Assim, embora não tivesse uma forma de poder, a comunidade paleolítica organizava-se em torno de uma liderança patriarcal, típica das sociedades clânicas. Entretanto, a passagem para o Neolítico trazia consigo o surgimento de grandes conglomerados humanos, dentro dos quais a estrutura tribal diluía-se, desarticulando o sistema patriarcal. Temos também a complexidade da estrutura social, com a existência de vários grupos necessariamente desligados do trabalho de produzir o alimento (embora realizando tarefas igualmente úteis à comunidade), o que fazia com que a produção dos camponeses tivesse de ser distribuída entre o conjunto da comunidade. Criava-se então uma nova necessidade na vida do homem, a de administrar a produção e a própria vida social. Levando-se em consideração a desagregação das estruturas de liderança até ali existentes, cria-se necessariamente uma indagação: a quem caberia essa tarefa de administrar a vida da comunidade?

Já nos referimos anteriormente à necessidade do homem de explicar a si próprio e os fenômenos que o cercam, e como essa

necessidade levava ao desenvolvimento de um misticismo bastante acentuado, dada sua incapacidade de estabelecer qualquer explicação física e natural para os fenômenos com os quais convivia e os quais temia. Não por acaso, essa cosmologia, aliada ao temor com relação às forças naturais, constitui-se na base de todas as religiões primitivas. Pela mesma razão, as estruturas de liderança nas comunidades neolíticas eram sempre diretamente ligadas à religião. Assim, não deve causar estranheza o fato de o templo, local de adoração aos deuses, servir também como depósito para o alimento produzido, alimento que ficaria, deste modo, sob a proteção dos deuses. Também não causa estranheza o fato de que a administração desse alimento e da própria vida social esteja, portanto, nas mãos daqueles que, acreditava-se, mantivessem um vínculo mais forte com os deuses: os sacerdotes.

Não podemos nos esquecer, contudo, de que, a partir da agricultura, a produção passa a incorporar a possibilidade de um excedente, ou seja, de uma riqueza. Assim, temos esta camada sacerdotal dando origem a uma nobreza privilegiada que, em nome dos deuses, apropria-se da terra, das obras e da riqueza, em detrimento do conjunto da população. Não se trata mais de uma simples divisão técnica do trabalho, mas sim de um processo de extratificação social, pressupondo diferentes níveis sociais e diferentes níveis de participação na riqueza da comunidade.

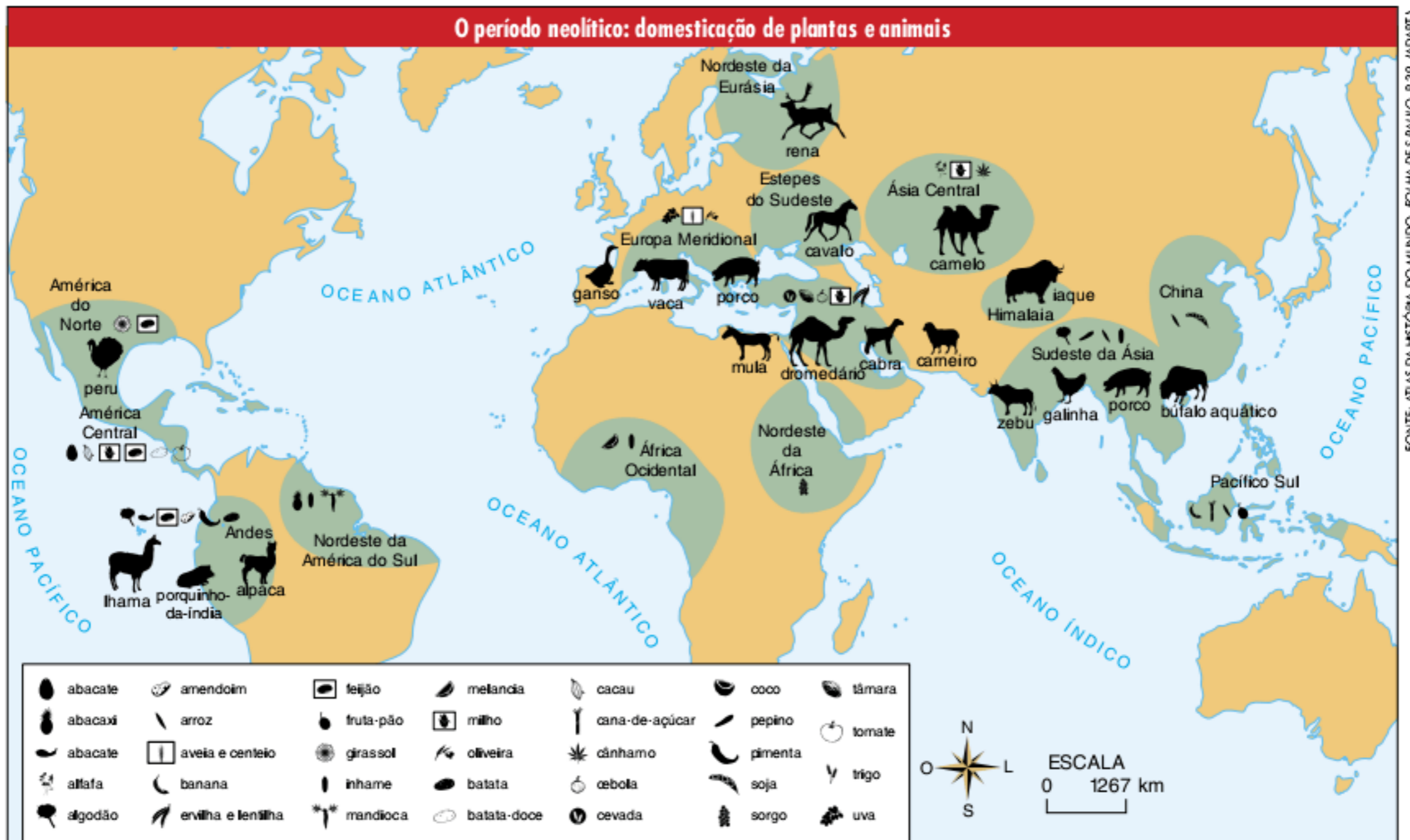
A passagem para a História

O final do Neolítico é, portanto, marcado por uma série de transformações e novos elementos fundamentalmente políticos. Evidentemente, o fim da igualdade social e a imposição de formas de domínio e de apropriação da riqueza por parte de uma pequena elite gerou reações e revoltas de grande parcela da população.

A religião exercia um papel fundamental em termos de controle social, afinal a elite dominante contava com a crença de seus vínculos com os deuses. No entanto, a religião sozinha ia se mostrar insuficiente como forma de debelar situações de revolta social mais intensas. Tornava-se necessário um instrumento de força controlado diretamente por essa elite e destinado fundamentalmente à defesa de seu domínio, não sendo mais, portanto, um instrumento de defesa da comunidade como um todo. Tal instrumento é o exército, facilmente controlado pelo fato de essa elite deter o controle da riqueza e da própria distribuição do alimento.

Temos, então, uma forma de domínio baseada essencialmente na força militar a serviço de um pequeno setor da sociedade, com a religião servindo de elemento justificador. Com isso, já não falamos de liderança, mas sim de poder. Esse poder se estrutura ao final do Neolítico, trazendo um novo componente à vida sócio-política da humanidade: o conceito de **Estado**, entendido como o instrumento que permite o domínio de uma parcela sobre o restante da sociedade.

A organização do Estado em bases militares permitiria ainda expandir o próprio domínio sobre outros povos. Assim, as guerras e as conquistas, levando à formação de impérios, são uma característica do final do Neolítico. Não por acaso, os primeiros documentos escritos datam de um período no qual os sumerianos (um povo que originalmente ocupava apenas o sul da Mesopotâmia, próximo à foz do Tigre e do Eufrates) já exerciam um domínio sobre toda



a Mesopotâmia, estabelecendo um Império e, conseqüentemente, estendendo o poder do Estado a uma série de outros povos e terras.

Da mesma forma, a complexidade da organização social, da produção e apropriação da riqueza, do domínio sobre outros povos, da construção de obras, tudo isso centrado nas mãos de um Estado rigidamente controlador, criava a necessidade de ampliar os mecanismos de controle. Entre outros, tornava-se necessário

ao Estado controlar o total produzido, o total consumido, o excedente, o número de escravos, o volume de produtos necessários para manter a população etc. Impunha-se a necessidade de se criar um conjunto de sinais convencionados, elaborados de modo a serem suficientemente claros para toda a parcela com acesso aos seus significados e suficientemente complexos para que sua compreensão não fosse possível ao conjunto da população. Nascia a **escrita**, marco da passagem para a História propriamente dita.



Revisando

1 Quais as características de vida das comunidades humanas no período paleolítico?

2 O que se entende por Revolução Neolítica?

3 Com base em seus conhecimentos sobre a Pré-história e as condições de vida do índio brasileiro no momento da chegada dos portugueses, é possível criar algum paralelo para situar o nível de evolução cultural dos povos indígenas brasileiros?

Exercícios propostos

1 Durante o Paleolítico ocorreu:

- (a) o aparecimento da linguagem escrita;
- (b) a domesticação de animais e plantas;
- (c) o aparecimento da magia e da arte;
- (d) o povoamento sistemático da Europa;
- (e) o aparecimento de instrumentos de pedra polida.

2 Sobre o surgimento da agricultura – e seu uso intensivo pelo homem – pode-se afirmar que:

- (a) foi posterior, no tempo, ao aparecimento do Estado e da escrita.
- (b) ocorreu no Oriente Próximo (Egito e Mesopotâmia) e daí se difundiu para a Ásia (Índia e China), Europa e, a partir desta, para a América.
- (c) teve origem na China, donde se difundiu até atingir a Europa e, por último, a América.

(d) ocorreu, em tempos diferentes, no Oriente Próximo (Egito e Mesopotâmia), na Ásia (Índia e China) e na América (México e Peru).

(e) de todas as atividades fundamentais, como a criação de animais, a metalurgia e o comércio, foi a que menos contribuiu para o ulterior progresso material do homem.

3 Foi fator decisivo para a sobrevivência dos povos do período Neolítico:

- (a) a utilização de metais como o cobre e o bronze.
- (b) o nomadismo típico dos povos caçadores e coletores.
- (c) a revolução neolítica.
- (d) a revolução urbana e a formação dos impérios teocráticos.
- (e) a formação de religiões monoteístas.

4 Examine as três proposições, julgando se são verdadeiras ou falsas. Em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. A Pré-história, época compreendida entre o aparecimento do homem sobre a Terra e o uso da escrita, é dividida tradicionalmente em três períodos: Paleolítico, Mesosoico e Neolítico.
 - II. A domesticação de animais e o surgimento da agricultura ocorreram após a invenção da escrita, posterior, portanto, ao Neolítico.
 - III. A duração do Paleolítico é bem mais extensa que a do Neolítico, envolvendo níveis técnicos naturalmente mais primitivos.
- (a) Todas as proposições são verdadeiras.
 - (b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
 - (c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
 - (d) Apenas a proposição III é verdadeira.
 - (e) Todas as proposições são falsas.

5 Sobre a conhecida Idade dos Metais, na transição entre a Pré-história e a História, é possível afirmar que:

- (a) foi marcada pela utilização do cobre e do bronze, na produção de armas, instrumentos agrícolas e utensílios domésticos.
- (b) apenas o bronze pode efetivamente ser apresentado como o primeiro metal utilizado.
- (c) os homens lutavam entre si, enquanto a economia continuava coletora.
- (d) a vida nômade dos primeiros grupos humanos foi um estímulo para o uso dos metais.
- (e) não existe ligação entre o uso dos metais e a formação de grandes impérios.

6 Dentre as formas de poder que predominaram entre o final da Pré-história e o início dos tempos históricos, uma foi marcada pela formação de grandes impérios políticos, em geral situados à margem de rios, lagos, ou mares, onde um governo centralizado aglutinava população na construção de grandes obras públicas e de prestígio, como canais, diques, palácios, templos, santuários etc. Estamos falando de:

- (a) cidades-estados liberais.
- (b) impérios teocráticos de regadio.
- (c) repúblicas oligárquicas.
- (d) democracias hereditárias.
- (e) regimes eletivos e escravocratas.

7 A partir do III milênio a.C. desenvolveram-se, nos vales dos grandes rios do Oriente Próximo, como o Nilo, o Tigre e o Eufrates, estados teocráticos, fortemente organizados e centralizados e com extensa burocracia. Uma explicação para seu surgimento é:

- (a) a revolta dos camponeses e a insurreição dos artesãos nas cidades, que só puderam ser contidas pela imposição de governos autoritários.
- (b) a necessidade de coordenar o trabalho de grandes contingentes humanos, para realizar obras de irrigação.
- (c) a influência das grandes civilizações do Extremo Oriente, que chegou ao Oriente Próximo através de caravanas de seda.
- (d) a expansão das religiões monoteístas, que fundamentavam o caráter divino da realeza e o poder absoluto do monarca.
- (e) a introdução de instrumentos de ferro e a consequente revolução tecnológica, que transformou a agricultura dos vales e levou à centralização do poder.

8 Uma das mais importantes descobertas da história da humanidade foi, sem dúvida, o advento da agricultura. Afirma-se que, em seus primórdios, a agricultura:

- (a) permitiu a manutenção da estrutura tribal, tendo em vista que a maior disponibilidade de alimentos acabou com as disputas internas dentro das tribos.
- (b) atenuou as lutas sociais, uma vez que já não mais havia razões para disputas por alimentos.
- (c) levou ao aumento do nomadismo, uma vez que setores das tribos eram obrigados a procurar terras mais férteis.
- (d) levou à estratificação social, a qual teve por base a disputa pelo controle do excedente, e, conseqüentemente, ao surgimento do Estado.
- (e) nenhuma das alternativas anteriores.

TEXTOS COMPLEMENTARES

A História na visão de Marx e Engels

O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio disso, sua relação dada com o resto da natureza. [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em

condições de viver para poder “fazer História”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. [...]

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que diariamente renovam sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar: é a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. [...]

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, aparece agora como dupla relação: de um lado, como relação natural, de outro como relação social – social no sentido de que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade. Donde se segue que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão constantemente ligados a um determinado modo de cooperação e a uma fase

social determinada, e que tal modo de cooperação é, ele próprio, uma “força produtiva”; segue-se igualmente que a soma de forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, por conseguinte, a “história da humanidade” deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas. [...]

K. Marx e F. Engels. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

O contato entre um “civilizado” e um povo “pré-histórico”

Esta manhã, em primeiro lugar, fiz dar o chá a todos os recém-chegados.

A ideia de aventurar-me sozinho com esta gente para andar, por lugares não percorridos por outros além dos indígenas, rumo a esse Nalique do qual tenho sempre ouvido falar como se fala de coisas de lenda, e a esperança de ter oportunidade de aumentar de novos e interessantes objetos a minha coleção etnográfica, tanto como a atração em mim fortíssima do ignoto, me haviam conservado perplexo durante algum tempo antes de adormecer na noite passada.

Não me escondia os perigos de confiar no capricho de gente tão pouco escrupulosa, estragada por vícios e pelo contato com as fezes da civilização.

Mas, por outro lado, a tentação era forte; talvez semelhante ocasião não mais me aparecesse.

[...] O Nalique está situado ao pé de uma série de alegres colinas ligeiramente elevadas, sobre um planalto aberto do qual se goza uma bela vista de verdes prados, de bosques viridentes com um fundo azul de cadeias de montanhas não afastadas mais de uns vinte quilômetros.

A **tolderia** se compõe duma longa fila ligeiramente curva de cabanas, ou, para melhor dizer, de vastos telhados de palha com dupla vertente unidas uma a outra sem ser muito iguais na altura, de modo a formar um longo corredor de que a parte que está sob a vertente anterior, a qual é um pouco mais estreita que a posterior, é livre e forma uma passagem coberta debaixo da qual se pode transitar ao abrigo do sol e da chuva, de uma a outra extremidade da **tolderia**.

A outra parte, onde o telhado é mais largo e desce quase até tocar no solo com as pontas pendentes das palhas de que é formado, é ocupada pelos grandes **giraus** sobre os quais nascem, vivem e, algumas vezes, morrem os habitantes.

Estes **giraus** ou taboados com leve inclinação variam pouco em altura um em relação a outro e estão acima do solo de 60 a 70 centímetros, raramente mais. Há de várias grandezas e no máximo ocupam todo o espaço coberto pelo telhado compreendido entre os **moirões** centrais de sustentação e pouco menos que a extremidade da vertente posterior.

Quando muita gente lá está amontoada, parece um trem ferroviário cujos vagões sejam abertos e comunicantes entre si.

Debaixo do telhado, nas travezinhas de sustentação e por toda parte onde seja possível, estão pendurados os utensílios domésticos, provisões e toda sorte de objetos. Lá também se penduram os mosquiteiros, os quais, porém, em vista da ausência de mosquitos, não servem para outra coisa mais que abrigar do frescor excessivo das noites e dos olhares de algum indiscreto **noctâmbulo**.

Os **giraus** estão sempre cobertos de grandes couros de boi, e para travesseiros servem admiravelmente certas compridas esteirinhas de finos juncos enrolados que de dia fazem parte dos arreios das bestas de carga.

[...]

Na frente das cabanas os Caduveos limpam o terreno de todas as ervas ou arbustos num espaço de trinta ou quarenta metros, formando, assim, uma pracinha bastante cômoda que se estende por todo o comprimento da **tolderia**.

Por trás das cabanas o terreno é conservado com menos cuidado e é utilizado nos trabalhos domésticos de cada família, para amarrar as cavalgadas, estender os couros ao sol, cozinhar etc.

[...]

Os Caduveos escavaram pequenos reservatórios nos quais a água se recolhe limpa antes de descer à planície, e neles fazem as suas frequentes abluções homens, mulheres e crianças, com as roupas mais simples, usadas já por Adão e Eva antes do pecado.

[...]

A arte dos ourives tem alguma voga entre os Caduveos, embora ainda no estado rudimentar. Vi colares, brincos, anéis e outros ornamentos feitos com certo gosto.

Não sabem, porém, soldar, talvez porque não têm o necessário e tudo se limita a reduzir as moedas a uma folha mais ou menos sutil, batendo-a a frio com o martelo, cortá-la, limá-la e ajeitá-la, segundo o uso para que deve servir.

[...]

Os desenhos que os Caduveos costumam fazer tanto sobre o seu corpo como sobre utensílios são cheios de gosto e de caráter. Não é, certamente, uma arte que aprenderam do contato com a civilização. Este talento artístico notavelmente desenvolvido em

Viridentes: Mesmo que virente, que verdeja; verdejante, viçoso.

Tolderia: Povoação de índios americanos formada por tendas ou barracas cobertas de peles de animais ou folhas de palmeiras.

Girau: Mesmo que jirau, estrado ou pavimento construído a meia altura de um recinto e do qual cobre parcialmente a área; forro.

Moirão: Cana que sustenta verticalmente a cepa de videiras, parreiras etc.; qualquer estaca.

Noctâmbulo: Que ou o que vaga à noite; notívago.

todos, e mais especialmente nas mulheres, devem tê-lo herdado de anterior civilização indígena assaz importante antigamente, que foi paulatinamente degenerando miseravelmente com o contato dos vícios importados juntamente com as perseguições da civilização espanhola e portuguesa, a qual, a primeira sobretudo, teve o poder de destruir quanto de bom encontrou nas suas conquistas.

Não restam agora mais que alguns poucos vestígios, dos quais se pode todavia deduzir facilmente o que devem ter sido em tempos os Caduveos, os quais, reduzidos aos mínimos termos

por vícios e pelas doenças, desconhecidas antes da conquista, vão rapidamente se extinguindo.

Que eles derivam ou, pelo menos, tiveram grande afinidade com os Incas, não parece fora de dúvida, sendo a arte do desenho bom guia para semelhantes pesquisas genealógicas.

O Peru não está afastado e a dominação e influência dos Incas devia estender-se bem além desta região.

Guido Boggiani. *Os caduveos*. São Paulo: Edusp, 1975.

RESUMINDO

- O estudo da Pré-história apresenta-nos a origem dos principais elementos presentes na vida do homem, mesmo nas sociedades mais modernas.
- O surgimento da extratificação social, da luta pelo controle sobre a riqueza, formação do Estado e mesmo o aparecimento da escrita não devem ser vistos como uma decorrência lógica e inevitável, nem mesmo como uma característica inata ao homem, mas como um produto de uma determinada forma de evolução histórica. Todas as primeiras civilizações foram produto de uma forma de evolução semelhante.
- A invenção da escrita representa, para nós, um elemento revolucionário, por nos permitir uma maior compreensão da vida dessas primeiras civilizações; para elas, contudo, significou apenas uma aquisição ditada por novas necessidades, não tendo um significado mais profundo em suas vidas a não ser permitir ao Estado um controle mais eficiente sobre a vida econômica e social.

■ QUER SABER MAIS?

LIVROS

- *A Pré-história*. São Paulo: Ática (Série Atlas Visuais).
- Pedro Paulo Funari. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 2003 (Série Princípios).
- Antônio Roberto Guglielmo. *A Pré-história, uma abordagem ecológica*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SITES

- Museu de História Natural de Londres <www.nhm.ac.uk>.
- Estudos atuais sobre os homínidos já descobertos <www.modernhumanorigins.com>.

Exercícios complementares

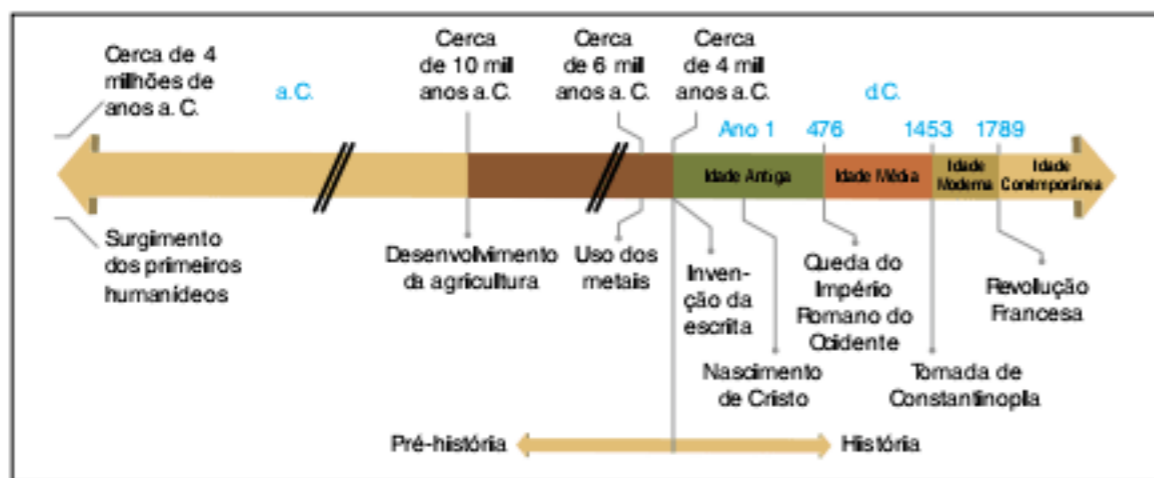
1 Enem 2007



Apintura rupestre, mostrada na figura anterior, que é um patrimônio cultural brasileiro, expressa:

- o conflito entre os povos indígenas e os europeus durante o processo de colonização do Brasil.
- a organização social e política de um povo indígena e a hierarquia entre seus membros.
- aspectos da vida cotidiana de grupos que viveram durante a chamada Pré-história do Brasil.
- os rituais que envolvem sacrifícios de grandes dinossauros atualmente extintos.
- a constante guerra entre diferentes grupos paleoíndios da América durante o período colonial.

2 Ufpel 2005



Analisando a linha do tempo, no período que vai do surgimento do homem até o desenvolvimento da agricultura, encontra-se a fase:

- (a) Neolítica.
- (b) da invenção da escrita.
- (c) dos Metais.
- (d) da Antiguidade.
- (e) Paleolítica.

3 Ufpel 2006

Texto 1

Em todo o mundo, a leste e a oeste, as populações começaram a trocar a dependência às hordas de grandes animais “muitas das quais em rápido declínio” pela exploração de animais menores e de plantas. [...] Onde as condições fossem particularmente adequadas [...], as peças do quebra-cabeça da domesticação se acomodaram e os coletores transformaram-se em agricultores.

Alfred W. Crosby. *Imperialismo ecológico*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Texto 2

Os historiadores acostumaram-se a separar a coleta e a agricultura como se fossem duas etapas da evolução humana bastante diferentes e a supor que a passagem de uma à outra tivesse sido uma mudança repentina e revolucionária. Hoje, contudo, admite-se que essa transição aconteceu de maneira gradual e combinada. Da etapa em que o homem era inteiramente um caçador-coletor passou-se para outra em que começava a executar atividades de cultivo de plantas silvestres [...] e de manipulação dos animais [...]. Mas tudo isso era feito como uma atividade complementar da coleta e da caça.

Cláudio Vicentino. *História para o Ensino Médio: história geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2005.

Os textos analisam:

- (a) o final do período Neolítico e se posicionam de forma convergente quanto ao papel revolucionário desempenhado pela agricultura e pela domesticação dos animais.
- (b) o início do período Neolítico e divergem entre si a respeito da existência da Revolução Neolítica, pois enquanto um indica uma transformação radical, o outro destaca a simultaneidade da caça, coleta e agricultura.
- (c) o início do Paleolítico Inferior e são contraditórios entre si, no que se relaciona aos efeitos da agricultura, entre eles a sedentarização humana.

- (d) o final do Paleolítico Superior, no momento em que ocorreu a Revolução Agrícola, ambos afirmando que a caça e a coleta foram suprimidas pela agricultura.
- (e) a Transição Mesolítica, e concordam que, com o cultivo das plantas e a criação de animais, ocorreu a suspensão das atividades de caça e coleta, provocando a Revolução Neolítica.

4 UFPI 2008

Nas últimas décadas o Piauí vem figurando como um tema obrigatório nas discussões sobre o primitivo povoamento do território americano, o que decorre, principalmente, dos achados arqueológicos da Serra da Capivara, no município piauiense de São Raimundo Nonato. Sobre esse assunto, assinale, nas alternativas a seguir, aquela que está incorreta.

- (a) Os municípios de São Raimundo Nonato, no Piauí, e de Central, na Bahia, detêm os mais antigos vestígios da presença humana na região nordeste.
- (b) O acervo arqueológico de São Raimundo Nonato é administrado pela Fumdam – Fundação Museu do Homem Americano.
- (c) A arqueóloga Niede Guidon, personalidade mais conhecida entre os profissionais que atuam junto ao acervo arqueológico de São Raimundo Nonato, tem protagonizado, ao longo dos anos, vários conflitos e polêmicas com o governo do Piauí, com órgãos federais como o Ibama e até mesmo com nativos do município de São Raimundo Nonato.
- (d) Os achados arqueológicos de São Raimundo Nonato, no Piauí, assim como aqueles encontrados na Bahia, impõem uma revisão das teorias sobre o povoamento da América e não deixam dúvidas quanto à natureza autóctone do homem americano.
- (e) Hoje, apesar de ainda ser forte a tese do povoamento da América ter-se dado através do Estreito de Behring, os estudiosos, a partir de acervos arqueológicos como os do Piauí, consideram seriamente a hipótese de múltiplas correntes de povoamento. Quanto à data da chegada dos primeiros povoadores, ainda há muitas controvérsias, não estando, em rigor, nada definitivamente estabelecido.

5 UFRGS 2006

A denominação “Revolução Neolítica”, cunhada nos anos 1960 pelo arqueólogo Gordon Childe, refere-se a uma série de intensas transformações. Entre essas mudanças, é correto citar:

- (a) a criação do poder político centralizado associado ao domínio do poder religioso.
- (b) o desenvolvimento de conglomerados urbanos baseados no trabalho escravo.
- (c) a instituição privada das terras, com o cultivo de cereais e a criação de animais.
- (d) o surgimento da divisão natural do trabalho, com a atribuição de papel produtivo relevante à mulher.
- (e) a transição da economia de subsistência para uma economia industrial.

A Antiguidade Oriental

2

FRENTE 2

ICAM/WIKIMEDIA COMMONS

As primeiras civilizações históricas são aquelas que primeiro estruturaram uma sociedade diversificada, um Estado e formas mais organizadas de produção e apropriação da riqueza. É no estudo dessas civilizações que se verá o surgimento de conceitos tais como cidades-estados, teocracia e modo de produção (no caso, o asiático). Estudando-as também se vê o quanto à religião foi decisiva para esses povos, até mesmo na sua estruturação política.

Nenhum Estado pôde se estruturar entre essas civilizações sem estar diretamente apoiado na religião.

Outro aspecto particularmente importante liga-se a suas manifestações culturais. Não apenas as manifestações mais monumentais, como grandes templos, pirâmides e grandes obras hidráulicas, mas também aquelas mais ligadas às suas necessidades cotidianas. É isso que explica o intenso desenvolvimento desses povos em áreas como a Astronomia, a Medicina, as técnicas de construção, a Matemática e tantas outras, determinantes para todas as sociedades a partir daí.

As pirâmides do vale de Gizé, no Egito. Símbolo máximo da relação entre poder político e religião que marcou os povos do antigo Oriente.

REPRODUÇÃO

O começo das civilizações

Vimos ao final do capítulo anterior que a passagem para a História envolveu uma série de elementos, como o surgimento do Estado, a organização da religião como instrumento de poder, o desenvolvimento da escrita e a realização de grandes obras de irrigação e drenagem do solo para permitir a agricultura. Vimos ainda que essas primeiras civilizações, ou seja, os primeiros povos que ultrapassaram o estágio pré-histórico, desenvolveram-se ao longo dos vales do Nilo, do Tigre e do Eufrates, ou ao menos tiveram fortes vínculos com essas regiões. Ali surgiram as civilizações **egípcia** e **mesopotâmica**, e a região compreendeu também a **Fenícia**, a **Palestina** e a **Pérsia**.

Ainda que pesem as fortes semelhanças nas formas de organização, essas civilizações apresentam especificidades bastante significativas, inviabilizando que sejam estudadas conjuntamente. Assim, passaremos a uma abordagem de cada uma delas, abrindo, inclusive, espaço para uma análise, mesmo que superficial, de sua evolução política.

O Egito

“O Egito é uma dádiva do Nilo”. A frase do historiador grego Heródoto tem o mérito de sintetizar de uma forma perfeita o que foi a civilização egípcia. A dependência que essa civilização apresenta em relação ao Nilo e a suas cheias é absoluta. O rio corre pelo platô desértico do norte da África, estendendo-se por cerca de 1.200 km do território egípcio. Suas cheias anuais, de julho a novembro, tomam agricultável uma faixa de terra de não mais de 20 km de largura, exceto em seus últimos 150 km, quando se abre em sete braços que desembocam no Mediterrâneo, formando o delta. Além disso, as cheias do rio Nilo são regulares e muito menos destruidoras que as dos rios Tigre e Eufrates. Em consequência disso, o sistema de irrigação artificial egípcio foi mais tardio e menos complexo que o mesopotâmico. Mas o caráter extremamente regular das cheias do Nilo facilitou sensivelmente a ocupação da região e a sobrevivência dos povos que para ali se dirigiram.

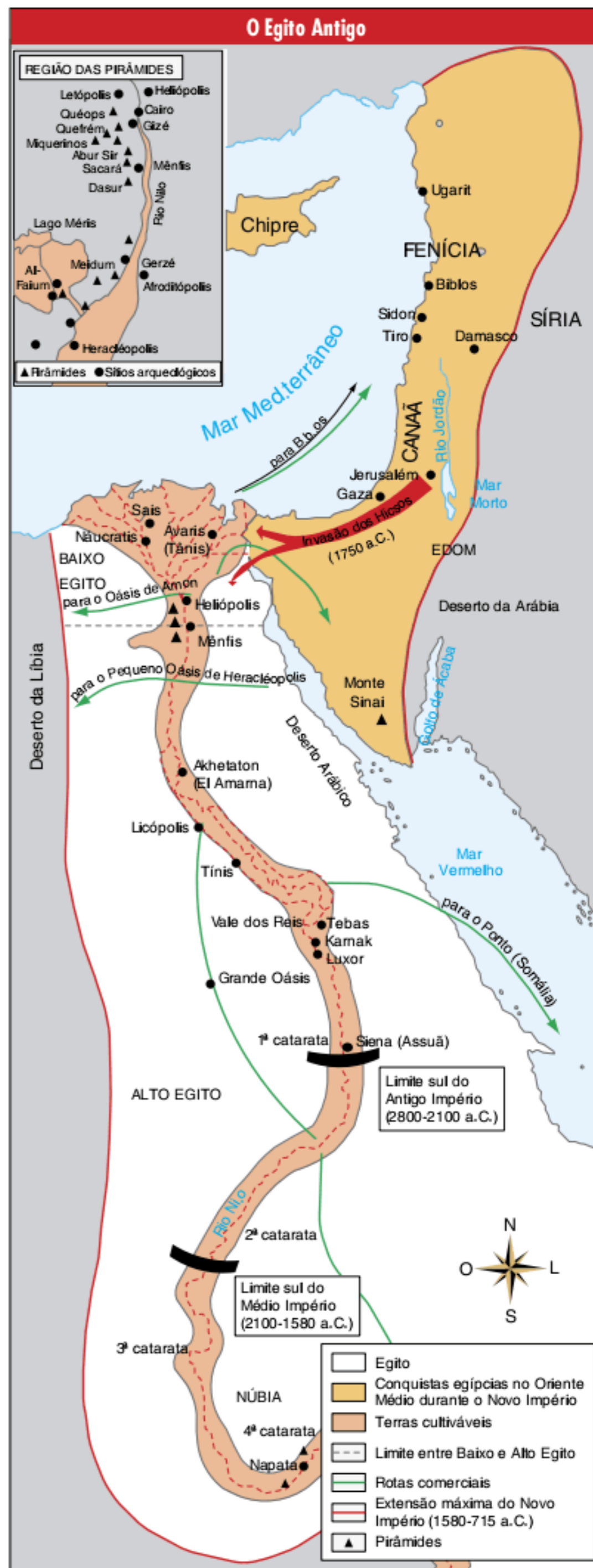
Os primeiros grupos humanos no Egito eram de origem **hamita** e fixaram-se no vale durante o Neolítico, organizando-se em comunidades autônomas denominadas **nomos**. Verificou-se, a partir daí, um fenômeno comum a essas civilizações do Médio Oriente: a necessidade de melhor executar as obras de irrigação gerando um processo de unificação política. No Egito, essa ocorrência levou à reunião dos nomos, por volta de 3500 a.C., sob os reinos do **Alto Egito** (sul) e do **Baixo Egito** (delta).

Em c. 3200 a.C., **Menés** (ou Narmer), governante do Alto Egito, impôs a unificação dos reinos, tornando-se o primeiro faraó.

O Antigo Império (3200-2300 a.C.)

Com a unificação territorial e política efetuada por Menés inicia-se o período dinástico da história egípcia, com o estabelecimento da capital do império primeiro em Tínis (o que deu ao período também a denominação de Tíntia), e depois, em c. de 2800 a.C., na cidade de Mênfis (período Menfita).

Os sucessores de Menés organizaram um sistema monárquico despótico e altamente burocratizado, de caráter



teocrático. Durante o período Menfita, entre 2700 e 2600 a.C., foram edificadas as grandes pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos na região de Gizé. Elas simbolizavam o poder e a força dos faraós da IV dinastia.

Hamita: Indivíduo dos hamitas, povos africanos que pertencem à raça geográfica europeia (caucasoide). São às vezes chamados de povos afro-mediterrâneos por causa de suas características físicas e da região em que vivem. A maioria dos hamitas é alta e possui nariz pequeno e pele amarenada.

Após longa estabilidade político-social, por volta de 2300 a.C., o Egito passou por um período de enfraquecimento do poder central e de fortalecimento dos **Nomarcas** (os chefes dos nomos), o que ocasionou constantes lutas internas, revoltas sociais e desorganização da produção.

O Médio Império (2000-1750 a.C.)

Durante esse período, o faraó recuperou seu poder, restabelecendo a unidade do império, agora com capital na cidade de Tebas. Os faraós, principalmente os da XII dinastia, ordenaram a execução de novas obras de irrigação, que ampliaram a área agricultável e devolveram a prosperidade ao império.

Por volta de 1800 a.C., o Egito sofreu a penetração dos hebreus (semitas) e a invasão dos **hicsos**, originários da Ásia Menor, passando pela primeira vez pela dominação estrangeira. Os hicsos, usando cavalos, carros de guerra e armas de ferro, até então desconhecidos no vale do Nilo, estabeleceram-se na região do delta e controlaram o país por quase dois séculos, isolando os faraós em Tebas.

O Novo Império (1580-662 a.C.)

A dominação dos hicsos despertou entre os egípcios um sentimento nacionalista e militarista, que resultou na expulsão dos invasores em 158 a.C., sob a liderança do faraó **Amósis I**, e na posterior escravização dos hebreus, que só puderam deixar o país em c. 1250 a.C., no episódio conhecido como Êxodo.

O Novo Império marcou o apogeu da civilização egípcia. **Tutmés III** (1480-1448 a.C.) deu ao império sua maior expansão territorial, ampliando-o até o rio Eufrates, na Mesopotâmia. **Ramsés II** (1292-1225 a.C.) derrotou os hititas na batalha de Kadesh, assegurando o domínio sobre a Palestina e a Síria. Claramente militarista e expansionista, o Egito tornou-se o primeiro império mundial, enquanto as novas riquezas obtidas permitiram a construção dos magníficos templos de Luxor e Karnac.

Digna de menção também foi a revolução religiosa monoteísta realizada por **Amenófis IV** (1377-1358 a.C.). O faraó, provavelmente para anular o poder e a autoridade da camada sacerdotal, instituiu o culto monoteísta ao deus Aton, simbolizado pelo disco solar, chegando a mudar seu nome para **Akhenaton** (“aquele que agrada a Aton”). Anulada após sua morte pelos sacerdotes, que restabeleceram o politeísmo tradicional, a reforma legou aos hebreus as raízes de seu monoteísmo.

Após 1100 a.C., o império conheceu um longo período de decadência. Governantes autônomos e rivais instalaram-se no Alto e no Baixo Egito; a camada sacerdotal passou a ignorar o poder dos faraós e o exército, composto em sua maioria por mercenários estrangeiros, deixou de obedecer ao poder central. As conquistas externas foram sendo progressivamente perdidas, e o país acabou conquistado pelos assírios, sob o comando de **Assurbanipal**, em 622 a.C.

O Renascimento Saíta (650-525 a.C.)

Em 650 a.C., **Psamético I**, governador da cidade de Saís, libertou o país dos assírios, dando início ao último período de independência política do Egito.

O florescimento econômico e cultural, apesar de brilhante, foi efêmero. Em 525 a.C. o Egito foi conquistado pelo rei

persa **Cambises**, transformando-se em uma mera província do Império Persa.

Posteriormente passou pela dominação de macedônios, romanos, bizantinos, árabes, turcos e ingleses, recuperando sua autonomia política apenas no século XX.

Aspectos econômicos

A agricultura constituiu-se na principal e definidora atividade econômica no Antigo Egito. Naturalmente, ela assumiu o caráter de uma agricultura de regadio, diretamente ligada às águas e às obras hidráulicas que tornavam possível o controle sobre essas águas.



Fig. 1 O Nilo e o vale fértil em suas margens em meio ao deserto.

No antigo Egito, a organização das atividades produtivas era uma atribuição do Estado, detentor da maioria das terras férteis. Através de uma rígida estrutura repressiva, a população camponesa era subjugada ao poder do faraó, pagando impostos, em produto ou em trabalho, em uma estrutura à qual chamamos de servidão coletiva. Esses tributos permitiam ao Estado apropriar-se do excedente de produção e contar com uma mão de obra numerosa e gratuita para a construção de grandes obras, templos ou depósitos para estocagem.

O controle sobre esse excedente e sobre o trabalho era realizado por uma ampla burocracia estatal, diretamente controlada pela nobreza e pela casta sacerdotal, as quais se confundem na sociedade egípcia. Esse controle foi exercido inclusive sobre as poucas propriedades privadas que existiram no Egito em alguns momentos. Em épocas de cheia do Nilo, quando a agricultura tomava-se impossível, era comum o Estado requerer camponeses das comunidades de aldeia para o trabalho em obras como diques, palácios, canais de irrigação e templos, entre outras.

O Egito era praticamente autossuficiente com relação às matérias primas básicas de que sua economia necessitava, metais (ouro, cobre, estanho) e pedras para construção. Além disso, em todo seu território, sem especializações produtivas regionais, cultivava cereais (especialmente trigo e cevada), frutas, verduras, legumes, linho e papiro; mantinha rebanhos de gado bovino, suíno, ovino e caprino, e criava aves em cativeiro (patos, gansos, pombos e codornas). Em função dessa autossuficiência, não ocorreu um incentivo para o crescimento da produção artesanal para trocas, nem houve a monetarização da economia. O artesanato

foi centrado em algumas cidades de grande porte (Tebas, Mênfis, Tânis), sendo sua produção quase totalmente destinada ao Estado, para a decoração de palácios ou templos ou para o consumo da família real e da alta burocracia.

Como não se monetizou, na economia egípcia os objetos eram trocados por outros objetos, e o Estado remunerava seus numerosos funcionários em espécie.



Fig. 2 A Esfinge de Gizé, um exemplo do antropozoomorfismo que caracteriza a religião egípcia.

Aspectos socioculturais

Rigidamente dividida em camadas estratificadas, a sociedade egípcia foi marcada pelo imobilismo, tendo uma estrutura piramidal. No ápice, ficavam o faraó e sua família (o casamento entre irmãos era a regra); abaixo, estavam os sacerdotes, os altos burocratas e os aristocratas (descendentes dos antigos nomarcas); mais abaixo, localizavam-se os militares e os escribas; seguia-se depois uma camada média composta por artesãos e comerciantes, e na base encontravam-se os camponeses e os escravos (pouco numerosos, quase sempre prisioneiros de guerra).

O elemento cultural mais dinâmico dessa sociedade foi expresso pela religião. De caráter politeísta e antropozomórfica, tinha como principais divindades Osíris, Amon-Ra, Isis, Hórus, Ápis e Anúbis, e quase uma centena de deuses menores, originários de cultos locais pré-dinásticos.

A crença na vida após a morte desenvolveu o culto aos mortos e a técnica de mumificação de cadáveres, sendo quase exclusivamente a única responsável pelas manifestações arquitetônicas e artísticas egípcias, além de favorecer um notável desenvolvimento da medicina.

O Egito desenvolveu três tipos de escrita. Uma sagrada, originária do período pré-dinástico, a **hieroglífica**; uma versão simplificada da primeira, a **hierática**, utilizada em documentos administrativos; e a **demócrito**, de caráter mais popular e simplificado. A decifração da escrita egípcia foi obra de **Champollion**, orientalista francês que foi o primeiro a decifrar os hieróglifos egípcios, a partir de uma lápide encontrada por um soldado de Napoleão Bonaparte na região de Roseta (no delta), em 1799. Na lápide, conhecida como Pedra da Roseta, estava gravado o mesmo texto em três idiomas: grego, hieroglífico e demócrito.



Fig. 3 A escrita hieroglífica egípcia.

As civilizações mesopotâmicas

O termo “Mesopotâmia” foi criado pelos gregos e significa “terra entre dois rios”. Era compreendida pelos vales e planícies irrigados pelos rios Tigre e Eufrates, basicamente no território do atual Iraque. Estendia-se desde os montes Zagros, no Irã, a leste, até o deserto da Arábia, a oeste.

As regiões mais ao norte, a Alta Mesopotâmia, eram mais montanhosas e menos férteis; o sul, Baixa Mesopotâmia, era composto de planícies aluvianas extremamente férteis. A excessiva presença da água na região tornou obrigatória a criação de um sofisticado sistema de drenagem e aproveitamento, bem mais precoce e intenso que no Egito, por exemplo, e principal fator de desenvolvimento cultural das civilizações que ali se estabeleceram. A água que contribuía para a grande fertilidade da região (o que a tornou densamente habitada), deixava-a sujeita a grandes e destrutivas inundações, devido às cheias irregulares de seus grandes rios, que desciam das montanhas em direção ao golfo Pérsico. Em consequência, as obras hidráulicas realizadas na Baixa Mesopotâmia adquiriram, desde cedo, enorme complexidade, e seus primeiros habitantes, os **sumérios**, escreveram a mais antiga versão sobre o **dilúvio** (a Epopeia de Gilgamés).

A intensa fertilidade da região em meio a desertos e a uma natureza essencialmente inóspita atraiu e fixou comunidades humanas desde muito cedo. Estima-se que a sedentarização das primeiras comunidades humanas na Baixa Mesopotâmia tenha ocorrido por volta de 10000 a.C., sendo que vários historiadores e arqueólogos acreditam terem sido estas as primeiras formas de civilização humana existentes. Mais do que isso, as possibilidades abertas pela agricultura e demais atividades produtivas na região fizeram com que, por volta de 4000 a.C.,

houvesse ali cidades grandes a ponto de abrigar mais de dez mil habitantes, como a cidade suméria de Uruk.

Um traço significativo das civilizações mesopotâmicas, e que as diferenciaram significativamente dos povos do Antigo Egito, foi o caráter extremamente vulnerável da região. Ao contrário do Egito, onde o imenso deserto servia até certo ponto como um eficiente obstáculo natural para a penetração de outros povos, a Mesopotâmia era uma região aberta à invasão de povos nômades hostis, vendo-se, assim, constantemente sujeita a influências externas. Ao mesmo tempo, a constante ameaça externa obrigou a Mesopotâmia a utilizar considerável mão de obra em atividades bélicas, levando à formação precoce de exércitos profissionais. Isso explica também o caráter consideravelmente mais belicista dos povos da Mesopotâmia, se comparados à civilização egípcia. A história mesopotâmica, portanto, é marcada por intermináveis lutas entre as cidades-estados mais ricas (e, mais tarde, entre impérios) e por seguidas ondas de invasões de povos estrangeiros que nela se estabeleceram.



Sumérios e Acádios (antes de 2000 a.C.)

Os povos sumérios, originários do planalto do Irã, haviam se fixado na Baixa Mesopotâmia e criado as primeiras cidades-estados ainda durante o quarto milênio a.C. Segundo sua tradição, Kish foi a primeira, a que se seguiram Ur, Uruk, Lagash, Eridu e Nipur, entre outras.

De um modo geral, as cidades sumérias haviam constituído, por volta de 2850 a.C., uma forma de organização política e econômica, fortemente baseada na religião. Remontando ainda a uma estrutura típica do Neolítico, as terras eram consideradas como propriedade dos deuses, os quais proviam a sobrevivência dos homens que, em troca, deveriam servi-los. Presentes em todas as cidades sumérias, os **zigurates** eram santuários feitos de tijolos maciços e no formato de pirâmides onde, segundo a crença, os deuses habitavam quando desciam à terra. Naturalmente, o acesso a esses monumentos era limitado àqueles que supunham capazes de estabelecer contato com os deuses e que, por isso, tinham enorme capacidade de controle sobre a população.



Fig. 4 Fachada reconstruída do Grande Zigurate de Ur, no atual Iraque. Com um comprimento de base de 62,5 x 43 metros e uma altura de 25 metros, o Zigurate foi construído pelos sumérios há mais de 4.000 anos. É uma das ruínas mais bem-preservedas da Mesopotâmia.

Estruturou-se uma forma de poder fortemente ancorada na religião. Diferentemente do Egito, onde o faraó era visto como um deus vivo, nas cidades sumérias o governante (**patesi** ou **ensi**) era um representante dos deuses na terra, interlocutor entre as necessidades dos homens e as divindades. Dessa forma, criou-se a inter-relação entre o palácio real e o templo.

Ao lado da agricultura, os sumérios notabilizaram-se pelo desenvolvimento de um intenso comércio que se estendeu do Mediterrâneo ao vale do rio Indo. Além disso, coube a eles o mérito de terem inventado a primeira forma de escrita que se tem conhecimento, a escrita **cuneiforme**, utilizada por todos os povos da Mesopotâmia.

A história suméria foi marcada por constantes lutas entre as cidades-estados, todas buscando hegemonia. Essas lutas geraram algumas cidades extremamente poderosas, em longo prazo. Em médio prazo, contudo, tiveram por efeito seu enfraquecimento. Isso permitiu que um povo de origem semita, os **acádios**, se estabelecesse na região central da Mesopotâmia, fundando a cidade de Acad, origem de sua denominação.

Em c. 2300 a.C., o rei acadiano **Sargão I** unificou politicamente o centro-sul da Mesopotâmia, proclamando-se “rei dos quatro cantos da terra”. Surgiu aí o primeiro império na região. De um modo geral, os acádios apropriaram-se da cultura suméria, notadamente na utilização da escrita cuneiforme e nas formas de organização da agricultura.

A plena estabilidade política, entretanto, jamais foi obtida pelos acádios, que conviveram com constantes revoltas internas e ameaças externas. Por volta de 2100 a.C., em meio a essas crises, o Império Acádio desapareceu.

O Primeiro Império Babilônico (1800-1600 a.C.)

Dentre os invasores que destruíram o Império Acadiano destacaram-se os **amoritas** (de origem semítica), que instalaram sua capital na cidade de Babilônia ou Babel. Esse período de quase três séculos que se segue à invasão amorita foi marcado por guerras ininterruptas entre a Babilônia e as demais cidades mesopotâmicas. Foi somente com **Hamurabi**

(1726-1686 a.C.), rei da Babilônia, que os amoritas conseguiram impor seu domínio por toda a Mesopotâmia, desde a Assíria, ao norte, até a Caldeia, ao sul.

O estabelecimento desse domínio foi possível não apenas pela forte estrutura militar, mas também pela constituição de um complexo aparato jurídico, que tem como elemento mais conhecido o Código de Hamurabi. Trata-se do primeiro código de leis de que se tem registro, e é baseado na chamada lei do Talião (“olho por olho, dente por dente”, citação literal do código).

A centralização fez da cidade da Babilônia um grande centro urbano e econômico, eixo fundamental da vida cultural e econômica da região. Ao mesmo tempo, a estreita vinculação entre religião e poder fez com que Hamurabi instituisse um culto hegemônico, baseado no deus Marduk. Em honra a esse deus, foi erguido um imenso zigurate, citado no Antigo Testamento como a Torre de Babel, uma tentativa do homem de chegar ao céu.

A morte de Hamurabi gerou a desestruturação política do Império. Rebeliões internas enfraqueceram-no, mais uma vez abrindo espaço para invasões externas, como as dos hititas e casitas. São, novamente, quase três séculos de lutas internas até que se estabelecesse a hegemonia dos assírios, a partir de 1300 a.C.

O Império Assírio (1300-612 a.C.)

Os **assírios** fixaram-se na Alta Mesopotâmia por volta de 2500 a.C., ao longo do rio Tigre e nas montanhas circunvizinhas, fazendo da cidade de Assur sua capital.

Contando com uma abundância de madeira e metais, como o cobre e o ferro, basearam sua atividade, inicialmente, na agricultura e na caça. Em uma região vulnerável a constantes ataques inimigos, a necessidade de defesa levou-os rapidamente à criação de uma forte estrutura militarista, base da organização do Estado. Constituíram um Estado militarista e expansionista e, procurando uma saída para o golfo Pérsico e para o mar Mediterrâneo, conquistaram a Mesopotâmia, a Síria-Palestina e o Egito. É nesse contexto que se dá a conquista

das regiões da Mesopotâmia e o estabelecimento do Império Assírio na região.

Coube aos assírios a criação do primeiro exército organizado do qual se tem notícia, com formações fixas de carros de combate, cavalaria, infantaria, sapadores e divisões que se utilizavam de armas de arremesso. Dominaram pelo terror, sendo marcados pela ferocidade que dispensavam aos vencidos.

O apogeu de seu império ocorreu nos reinados de **Senaqueribe** (705-681 a.C.), que transferiu a capital para Nínive, e de **Assurbanipal** (668-631 a.C.), que conquistou o Egito e fundou a famosa biblioteca de Nínive, onde reuniu um amplo acervo cultural representativo de todas as áreas mesopotâmicas.

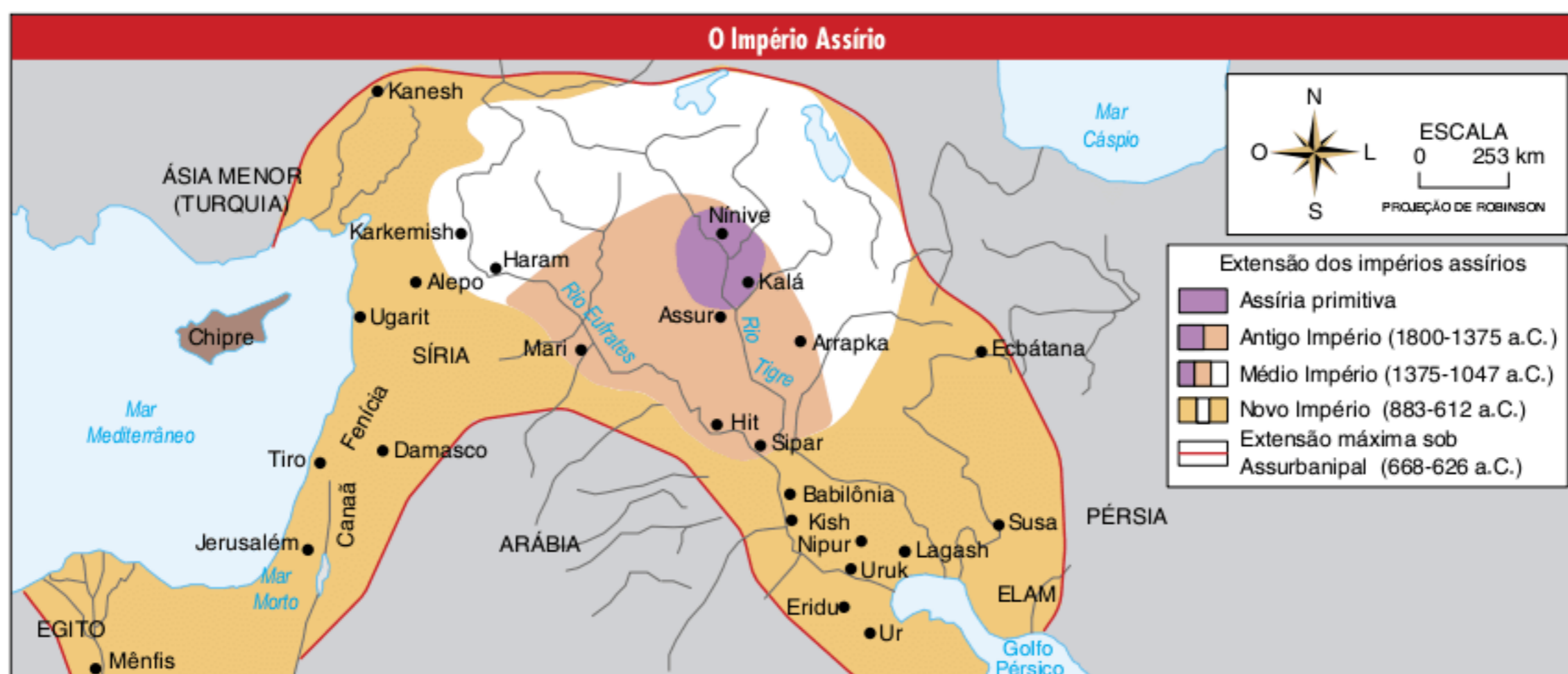
O império esfacelou-se após a morte de Assurbanipal, com a rebelião generalizada dos povos submetidos. Em 612, o rei dos caldeus, **Naboplasar**, com o auxílio de um povo originário do Planalto Iraniano, os **medos**, destruiu Nínive, pondo fim ao Império Assírio.

O Império Caldeu ou Segundo Império Babilônico (612-539 a.C.)

Os **caldeus** (povo semita) aproveitaram-se do colapso do poder assírio para fazer da Babilônia novamente a capital da Mesopotâmia.

Seu principal soberano foi **Nabucodonosor** (605-563 a.C.), que conquistou o reino de Judá (587 a.C.), levando numeroso contingente de hebreus como escravos para a Babilônia (episódio conhecido como “Cativo da Babilônia”). Durante seu reinado, o Império Caldeu estendeu-se pela Síria, Fenícia e parte da Palestina. Foi um período marcado pela realização de grandes obras, como os Jardins Suspensos da Babilônia, que na origem era uma forma de expandir as áreas agrícolas da região, com a criação de terraços agricultáveis nas encostas das montanhas.

Pouco tempo depois da morte de Nabucodonosor, o império acabou destruído pelos persas, sob a liderança de **Ciro I**, em 539 a.C., que transformaram a Mesopotâmia em mais uma de suas muitas províncias.



Economia, sociedade e aspectos culturais na Mesopotâmia

Tanto quanto no antigo Egito, as várias civilizações mesopotâmicas inseriram-se no chamado **Modo de Produção Asiático**, marcado pela agricultura de regadio e pela servidão coletiva. Da mesma forma, terras e meios de produção, bem como as grandes obras hidráulicas, eram diretamente controlados pelo Estado, seja em um plano mais local, a cidade-estado, seja no nível dos grandes impérios. A crença de que as terras pertenciam aos deuses gerou, ao lado do governante, visto como um representante direto dos deuses, uma elite sacerdotal que fazia as vezes de uma nobreza, administrando as terras e as riquezas e exercendo o controle sobre a população.

A estrutura social mesopotâmica assemelhava-se à egípcia, tendo no topo uma elite composta por reis, nobres e sacerdotes e, em ordem decrescente, militares e altos funcionários; comerciantes e artesãos; camponeses e, finalmente, escravos, via de regra prisioneiros de guerra, nunca a base da mão de obra.

Ao lado de inúmeras semelhanças com o Egito, a economia mesopotâmica apresentou algumas especificidades, decorrentes de suas próprias condições naturais e da forma como se processou a ocupação da região. Ao mesmo tempo em que era uma região rica em recursos agrícolas (cevada, trigo, centeio) e em rebanhos bovinos, ovinos e caprinos, além de dotada de um pujante artesanato de transformação de produtos de origem vegetal e animal (cerveja, vinho, móveis e utensílios de palha e vime, óleo, tecidos e laticínios), era, em sua maior parte, desprovida de minérios, pedras e madeira, além de apresentar uma alta especialização produtiva regional e mesmo local.

Consequentemente, a Mesopotâmia foi sempre dependente do comércio externo, o que levou à necessidade de uma considerável produção artesanal para servir de objeto de troca, provocando o desenvolvimento de uma ampla e ativa camada de artesãos e comerciantes. Baseada na produção agrícola e restrita à argila como material básico para a vida cotidiana, a Mesopotâmia teve, desde os primeiros tempos do florescimento de sua vida urbana, um

considerável comércio exterior: da África importava marfim e ouro; da Síria e do Líbano, madeiras, mármore e basalto; da Ásia Menor, prata, cobre e, depois, ferro; da Pérsia, madeira, cobre, estanho e lápis-lazúli; da Arábia e da Índia, ouro, pedras preciosas e marfim. Esse fato, aliado à extrema diversidade produtiva interna, levou à adoção do **conceito de moeda**, tanto como medida comum de valor quanto como instrumento preferencial de troca. Monetizou-se sua economia, dando origem ao sistema bancário cujas primeiras referências datam de 3400 a.C., do Templo Vermelho da cidade de Uruk. Os bazares que existem até hoje em todas as cidades do Oriente Médio podem dar uma ideia bastante real do que foi a economia da Mesopotâmia.

Culturalmente, a Mesopotâmia apresentou um caráter cumulativo, a partir de um substrato sumério, que foi sendo progressivamente acrescido com contribuições dos diversos povos que os sucederam na região.

Os sumérios estabeleceram as bases de um politeísmo cujas divindades representavam os fenômenos da natureza (**animismo**), destacando-se Samash, deus do sol; Anu, deus dos céus; Enlil, deus do ar; Ea, deusa da água. A religião era vista como uma forma de se obter recompensas terrenas, não existindo a crença na vida após a morte. Posteriormente, na Babilônia, ocorreu uma forma de culto aos mortos, que deveriam receber boas sepulturas para que não abandonassem seu mundo de sombras, causando desgraças. Também de origem babilônica foram os cultos ao deus Marduk, transformado em divindade suprema da Mesopotâmia, e à Ishtar, deusa do amor e da guerra.

A religião foi também responsável pelo desenvolvimento da Astronomia pelos sumérios, que puderam estabelecer o movimento de planetas e estrelas e prever eclipses, e especialmente da astrologia pelos caldeus.

Os conhecimentos de Astronomia permitiram avanços na Matemática, como a divisão do círculo em 360 graus, a criação das raízes quadrada e cúbica, o desenvolvimento dos processos aritméticos de multiplicação e divisão e o estabelecimento de um calendário anual de doze meses, divididos em semanas de sete dias que, por sua vez, se subdividiam em períodos de doze horas.



Na Arquitetura foram os inventores do sistema de arcos e do zigurate, uma construção em forma de torre, composta por sucessivos terraços e encimada por um templo, que servia também de observatório astronômico.

Na literatura escreveram poemas épicos, destacando-se a Epopeia de Gilgamesh e o Mito da Criação, de origem suméria. Aos sumérios deve-se também a criação da escrita silábica cuneiforme, que recebeu tal denominação porque seus caracteres eram gravados por estiletos em tijolos de argila, deixando traços em forma de cunha. A decifração da escrita cuneiforme foi obra do inglês H. C. Rawilson, em 1846. O estudo sobre os povos mesopotâmicos denomina-se **assiriologia**, por ter se iniciado sistematicamente a partir da descoberta da biblioteca de Nínive, capital do Império Assírio.

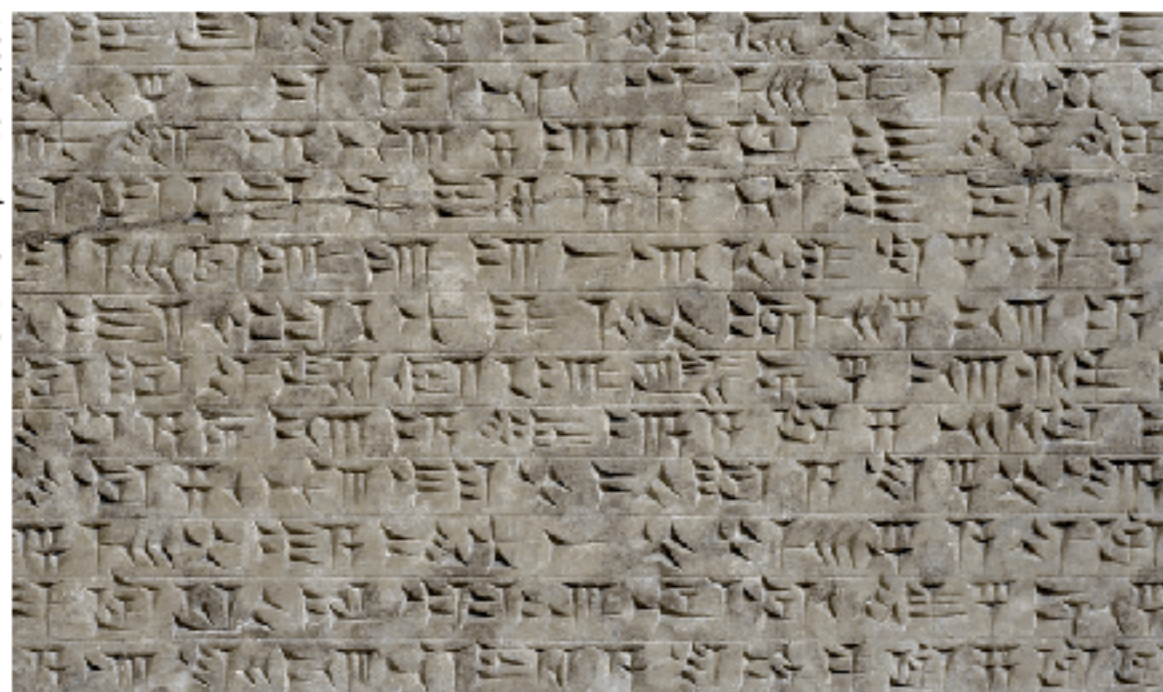


Fig. 5 Escrita cuneiforme da civilização suméria.

A Palestina e os hebreus

Usualmente, chamamos de Palestina a região situada na costa oriental do Mediterrâneo, delimitada a nordeste pela Síria, ao norte pela Fenícia e a sudeste pelo deserto da Arábia. Foi nessa região que se desenvolveu a civilização dos hebreus. Acredita-se que as tribos hebraicas, compostas por pastores nômades, alcançaram a Palestina por volta de 2000 a.C., após longo deslocamento, provavelmente iniciado nas vizinhanças da cidade de Ur, na Caldeia.

Antes da chegada dos hebreus, a Palestina era habitada por vários povos semitas: no litoral mediterrâneo estavam filisteus e cananeus, que deram à região sua outra denominação, **Canaã**, ou “Terra dos Cananeus”; no sul, tínhamos amalecitas; e a leste e a norte, edomitas, moabitas e arameus, ativos comerciantes, que na época do Império Persa transformaram sua língua, o **aramaico**, no idioma oficial de toda a região entre o Eufrates e o Egito. Foi também o aramaico a principal língua falada na Palestina até o século I d.C. A própria designação hebreu provém do aramaico e significa “povo do outro lado do rio”, dado que denuncia sua origem mesopotâmica e seu caráter migrante antes do estabelecimento na Palestina.

Em termos geográficos, a Palestina apresentava diferenças bem-definidas. Na região formada pelo vale do rio Jordão, havia uma relativa abundância de terras férteis, favoráveis à agricultura, enquanto o restante era montanhoso e inóspito, ocupado por grupos nômades dedicados ao pastoreio.

Um traço significativo da civilização hebraica é a intensa ligação entre a religião e as realizações materiais. Vale frisar aqui que

a principal fonte de estudo da história hebraica é o Antigo Testamento, no qual as narrativas históricas vêm acompanhadas por determinações morais e éticas e estabelecem os princípios jurídicos e religiosos. Com isso, história e religião confundem-se, ao ponto de os grandes personagens históricos hebreus assumirem sempre um caráter sagrado e sobrenatural.



Fig. 6 Moisés e as Tábuas da Lei. A religião foi o mais importante elemento de unidade para o povo hebreu.

A era dos patriarcas (2000-1200 a.C.)

A ocupação da Palestina pelos hebreus foi marcada por intensas lutas, das quais saíram vitoriosos, contra os demais povos semitas que habitavam a região. A partir daí, os hebreus organizaram-se em grupos familiares patriarcais, seminômades, sob a liderança de chefes denominados **patriarcas**. Na narração bíblica, o primeiro patriarca foi Abraão, que recebera de Jeová (ou Iavé), a promessa de uma terra de “leite e mel” para si e seus descendentes. O grande elemento dessa narrativa é o fato de que os hebreus começavam a lançar as bases de uma religião monoteísta, que viria a diferenciá-los dos demais povos e serviria como elemento decisivo para sua unidade.

Ainda segundo a *Bíblia*, após a morte de Abraão os hebreus foram liderados por seu filho, Isaac e, em seguida, pelo filho de Isaac, Jacó (Israel). Jacó teria tido doze descendentes, fundadores das doze tribos de Israel.

Não se tem certeza das razões que levaram grande parte dos hebreus a deixarem a Palestina em direção ao Egito a partir de 1800 a.C. É possível que tenha sido uma conjunção de fatores, como ataques estrangeiros, a escassez de terras férteis e mesmo a política dos faraós egípcios de atraírem os hebreus para a região do delta do Nilo, com o objetivo de usá-los como uma barreira contra invasores.

Os hebreus permaneceram durante longo tempo no Egito. Acredita-se que, no princípio, o fato de serem povos oriundos da Mesopotâmia, cujo desenvolvimento cultural era superior ao egípcio, possibilitou-lhes uma certa regalia, vivendo diretamente associados ao Estado. Entretanto, o nacionalismo egípcio que floresceu no Novo Império reduziu os hebreus a uma brutal opressão, tornando-os escravos. A reação à escravidão acabou provocando sua fuga, o **Êxodo**, por volta de 1250 a.C.

É interessante lembrar que, ao longo do período de permanência no Egito, os hebreus reforçaram traços próprios de sua cultura, de modo a preservar sua unidade. O monoteísmo foi um desses aspectos fortalecidos, ampliado ainda pela influência da reforma religiosa de Amenófis IV. Não por acaso, todo o episódio do Êxodo tem uma forte conotação religiosa. Segundo o Antigo Testamento, foi durante essa travessia que **Moisés**, líder do povo hebreu, recebeu a Tábua dos Dez Mandamentos (Decálogo) e a confirmação de Iavé de que os hebreus eram o “povo escolhido” que deveria receber a Terra Prometida. Mais que preceitos religiosos, as Tábuas da Lei instituíam uma ordenação jurídica que ampliou a união do povo hebreu.

A era dos juizes (1200-1010 a.C.)

Durante dois séculos os hebreus lutaram para se reinstalar na Palestina, especialmente contra os filisteus e os cananeus, que possuíam carros de guerra e armas de ferro.

As necessidades bélicas impuseram uma maior unidade às tribos hebraicas, que passaram a ser lideradas por chefes guerreiros, denominados juizes.

Os mais significativos, sempre de acordo com a fonte bíblica, foram **Josué**, que tomou a cidade de Jericó; **Gedeão**; **Sansão**, que liderou a vitória contra os filisteus, e **Samuel**, que procurou acabar com as divergências tribais, buscando impor a unidade nacional.

A era dos reis (1010-587 a.C.)

A unidade nacional dos hebreus acabou sendo forjada em bases frágeis, pela imposição de uma monarquia despótica e hereditária, necessária para consolidar a conquista da Palestina.

Saul, o primeiro rei, foi incapaz de submeter os filisteus, sofrendo grande derrota. Seu sucessor, **Davi**, derrotou os inimigos, ampliou os territórios sob seu domínio e conquistou Jerusalém, onde estabeleceu a capital do reino, organizando um Estado burocratizado, dotado de um exército permanente.

O Estado hebreu viveu seu auge no reinado de **Salomão** (966-933 a.C.). O rei beneficiou-se de um período de paz que valorizou a posição geográfica da Palestina, ponto de passagem das rotas comerciais que ligavam o Egito à Mesopotâmia. A atividade comercial floresceu e o reino viveu uma época de opulência e grandiosidade, expressa pela construção de numerosas obras públicas, como o Templo de Jerusalém.

Pesados impostos e o trabalho compulsório da população mais pobre nas grandes obras públicas geraram um descontentamento que acirrou a disputa entre as tribos pela sucessão de Salomão. Em 926 a.C. ocorreu o **Cisma hebraico** (divisão): Roboão, o sucessor legítimo, apoiado por apenas duas tribos, constituiu o **Reino de Judá**, com capital em Jerusalém; Jero-boão, outro filho de Salomão, reuniu as dez tribos do norte no **Reino de Israel**, com capital em Samaria.



O Reino de Israel, mais urbanizado e mercantil, abandonou paulatinamente o monoteísmo, adotando antigos cultos locais, enquanto as tribos se miscigenavam com a população da região. Foi destruído em 722 a.C. por Sargão II, da Assíria.

O Reino de Judá, mais agrícola e pastoril, foi conquistado por Nabucodonosor em 587 a.C., sendo sua população deportada para a Babilônia, onde permaneceu escravizada por meio século (o **Cativeiro da Babilônia**).

Do Estado dependente à Diáspora (539 a.C.-70 d.C.)

Em 539 a.C., Ciro, rei da Pérsia, toma a Babilônia, e os hebreus recebem permissão para voltar à Palestina, onde estabelecem um Estado dependente do Império Persa. Como ficava situado nos territórios da antiga tribo de Judá, os habitantes desse Estado passam a ser chamados, a partir de então, de **judeus**.

Foram seguidamente subjugados pelos macedônios e pelos romanos, sendo sua crença monoteísta responsável por várias infrutíferas rebeliões. Durante a última delas, em 70 d.C., a cidade de Jerusalém foi inteiramente destruída pelo imperador Tito, e os judeus obrigados a se dispersar pelo mundo (**Diáspora**).

Economia, sociedade e cultura hebraicas

Como vimos, o período que se seguiu à ocupação da Palestina pelos hebreus foi de economia predominantemente agrícola e pastoril. No vale do Jordão, os principais gêneros agrícolas eram a oliveira, a uva e toda uma sorte de cereais. Ao lado disso, uma intensa atividade pastoril era realizada nas áreas montanhosas.

A estrutura tribal de posse da terra cedeu lugar à propriedade privada a partir da constituição do Reino Hebreu. A terra passou a estar concentrada nas mãos de uma aristocracia ligada ao Estado. Camponeses, pastores e uma pequena parcela de escravos estavam submetidos a essa aristocracia por meio de uma série de tributos, incluindo parte da produção, trabalho compulsório e serviço militar.

Durante o reinado de Salomão, uma intensa atividade comercial desenvolveu-se na Palestina, gerando uma camada rica de comerciantes, os quais detinham a mesma condição social que a camada de funcionários e burocratas reais. Acima destes, havia uma elite de aristocratas, os sacerdotes (**rabinos**) e a família real.

Conforme já foi visto, toda a formação cultural do povo hebreu está diretamente condicionada à religião. Foi ela o grande elemento de unidade entre os hebreus, permitindo que eles mantivessem sua coesão ao longo de séculos, mesmo em condições altamente adversas como dominação estrangeira, lutas pela terra ou perseguições no Egito. É fundamental ressaltar que a religião hebraica foi determinante para a formação do Cristianismo, o qual extrai do judaísmo seus princípios formadores.

Os fenícios

A estreita faixa de terra situada logo ao sul da Palestina começou a ser ocupada por povos de origem semita por volta de 3000 a.C. Trata-se de um território estreito, delimitado pelas montanhas e pelo rio Oronte e diretamente voltado para o Mediterrâneo. Seu solo é pobre e esse fato, aliado à configuração geográfica da região, praticamente determinou a ligação dos **fenícios** (nome dado aos povos semitas que ali se estabeleceram) com o mar. A agricultura, base da atividade entre os povos do Antigo Oriente, cedeu lugar ao comércio, à pesca e a um rico artesanato, voltado à comercialização com os povos vizinhos. Aproveitando sua precoce familiaridade com o mar, a existência de vastas florestas de cedros (madeira excelente para a construção naval) e os bons portos naturais, os fenícios voltaram-se definitivamente para a atividade marítimo-comercial, passando a cultivar apenas vinhas e oliveiras, culturas nada exigentes quanto à fertilidade do solo.

Em seu comércio, passaram a exportar vinho e azeite; objetos de cerâmica; metal e vidro colorido, produzidos em larga escala, e especialmente o corante de púrpura, obtido de um molusco comum em seu litoral (o múrex), que permitia o tingimento indelével dos tecidos, desde os tons rosa até o roxo. O corante de púrpura foi, durante toda a Antiguidade, uma das mercadorias mais caras e procuradas, chegando a ser sinônimo de titularidade real. O próprio termo “fenício” deriva da palavra grega usada para designar a cor púrpura.

Não se limitando à exportação de suas próprias mercadorias, os fenícios tornaram-se também intermediários, comercializando e transportando as mais diversas mercadorias provenientes de todo o mundo mediterrâneo, estabelecendo, assim, uma pujante civilização comercial. A intensa atividade fenícia fez deles os principais navegantes e comerciantes da Antiguidade, desenvolvendo técnicas navais e conhecimentos geográficos que só foram recuperados no início dos tempos modernos.

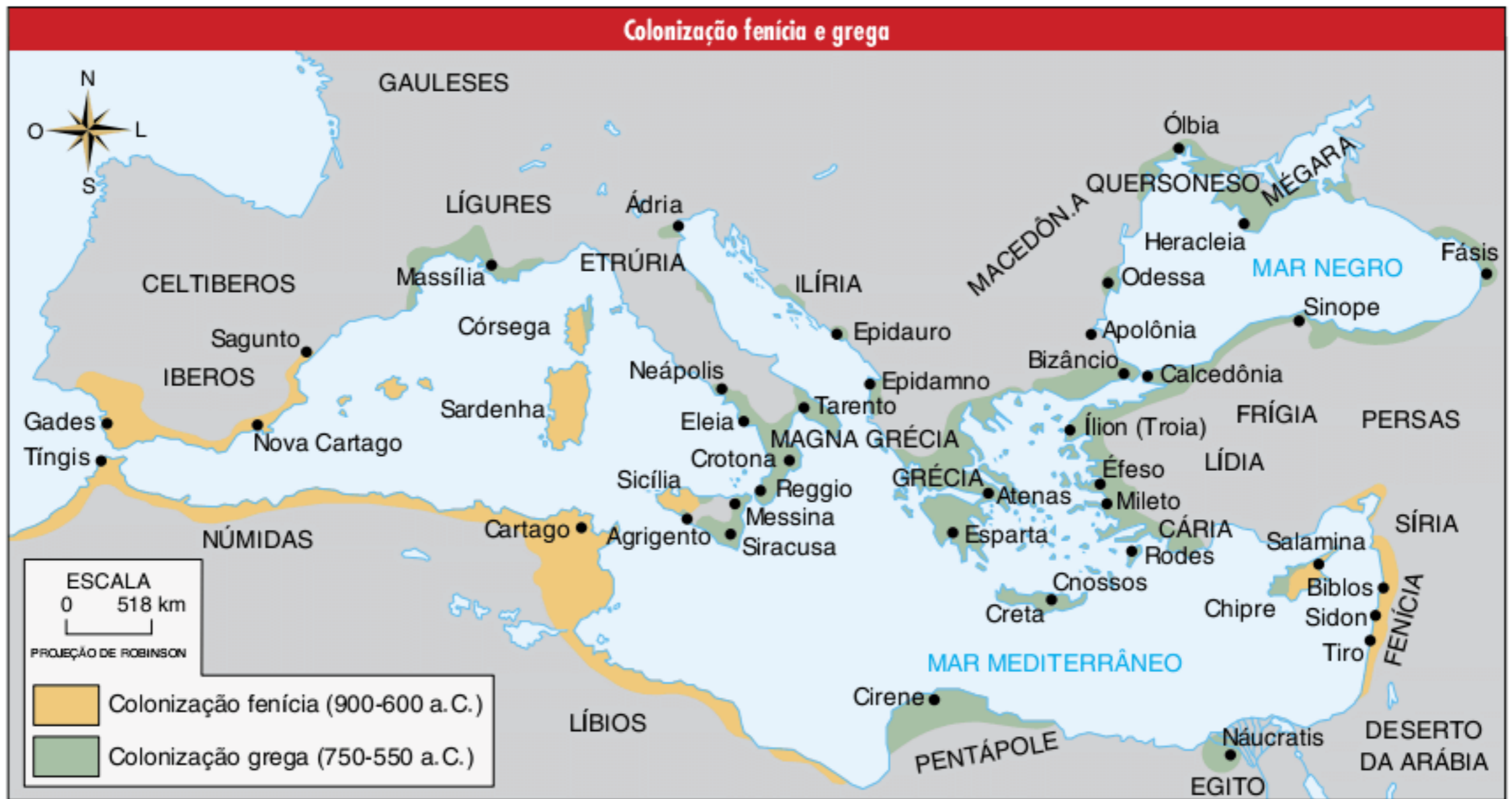


Fig. 7 Frederic Leighton (1830-96). *Fenícios negociando com os primeiros britânicos*. Ilustração de História das Nações de Hutchinson (litografia colorida). Coleção privada. The Bridgeman Art Library International.

Organização política e evolução histórica

Diferentemente dos demais povos da Antiguidade Oriental, os fenícios jamais constituíram um Estado unificado, baseando sua organização política em cidades-estados. As condições geográficas, com relevo muito acidentado e pouca extensão contínua de terras agricultáveis, levaram ao isolamento das populações e a sua concentração em pontos dispersos do litoral, os portos naturais. Isso fez com que a Fenícia nunca se constituísse em um Estado unificado, mas se desenvolvesse a partir de cidades-estados independentes, sendo que as principais eram **Ugarit, Aradus, Trípoli, Biblos, Sidon e Tiro** todas elas importantes centros manufatureiros e comerciais na passagem do terceiro para o segundo milênio a.C. Nessas cidades, o governo era exercido por um rei ou por um colegiado de anciãos, os **sufetas**. Sua elite compunha-se de mercadores, armadores, sacerdotes e principalmente de artesãos livres, sendo a escravidão pouco significativa.

A fim de maximizar os benefícios de sua atividade marítimo-comercial, as cidades fenícias procederam à sistemática fundação de **feitorias**, pontos de apoio localizados no litoral das regiões com as quais comerciavam, para facilitar o escoamento das mercadorias vindas do interior. Essas feitorias se estenderam por todo o Mediterrâneo, alcançando inclusive as costas dos atuais Marrocos e Espanha. Uma dessas feitorias deu origem à cidade de **Cartago**, no litoral da atual Tunísia, que se transformou no mais sério rival de Roma pelo controle do Mediterrâneo ocidental no século III a.C.



Seu período de maior prosperidade estendeu-se do século XIII ao século IX a.C., quando praticamente monopolizaram o comércio mediterrâneo, estabelecendo uma verdadeira **talassocracia** econômica. No final do século VI a.C., a Fenícia transformou-se em uma província do Império Persa e suas cidades sofreram um lento declínio econômico frente à concorrência dos gregos. Não reconquistaram mais a independência política, passando sucessivamente para o domínio dos macedônios e depois dos romanos.

Aspectos culturais

As grandes realizações culturais fenícias foram determinadas diretamente por suas necessidades econômicas. As necessidades impostas pela navegação, por exemplo, os impulsionaram para o desenvolvimento da Matemática e da Astronomia.

Da mesma forma, o principal legado cultural fenício, a criação de um alfabeto fonético com 22 letras, derivou da necessidade de uma escrita mais simples, acessível a todos, de modo a facilitar as transações comerciais. Adotado e aprimorado pelos gregos, foi a matriz da atual escrita. Do nome da cidade de Biblos, derivaram os termos bíblia (livro) e biblioteca.

A religião fenícia foi politeísta, com divindades que eram identificadas com as forças da natureza, como Baal, o deus do sol, ou que garantiam a fecundidade da terra, como Astarteia, representada pela lua. Apesar de terem sido essencialmente navegadores, os fenícios não cultuaram deuses marítimos, revelando também em si as primitivas origens agrárias comuns aos povos semitas.

Os persas

A região hoje conhecida como Planalto Iraniano ou Planalto Persa está situada a leste da Mesopotâmia e compreende áreas montanhosas e desérticas em boa parte dela. Mesmo as áreas agricultáveis apresentam baixa fertilidade, obrigando a

realização de complexas obras de irrigação para que a agricultura seja possível ali.

Mesmo assim, a partir de 6000 a.C. essa região começou a ser alvo de levas migrantes de povos arianos ou indo-europeus, em um processo de ocupação que se estendeu até por volta de 2000 a.C. Já no século VIII a.C., estas tribos indo-europeias haviam se organizado em pequenos Estados monárquicos rivais, que se digladiavam mutuamente. Entre estes se destacavam o Reino dos Medos, ao sul do mar Cáspio, e o Reino dos Persas, a leste do golfo Pérsico.

O Reino da Média, ou dos Medos, parece ter tido sua organização anterior ao dos persas. Com efeito, houve um momento em que os medos exerceram uma hegemonia na região, chegando a estender seus domínios pela Mesopotâmia e mesmo participando da destruição do Império Assírio. Entretanto, declinaram durante o século VI a.C., em função de disputas militares e da ascensão dos persas, até então seus aliados.

Foi Ciro I, rei dos persas, quem conquistou o Reino da Média, provocando a unificação política dos povos do Planalto Iraniano e dando origem ao Reino da Pérsia, em 550 a.C.

O Império Persa (550-330 a.C.)



Fig. 8 Ciro I, o unificador do Império Persa.

Com Ciro I (559 a 529 a.C.) inicia-se a dinastia **Aquemênida** que, seguindo um rápido expansionismo territorial, fez a civilização medo-persa construir um enorme império, que pela primeira vez unificou politicamente toda área abrangida pela Antiguidade Oriental.

Quando ocorreu a morte de Ciro I, o Império Persa já se estendia dos atuais Paquistão e Afeganistão, a leste, até

Talassocracia: O termo talassocracia deriva do grego e sua tradução literal seria “domínio do mar”. Entretanto é usualmente empregado num sentido mais amplo, de poderio marítimo, dando ideia de uma dominação política baseada no poderio marítimo comercial.

o litoral dos mares Negro e Mediterrâneo, a oeste; seu filho e sucessor, **Cambises** (529-522 a.C.), expandiu-o até o Egito, o qual conquistou em 525 a.C., na batalha de Pelusa.

O auge do império ocorreu no reinado de **Dario I** (512-484 a.C.), a quem coube organizar a administração desse vastíssimo território. A tradicional política de Ciro I, de integrar a elite dos povos submetidos e de respeitar as diferenças religiosas e culturais locais, foi mantida por Dario I com excelentes resultados. O império foi dividido em vinte províncias denominadas **satrápias**, que eram submetidas a uma tributação diferenciada e comandadas por um **sátrapa** (governador), este nem sempre de origem medo-persa.

Em cada satrápia, foram estacionadas tropas sob a autoridade exclusiva do imperador; foi criado um eficiente sistema de correio e uma rede de estradas, ligando as capitais imperiais (Susa, Persépolis e Pasárgada) às províncias. Funcionários especiais, chamados de “olhos e ouvidos do rei”, percorriam regularmente o império para inteirar-se das queixas de governantes e governados.

A primeira unidade monetária internacional confiável e de uso corrente em todas as regiões, o **dárico** de ouro, foi cunhada, o que contribuiu para a crescente prosperidade do império.

Sob o governo de Dario I, também inicia-se a tentativa de submeter completamente as cidades gregas da Jônia (litoral da atual Turquia), origem das **Guerras Médicas** que opôs as cidades-estados gregas ao Império Persa.

O longo conflito (490-448 a.C.), durante o qual **Xerxes I** (481-465 a.C.) fracassou em seu intento de conquistar a Grécia, e cujo resultado final foi a derrota persa, propiciou o enfraquecimento e a progressiva desintegração do império, facilitando a total conquista greco-macedônia de **Alexandre Magno**, em 330 a.C.

Aspectos socioculturais

O domínio medo-persa sobre a Mesopotâmia, Egito, Palestina e Fenícia não provocou alterações nas estruturas

socioeconômicas destas regiões. Suas elites foram, via de regra, incorporadas à camada dominante persa, composta pelo imperador e sua família e por altos burocratas, comandantes militares e sacerdotes. A massa da população do império continuou sujeita à **corveia real**, trabalhando nos sistemas de regadio e/ou nas grandiosas obras públicas, e ainda era onerada com pesada tributação.

Culturalmente, os persas desenvolveram a escultura, da qual sobressaíam os baixos-relevos, e a arquitetura de feição monumental, a exemplo dos palácios reais de Susa e Persépolis. Foram também famosos os pairidaeze, jardins murados com fontes e luxuriante vegetação, que, contrastando com a aridez da paisagem desértica que os rodeava, deram origem à palavra paraíso.

A escrita cuneiforme, originária da Mesopotâmia, foi transformada em escrita oficial do império, sendo utilizada nos registros administrativos, políticos e religiosos.

O mais original legado medo-persa foi religioso. Professavam uma religião dualista, onde o deus do bem, Ahura-Mazda (ou Ormuz-Mazda), opunha-se ao deus do mal, Arimã. O culto a Ahura-Mazda, denominado de masdeísmo, prescindia de templos e era liderado por sacerdotes denominados magos, aos quais cabia preservar o fogo sagrado aceso nos altos montes, pois ele era representante da divindade. Acreditavam também na vida após a morte, na existência de um paraíso para os bons e de um inferno para os pecadores e na vinda do Messias que salvaria os justos. Os fundamentos de tal crença estavam no livro sagrado *Avesta*, escrito pelo lendário **Zoroastro** ou **Zaratustra**, que deu à religião persa também a denominação de **zoroastrismo**.

O dualismo persa teve inegável influência tanto sobre o Judaísmo quanto sobre o Cristianismo e o Islamismo.



Corveia real: Trabalho gratuito e pagamento de tributos prestado ao Estado ou aos seus representantes.

Revisando

1 Que relação se pode estabelecer entre poder político e religião no Antigo Egito?

2 Explique a diferença fundamental entre aldeia e cidade dentro do contexto dos povos do Antigo Oriente.

3 Identifique o grande feito político e administrativo do Império Persa, assinalando suas consequências econômicas.

Exercícios propostos

1 O sábio francês Champollion:

- (a) conseguiu, depois de muitos esforços, introduzir a escrita hieroglífica no Egito.
- (b) descobriu um bloco de pedra na região de Roseta que lhe permitiu, posteriormente, o estudo da escrita hieroglífica.
- (c) celebrou-se por ter conseguido traduzir uma inscrição cuneiforme para a escrita hieroglífica.
- (d) beneficiou-se extremamente em seus estudos graças a uma descoberta arqueológica feita por acaso durante a expedição de Napoleão ao Egito.
- (e) decifrou a escrita cuneiforme, utilizando-se de achados arqueológicos da cidade de Ur na Mesopotâmia.

2 A importância histórica de Amenófis IV, faraó egípcio durante o chamado Novo Império, está no fato de ter:

- (a) resistido à invasão militar de uma grande aliança asiática liderada pelos hicsos.
- (b) patrocinado a construção dos maiores monumentos funerários em Gizé.
- (c) promovido uma revolução religiosa ao instaurar um culto monoteísta.
- (d) expandido o domínio político menfita aos territórios da Líbia e da Etiópia.
- (e) realizado uma revolução social que eliminou a escravidão dos lavradores.

3 A religião egípcia, orientadora das instituições, foi também a grande inspiradora da arte. Em Karnac e Luxor subsistem obras, com linhas sólidas e grandiosas, a saber:

- (a) sarcófagos inteiramente decorados em madeira.
- (b) esfinges simbolizando o sol e a lua.
- (c) pirâmides para a conservação dos restos dos faraós.
- (d) túmulos acessíveis aos sacerdotes e ao povo.
- (e) templos para a morada dos deuses.

4 Parte da geração da riqueza do Egito Antigo estava ligada às enchentes do rio Nilo, que propiciavam uma excelente agricultura na época da vazante. Todas estas terras que margeavam o rio eram:

- (a) divididas em pequenos lotes e vendidas aos camponeses.
- (b) de propriedade do Estado.
- (c) cultivadas pelos sacerdotes.
- (d) grandes propriedades pertencentes à nobreza egípcia.
- (e) formadas de pequenas propriedades pertencentes aos felás.

5 A sociedade egípcia obedecia a uma rigorosa hierarquia, sendo que na parte superior achava(m)-se:

- (a) a nobreza, que ocupava os principais cargos públicos.
- (b) o faraó, que era considerado um verdadeiro deus vivo.
- (c) os escribas, que representavam a administração do reino.
- (d) os militares, que zelavam pela integridade do império.
- (e) os sacerdotes, que dominavam inteiramente as funções políticas.

6 Os egípcios desenvolveram a prática de embalsamar o corpo humano porque:

- (a) se opunham ao politeísmo dominante na época.
- (b) os seus deuses, sempre prontos para castigar os pecadores, desencadearam o dilúvio.
- (c) depois da morte, a alma podia voltar ao corpo mumificado.
- (d) eles eram depositados em pirâmides erigidas para a eternidade.
- (e) nenhuma das alternativas anteriores.

7 O faraó que unificou o Baixo e o Alto Egito foi:

- (a) Quéops. (d) Amenófis IV.
- (b) Quéfren. (e) Menés.
- (c) Miquerinos.

8 Caracterize as relações entre os camponeses e o Estado no Egito Antigo.

9 O historiador grego Heródoto (cerca de 484-420 a.C.) viajou muito e deixou vivas descrições com reflexões sobre os povos e as terras que conheceu. Deve-se a ele a seguinte afirmação:

O Egito, para onde se dirigem os navios gregos, é uma dádiva do rio Nilo.

A partir da afirmação citada, ofereça subsídios adequados à compreensão da realidade *meio físico/ação humana* na formação da Civilização Egípcia.

10 As civilizações egípcia e mesopotâmica eram marcadas por profunda religiosidade. Indique três elementos comuns à vida religiosa desses povos.

11 Leia atentamente as seguintes proposições.

- I. De um modo geral, a agricultura de regadio constitui-se na principal atividade econômica entre os povos do Antigo Oriente.
- II. A religião sempre desempenhou um papel mais forte no Egito do que entre os demais povos do Antigo Oriente, o que explica a imensa influência política dos sacerdotes nessa civilização.
- III. O politeísmo foi a característica marcante da religião dos povos do Antigo Oriente. A principal exceção fica por conta dos fenícios, criadores da primeira religião monoteísta da História.

Com relação às afirmações citadas, assinale a alternativa correta.

- (a) Todas as afirmações estão corretas.
- (b) As afirmações I e II estão corretas.
- (c) As afirmações I e III estão corretas.
- (d) As afirmações II e III estão corretas.
- (e) Todas as afirmações estão erradas.

12 A respeito das civilizações hidráulicas, não se pode afirmar que:

- (a) os sumérios forneceram o substrato cultural mesopotâmico e os assírios chegaram a conquistar o Egito.
- (b) a teocracia foi decorrência da necessidade de trabalho compulsório coletivo e as realizações científicas foram resultantes da preocupação religiosa.
- (c) o Novo Império refletiu um rompimento de uma das características básicas da civilização egípcia e os assírios unificaram temporariamente a área geográfica do Crescente Fértil.
- (d) os amoritas elaboraram o primeiro código de leis e o Antigo Império egípcio foi destruído pelas invasões dos hicsos.
- (e) a reforma monoteísta de Amenófis IV teve um caráter passageiro e os persas conquistaram tanto o Egito como a Mesopotâmia.

13 Caracterizou plenamente as civilizações hidráulicas:

- (a) nomadismo + teocracia + corveia real.
- (b) escravismo + monetarização + isolamento.
- (c) corveia real + comércio externo + nomadismo.
- (d) teocracia + trabalho compulsório + Estados burocráticos.
- (e) politeísmo + escravidão + monetarização.

14 Sobre as religiões das civilizações hidráulicas, pode-se afirmar que:

- (a) o monoteísmo hebraico originou-se na Suméria e os egípcios foram dualistas antropozoomórficos.
- (b) a astrologia desenvolveu-se a partir dos cultos caldeus e no Egito ocorreu uma reforma monoteísta de curta duração.
- (c) os persas evoluíram do monoteísmo para o dualismo e os caldeus tiveram cultos antropomórficos.
- (d) os egípcios passaram do monoteísmo para o politeísmo e os mesopotâmicos cultuaram apenas divindades antropomórficas.
- (e) nenhuma alternativa está correta.

15 A respeito das civilizações da Antiguidade Oriental, pode-se corretamente afirmar que:

- (a) os condicionamentos geoclimáticos caracterizaram a egípcia, mas não tiveram influência sobre a mesopotâmica.
- (b) a escravidão representou um papel primordial na estruturação da economia egípcia.
- (c) a propriedade privada da terra existiu plenamente na egípcia, sendo desconhecida na mesopotâmica.
- (d) a corveia real prestada para o faraó na egípcia, e para os reis e sacerdotes na mesopotâmica, foi a forma padrão de extração de excedente econômico.
- (e) todas alternativas estão corretas.

16 As denominadas civilizações hidráulicas, ou de regadio, compartilharam características estruturais comuns, o que permite classificá-las como pertencentes a um mesmo modo de produção. Com base nas afirmações citadas:

- a) nomeie o modo de produção e liste suas características estruturais;
- b) identifique as características específicas da civilização egípcia ausentes da mesopotâmica.

17 O Iraque já foi palco de uma grande civilização na Antiguidade, a Mesopotâmia. Desta civilização, inserida na área do Crescente Fértil, é correto afirmar:

- (a) teve em Senaqueribe seu mais importante rei, que além de transformar a Babilônia num dos principais centros urbanos, elaborou o primeiro código de leis completo, assentado nas antigas tradições sumerianas.
- (b) durante o governo de Nabucodonosor foram realizadas grandes construções públicas, merecendo destaque os "Jardins Suspensos da Babilônia", considerados uma das maravilhas do Mundo Antigo.
- (c) Nabopalassar, que substituiu Nabucodonosor, não conseguiu manter o império, que foi conquistado por Ciro, o Grande, da Pérsia.
- (d) Assurbanipal, rei dos Assírios, depois de dominar a Caldeia, mudou a capital do império para a cidade de Ur.
- (e) com Hamurabi, os sumerianos, vindos do planalto do Irã, fixaram-se na Caldeia e fundaram diversas cidades autônomas, como Ur, Nínive e Babilônia.

18 A civilização mesopotâmica caracterizou-se, do ponto de vista histórico-universal, pela sua contribuição ao Direito, que teve seu principal codificador na figura de:

- (a) Assurbanipal. (c) Ramsés II. (e) Nabucodonosor.
(b) Sargão. (d) Hamurabi.

19 Examine as proposições e responda de acordo com o código.

- I. A região que compreendia a Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates e atualmente parte do Iraque, foi habitada entre 3200 e 2000 a.C. por diferentes povos semitas, entre os quais se incluíam os sumérios.
II. A cidade de Babel, capital do império de Hamurabi, desenvolveu-se e abrigou parte da civilização babilônica antes do nascimento de Cristo.
III. Outro importante rei babilônico, em cujo império foram construídas grandes obras arquitetônicas, foi Nabucodonosor, que também viveu antes do nascimento de Cristo.
- (a) Todas as proposições são verdadeiras.
(b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
(c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
(d) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

20 Na Mesopotâmia, situada entre os rios Tigre e Eufrates, e no vale do rio Nilo, no nordeste da África, surgiram antigas civilizações. Sobre essas civilizações, aponte a alternativa correta.

- (a) as relações produtivas no Egito Antigo eram basicamente escravistas, caracterizado pelo modo de produção asiático.
(b) os hieróglifos, escrita suméria, foi decifrada por Champollion no século XIX e absorvida pelos gregos.
(c) parte dos povos civilizados da Mesopotâmia herdaram dos sumérios a escrita cuneiforme.
(d) os fenícios, povo palestino, foram notabilizados pela conquista da Judeia e pela imposição dos hebreus ao “Cativoiro da Babilônia”.
(e) os hebreus, na Palestina, destacaram-se pelas suas atividades comerciais e pela organização jurídico-religiosa, fundada por Hamurabi, criador do Pentateuco.

21 A Mesopotâmia foi palco do desenvolvimento de vários impérios. A respeito deles, pode-se afirmar corretamente que:

- (a) os caldeus estabeleceram o Primeiro Império Babilônico.
(b) os assírios tiveram seu império destruído pelos persas.
(c) os amoritas fizeram de Babel a capital de seu império.
(d) os acádios conquistaram o Segundo Império Babilônico.
(e) os sumérios estabeleceram o primeiro império da região.

22 O Cisma hebraico, ocorrido por volta de 935 a.C., foi:

- (a) a fuga do Egito.
(b) a divisão dos judeus em dois reinos.
(c) o cativoiro da Babilônia.
(d) a Diáspora.
(e) a derrota perante os romanos.

23 A principal contribuição dos hebreus para a civilização ocidental foi:

- (a) a organização política.
(b) o monoteísmo religioso.
(c) a grande obra literária.
(d) o desenvolvimento artístico e cultural.
(e) o conhecimento científico e tecnológico.

24 Leia as afirmações a seguir.

- I. A monarquia entre os hebreus surgiu em decorrência de necessidades bélicas.
II. No reinado de Salomão, os hebreus transformaram Jerusalém em sua capital.
III. Os juízes lideraram os hebreus nas primeiras lutas pela conquista de Canã.
- (a) Somente a afirmação I é correta.
(b) Somente a afirmação II é correta.
(c) Somente a afirmação III é correta.
(d) São corretas as afirmações I e II.
(e) São corretas as afirmações I e III.

25 A respeito dos hebreus, a relação de causa e efeito correta é:

- (a) imperialismo persa = renascimento do politeísmo no reino de Judá.
(b) nacionalismo egípcio = diáspora em direção ao Oriente.
(c) conquista de Canã = um século de cativoiro na Babilônia.
(d) domínio hicsu no Egito = situação de escravidão generalizada.
(e) Império Assírio = destruição do reino de Israel.

26 Os fenícios foram conhecidos, sobretudo, por suas atividades ligadas:

- (a) à propagação do monoteísmo.
(b) ao comércio marítimo.
(c) ao expansionismo militarista.
(d) à criatividade científica.
(e) à agricultura intensiva.

27 A ordem cronológica correta na história política dos hebreus é:

- (a) juízes, reis, patriarcas e Cisma monárquico.
(b) Cativoiro da Babilônia, cisma monárquico e Estado dependente.
(c) juízes, reis, Estado dependente e patriarcas.
(d) patriarcas, juízes, reis e Cisma monárquico.
(e) reis, juízes, patriarcas e Estado dependente.

28 Entre as principais características da civilização fenícia merecem destaque:

- (a) a economia agrícola de regadio, a sociedade de castas e a organização política teocrática.
(b) a economia mercantil, a organização política sob a forma de cidades-estados e a criação do alfabeto.

- (c) a religião monoteísta, a escrita cuneiforme e a sociedade nômade-pastoril.
- (d) a religião dualista, o regime político democrático e a escrita hieroglífica.
- (e) a sociedade estamental, a economia de subsistência e o expansionismo militar.

29 Dentre as inúmeras contribuições deixadas pelos fenícios para a civilização ocidental, destacam-se:

- (a) o desenvolvimento do alfabeto ideográfico e as técnicas de navegação.
- (b) a construção de gigantescas obras hidráulicas e a prática da agricultura.
- (c) a criação de uma forma de governo teocrático e a navegação de longo curso.
- (d) o governo oligárquico colegiado e o alfabeto fonético.
- (e) o culto a divindades marítimas e o primeiro sistema jurídico.

30 Sobre os fenícios, a relação correta é:

- (a) Cartago = antiga feitoria do norte da África.
- (b) cidades-estados = economia de base escravista.
- (c) comércio marítimo = atividade econômica complementar.
- (d) sistema de governo = despotismo teocrático.
- (e) Fenícia = Estado centralizado.

31 Não se refere à civilização fenícia:

- (a) um intenso desenvolvimento comercial e marítimo.
- (b) a permanência de uma estrutura política baseada na existência de cidades-estados.
- (c) o desenvolvimento de uma agricultura caracterizada por técnicas bastante avançadas.
- (d) o aperfeiçoamento da escrita com a utilização de símbolos fonéticos.
- (e) uma sociedade que, diferentemente dos demais povos do Antigo Oriente, admitia uma certa mobilidade.

32 Foi forma de trabalho predominante nas cidades fenícias:

- (a) a escravidão.
- (b) o trabalho assalariado.
- (c) os artesãos livres.
- (d) o trabalho compulsório.
- (e) a corveia real.

33 A colonização fenícia caracterizou-se por:

- (a) incorporar os povos dominados em uma estrutura imperial.
- (b) estabelecer feitorias no litoral do Mediterrâneo.
- (c) fundar cidades-estados autônomas.
- (d) aliar-se aos egípcios para controlar o Mediterrâneo.
- (e) restringir-se ao Mediterrâneo oriental.

34 A invenção do alfabeto fonético pelo fenícios deveu-se basicamente a uma razão de ordem:

- (a) religiosa, para difundir o culto de suas divindades marítimas.
- (b) cultural, para propagar seus mitos e lendas.

- (c) prática, para facilitar a mensuração de suas enormes colheitas de cereais.
- (d) econômica, para facilitar o intercâmbio comercial através do Mediterrâneo.
- (e) cultural, para divulgar suas realizações literárias.

35 Dario I, da Pérsia, tem seu nome ligado à:

- (a) conquista do reino da Média e fundação do Império Persa.
- (b) elaboração da religião dualista, o masdeísmo.
- (c) conquista do Egito na batalha de Pelusa.
- (d) vitória sobre as cidades-estados gregas nas Guerras Médicas.
- (e) organização político-administrativa do Império.

36 Sobre a dinastia Aquemênida, pode-se afirmar que:

- (a) teve sua origem em Ciro I, conquistador do Egito.
- (b) suas raízes encontram-se no reino dos Medos.
- (c) extinguiu-se com a vitória de Alexandre Magno.
- (d) seu maior soberano foi Dario I, vencedor dos gregos.
- (e) sob Xerxes I organizou o império em satrapias.

37 Ciro I, da dinastia Aquemênida não:

- (a) fundiu medos e persas em um só reino.
- (b) destruiu o Segundo Império Babilônico.
- (c) conquistou o Egito.
- (d) fundou o império medo-persa.
- (e) libertou os hebreus do Cativeiro da Babilônia.

38 A estrutura sociopolítica que os persas estabeleceram em seu império:

- (a) representou a culminância da monarquia teocrática.
- (b) integrou as elites dos diversos povos dominados.
- (c) estabeleceu uma ampla possibilidade e mobilidade social.
- (d) favoreceu a eclosão de revoltas camponesas.
- (e) discriminou as camadas dos militares e comerciantes.

39 Culturalmente, a civilização persa destacou-se:

- (a) pelas músicas de fundo religioso.
- (b) pelos avanços na medicina.
- (c) pela arquitetura de feito monumental.
- (d) pela invenção do alfabeto cuneiforme.
- (e) pela construção de edifícios religiosos.

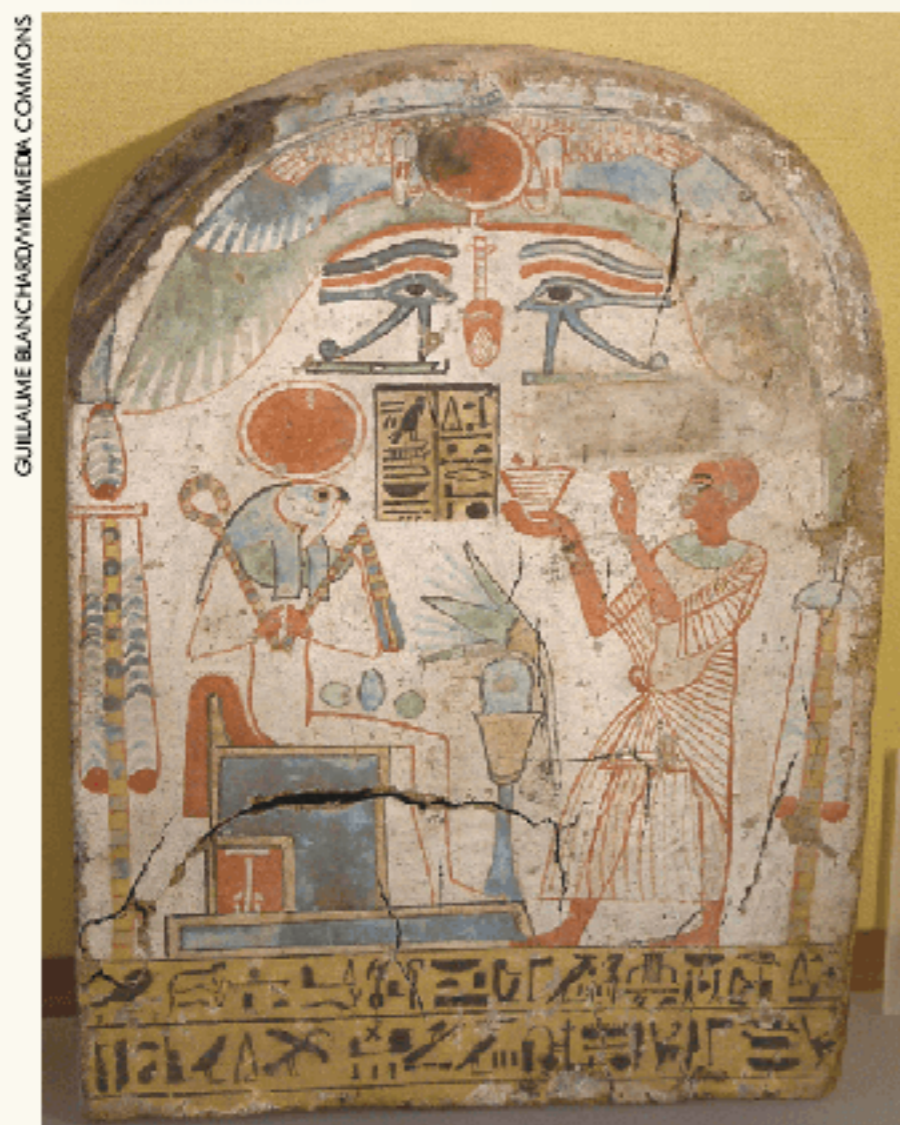
40 Em termos de estrutura econômica, a criação do império persa significou:

- (a) a imposição da escravidão em larga escala no Crescente Fértil.
- (b) a revitalização da atividade marítimo-comercial das cidades fenícias.
- (c) a desestruturação das antigas civilizações de regadio.
- (d) a decadência das atividades comerciais na área mesopotâmica.
- (e) a manutenção da corveia real nos sistemas de regadio do Crescente Fértil.

TEXTOS COMPLEMENTARES

Cultura do Egito antigo

Que belo é teu levantares-te no horizonte do céu, ó Rá (Sol), iniciador da vida! Quando te arredondas no horizonte, enches a terra de tuas belezas: és encantador, sublime. Quando repousas no horizonte ocidental, a Terra fica em trevas, como morta [...] Mas a aurora vem, tu despontas no horizonte, irradias como Disco do dia,



Sacerdote oferece incenso ao deus Rá, 900 a. C. Gesso e madeira pintada. Museu do Louvre, Paris. França.

as trevas dissipam-se [...] As Duas-Terras do Egito põem-se em festa [...] Todos os animais se alegram, as árvores e plantas crescem, as aves voam de seus ninhos, com as asas abertas em adoração do teu Ka [...] Tu criaste a Terra segundo o teu coração, com os homens e os animais, tudo que na Terra existe [...], os países estrangeiros [...], a terra do Egito [...] Tu crias o Nilo no mundo inferior e os fazes sair à superfície da terra, onde queres, para alimentar os homens do Egito [...] e também puseste o Nilo no Céu, para que desça aos povos afastados, para regar seus campos, suas regiões, de que eles vivam [...]

Texto do 2º milênio a.C. In: A. Moret. *O Nilo e a civilização egípcia*.

O Embalsamamento de Rico "Primeiro, com a ajuda de um ferro curvo, extraem o cérebro pelas narinas [...] Em seguida, com uma pedra cortante, fazem uma incisão no flanco e retiram os intestinos, que limpam e purificam com vinho de palmeira e purificam uma segunda vez com aromatas moídas. Depois, enchem o ventre de mirra pura triturada, de canela e de todos os outros aromatas, com exceção do incenso e cosem. Feito isso, salgam o corpo cobrindo-o de natrão (carbonato de sódio natural) durante 70 dias [...] Lavam o corpo, enrolam-no todo em faixas de linho fino, com uma camada de borracha (como cola) [...] Metem o morto num estojo de madeira em forma de figura humana [...] que guardam no interior de uma câmara funerária [...].

O Embalsamamento de Pobre: Desinfetam os intestinos [...] metem-no no sal durante 70 dias; entregam o corpo.

G. de Freitas. *Heródoto em 900 textos e documentos de História*.

O código de Hamurabi

Quando Anu o Sublime, Rei dos Anunaki, e Bel, o senhor dos céus e da terra, que decretaram o destino da terra, assinalaram a Marduk, o todo-poderoso filho de Ea, deus de tudo o que é direito, o domínio sobre a humanidade, fazendo dele grande entre os Igigi. Eles chamaram a Babilônia por seu nome ilustre, fizeram-na grande na terra, e fundaram nela um reino perene, cujas fundações são tão sólidas quanto as do céu e da terra; então, Anu e Bel chamaram por meu nome, Hamurabi, o príncipe exaltado, que temia a deus, para trazer a justiça na terra, destruir os maus e criminosos, para que os fortes não ferissem os fracos; para que eu dominasse os povos das cabeças escuras como Shamash, e trouxesse esclarecimento à terra, para assegurar o bem-estar da humanidade. [...] o Sublime, que reverentemente se curva frente aos grandes deuses; sucessor de Sumula-il; o poderoso filho de Sin-muballit; o escudo real da Eternidade; o poderoso monarca, o sol da Babilônia, cujos raios lançam luz sobre a terra da Suméria e Acádia; o rei, obedecido pelos quatro quadrantes do mundo, adorado de Nini sou eu. Quando Marduk concedeu-me o poder de governar sobre os homens, para dar proteção de direito à terra, eu o fiz de forma justa e correta [...] e trouxe o bem-estar aos oprimidos.

Códigos de leis

1. Se alguém enganar a outrem, difamando esta pessoa, e este outrem puder provar, então aquele que enganou deve ser condenado à morte.
2. Se alguém fizer uma acusação a outrem e o acusado pular no rio e afundar, seu acusador deverá tomar posse da casa do culpado, e se o acusado escapar sem ferimentos, ele não será culpado, e então aquele que fez a acusação deverá ser condenado à morte, enquanto aquele que pulou no rio deve tomar posse da casa que pertencia a seu acusador [...]
6. Se alguém roubar a propriedade de um templo ou corte, ele deve ser condenado à morte, e também aquele que receber o produto do roubo do ladrão deve ser igualmente condenado à morte.
7. Se alguém comprar o filho ou o escravo de outro homem sem testemunhas ou um contrato – prata ou ouro, um escravo ou escrava, um boi ou ovelha, uma cabra ou seja o que for; se ele tomar este bem, este alguém será considerado um ladrão e deverá ser condenado à morte.

8. Se alguém roubar gado ou ovelhas, ou uma cabra, ou asno, ou porco, sendo este animal pertencente a um deus ou à corte, o ladrão deverá pagar trinta vezes o valor do furto; se tais bens pertencerem a um homem libertado que serve ao rei, este alguém deverá pagar dez vezes o valor do furto, e se o ladrão não tiver com o que pagar seu furto, então ele deverá ser condenado à morte.
[...]
10. Se o comprador não trouxer o mercador e testemunhas ante a quem ele comprou o artigo, e seu proprietário trouxer testemunhas para identificar o objeto, então o comprador é o ladrão e deve ser condenado à morte, sendo que o proprietário recebe a propriedade perdida.
11. Se o proprietário não trouxer testemunhas para identificar o artigo perdido, então ele está mal-intencionado, e deve ser condenado à morte.
12. Se as testemunhas não estiverem disponíveis, então o juiz deve estabelecer um limite, que se expira em seis meses. Se suas testemunhas não aparecerem dentro de seis meses, o juiz estará agindo de má-fé e deverá pagar a multa do caso pendente.
[Nota: não há 13ª Lei no Código, 13 provavelmente sendo considerado um número de azar ou então sacro]
[...]
14. Se alguém roubar o filho menor de outrem, este alguém deve ser condenado à morte.
15. Se alguém tomar um escravo homem ou mulher da corte para fora dos limites da cidade, e se tal escravo homem ou mulher, pertencer a um homem liberto, este alguém deve ser condenado à morte.
16. Se alguém receber em sua casa um escravo fugitivo da corte, homem ou mulher, e não o trouxer à proclamação pública na casa do governante local ou de um homem livre, o mestre da casa deve ser condenado à morte.
[...]
19. Se este alguém mantiver os escravos em sua casa, e eles forem pegos lá, ele deverá ser condenado à morte.
[...]
25. Se acontecer um incêndio numa casa, e alguns daqueles que vierem acudir para apagar o fogo esticarem o olho para a propriedade do dono da casa e tomarem a propriedade deste, esta(s) pessoa(s) deve(m) ser atirada(s) ao mesmo fogo que queima a casa.
[...]
45. Se um homem arrendar sua terra por um preço fixo, e receber o preço do aluguel, mas o mau tempo prejudicar a colheita, o prejuízo irá cair sobre quem trabalhou o solo.
[...]
53. Se alguém for preguiçoso demais para manter sua barragem em condições adequadas, não fazendo a manutenção desta, caso a barragem se rompa e todos os campos forem alagados, então aquele que ocasionou tal problema deverá ser vendido por dinheiro, e o dinheiro deve substituir os cereais que ele prejudicou com seu desleixo.
[...]
103. Se, quando em viagem, um inimigo levar dele tudo o que tiver, o intermediário deve jurar ante os deuses que não teve culpa no ocorrido e ser absolvido de qualquer culpa.
[...]
112. Se durante uma jornada, a alguém forem confiados prata, ouro, pedras preciosas ou outra propriedade móvel de outrem, e o dono quiser reaver o que é seu, se este alguém não trouxer toda a propriedade no local apropriado e se apropriar dos bens para seu próprio uso, então esta pessoa deverá ser condenada, e terá de pagar cinco vezes o valor daquilo que foi confiado a ela.
[...]
116. Se o prisioneiro morrer na prisão por mau tratamento, o chefe da prisão deverá condenar o mercador perante o juiz. Caso o prisioneiro seja um homem livre, o filho do mercador deverá ser condenado à morte; se ele for um escravo, ele deverá pagar 1/3 de uma mina em ouro, e o chefe de prisão deve pagar pela negligência
[...]
121. Se alguém armazenar cereais na casa de outrem, ele deverá pagar pela armazenagem a taxa de um gur para cada cinco ka de cereais ao ano.
[...]
136. Se um homem fugir de sua casa, então sua esposa deve ir para outra casa. Se este homem voltar e desejar ter sua esposa de volta, a esposa não precisa retornar a seu marido, já que ele tinha fugido.
[...]
142. Se uma mulher brigar com seu marido e disser: "Você não é compatível comigo", as razões do desagrado dela para com ele devem ser apresentadas. Caso não haja erro de conduta no seu comportamento, ela deverá ser eximida de qualquer culpa. Se o marido for negligente, a mulher será eximida de qualquer culpa, e o dote desta mulher deverá ser devolvido, podendo ela voltar para casa de seu pai.



Código de Hamurabi: a lei do olho por olho, dente por dente.

143. Se ela não for inocente, e deixar seu marido e arruinar sua casa, negligenciando seu marido, esta mulher deverá ser jogada na água.
[...]
162. Se um homem casar com uma mulher e esta lhe der filhos, quando esta mulher falecer o pai dela não terá direito ao dote, pois tal dote pertencerá aos filhos dela.
163. Se um homem casar com uma mulher, e esta não lhe der filhos, quando esta mulher morrer, se o preço de compra que ele pagou por sua esposa for devolvido pelo seu sogro, o marido não terá direito ao dote desta mulher, pois ela pertencerá à casa do pai dela.
164. Se seu sogro não devolver a este homem a quantia do preço da compra de sua esposa, ele deverá subtrair do dote a quantia relativa ao preço de noiva, e então pagar o remanescente ao pai da esposa falecida.
[...]
195. Se um filho bater em seu pai, ele terá suas mãos cortadas.
[...]
196. Se um homem arrancar o olho de outro homem, o olho do primeiro deverá ser arrancado [Olho por olho].
197. Se um homem quebrar o osso de outro homem, o primeiro terá também seu osso quebrado.
198. Se ele arrancar o olho de um homem livre, ou quebrar o osso de um homem livre, ele deverá pagar uma mina em ouro.
199. Se ele arrancar o olho do escravo de outrem, ou quebrar o osso do escravo de outrem, ele deve pagar metade do valor do escravo.
200. Se um homem quebrar o dente de um seu igual, o dente deste homem também deverá ser quebrado [Dente por dente];
[...]

O código de Hamurabi. (Adapt.).

RESUMINDO

- Inserção no chamado **Modo de Produção Asiático**.
- **Civilizações hidráulicas**, notadamente o Egito e a Mesopotâmia, ou seja, civilizações diretamente dependentes da água dos grandes rios e das grandes obras hidráulicas de controle dessas águas.
- No caso do Egito, da Mesopotâmia e da Pérsia, estados despóticos e altamente burocratizados, de caráter teocrático.
- Imposição, às suas populações, do trabalho compulsório e coletivo, a corveia real.
- Presença marginal da escravidão tal como a conhecemos (ou seja, como uma forma de trabalho na qual o trabalhador é propriedade privada de um senhor, podendo ser transformado em mercadoria por meio da compra e da venda), e esta limitada a épocas de expansionismo militar.
- Estruturas socioeconômicas rigidamente fixas, que tenderam a permanecer imutáveis através dos séculos.
- Desenvolvimento de formas práticas de escrita para viabilizar o caráter tributário de suas administrações.
- Posicionamento das práticas religiosas como o ponto focal de suas manifestações culturais.
- Formação dos primeiros impérios de que se tem registro.

■ QUER SABER MAIS?

LIVROS

- Giovanni Castelli. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Melhoramentos.
- Hazel Mary Martell. *O mundo antigo*. São Paulo: Melhoramentos.

SITE

- Site oficial do Museu do Louvre, Paris <www.louvre.fr>. Clique em: Oeuvres, Collections & Departements e Antiquites Orientales e veja o acervo sobre a Mesopotâmia.

Exercícios complementares

- 1 UFSC** Sobre o Egito antigo, é correto afirmar que:
- 01 o rio Nilo foi de suma importância em vários aspectos da vida dos antigos egípcios. Não só a agricultura foi possível devido ao seu ciclo de cheias, como também a noção de tempo cíclico, base do pensamento egípcio, levou à crença na vida após a morte.
- 02 a construção das pirâmides atendia às necessidades da vida após a morte dos faraós. Esse tipo de construção foi característica da arquitetura funerária durante todo o período do Egito antigo e só foi possível graças à enorme mão de obra escrava existente desde o Antigo Reino.

04 os egípcios antigos acreditavam em vários deuses que se relacionavam entre si e formavam seu sistema mitológico.

08 a despeito da influência islâmica, o Egito atual mantém as mesmas crenças religiosas do Egito antigo.

Soma =

2 Unesp Um dos mais antigos registros escritos conhecidos surgiu no Egito. A região foi também berço do Estado e da diferenciação social. Escrever requeria anos de aprendizado e apenas alguns poucos, como os escribas, dedicavam-se a essa tarefa. Nos dias atuais, o conceito de analfabetismo mudou. A Unesco adota a noção de analfabeto funcional: pessoa capaz de escrever e de ler frases simples, mas que não consegue usar informações escritas para satisfazer suas necessidades diárias e para desenvolver seu conhecimento. Explique para que servia a escrita no Egito antigo e relacione o conceito contemporâneo de analfabetismo com a ideia de exclusão social.

3 UFC O nome do rei egípcio Amenófis IV (c. 1377 a.C.-c. 1358 a.C.) está ligado à reforma religiosa que substituiu o culto de Amon-Rá por Áton e determinou o fim do politeísmo. Além do caráter religioso, essa reforma buscava:

- (a) limitar a riqueza e o poder político crescentes dos sacerdotes.
- (b) reunificar o Egito, após as disputas promovidas pelos nomarcas.
- (c) pôr fim às revoltas camponesas motivadas pelos cultos antropomórficos.
- (d) reunir a população, por meio da religião, para fortalecer a resistência aos hicsos.
- (e) restabelecer o governo teocrático, após o crescimento da máquina administrativa.

4 Unesp Leia o texto a seguir.

O palácio real constitui naturalmente, na vida da cidade mesopotâmica, um mundo à parte. Todo um grupo social o habita e dele depende, ligado ao soberano por laços que não são somente os de parente a chefe de família, ou de servidor a senhor. [...] Este grupo social é numeroso, de composição muito variada, abrangendo trabalhadores de todas as profissões, domésticos, escribas, artesãos, homens de negócios, agricultores, pastores, guardiões dos armazéns etc., colocados sob a direção de um intendente. É que a existência de um domínio real, dotado de bens múltiplos e dispersos, faz do palácio uma espécie de vasta empresa econômica, cujos benefícios contribuem para fundamentar solidamente a força material do soberano.

Aymard/Auboyer. *O Oriente e a Grécia – As civilizações imperiais.*

- a) Como se organizava a vida social e política na Mesopotâmia?
- b) Um dos grandes legados da Mesopotâmia foi a criação do Código de Hamurabi. Quais os principais aspectos desse Código?

5 PUC-PR O Império Babilônico dominou diferentes povos, como os sumérios, os acádios e os assírios. Para governar povos tão diferentes, o rei Hamurabi organizou o primeiro código de leis escritas, o Código de Hamurabi:

- Se um homem acusou outro de assassinato, mas não puder comprovar, então o acusador será morto.

- Se um homem ajudou a apagar o incêndio da casa de outro e aproveitou para pegar um objeto do dono da casa, este homem será lançado ao fogo.
- Se um homem cegou o olho de outro homem, o seu próprio será cegado. Mas se foi olho de um escravo, pagará metade do valor desse escravo.
- Se um escravo bateu na face de um homem livre, cortarão a sua orelha.
- Se um médico tratou com faca de metal a ferida grave de um homem e lhe causou a morte ou lhe inutilizou o olho, as suas mãos serão cortadas. Se a vítima for um escravo, o médico dará um escravo por escravo.
- Se uma mulher tomou aversão a seu marido e não quiser mais dormir com ele, seu caso será examinado em seu distrito. Se ela se guarda e não tem falta e o seu marido sai com outras mulheres e despreza sua esposa, ela tomará seu dote de volta e irá para a casa do seu pai.

Assinale a alternativa correta.

- (a) As leis aplicavam-se somente aos homens livres e que possuísem propriedades.
- (b) Estabeleceu o princípio que todos eram iguais perante a lei e por isso um escravo teria os mesmos direitos que um homem livre.
- (c) O Código de Hamurabi representava os ideais democráticos do Império Babilônico.
- (d) O código tinha como princípio a “Lei de Talião” resumida na expressão “olho por olho, dente por dente”.
- (e) O Código considerava a mulher propriedade do homem e sem direitos.

6 Uece As relações entre o Estado e a religião, existentes entre os povos da Antiguidade, caracterizaram diferentes formas de organização político-social. Sobre essas relações, é correto afirmar que:

- (a) o politeísmo implantado pelas monarquias hebraicas restringia a concepção do rei como ser humano, tomando-o ungido de Deus.
- (b) a teocracia egípcia, concepção divina de poder, personificada no faraó como próprio Deus, limitou-se ao período do Novo Império.
- (c) a monarquia teocrática, no Egito antigo, ocorria através da personificação de Deus e do Estado na figura do faraó.
- (d) o Código de Hamurabi era um manual de orientação espiritual, que autorizava os fiéis a fazer justiça com as próprias mãos.

7 UFRGS O atual Iraque abrigou territorialmente a maior parte da Antiga Mesopotâmia (“terra entre rios”), berço de ricas civilizações. Entre essas civilizações encontram-se os sumerianos, os quais se caracterizavam por:

- (a) apresentar uma comunidade constituída por clãs familiares independentes, onde a administração política descentralizada era exercida pelos patriarcas das aldeias.
- (b) constituir um império duradouro e unificado, imune, graças a suas defesas naturais e a seus grandes exércitos, aos perigos inerentes às migrações de sociedades nômades.

- (c) representar uma sociedade liderada pela oligarquia mercantil e pelos proprietários de navios, cujo poder e riqueza advinham sobretudo do comércio e do domínio dos mares do Oriente Médio.
- (d) provocar uma ruptura embrionária entre a dimensão divina e a dimensão humana da figura real, dado que o “Patesi” não era o seu próprio Deus, como no Egito, mas apenas seu representante.
- (e) formar um povo economicamente autossuficiente, que não praticava relações comerciais com o exterior.

8 UFSC 2006 Bagdá – O famoso tesouro de Nimrud, desaparecido há dois meses em Bagdá, foi encontrado em boas condições em um cofre no Banco Central do Iraque em Bagdá, submerso em água de esgoto, segundo informaram autoridades do exército norte-americano. Cerca de 50 itens do Museu Nacional do Iraque estavam desaparecidos desde os saques que seguiram à invasão de Bagdá pelas forças da coalizão anglo-americana.

Os tesouros de Nimrud datam de aproximadamente 900 a.C. e foram descobertos por arqueólogos iraquianos nos anos 1980, em quatro túmulos reais na cidade de Nimrud, perto de Mosul, no norte do país. Os objetos, de ouro e pedras preciosas, foram encontrados no cofre do Banco Central, em Bagdá, dentro de um outro cofre, submerso pela água da rede de esgoto.

Os tesouros, um dos achados arqueológicos mais significativos do século XX, não eram expostos ao público desde a década de 1990. Uma equipe de pesquisadores do Museu Britânico chegará na próxima semana a Bagdá para estudar como proteger os objetos.

O Estado de S. Paulo. Versão eletrônica. São Paulo: 7 jun. 2003. Disponível em: <www.estadao.com.br>.

Assinale a(s) proposição(ões) correta(s) em relação às sociedades que se desenvolveram naquela região, na Antiguidade.

- 01 A região compreendida entre os rios Tigre e Eufrates, onde hoje se localizam os territórios do Iraque, do Kwait (Kwait) e de parte da Síria, era conhecida como Mesopotâmia.
- 02 Na Mesopotâmia viveram diversos povos, entre os quais podemos destacar os sumérios, acádios, assírios e babilônios.
- 04 A religião teve notável influência na vida dos povos da Mesopotâmia. Entre eles surgiu a crença em uma única divindade (monoteísmo).
- 08 Os babilônios ergueram magníficas construções feitas com blocos de pedra, das quais são exemplos as pirâmides de Gizé.
- 16 Os povos da Mesopotâmia, além da significativa contribuição no campo da Matemática, destacaram-se na Astronomia, e entre eles surgiu um dos mais famosos códigos de leis da Antiguidade, o de Hamurabi.
- 32 Muitos dos povos da Mesopotâmia possuíram governos autocráticos. Entre os caldeus surgiu o sistema democrático de governo.

Soma =

9 UFPE Os hebreus construíram uma forte identidade cultural através da sua religião, desde os tempos das suas histórias mais

remotas. Em certo período, observa-se uma maior preocupação com a ética e as críticas às desigualdades sociais por parte dos profetas Oseias, Amós, Isaías e Miqueias. Estamos nos referindo:

- ao período em que Moisés tinha grande liderança política, livrando os hebreus da dominação egípcia.
- à época em que os hebreus estiveram dominados pelos caldeus e construíram o início do culto a Iavé.
- ao período histórico em que a religião hebraica seguiu os rituais semelhantes aos da religião persa, cultuando o deus Mazda.
- ao crescimento do significado político da religião, quando ela ajudou os imperadores hebreus a construírem seus impérios.
- ao período em que Iavé tornou-se Deus de todos os homens, e a religião ganhou um conteúdo ético importante.

10 Ufpel No esquema a seguir, os algarismos I, II, III e IV correspondem às civilizações da Antiguidade.

Civilizações	Localização	Base econômica	Organização político-administrativa	Religião
I	Nordeste da África	Predominância da agricultura	Monarquia teocrática	Predominância do politeísmo antropozoomórfico
II	Atual Líbano	Comércio	Talassocracia	Politeísmo
III	Da Ásia Menor à Ásia Central	Agricultura e comércio	Divisão do império em satrâpias	Zoroastrismo
IV	Atual Israel	Pastoril e agrária	Governo dos patriarcas, juizes e reis, sucessivamente	Monoteísmo

Assinale a alternativa que denomina corretamente as civilizações indicadas, respectivamente, por I, II, III e IV.

- (a) Fenícia, Hebraica, Egípcia e Persa.
- (b) Egípcia, Fenícia, Persa e Hebraica.
- (c) Persa, Fenícia, Hebraica e Egípcia.
- (d) Egípcia, Persa, Fenícia e Hebraica.
- (e) Hebraica, Egípcia, Fenícia e Persa.

11 UFRN Na Antiguidade, durante o reinado de Ciro I (559-529 a.C.), os persas construíram um vasto império e governaram diferentes povos, adotando uma política que respeitava as diferenças culturais e religiosas. Esse modo de proceder está exemplificado no fato de:

- (a) incorporarem a cultura sumeriana, especialmente os registros da nova língua semítica em caracteres cuneiformes.
- (b) arregimentarem entre os caldeus, após a conquista da Babilônia, os sátrapas, administradores encarregados das províncias imperiais.
- (c) libertarem os judeus cativos na Babilônia, que retomaram à Palestina e reconstruíram o templo de Salomão e o culto a Iavé.
- (d) difundirem no Egito o culto de Ahura-Mazda, que, integrando-se às ideias religiosas egípcias, deu origem ao maniqueísmo.

3

FRENTE 2

A Antiguidade Clássica: o mundo greco-romano

Os mundos grego e romano formam as duas civilizações antigas que mais influenciaram diretamente o mundo moderno. Elas não apenas coexistiram no tempo, como há traços culturais estreitamente ligados entre ambas, a ponto de usarmos a expressão: cultura greco-romana. Estudá-las separadamente é uma mera forma didática.

Das cidades-estados gregas surgem valores que nos acompanham até hoje. Entre estes, é particularmente importante a compreensão do conceito de democracia de Atenas e como este permeou a vida dos cidadãos atenienses. De Esparta, há que se notar o militarismo

como valor fundamental, determinando inclusive a formação cultural deste povo.

De Roma, temos o pragmatismo que caracteriza sua cultura. A necessidade de se administrar um vasto império e de se relacionar com intensas contradições sociais obrigou os romanos a desenvolverem técnicas de administração e noções fundamentais de direito, as quais constituem as bases jurídicas e políticas de vários países até os dias atuais. É também de Roma, especificamente da crise de seu Império, que vão surgir as características responsáveis por gerar o mundo feudal europeu.



O mundo grego

O termo Mundo Grego (mais correto que a denominação Grécia, uma vez que o hábito nos levaria a entender a Grécia Antiga como um país, o que, conforme veremos, não é verdade) compreende uma vasta região, a qual se estende pelo sul da península Balcânica e as ilhas que medeiam essa porção continental, nos mares Jônio, Egeu e Mediterrâneo. Além disso, o termo aplica-se a toda uma série de áreas de colonização grega, fruto do expansionismo gerado pela primeira e segunda diásporas. Essas áreas estendem-se pela Ásia Menor (costa da atual Turquia), costa do mar de Mármara, costa do mar Negro, norte da África, Itália, Península Ibérica e sul da França, entre inúmeros outros polos espalhados pelo continente europeu.

A ausência de uma unidade territorial une-se a outros elementos. No maciço continental que se constitui no que até hoje é a Grécia, verifica-se a presença de um relevo extremamente acidentado e de litoral entrecortado, aliados a um clima sensivelmente mais árido do que no restante da Europa. Em decorrência desse cenário, o Mundo Grego tem duas características marcantes: a ausência de uma unidade política e a vocação marítima.

A primeira dessas características foi fruto direto do isolamento entre as várias regiões e das dificuldades de comunicação terrestre entre as pequenas planícies férteis continentais e entre o continente, as ilhas e as colônias. Esse isolamento levou à constituição de Estados autônomos e rivais, jamais constituindo um Estado unificado. Já a segunda característica foi decorrente da parca produção agrícola aliada às ótimas condições para a navegação, fato que impulsionou o precoce desenvolvimento marítimo e o comércio exterior.

Fontes de estudo sobre o Mundo Grego

A respeito da Grécia Antiga é importante falar de suas fontes de estudo. Não há registros escritos dos períodos mais primitivos do Mundo Grego. A escrita cretense, civilização anterior à civilização grega propriamente dita, até hoje não foi decifrada, e há, ainda, ausência de documentos escritos desses tempos remotos (especialmente no período que se seguiu às invasões dóricas). Recorre-se, assim, a elementos como achados arqueológicos, relatos de outros povos, História comparada e, de particular importância no caso da Grécia, relatos orais que, compilados mais tarde, acabam servindo como grande fonte de estudo.

As obras atribuídas ao poeta Homero, os poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*, constituem-se nas principais fontes para esse conhecimento. Compiladas por volta do século VI a.C., elas narram, de forma mística, as origens, as lutas e o povoamento desse mundo, dando-nos condições para interpretar esse passado. Assim, convencionou-se chamar o período mais remoto da história grega (que se estende por toda a fase do povoamento do território grego) de **período Pré-homérico**. O período posterior (da invasão dos dórios até a formação das cidades-estados) é chamado de **período Homérico**.

O período Pré-homérico (c. 2000 – c. 1200 a.C.)

Pouco se sabe a respeito dos povos que primitivamente habitavam o território da atual Grécia continental. Chamados usualmente de **pelasgos** ou **pelágios** (termo de origem grega, cujo significado é “ligado ao mar”), têm origem desconhecida,

embora alguns historiadores atribuam-lhes a condição de autóctones, ou seja, de nativos do lugar. Aparentemente estavam organizados em comunidades coletivistas, dedicando-se à agricultura rudimentar e à pesca.

Foi fora do território continental que esses povos encontraram seu mais importante estágio de civilização, a **civilização cretense**, que era marítimo-comercial e dominava as rotas do Mediterrâneo oriental.

Os cretenses chegaram a atingir um alto nível de organização econômica e política. Dedicando-se ao comércio e a um intenso artesanato, também voltado para a comercialização com outros povos, a civilização cretense chegou a estabelecer, mil anos antes dos fenícios, um vasto domínio sobre o Egeu e o sul da Grécia, impondo aí uma dominação rigorosa, a chamada **talassocracia cretense**.

A partir de 2000 a.C., a Grécia Continental foi alvo de contínuas ondas migratórias de povos **indo-europeus**, denominados gregos ou helenos, originários das planícies euro-asiáticas. Essas migrações são parte de um processo muito maior que levou ao povoamento de todo continente europeu. Das dezenas de povos indo-europeus ou arianos que penetraram na Europa, quatro compuseram o povoamento do território grego. Os primeiros desses povos foram os **aqueus**, que se estabeleceram no Peloponeso entre 2000 e 1700 a.C. Foram seguidos pelos **eólios** e pelos **jônios**, que se fixaram, respectivamente na Tessália e na Ática, região da futura cidade de Atenas entre 1700 e 1400 a.C.

No Peloponeso, os aqueus fundaram as cidades de Micenas, Tirinto e Argos. Há indícios de que eles teriam caído sob dominação cretense. A lenda do Minotauro expressaria o domínio cretense, simbolizado no monstro com cabeça de touro; sua destruição seria uma alegoria da reação dos aqueus contra os cretenses. Sabe-se efetivamente que os aqueus conquistaram a ilha em cerca de 1400 a.C., incendiando sua capital **Cnossos**. A partir daí, o domínio marítimo passou a ser aqueu, sendo centrado na cidade de Micenas, o que deu origem ao que se chamou de civilização **creto-micênica**.



Fig. 1 Chifres sagrados do Palácio de Cnossos situado na ilha de Creta.

O expansionismo aqueu voltou-se para o mar Egeu e para as ricas áreas da Ásia Menor. Nesse processo, o grande adversário era a cidade de Troia que, situada às margens do Estreito de Dardanelos, controlava todo o comércio entre o Egeu e a costa do mar Negro. Por volta de 1200 a.C., os aqueus destruíram a cidade de Troia, o que lhes permitiu o controle total sobre a navegação na região. Esse episódio é outro marco na mitologia histórica grega, a chamada **Guerra de Troia**.

A Grécia nos períodos Pré-homérico e Homérico



Por volta de 1200 a.C., quando a civilização micênica iniciava sua expansão em direção à Ásia Menor, ocorreram as invasões dos **dórios**, a última onda migratória dos indo-europeus rumo à Grécia continental.

Diferentemente dos demais povos indo-europeus, os dórios eram nômades agressivos, militaristas, que já se utilizavam de armas de ferro e tinham na caça, no saque e na guerra suas principais atividades. Sua invasão destruiu as cidades micênicas, encerrando sua civilização e provocando um regresso generalizado ao primitivismo rural. O terror causado pela invasão fez com que as populações helênicas, já sedentarizadas, procurassem refúgio nos isolados vales do interior da Grécia ou se deslocassem para as ilhas do Egeu e para o litoral da Ásia Menor. Esse processo de dispersão é denominado de **Primeira Diáspora**.

A invasão dos dórios e a diáspora resultante dela assinalam o fim do período Pré-homérico e o início do período Homérico.

O período Homérico (séc. XII a.C. – séc. VIII a.C.)

Dentro do território continental grego, o principal efeito da destruição perpetrada pelos dórios foi o fim de todas as formas mais avançadas de organização social e política. O desaparecimento da vida urbana e a volta à economia rural e ao isolamento

geraram o aparecimento da forma básica de organização social na Grécia homérica, as **comunidades gentílicas** ou **genos**.

O **genos** era fundamentalmente uma grande comunidade de base familiar, constituindo uma unidade econômica, social, religiosa e política que, sob um sistema coletivista, procurava assegurar a sobrevivência através do cultivo de cereais e do pastoreio, complementando suas necessidades com a guerra e a pirataria. Tanto os meios de produção (terras, sementes, implementos) como os resultados da produção (alimentos, utensílios) pertenciam a todos os indivíduos da comunidade, inexistindo a propriedade privada.

Em termos econômicos, os **genos** tinham certa igualdade, inexistindo a diferenciação entre ricos e pobres ou entre proprietários e não proprietários. No campo social, contudo, havia um nível de liderança, representado pela figura do **pater** ou **patriarca**, um chefe de clã que era também juiz, comandante militar e autoridade sacerdotal (lembramos que o caráter familiar dessas comunidades fazia com que o culto aos antepassados tivesse um lugar de destaque em suas crenças). Naturalmente, a posição social dos indivíduos estava condicionada a seu grau de parentesco com o **pater**, fato que criava uma elite social.

A escassa fertilidade do solo, associada ao crescimento demográfico, condenou os **genos** a um quadro de profunda tensão

e lutas internas, que acabaram por levar à sua desagregação. A luta entre os membros do genos por um pedaço de terra que lhe garantisse a subsistência fez com que se passasse do sistema de propriedade coletiva ao sistema de propriedade privada. A terra, o bem econômico mais precioso do período, foi dividida de forma desigual entre os membros da comunidade, dando origem a diversas categorias sociais. As áreas mais férteis couberam aos parentes mais próximos do pater, os **eupátridas**, ou “bem-nascidos”; as restantes foram para seus parentes mais distantes, os **georgóis**, ou agricultores. Nesse processo, nada restou para ser dividido entre um numeroso contingente, que acabou sendo denominados de **thetas**, ou marginais.

Paralelamente a esse processo interno de privatização de propriedade, verificou-se um quadro de constantes lutas entre os genos, e a necessidade de defesa levou a um processo de união. Alguns genos fundiram-se em unidades maiores chamadas **fratrias**, que, por sua vez, se uniram formando as **tribos**. Desse processo de junção, ao qual se dá o nome de **cinesismo**, surgiram as grandes unidades políticas gregas, as **polis**, que constituíram-se como cidades-estados por manterem a autonomia política.

O cinesismo possibilitou a concentração da terra e do poder nas mãos de uma pequena parcela da população e condenou amplos setores a uma total marginalização social e política. Em função disso, grande parte desses setores marginalizados empreendem um amplo processo de saída em direção, principalmente, às áreas do Mediterrâneo Ocidental, gerando o fenômeno conhecido como **Segunda Diáspora**. Nesse processo, desenvolveu-se intensamente o comércio, fato que terá profundas implicações na vida das cidades gregas.

O período Arcaico (séc. VIII a.C. – séc. VI a.C.)

O período Arcaico é a era na qual se verificou a evolução das cidades-estados na Grécia. Dadas as características de isolamento territorial, bem como as formas particulares de povoamento, a evolução das várias regiões se deu de forma diferenciada, gerando modelos por vezes antagônicos e rivais.

De um modo geral, a evolução das cidades gregas, no período, foi fruto direto do processo que se desenvolveu a partir da desagregação das comunidades gentílicas. Divisão social, conflitos internos, expansionismo foram as marcas típicas da maioria dessas cidades. Nesse contexto, a grande exceção é representada por Esparta. Como modelo da evolução geral das cidades, contudo, usamos a evolução de Atenas, já que esta é a principal das cidades gregas.

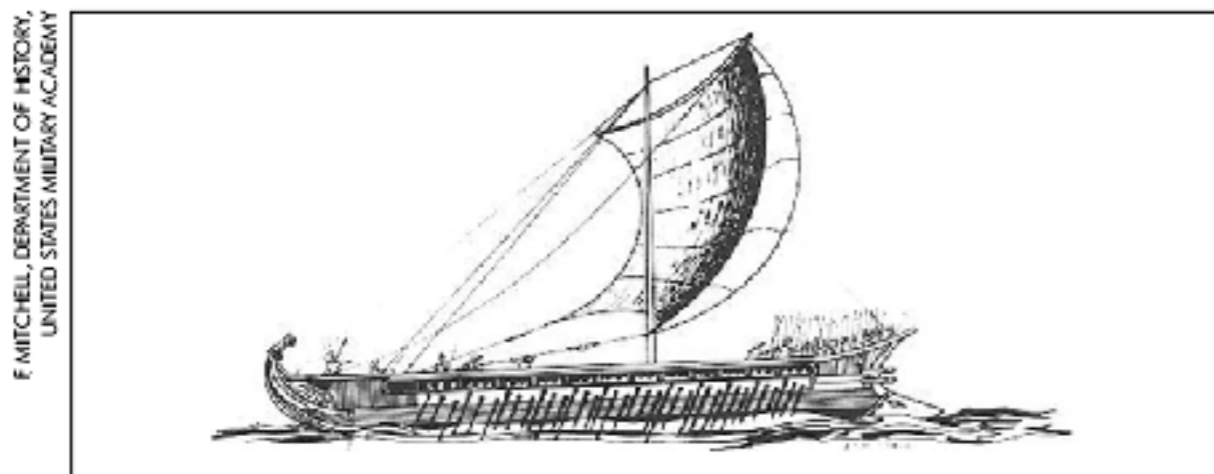


Fig. 2 Trirreme grega do século V a.C.

Atenas ao longo do período Arcaico

A cidade de Atenas foi fundada na Península da Ática por volta do século X a.C., sendo constituída principalmente por povos de origem jônica. Sua estrutura social, econômica e política inicial é uma decorrência direta da desagregação dos genos e das novas condições surgidas a partir daí.

Originalmente, Atenas contava com uma economia predominantemente agrícola, o que fazia da elite de grandes proprietários (eupátridas) o setor hegemônico. Sua primeira forma política foi a monarquia, uma herança do final do período Homérico, tendo como autoridade máxima uma espécie de chefe militar e administrativo denominado **basileus**. Por volta do século VIII a.C., verificou-se um movimento da aristocracia eupátrida no sentido de exercer um controle maior sobre o poder. A Monarquia foi substituída por um regime **oligárquico** no qual nove magistrados (**Arcontes**), com mandatos primeiro decenais e depois anuais, exerciam os poderes militar, religioso, judiciário e legislativo, assessorados por um conselho composto exclusivamente por eupátridas (o **Areópago**).

Enquanto essas estruturas de controle da vida social e econômica eram criadas, as profundas transformações econômicas e sociais, trazidas pela diáspora, começaram a afetar o monopólio do poder exercido pelos eupátridas. A privatização da terra destruiu a economia doméstica anterior, criando uma economia de mercado local que logo adquiriu uma dimensão externa.

Também a agricultura passou a sofrer inúmeras transformações. A concorrência com a produção de cereais nas colônias fez com que a produção de alimentos na Grécia fosse rapidamente declinando, se especializando no cultivo quase exclusivo da vinha e da oliveira, muito adaptáveis às condições de solo e clima gregos e ideais para a produção de vinho e azeite. Essas mercadorias tomaram-se as principais na economia grega, e passaram a ser destinadas à exportação em troca de cereais, estes cultivados intensivamente fora da Grécia continental.

Essa transformação agrícola impulsionou uma verdadeira colonização comercial que se prolongou até o século V a.C. Com isso, estabeleceu-se a plena monetarização da economia, em inícios do século VII a.C., e possibilitou-se o desenvolvimento da atividade artesanal e comercial. É em função desses acontecimentos e dessas novas atividades que se dá o crescimento do transporte marítimo, indispensável à economia grega.

O cultivo de oliveiras e vinhas, que requeriam um volume substancial de mão de obra, associado à escassez de mão de obra livre, devido à emigração em massa para o Mediterrâneo ocidental, forçou a adoção generalizada da escravidão. A escravidão, que sempre existira de uma forma marginal e numericamente inexpressiva, especialmente em razão das guerras constantes, sofreu uma radical transformação. Seu crescente uso a levou a se impor às demais formas de trabalho, devido à identificação que ela fazia entre o exercício do trabalho manual e a condição de não livre. Logo, todas as tarefas produtivas, das mais simples às mais complexas, passaram a ser efetuadas exclusivamente por escravos, e seu tráfico, principalmente a partir da Trácia e da Ásia Menor, tornou-se uma atividade regular e em larga escala, tipificando uma escravidão comercial.

Oligarquia: O termo oligarquia deriva também do grego. Oligos significa “poucos”; oligarquia, portanto, trata-se, de um pequeno grupo que detém o poder.

Ao lado do tráfico crescente, a miséria atingia a camada de pequenos proprietários (os georgóis) que, cultivando áreas menos férteis, frequentemente endividavam-se para garantir a sobrevivência, e os thetas, que viam sua possibilidade de trabalhar se estreitar progressivamente com a difusão da escravidão. Com isso, também essas parcelas acabavam sendo escravizadas, dado que em Atenas, até o final século VI a.C., havia a escravidão por dívidas.

Inversamente à miséria que atingia as populações mais pobres, verificou-se um processo de enriquecimento de toda uma camada de comerciantes de origem popular, os **demiurgos**. Sua ascensão econômica levou-os a aspirar à participação política, significando uma ameaça à aristocracia eupátrida. Naturalmente, os demiurgos buscaram o apoio das camadas pobres nesta luta, ampliando assim sua força política e base de pressão sobre os eupátridas. Já no século VI a.C., encontramos menções ao termo **demos** (povo, em grego), utilizado para designar a massa livre desprovida de direitos políticos, incluindo aí os comerciantes ricos e a camada miserável fortemente ameaçada de escravização.

Esse enfrentamento constituiu a tônica do que foi a vida de Atenas ao longo do período Arcaico, marcada por intensas lutas sociais envolvendo o demos contra a aristocracia.

Foi a pressão do demos e sua luta pela melhoria de condições materiais e pelo poder que fez aparecer em Atenas a ação dos legisladores, o que efetuou algumas reformas político-sociais. Mais que uma vitória do demos, essas reformas devem ser vistas como reações da aristocracia, visando preservar seus privilégios e seu poder político.

O primeiro dos grandes legisladores foi **Drácon**, que em 621 a.C. organizou e registrou as leis por escrito; até então, elas eram baseadas na tradição oral e conhecidas apenas pelos eupátridas.

É importante frisar que o código de Drácon apresenta um aspecto positivo para os setores populares. O estabelecimento de leis escritas tem por efeito imediato reduzir a autonomia dos governantes, que passam a ter que se ater a leis predeterminadas. Além disso, a existência de um código de leis válidas para todos os cidadãos estabelece o primeiro critério da cidadania: o da igualdade jurídica.

Por outro lado, o **Código de Drácon**, mais que uma conquista popular, foi uma tentativa da aristocracia de, através de um código de leis severíssimas, conter a agitação social realizada pelo demos. Seus principais artigos estabeleciam uma defesa da propriedade e do poder, com penas extremamente violentas previstas sobre cada violação a seus artigos.

Entretanto, o efeito não foi o esperado pela aristocracia.

Passado o impacto inicial, a luta social foi retomada com intensidade, obrigando os eupátridas a uma nova atitude, uma abordagem mais política do conflito. É esse o sentido da **Reforma de Sólon**, em 594 a.C.

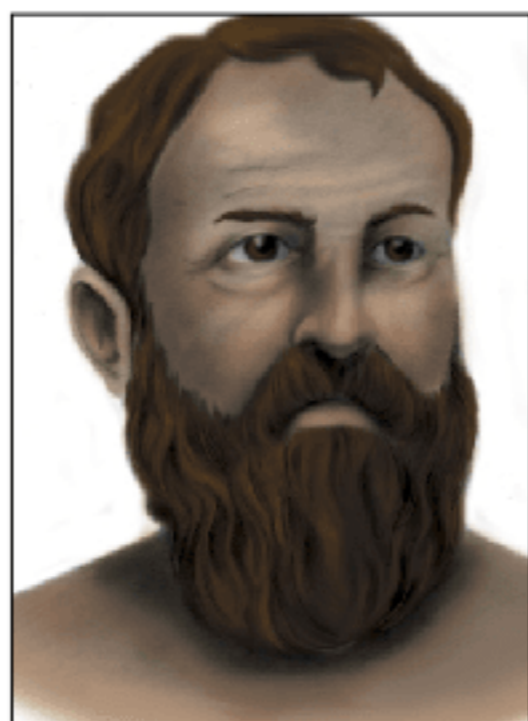


Fig. 3 Sólon.

Visando quebrar a unidade do demos, Sólon estabeleceu um critério **censitário** para a participação política, ou seja, ela estaria condicionada ao grau de riqueza do indivíduo. Ao mesmo tempo, aboliu a escravidão por dívida e criou outros mecanismos de organização política, o **Bulé**, ou Conselho dos Quatrocentos, e a **Eclésia**, ou Assembleia Popular. Com isso, pretendia ele atrair o apoio dos comerciantes ricos e dar à grande massa uma concessão que amenizasse seu ímpeto de luta.

Mais uma vez, os resultados foram muito diferentes do esperado. O fim da escravidão por dívida, mais que uma concessão, era uma oficialização de algo que, na prática, já ocorria. A expansão ateniense e o grande número de escravos advindos das colônias tornavam desnecessário ampliar ainda mais a tensão social pela escravização de cidadãos atenienses. Por outro lado, a grande parcela da população continuava destituída de quaisquer direitos, estes estendidos apenas aos comerciantes ricos. Mesmo os comerciantes, em número menor que os aristocratas, relutavam em aceitar tal estrutura e com isso perder definitivamente o apoio dos setores populares. Da mesma forma, a aristocracia mostrava-se descontente com a perda do monopólio do poder político.

Essa instabilidade e incapacidade da aristocracia de garantir a manutenção de seu poder abriu espaço ao surgimento das **tirantias**, fruto da ascensão popular e de sua luta pelo poder.

Como as reformas desagradaram tanto à oligarquia, que perdeu parcelas de seu poder, como às camadas populares, que aspiravam por mudanças mais radicais, a conturbação política recrudescer, permitindo o surgimento da tirania por meio de homens que usurparam o poder, o que promoveu profundas alterações na vida de Atenas.

O primeiro tirano foi **Pisístrato**, que chegou ao poder através de um golpe popular e governou a cidade de 561 a 527 a.C. Realizou inúmeras obras públicas para empregar as camadas mais pobres, ao mesmo tempo em que tomou uma série de medidas no sentido de dinamizar o comércio. Foi sucedido por seus filhos, **Hiparco e Hípias**, que partilharam o poder até 510 a.C., quando foram derrubados por uma reação aristocrática que impôs o tirano **Iságoras**. O governo de Iságoras foi bastante curto, cedendo ante uma reação popular que impôs um novo tirano, **Clístenes**, em 508 a.C.

A ascensão de Clístenes significou o fim da resistência da aristocracia e, na prática, a ascensão do demos ao poder. A **Reforma de Clístenes**, instituída em 507 a.C., implantou a democracia em Atenas. Dividindo a Ática em cidade, litoral e interior, classificou a população em dez tribos (demos), organizando-as de forma a distribuírem-se igualmente pelas três regiões. Assim, as tribos passaram a ser formadas por elementos de todas as camadas sociais, anulando as diferenças regionais e a tradicional influência oligárquica. Não pesava, igualmente, qualquer distinção quanto ao grau de riqueza. O elemento essencial dessa reforma, justamente aquele que nos permite chamá-la de democracia, é a total igualdade de direitos entre todos os cidadãos, independentemente da origem social ou do grau de riqueza.

Tiranias: Para os gregos, o termo tirania tinha um significado diferente daquele que tem para nós hoje. Não tinha a conotação atual de um governante que oprime o povo, mas, sim, de um governo acima das leis, mesmo que com características populares.

O governo foi organizado com base nessa nova divisão territorial, sendo composto pelo Bulé, ou Conselho dos Quinhentos, formado por 50 membros de cada tribo escolhidos por sorteio; e pela Eclésia, a assembleia popular que agrupava seis mil cidadãos de todas as camadas sociais. Os poderes executivo e militar foram confiados a dez estrategos, escolhidos pela Eclésia, com mandatos anuais.

Através de votação secreta da Eclésia, Clístenes, denominado o “pai da democracia”, instituiu também o ostracismo, a suspensão por dez anos dos direitos políticos de cidadãos considerados perigosos para o bem-estar público.

Convém salientar que a democracia ateniense foi um sistema que estabeleceu a igualdade política apenas entre os cidadãos, isto é, homens adultos e filhos de pai e mãe atenienses, que constituíam uma minoria (cerca de 10% da população), da qual estavam excluídas as mulheres, os estrangeiros (**metecos**) e, naturalmente, a massa de escravos.

Por mais limitada que fosse a cidadania, a reforma de Clístenes representou uma conquista inestimável. Foi ela quem inaugurou o conceito de democracia, firmando o princípio da igualdade jurídica entre todos os cidadãos, o que caracteriza as democracias até os dias de hoje. Para Atenas, ela significou o fim das lutas sociais, inaugurando um período de paz interna que fez do século seguinte, o século V a.C., o apogeu de Atenas e do Mundo Grego.

Esparta ao longo do período Arcaico

A origem de Esparta não está ligada ao processo que originou a maioria das cidades gregas. Ao contrário, ela é fruto direto da invasão dos dórios e de sua ocupação sobre a planície da Lacônia, na península do Peloponeso. Já no século VII a.C., os dórios haviam estendido seu domínio sobre a região da Messênia, vencendo seus habitantes após um período de cerca de trinta anos de guerra contínua.

A conquista impôs algumas transformações na vida de Esparta. A disponibilidade de terras tornou-a independente do comércio para prover suas necessidades básicas, ao mesmo tempo em que a massa de messênios submetidos ao trabalho compulsório era capaz de atender suas carências de mão de obra. Ao mesmo tempo, a necessidade de impor seu poder sobre as camadas dominadas obrigou os dórios a voltarem seu militarismo para a manutenção da ordem interna, criando uma estrutura rígida, aristocrática, fechada e garantida por uma organização militar da qual somente os aristocratas descendentes de dórios participavam.

As grandes propriedades familiares ou coletivas desapareceram, passando as terras mais férteis à propriedade do Estado, que estabeleceu uma dura estrutura social. Os **espartanos** ou **espartíatas**, descendentes dos conquistadores dórios, formaram a camada dominante, sendo os únicos a ter em direitos políticos, e a dedicarem-se exclusivamente à atividade militar. Os periecos, descendentes das populações originais da Lacônia e

que aceitaram pacificamente a dominação dória, formaram uma camada de agricultores livres, cultivando as terras periféricas menos férteis, ou dedicando-se ao artesanato e ao comércio. Os **hilotas**, que eram descendentes dos povos sublevados, que constituíam a esmagadora maioria da população, tornaram-se propriedade do Estado, tendo a função única de cultivar a terra a fim de prover o sustento dos espartíatas. Cada família espartíata recebia do Estado um lote de terra e de seis a oito hilotas para trabalharem nele. Aos periecos ficava reservada uma atividade marginal, complementar ou meramente voltada à subsistência.

Politicamente, Esparta organizava-se com base no monopólio total do poder nas mãos dos espartíatas, os quais detinham a exclusividade da cidadania. No topo de sua estrutura política estava o Conselho dos Anciãos (Gerúsia) que realmente detinha o poder em Esparta. Composto por vinte e oito membros vitalícios, os chefes das principais famílias espartíatas, era responsável pela legislação de Esparta. O poder executivo era exercido por cinco éforos, indicados pela Gerúsia. A participação dos cidadãos espartíatas era realizada através da Apela, a Assembleia dos Cidadãos, que exercia apenas funções consultivas, pois decidia por aplauso. Havia ainda a diarquia, dois reis com funções religiosas e militares, em nada parecidas com a função dos reis em regimes tipicamente monárquicos. Toda essa estrutura era garantida por um código de leis atribuídas ao lendário Licurgo, leis que tinham um caráter sagrado, portanto imutável, e asseguravam aos cidadãos espartíatas totais privilégios.



Fig. 4 Jacques-Louis David. Leônidas em Termópilas, 480 a. C., 1814. Óleo sobre tela. Museu do Louvre, Paris.

Outra garantia da manutenção dessa estrutura foi a educação rigidamente militarista imposta aos espartíatas. As crianças sãs (as doentes ou defeituosas eram sacrificadas) ficavam com suas famílias até os sete anos de idade, quando os meninos eram entregues aos cuidados do Estado para terem uma rígida educação militar. Dos dezoito aos sessenta anos serviam no exército, podendo casar-se apenas aos trinta anos, quando recebiam seu lote de terra e passavam a ser cidadãos.

Meteco: O termo meteco refere-se ao habitante livre destituído de direitos políticos. Como a Reforma de Clístenes estendeu a participação política a todos os cidadãos, praticamente os únicos homens adultos e livres em Atenas que não possuíam a cidadania eram os estrangeiros. Por isso, a tendência a associar o meteco ao estrangeiro, o que não necessariamente é verdade. Por exemplo, um escravo liberto passava a ser um homem livre, porém não obtinha a cidadania, sendo igualmente um meteco.

Hilota: Há algumas imprecisões usuais na definição da condição social do hilota. Suas características de trabalho e vida aproximam-no daquilo que estamos habituados a ver como escravos. Entretanto, em um ponto de vista mais conceitual, a noção de escravidão está ligada ao conceito de mercadoria, pressupondo a possibilidade de compra e venda, o que não ocorria com o hilota. Assim, o conceito mais correto para ele é o de servo, e não escravo. Entretanto, é comum, mesmo em vestibulares, a definição do hilota como escravo.

As Guerras Médicas



Conforme vimos, a evolução das cidades gregas ao longo do período Arcaico gerou modelos diversos e antagônicos. Ao longo desse período, contudo, os contatos entre elas foram bastante limitados, o choque acontecendo no período Clássico, quando o maior contato entre esses modelos gera rivalidades cada vez mais intensas, as quais levam o Mundo Grego ao declínio.

O período Clássico (século V e IV a.C.)

As profundas transformações geradas pelo comércio em Atenas trouxeram, ao mesmo tempo, a estabilidade política e social (por meio da reforma de Clístenes), e a expansão econômica, esta gerando uma agressiva política imperialista com o objetivo de garantir a posse dos mercados externos. Um palco fundamental para o comércio ateniense eram as cidades da Ásia Menor, que serão responsáveis pela eclosão do conflito que assinala a passagem da Grécia para o período Clássico.

No capítulo anterior você estudou a evolução histórica dos persas e viu que os persas iniciaram sob o reinado de Ciro I, uma expansão, a qual atingiu seu apogeu durante o reinado de Dario I. Foi nesse período que, ao estender seus domínios sobre a Ásia Menor, Dario entrou em choque com o imperialismo ateniense na região; choque que conduziu às Guerras Médicas.

O conflito teve origem no ano de 496 a.C., quando as cidades gregas da Jônia, lideradas pela cidade de Mileto e apoiadas militarmente por Atenas, rebelaram-se contra o domínio persa. A consequência foi a destruição de Mileto (494 a.C.), a conquista persa da Trácia e da Macedônia (492 a.C.) e a exigência de submissão da Grécia, recusada por Atenas e Esparta. A recusa levou a uma guerra na qual as atenções persas concentraram-se, inicialmente, sobre Atenas.

Atenas foi o alvo do primeiro ataque persa, em 490 a.C., quando os persas procuraram desembarcar na planície da Maratona, distante cerca de 42 quilômetros da cidade grega em questão. Ainda que lutando isolados (as demais cidades gregas recusaram qualquer auxílio militar a Atenas), os atenienses conseguiram derrotar os persas, causando-lhes perdas tão drásticas que eles foram obrigados a estabelecer uma trégua por 10 anos.

Esse período de trégua foi decisivo para a consolidação do poderio ateniense e de sua liderança sobre as demais cidades gregas. O maior poderio populacional, econômico e militar de Atenas levou-a a estabelecer uma aliança, da qual era líder, com as demais cidades, também alvos em potencial do expansionismo persa. Constituiu-se um pacto entre várias cidades gregas, Esparta inclusive, para uma ação comum contra o futuro ataque persa. Esse pacto incluía o apoio militar e financeiro para a construção de uma frota capaz de enfrentar os invasores.

Sob o comando de Xerxes I, os persas fizeram a mais séria tentativa de conquistar a Grécia. Contando com o apoio de outras cidades como Cartago, que atacava as cidades da Magna Grécia, um enorme exército invadiu a Grécia continental, apoiado por uma armada gigantesca para os padrões da época. No ano de 480 a.C., um exército basicamente espartano, comandado pelo rei de Esparta, Leônidas, foi aniquilado no desfiladeiro das **Termópilas**. Ao mesmo tempo, a Ática era invadida e parte de Atenas incendiada. Entretanto, a surpreendente vitória naval ateniense sobre os persas na batalha de **Salamina** aniquilou a frota persa, cortando os suprimentos do exército. Com isso, no ano seguinte, o exército persa foi derrotado em **Plateia** pelas forças combinadas de Atenas e Esparta, enquanto

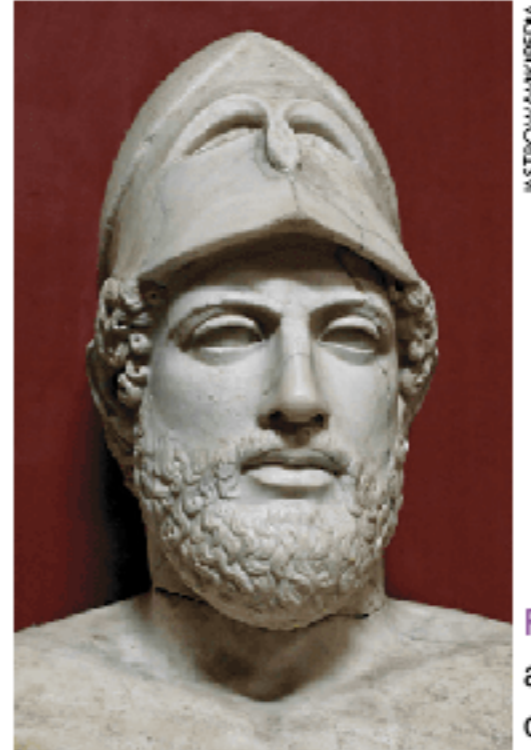
a vitória de **Micale** permitiu a Atenas assegurar o controle naval do Egeu e dos estratégicos estreitos que levavam ao mar Negro (**Ponto Euxino**).

Estava anulado o perigo persa. Entretanto, o imperialismo ateniense viveria a partir dali seu período áureo. Ao mesmo tempo em que Esparta e outras cidades do Peloponeso voltaram a ocupar-se de seus assuntos internos, Atenas e várias cidades-estados com interesses marítimos reuniram-se, em 476 a.C., na Confederação de Delos, uma liga onde cada cidade contribuía com embarcações, soldados e/ou dinheiro. A Confederação desencadeou uma ofensiva geral contra as áreas litorâneas do império Persa, que culminou, em 468 a.C., com a grande vitória grega na foz do rio Eurimedonte. Em 448 a.C., pela Paz de Címon, ou Paz de Cálias, os persas reconheceram a hegemonia grega no mar Egeu. A ofensiva contra o império Persa dinamizou a economia de Atenas, a cidade mais importante da Confederação, e assegurou sua liderança sobre o mundo grego.

A hegemonia de Atenas: o século de Péricles

A supremacia econômica, militar e populacional de Atenas sobre as cidades-membras da Liga de Delos, fez com que a Liga se transformasse no instrumento do imperialismo ateniense. Já em 450 a.C., o tesouro da Liga, fruto de contribuições de todas as cidades, foi transferido para Atenas, sintetizando a preponderância que esta passaria a deter sobre a Liga. Mais que isso, utilizando seu poderio militar, Atenas passou a interferir nas questões internas das cidades aliadas. Os estados-membros que quiseram retirar-se foram obrigados a permanecer pela força, sujeitos ao pagamento de pesado tributo. Colônias de cidadãos atenienses foram instaladas em seus territórios, e as cidades que se revoltaram, como Naxos e Tasos, foram totalmente destruídas para servir de exemplo às demais.

públicas, o que permitiu que mesmo as camadas de renda mais baixa participassem amplamente do governo de Atenas. A cidade passou por um grande programa de construção de obras públicas, destinadas tanto a embelezá-la, a exemplo do templo em homenagem à deusa Atena, o Parthenon, quanto a reforçar suas defesas, como as longas muralhas que a cercavam e ligavam-na a seu porto, o Pireu. No mesmo período, a presença dos maiores intelectuais da Grécia, como o poeta Sófocles, o historiador Heródoto, os filósofos Anaxágoras e Sócrates e o escultor Fídias, fizeram de Atenas a **Escola da Grécia**.



ASTROWIKIPEDIA

Fig. 6 Péricles, governante ateniense no Século de Ouro do mundo grego.

Grande parte da intensa produção cultural e intelectual da cidade era possibilitada pelas subvenções dadas pelo governo, com a criação de teatros, escolas e a instituição de prêmios em dinheiro para obras artísticas e intelectuais.

Naturalmente, o imperialismo ateniense gerava reações das demais cidades, as quais tenderam a se organizar sob a proteção e liderança de Esparta em uma liga denominada **Confederação do Peloponeso**, dividindo a Grécia em dois blocos rivais.

Em 432 a.C., a cidade de Corinto, até então aliada de Esparta, rebelou-se contra ela, recebendo ajuda de Atenas que estava interessada em expandir sua influência no mar Jônico. A reação espartana foi imediata, e resultou em uma guerra total entre as duas Confederações das cidades, a **Guerra do Peloponeso** (431-404 a.C.).

Após dez anos de guerra em que Esparta era vitoriosa em terra e Atenas dominava os mares, resultando em uma situação de equilíbrio, estabeleceu-se uma trégua de cinquenta anos, a **Paz de Nícias**. Em 413 a.C., Atenas rompeu a trégua, tentando tomar a cidade de Siracusa, na Sicília. A expedição à Sicília foi um desastre absoluto: a frota foi perdida e 40.000 atenienses, aprisionados, foram escravizados. As hostilidades prosseguiram com sucessivas derrotas de Atenas, até a vitória definitiva de Esparta na batalha de **Egos-Potamos** (404 a.C.).

A vitória espartana significou o fim da hegemonia de Atenas e o início da hegemonia de Esparta sobre o Mundo Grego. Significou também o início da decadência grega. O desgaste gerado pela derrota foi de tal ordem que mesmo a cidade vitoriosa saiu da guerra enfraquecida. Nas palavras da historiadora francesa Jeanne Romilly, a Guerra do Peloponeso foi o “suicídio coletivo das cidades gregas”.



Fig. 5 Frisa do Parthenon celebrando uma passagem das Guerras Médicas.

Os recursos gerados pela Liga, com os tributos pagos pelas cidades-membras, foram utilizados para a reconstrução de Atenas, para sua prosperidade e mesmo para o aprimoramento de seu regime democrático.

O apogeu ateniense ocorreu sob o governo de Péricles (444-429 a.C.), que aperfeiçoou o sistema democrático da cidade, instituindo o pagamento pelo desempenho das funções

O império de Alexandre



As hegemonias de Esparta e de Tebas

Após a vitória, Esparta procurou reeditar a política imperialista da sua rival, oprimindo as cidades gregas e impondo-lhes governos oligárquicos e guarnições militares. Mais que isso, os espartanos retribuíram aos persas o apoio que haviam recebido deles contra Atenas, entregando-lhes o controle sobre o litoral da Ásia Menor, o que praticamente anulou as conquistas das Guerras Médicas.

Apesar das medidas tomadas, o enfraquecimento gerado pela guerra fez com que a hegemonia de Esparta durasse pouco mais de três décadas. Em 371 a.C., na batalha de **Leutras**, os espartanos foram derrotados pelo exército de Tebas liderado pelos generais Epaminondas e Pelópidas e organizado em uma nova formação tática, a falange. A derrota, aliada a uma grande revolta de hilotas, destruiu o poderio espartano, abrindo caminho para a hegemonia de Tebas.

Foi contra essa hegemonia que se manifestaram atenienses e espartanos, reconciliados, e em 362 a.C., na batalha de **Maníneia**, derrotaram os tebanos. Estava finda a hegemonia de Tebas, mas o longo período de guerras havia deixado um efeito drástico: uma Grécia enfraquecida, abrindo caminho para a imposição do domínio macedônico sobre os gregos.

A conquista macedônica

A Macedônia é uma região situada a nordeste da Grécia, cuja evolução sempre fora uma franja do povoamento grego. Sua configuração geográfica, marcada pelo isolamento, exiguidade de terras férteis e falta de acesso direto ao mar, tornou-a um alvo desprezado por todas as cidades imperialistas até então.

Foi no governo de Felipe II (357-336 a.C.) que a Macedônia iniciou um processo de crescimento interno e expansionismo. Felipe II sobrepôs-se à oligarquia dominante, centralizando

o poder em suas mãos, ao mesmo tempo em que investia pesadamente na ampliação do poderio militar. Influenciado pelos tebanos, adotou a organização militar destes, beneficiando-se da conquista da Tessália e seus cavalos para fortalecer-se ainda mais. Contou, ainda, com o enfraquecimento e com as rivalidades entre as cidades-estados gregas.

A partir de 356 a.C., Felipe II inicia sua intervenção nos assuntos gregos, anexando as colônias atenienses do litoral da Trácia. Jogando com a rivalidade entre as cidades-estados, aumentou progressivamente seu poder, até a grande vitória de **Queroneia** (338 a.C.) sobre os exércitos de Tebas e Atenas, que lhe permitiu submeter toda a Grécia.

Era apenas o princípio. Dirigindo sua hostilidade contra o Império Persa, os macedônios estabeleceram a **Liga de Corinto**, sob a liderança da Macedônia, na qual as cidades gregas foram obrigadas a entrar. Era o fim da Grécia como região independente, situação que se estenderia ao longo de mais de 20 séculos.

O período Helenístico (séc. III a.C. – I a.C.)

Em 336 a.C., morria Felipe II e o poder passava para seu filho, **Alexandre Magno**. Mesclando uma sólida formação cultural (foi educado em Atenas, tendo como professor nada menos que Aristóteles) aos dotes de um grande general, Alexandre foi o responsável por consolidar o domínio macedônico sobre a Grécia e expandi-lo consideravelmente. Foi ele quem, após submeter com extrema violência as cidades gregas que haviam se revoltado, liderou as forças macedônicas e gregas, organizadas na Liga de Corinto, contra o Império Persa, em 334 a.C. Suas vitórias permitiram-lhe dominar todo o Império Persa, estendendo-se do Egito ao atual território da Índia, criando o maior Império que já existira até então.

Estabelecendo uma grande área comercial, Alexandre buscou integrar as vastas áreas do Império também através dos

casamentos e da imposição da cultura grega. A morte de Alexandre, em 323 a.C., acelerou rapidamente o fim do Império. Seus generais, **diádocos**, dividiram-no entre si, divisão essa que os enfraqueceu sensivelmente. Esses domínios, chamados de **Reinos Helenísticos**, foram conquistados por Roma entre 197 e 31 a.C.

A cultura Grega

Poucas civilizações legaram para a posteridade uma herança tão grande quanto a dos gregos. Essa herança manifestou-se em praticamente todas as áreas da atividade intelectual e artística, influenciando toda civilização ocidental. Suas concepções de beleza são consideradas clássicas em razão de seu equilíbrio e harmonia. Sua produção literária, no **teatro** e na **poesia**, tomou-se padrão de referência universal, bem como seu avanço na **Medicina** e na **Matemática**. E os gregos devem ser considerados também como os criadores da **Filosofia** e da **História**.

A religião grega era **politeísta** e **antropomórfica**, tendo os deuses características físicas e psíquicas idênticas às humanas. As principais divindades, habitantes do monte Olimpo, eram Zeus, senhor dos deuses; Hera, sua mulher; Ares, deus da guerra; Afrodite, deusa do amor; Apolo, protetor das artes; Ártemis, deusa da caça; Atena, deusa da razão; Hermes, o mensageiro dos deuses; e Dionísio, protetor da **vindima**; além de Hades, guardião do mundo inferior dos mortos, e de Poseidon, deus dos mares. Admitiam também a existência de heróis, homens que realizavam feitos extraordinários, igualando-se aos deuses, a exemplo de Teseu, que matou o Minotauro, e de Hércules, que realizou os Doze Trabalhos. Como as lendas que narram as aventuras de deuses e heróis foram chamadas de mitos, seu conjunto denomina-se **mitologia**.

Apesar da eterna rivalidade entre as polis gregas, os cultos comuns impunham-lhes uma unidade e períodos de trégua sagrada. O santuário de Delfos, onde o deus Apolo falava pela boca da pitonisa, recebia peregrinos de todo mundo grego; e os jogos olímpicos, realizados na cidade de Olímpia, em homenagem a Zeus, de quatro em quatro anos a partir de 776 a.C., viam atletas de todas as cidades gregas competindo lealmente, sendo sacrilégio molestar os participantes ou os peregrinos.

O teatro grego, que deve ter se originado dos antigos cultos a Dionísio, desenvolveu-se especialmente em Atenas a partir de finais do século V a.C. Acessível a toda população, caracterizou-se pelas encenações feitas ao ar livre, pela existência do coro e pelo uso de máscaras que traduziam as emoções básicas dos personagens. Dentre os autores mais significativos, destacam-se na tragédia, gênero que privilegiava a inexorabilidade do destino, Ésquilo (525-456 a.C.), Sófocles (496-405 a.C.) e Eurípedes (485-406 a.C.); e na comédia, que abordava problemas políticos do momento ou fazia sátiras sociais, Aristófanes (445-388 a.C.).

Na poesia, além do lendário Homero destacaram-se também Hesíodo e Píndaro, o enaltecendor dos jogos olímpicos. Na história, Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C.), considerado o “Pai da História”; Tucídides (460-396 a.C.), o cronista da Guerra do Peloponeso, e Xenofonte (430-354 a.C.).

Na filosofia (literalmente “busca da sabedoria”), criação grega que buscava explicações racionais e lógicas para os fenômenos

naturais e para as realizações humanas, merecem menção, em uma sequência cronológica, Tales de Mileto, Anaxímenes e Anaximandro (fins do século VII – meados do VI a.C.), que procuraram estabelecer o elemento básico gerador de todas as coisas (água, ar ou matéria); Pitágoras (528-497 a.C.), que definiu o número como a essência de um universo imutável; Heráclito (535-475 a.C.), que concebeu um universo em constante movimento, sujeito a modificações contínuas; e Protágoras (485-411 a.C.), o sofista que afirmou: “O homem é a medida de todas as coisas”. A partir do século V a.C., a filosofia grega evoluiu para uma maior preocupação com o homem, especialmente nos campos da ética e da política, através das reflexões de seus três maiores expoentes: Sócrates (470-399 a.C.), o formulador da dúvida metódica (“Só sei que nada sei”); Platão (427-347 a.C.), o defensor da justiça, que fundou a corrente idealista, afirmando ser o mundo real um mero reflexo das ideias (“a essência transcende as aparências”); e Aristóteles (384-322 a.C.), considerado sistematizador da Lógica e da Metafísica.

A contribuição de Hipócrates de Cós (460-377 a.C.) para diagnosticar as doenças através de seus sintomas foi fundamental para o desenvolvimento da Medicina, assim como o foram os postulados de Pitágoras (teoremas) para a Matemática e para a Geometria.

A arte grega destacou-se nos campos da arquitetura e da escultura, tendo como características a harmonia, a simplicidade e o equilíbrio entre as partes e o todo, e sendo marcada pelo humanismo e pelo nacionalismo. Seus estilos arquitetônicos refletiram as concepções de mundo das diversas polis: o dórico trazia a funcionalidade e o rigor das formas; o jônico refletia a elegância e a beleza; e o coríntio, a riqueza e a abundância de detalhes. Na escultura, merecem menção Fídias, autor da estátua em mármore e ouro da deusa Atena e do pórtico em mármore das Cariátides, ambos na Acrópole de Atenas; Miron, o mestre do movimento, que esculpiu O discóbolo (lançador de disco), e Policleto de Argos, que buscou estabelecer as proporções ideais do corpo humano em suas obras, a exemplo da estátua do **Dorífero** (portador de lanças).



Fig. 7 Zeus, o deus supremo do Olimpo, retratado por Fídias.



Fig. 8 O Partenon, expressão máxima da arquitetura grega.

Vindima: Colheita da uva.



Fig. 9 Um teatro grego.

A cultura helenística

Chamamos de cultura helenística as manifestações culturais típicas do Império Macedônico, nas quais os valores gregos (helênicos), baseados no Humanismo e no racionalismo, fundiram-se aos valores orientais, principalmente persas e egípcios, fortemente marcados pela religiosidade e pelo teocentrismo. Seus centros irradiadores passaram a ser as cidades de Alexandria, no Egito; Antioquia, na Síria; e Pérgamo, na Ásia Menor, enquanto a Grécia continental decaía ou estagnava.

Nessa nova manifestação, houve uma valorização do realismo e do monumentalismo, em detrimento da harmonia e do

equilíbrio que haviam caracterizado a arte grega. Nas ciências exatas destacaram-se o astrônomo Ptolomeu, que estabeleceu o sistema geocêntrico; o geógrafo Eratóstenes, que calculou a medida da circunferência da Terra; Euclides, que criou as bases da geometria, e Arquimedes, que estabeleceu os princípios básicos da física.

Politicamente, os valores individuais e as noções de liberdade e democracia foram abandonados por fórmulas mais autoritárias que tendiam ao despotismo oriental, fruto da existência de um Estado militarista e fortemente centralizador.



Fig. 10 Detalhe do sarcófago de Alexandre Magno, retratando a batalha de Issus, entre macedônios e os persas.

Roma e seu império



As origens de Roma encontram-se no processo de ocupação e povoamento da Península Itálica, notadamente de uma planície situada na sua região centro-ocidental, o Lácio. Acredita-se que os primeiros habitantes da península tenham sido povos autóctones, os lígures, ao norte, e os sículos, ao sul. Posteriormente, o mesmo processo de invasões indo-europeias que levou ao povoamento grego, trouxe para a península Itálica o vasto grupo dos itálicos, entre os quais encontramos os latinos, os sabinos, os volcos e os samnitas. Mais tarde, dentro do processo da Segunda Diáspora grega, que vimos anteriormente, a região, notadamente o sul, foi largamente ocupada por povos vindos dos Bálcãs, como atestam os vários elementos que denunciam a influência grega na formação original de Roma.

Acredita-se que a formação da cidade de Roma tenha sido fruto da necessidade dos povos do Lácio de se protegerem contra os seguidos ataques dos etruscos, um povo que vivia a nordeste do Lácio e cujas incursões tinham essa região como principal alvo. Às margens do rio Tibre foi erguida uma fortificação militar em torno da qual se desenvolveu um núcleo urbano que acabou por dar origem a Roma.

Tanto quanto na Grécia, as lendas ocupam um lugar de destaque para o estudo do passado mais remoto romano. Na obra Eneida, o poeta Virgílio narra de forma lendária as origens de Roma, atribuindo-a aos gêmeos Rômulo e Remo, descendentes de Enéas, herói de Troia, e criados pela loba romana. É dessas lendas que se extrai a ideia de que Roma teria sido fundada em meados do século VIII a.C., sendo o ano de 753 a.C. a data usualmente admitida para sua fundação.



Fig. 11 A Loba do Capitólio, elemento fundamental na explicação mítica da origem romana.

Tradicionalmente, o estudo da história de Roma é dividido em três períodos, de acordo com os regimes políticos que vigoraram ao longo dos séculos. São eles a Monarquia, a República e o Império. Essa divisão servirá de base para a nossa análise.

A Monarquia (século VII – 509 a.C.)

A concentração de pessoas ao longo da fortificação criada pelos latinos contra os etruscos necessariamente impôs o estabelecimento de uma forma de sobrevivência. Naturalmente, essa forma esteve associada à agricultura e ao pastoreio, tornando a terra a grande fonte de riqueza.

Embora a documentação sobre esse período seja bastante precária, pode-se estabelecer certos fatos básicos. Em uma

possível herança dos contatos com gregos, ou talvez fruto do povoamento indo-europeu, a primeira estrutura de elite na região agrupava-se em gens, uma unidade básica que seguia o mesmo chefe e partilhava um antepassado comum. Esses proprietários denominavam-se patrícios, palavra que deriva de pater, o mesmo radical que designava os eupátridas na Grécia. Uma massa de pequenos proprietários, artesãos, comerciantes e camponeses compunha a camada dos plebeus. Um segmento intermediário era formado pelos clientes, normalmente parentes mais afastados das gens primitivas, os quais gozavam de uma certa proteção das famílias patrícias, em troca de certas obrigações. Nesse momento, ainda não havia uma camada significativa de escravos.

Politicamente, a estrutura monárquica centrava-se na figura do *Rex*, o Rei, que acumulava os Poderes de chefe supremo, de Sacerdote e de juiz. Ao seu lado, havia o Conselho de Anciãos, Senado, formado pelos chefes das principais famílias patrícias.

Pouco se sabe sobre a composição étnica da cidade de Roma em seus primórdios. As lendas nos falam em sete reis durante o período da Monarquia, os quatro primeiros latinos e os três últimos etruscos. Acredita-se que a presença etrusca em Roma seja muito anterior ao governo de Tarquínio, o Antigo, o primeiro dos três reis etruscos em Roma e o primeiro rei romano sobre o qual existe alguma documentação escrita. Na verdade, a presença de reis etruscos em Roma reflete as lutas entre as cidades-estados pela hegemonia na Península Itálica.

Durante todo período de reinado etrusco, verificou-se uma série de tentativas por parte destes de limitarem o poder patrício, aliando-se a setores populares, basicamente comerciantes, os quais haviam enriquecido justamente em função da presença etrusca. Tarquínio, o Antigo (616-578 a.C.), celebrou-se pela edificação de grandes obras públicas. Sêrvio Túlio (578-534 a.C.) edificou a primeira muralha de Roma e estabeleceu uma constituição censitária, dividindo a população em cinco classes com base na renda. Essa divisão constituiu a base do novo órgão político, a Assembleia Centúria, onde os cidadãos agrupavam-se em 193 centúrias, cabendo a cada centúria um voto. Como as centúrias eram companhias de soldados, e como os cidadãos custeavam seu próprio armamento, as duas primeiras classes, mais ricas, formaram 98 centúrias de infantaria pesada e cavalaria, e as demais, apenas 95, mas com um maior número de homens para compensar as deficiências no armamento. Essa separação solidificava o domínio oligárquico, que incluía os comerciantes ricos da cidade, mesmo que de origem plebeia.

Todas as fontes são unânimes em apontar uma violenta revolta patrícia no ano de 509 a.C. Nessa revolta, o último rei etrusco, Tarquínio, o Soberbo (534-509 a.C.), foi derrubado. Várias razões explicam essa revolta. Em primeiro lugar, há indícios de que já havia um declínio do poderio etrusco na Itália. Em segundo lugar, mas mais importante, sem dúvida, foi a tentativa dos patrícios de resgatarem o monopólio do poder político, ameaçado pelas reformas empreendidas pelos reis etruscos. Tal conclusão é facilmente confirmada ao analisarmos a estrutura política criada pelos patrícios após a revolta, a República.

A República (509-27 a.C.)

A palavra República deriva do latim *res publica*, ou “coisa pública”, adotando o sentido de uma forma de governo dos

cidadãos, ao contrário da Monarquia que seria vista como um governo pessoal. Entretanto, não devemos ver qualquer significado democrático (no sentido da criação de uma forma de governo amplamente aberta aos interesses populares) no golpe que destruiu a Monarquia e implantou a República, em 509 a.C. Ao contrário, a República criada em Roma foi uma instituição exclusivamente patricia, como atestam os mecanismos de governo e controle social implementados logo do seu estabelecimento.

A eliminação do cargo de rei efetivamente acabou com a concentração de poderes, gerando o aparecimento de vários cargos administrativos que marcaram a República, as **magistraturas**. A mais alta magistratura eram os **cônsules**, em número de dois e com mandatos anuais. Eles eram responsáveis pelo comando do exército e pelo controle da administração. Também participavam das reuniões do Senado e propunham leis. Abaixo dos cônsules, havia os pretores, que se encarregavam da justiça; os questores, que cuidavam das finanças do Estado e da arrecadação de impostos; os edis, que eram responsáveis pela conservação da cidade; e os censores, escolhidos a cada cinco anos, que deviam fazer o censo dos cidadãos segundo sua renda pecuniária e vigiar sua conduta.

O fim da concentração de poderes fez com que nenhum cargo administrativo em Roma fosse mais importante que o **Senado**, o qual passou a ser o órgão máximo da República. O fato de ele ser formado exclusivamente por patrícios, em caráter vitalício, era o grande elemento que garantia a eles o absoluto controle do poder. Era o Senado quem controlava a administração, as finanças, os assuntos militares e exercia os Poderes Legislativo e Judiciário. Também era ele quem elegia os magistrados e, em casos de calamidade pública, indicava um ditador que por um período máximo de seis meses, prorrogáveis por mais seis, governava com plenos poderes.

A Assembleia Centurial foi mantida, mas seu papel passou a ser o de mero ratificador das decisões do Senado. Mesmo assim, os patrícios mantinham o controle da maioria das Centúrias e, conseqüentemente, das decisões da Assembleia.

Esses elementos são suficientes para que se compreenda que a instalação da República significou a definitiva marginalização da plebe de qualquer decisão política. Inevitavelmente, a reação plebeia não demorou, levando Roma, desde o início da República, a um clima de intensas lutas sociais entre patrícios e plebeus.

As lutas sociais (494-286 a.C.)

No ano de 493 a.C., apenas dezesseis anos depois de instalada a República, os plebeus iniciavam a primeira de uma série de intensas lutas sociais do período, objetivando ampliar sua margem de participação nas decisões políticas. Após três anos de conflito, eles descobriram a forma certa de pressionar a elite patricia: retiraram-se para os pés do Monte Sagrado, nas cercanias de Roma, ameaçando fundar ali uma nova cidade.

Essa atitude, a primeira greve social que se conhece, foi bem sucedida por razões ligadas à estrutura interna de Roma e ao seu relacionamento com os povos vizinhos. Em primeiro lugar, a mão de obra romana ainda era essencialmente representada por plebeus. Mais que isso, as centúrias plebeias (pessimamente armadas, mas extremamente numerosas quanto ao contingente de homens) eram usadas como instrumento de primeiro combate,

servindo para desorganizar o adversário para só então sobreviver o ataque das centúrias patricias. Ante as ameaças externas e suas necessidades econômicas, os patrícios jamais poderiam abrir mão da massa plebeia, acabando por ceder parcialmente às suas reivindicações. Assim, em 490 a.C., os plebeus obtinham os tribunos da plebe, representantes políticos da plebe com poderes de vetar as decisões do Senado. Em 471 a.C., era criada a *Concilia Plebis* ou **Assembleia da Plebe**, composta exclusivamente por plebeus e com a função de eleger seus magistrados.

Outra importante conquista da plebe foi quando, em 450 a.C., aprovou-se a Lei das Doze Tábuas. Tratava-se de uma compilação escrita das leis até então orais de Roma, redigidas em doze placas de bronze e afixadas nas paredes do Fórum, um local público ao qual qualquer cidadão teria acesso. Logo a seguir, em 445 a.C., a Lei Canuleia suspendeu a proibição de casamentos entre patrícios e plebeus.

Outras conquistas seguiram-se a essas. Em 367 a.C., as Leis Licínia-Sextia aboliram a escravidão por dívidas, franquearam aos plebeus a posse das terras do Estado (*ager publicus*), e estabeleceram a obrigatoriedade de um dos cônsules ser sempre plebeu. Em 286 a.C., as leis votadas pela Assembleia da Plebe passaram a ter validade para todo Estado romano, originando a palavra plebiscito.

Vistas assim em seqüência, essas leis podem causar a impressão de uma plena igualdade obtida pela plebe e de uma sensível melhora nas suas condições de vida. Entretanto, elas foram sendo obtidas ao longo de um período no qual Roma viu-se às voltas com outro processo de conseqüências decisivas para sua história, e cujo efeito foi o de condenar a imensa maioria da plebe a uma situação de total marginalização, senão política, certamente econômica. Esse processo está ligado à expansão romana, que já no início da República dava seus primeiros passos.

As origens da expansão: a formação do Estado Itálico (395-270 a.C.)

Pode-se considerar como marco inicial da expansão romana a vitória sobre os etruscos, em 395 a.C. e a anexação da Etrúria aos domínios romanos. Nesse momento, é possível perceber que as ações expansionistas de Roma têm um caráter mais defensivo, dado pela necessidade de eliminar inimigos potencialmente perigosos. O mesmo raciocínio aplica-se à luta contra Pirro, rei do Épiro, entre 281-75 a.C., que havia enviado tropas à península em apoio às cidades da Magna Grécia.

Entretanto, a vitória sobre os etruscos teve o efeito de provocar uma reação em cadeia. Fortalecidos por essa conquista e pela vitória sobre os gauleses, um povo que vivia ao norte da península Itálica e que, em 387 a.C., havia chegado a invadir Roma, os romanos viram-se livres dos principais adversários que tinham em toda a península. Mais que isso, cada conquista exigia outras novas conquistas para garantir sua posse e segurança. Dessa forma, em um período muito curto, Roma viu-se no controle de toda a península, impondo seu domínio do norte da Itália até as regiões da Sicília.

Foi a posse dessa região pelos romanos que estabeleceu a rivalidade com a cidade de Cartago, rivalidade essa que assinalaria um dos marcos mais importantes da República romana.



As Guerras Púnicas e a conquista do Mediterrâneo (264-133 a.C.)

Vimos anteriormente que a cidade de Cartago origina-se de uma colônia fundada pelos fenícios no extremo norte da África, logo a sudoeste da Sicília. Desde tempos muito remotos, os romanos chamavam essa região de Punis, daí chamar de Guerras Púnicas ao conflito que envolveu Roma e Cartago entre 264 e 146 a.C.



Fig. 12 Ruínas da cidade de Cartago, destruída nas Guerras Púnicas.

Entre 264 e 202 a.C., Roma confrontou-se duas vezes com Cartago, sendo vitoriosa, e, em 146 a.C., arrasou totalmente sua rival.

A Primeira Guerra (264-241 a.C.) foi fruto direto da extensão dos domínios romanos à Sicília, onde herdou a rivalidade entre Cartago e as cidades da Magna Grécia. No decorrer do conflito, Roma transformou-se em potência terrestre e potência naval, obtendo o domínio sobre as ilhas da Sicília, Córsega e Sardenha, com a vitória.

A Segunda Guerra (219-202 a.C.) representou o mais sério desafio à sobrevivência do Estado romano. O general cartaginês Aníbal, considerado um dos maiores táticos de todos os tempos, conseguiu neutralizar toda a estrutura de defesa romana invertendo toda a lógica do ataque. Naturalmente, as defesas romanas concentravam-se no Mediterrâneo, esperando um ataque óbvio de Cartago a partir do mar. Aníbal optou por uma ataque por terra, conduzindo seus exércitos através da Península Ibérica e sul da França, penetrando na Itália com grande exército, através dos Alpes, ao norte.

Nessa operação, Aníbal mostrou, ao lado da sua genialidade tática, uma visão política da guerra. Sua passagem por regiões já incorporadas ao domínio romano fez com que fosse visto como libertador, obtendo aliados que o fortaleceram na luta contra Roma. Com isso, ele conseguiu aniquilar os exércitos romanos, devastando a Itália.

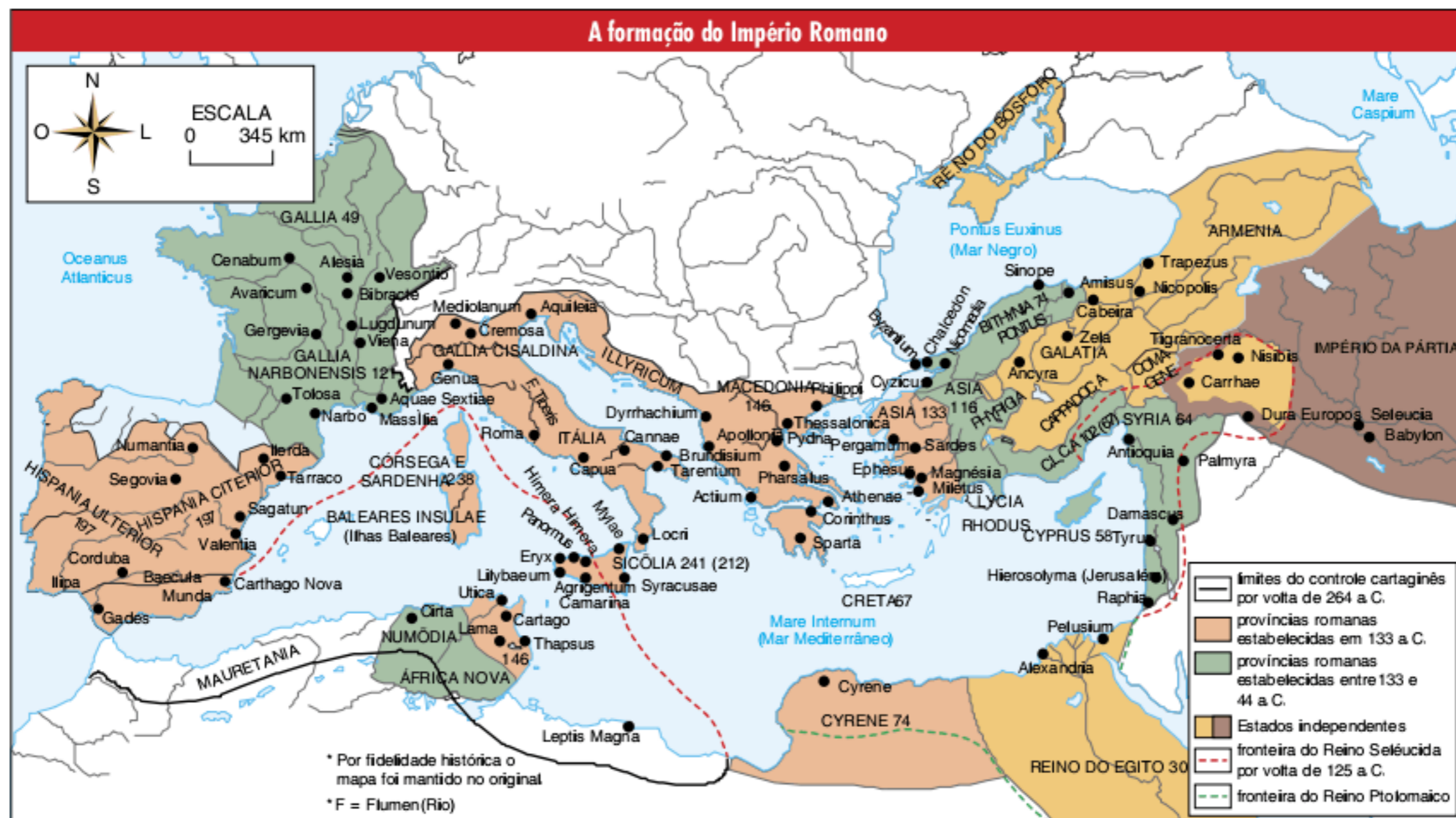
Entretanto, o desgaste dessa longa campanha foi grande demais. Tendo perdido grande parte de suas forças na difícil travessia dos Alpes, Aníbal não teve condições militares de invadir Roma, limitando-se a um longo cerco enquanto esperava reforços que nunca viriam. Isso porque, com suas tropas ociosas na Sicília e sem condições de defender Roma, o general romano Cipião, o Africano, atacou Cartago. Aníbal teve que retornar para defender a cidade, sofrendo a decisiva derrota na batalha de Zama (202 a.C.), que colocou fim à guerra.



SÉBASTIEN SCOTZ/WIKIMÉDIA COMMONS

Fig. 13 Aníbal contando os anéis dos cavaleiros romanos mortos na Batalha de Canas, Museu do Louvre, Paris, França.

A formação do Império Romano



Para Roma, a vitória sobre Cartago significou o imediato controle sobre os antigos domínios cartagineses, incorporando à Península Ibérica, o noroeste da África e o sul da França.

Meio século mais tarde, os romanos voltariam a entrar em guerra contra Cartago. Cartago tentava reerguer-se após a derrota, fato que já havia acontecido após a Primeira Guerra Púnica. A sentença *delenda est Carthago* (“Cartago deve ser destruída”) era proferida no Senado romano ao final dos discursos de Catão, o antigo (234-149 a.C.), que desta maneira chamava atenção para a urgência da aniquilação completa de Cartago.

Assim, a Terceira Guerra Púnica (150-146 a.C.) teve por efeito a completa destruição de Cartago. A cidade foi devastada, seus habitantes trucidados ou vendidos como escravos, as ruínas levadas para o mar e seu território declarado maldito, salgado para que nada ali pudesse crescer.

Paralelamente ao conflito com Cartago, Roma lançava seus olhos sobre o Mediterrâneo oriental. Após seguidas guerras, a Macedônia e a Grécia são transformadas em províncias (146 a.C.) e o reino de Pérgamo, incorporado (133 a.C.). Roma tornou-se o poder dominante também na área helenística, prosseguindo em sua política expansionista durante o século I a.C., com a conquista do Ponto, da Síria e do Egito.

O Mediterrâneo transformou-se, assim, num lago romano, o *mare nostrum*, elo entre as várias partes de um gigantesco Império.

Transformações econômicas e sociais trazidas pela expansão

Naturalmente, uma expansão do porte da expansão romana traria profundas transformações sociais e econômicas, as quais acabariam por modificar toda a estrutura interna de Roma.

Em primeiro lugar, as riquezas geradas pela expansão praticamente aniquilaram a pequena agricultura plebeia, voltada

essencialmente para a produção de gêneros de consumo interno. Ao mesmo tempo, o vasto comércio que se desenvolvia ocupava o lugar antes pertencente à atividade agrícola. A ampla camada de pequenos proprietários tendeu a desaparecer, em função da concorrência dos gêneros advindos das províncias e do latifúndio patricio, o qual tinha seu crescimento fortemente apoiado na mão de obra escrava.

O próprio crescimento da escravidão, um efeito direto da expansão, esteve ligado à miséria da plebe, visto que em grande parte dos escravos provinha dos prisioneiros de guerra. Mesmo que, desde 367 a.C., a escravidão por dívida tivesse sido abolida, ao plebeu endividado só restava entregar a terra ao patricio em troca da dívida. Com isso, verificou-se em Roma um processo de concentração fundiária, com as grandes propriedades patricias transformadas em grandes latifúndios voltados a uma produção extensiva de exportação, à qual o trabalho escravo adaptava-se perfeitamente.

A miséria da plebe, sem terra e sem trabalho no campo, conduziu a um amplo processo de êxodo rural, concentrando em Roma toda uma massa miserável, fato que trouxe evidentes decorrências em termos de tensão social e política.

O crescimento do comércio abriu possibilidades de enriquecimento a uma camada de plebeus urbanos, dando origem a um novo setor social, os homens novos ou cavaleiros. Ao mesmo tempo em que sua condição plebeia lhes impunha uma situação de marginalização política, sua riqueza tornava-os naturais adversários do Estado patricio, fato que também representou um elemento a conspirar contra a ordem republicana.

A expansão trouxe ainda um forte componente militar. No rastro das conquistas romanas, e da necessidade de uma força militar mais eficiente, o exército romano passara por um processo de profissionalização a partir do século II a.C. A antiga estrutura centuriária, baseada nos cidadãos recrutados em época

de guerra, cedeu lugar a uma força permanente, na qual os guerreiros recebiam o soldo para combater (daí a designação de soldados), submetidos a uma hierarquia rígida, no topo da qual se achavam os generais. Com isso, cada general romano passou a significar um poder extraordinário, o que alimentava suas ambições políticas e fazia do Exército uma força política à margem da estrutura republicana.

Naturalmente, o conjunto dessas transformações teve por efeito enfraquecer o poder patricio como este fora concebido em 509 a.C. A luta de plebeus miseráveis e escravos por melhores condições de vida e de generais e homens novos pelo poder fez com que os últimos dois séculos da República fossem caracterizados por lutas internas e guerras civis, que acabaram, em última análise, resultando na queda do regime republicano. Não por acaso, esse período é conhecido como a crise da República.

A crise da República (133-27 a.C.)

Um dos principais elementos de tensão política da República era a situação de miséria que atingia a plebe ociosa e concentrada em Roma. Em 133 a.C., Tibério Graco, eleito tribuno da plebe, embora fosse de origem patricia, propôs uma lei de reforma agrária, que limitava a posse das terras do Estado (*ager publicus*) em 500 juggera, cerca de 310 hectares por indivíduo. Todas as terras que excedessem a esse limite seriam revertidas ao Estado, que as redistribuiria em pequenos lotes aos cidadãos sem terra. A reação do Senado e da elite patricia fez com que Tibério Graco fosse assassinado, juntamente com seus seguidores, em 132 a.C.



Fig. 14 Escultura de bronze dos irmãos Graco, feita por Eugenes Guillaume, século XIX.

Dez anos mais tarde, seu irmão Caio, também tribuno da plebe, tentou executar um programa mais ambicioso. Aplicou a lei de reforma agrária em Cápua e Tarento; permitiu aos cavaleiros o acesso aos tribunais que julgavam as finanças provinciais; prometeu a cidadania romana aos aliados itálicos, e decretou a Lei Frumentária, que determinava a venda de trigo a preços baixos aos plebeus. Reeito em 122 a.C., mas derrotado no ano seguinte, Caio tentou um golpe de Estado, que resultou no massacre de seus seguidores; no final, Caio ordenou que um escravo o matasse.

A reação à morte de Caio levou a uma ampla revolta popular que agravou ainda mais a tensão política em Roma. A vida política passou a ser dividida em dois agrupamentos, o partido aristocrático, composto por patricios membros das elites tradicionais e

que desejava manter seu poder e a ordem vigente, e o popular, que lutava pela realização de reformas. A própria instabilidade política abriu espaço à ação dos generais, que usavam seu prestígio e poderio militar para fazer carreira política em um dos partidos.

Um deles, chamado Caio Mario, conseguiu chegar ao poder entre 105 e 100 a.C. De origem plebeia, Mario era o homem mais rico de Roma, um homem novo que, através da riqueza, foi galgando postos dentro do exército romano. Chegando a general, conquistou a Numídia, em 106 a.C., derrotando também povos germânicos que ameaçavam os domínios romanos. Seu prestígio fez com que se impusesse como ditador por seis vezes seguidas, em um flagrante ato inconstitucional, mas com apoio do partido popular. A Caio Mario deve-se a formação do exército proletário e profissional, no qual os legionários se alistavam por 25 anos, recebendo soldo, parcelas do espólio de guerra e um lote de terra quando tinham baixa. Mario permitiu aos homens livres pobres o acesso a uma ocupação remunerada; seu exército, contudo, era um instrumento político.

Entre 99 e 82 a.C., o partido popular dominou Roma, especialmente por meio de Mario (morto em 86 a.C.), salvo breves intervalos. Foi somente com sua morte que o partido aristocrático logrou recuperar o poder, através de **Sila**, um general cujo prestígio vinha também no rastro de conquistas militares. Sila tomou o poder em Roma, estabelecendo uma ditadura militar (82-79 a.C.). Restaurou o poder do Senado em sua plenitude, revogou as prerrogativas legislativas do Tribunato da Plebe e restringiu os direitos jurídicos dos cavaleiros. Baniu numerosos senadores e cavaleiros, suspeitos de serem simpatizantes do partido popular, lhes confiscando os bens e excluindo seus descendentes da vida pública.

Esse conjunto de ações deixam claro que o Senado não reconhecia em si condições de manter o poder, mesmo quando o partido aristocrático recuperava o controle da vida pública. Assim, optava por delegá-lo a uma ditadura.

Sila cria um vácuo político em Roma quando, ao se encerrar seu período ditatorial, se recusou a dar um golpe; gesto inesperado.

Em 70 a.C., **Crasso**, que se notabilizou por esmagar a rebelião de escravos liderada por **Espártaco** (73 a.C.); e **Pompeu**, vencedor da revolta nacionalista de Sertório, na Ibéria (78-72 a.C.), elegeram-se cônsules. Contra eles ergueu-se uma conspiração patricia, chefiada por Catilina. A necessidade de ampliar sua base de apoio levou os dois cônsules a se aliarem a um sobrinho de Mario, Caio Júlio (mais tarde conhecido como Júlio César), principal líder do partido popular e herdeiro da incalculável fortuna deixada por Mario. Essa aliança, firmada em 60 a.C., totalmente ilegal, segundo a composição institucional da República, ficou conhecida como **Primeiro Triunvirato**.

Os três líderes dividiram entre si a jurisdição do império, cabendo a Crasso, o Oriente; a Pompeu, a Ibéria; a Júlio, a Gália, território ainda independente de Roma. A morte de Crasso, em 53 a.C., inevitavelmente, colocou Júlio e Pompeu frente a frente. O fortalecimento militar de Júlio, que conquistara a Gália e ampliara violentamente seu poder, fez com que o Senado passasse a temer suas ambições políticas. Por isso, numa tentativa de detê-lo, em 49 a.C. Pompeu foi nomeado cônsul único pelo Senado. Ao mesmo tempo, chamava Júlio de volta a Roma, numa clara manobra para esvaziar seu poder militar.

Pronunciando a famosa frase *Alea jacta est* (“A sorte está lançada”), Júlio entrou em Roma à frente de seus exércitos, configurando um inegável golpe de Estado. Abalado com o prestígio popular de Júlio, Pompeu fugiu para a Grécia, onde foi derrotado em 48 a.C.

Em 46 a.C, senhor absoluto de Roma, Júlio fez-se proclamar ditador por dez anos, de onde vem o título de César atribuído a outros governantes. Seu período de ditadura foi curto. Sofrendo forte oposição do Senado, que via nele uma clara ameaça, por sua ambição de instaurar uma monarquia hereditária de tipo helenístico, em 44 a.C. César foi assassinado a punhaladas na saída de uma reunião do Senado. Esse assassinato foi fruto de uma conspiração que reuniu senadores, republicanos idealistas, partidários de Pompeu e elementos de seu próprio círculo.



Fig. 15 Lionel-Noël Royer. *Vercingetorix joga suas armas aos pés de Júlio César*, 1899. Museu Crozatier de Puy-en-Velay, França. As conquistas de Júlio César praticamente deram contorno final ao Império. Na reprodução, Vercingetorix, chefe gaulês, rende-se ao líder romano.

O projeto do Senado de recuperar o poder não se realizou, contudo, com a morte de Júlio César, em razão de dois fatores. O primeiro foi a violenta reação da plebe, a quem César mimara com a distribuição do trigo das regiões conquistadas e com a doação de parte da sua fortuna pessoal. O segundo, e mais importante, foi a reação do exército.

Durante os anos de seu governo, César trouxera o Exército cada vez mais para o centro das decisões, em sua política de neutralizar o poder do Senado. A morte de César foi, assim, tomada pelo Exército como um golpe contra ele, motivando uma reação que o tornaria o centro da vida política em Roma. Não por acaso, foi, na prática, o Exército quem tomou o poder, o que pode ser facilmente observado na composição do governo que ascendeu logo após a morte de César: composto por Otávio, sobrinho e herdeiro de César; Lépido, antigo comandante das suas forças de cavalaria, e Marco Antônio, seu mais hábil general. Em 43 a.C., esses três homens formaram o Segundo Triunvirato.

A ascensão do Segundo Triunvirato deu origem a uma violenta repressão sobre os conspiradores que haviam participado do assassinato de César. Instalou-se um clima de perseguições e mortes, impondo o terror sobre o Senado. Claramente, é o Exército quem detém o poder e toda a luta política resume-se agora à busca de sua plena aceitação. É nesse contexto que, em 33 a.C., Marco Antônio controlava as províncias orientais e Lépido foi derrotado por Otávio, que já dominava a Itália e as províncias ocidentais. Restando só Marco Antônio e Otávio, o conflito entre ambos tornou-se inevitável.

O estopim para o conflito foi representado pela questão do Egito, questão que vinha se arrastando desde o governo de Júlio César. Este, para ampliar seu poder contra o Senado, inclusive o militar, havia feito um acordo com a herdeira do trono egípcio, Cleópatra, colocando-a no trono contra seu irmão, Ptolomeu XIII. No confronto com Otávio, Marco Antônio buscou uma aproximação com o Egito, vista como perigosa aos interesses romanos, uma vez que Cleópatra tinha um filho com Júlio César. Otávio usou essa aproximação para aglutinar o Exército romano em torno de seu nome, contra Marco Antônio.

A última guerra civil da República terminou em 31 a.C., com os suicídios de Marco Antônio e Cleópatra após a grande derrota de Ácio, na Grécia, e com a vitória definitiva de Otávio, que transformou o Egito em sua província pessoal.

Cristalizou-se, assim, um poder pessoal, fortemente apoiado no Exército. Mais que isso, usando métodos semelhantes aos de seu tio, Júlio César, Otávio apoderou-se das abundantes colheitas do Egito, passando a abastecer a plebe romana com trigo gratuito. Além disso, o gigantesco tesouro egípcio, acumulado ao longo de milênios, permitiu a ele formar um grande Exército diretamente sob sua autoridade. Submetido pela força e pelo apoio popular a Otávio, o Senado viu-se obrigado a referendar esse poder, concedendo-lhe uma série de títulos. O primeiro deles foi o de *Princeps Senatus*, ou Primeiro Senador, o que lhe permitia presidir o Senado. A simples concessão desse título já representa uma clara inversão na própria estrutura da República. A existência de um poder acima do Senado significava um passo decisivo no caminho da centralização do poder. Esse período, inclusive, já é conhecido como Principado, dando a entender que não é exatamente a forma republicana de governo que tem o poder em Roma.

Os demais títulos recebidos por Otávio apenas confirmaram essa tendência: *Imperator*, ou Comandante e Chefe do Exército; Tribuno da Plebe, que lhe dava o direito de falar em nome da plebe nas reuniões do Senado, e Pontífice Máximo, que lhe concedia a chefia da religião oficial.

O corolário desse processo foi a concessão a ele do título de Augusto (o escolhido dos deuses), título que o colocava acima dos mortais comuns, dando-lhe o direito de indicar seus sucessores. Era a constatação definitiva do fim da República e do retorno à forma monárquica de governo, caracterizando a fase do Império.

César: Título que se originou do nome de família de Júlio César, que governou Roma como monarca sem coroa de 49 a 44 a.C. – Otávio, sobrinho e filho adotivo de César, tomou o nome do tio e também o título de Augusto. Os quatro imperadores romanos seguintes, por intermédio de família ou adoção, tiveram todos direito ao nome de César, que se tornou tão estreitamente associado à ideia de Imperador que era uma espécie de título. Ao escolher uma pessoa para sucedê-lo como governante supremo, o imperador conferia a seu herdeiro o título de César. Na época do Império Bizantino, qualquer pessoa escolhida como governante de um país que fizesse parte do império podia ser chamada de César. Na língua russa esse título tornou-se czar; em alemão César passou a ser kaiser.

O Alto Império (27 a.C. – 235 d.C.)

Tradicionalmente, o período do Império em Roma é dividido em duas fases distintas. O Alto Império estende-se da sacração de Otávio em 27 a.C. até por volta do século III d.C. e se constitui no período de consolidação e apogeu do Império. O Baixo Império, do século III ao V, representa o momento de crise e decadência do Império, até o seu final em 476.

Em termos políticos, o Império teve por base a centralização do poder nas mãos do Imperador, fortemente apoiado no Exército. As prerrogativas do Senado, embora formalmente mantidas, foram drasticamente reduzidas na prática, restando-lhe apenas a administração da Itália e das províncias sem guarnições militares (Províncias Senatoriais). O Imperador controlava a religião, o exército, as funções legislativa e judiciária, as finanças do Estado, a política externa e as províncias mais importantes.

A redução do poder do Senado causou choques entre este e o poder imperial, choques que sempre foram resolvidos pelo uso da força militar na qual se apoiava o Imperador. Lembremos que o poder efetivo estava nas mãos do Exército, sendo o Imperador apenas aquele a quem o Exército aceitava como governante. As seguidas crises sucessórias, golpes, assassinatos, conspirações, mostram exatamente esta característica. O exército, com um efetivo de mais de 300 mil homens, foi estacionado ao longo das fronteiras do Império, o limes, para resguardá-lo dos ataques bárbaros. Formava uma força profissional, composta por legiões, de recrutamento obrigatório entre os cidadãos romanos; e por forças auxiliares, de recrutamento provincial. Augusto criou também uma força militar de elite, a Guarda Pretoriana, aquartelada em Roma, para a proteção pessoal do imperador.

A sociedade foi dividida em três ordens, segundo um critério censitário, formando-se a Senatorial, que possuía privilégios políticos; a Equestre, que permitia o acesso aos cargos públicos; a Inferior, que abrangia a maioria dos cidadãos. Com isso, Otávio ganhava o apoio dos comerciantes ricos. Ao mesmo tempo, como forma de compensar a perda de poder do Senado, ele cumulava os Senadores com regalias que os tornavam dependentes do poder imperial.

O controle sobre a plebe era efetuado através da política de concessão de alimentos, política iniciada por Júlio César e ampliada por Otávio. Também criaram-se grandes espaços públicos para a realização de jogos, corridas de bigas e combates de gladiadores, de modo a dar à plebe uma forma de diversão que permitisse manter a revolta social em um nível controlável. Era a política do pão e circo.



Fig. 16 J. Blaeu. Circo máximo, 1649.

Economicamente, o Império assentava-se sobre o trabalho escravo e a riqueza gerada pelas províncias, tanto pelos tributos pagos quanto pelo comércio altamente lucrativo que Roma mantinha com elas. A manutenção dessa riqueza dependia essencialmente do Exército, o que ampliava ainda mais sua importância para o Império.

Augusto foi o primeiro imperador da denominada dinastia **Júlio-Claudiana**, que permaneceu no poder até 68 d.C. Seus integrantes foram Tibério (14-37 d.C.); Calígula (37-41); Cláudio (41-54), que incorporou ao império a Mauritânia e a Bretanha, e Nero (54-68).

A morte de Nero, forçado ao suicídio, fez eclodir a primeira crise sucessória imperial. O Exército impôs seus comandantes em rápida sucessão: Galba, apoiado pelas legiões da Ibéria; Oto, candidato da Guarda Pretoriana, e Vitélio, comandante da Gália. O estado de guerra civil gerado durante essas sucessões acabou vencido por Vespasiano, comandante do Exército do Oriente. Vespasiano governou de 69 a 96, sendo sucedido por seus filhos, Tito (79-81) e Domiciano (81-96), formando a dinastia dos **Flávios**.

A dinastia seguinte, dos **Antoninos**, caracterizou o século de ouro do Império. Foi composta por Nerva (96-98); por Trajano (98-117), que ampliou o Império pela conquista da Dácia, Armênia e Mesopotâmia, dando-lhe sua maior extensão territorial; por Adriano (117-138), que deu início à edificação de grandes muralhas de pedra nas fronteiras imperiais; por Antonino Pio (138-161); por Marco Aurélio (161-180), o “imperador-filósofo”, que defendeu as fronteiras do Danúbio das invasões bárbaras, e por Cômodo (180-192).



Fig. 17 O imperador Marco Aurélio.

O assassinato de Cômodo por uma conspiração palaciana jogou o Império em um estado de anarquia e de guerras civis generalizadas. Os vários comandantes militares apoiaram-se nas legiões para usurpar o poder imperial. Após cinco anos de lutas, o general das tropas do Danúbio, Septímio Severo, sagrou-se vencedor.

A última dinastia do Alto Império, a dos Severos, pode ser denominada de monarquia militar, prenunciando a grave crise que se avizinhava. A sucessão tornou-se hereditária, restrita à família dos Severos, que se portavam como monarcas orientais. Compuseram a dinastia, Septímio Severo (197-211); Geta (211-212); Caracala (212-217), Elogábalos (218-222) e Severo Alexandre (222-235).

O Império Romano



A evolução do Cristianismo

O Cristianismo surgiu na Palestina, região sob controle romano desde 64 a.C. Baseou-se nas pregações de **Jesus**, ou **Cristo** (tradução latina da palavra grega *sagrado*), que se dizia o **Messias**, isto é, o Filho de Deus, que segundo os profetas estabeleceria o domínio do povo judeu sobre a Terra.

Segundo os Evangelhos (em grego, “Boa Nova”), Jesus recrutou um grupo de seguidores, os **apóstolos**, e difundiu uma doutrina baseada no amor ao próximo, no perdão às ofensas e no desapego aos bens materiais, insistindo que seu reino era no Céu, e não na Terra. Repudiado pelas autoridades religiosas judaicas, foi julgado, culpado de **sedição** e crucificado por ordem do procurador romano Pilatos no ano de 33, durante o governo de Tibério. Ainda segundo os Evangelhos, ressuscitou no terceiro dia, e após quarenta dias subiu ao Céu.

Os apóstolos encarregaram-se de disseminar a nova doutrina, destacando-se entre eles Pedro, apontado por Jesus como o responsável pela fundação de sua Igreja, e Paulo, que deu ao Cristianismo um sentido de universalismo, tornando-o acessível a todos os povos pagãos (não cristãos) e descaracterizando-o como privilégio de uma raça eleita.

Sedição: Sublevação contra qualquer autoridade constituída; revolta, motim; perturbação da ordem pública; desordem, rebuliço.

A organização do cristianismo foi lenta. Inicialmente, havia apenas **padres**, ou presbíteros, encarregados das necessidades espirituais da comunidade, e os **diáconos**, encarregados das necessidades materiais; posteriormente, surgiram os **bispos** (vigilantes), que passaram a comandar os fiéis de cada província. No século II, apareceram as primeiras escolas para a formação do clero, as autoridades da Igreja em oposição aos membros comuns. Também os bispos das capitais provinciais passaram a ser chamados de **metropolitanos**, os das grandes cidades de **patriarcas**, e o de Roma, tido como sucessor de Pedro, **papa**.

Nos três primeiros séculos de sua existência, o cristianismo teve que ser praticado às ocultas, seus adeptos sofrendo duras perseguições, a exemplo das realizadas por ordem de Nero, Domiciano, Trajano, Marco Aurélio e Septímio Severo.

As perseguições foram causadas por motivos políticos. Primeiro, os cristãos recusavam-se a cultuar a deusa Roma, símbolo da unidade imperial, e a aceitar a divinização dos imperadores. E segundo, graças a sua mensagem redentora, o cristianismo obteve enorme sucesso entre os excluídos da sociedade romana (mulheres, pobres, e especialmente escravos), o que lhe deu um caráter subversivo. As perseguições acabaram por fortalecer o cristianismo. Seus adeptos uniram-se, aceitando o martírio sem hesitação, já que criam na salvação, e seu exemplo fez novos e numerosos adeptos, especialmente em uma época de crise e de falência dos poderes públicos.



Fig. 18 Ruínas do Coliseu, em Roma.

Além disso, o cristianismo também trazia noções de pacifismo e de igualdade entre os homens, o que acabou contribuindo para a desagregação de escravismo e também para a queda do Império.

A crise do século III e o Baixo Império (séc. III a V)

A base da economia romana era a escravidão, e sua fonte de abastecimento mais dinâmica era o afluxo de prisioneiros de guerra estrangeiros. Ao longo do século I, como o expansionismo sistemático cessou, ela viu-se bloqueada. O comércio de escravos somado a sua reprodução natural e o recurso de se permitir a instalação em massa de tribos germânicas vencidas nos territórios imperiais permitiram que o sistema escravista continuasse funcionando, mas nunca no volume requerido para repor as pesadas perdas causadas por seguidas epidemias de peste e sangrentas guerras civis.

A ação conjunta desses fatores colocou o Império em uma precária situação que, por volta de 235, quando eclodiram violentas e generalizadas lutas pela sucessão, levaram-no a cinco décadas de desequilíbrio crônico, caracterizando uma **crise estrutural**. Ocorreu o desequilíbrio entre a força dos exércitos romanos e a massa de bárbaros invasores; entre as despesas do Estado e sua arrecadação; entre a produção e o consumo; entre os campos e as cidades; entre a proporção de escravos e de homens livres.

O resultado foi a desestruturação do sistema escravista, com a implantação do **colonato** e amplo processo de **ruralização** na área ocidental do Império. O número de escravos rurais diminuiu, e eles fundiram-se em uma massa de **colonos**, composta por arrendatários, pequenos proprietários, cultivadores bárbaros e plebeus que abandonavam as cidades. Paralelamente, as cidades passaram por um processo de perda de vitalidade econômica, sendo substituídas, como centros produtivos, pela **vila**, o latifúndio com seus colonos. O campo tornou-se mais seguro que a cidade. Os grandes proprietários passaram a acolher todos aqueles que se sentiam oprimidos pelo Estado, que se tomava cada vez mais fiscalista, apoiado em uma enorme e ineficiente estrutura burocrática. Difundiu-se, assim, a prática do **patronato**. As manipulações monetárias tornaram-se uma constante, provocando inflação e favorecendo as transações em gêneros naturais. O próprio exército se enfraqueceu e passou por um processo de **barbarização**. A segurança do Império

passou cada vez mais a depender dos aliados bárbaros, instalados como **federados** nas fronteiras e mesmo substituindo os cidadãos romanos nas legiões.



Fig. 19 Vista arquitetônica com villa. Afresco no terceiro estilo, 22 x 53 cm. Pompeia, Museu Nacional, Nápoles.

O Baixo Império (284-476)

A crise do século III afetou de modo irreversível a civilização romana. Mesmo recobrando a unidade territorial e a centralização administrativa, sob o governo de enérgicos imperadores-soldados, após meio século de anarquia, a área ocidental do Império passou por um acentuado processo de decadência. O colonato, o patronato e a barbarização avançaram. E quando a pressão dos hunos, a partir do final do século IV, provocou as grandes migrações germânicas, o processo de ruralização transformou-se em êxodo urbano e o Império fragmentou-se, sendo substituído por novas organizações políticas, os **Reinos Bárbaros**.

Poucos imperadores merecem destaque nesse período: Diocleciano (284-305) proibiu os cultivadores de abandonar a terra, tornando o colonato uma instituição. Tentou tabelar os preços, baixando o Edito do Máximo, e dividiu o governo do Império entre quatro generais (Tetrarquia), medida abandonada por seus sucessores. Constantino (313-337) decretou a hereditariedade das funções profissionais, buscando assegurar o funcionamento dos serviços essenciais. Concedeu liberdade de culto aos cristãos (**Edito de Milão**, 313) e fundou uma nova capital, Constantinopla, no Oriente, a área mais rica e populosa do Império. Teodósio (378-395) transformou o cristianismo em religião oficial (**Edito de Tessalônica**, 393) e dividiu oficialmente o Império em duas unidades político-administrativas, o Império do Ocidente e o Império do Oriente.

Durante o século V, os bárbaros germânicos esfacelaram o Império do Ocidente. Os visigodos saquearam Roma em 410, os vândalos, em 455, e, em 476, os hérulos depuseram o último imperador, Rômulo Augústulo.

A cultura Romana

Em termos culturais, o traço mais característico da civilização romana foi sua capacidade de incorporar as culturas dos povos dominados e mesmo daqueles com quem os romanos tiveram contato, antes mesmo da dominação. Um exemplo são

os traços gregos na formação romana original, incidindo inclusive na própria religião romana, politeísta e fortemente inspirada na grega.

Na religião, o primeiro traço a divergir a cultura grega da romana vai aparecer no período imperial, com o costume de deificar os imperadores após sua morte, clara influência das culturas orientais. A partir do século III, há a influência cristã, com o cristianismo difundindo-se entre todas as camadas sociais e de tal maneira que acaba sendo elevado à religião oficial do Império em 390.

Apesar da influência, os romanos, diferentemente dos gregos, apresentaram uma tendência bastante acentuada ao pragmatismo em termos culturais, desenvolvendo-se em áreas diretamente necessárias à administração do Império e à superação das tensões sociais. Assim, a arquitetura romana notabilizou-se pela realização de obras públicas, como estradas, pontes, aquedutos e edifícios públicos, em detrimento dos templos que foram a marca registrada da arquitetura grega.

No campo das realizações intelectuais, a Literatura trouxe nomes como Cícero, considerado o maior orador romano, o historiador Tito Lívio e os poetas Ovídio e Virgílio. Entretanto, a área mais privilegiada da atuação romana foi o Direito,

dividido em *Jus Naturale*, o Direito Natural; em *Jus Gentium*, o Direito dos Povos, base do direito internacional, e em *Jus Civile*, o Direito Civil, exclusivo aos cidadãos romanos. Suas formulações básicas até hoje influenciam o direito dos povos ocidentais.

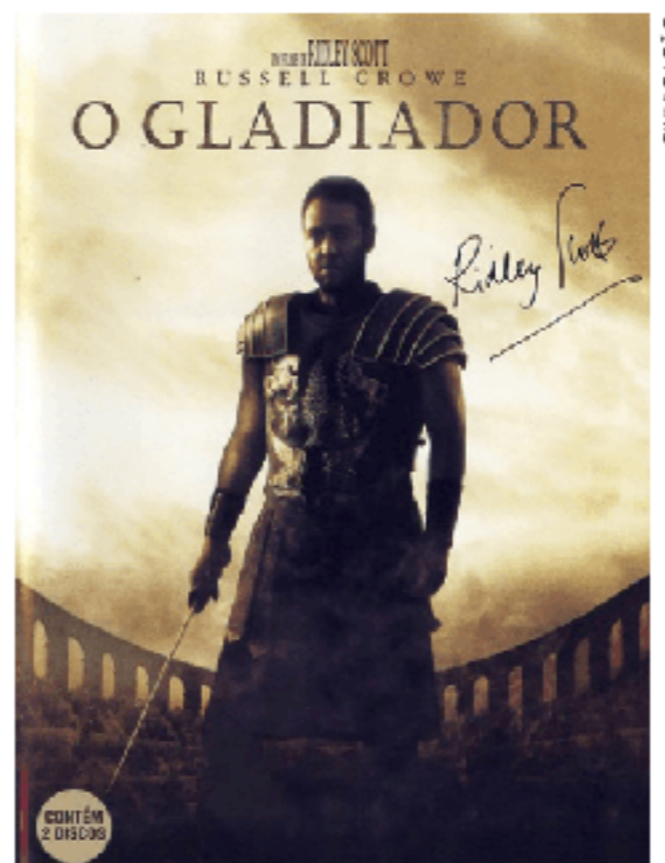


Fig. 20 Capa do DVD do filme *O Gladiador*.

Revisando

1 Quais as principais contribuições de Drácon e Sólon para atenuar os conflitos sociais que marcaram Atenas durante o período Arcaico?

2 Identifique e comente as principais diferenças entre Esparta e Atenas quanto à organização política.

3 Estabeleça a relação entre a Liga de Delos, a hegemonia ateniense e a Guerra do Peloponeso.

4 Qual a causa original da rivalidade entre Roma e Cartago e quais as consequências da guerra para os cartagineses?

5 Quais as modificações na estrutura do Estado romano geradas pelo Império em comparação à antiga estrutura republicana?

6 Fuvest 1996 Para explicar o fim do Império Romano, foram defendidas teses extremadas, como a de A. Paganiol, para quem *Roma foi assassinada* e a de F. Lot, para quem *Roma morreu de morte natural*.

a) No que consistem tais teses?

b) Por que elas não explicam satisfatoriamente o processo de crise e queda do Império Romano?

Exercícios propostos

1 As cidades-estados da Grécia antiga não possuíam unidade política e, pelo menos até a época conhecida como “Período das Hegemonias”, gozavam de ampla soberania. Isso significa que:

- (a) mantinham uma política comum de organização financeira.
- (b) tinham crenças religiosas intercambiáveis.
- (c) eram politicamente autônomas.
- (d) eram dirigidas pelo mesmo soberano.
- (e) formavam um mercado comum de produtos.

2 No território da Antiga Grécia existiam dezenas de cidades-estados, com área e população variáveis, destacando-se Atenas, Tebas, Mégara, Esparta, Corinto, Mileto e Argos. Acerca das cidades-estados, base da organização política que caracterizou o povo grego, é correto afirmar que:

- (a) possuíam uma organização econômica solidária.
- (b) eram politicamente autônomas.
- (c) mantinham política comum.
- (d) possuíam princípios religiosos antagônicos.
- (e) estavam unidas na política de organização do Mediterrâneo.

3 Mackenzie Na Grécia havia uma lenda que tentava explicar a sua origem. Segundo ela, um monstro chamado Minotauro, cabeça de touro e corpo de homem, habitava um labirinto e obrigava o povo a pagar pesados tributos. Exigia também a entrega de jovens mulheres para servi-lo. Dizia-se que o labirinto era inacessível e todos os que tentaram nele entrar, para enfrentar e vencer o Minotauro, acabaram fracassando, perdendo-se nas suas inúmeras dependências. Porém, um dia, um jovem grego chamado Teseu, filho do rei Egeu, corajosamente, dirigiu-se para o labirinto e, ajudado por Ariadne, uma das servas do Minotauro, conseguiu encontrar o monstro e destruí-lo, conquistando a liberdade para a Grécia.

Cláudio Vicentino.

Os historiadores relacionam essa lenda às origens da civilização grega. Assinale a alternativa que apresenta o período a que se refere a lenda.

- (a) Helenístico
- (b) Arcaico
- (c) Homérico
- (d) Micênico
- (e) Clássico

4 No sentido contemporâneo do termo, especialmente na implicação de unidade política, a palavra *nação* não pode ser aplicada à Grécia antiga, porque:

- (a) prevaleciam padrões culturais diferenciados nas várias regiões.
- (b) as formas de governo foram únicas, mas guardavam total autonomia.
- (c) não havia unidade de língua e religião entre as várias populações urbanas.
- (d) as cidades eram independentes nos assuntos de seu próprio interesse.
- (e) predominavam as tendências à proibição de atividades econômicas semelhantes.

5 Os gregos, na Antiguidade, não possuíam unificação política, não formavam um Estado unificado. Assim, concluímos que:

- (a) somente de forma esporádica conheceram momentos de unificação: a Confederação de Delos, sob a hegemonia de Esparta.
- (b) a falta de unificação política se representou pela própria existência da cidade-estado autônoma.
- (c) o tipo de organização política adotada pelos gregos aproximava-os das sociedades tribais do Extremo Oriente.
- (d) a falta de unificação política gerou a ausência de unidade cultural, haja vista as várias línguas faladas na Grécia.
- (e) o sistema político grego, predominantemente oligárquico, supriu a ausência do Estado unificado.

6 Em relação ao sistema produtivo das cidades-estados gregas, pode-se dizer que predominava:

- (a) o trabalho de camponeses livres, rendeiros dependentes e artesãos urbanos.
- (b) o trabalho comunal nas aldeias agrícolas, sendo a escravidão secundária.
- (c) a escravidão, então convertida em um modo de produção sistemático.
- (d) o trabalho livre junto às propriedades rurais e pequenas unidades artesanais.
- (e) a vassalagem originária das estruturas indo-europeias.

7 O aspecto original da civilização grega, quando comparada às da Antiguidade Oriental, foi:

- (a) econômico, com novas formas de indústria e comércio que permitiram o surgimento de centros urbanos.
- (b) social, com novas formas de trabalho compulsório e hierarquias sociais baseadas no nascimento e na riqueza.
- (c) religioso, com o aparecimento de divindades com representação antropomórfica e poderes ilimitados.
- (d) cultural, com o desenvolvimento das artes plásticas e de expressões artísticas derivadas do uso da escrita.
- (e) político, com a criação de práticas participativas de poder.

8 Dentre as características marcantes do Mundo Grego, não seria correto incluir:

- (a) a inexistência de uma unidade política, dado o isolamento entre as várias regiões, gerado pelo território extremamente montanhoso e acidentado.
- (b) as diferenças de organização econômica, política e social entre as várias cidades.
- (c) o caráter essencialmente militarista de Esparta, fruto de sua origem dórica.
- (d) a harmonia que sempre caracterizou as relações entre as várias cidades-estados.
- (e) o extraordinário legado cultural deixado por essa civilização.

9 Fuvest 2003

A história da Antiguidade Clássica é a história das cidades, porém, de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura.

K. Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*.

Em decorrência da frase de Marx, é correto afirmar que:

- (a) os comerciantes eram o setor urbano com maior poder na Antiguidade, mas dependiam da produção agrícola.
- (b) o comércio e as manufaturas eram atividades desconhecidas nas cidades em torno do Mediterrâneo.
- (c) as populações das cidades greco-romanas dependiam da agricultura para a acumulação de riqueza monetária.
- (d) a sociedade urbana greco-romana se caracterizava pela ausência de diferenças sociais.
- (e) os privilégios dos cidadãos das cidades gregas e romanas se originavam da condição de proprietários rurais.

10 Fuvest *Ao povo dei tanto privilégio quanto lhe bastasse, nada tirando ou acrescentando à sua honra; Quanto aos que tinham poder e eram famosos por sua riqueza, também tive cuidado para que não sofressem nenhum dano... e não permiti que nenhum dos dois lados triunfasse injustamente.*

Sobre esse texto, é correto afirmar que seu autor:

- (a) o dramaturgo Sólon, reproduz um famoso discurso de Péricles, o grande estadista e fundador da democracia ateniense.
- (b) o demagogo Sólon, recorre à eloquência e à retórica para enganar as massas e assim obter seu apoio para alcançar o poder.
- (c) o tirano Sólon, lembra como, astutamente, acabou com as lutas de classes em Atenas, submetendo ricos e pobres às mesmas leis.

- (d) o filósofo Sólon, evoca de maneira poética a figura do lendário Drácon, estadista e criador da democracia ateniense.
- (e) o legislador Sólon, exprime o orgulho pelas leis, de caráter democrático, que fez aprovar em Atenas quando governou a cidade.

11 A democracia na Grécia antiga esteve intimamente ligada:

- (a) ao período homérico (séculos XII a VIII a.C.), ao trabalho servil, às lutas entre grandes e pequenos proprietários de terras e ao voto censitário.
- (b) ao período arcaico (séculos VIII a VI a.C.), ao trabalho livre, à pacificação do conflito entre as classes e ao sufrágio universal.
- (c) ao período clássico (séculos V e IV a.C.), ao trabalho escravo, às lutas entre os cidadãos ricos e pobres e ao voto direto.
- (d) ao período helenístico (séculos III e II a.C.), ao trabalho livre, à pacificação dos conflitos entre os cidadãos e ao voto por sorteio.
- (e) a todos os períodos (séculos XII a III a.C.), ao trabalho escravo, à desigualdade entre os cidadãos e à eleição de representantes.

12 Mackenzie *Na Antiguidade, o direito à cidadania propriamente dito era restrito a uma reduzida classe de privilegiados. A nítida separação entre cidadão (membro do grupo dirigente com direito a voto nas assembleias e à participação na vida política) e os demais estratos sociais, excluídos de opinar sobre o destino da cidade, ocorria, pois, no plano político. A distinção entre o cidadão e o escravo tinha um argumento sutil, que servia para o desencargo de consciência da elite: o escravo era desprezível, não por trabalhar, mas porque, em dado momento de sua existência, tinha preferido a servidão ao risco de morrer pela liberdade.*

P. S. Carmo. *A ideologia do trabalho*. (Adapt.).

Os elementos apresentados no fragmento acima, nos permitem relacioná-lo com a civilização:

- (a) egípcia. (c) mesopotâmica. (e) cretense.
- (b) fenícia. (d) grega.

13 UFPR Péricles, que governou Atenas de 461 a 429 a. C., definiu o sistema político de sua cidade da seguinte maneira:

Vivemos sob a forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo o que depende não de poucos, mas da maioria, é democracia.

Porém, para muitos historiadores modernos, ainda que se considere Atenas como local de origem e paradigma da democracia, ela não foi uma democracia modelo, pois existiam grupos sociais que eram excluídos do processo político. Sobre a sociedade e os sistemas políticos da Grécia antiga, é correto afirmar que:

- diferentemente da vizinha Atenas, a cidade de Esparta adotava uma forma de governo conhecida como oligarquia ou diarquia.
- com Péricles, a democracia ateniense foi ampliada; porém, seu governo também foi marcado pelo auge do escravismo.

- desejando expandir seu sistema político, Atenas submeteu Esparta e Tebas e deu aos habitantes dessas duas cidades os mesmos direitos conferidos aos atenienses.
- durante o governo de Péricles, os cidadãos atenienses, independentemente da situação econômica de cada um, deveriam participar das assembleias e decisões de governo.
- no século V a.C., as conquistas militares de Alexandre Magno expandiram o domínio político de Atenas até a Península Itálica.
- ao se dizer que o sistema político ateniense não era uma “democracia modelo”, faz-se referência ao fato de que apenas uma parte de seus habitantes eram reconhecidos como cidadãos.

14 IBMEC *A proposta dos organizadores dos Jogos Olímpicos de Atenas é mostrar ao mundo uma cidade que mistura história e herança cultural à nova face da Europa. O Estádio Panathinaikon [...] construído no século IV a.C., há 106 anos, foi sede dos primeiros Jogos da Era Moderna. Em 2004 receberá as competições de arco e flecha e a chegada da maratona.*

“Passado e presente se encontram em Atenas”. In: *O Estado de S. Paulo*, Caderno de Esportes, 12 jan. 2003.

Nesse texto, vemos que a ideia dos Jogos Olímpicos de Atenas é juntar a antiga civilização grega à Grécia do século XXI. Isso implica trazer aos dias de hoje momentos históricos distintos, com concepções diferentes de disputa esportiva: a Grécia antiga e a Europa do final do século XIX. Sobre essas concepções e períodos históricos podemos afirmar que:

- (a) os gregos e posteriormente os romanos organizavam os Jogos Olímpicos como um festival de disputa meramente esportiva entre países da Ásia Menor, que compunham a civilização helênica. Esse mesmo sentido esportivo foi resgatado pelo barão de Coubertin em 1906, como uma tentativa de congregar os países europeus em torno da ideia de uma Europa unida sob os ideais greco-romanos.
- (b) os Jogos Olímpicos surgiram na Grécia Arcaica e congregavam várias cidades-estados, como parte de grandes festivais religiosos, cuja ideia de disputa era um ritual central na cultura grega. Essa ideia foi retomada em 1896, no período da segunda Revolução Industrial. O esporte era visto então, como uma forma de condicionamento dos corpos, exigido pela nova civilização mecânica e se tornou uma competição cada vez mais acirrada, com quebra de recordes.
- (c) os Jogos Olímpicos foram organizados inicialmente pela cidade-estado de Esparta, como forma de demonstrar a superioridade moral e física dos espartanos em relação a outras cidades-estados. Em 1896, o barão de Coubertin retomou essa ideia, retirando essa visão de disputa e tendo como lema, “o importante é competir”, unindo todos os povos do mundo sob o ideal olímpico.
- (d) os Jogos Olímpicos têm um fundo mitológico sem comprovação de sua existência real. Os esportes eram vistos pelos gregos como uma disputa entre deuses e semideuses no Monte Olimpo. Essa mitologia foi retomada no final do século XIX com a intenção de promover um resgate da cultura clássica e diminuir as tensões entre vários países europeus em disputa por território.
- (e) embora os Jogos Olímpicos tenham sido criados na Grécia, eles somente ganharam notoriedade na Alemanha nazista, onde foram popularizados e difundidos para o restante do planeta. Para os nazistas, os Jogos eram a grande oportunidade de congregar os povos em torno da liderança política de Hitler.

15 O sistema educativo ateniense visava:

- (a) desenvolver nos cidadãos um conjunto harmonioso das qualidades do corpo e da mente.
- (b) ao equilíbrio harmonioso entre o físico e a mente, de modo que pudessem ser bons soldados.
- (c) à formação de soldados fortes e disciplinados para a defesa da pátria.
- (d) à formação política e militar de seus soldados, preparando-os para a guerra.
- (e) à formação exclusivamente intelectual de seus cidadãos, considerando a atividade física vergonhosa.

16 Sobre Esparta pode-se afirmar que:

- (a) os hilotas eram pequenos agricultores livres e os metecos eram escravos do Estado.
- (b) possuía um regime oligárquico no qual a diarquia tinha o monopólio do poder.
- (c) o controle sobre a Messênia acentuou seu caráter militarista e expansionista.
- (d) sua contribuição foi decisiva para a vitória final sobre os persas.
- (e) os periecos eram artesãos e comerciantes e os dórios formavam a camada dominante.

17 Em relação à sociedade espartana, a camada social dos hilotas:

- (a) desenvolvia atividades mercantis que lhe possibilitava acumular pequenas fortunas com as quais comprava títulos de cidadania.
- (b) literalmente, “homens do litoral”, compunha um dos três partidos políticos regionais de Esparta pós-Sólon.
- (c) sofria os “Kriptios”, formas de repressão e extermínio, realizados por jovens espartanos.
- (d) enriqueceu executando cobrança de impostos (publicanos), arrendando florestas e minas públicas.
- (e) também lucrou com as conquistas, pelo monopólio dos cargos públicos; acumulou fortunas com os subornos dos particulares, aos quais concedia permissão para explorar terras públicas.

18 Com relação à sociedade da Antiga Grécia, assinale a afirmação incorreta.

- (a) À medida que as colônias gregas foram se espalhando em torno do mar Mediterrâneo, o comércio passou a preponderar nas relações com as colônias.
- (b) Uma característica fundamental da organização espartana tem a ver com a educação voltada para a guerra, o que implicava no fato de o Estado interferir na vida social e familiar, ocupando-se da educação dos jovens, no sentido de que viessem a se tornar bravos guerreiros, e das mulheres, para que viessem a ser mães de gerações sadias.

- (c) A democracia ateniense tornou-se modelo para o mundo moderno por estabelecer uma verdadeira igualdade entre os cidadãos, em especial após a abolição da escravidão, defendida por Péricles.
- (d) A vitória espartana na Guerra do Peloponeso pôs fim à hegemonia ateniense na Antiga Grécia.
- (e) Um dos aspectos da cultura grega tem a ver com o desenvolvimento da arquitetura, marcada pela presença de três estilos: o dório, o jônio e o coríntio, sendo este último caracterizado pela sofisticação e abundância de detalhes ornamentais.

19 Vunesp *Péricles, governante de Atenas no século V a.C., enaltecendo as glórias da democracia ateniense, declarou: O poder está nas mãos não da minoria, mas de todo o povo, e todos são iguais perante a lei.*

Tucídides. *Guerra do Peloponeso*.

Na prática da vida política ateniense, a ideia de democracia na época de Péricles, diferentemente da atual, significava que:

- (a) os habitantes da cidade, ricos e pobres, homens e mulheres, podiam participar da vida política.
- (b) os escravos possuíam direitos políticos porque a escravidão constituída por dívida era temporária.
- (c) os direitos políticos eram privilégios dos cidadãos e vetados aos metecos, escravos e mulheres.
- (d) os metecos tinham privilégios políticos por sustentarem o comércio e a economia da cidade.
- (e) os pobres e os estrangeiros podiam ser eleitos para os cargos do Estado porque recebiam remuneração.

20 No que diz respeito à Grécia, a correta relação de causa e efeito é:

- (a) reformas de Sólon = aprimoramento da democracia ateniense.
- (b) hegemonia espartana = eclosão da Guerra do Peloponeso.
- (c) imperialismo ateniense = causa da Guerra do Peloponeso.
- (d) reconversão agrícola = difusão da escravidão em Esparta.
- (e) Liga de Corinto = hegemonia tebana.

21 Unicamp (Adapt.) No ano de 415 a.C., Alcibiades, um general de Atenas, assim defendeu suas qualificações para comandar uma esquadra contra os espartanos:

Mais do que qualquer outro, atenienses, cabe-me receber o comando [...] Os helenos, que consideravam grande nossa cidade esgotada pela guerra, passaram a fazer uma ideia de sua grandeza muito além de seu poder, diante do meu desempenho nos Jogos Olímpicos, pois entraram na pista hípica sete carros meus [...] e gabei o primeiro, o segundo e o quarto prêmios, além de ter me apresentado em tudo mais num estilo digno de minhas vitórias. De acordo com as tradições isto é uma honra, e pelos feitos se deduz o poder.

Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso* 6.16. 1-2, Brasília: UnB, 1982. p. 296. (Adapt.).

- a) O que foi a Guerra do Peloponeso?
- b) O que eram os Jogos Olímpicos para os gregos da Antiguidade?

22 Ajudaram os espartanos a vencer os atenienses na Guerra do Peloponeso, mas não foram eles que acabaram por conquistar toda a Grécia. Pelo contrário, posteriormente, eles foram também conquistados e integrados a um novo império. Trata-se dos:

- (a) egípcios e do Império Romano.
- (b) fenícios e do Império Cartaginês.
- (c) persas e do Império Helenístico.
- (d) siracusanos e do Império Siciliota.
- (e) macedônios e do Império Babilônico.

23 Assinale a alternativa correta.

- (a) As relações da Macedônia com a Grécia foram periféricas até o reinado de Alexandre Magno.
- (b) Felipe II liderou as cidades gregas na conquista do Império Persa.
- (c) Durante seu período de hegemonia Esparta aliou-se ao Império Persa.
- (d) A Liga de Corinto foi uma imposição do imperialismo ateniense.
- (e) O período Helenístico caracterizou-se pelo apogeu cultural da polis grega.

24 O período Helenístico foi marcado pela fusão de elementos culturais gregos e orientais. Comente as principais características da cultura helenística.

25 FGV-SP *Fui atrás dos assassinos de meu pai e depois de se-
mear o terror entre os gregos com a destruição de Tebas, fui aclamado comandante por eles. E ao assumir o reino da Macedônia, não achei digno de me contentar em comandar só com o que meu pai tinha me deixado; ao contrário, lançando meus pensamentos por toda a terra e pensando que seria perigoso se eu não dominasse todos os povos, à frente de poucos homens invadi a Ásia e no Granico, em grande batalha, fui vencedor. Depois de conquistar a Lídia, a Jônia e a Frígia, em resumo, depois de submeter todos os que se apresentaram diante de meus pés, cheguei a Issos. Lá, Dario me esperava, à frente de muitas miríades de soldados [...] Para terminar: eu morri enquanto reinava [...] dando pouco valor às coisas do Ocidente preferi lançar-me na direção da Aurora.*

Luciano. *Diálogos dos mortos*: Trad. São Paulo: Edusp/Palas Athena, 1999. pp. 189 e 191.

O comandante militar que se apresenta no trecho acima é:

- (a) César, o general romano responsável pela conquista da Gália no século I a.C.
- (b) Ulisses, o herói grego da conquista de Troia em torno do século XIII a.C.
- (c) Átila, rei dos hunos, cujas campanhas assolaram a Gália e a Itália no século V a.C..
- (d) Alexandre, o imperador macedônico conquistador da Pérsia no século IV a.C.
- (e) Aníbal, general cartaginês que impôs várias derrotas aos romanos no século III a.C.

- 26** Quando, a partir do final do último século a.C., Roma conquistou o Egito, e áreas da Mesopotâmia, encontrou nesses territórios uma forte presença de elementos gregos. Isto foi devido:
- (a) ao recrutamento de soldados gregos pelos monarcas persas e egípcios.
 - (b) à colonização grega, semelhante à realizada na Sicília e Magna Grécia.
 - (c) à expansão comercial egípcia no Mediterrâneo Oriental
 - (d) à dominação Persa na Grécia durante o reinado de Dario.
 - (e) ao helenismo, resultante das conquistas de Alexandre, o Grande.

- 27** As conquistas realizadas por Alexandre da Macedônia (também chamado de Alexandre, o Grande), entre 334 e 323 a.C., estenderam-se da Grécia até às margens do rio Indo (Índia). Algumas das características dessa expansão macedônica e do imenso Império que dela derivou foram:
- (a) a imposição de instituições políticas romanas sobre as áreas conquistadas por Alexandre e a repressão às formas monárquicas predominantes no Oriente próximo e distante.
 - (b) o apoio do exército macedônio a revoltas de povos subjugados por outros impérios e a recusa da incorporação de soldados que não fossem macedônios ou gregos às tropas de Alexandre.
 - (c) a restrição à circulação de mercadorias entre regiões distintas do Império e a gradativa, mas profunda, segmentação e diminuição do comércio interno e externo dos macedônios.
 - (d) o intercâmbio entre culturas ocidentais e orientais e o prevailecimento de uma perspectiva universalista e assimiladora sobre a mentalidade voltada às questões locais.
 - (e) a obrigatoriedade de uso de uma só língua, o persa, e a proibição sumária da transmissão de ideias e da movimentação de intelectuais entre as áreas dominadas pelo Império.

- 28** O período helenístico foi marcado por grandes transformações na civilização grega. Entre suas características, podemos destacar:
- (a) o desenvolvimento de correntes filosóficas que, diante do esvaziamento das atividades políticas das cidades-estados, faziam do problema ético o centro de suas preocupações visando, principalmente, o aprimoramento interior do ser humano.
 - (b) um completo afastamento da cultura grega com relação às tradições orientais, decorrente, sobretudo, das rivalidades com os persas e da postura depreciativa que considerava bárbaros todos os povos que não falavam o seu idioma.
 - (c) a manutenção da autonomia das cidades-estados, a essa altura articuladas primeiro na Liga de Delos, sob o comando de Atenas e, posteriormente, sob a Liga do Peloponeso, liderada por Esparta.
 - (d) a difusão da religião islâmica na região da Macedônia, terra natal de Felipe II, conquistador das cidades-estados gregas.
 - (e) o apogeu da cultura helênica representado, principalmente, pelo florescimento da filosofia e do teatro e o estabelecimento da democracia ateniense.

- 29** Freud, Brecht e Pasolini, entre muitos outros, recorreram a ela em seus trabalhos. O primeiro, ao utilizar os termos “complexo de Édipo” e “complexo de Electra”; o segundo, nas *Notas sobre a adaptação de Antígona*; e o terceiro, no filme *Medeia*.
- a) Identifique a arte grega evocada acima e dê o nome de dois de seus autores.
 - b) A que se deve a sua permanente atualidade?

- 30** Platão e Aristóteles, filósofos gregos dos séculos V e IV a.C., foram fundamentais para a formação da cultura ocidental. Sobre eles, podemos afirmar:
- (a) junto com Paulo de Tarso, foram importantes divulgadores do cristianismo na Europa.
 - (b) não se preocuparam com problemas políticos, dedicando-se somente à observação de fenômenos naturais.
 - (c) foram ignorados pelos pensadores cristãos até serem redescobertos pelos renascentistas no século XVI.
 - (d) apesar de serem chamados de filósofos, foram poetas e criaram peças de teatro a partir dos mitos gregos. Platão foi o primeiro grego a escrever os mitos de sua sociedade.
 - (e) todas as alternativas anteriores são incorretas.

- 31** Identifique e comente o aspecto original da religião grega, relacionando-o com o desenvolvimento do pensamento filosófico.

- 32 Mackenzie** Após vingarem o destino infeliz da mãe Rea Silvia, detida por longo tempo pelo pérfido tio Amúlio, e restituírem o reino de Alba ao avô Numitor, Rômulo e Remo teriam decidido, por conta própria, fundar com seus companheiros, todos homens, uma cidade. De modo muito simples, Rômulo e Remo foram tomados pelo desejo de fundar uma cidade nos mesmos lugares que haviam sido abandonados e criados, ou seja, às margens do Tibre.

Levi G. Schmitt. *História dos jovens*. (Adapt.).

O texto apresenta um trecho da versão escrita pelo poeta Virgílio, em *Eneida*, acerca da fundação da cidade de:

- (a) Esparta. (c) Bagdá. (e) Atenas.
- (b) Roma. (d) Tebas.

- 33 FGV** A partir de então, passou-se a eleger cônsules em número de dois, ao invés de um único rei, com o propósito de que, se um deles tivesse a intenção de agir mal, o outro, investido de igual autoridade, o coibisse.

Flávio Eutrópio “Sumário da história romana”. In: G. M. Novak e outros (Orgs.). *Historiadores latinos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 259.

O trecho refere-se ao período da história de Roma conhecido como:

- (a) Diarquia, instituída logo após a época imperial.
- (b) Democracia, organizada após a revolta dos plebeus e dos escravos.
- (c) Consulado, criado para diminuir o poder dos tiranos.
- (d) República, estabelecida pela aristocracia patricia.
- (e) *Pax Romana*, imposta pelos senadores como forma de limitar o poder dos patricios.

34 Durante séculos, o mar Mediterrâneo foi o centro comercial do mundo conhecido. Dominá-lo significava também exercer plena hegemonia política e militar. São exemplos da busca pelo controle do Mediterrâneo e de sua importância:

- (a) as Guerras Púnicas, nos séculos III e II a.C., entre Roma e Cartago, que determinaram a plena expansão dos romanos e asseguraram-lhes o domínio do norte da África.
- (b) as atividades mercantis, na Alta Idade Média, de cidades italianas, como Veneza ou Gênova, que se empenharam no estabelecimento de novas rotas oceânicas para o Oriente.
- (c) as colonizações desenvolvidas em território americano, a partir do século XV por Portugal e Espanha, cujo objetivo era ligar o Atlântico ao Pacífico.
- (d) as guerras napoleônicas na Península Ibérica no princípio do século XIX, que ampliaram o comando francês sobre o norte e o centro do território africano.
- (e) as Guerras do Peloponeso, nos séculos V e IV a.C., que envolveram as cidades gregas de Atenas e Esparta, na busca pelo controle total da Península Balcânica.

35 **Mackenzie** No século II a.C., coube a Catão, o censor, personificar obsessivamente uma campanha pela destruição completa de Cartago. Nos seus discursos, no Senado romano, Catão sempre os encerrava com a frase *Delenda est Carthago* (Cartago seja destruída). O sucesso de suas pregações selou o destino da cidade: Cartago foi invadida, completamente arrasada, e os poucos sobreviventes transformados em escravos.

Cláudio Vicentino.

O fragmento acima relaciona-se às:

- (a) Guerras Médicas.
- (b) Guerras Gálicas.
- (c) Guerras Púnicas.
- (d) Guerras Bárbaras.
- (e) Guerras Germânicas.

36 Importantes transformações políticas, econômicas e sociais ocorreram com a expansão romana pelo Mediterrâneo, entre elas:

- (a) fortalecimento econômico da elite patricia, concentração de população nas zonas rurais, crescimento do trabalho livre.
- (b) supremacia política dos generais, abolição do trabalho escravo, fixação da plebe no campo.
- (c) austeridade moral, monopólio dos cargos públicos pelos plebeus, erradicação da influência da cultura grega.
- (d) emigração da população do campo para a cidade, predomínio da atividade comercial, grande aumento do número de escravos.
- (e) fortalecimento da família tradicional, concentração da economia nas atividades agropastoris, preservação do monoteísmo.

37 Roma expandiu-se consideravelmente pelo Mediterrâneo no período republicano. No século II a.C., foram consequências dessa expansão:

- (a) o aparecimento da classe média de proprietários rurais e o desaparecimento dos latifúndios.
- (b) o aumento da população rural na Itália e a diminuição da população urbana.

- (c) o sensível afluxo de riquezas e o crescimento do número de escravos.
- (d) a formação de grande número de pequenas propriedades e o fortalecimento do sistema assalariado.
- (e) a proscrição das manifestações culturais estrangeiras e a difusão do cristianismo.

38 As lutas entre patrícios e plebeus marcaram o primeiro século da República. Sobre elas pode-se afirmar que:

- (a) concluíram-se com a equiparação econômica dos plebeus aos patrícios.
- (b) permitiram que os plebeus estabelecessem a hegemonia política.
- (c) reforçaram o monopólio do poder exercido pelos patrícios.
- (d) implicaram na equiparação político-jurídica de ambos.
- (e) resultaram na anulação do poder consular.

39 O mar Mediterrâneo foi a maior de todas as vias de circulação romanas e dele resultou a formação do Império.

- a) Como se deu a conquista do Mediterrâneo pelos romanos?
- b) Explique a importância dessa conquista para a formação do Império.

40 Os romanos davam aos fenícios o nome de *puni*. Cartago, antiga colônia fenícia, teve que enfrentar Roma numa série de guerras, que duraram de 264 a 146 a.C. Esclareça o grande motivo da rivalidade crescente entre as duas cidades e indique a principal consequência para Cartago ao final da Terceira Guerra Púnica.

41 Dos séculos III a I a.C., através de guerras de conquista, os patrícios romanos estendem a sua dominação sobre quase todos os povos do Mediterrâneo. Mas essa vitória externa de Roma contribuiu para transformar a sua própria ordem social interna. Como uma das mais importantes transformações, podemos citar:

- (a) a queda da monarquia e o estabelecimento da república.
- (b) a Lei das XII Tábuas, que equiparou patrícios e plebeus.
- (c) a escravização generalizada dos plebeus e estrangeiros residentes em Roma.
- (d) a introdução do latifúndio cultivado por escravos, em larga escala.
- (e) a generalização do trabalho assalariado, estimulada pela expansão mercantil.

42 Após a conquista da Península Itálica, Roma ampliou seus domínios em torno do Mediterrâneo, que passou a ser designado como *mare nostrum*, um verdadeiro lago interno que permitia a comunicação, as transações comerciais e o deslocamento de tropas para as diversas regiões romanas. A respeito dessa expansão, é correto afirmar que:

- (a) a conquista de novos territórios desacelerou o processo de concentração fundiária nas mãos da aristocracia patricia, uma vez que o Estado romano estabeleceu um conjunto de medidas que visava distribuir terras aos pequenos e médios proprietários e à plebe urbana empobrecida.

- (b) apesar da conquista do Mediterrâneo, os romanos não conseguiram estabelecer a integração das diversas formações sociais ao sistema escravista nem tampouco se dispuseram a criar mecanismos de cooptação social e política dos seus respectivos grupos dominantes.
- (c) as conquistas propiciaram, pela primeira vez na Antiguidade, a combinação entre o trabalho escravo em larga escala e o latifúndio, associação que constituiu uma alavanca de acumulação econômica graças às campanhas militares romanas.
- (d) as conquistas militares acabaram por solucionar o problema agrário em Roma, colocando em xeque as medidas defendidas por líderes como os irmãos Graco, que postulavam a expropriação das terras particulares dos patrícios e sua repartição entre as camadas sociais empobrecidas.
- (e) a expansão militar levou os romanos a empreender um duro processo de latinização dos territórios situados a leste, o que se tornou um elemento de constante instabilidade político-social durante a República e também à época do Império.

43 UEL [...] Graco parecia ter chegado ao ponto em que, ou renunciava completamente ao plano, ou começava uma revolução: escolheu a última hipótese Rompeu relações com o colega e apresentou-se diante da multidão reunida perguntando-lhe se um tribuno que se opunha à vontade do povo não devia ser destituído de seu cargo. A Assembleia do Povo, habituada a ceder a todas as propostas que lhe eram apresentadas, e composta na maior parte do proletariado agrícola que emigrara do campo estando pessoalmente interessada no voto da lei, deu resposta quase unanimemente favorável. [...] Para obter esta reeleição inconstitucional, meditava ainda novas reformas. [...] O Senado reuniu-se no templo da Fidelidade. [...] Quando Tibério levou a mão à frente para indicar ao povo que sua cabeça estava ameaçada, comentou-se que ele pedira ao povo para coroá-lo com o diadema. O cônsul Cévola foi instado a deixar que se matasse o traidor. [...] Morreram com ele cerca de trezentas pessoas.

Theodor Mommsen. *História de Roma. Excertos*. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 1973. p. 174-5.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a questão agrária na República romana, é correto afirmar que:

- (a) a morte de Tibério Graco é narrada como resultado de uma tentativa de impedir a reunião do Senado no templo da Fidelidade.
- (b) a lei que Tibério Graco desejava aprovar beneficiava os ricos ocupantes de terras públicas e ampliava ao máximo o apoio político aos seus propósitos.
- (c) o autor do texto expressa seu preconceito em relação às constantes decisões da plebe urbana, contrárias aos interesses dos tribunos.
- (d) os opositores mataram Graco para impedir a aprovação da lei que os obrigaria a devolver suas terras ao Estado, para posterior distribuição aos pobres.
- (e) o texto elogia a assembleia romana por discutir, democraticamente, os interesses comuns da plebe e da aristocracia.

44 A ascensão de Otávio Augusto ao poder inaugurou uma nova fase para o mundo romano, durante a qual teve início a chamada Paz Romana, também conhecida como *Pax Augusta*. A respeito dessa fase é correto afirmar que:

- (a) caracterizou-se por uma política externa que visava a consolidar as fronteiras mediterrâneas, reduzindo o ímpeto da expansão romana.
- (b) refere-se ao processo de expansão militar romana pela região do Mediterrâneo, durante a Monarquia.
- (c) foi marcada pela política de apaziguamento entre patrícios e plebeus, durante os primeiros tempos da República.
- (d) refere-se à oficialização do cristianismo como religião do império, pondo fim às perseguições às comunidades cristãs.
- (e) levou à incorporação do império chinês e da Península Arábica aos domínios romanos, no final do período republicano.

45 Unicamp Neste depoimento, o Imperador Augusto (30 a.C.-14 d.C.) descreve a “Paz Romana”, realização que assinala o apogeu da expansão do Império no Mediterrâneo:

Estendi os limites de todas as províncias do povo romano fronteiriças de nações que escapavam à obediência ao Império. Restabeleci a ordem nas províncias das Gálias, das Espanhas, na Germânia. Juntei o Egito ao Império, recuperei a Sicília, a Sardenha e as províncias além do Adriático.

Gustavo Freitas. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, s.d. v. 1. p. 96. (Adapt.).

- a) Qual foi o meio utilizado por Augusto para estabelecer a “Paz Romana”?
- b) Explique a importância do mar Mediterrâneo para o Império Romano.
- c) Quais as formas de governo que antecederam a ascensão dos imperadores em Roma?

46 Conflitos e lutas sociais variadas originaram as crises que fizeram o Estado romano passar do governo monárquico ao republicano e deste ao imperial. Nos três regimes políticos, contudo, os integrantes de um único grupo, ou classe social, mantiveram sempre o mesmo peso e posição. Foram os, assim chamados:

- (a) plebeus (isto é, populares).
- (b) proletários (isto é, sem bens).
- (c) patrícios (isto é, nobres).
- (d) servos (isto é, escravos).
- (e) clientes (isto é, dependentes).

47 Unesp Quando os Gracos tentaram seguir os passos de Sólon e Pisístrato era demasiadamente tarde: nessa altura, o século II a.C., eram necessárias medidas muito mais radicais do que as praticadas em Atenas para salvar a situação dos pobres.

Perry Anderson. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*.

- a) Os irmãos Graco em Roma, e Sólon e Pisístrato em Atenas ocuparam importantes posições no governo de suas cidades. Identifique-as.
- b) Para salvar a situação dos pobres, o que defendiam os Gracos?

- 48** Na Roma antiga, o escravo era considerado um animal de trabalho sobre o qual o senhor detinha o poder de vida e morte.
- Em quais condições alguém se tornava escravo?
 - Relacione três das principais atividades em que a mão de obra escrava era utilizada.

49 Unesp A atividade dos Gracos foi objeto de debates apaixonados e formulavam-se sobre ela os juízos mais diversos [...]. Os políticos romanos dividiam-se nitidamente em dois grupos ou partidos, pelos quais os Gracos eram considerados heróis ou criminosos.

M. Rostovtzeff. *História de Roma*.

O autor refere-se aos irmãos Tibério e Caio Graco, tribunos da Assembleia da Plebe de Roma no século II a.C.

- Como estava constituída a sociedade romana na época de atuação dos irmãos Tibério e Caio Graco?
- Dê uma razão pela qual os irmãos Graco eram “objeto de debates apaixonados”.

50 Unicamp Augusto conquistou os soldados com presentes, o povo com pão barato e todos os homens com os frutos da paz. Assim tornou-se progressivamente mais poderoso, congregando em si as funções do Senado, dos magistrados e das leis.

Tácito. *Anais* 1.2. Moses Hadas (Ed.). *The Complete Works of Tacitus*. New York: Random House, 1942. p. 3.

- Identifique o período da história de Roma tratado nesse texto.
- A partir dos elementos indicados no texto, caracterize o Estado romano durante esse período.

51 UFCE O texto a seguir faz referências à história de Roma durante a República e o Império:

O período mais igualitário (em princípio) foi o último século da República em que, por exemplo, os deveres dos libertos foram muito reduzidos. Mas com a instauração do Império produziu-se uma forte reação que pouco a pouco se foi acentuando: a desigualdade volta de novo a ser, de fato, o princípio da organização política e social, estruturada em torno da hierarquia [...]

Claude Nicolet. “O cidadão e o político”. In: Andrea Giardina (Direção de). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 24-5.

Com base no texto, caracterize as diferenças entre o último século da República e o primeiro do Império.

52 A perseguição e repressão aos cristãos, por imperadores romanos, estendeu-se até o século IV, quando ocorreu uma alteração decisiva nas relações entre o cristianismo e o poder imperial romano. A esse respeito é correto afirmar que:

- o cristianismo passou de religião perseguida à religião oficial do império romano, e o poder imperial aproveitou o prestígio crescente da religião surgida na Palestina para ampliar sua sustentação política.
- a oficialização do cristianismo representou um alívio para as finanças do Estado romano, que se desobrigou de financiar os templos e os sacerdotes dos inúmeros cultos pagãos do império.

- a oficialização do cristianismo promoveu a abolição da escravatura em todo o império, razão pela qual tornou-se a religião mais popular da Antiguidade.
- a tolerância ao culto cristão só foi concedida devido ao reconhecimento, por parte das autoridades da Igreja, da sacralidade da função do imperador, considerado divino entre os homens.
- apesar das iniciativas de Constantino e Teodósio, a Igreja cristã só foi oficializada na parte oriental do Império que, com isso, reuniu forças suficientes para resistir às invasões do século V.

53 É possível afirmar que o Feudalismo surgiu por meio de um processo de integração de uma série de instituições romanas com uma série de instituições bárbaras germânicas. Dentre as instituições de origem romanas que contribuíram para a formação do modo de produção feudal, podemos citar, corretamente:

- o Colonato, que impôs aos colonos a fixação à terra; mesmo sendo juridicamente livres, não podiam abandoná-las e submetiam-se à autoridade dos grandes proprietários rurais.
- o *Beneficium*, possessões de terras que foram mais tarde denominadas feudos e cedidas aos chefes militares que se destacavam na defesa das fronteiras do Império Romano.
- a Vila, unidade de produção tipicamente urbana, que objetivava a obtenção de um excedente para o comércio.
- o *Comitatus*, bando armado para o tempo de guerra, no qual o chefe e os comandados mantinham relações de fidelidade recíprocas, temporárias e contratuais.
- o sistema comunitário, no qual não existia a propriedade particular da terra, nem dos instrumentos de produção; os bosques, as matas e os rios pertenciam a todos e as terras para cultivo eram distribuídas exclusivamente entre os patrícios.

54 Entre os principais fatores que contribuíram para a queda do Império Romano do Ocidente, podemos afirmar que:

- foi causada exclusivamente pelo pacifismo dos cristãos.
- a degradação da moral e dos costumes no império de Calígula e o incêndio de Roma na época de Nero foram responsáveis pela queda de Roma.
- a decadência do Império começou no governo de Otávio Augusto (inflação), culminando com as invasões bárbaras no governo de Trajano.
- a crise do escravismo, a corrupção burocrática e militar e as invasões bárbaras foram responsáveis pela queda de Roma.
- o pessimismo do cristianismo, a crise do modo de produção capitalista e as invasões muçulmanas foram responsáveis pela queda de Roma.

55 Durante o século V d.C. o Império Romano do Ocidente ruiu e em seu lugar formaram-se reinos bárbaros. Nesse contexto:

- os recém-chegados germânicos honram a vida pública como ideal de vida.

- (b) a vida privada torna-se um fator predominante.
- (c) o culto da urbanidade se dilui em proveito da vida pública.
- (d) o campo entra em eclipse diante da cidade, onde as pessoas encontram a alegria de viver.
- (e) o cristianismo sofre um grande recuo diante do paganismo e ao arianismo.

56 Um dos campos em que a cultura romana mais se desenvolveu foi o do Direito, sendo o *jus naturale* ou direito natural um de seus ramos mais importantes. A respeito, pode-se afirmar que continha como elemento fundamental:

- (a) a ideia de que todos os seres humanos são, por natureza, iguais e detentores de certos direitos que os governos não têm autoridade para transgredir.
- (b) a *lex talionis*, ou lei da retaliação em espécie, segundo a qual a sociedade deve punir o criminoso do mesmo ato por ele praticado.
- (c) o código de Hamurabi, que prescrevia uma pena mais severa que a infração cometida para que servisse de exemplo.
- (d) a ideia de que os indivíduos são socialmente desiguais e, portanto, o castigo deve considerar as distinções de classe naturalmente existentes.
- (e) a concepção de que Estado é a autoridade legítima para fazer as leis e que, portanto, a justiça é feita pela aplicação do que o Estado define como sendo correto.

57 Teodósio estabeleceu que após a sua morte, ocorrida em 395, o Império, para ser melhor administrado, deveria ser:

- (a) fracionado em quatro partes, com dois Imperadores e dois Césares.
- (b) dividido em duas partes: o Império do Ocidente e o Império do Oriente.
- (c) atrelado ao paganismo e direcionado para destruir as catacumbas.
- (d) aliado dos árabes para defender-se dos hunos que se aproximavam de Roma e Meca.
- (e) dividido em Condados e Ducados, doados em caráter hereditário.

58 Os princípios do cristianismo chocaram-se com os valores romanos, em especial a partir do momento em que os imperadores passaram a ser vistos como divindades. Entre os séculos I e III, as perseguições aos cristãos foram constantes. Cite três características do cristianismo naquele período.

59 Entre os itens a seguir, dois representam características integrantes do ideário cristão que, à época do reconhecimento do cristianismo como religião oficial, funcionaram como facilitadores da aliança que uniu os interesses da Igreja aos do Estado romano:

1. o dogma da transcendência divina.
2. as noções da culpa original dos homens e do perdão divino.
3. os dogmas da criação e do juízo final.
4. o missionarismo expansionista.
5. a moral celibatária.
6. as concepções de inferno, purgatório e reino dos céus.
7. a estrutura hierárquica da organização clerical.

Os itens corretos são os de número:

- (a) 5 e 1
- (b) 3 e 6
- (c) 4 e 7
- (d) 6 e 4
- (e) 3 e 7

60 O processo histórico inerente à civilização romana apresentou modificações socioeconômicas e culturais que influenciaram a vida do homem, sua maneira de produzir e de entender o meio em que vivia. No Império Romano do Ocidente, a dissolução do modo de produção predominante relaciona-se diretamente com:

- (a) as modificações que promoveram, de um dia para outro, alterações nas relações sociais e ruralizaram a sociedade.
- (b) a abundante oferta de escravos, formação de grandes propriedades e o predomínio da mão de obra livre na agricultura e nas atividades artesanais.
- (c) o avanço técnico no setor produtivo e a expansão do comércio na Península Itálica.
- (d) a crise do século III, com o desprezo ao culto dos mortos e com o aumento da confiança do povo nos governantes.
- (e) o conjunto das transformações decorrentes da expansão imperial, modificações na estrutura fundiária e a transição da escravidão para o colonato.

61 A corrupção geral que hoje assola certas repúblicas não é uma situação inédita na história. Houve um imperador romano chamado Probo (276-282 d.C.), da família dos Ilírios, como Justiniano e Constantino, que por seu procedimento passou a ser sinônimo de honesto, honrado, reto. Identifique e caracterize o período de Probo.

A escravidão na vida de Aristóteles

A propriedade é uma parte da casa e a arte aquisitiva uma parte da administração doméstica, já que sem as coisas necessárias são impossíveis a vida e o bem-estar; na administração doméstica assim como nas artes determinadas, é necessário dispor dos instrumentos adequados se se deseja levar a cabo sua obra. Os instrumentos podem ser animados ou inanimados, por exemplo o timão do piloto é inanimado, o vigia animado (pois o subordinado faz as vezes de instrumento nas artes). Assim também, os bens que se possui são um instrumento para a vida, a propriedade em geral uma multidão de instrumento, o escravo um bem animado e algo assim como um instrumento prévio aos outros instrumentos. Se todos os instrumentos pudessem cumprir seu dever obedecendo às ordens de outro ou antecipando-se a elas, como contam das estátuas de Dédalo ou dos tridentes de Hefesto, dos que diz o poeta que entravam por si só na assembleia dos deuses, se as lançadeiras tecessem sós e os **plectros** tocassem sozinhos a cítara, os maestros não necessitariam de ajuda e nem de escravos os amos.

O que é chamado habitualmente de instrumento, o é de produção, enquanto os bens são instrumentos de ação; a lançadeira

produz algo à parte de seu funcionamento enquanto a roupa ou o leito produzem apenas seu uso. Além disso como a produção e a ação diferem essencialmente e ambas necessitam de instrumentos, estes apresentam necessariamente as mesmas diferenças. A vida é ação, não produção, e por isso o escravo é um subordinado para a ação. Do termo propriedade pode-se falar no mesmo sentido que se fala de parte: a parte não somente é parte de outra coisa, senão que pertence totalmente a esta, assim como a propriedade. Por isso o amo não é do escravo outra coisa que amo, porém não lhe pertence, enquanto o escravo não só é escravo do amo, como lhe pertence por completo. Daqui deduz-se claramente qual é a natureza e a função do escravo: aquele que por natureza, não pertence a si mesmo, senão a outro, sendo homem, esse é naturalmente escravo; é coisa de outro, aquele homem que, a despeito da sua condição de homem, é uma propriedade e uma propriedade sendo, de outra, apenas instrumento de ação, bem-distinta do proprietário.

Aristóteles. *Política*. Livro 1, 1253b 25 ss.

A educação em Esparta

Quando uma criança nascia, o pai não tinha direito de criá-la: devia levá-la a um lugar chamado *leshe*. Lá assentavam-se os anciãos da tribo. Eles examinavam o bebê. Se o achavam bem-encorpado e robusto, eles o deixavam. Se era malnascido e defeituoso, jogavam-no no que se chama os Apotetos, um abismo ao pé do Taigeto. Julgavam que era melhor, para ele mesmo e para a cidade, não deixar viver um ente que, desde o nascimento, não estava destinado a ser forte e saudável...

Os filhos dos espartanos não tinham por domésticos, escravos ou assalariados. Licurgo proibira-o. Ninguém tinha permissão para criar e educar o filho a seu gosto. Quando os meninos completavam sete anos, ele próprio os tomava sob sua direção, arregimentava-os em tropas, submetia-os a um regulamento e a um regime comunitário para acostumá-los a brincar e trabalhar juntos. Na chefia, a tropa punha aquele cuja inteligência sobressaía e que se batia com mais arrojo. Este era seguido com os olhos, suas ordens eram ouvidas — punia sem contestação. Assim sendo, a educação era um aprendizado da obediência. Os anciãos vigiavam os jogos das crianças. Não perdiam uma ocasião para suscitar entre eles brigas e rivalidades. Tinham, assim, meios de escutar em cada um as disposições naturais para a audácia e a intrepidez na luta. Ensinavam a ler e escrever apenas o estritamente necessário. O resto da educação visava acostumá-los à obediência, torná-los duros à adversidade e fazê-los vencer no combate. Do mesmo modo, quando cresciam eles recebiam um treinamento mais severo: raspavam a cabeça, andavam descalços, brincavam nus a maior parte do tempo. Tais eram seus hábitos. Quando completavam doze anos não usavam mais camisa. Só recebiam um agasalho por ano.

Negligenciavam o asseio, não conheciam mais banhos nem fricções, a não ser em raros dias do ano, quando tinham direito a essas “boas maneiras”. Dormiam juntos, agrupados em patrulhas e tropas, sobre catres que eles próprios fabricavam com juncos que crescem às margens do Eurotas e que quebravam sem facas com as mãos. No inverno, colocavam nos seus catres o que se chama *lycophones*. Parece que essas plantas têm poder calorífico.

Nessa idade, encontravam amantes entre jovens de boa família. Então, crescia ainda mais o zelo dos anciãos: assistiam aos seus exercícios, olhavam-nos lutar ou brincar entre si. Não negligenciavam nada, considerando-se de certa forma, todos para todos, pais, mestres e chefes. Não davam oportunidade nem refúgio ao culpado para escapar à reprovação ou ao castigo. No entanto, era também escolhido um *paidonome* entre as pessoas consideradas e, para chefiá-la, cada tropa escolhia o mais sério e o mais combativo dos que se chamam *irenes*. Chamam-se *irenes* aqueles que saíram há um ano da categoria dos **paides**, e *mellineres*, os mais velhos dos *paides*. Este *irene*, que tem vinte anos, comanda seus subordinados nos exercícios militares e, no quartel, encarrega-os das tarefas domésticas, nas refeições. Manda os mais fortes trazerem lenha e, os menores, legumes. Para tanto, eles devem roubar. Uns penetram nos jardins, outros nos alojamentos dos homens, e devem usar muita destreza e precaução: quem for apanhado, é chicoteado sob pretexto de que não passa de um ladrão

Plectro: Pequena peça delgada, feita de diferentes materiais, que serve para fazer soar as cordas; palheta.

Paides: Crianças, mas para os gregos, era-se paides até a puberdade, em geral 18 ano.

preguiçoso e inábil. Eles roubam toda a comida possível e adquirem prática para ludibriar quem dorme ou os guardas preguiçosos. Aquele que for apanhado, está sujeito a chicotadas e jejum. Com efeito, sua alimentação é escassa. Obrigam-nos a defenderem-se por si mesmos contra as restrições e recorrer à audácia e à destreza [...]

As crianças tomam tanto cuidado em não ser apanhadas quando roubam, que uma delas, conforme se conta, depois de roubar uma raposa que tinha enrolado no seu agasalho, se deixou arrancar o ventre pela fera que lhe cravou os dentes e as garras. Para não ser descoberta, resistiu até a morte. Essa estória não é de estranhar se considerar os efebos atuais. Muitos, no altar de Ortia, deixam-se chicotear até morrer. Eu pude vê-los. Após a refeição, o *irene*, ainda na mesa, mandava uma das crianças cantar, à outra fazia uma pergunta cuja resposta exigia reflexão, por exemplo:

A democracia ateniense

O fundamento do regime democrático é a liberdade (realmente costuma-se dizer que só neste regime participa-se da liberdade, pois este é, segundo se afirma, o fim de toda democracia). Uma característica da liberdade é ser governado e governar por turno; com efeito, consistindo a justiça democrática em ter todos o mesmo, numericamente e não segundo o merecimento, forçosamente tem que ser soberana a multidão e aquilo que é aprovado pela maioria tem que ser o justo. Afirmam que todos os cidadãos devem ter o mesmo, de modo que, nas democracias, resulta que os pobres têm mais poder que os ricos, posto que são mais numerosos e o que prevalece é a opinião da maioria. Esta é, pois, uma característica da liberdade, que todos os partidários da democracia consideram como um traço essencial desse regime. Outra é viver como se quer; pois dizem que isto é resultado da liberdade, já que o próprio do escravo é viver como não quer. Este é o segundo traço essencial da democracia e como decorrência o de não ser governado por ninguém, se possível, ou então, por turno. Esta característica contribui para a liberdade fundamentada na igualdade.

Sendo estes o fundamento e o princípio da democracia, são procedimentos democráticos os seguintes: que todas as magistraturas sejam eleitas entre todos; que todos mandem sobre cada um e cada um, por sua vez, sobre todos; que as magistraturas sejam providas por sorteios (ou todas ou as que não requerem experiências ou habilidade especial); que não se baseie em nenhuma propriedade – ou na menor possível – que a mesma pessoa exerça duas vezes alguma magistratura, ou em poucos casos, ou poucas magistraturas, fora das relacionadas com as guerras; que todas as magistraturas (ou quase) sejam de curta duração; que administrem justiça todos os cidadãos, eleitos por todos, e a respeito de todas as questões ou da maioria delas e das mais importantes e principais, por exemplo, a prestação de contas, a constituição e os contratos privados; que a assembleia tenha soberania sobre todas as coisas (ou sobre as mais importantes) e os magistrados em troca não tenham nenhuma, ou sobre as questões menos importantes.

A instituição mais democrática é o Conselho, quando não houver recursos suficientes para pagar a todos, porque então privam de sua força inclusive nesta magistratura, já que o povo quando dispõe de salários suficientes transfere a si mesmo todas

“Qual é o melhor cidadão?” ou “Qual é o mérito da conduta deste ou daquele?” Assim, eles eram treinados para apreciar o valor e interessar-se pela vida da cidade desde a meninice. Se a criança a que se perguntava quem era um bom cidadão ou quem era indigno de estima não sabia responder, via-se aí índice de uma alma lerda e pouco ciosa do valor. Além disso, a resposta devia conter sua razão e sua justificativa, condensadas numa fórmula breve e concisa. A resposta descabida trazia uma punição. O autor era mordido no polegar pelo *irene*. Frequentemente, os anciãos e os magistrados estavam presentes para ver o *irene* punir as crianças e mostrar se o fazia devidamente e como convinha. Não impediam que ele as castigasse. Mas, após a partida das crianças, ele devia explicar se fora demasiado severo no castigo ou, ao contrário, se fora indulgente e brando demais.

Plutarco. “A vida de Licurgo”. In: Jaime Pinski (Org.). *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2000.

as decisões, [...]. É também democrático pagar a todos os membros da assembleia, os tribunais e as magistraturas, ou senão aos magistrados, os tribunais, o Conselho e as assembleias principais, ou aquelas magistraturas que requerem uma mesa comum. Além disso, como a oligarquia se define pela linhagem, a riqueza e a educação, as características da democracia, parecem ser contrárias a estas: a falta de nobreza, a pobreza e o trabalho manual. Ademais, nenhuma magistratura democrática deve ser vitalícia e se alguma sobrevive de uma troca antiga, deve-se despojá-la de sua força preenchendo-a por sorteio em lugar de eleição.

Estes são, pois, os traços comuns a todas as democracias. A democracia, porém, que mais parece merecer esse nome e o povo que verdadeiramente o é, são os que se deduzem do conceito democrático de justiça admitido por todos, segundo o qual a justiça consiste em que todos tenham numericamente o mesmo; o mesmo é que não governem mais os pobres que os ricos, não tenham somente os primeiros a soberania, mas todos por igual numericamente; desta maneira pode-se crer que ocorre, no regime a igualdade e a liberdade.

O problema imediato será o de como conseguir esta igualdade: se deve-se distribuir as propriedades de modo que as de 500 cidadãos equivalham às de 1.000 e que estes mil tenham o mesmo poder que os quinhentos, ou não se deve estabelecer assim a igualdade a respeito da propriedade, senão dividir-se primeiro assim, porém tomar depois um número igual de cada grupo e conceder a este número autoridade no que concerne às eleições e aos tribunais. Será este regime o mais justo segundo a justiça democrática, ou será melhor que se fundamente no número? Os partidários da democracia acham justa a opinião da maioria, seja qual for, e os oligarcas, a opinião da maior riqueza, por que afirmam que se deve decidir de acordo com a magnitude da fortuna. Porém, as duas opiniões implicam em desigualdade e injustiça. Com efeito, se a justiça consiste no parecer dos poucos, isto é tirania (já que se um indivíduo possui sozinho mais que todos os demais ricos, segundo a justiça oligárquica, será justo que mande ele só), e se consiste no parecer da maioria numérica, esta confiscará injustamente os bens da minoria rica, como dissemos antes.

Qual pode ser, pois, a igualdade em que uns e outros estarão de acordo, é questão que deve examinar-se à luz do que uns e outros definem como justo. Ambos os grupos dizem que deve prevalecer a opinião da maioria dos cidadãos. Concedamos, porém não inteiramente; sendo duas as partes que constituem a cidade: os ricos e os pobres, o que deve prevalecer é aquilo em que concordem uns e outros ou a maioria; no caso de opiniões contrárias, prevalecerá a dos mais numerosos e cuja propriedade é maior. Por exemplo, suponhamos que os ricos são dez e os pobres vinte, que haja choque entre o parecer de seis ricos de um lado com a de quinze pobres de outro, que os quatro ricos restantes se unam aos pobres e os cinco pobres restantes, aos ricos; neste caso

deverá prevalecer a opinião do grupo cujas propriedades somadas alcancem a cifra mais alta. E se há empate, a dificuldade deve considerar-se análoga à que surge atualmente quando a assembleia ou tribunal se divide em duas partes iguais; haverá que se recorrer ao sorteio ou a outro expediente semelhante.

Mas, quando se trata da igualdade e da justiça, por mais difícil que seja achar a verdade a respeito delas, é mais fácil alcançá-la do que persuadir aos que podem abusar, porque os mais débeis buscam sempre a justiça, enquanto os fortes não se preocupam nem um pouco com isso.

Aristóteles. "Política". In: Jaime Pinski (Org.). 100 textos de História Antiga. São Paulo: Contexto, 2000.

Espártaco e a revolta de escravos

Tolere contudo a desonra das revoltas dos escravos; embora o destino os faça de juguete, trata-se afinal de uma espécie de homens de segunda categoria, dos quais podemos dispor por causa de nossa liberdade. No entanto, como chamar a guerra que Espártaco iniciou e conduziu? Escravos soldados sob generais gladiadores, os mais vis comandados pelos piores, se constituiu no escárnio aliado à calamidade.

Espártaco, Crixo, Enomau, destruíram as portas da escola de gladiadores mantida por Lêntulo, e com trinta (e não mais!) companheiros de destino fugiram da Cápua. Tendo chamado os escravos à liberdade, tiveram consigo imediatamente mais de dez mil homens; não lhes bastava mais terem fugido: eles queriam agora se vingar. Tomaram por assim dizer como primeiro altar o Vesúvio. E, como Clódio Gláber os mantivesse bloqueados ali, deixaram-se deslizar por cabos feitos de varas para dentro da montanha, atingindo assim sua base e, por uma passagem impraticável, surpreendendo subitamente o chefe romano, que não esperava nada disso, tomaram-lhe seu acampamento. Em seguida, trocaram de acampamento: atingem o de Cora, percorrem aos poucos toda a Campanha e, não satisfeitos com a pilhagem de fazendas e burgos,

arrasam terrivelmente Nola e Licéria, Túrios e Metaponto. O afluxo cotidiano de novas tropas faz deles, afinal, um verdadeiro exército: confeccionam escudos informes de vime e de couro, forjam seu ferro em forma de espadas e lanças e, para que não falte nenhum brilho a seu exército, domam os bandos que encontram formando uma cavalaria. Levaram a seu chefe insígnias e objetos tirados dos pretores: não os recusou, este mercenário da Trácia, admitido no nosso exército, soldado desertor, bandido promovido a gladiador por sua força! Ele chegou mesmo a celebrar funerais de imperator para seus comandantes mortos em combate, ordenando aos prisioneiros que combatessem entre si perto da fogueira, como se lavasse toda a desonra de seu passado, passando de gladiador a patrocinador de jogos.

Começou inclusive a atacar os cônsules nos Apeninos, despedaçou o exército de Lêntulo e perto de Mutina destruiu o acampamento de C. Cássio. Orgulhoso de suas vitórias, pensou (e isto basta para nos encher de vergonha!) em atacar a cidade de Roma. [...].

Floro, historiador romano. In: Jaime Pinski (Org.). 100 textos de História Antiga. São Paulo: Contexto, 2000.

O primeiro triunvirato

Catão se opôs a seu pedido e aproveitou o último dia para fazer um discurso de apresentação das candidaturas. Desprezando a consagração, César se precipitou em direção a Roma, apresentou sua candidatura, esperando em seguida as eleições.

No mesmo momento, Pompeu, que tinha adquirido muita glória e poder por suas ações contra Mitrídates, pedia ao Senado a ratificação de todas as decisões que tomara em favor dos reis, dinastas e das cidades. Um grande número de senadores, e em primeiro lugar Lúculo, ciumentos das façanhas de Pompeu, se opuseram. Lúculo, que dirigira a guerra contra Mitrídates antes de Pompeu, declarava que a vitória tinha sido obra sua, pois por ocasião da chegada de Pompeu, Mitrídates tinha perdido toda a sua força graças a ele. Crasso pertencia ao partido de Lúculo. Como Pompeu se indignasse ante tal atitude, fez um acordo com César prometendo, sob palavra, ajudá-lo a conseguir o Consulado. Pouco tempo depois, César reconciliou Crasso e Pompeu, e, como os três detinham os maiores poderes, ajudaram-se mutuamente,

segundo os próprios interesses. O escritor Varo tratou do acordo entre estes homens num livro intitulado *O monstro de três cabeças*.

O Senado, temendo estes homens elegeu Lúcio Bíbulo como outro cônsul para fazer oposição a César. Rapidamente surgiu o desentendimento entre os dois, e ambos prepararam suas armas. No entanto, César, hábil na arte da dissimulação, pronunciou no Senado discursos sobre a necessidade da concórdia entre ele e Bíbulo, sobre os perigos que a República corria se não entrassem em acordo. Como desta maneira César fazia alusão à sua sinceridade, Bíbulo não manteve sua guarda e nem fez preparativos, pois não tinha a menor ideia do que iria se passar. De sua parte, César organizou em segredo uma tropa numerosa, apresentando em seguida ao Senado leis a favor dos pobres. Propôs distribuir-lhes terras, em particular aquelas da Cápua que eram as melhores e estavam arrendadas em benefício do Estado. Propôs ainda distribuir estas últimas aos pais que tivessem três crianças; desta maneira, colocou a seu lado uma multidão numerosa, pois o número total dos

pais de três crianças era de cerca de vinte mil. Muitos senadores se opuseram a tal proposição. César então, fingindo não poder suportar tais injustiças, saiu apressado do Senado, não retornando até o fim do ano; discursou ao povo do alto dos rostros. Em plena

assembleia do povo, pediu a Crasso e Pompeu a opinião sobre seus projetos de lei: estes o aprovaram, e o povo se dirigiu para as votações com os punhais escondidos.

Apiano. "Guerras civis". In: Jaime Pinski (Org.). *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2000.

Escolha de governantes entre os germanos

Os reis são escolhidos segundo sua nobreza, os chefes segundo sua coragem. Mas o poder dos reis não é ilimitado, nem arbitrário, e os chefes, mais pelo exemplo do que pela autoridade, tomam as decisões, atraem os olhares, combatem na primeira linha, impõem-se pela admiração. Além disso, ninguém tem o direito de tirar a vida, de acorrentar, mesmo de fustigar, a não ser os sacerdotes, não a título de castigo, nem sob a injunção de um chefe, mas como se a ordem viesse do deus que eles acreditam estar presente ao lado dos

combatentes. Os germanos levam à batalha imagens e emblemas que tiram dos bosques sagrados, mas o que estimula singularmente a bravura não é nem o acaso, nem a disposição fortuita que constitui o esquadrão, nem os cantos, mas, sim, as famílias e os parentes: bem perto estão os entes queridos, de longe lhes chegam aos ouvidos as lamentações das mulheres e os vagidos dos recém-nascidos.

Tácito. "A germânia". In: Jaime Pinski (Org.). *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2000.

RESUMINDO

- O termo Antiguidade Clássica compreende basicamente as civilizações grega e romana.
- A denominação "clássica" remonta ao Renascimento Cultural, movimento intelectual, filosófico, artístico e científico que, em vários níveis, lançou as bases da cultura moderna ocidental. Ao utilizarem o termo para designar as civilizações grega e romana, os pensadores renascentistas enxergavam nestas civilizações os pilares do chamado Mundo Moderno, tanto nas formas de pensamento, nos conceitos, na organização social, quanto, notadamente no caso dos romanos, nas instituições políticas que passaram a nortear a formação do Mundo Ocidental.
- Na evolução do mundo clássico há alguns elementos essenciais, notadamente a escravidão, transformada em forma absoluta de trabalho e constituindo o sistema econômico escravista ou modo de produção escravista. A escravidão já havia sido utilizada, como forma de mão de obra, esporadicamente, entre os povos do Antigo Oriente. Entretanto, essa utilização nunca se constituiu na forma clássica de trabalho entre esses povos, limitando-se a momentos específicos de expansionismo militar ou, no caso da Mesopotâmia, situações individuais determinadas por dívidas. As outras formas de trabalho compulsório foram utilizadas nominalmente em razão de uma necessidade coletiva, transformando-se em parte de uma estrutura com forte conotação religiosa. Mais que isso, este trabalho compulsório era temporário, o que fez com que os homens que o prestavam continuassem a ser fundamentalmente livres.
- Nas cidades-estados gregas, pela primeira vez, a escravidão foi a forma dominante de trabalho, separando completamente o homem dos resultados de seu trabalho, tornando-o nada mais que mera ferramenta (o objeto falante, em latim). Isto explica em parte o limitado desenvolvimento técnico destas civilizações, em grande parte meras tributárias do conhecimento da Antiguidade Oriental.
- A impossibilidade técnica impunha uma única forma de expansão, a horizontal. Não por acaso, o imperialismo foi uma constante entre esses povos, atingindo seu apogeu com o Império Romano.
- No imperialismo, a clara diferenciação entre homens livres e escravos, entenda-se, entre cidadãos e não cidadãos, impôs a essas civilizações a necessidade do desenvolvimento político, de modo a harmonizar ou ao menos minimizar conflitos que até então mantinham-se submetidos ao manto da religião. Não por acaso, ao mesmo tempo em que tiveram um parco desenvolvimento técnico, as civilizações clássicas conheceram um intenso desenvolvimento nas instituições políticas e sociais.

■ QUER SABER MAIS?



LIVROS

- Huton Benoit. *Sócrates. O nascimento da razão negativa*. São Paulo: Moderna (Coleção Logos).
- Werner Jaeger. *Paideia. A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Neil Grant. *As conquistas romanas*. São Paulo: Ática (Coleção Guerras que mudaram o mundo).



SITES

- Informações sobre a Grécia Antiga, como a ágora grega, o Patemon e as Guerras Médicas
<www.historiang.com/index.jsp>.
- Informações sobre a história e cultura da cidade grega
<www.athensinfoguide.com>.
- Roma antiga: informações sobre deuses, arqueologia e história privada dos romanos
<www.forumromanum.org>.

Exercícios complementares

1 Unesp A palavra colonização deriva do verbo latino “colo”, com significado de “morar e ocupar a terra”. Nesse sentido geral, o termo colonização aplica-se a deslocamentos populacionais que visam ocupar e explorar novas terras. Nos séculos VIII e VII a.C., os gregos fundaram cidades na Ásia Menor, na Península Itálica, na Sicília, no norte da África. Identifique algumas das características desse processo de colonização que o diferenciam da colonização realizada pelos europeus no continente americano nos séculos XVI ao XIX.

2 PUC-RS INSTRUÇÃO: Para responder à questão, relacione os períodos históricos da civilização grega (coluna A) a suas respectivas características essenciais (coluna B).

Célula A		Célula B	
1.	Período Homérico	<input type="checkbox"/>	Consolidação das estruturas fundamentais da “polis”, a mais célebre das instituições gregas. O período é marcado pela expansão territorial e pela intensificação do comércio entre as cidades.
2.	Período Arcaico	<input type="checkbox"/>	Dissolução da comunidade gentilícia conhecida como “gênos”, com a formação das cidades-estados. Grande parte do conhecimento sobre o período deve-se às informações fornecidas pelos poemas <i>Ilíada</i> e <i>Odisseia</i> .
3.	Período Clássico	<input type="checkbox"/>	Difusão da cultura grega no Oriente, a partir das campanhas militares de Alexandre Magno, levando à fusão do racionalismo grego com o misticismo oriental. Ocorreu, no período, a progressiva ruptura na identificação do cidadão com sua “polis” de origem.
4.	Período Helenístico	<input type="checkbox"/>	Formação da Confederação de Delos, que consolidava a hegemonia comercial e política de Atenas. Verificou-se, neste período, o máximo desenvolvimento da filosofia, da poesia, das ciências e das artes.

A numeração correta na coluna B, de cima para baixo, é:

- (a) 2 – 1 – 4 – 3
- (b) 1 – 2 – 3 – 4
- (c) 3 – 2 – 4 – 1
- (d) 4 – 3 – 1 – 2
- (e) 3 – 4 – 2 – 1

3 UFRGS Na Antiguidade clássica, a Grécia não existia enquanto entidade política. Antes, configurava uma comunidade linguística (onde se falava o grego, com variantes e dialetos) que compartilhava santuários e crenças, costumes e hábitos, formando uma civilização. Em termos geográficos, porém, era dividida em um grande número de cidades, de tamanho e importância variados, independentes umas das outras e frequentemente rivais. A propósito das características dessas cidades, considere as seguintes afirmações.

- I. Cada cidade, por constituir um verdadeiro pequeno Estado, possuía um regime político que lhe era próprio e instituições que variavam consideravelmente de uma localidade para outra.
- II. Atenas foi, sobretudo na época clássica, a mais destacada das cidades. Seu modelo democrático baseava-se no princípio de isonomia, isto é, de igualdade de direitos extensiva ao conjunto de seus cidadãos.
- III. Em nome da excelência militar e da ação bélica contínua, o regime monárquico espartano concedia a todos os seus habitantes o estatuto de cidadão, pelo qual os grupos sociais exerciam em igualdade de condições os direitos e deveres nos assuntos da cidade.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas I.
- (b) Apenas II.
- (c) Apenas III.
- (d) Apenas I e II.
- (e) I, II e III

4 UFJF 2006 Leia, atentamente, o trecho a seguir e responda ao que se pede:

Para o filósofo grego Platão, nenhuma das formas de governo existentes em sua época era a ideal. Ao analisar um determinado regime político, ele observou que neste caso, o poder estava concentrado nas mãos dos cidadãos que deliberavam diretamente sobre os assuntos da cidade, embora em seu entender, muitos fossem moralmente indignos e sem qualificação para tal.

M. Finley. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 87. (Adapt.).

- a) Identifique o regime político que está sendo criticado.
- b) Cite e analise duas das principais características desse regime na Grécia Antiga.

5 Unifesp 2007 *Ao povo dei tantos privilégios quanto lhe bastam, à sua honra nada tirei nem acrescentei; mas os que tinham poder e eram admirados pelas riquezas, também neles pensei, que nada tivessem de infamante... entre uma e outra facção, a nenhuma permiti vencer injustamente.*

Sólon, século VI a.C.

No governo de Atenas, o autor procurou:

- (a) restringir a participação política de ricos e pobres, para impedir que suas demandas pusessem em perigo a realeza.
- (b) impedir que o equilíbrio político existente, que beneficiava a aristocracia, fosse alterado no sentido da democracia.
- (c) permitir a participação dos cidadãos pobres na política, para derrubar o monopólio dos grandes proprietários de terras.
- (d) abolir a escravidão dos cidadãos que se endividavam, ao mesmo tempo em que mantinha sua exclusão da vida política.
- (e) disfarçar seu poder tirânico com concessões e encenações que davam aos cidadãos a ilusão de que participavam da política.

6 UFPR 2008 *Xerxes não enviou arautos a Atenas e a Esparta para exigir a submissão dessas cidades. Dario os tinha enviado anteriormente com esse fim, mas os atenienses os haviam lançado no Báratro, enquanto que os lacedemônios atiraram-nos num poço, dizendo-lhes que dali tirassem terra e água para levarem ao rei.*

Espértias e Bulis, ambos espartanos de alta linhagem, ofereceram-se para sofrer o castigo que Xerxes, filho de Dario, quisesse impor-lhes pela morte dos arautos enviados a Esparta. [...] Partindo para Susa, foram ter à casa de Hidames, persa de nascimento e governador da costa marítima da Ásia. [...] Depois de convidá-los a participar da sua mesa, assim lhes falou: “Lacedemônios, por que recusais de tal forma a amizade que o nosso soberano vos oferece? Podeis ver, pela situação privilegiada que desfruto, que ele sabe premiar o mérito; e como tem em alta conta vossa coragem, estou certo que daria também, a cada um de vós, um governo na Grécia, se quisésseis reconhecê-lo como soberano”. “Senhor – responderam os jovens – sabeis ser escravo, mas nunca experimentastes da liberdade, ignorando, por conseguinte, as suas doçuras. Se já a tivésseis algum dia conhecido, estimular-nos-íeis a lutar por ela, não somente com lanças, mas até com machados”.

Heródoto. *História*. São Paulo: Tecnoprint, s/d. p. 340-1.

Com base no texto de Heródoto e nos conhecimentos sobre o conflito entre gregos e persas na Antiguidade, considere as afirmativas a seguir:

1. A narrativa de Heródoto concebe o tempo como cíclico, uma vez que, para ele, o conhecimento da história permite a correção dos erros do passado.
2. Em seu texto, Heródoto atribui às Guerras Greco-Pérsicas o significado de um conflito entre homens livres e escravos.
3. Heródoto demonstra, por meio da sua narrativa, que a inviolabilidade dos arautos, fundada no direito das gentes, era um costume político compartilhado por gregos e persas.
4. As atitudes dos atenienses e espartanos, narradas no texto de Heródoto, revelam por que os persas chamavam os gregos de “os bárbaros da Antiguidade Clássica”.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- (b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- (c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- (d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- (e) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

7 Fatec Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome é democracia, pois a administração serve aos interesses da maioria e não de uma minoria.

Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. (Adapt.).

O trecho acima faz parte do discurso feito por Péricles em homenagem aos atenienses mortos na guerra do Peloponeso. Por esse discurso é correto afirmar que:

- (a) a guerra do Peloponeso foi injusta e trouxe muitas mortes tanto para os atenienses como para os espartanos, que lutavam em lados opostos pela hegemonia da Grécia.
- (b) Péricles se orgulhava da cidade de Atenas por ser ela uma cidade democrática, que não imitava o sistema político de outras cidades-estados, mas era imitada por elas.
- (c) Atenas e Esparta possuíam o mesmo sistema político descrito por Péricles, a democracia, mas divergiam sobre como implantá-lo nas demais cidades-estados gregas.
- (d) Atenas, por não partilhar do sistema político democrático de Esparta, criou a Liga de Delos e declarou guerra à Liga do Peloponeso.

- (e) Esparta era a única cidade-estado democrática em toda a Grécia antiga e desejava implantar esse sistema nas cidades-estados gregas.

8 FGV 2006 Ninguém cuidava de atingir um objetivo honesto, pois não se sabia se ia-se viver o suficiente para realizá-lo. Ninguém era retido nem pelo temor dos deuses nem pelas leis humanas; não se cuidava mais da piedade do que da impiedade desde que se via todos morrerem indistintamente.

Tucídides. In: Francis Wolf. *Sócrates*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 31. Sobre a crise provocada pela Guerra do Peloponeso é correto afirmar:

- (a) o final da guerra resultou em um período de florescimento cultural e político, denominado “Século de Péricles”.
- (b) após o tratado de paz assinado por atenienses e espartanos em 421 a.C., a guerra recomeçou com a traição de Péricles.
- (c) a primeira potência hegemônica da guerra foi Esparta, sucedeu-lhe Tebas e, por fim, Atenas.
- (d) a guerra que durou quase trinta anos e provocou uma terrível peste em Atenas, da qual foi vítima o próprio Péricles, criou as condições para a intervenção de Filipe da Macedônia.
- (e) a guerra foi um conflito entre os persas e os gregos e teve início com a invasão persa da cidade grega de Mileto em 430 a.C.

9 UEL 2008 Leia o texto a seguir.

[...] Com a boa sorte do povo de Atenas. Que os legisladores resolvam: se alguém se rebelar contra o povo visando implantar a Tirania, ou junta-se a conspiradores, ou se alguém atenta contra o povo de Atenas ou contra a Democracia, em Atenas, se alguém cometeu algum destes crimes, quem o matar estará livre de processo. [...] Se alguém, quando o povo ou a Democracia, em Atenas, tiver sido deposto, dirigir-se-á ao Areópago, reunindo-se em conselho, deliberando sobre qualquer assunto, perderá sua cidadania, pessoalmente e seus descendentes, seus bens confiscados, cabendo à Deusa o dízimo [...].

Lei ateniense contra a tirania, 337-6 a.C. Estela de mármore, com um relevo representando a Democracia ao coroar o povo de Atenas. In: Harding, 1985. p. 127 apud P. P. A. Funari. *Antiguidade Clássica. A história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. 2 ed. p. 90.

A lei ateniense contra a tirania de 337-6 a.C. insere-se na passagem da cidade independente para o estado imperial helenístico. Neste contexto, analise as afirmações a seguir:

- I. As polis gregas encontraram-se, no decorrer do século IV a.C., crescentemente marcadas pelas disputas internas e externas.
- II. Esse documento retrata os conflitos em Atenas, uma vez que sua leitura evidencia a necessidade de instrumentos legais para a defesa interna da democracia.
- III. As polis gregas encontravam-se em um momento de paz, no decorrer do século IV a.C., sem que houvesse o risco de atentados contra a democracia.
- IV. Em um momento em que as cidades gregas perdiam sua autonomia, procurava-se preservar as relações de poder no interior da polis.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- (a) I e III. (c) II e III. (e) II, III e IV.
- (b) I e IV. (d) I, II e IV.

10 Uece O período helenístico foi marcado pela troca de ricas experiências culturais e caracterizou-se, também, pela difusão da cultura e das ideias gregas no Egito e em todo o Oriente Próximo. Os valores e os ideais propostos pelas correntes filosóficas nesse período valorizavam:

- (a) o empenho social e civil, o amor à pátria, a competição econômica e a tolerância.
- (b) o individualismo e a ausência de angústias e de paixões, obtida por meio da autodisciplina.
- (c) o espírito competitivo, a participação na vida política, o individualismo e um particular prejuízo na vida moral.
- (d) a austeridade, a perspectiva da vida após a morte, o amor à pátria e o empenho social.

11 Unesp 2008 *É preciso dizer que, com a superioridade excessiva que proporcionam a força, a riqueza, [...] [os muito ricos] não sabem e nem mesmo querem obedecer aos magistrados [...] Ao contrário, aqueles que vivem em extrema penúria desses benefícios tornam-se demasiados humildes e rasteiros. Disso resulta que uns, incapazes de mandar, só sabem mostrar uma obediência servil e que outros, incapazes de se submeter a qualquer poder legítimo, só sabem exercer uma autoridade despótica.*

Aristóteles. *A Política*.

Segundo Aristóteles (384-322 a.C.), que viveu em Atenas e em outras cidades gregas, o bom exercício do poder político pressupõe:

- (a) o confronto social entre ricos e pobres.
- (b) a coragem e a bondade dos cidadãos.
- (c) uma eficiente organização militar do Estado.
- (d) a atenuação das desigualdades entre cidadãos.
- (e) um pequeno número de habitantes na cidade.

12 UFJF A civilização grega da Antiguidade deixou para outras sociedades um amplo legado que se expressa em vários campos, como o cultural e o político. Das alternativas a seguir assinale aquela que não corresponde a um legado da Grécia Antiga.

- (a) Os primeiros relatos tidos como históricos foram atribuídos a autores gregos como Heródoto e Tucídides.
- (b) A concepção criada pelos gregos do exército como uma força permanente, composta de soldados profissionais.
- (c) As representações teatrais (tragédias e comédias) surgidas na Grécia no contexto das festividades dionisíacas.
- (d) O regime democrático nascido a partir da experiência política característica da cidade grega de Atenas.
- (e) O desenvolvimento, na Grécia, do pensamento filosófico através do qual se poderia compreender de forma diferenciada o universo.

13 FGV Leia as afirmativas sobre a República romana (509-27 a.C.).

- I. Nos primeiros tempos da República, a sociedade era composta por apenas dois setores: os patrícios e os escravos.
- II. Os escravos, pouco numerosos no início da República, cresceram numericamente com as guerras de conquista.

- III. Entre as funções públicas em Roma, havia os cônsules, os pretores e os tribunos da plebe.
- IV. Em 494 a.C., plebeus rebelados se retiraram para o Monte Sagrado, ameaçando fundar outra cidade se não tivessem, entre outras reivindicações, o direito de eleger seus próprios magistrados.
- V. Com o expansionismo romano e as suas conquistas territoriais, houve um grupo especialmente beneficiado: os plebeus, que passaram a vender trigo para os povos dominados.

São corretas as afirmativas

- (a) I, II e III, apenas.
- (b) II, III e IV, apenas.
- (c) II, III, IV e V, apenas.
- (d) III, IV e V, apenas.
- (e) I, II, III, IV, V.

14 FC O conflito entre dois setores importantes da sociedade romana, plebeus e patrícios, caracterizou a história da República romana desde os primórdios até o estabelecimento do Império. A partir dessa informação e de seus conhecimentos, responda às questões propostas.

- a) Apresente dois motivos de disputa entre esses dois grupos.
- b) Diga se, e de que modo, as desigualdades políticas e sociais entre eles foram resolvidas total ou parcialmente.

15 Unifesp 2008 *Podemos dizer que antes as coisas do Mediterrâneo eram dispersas... mas como resultado das conquistas romanas é como se a história passasse a ter uma unidade orgânica, pois as coisas da Itália e da África passaram a ser entretecidas com as coisas da Ásia e da Grécia e o resultado disso tudo aponta para um único fim.*

Políbio. *História*, I.3.

No texto, a conquista romana de todo o Mediterrâneo é:

- (a) criticada, por impor aos povos uma única história, a ditada pelos vencedores.
- (b) desqualificada, por suprimir as independências políticas regionais.
- (c) defendida, por estabelecer uma única cultura, a do poder imperial.
- (d) exaltada, por integrar as histórias particulares em uma única história geral.
- (e) lamentada, por sufocar a autonomia e identidade das culturas.

16 Fuvest Na atualidade, praticamente todos os dirigentes políticos, no Brasil e no mundo, dizem-se defensores de padrões democráticos e de valores republicanos. Na Antiguidade, tais padrões e valores conheceram o auge, tanto na democracia ateniense, quanto na república romana, quando predominaram:

- (a) a liberdade e o individualismo.
- (b) o debate e o bem público.
- (c) a demagogia e o populismo.
- (d) o consenso e o respeito à privacidade.
- (e) a tolerância religiosa e o direito civil.

17 UFG 2007 A Grécia conquistada conquistou seu selvagem vencedor e levou as artes aos rústicos latinos.

Paul Veyne. *L'Empire Gréco-Romain*. Paris: Seuil, 2005. p. 11.

Considerando o verso do poeta latino Horácio (65 a.C. – 8 a.C.),

- explique a relação paradoxal entre conquistador e conquistado;
- caracterize dois campos em que a cultura grega se expressa no Império Romano.

18 PUC-PR Após a expansão no Mediterrâneo, a sociedade romana experimentou uma série de mudanças.

- Com o enriquecimento geral da população, não houve mais necessidade de escravos.
- Multiplicou-se o número de desocupados nas cidades, em virtude do aumento da mão de obra escrava.
- A religião sofreu uma grande reforma face às influências monoteístas oriundas do Oriente, já no início do Império.
- Houve o enriquecimento da minoria patricia, enquanto que a maioria plebeia empobreceu, aumentando o número de clientes.
- A conquista do Oriente trouxe uma orientalização dos costumes e a tendência à divinização dos imperadores.

São afirmações corretas:

- I, II e V. (c) I, III e V. (e) II, IV e V.
- I, III e IV. (d) II, III e IV.

19 UEL 2007 Leia o texto a seguir.

A crise desencadeada na sociedade romana pela transformação acelerada das estruturas sociais, ocorrida após a segunda guerra púnica, atingiu, em meados do século II a.C., uma fase em que se tomava inevitável a eclosão de conflitos declarados. A agudização das contradições no seio da organização social romana, por um lado e, por outro, as fraquezas cada vez mais evidentes do sistema de governo republicano tiveram como resultado uma súbita eclosão das lutas sociais e políticas.

G. Alföldy. *A história social de Roma*. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 81.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, considere as afirmativas a seguir.

- Na revolta dos escravos, as frentes estavam bem definidas, pois tratava-se principalmente de uma luta dos escravos rurais contra os seus senhores e contra o Estado romano, que protegia estes últimos. Este período iniciou-se com a primeira revolta de escravos na Sicília e terminou com a revolta de Espártaco.
- As revoltas dos habitantes das províncias e dos itálicos podem ser consideradas movimentos de camadas sociais homogêneas. Os seus objetivos eram a luta pela libertação dos membros de uma camada social oprimida e não a libertação de comunidades, Estados ou povos outrora independentes da opressão do Estado romano.
- Um dos conflitos mais significativos tinha lugar entre os cidadãos romanos, divididos em grupos, com objetivos opostos. O objetivo primeiro de uma das facções, a dos políticos reformistas, era resolver os problemas sociais do proletariado de Roma; a ela se opunha a resistência da oligarquia, igualmente numerosa.

- Nas últimas décadas da República, o objetivo primordial dos conflitos passou a ser a conquista do poder de Estado. A questão era saber se esse poder seria exercido por uma oligarquia ou por um único governante. A consequência última destes conflitos não foi a mudança da estrutura da sociedade romana, mas a alteração da forma de Estado por ela apoiada.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- I e II. (c) III e IV. (e) I, III e IV.
- II e III. (d) I, II e III.

20 UEL 2008 *Os animais da Itália possuem cada um sua toca, seu abrigo, seu refúgio. No entanto, os homens que combatem e morrem pela Itália estão à mercê do ar e da luz e nada mais: sem lar, sem casa, erram com suas mulheres e crianças. Os generais mentem aos soldados quando, na hora do combate, os exortam a defender contra o inimigo suas tumbas e seus lugares de culto, pois nenhum destes romanos possui nem altar de família, nem sepultura de ancestral. É para o luxo e enriquecimento de outrem que combatem e morrem tais pretensos senhores do mundo, que não possuem sequer um torrão de terra.*

Plutarco, *Tibério Graco*, IX, 4. In: J. Pinsky. *100 textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 20.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, pode-se afirmar que a Lei da Reforma Agrária na Roma Antiga:

- proposta pelos irmãos Graco, Tibério e Caio, era uma tentativa de ganhar apoio popular para uma nova eleição de Tribunos da Plebe, pois pretendiam reeleger-se para aqueles cargos.
- proposta por Tibério Graco, tinha como verdadeiro objetivo beneficiar os patrícios, ocupantes das terras públicas que haviam sido conquistadas com a expansão do Império.
- tinha o objetivo de criar uma guerra civil, visto que seria a única forma de colocar os plebeus numa situação de igualdade com os patrícios, grandes latifundiários.
- era vista pelos generais do exército romano como uma possibilidade de enriquecer, apropriando-se das terras conquistadas e, por isto, tinham um acordo armado com Tibério.
- foi proposta pelos irmãos Graco, que viam na distribuição de terras uma forma de superar a crise provocada pelas conquistas do período republicano, satisfazendo as necessidades de uma plebe numerosa e empobrecida.

21 Uece A história política da Roma antiga é dividida em três etapas: a Monarquia, a República e o Império.

Sobre a participação dos plebeus no Regime Republicano, é correto afirmar:

- a instalação da República foi um ato revolucionário dos plebeus, que afastaram os patrícios do poder, criando a Assembleia Popular.
- a criação da Assembleia da Plebe resultou da resistência dos plebeus contra o controle do poder político republicano nas mãos dos patrícios.
- o envolvimento da plebe na *res publica* (coisa pública) romana rompeu com a estrutura social, afastando os patrícios do poder.
- o controle do poder pelos plebeus, criando leis populares, justificou o apoio dos patrícios à instalação do Império de Júlio César.

22 UFJF Sobre a organização político-social de Roma no final do período republicano (II e III a.C.), assinale a alternativa correta.

- (a) A atuação dos Tribunos da Plebe, como Tibério e Caio Graco, criou uma estrutura fundiária baseada em pequenos lotes ocupados pela população de baixa renda e levou ao fim dos latifúndios em Roma.
- (b) O direito à cidadania foi estendido a todos os habitantes que vivessem em qualquer região que tivesse sido conquistada por Roma.
- (c) O regime democrático atingiu seu apogeu com a maior participação, através de eleições, de toda a população livre concentrada nos grandes centros urbanos.
- (d) O poder político do Senado, no que se refere aos assuntos internos administrativos, foi transferido para a Assembleia dos Plebeus, conduzindo a um longo período de paz.
- (e) Houve o aumento do número de prisioneiros de guerra convertidos em escravos, utilizados como mão de obra na economia romana.

23 FGV 2007 *Para ganhar o favor popular, o candidato deve conhecer os eleitores por seu nome, elogiá-los e bajulá-los, ser generoso, fazer propaganda e levantar-lhes a esperança de um emprego no governo. [...] Talvez sua renda privada não possa atingir todo o eleitorado, mas seus amigos podem ajudá-lo a agradar a plebe. [...] Faça com que os eleitores falem e pensem que você os conhece bem, que se dirige a eles pelo seu nome, que sem parar e conscienciosamente procura seu voto, que você é generoso e aberto, que, mesmo antes do amanhecer, sua casa está cheia de amigos, que todas as classes são suas aliadas, que você fez promessas para todo mundo e que as cumpriu, realmente, para a maior parte das pessoas.*

Marco Túlio Cícero. *Notas sobre as eleições.*

As práticas políticas na antiga Roma nos fazem refletir sobre as atuais. Essas palavras de Cícero (106-43 a.C.) revelam:

- (a) a concessão de favores, por parte dos eleitores, para cativar os candidatos.
- (b) a necessidade de coagir o eleitorado para conseguir seu apoio.
- (c) o desinteresse da população diante do poder econômico dos candidatos.
- (d) a existência de relações clientelistas entre eleitores e candidatos.
- (e) a pequena importância das relações pessoais para o sucesso nas eleições.

24 UFC Além do legado linguístico, principal herança da difusão dos latinos, os romanos influenciaram as culturas da Europa em várias áreas, como o Direito, a Arquitetura, a Urbanização e a Agricultura. A respeito da expansão do Império Romano na Europa, é correto afirmar que os romanos:

- (a) dominaram partes da Europa Oriental, como a atual Romênia, com o objetivo de distribuir terras também para soldados pobres.
- (b) limitaram o seu domínio à Península Ibérica, pois na Europa Ocidental foram derrotados pela oposição gaulesa na atual França.

- (c) limitaram sua dominação aos países mediterrâneos da Europa, atuais Grécia, França e Espanha, porque queriam controlar a África do Norte.
- (d) dominaram também o norte da atual Alemanha, a Dinamarca e os outros países escandinavos, pois precisavam dos latifúndios dos germânicos.
- (e) chegaram a dominar grande parte da Europa Ocidental, mas também toda a parte europeia da Rússia, porque queriam comercializar com a China.

25 UFPE O crescimento do Império Romano contribuiu para aumentar suas dificuldades administrativas. O Direito teve uma importância fundamental na superação dessas dificuldades. Na história do Ocidente, o Direito romano:

- (a) foi superado pelos ensinamentos trazidos pelos mestres bizantinos da Idade Média.
- (b) mantém um lugar de destaque nos estudos das normas sociais existentes na Antiguidade.
- (c) teve uma importância ilimitada ao mundo europeu medieval, sendo esquecido pelos modernos.
- (d) conseguiu firmar-se no mundo europeu, mas manteve-se desconhecido nas culturas orientais.
- (e) está superado no mundo atual, não merecendo atenção dos estudos jurídicos contemporâneos.

26 FGV 2007 *[...] os domínios [grandes propriedades] foram divididos em pequenas unidades, confiadas a granjeiros, chamados colonos, e o termo colonus, que outrora designava o agricultor, ou seja, o camponês proprietário, tendeu a se aplicar exclusivamente ao colono do grande proprietário.*

Paul Petit. *A paz romana*, 1969.

O texto descreve o campo, no mundo romano antigo:

- (a) No período que se segue à crise do século III d.C., quando a escassez de mão de obra inviabilizou o escravismo.
- (b) No momento da tentativa, malsucedida, de reforma agrária dos irmãos Caio e Tibério Graco.
- (c) No início da República, quando Roma foi inundada por enormes contingentes de escravos.
- (d) No final da conquista da Península Itálica, quando Roma ainda não passava de uma potência regional.
- (e) No auge do Império, quando o campo passou a produzir gêneros apenas para abastecer Roma.

A Idade Média

4

FRENTE 2



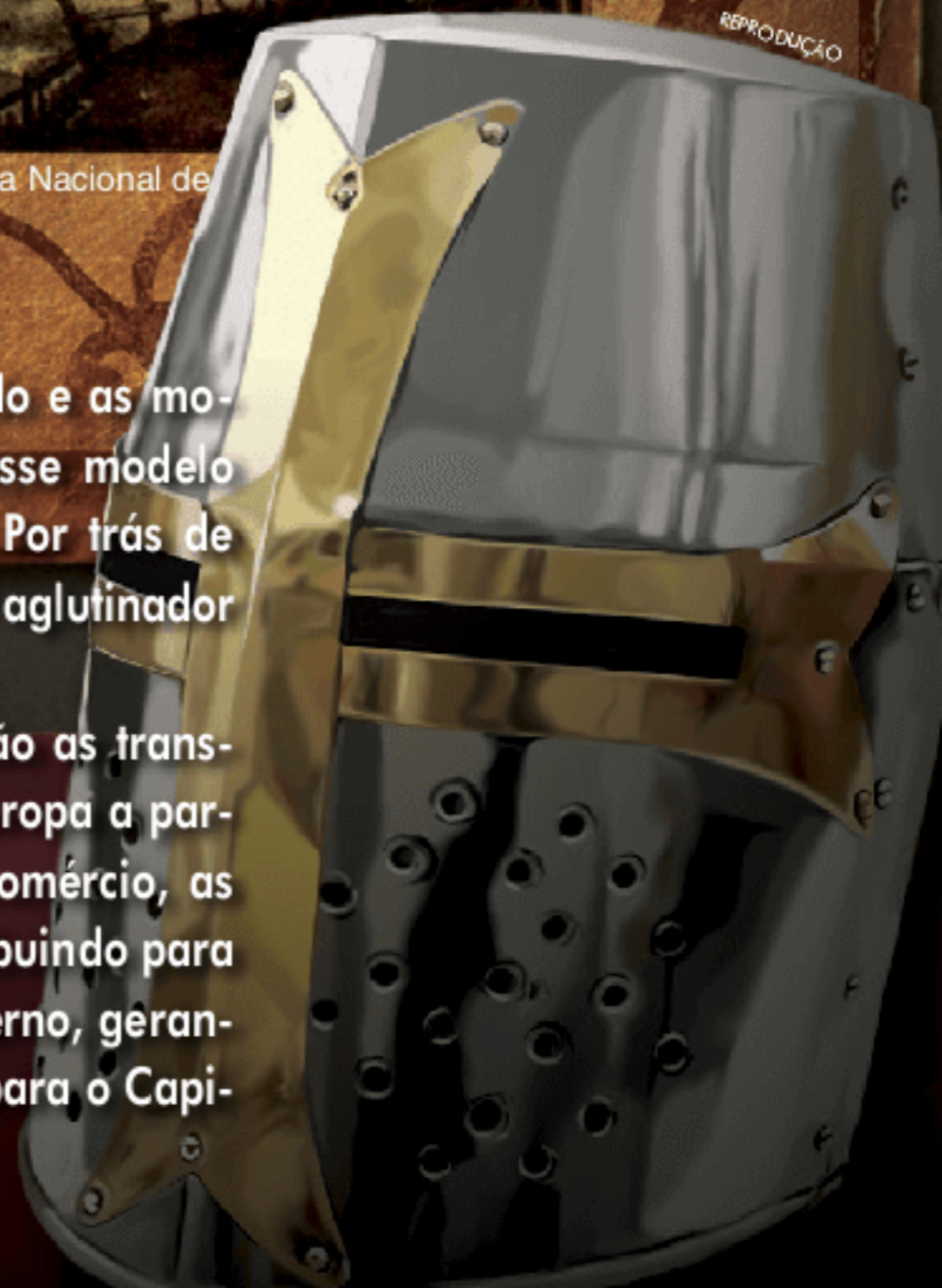
Paul Bril. *Feudo de Rocca Sinibalda*, 1601. Óleo sobre tela, 1,55 x 2,20 m. Galeria Nacional de Arte Antiga, Roma, Itália. Reprodução de um feudo medieval.

Vários elementos integrados entre si compuseram o mundo feudal. Como primeiro elemento, temos a formação do mundo feudal, quando as características dos povos germânicos integraram-se ao processo de ruralização que se verificava ao final do Império Romano, e quando os árabes acentuaram mais a tendência a uma economia de subsistência na Europa, ao dominarem o Mediterrâneo.

O segundo é o do Feudalismo em sua plenitude: as características econômicas

e sociais vão se consolidando e as monarquias correspondem a esse modelo fragmentado de economia. Por trás de toda essa estrutura, o papel aglutinador da Igreja.

E o terceiro elemento são as transformações que marcam a Europa a partir da crise feudal, com o comércio, as cidades e a burguesia contribuindo para a formação do mundo moderno, gerando o processo de transição para o Capitalismo.



A Idade Média: nomenclatura e divisões

Tradicionalmente, chamamos de Idade Média o período compreendido entre a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e o ano de 1453, em que ocorrem a queda do Império Romano do Oriente e o fim da Guerra dos Cem Anos.

A caracterização desse longuíssimo período de dez séculos (ou seja, mil anos) em uma única era é fruto de uma visão criada pelo Renascimento Cultural, o qual, tendo a Antiguidade Clássica como modelo maior de civilização, criou toda uma visão altamente pejorativa para o período após a queda do Império Romano do Ocidente. Expressões como “Idade das Trevas” ou “longa noite de mil anos” foram cunhadas pelos renascentistas para designar o período no qual, segundo eles, o brilhantismo clássico sucumbiu ante o barbarismo e o obscurantismo. O próprio termo, Idade Média, tem uma conotação pejorativa, no sentido de ser uma era cuja única função é intermediar o brilhante passado clássico e seu renascimento, a partir do século XIV.

Tal concepção não pode ser aceita. A Idade Média é um momento altamente importante para a história ocidental, no qual se formaram as bases do mundo europeu, os países, as línguas, o conceito de nação tal como o compreendemos hoje e o próprio predomínio do Cristianismo.

Mais que isso: uma abordagem não preconceituosa e mais científica impede-nos sequer de aceitar esses mil anos como sendo um único período ditado por apenas uma característica. Mesmo em uma abordagem pouco rigorosa encontraremos diferenças claras e modelos significativamente conflitantes ao longo desses dez séculos. Para facilitar a compreensão, portanto, dividimos a Idade Média didaticamente em dois grandes momentos: a **Alta Idade Média**, do século V até meados do século XI; e a **Baixa Idade Média**, de parte do século XI até o século XV.

Essa divisão, longe de ser definitiva, tem por objetivo chamar a atenção para as diferenciações que se manifestam desde a queda do Império Romano até o século XV. O que chamamos de Alta Idade Média é o período no qual, sobre os escombros do Império Romano, uma nova sociedade surgia, caracterizada pelos reinos bárbaros, pela invasão dos árabes, pelo avanço e consolidação do poder da Igreja Católica e, acima de tudo, pela formação e consolidação do Feudalismo. A Baixa Idade Média é o momento no qual o Feudalismo começa a apresentar seus primeiros sintomas de crise e decadência, lançando as bases para o desenvolvimento do comércio e o início de um longo processo de transição em direção ao Capitalismo.

Várias civilizações tiveram participação no processo de formação do mundo medieval europeu, seja por seu contato constante com a Europa, seja por invasões que ampliaram o clima de insegurança e de ruralização que já se acentuava desde a crise do Império Romano. Iniciaremos este estudo fazendo uma abordagem de civilizações que, mesmo não europeias, foram decisivas na constituição do mundo europeu.

O Império Bizantino

Chamamos Império Bizantino ao Império Romano do Oriente, cuja capital, Constantinopla (atual Istambul) erguia-se numa acrópole da cidade de Bizâncio. Sua origem remonta

ao século IV, quando o imperador Constantino, após reunificar o Império, transferiu sua capital para Bizâncio, rebatizando-a com o nome de Constantinopla. A nova subdivisão do Império Romano ao final do século IV, no governo de Teodósio, deu-lhe sua forma final, com o Império Romano do Ocidente, com capital primeiro em Roma e depois em *Mediolanum* (Milão), e o Império Romano do Oriente com capital em Constantinopla.

O processo de invasões germânicas ao longo do século V dizimou apenas o Império do Ocidente. O Império Bizantino perdurou ainda por dez séculos, até sua conquista pelos turcos otomanos, em 1453.

Economia e sociedade

Diferentemente da Europa Ocidental, na qual o processo de ruralização e feudalização acentuou-se ao longo de toda a Idade Média, o Império Bizantino manteve características comerciais e urbanas, ao lado da vida rural que inevitavelmente crescia. Mais do que isso, ao mesmo tempo em que na Europa Ocidental verificava-se uma quase completa fragmentação do poder político, o Estado bizantino mantinha um poder relativamente centralizado e um forte controle sobre a atividade econômica.

Parte significativa das terras eram propriedade do Estado. As demais, contudo, ficavam nas mãos da aristocracia, num processo de intensa concentração fundiária. A pequena propriedade praticamente deixou de existir e a mão de obra era representada por uma maioria de camponeses livres e um pequeno contingente de escravos. A produtividade rural era bastante limitada e gerava pequenos excedentes, não sendo a agricultura a fonte básica de riqueza do Império. Tal riqueza concentrava-se fundamentalmente no comércio, o qual se beneficiava da localização de Constantinopla (no entroncamento dos Mundos Ocidental e Oriental), bem como da poderosa marinha bizantina, capaz de garantir a paz necessária à presença de navios mercantes.

Com isso, a elite de comerciantes equiparava-se, socialmente, à aristocracia tradicional, ambas constituindo os setores hegemônicos da sociedade. Imediatamente abaixo das duas, havia a burocracia estatal, composta por altos funcionários, membros da hierarquia religiosa e chefes militares. Seguindo esses, vinha um setor composto por pequenos comerciantes, artesãos e demais trabalhadores urbanos. Na base da pirâmide social, estava a massa de camponeses e escravos.

Organização política e religiosa

A centralização política foi a marca do Estado bizantino, ao menos durante seu período de prosperidade, que se estendeu até o século IX. Nesse período, e particularmente no seu apogeu, durante o reinado de **Justiniano** (527-565), tivemos um Estado forte, com amplo controle sobre a vida econômica, inclusive monopolizando alguns setores, e capaz de um certo expansionismo militar.

Esta última afirmação pode ser ilustrada no processo conhecido como **Reconquista**, no qual Justiniano retoma algumas regiões que haviam sido ocupadas por povos germânicos no norte da África e ocidente Europeu.



Paralelamente a isso, Justiniano empreendeu uma intensa obra administrativa. Nesse contexto, sua grande contribuição foi a elaboração do *Corpus Juri Civili*, um código civil, na verdade uma compilação e organização dos princípios fundamentais do Direito Romano, que até hoje é referência para a estrutura jurídica de vários povos ocidentais.

A questão da religião ocupou um lugar fundamental na estrutura do Estado bizantino. Não nos esqueçamos que seu surgimento dá-se no momento em que o Império Romano buscava incorporar a estrutura cristã. Através do Edito de Milão, Constantino legalizara o culto. Ao final do século IV, o Edito de Tessalônica, do imperador Teodósio, tornava o Cristianismo a religião oficial do Império, apenas cinco anos antes de se efetivar a divisão do Império Romano, com Constantinopla mantida como capital do Império do Oriente.

Assim, a busca por utilizar a religião cristã como um elemento de justificação e sustentação do poder imperial encontrou seu espaço no Império Bizantino. O Imperador era visto como manifestação humana de Deus, ao mesmo tempo em que exercia um forte controle sobre a hierarquia religiosa, num fenômeno conhecido como **cesaropapismo**. Um dos marcos dessa relação entre o Estado e a religião foi a construção, ainda no governo de Justiniano, da Igreja de Santa Sofia (*Aya* ou *Hagia Sophia*), em Constantinopla, um dos marcos da arquitetura cristã medieval.



Fig. 1 Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla.

Temos que considerar ainda que o fortalecimento da Igreja Cristã no Oriente dá-se ao mesmo tempo em que, na Europa Ocidental, a Igreja era cada vez mais influenciada pelos interesses dos reinos bárbaros. Com isso, os conflitos entre o Papado e o Patriarca de Constantinopla intensificam-se. No ano de 1054, há a ruptura definitiva da unidade do Cristianismo e a separação entre Igreja Católica Romana e Igreja Ortodoxa Grega, sediada em Constantinopla. Era o **Cisma do Oriente**, ou **Grande Cisma**, a primeira das grandes cisões que romperia a unidade do Cristianismo e o monopólio religioso da Igreja de Roma.

O Islão

A importância dos árabes para o Mundo Ocidental começa a se manifestar de forma mais intensa a partir do início da Idade Média, tendo como impulsionador o processo de expansão religiosa e militar conhecido como **Expansão Islâmica**. É importante salientar que esse processo de expansão é um dos elementos geradores do Feudalismo na Europa, além de ter deixado marcas profundas na sociedade europeia e constituir-se num importante referencial político para o Mundo Contemporâneo.

As origens do Islão

A Arábia, berço do Islamismo, constitui-se, essencialmente, num vasto deserto. Assim, as poucas cidades erguiam-se na faixa litorânea ou em oásis isolados. No restante do território, as comunidades humanas eram formadas por beduínos (árabes do deserto), vivendo numa estrutura tribal e seminômade. Viviam do **apascentamento** de cabras e do extrativismo de tâmaras e outros poucos itens disponíveis no deserto. Entretanto, mantinham a necessidade de gêneros que não podiam ser obtidos em seu ambiente original, daí a necessidade do comércio.

Desse modo, as cidades ganhavam uma dimensão essencialmente comercial, vivendo do contato entre si e com os povos do deserto. Todavia, o isolamento entre as cidades e os beduínos, bem como sua estrutura tribal, tornavam impossível qualquer forma de unidade política.

Ao mesmo tempo, os particularismos manifestavam-se também em termos religiosos. Anteriormente ao Islão, os árabes eram politeístas e idólatras, sendo que o número de ídolos adorados pelas várias tribos chegava a 360.

Todos esses ídolos, bem como a Pedra Negra, outro objeto de adoração, encontravam-se reunidos na *Caaba*, uma tenda próxima à cidade de Meca, alvo de peregrinações religiosas por parte de tribos de toda a Arábia. Evidentemente, essas peregrinações impulsionavam o comércio, fazendo de Meca a principal cidade comercial árabe.

É neste meio que teremos a origem do Islamismo, que acontece com as pregações de Maomé, um membro da família dos Haxemitas, ramo empobrecido dos Coraixitas, a tribo fundadora e dominante de Meca.

Influenciado pelo Judaísmo e pelo Cristianismo, Maomé começava a conceber a ideia de uma crença com um único Deus, porém adaptada à sua realidade de vida, ou seja, à realidade árabe. Não é necessário explicar que as primeiras pregações de Maomé foram pessimamente recebidas pelos Coraixitas, cuja riqueza proveniente do comércio era fortemente baseada nas peregrinações religiosas politeístas e idólatras, características rejeitadas por Maomé.

Esse período inicial estende-se do ano de 610 a 622, quando Maomé sofre um atentado do qual consegue escapar. A oposição dos Coraixitas era cada vez mais violenta, levando Maomé e seus seguidores (em um total não superior a 40 indivíduos) a fugir para a cidade de Iatreb, mais tarde rebatizada com o nome de Medina (cidade do Profeta).

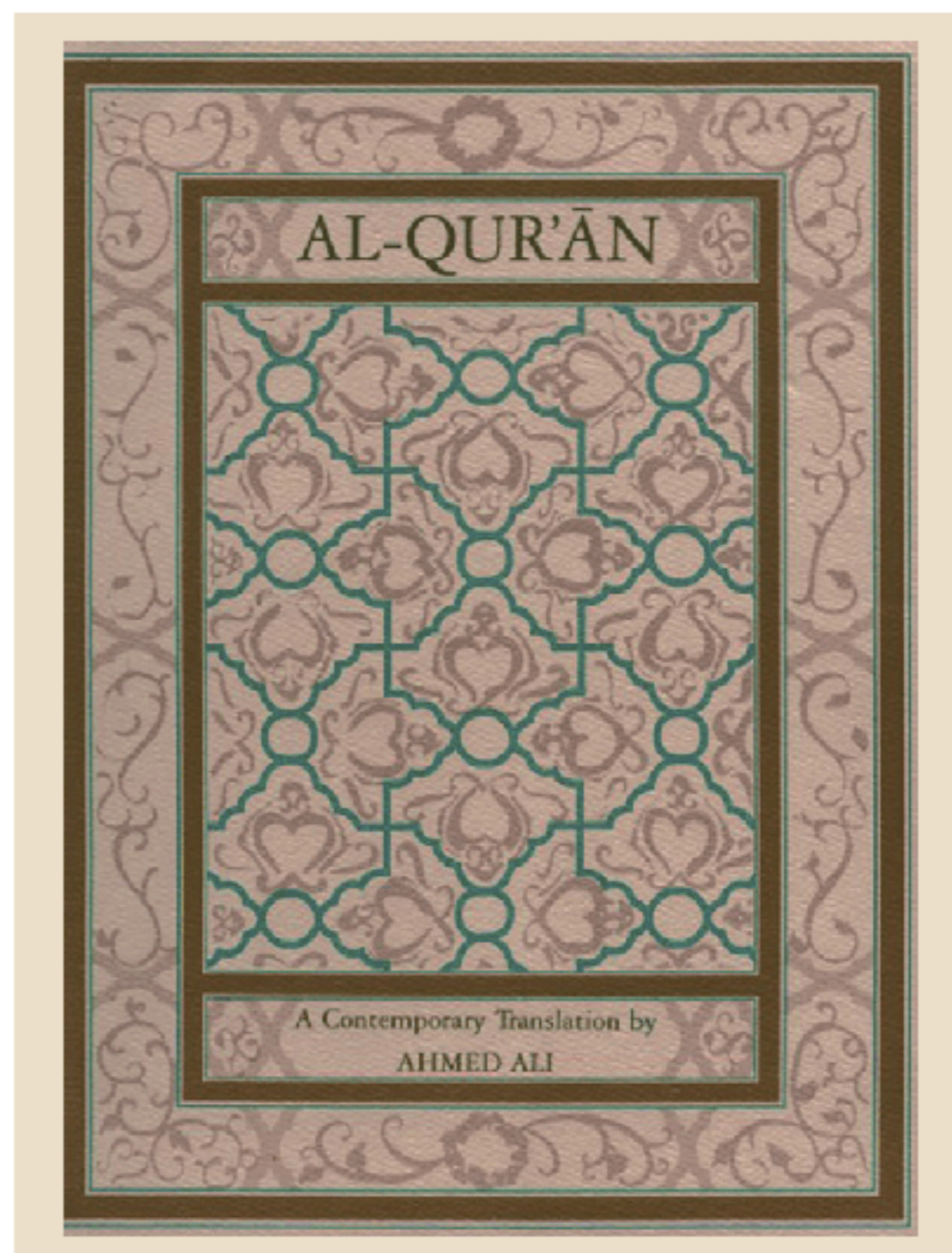


Fig. 2 Capa de uma edição do Alcorão, livro islâmico sagrado.

O fato de, em pouco mais de um século, esse pequeno grupo ter gerado um Império gigantesco, em um processo de expansão que só seria detido na França, na famosa batalha de Poitiers, em 732, após ter dominado vastas regiões do Oriente, todo o norte da África, Península Ibérica, ilhas do Tirreno e sul da Itália, isolando totalmente a Europa, merece, no mínimo, algumas reflexões: como foi possível uma expansão tão vasta e tão rápida?

A conversão da Arábia

Ao fixar-se em Iatreb, Maomé contava com o apoio da elite local, interessada no enfraquecimento de Meca. Com esse apoio, Maomé organizava ataques a caravanas que se dirigiam a Meca, reprimindo o comércio dessa cidade.

Paralelamente a isso, empreendia a difusão de sua crença, rapidamente acolhida pelos povos árabes. As razões são bastante óbvias. Os elementos da doutrina criada por Maomé estão diretamente vinculados às condições de vida do árabe e às suas necessidades. Fundamentalmente, o Islamismo representava uma justificativa religiosa às condições e necessidades ditadas pela vida material do árabe.

Um exemplo disso está na ideia da *Jihad*. A significação original do termo é de “expansão da fé”. Entretanto, para um povo cuja expansão era uma necessidade material, no sentido de obter terras, riquezas ou bens, o princípio da *Jihad* assumiu o caráter de uma Guerra Santa, segundo a qual é dever de todo islâmico (submisso à vontade de Alá) levar adiante sua crença, nem que para isso seja necessário o uso da força. A pilhagem, permitida por Alá, era um elemento fortemente atraente para esses povos, bem como a visão do Paraíso prometido àqueles que morressem lutando por seu deus.

Apascentar: Pastorear.

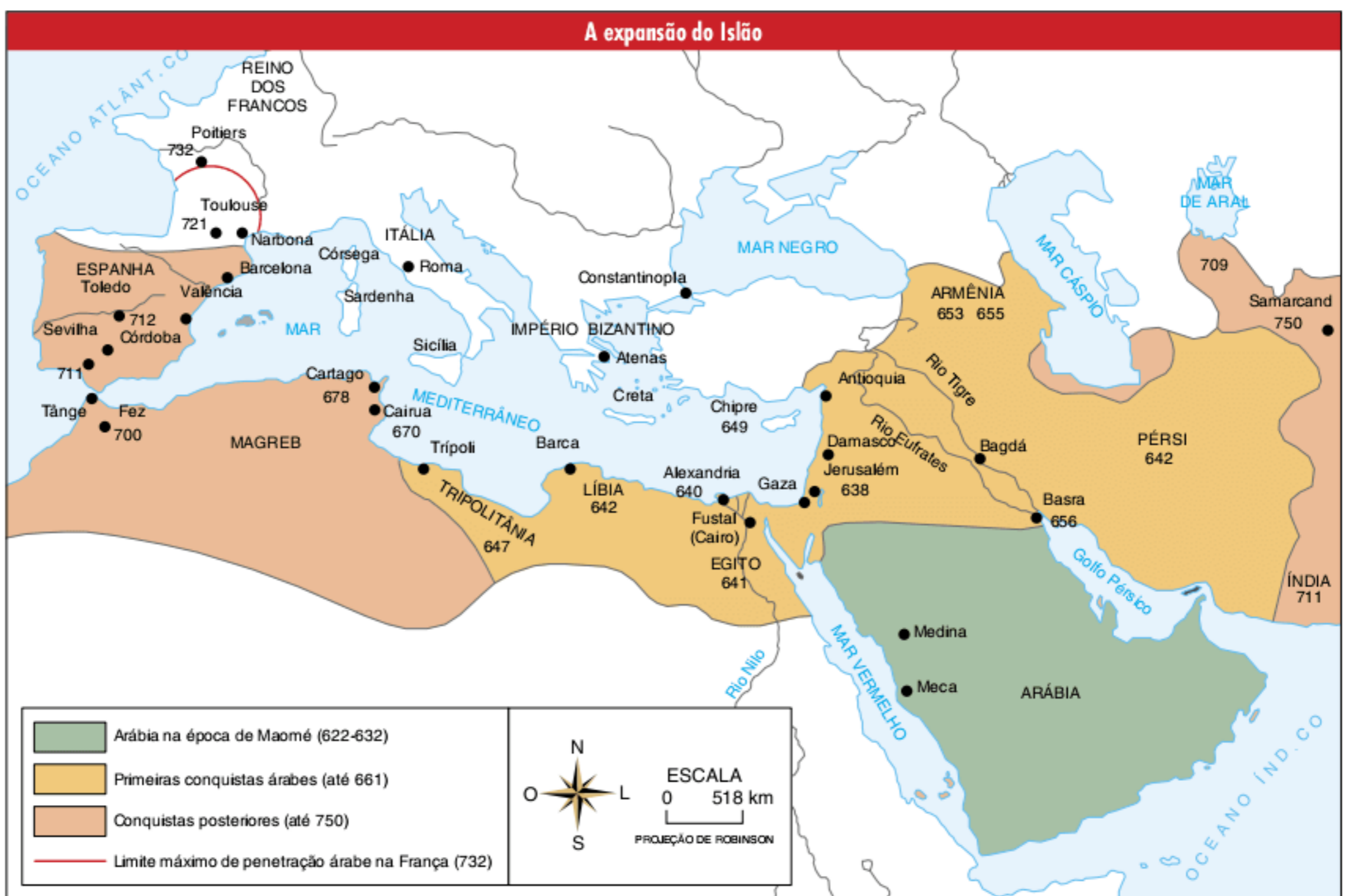
Com isso, Maomé conseguiu rapidamente a conversão dos povos da Arábia, submetendo até mesmo os Coraixitas de Meca, e fincou as bases de uma unidade nacional e política centrada na religião. Surgia um Estado Teocrático, fortemente centralizado e imbuído de um ideal expansionista, fruto de necessidades econômicas, porém justificado em bases religiosas, tendo o apoio irrestrito de uma imensa população acostumada ao sofrimento e ao sacrifício.

A expansão islâmica

A decadência dos Impérios Romano e Persa, bem como a descentralização política e militar que caracterizava os povos bárbaros do norte da África e da Península Ibérica foram elementos que favoreceram a expansão islâmica. Os árabes rapidamente conquistaram vastas regiões do Oriente, incorporando domínios que se estendiam pelos atuais Irã, Iraque e norte da Índia, penetrando, em seguida, no território africano.

Após ter dominado todo o norte da África, os árabes, sob o comando do general Tar (ou Tarik), penetraram na Península Ibérica através do estreito conhecido como Colunas de Hércules, mas que, a partir de então, passou a ser de Gibraltar (do árabe *Gib al Tar*, ou “Pedra de Tar”). Na Península Ibérica, derrotam o reino cristianizado dos visigodos, confinando-os à porção nordeste da península, de encontro aos Pirineus; como próximo passo, penetraram no território dos francos. É no território franco que são derrotados, na batalha de Poitiers, no ano de 732.

Embora detidos em sua expansão, a consolidação estava feita, pois mantiveram os domínios anteriormente obtidos, passando a exercer um controle político e militar sobre toda a costa sul, leste e noroeste do Mediterrâneo, além das ilhas do mar Tirreno, o que lhes deu o domínio de toda a navegação nesse mar.



Efeitos da expansão islâmica

A penetração árabe na Europa deixou efeitos marcantes para a organização da vida econômica europeia. O processo de ruralização econômica e de declínio do comércio, com a economia cada vez mais dependente da agricultura de subsistência, que já se verificava desde a crise do Império Romano e fora acentuado pelas invasões germânicas, passou agora a ser definitivo.

O domínio árabe sobre o Mediterrâneo privou os europeus da principal via de comércio com o único mercado que lhes restava, o Império Bizantino. Mais ainda, a sobrevivência europeia passava a depender de uma produção agrícola sem perspectivas de obtenção de mercados. Nesse sentido, podemos afirmar que



Fig. 3 Mesquita de Córdoba, na Espanha.

a invasão islâmica representa a última peça do mosaico que vai dar origem ao Feudalismo europeu.

Ao mesmo tempo, a presença árabe na Península Ibérica motivou a luta dos povos cristãos por expulsá-los, no processo conhecido como Guerra de Reconquista, que é o grande responsável pelo surgimento dos reinos de Portugal e da Espanha.

A cultura árabe também trouxe influências para o Mundo Ocidental, com o desenvolvimento da Matemática, da Astronomia, das técnicas de construção, da metalurgia, da Filosofia etc. sendo, ao longo da Idade Média, o único contraponto dentro da Europa para o teocentrismo imposto pela Igreja Católica. No Renascimento Cultural, é possível constatar a forte influência legada pelo islamismo à cultura europeia.

Os reinos bárbaros

O Império Romano sucumbiu ante as invasões germânicas, que ocuparam várias regiões até então pertencentes ao Império e com isso deram origem aos chamados **reinos bárbaros**.

Considerando que os novos dominantes europeus eram povos bárbaros, basicamente de origem germânica, suas características sociais, econômicas e políticas vão ter uma importância fundamental para a compreensão do mundo feudal que se desenvolveu na Europa a partir daí.

A transplantação das antigas estruturas germânicas, baseadas no particularismo tribal, para uma nova realidade na qual esses povos viram-se detentores de vastos domínios, acabou gerando uma realidade híbrida, na qual elementos de poder local fundem-se à necessidade de garantir a posse da terra e à defesa contra inimigos, com a criação de uma estrutura militar mais sólida e com todas

as mazelas decorrentes da existência, agora, de reinos. Para uma melhor compreensão dessa situação temos que, primeiramente, compreender a forma original de organização desses povos.

As sociedades germânicas haviam evoluído de uma estrutura tribal para a formação de agrupamentos guerreiros, centrados na figura de um chefe comandando guerreiros livres, os quais submetem-se, por vontade própria, à autoridade daquele que é reconhecido como o indivíduo com maiores condições de comandá-los. Não havia uma estrutura institucional de Estado. Sendo fundamentalmente guerreiros, seus vínculos eram basicamente militares, mas de caráter estritamente pessoal, forjado em juramentos de fidelidade e obediência por parte dos guerreiros, em troca da proteção que lhes era concedida pelo chefe. Essa forma de organização chamava-se *comitatus*, ou “grupo de guerra”, e teve importante influência na formação da sociedade feudal.

A necessidade militar, ligada às conquistas que fazem parte do processo de destruição do Império Romano, levou a um processo de organização desses agrupamentos guerreiros. Longe de um Estado tal como o concebemos hoje, o que se formou, de um modo geral, foi uma autoridade central, fundamentalmente militar, caracterizando um poder que genericamente chamamos de monárquico. Entretanto, esse poder real era exercido com fortes limitações, submetido ao prestígio pessoal do monarca e à Assembleia de Guerreiros, detentora, em última análise, do poder efetivo. A manutenção desse princípio pessoal de relacionamento faz com que o vínculo entre o rei e os chefes guerreiros mantenha as mesmas características herdadas do *comitatus*. Os guerreiros submetem-se ao rei pelos mesmos juramentos de fidelidade e obediência, obrigando-se este à proteção e ao comando militar.



Esses traços fundem-se a um aspecto econômico comum aos vários povos germânicos, o fato de terem na agricultura sua atividade básica, sendo o comércio praticamente desprezível. Assim, a questão militar assumiu um papel de sobrevivência cotidiana, ligada à defesa da terra geradora do alimento do qual eles necessitavam. Mais que isso, os próprios chefes guerreiros, em um processo de conquista, assumiam uma condição de conquistadores da possibilidade de sobrevivência, o que colocava as massas de trabalhadores não guerreiros sob sua direta dependência. Com isso, criou-se uma situação na qual a posse da terra articulou-se necessariamente à capacidade de defendê-la, relegando a massa de não guerreiros à condição de trabalhadores braçais, produtores do alimento em troca da terra e da proteção recebida. Essa relação gerou uma nítida diferenciação social, entre aqueles que trabalham e aqueles que guerreiam, constituindo estes últimos uma elite social e econômica, detentores da terra e do que havia de força militar. Estavam lançadas as bases para a constituição da nobreza feudal.

Do mesmo modo, as relações entre esses guerreiros e as autoridades superiores se fundaram com as mesmas necessidades e princípios. Considerando-se o rei como autoridade militar suprema, sua condição, em última análise, é a de detentor de todas as terras. Para efetivar a defesa, ele concedia o comando de parte dessas terras e proteção a outros chefes guerreiros, em troca de um juramento de fidelidade, obediência e serviço militar quando este lhe fosse necessário. Esses chefes, por sua vez, também com juramento de fidelidade e obediência, cediam terras a outros guerreiros. Desse modo, a obediência

deste guerreiro ao seu chefe poderia ser emprestada ao rei, em caso de necessidade.

Com isso, criou-se uma estrutura de verticalização das relações políticas e militares. No topo da hierarquia encontra-se o rei, vinculado a chefes guerreiros, os quais, por sua vez, se vinculam a outros e assim por diante, em um processo cujo efeito final é o estabelecimento de inúmeros domínios pessoais sempre submetidos a uma autoridade superior. São esses vínculos que deram origem às relações de **suserania** e **vassalagem**.

Para uma melhor compreensão dessas relações, lembramos que o **suserano** é sempre o superior hierárquico, aquele que concede a terra e a proteção em troca da fidelidade e da obediência de seu vassalo. Em contrapartida, o caráter estritamente pessoal desses vínculos cria uma realidade na qual *o vassalo do meu vassalo não é meu vassalo*. Assim, o efeito lógico da extensão desses vínculos foi o enfraquecimento das autoridades que não tivessem vínculo direto, mesmo que superiores. Tal característica contribuiu, mais que qualquer outra, para o enfraquecimento do poder real e a descentralização política que marcou a Idade Média.

Economicamente, a base que os povos germânicos tinham na agricultura acelerou a ruralização europeia e estabeleceu as bases das relações de produção feudais. As cidades romanas, já decadentes desde meados do século III, perderam sua função econômica, transformando-se em centros administrativos, sedes das monarquias bárbaras; em centros de defesa, em razão de suas muralhas, ou em meros centros religiosos, por serem sedes de bispados ou guardarem relíquias sagradas.





H.F. HELMOLT, HISTORY OF THE WORLD, VOLUME VII, DODD MEAD 1902

Fig. 4 Teodorico, o Grande. Rei dos ostrogodos (474-526), um dos povos germânicos.

Embora as características citadas descrevam o povo germânico como um todo, é importante ter em vista que eles têm suas particularidades. Essas, contudo, não serão mencionadas aqui, exceto no caso de um deles, que merece uma atenção especial. Estamos falando dos **francos**, cuja evolução foi decisiva para a formação do mundo feudal europeu.

Reino Franco

Foram chamados de francos os povos germânicos que invadiram as terras que os romanos chamavam de Gália, ocupando basicamente as terras da atual França. Dois elementos diferenciam-nos, em princípio, dos demais povos bárbaros. O primeiro é uma precoce centralização política; o segundo, diretamente ligado ao anterior, é a aliança que eles estabeleceram com a Igreja Católica.

A ocupação da Gália romana não se fez sem um intenso processo de lutas contra os antigos habitantes e mesmo entre os principais chefes guerreiros francos. Nesse processo de lutas, destacou-se um chefe militar legendário, chamado Meroveu, o qual logrou derrotar uma série de adversários e estender seus domínios por todo o norte da região. A conclusão desse processo deu-se com Clóvis, neto de Meroveu. Clóvis foi o primeiro chefe bárbaro a compreender a necessidade do apoio das populações nativas para a consolidação do seu poder e mesmo para a vitória definitiva sobre os demais chefes. Dos escombros do Império Romano, uma das poucas instituições remanescentes, cuja influência ainda era significativa ante boa parte da população, era a Igreja Católica. Assim, Clóvis se volta para ela.

A mitologia cristã salienta um episódio no qual Clóvis teria tido um sonho decisivo para sua conversão ao Cristianismo. O que existe de fato é a certeza que a conversão de Clóvis, e a consequente aliança que ele estabeleceu com a Igreja, foram, essas sim, decisivas para o seu processo de conquista. Foi com o apoio da Igreja e dos cristãos da Gália que Clóvis conseguiu derrotar os demais guerreiros francos, impondo-se como rei. Sendo ele neto de Meroveu, essa primeira dinastia francesa fundada por Clóvis é chamada de **Merovíngia**.

O particularismo tribal germânico, entretanto, foi mais forte que essa tendência unificadora. Ainda durante seu governo, Clóvis dividiu o reino em províncias às quais ele deu o nome de **condados**, nomeando nobres guerreiros, **condes**, para administrá-las. Verifica-se aí uma tendência à descentralização política, que só se acentuou nas décadas seguintes. Não por acaso, os últimos reis merovíngios ficaram conhecidos pela designação de **reis indolentes**. Seu poder era meramente formal, como chefe militar supremo, condição que em uma época de paz não lhe granjeava qualquer autoridade efetiva. Ao mesmo tempo, a administração dos domínios reais ficava a cargo de nobres que deram origem a uma figura típica do reino franco, o **major domus** (intendente do palácio).

Ao longo do século VII verificou-se um processo de fortalecimento do **major domus**, em detrimento do poder real. Em 679, **Pepino de Heristal**, nobre que havia chegado à condição de **major domus**, logrou criar praticamente um poder paralelo, ao transformar o cargo em vitalício e hereditário, independente da indicação e do controle por parte do rei.

Essa dualidade de poder tomou-se nítida quando os árabes invadiram a França no século VIII. Coube ao **major domus Carlos Martel**, filho de Pepino de Heristal, e não ao rei, o comando sob os exércitos francos que derrotaram os invasores na batalha de Poitiers, em 732.

A vitória teve múltiplos significados para o reino franco. Em primeiro lugar ela consolidou a aliança entre os francos e a Igreja Católica, visto terem sido eles os únicos capazes de deter os infiéis que ameaçavam a cristandade. Em segundo lugar, efeito básico da guerra para um povo germânico, verificou-se um fortalecimento da autoridade central, com a nobreza guerreira unida em torno de um comando centralizador. Lembramos que esse comando não está nas mãos de um rei formal, mas sim de seu **major domus** cujo poder, prestígio e liderança sobre a nobreza suplantavam em muito o poder do rei.

Foi o filho de Carlos Martel, chamado de **Pepino, o Breve**, quem finalizou esse processo. Alegando ser portador de sangue real (afirmava ser filho de Carlos Martel com a rainha Batilde) e contando com o apoio dos nobres e da Igreja, ele depôs o último rei merovíngio, Childerico III, e fez-se coroar rei da França no ano de 751. Surgia aí uma nova dinastia, chamada de **carolíngia** pelo fato de se originar em Carlos Martel.

Pepino refez a secular aliança da monarquia franca com a Igreja, o que lhe permitiu ampliar muito a prática, iniciada por seu pai, de distribuir as vastas propriedades eclesiásticas entre seus seguidores que, em troca, deveriam lhe prestar auxílio de natureza militar. A propriedade recebida chamava-se **benefício** e foi a principal origem do feudo. Sua posse era condicionada à prestação do serviço militar na forma de **cavaleiro**. Sua

consequência básica foi aumentar o universo das relações pessoais de dependência. A Igreja, em contrapartida pela cessão das propriedades, passou a receber uma taxa correspondente a 10% de sua produção anual, o dízimo.

Pepino, o Breve, também interveio na Itália contra os lombardos que ameaçavam o papado, em 756. Como resultado, os lombardos cederam os territórios de Ravena e de Pentápolis a Pepino que, juntando-os ao ducado de Roma, doou-os ao papa Estevão II, originando o **Patrimônio de São Pedro** (ou Estados Pontifícios).

A ação de Pepino, o Breve, foi decisiva para a ampliação dos domínios francos. A irreversível aliança estabelecida com o papado foi o fator de justificação ante os fiéis para que esses aceitassem a dominação franca. Tanto que as conquistas francas, ampliadas de modo drástico no reinado do filho de Pepino, o Breve, **Carlos Magno**, foram todas elas obtidas com o apoio da Igreja.

Império Carolíngio

Carlos Magno assumiu o trono em 768. Empenhou-se em expandir seus domínios, anexando o norte da Itália (em mãos dos lombardos), submetendo a Saxônia, a Baviera e a Bretanha, estabelecendo o controle franco sobre o nordeste da Península Ibérica, derrotando os ávaros e obtendo a submissão de boêmios, morávios e croatas. Fez do Reino Franco a mais extensa unidade administrativa da Europa ocidental.

Todas essas conquistas foram feitas tendo a Igreja como principal avalista e justificadora. Essa condição consolidou-se definitivamente quando, na missa de natal de 800, o papa Leão III coroou Carlos Magno **Imperador dos Romanos**. O título tinha uma conotação essencialmente religiosa, significando o Imperador daqueles que seguiam a religião de Roma. Entretanto, acabou assumindo um significado muito maior, de uma ressurreição do Império Romano do Ocidente. Claro que essa ressurreição dava-se em direta aliança com a Igreja Católica, a qual passaria a gozar de uma estrutura política forte para amparar seu crescente poder.

fronteiriças, criaram-se as **Marcas**, que ficavam sob o controle de um funcionário que originou o termo **marquês**. Estas medidas favoreceram o desenvolvimento dos poderes jurídico-militares regionais localizados. Em uma tentativa de manter algum controle central, Carlos Magno criou os *missi dominici*, funcionários que percorriam o Império fiscalizando a administração de condes e bispos. Mas o verdadeiro responsável pela manutenção de um mínimo de centralização foi o estado de guerra constante que caracterizou o governo de Carlos Magno. Ele multiplicou os domínios e as relações de vassalagem, colocando o rei no alto de uma estrutura minimamente organizada em termos político-militares.

A centralização política, que parte da Europa ocidental conheceu depois de mais de três séculos, favoreceu um modesto desenvolvimento econômico incapaz de reverter a ampla ruralização e promoveu o chamado Renascimento Carolíngio. Escolas foram fundadas, sendo os aristocratas estimulados a alfabetizarem-se; a corte tornou-se um centro de homens sábios e algo do passado cultural romano foi recuperado. O chamado **Renascimento Carolíngio** foi um fenômeno essencialmente cultural, diretamente apoiado na Igreja Católica.

Com a morte de Carlos Magno, em 813, o poder passou para seu filho **Luís, o Piedoso**, que governou até 840. Fortemente influenciado pela Igreja, Luís foi um monarca fraco. Abadias e aristocratas fundiários conseguiam livrar-se do controle do poder central, tornando-se autônomos e furtando-se do cumprimento de suas obrigações para com o poder central.

Seu governo coincidiu também com uma nova onda de invasões, frequentes em toda Europa ocidental do século IX. Vindos da Escandinávia, os *vikings* com seus navios de quilha rasa subiam os rios, espalhando a morte e a destruição por vastas áreas. Os sarracenos, piratas muçulmanos do norte da África, assolaram as zonas litorâneas da Itália e da França. E os magiares (ou húngaros), cavaleiros nômades das estepes da Ásia central, submeteram o norte da Itália e a Alemanha a contínuas incursões de pilhagem.

A morte de Luís significou o fim da unidade imperial. Seus três filhos repartiram o Império no **Tratado de Verdun** (843). Carlos, o Calvo, ficou com a França Ocidental (que deu origem ao reino da França); Luís, o Germânico, com a França Oriental (a futura Alemanha), e Lotário, com a França Central, repartida após a sua morte, em 870, entre Carlos e Luís.

A autoridade real esfacelou-se rapidamente. Condes, duques e marqueses usurpam os poderes reais e passam a exercê-los em nível local. Em 877, os domínios, chamados então de **feudos**, tornam-se hereditários; em 911, o rei Carlos, o Simples, incapaz de deter os ataques *vikings*, cedeu-lhes o ducado da Normandia, origem de sua outra denominação, normandos. O ano de 911 viu também o fim do ramo germânico dos carolíngios, com a morte de Luís, o Jovem. A organização posterior da porção oriental dos domínios carolíngios daria origem ao **Sacro Império Romano-Germânico**, que será visto mais adiante.

Em 987, morrendo o último soberano carolíngio da França Ocidental, Luís V, os aristocratas escolheram Hugo Capeto, Conde de Paris, como rei. Encerrava-se aí a dinastia carolíngia e tinha início a dinastia feudal por excelência, na França, a dos capetíngios.



Fig. 5 Carlos Magno e o papa Adriano I.

A administração do Império seguiu o modelo franco de divisão em condados (cerca de 200), passando os bispos também a exercerem poderes condais em suas cidades. Nas regiões



O Feudalismo

De um modo geral, tudo o que diz respeito ao processo de desagregação do Império Romano pode ser visto como constitutivo do Feudalismo na Europa. Recapitulando, podemos listar os principais desses elementos: ruralização econômica e demográfica, declínio do comércio, dependência em relação à agricultura, descentralização política, bloqueio do Mediterrâneo, dependência dos camponeses em relação ao senhor da terra, vínculos militares entre a nobreza e ascensão da Igreja Católica.

O sistema feudal resultou, assim, de uma fusão entre elementos romanos e elementos trazidos pelos germânicos. Dentre os primeiros, destacam-se a vila, unidade de produção rural que tendia à autossuficiência; o regime de colonato, que produziu uma massa de camponeses presos à terra; o declínio da vida urbana, num processo de a ruralização, que fez da terra o bem econômico básico; o declínio do comércio, e o próprio enfraquecimento do Estado. Dentre os segundos, pode-se destacar a economia natural, caracterizada pela produção para o consumo pelo desconhecimento do uso da moeda; as relações de suserania e vassalagem, que enfraqueceram ainda mais o poder central; e o próprio clima de insegurança gerado pelas invasões, o que acentuou as relações de suserania e vassalagem e ampliou a dependência dos trabalhadores em relação à elite de guerreiros que lhe daria a necessária proteção.



Fig. 6 Castelo Bodiam. Sussex, Inglaterra. A necessidade de defesa foi uma constante na vida dos povos medievais.

Some-se a isso o efeito da dominação árabe sobre o Mediterrâneo, fato que acentuou o declínio do comércio e a dependência europeia de uma economia autossuficiente.

A economia feudal teve no feudo seu elemento básico de organização e sua unidade produtiva. Em que pesem diferenças de época e local, os feudos eram grandes propriedades rurais (na França, no século X, os feudos tinham em média 100 hectares), basicamente agrícolas, voltadas para subsistência e tendendo a ser autossuficientes. O fato de a autossuficiência

plena jamais ser obtida fez com que o comércio continuasse existindo, embora em um nível muito baixo, como uma atividade basicamente complementar à subsistência.

A sociedade feudal tinha uma condição **estamental**. A nobreza cristalizou-se em uma camada superior, de natureza hereditária, situando-se no extremo oposto a grande massa de camponeses. Estes, dependentes da terra de posse da nobreza e da proteção que esta lhes dava, viu sua condição social voltar-se para uma realidade na qual estavam presos à terra, devendo aos senhores feudais (nobres) uma série de obrigações, constituindo-se em **servos**.

Para que possamos compreender essas obrigações, temos que analisar a estrutura interna de um feudo. De um modo geral ele se dividia em três áreas distintas: a reserva ou **manso senhorial**, compreendendo metade da terra agricultável e a fortificação onde habitava o senhor, que era uma propriedade privada; a tenência ou **manso servil**, compreendendo a outra metade da terra agricultável, cultivada pelos servos, que formava uma copropriedade, sendo o senhor, o dono, e o servo o usuário; o **manso comunal**, formado por terras coletivas, normalmente pastos e bosques, utilizadas tanto pelo senhor como pelos servos.

pago pelos herdeiros de um servo para continuar a cultivar sua tenência; o **dízimo**, imposto pela Igreja, correspondendo a 10% da produção do servo, depois de pagas todas as demais taxas.

Tal situação teve óbvias consequências econômicas. O volume de obrigações que pesava sobre os servos fazia com que todo o excedente gerado por eles fosse apropriado pelo senhor feudal. Além disso, o servo não tinha qualquer estímulo em ampliar a produção, o que acentuou o baixíssimo nível técnico e a produtividade insignificante que caracterizaram o feudalismo. Com isso, a total impossibilidade de enriquecimento do servo consolidou a imobilidade e o caráter estamental da sociedade.

Embora a servidão fosse largamente dominante, ainda existiam alguns escravos e homens livres que deviam obrigações menos pesadas aos senhores, os **vilões**. E também homens encarregados de servir os senhores ou administrar suas propriedades, os **ministeriais**.

Como a sociedade dividia-se basicamente entre livres e não livres, havia três tipos de relações sociais. As horizontais se davam entre os homens livres e eram denominadas **suserania e vassalagem**. Baseavam-se na concessão de um benefício, por parte do suserano (ou senhor) a seu vassalo, em troca da prestação de serviço militar periódico, da obrigação de contribuir para o resgate do senhor, de comparecer a seu tribunal e de auxiliá-lo nas despesas do casamento de suas filhas e da sagração de seus filhos como cavaleiros. O benefício normalmente era um feudo, mas podia também ser um cargo (o de castelão, por exemplo), ou um direito (cobrar pedágio em uma ponte, taxar um mercado etc). As verticais aconteciam entre um livre e um não livre e eram chamadas **servidão**. Elas compreendiam a proteção dada pelo senhor feudal em troca de obrigações econômicas por parte dos servos. Por fim, havia as relações coletivas, características do relacionamento dos não livres entre si.

Politicamente, o feudalismo teve como traço marcante a descentralização. A fragmentação econômica ampliou a autonomia dos senhores feudais e a tendência ao declínio do poder real. Nessa estrutura de esfacelamento dos níveis centrais de poder, uma instituição fortaleceu-se de modo definitivo: a Igreja Católica.

A igreja e as monarquias feudais

Foi durante a Idade Média que a Igreja Católica viu consolidado seu poder, transformando-se na principal instituição do Ocidente.

As origens desse poder remontam ao final do Império Romano, quando a oficialização do Cristianismo transferiu para a Igreja parte da autoridade do Estado. A desagregação definitiva do Império fez da Igreja a única instituição organizada, detendo um elemento que se tornaria precioso na sua relação com os povos bárbaros que passavam a dominar a Europa: a credibilidade por parte dos fiéis e, conseqüentemente, o controle ideológico sobre eles que já eram majoritários na região.

O principal exemplo dessa relação é o Reino Franco, em que se vê a necessidade que eles tiveram de se aliar com a Igreja. Como contrapartida pelo seu apoio, a Igreja recebia vastas extensões de terra, proteção e a própria conversão dos bárbaros ao Cristianismo.



Fig. 7 Detalhe de *Março*, no livro *Les très riches heures du Duc de Berry* (As muitas ricas horas do Duque de Berry). Março é o mês dos primeiros trabalhos agrícolas do ano, com servos e camponeses a semear e a lavrar as terras. No fundo, está o castelo de Lusignan, um dos favoritos do duque que dá nome ao livro.

Os servos deviam ao senhor três obrigações básicas: a **corveia**, o trabalho compulsório no manso senhorial, normalmente durante três dias por semana, sendo toda produção propriedade do senhor; a **talha**, parcelas da produção do manso servil, e as **banalidades**, taxas em dinheiro pelo uso do moinho, do forno, do lagar e do celeiro, que eram propriedades do senhor. Além dessas, contudo, deviam outras obrigações: a **mão-morta**, tributo

A aliança com o Império Carolíngio e principalmente a formação do **Estado Pontifício** solidificou um componente particularmente importante, o do fortalecimento da autoridade do Papa, sediado em Roma, superior a todas as demais autoridades eclesiásticas. Criava-se, assim, uma verdadeira **monarquia pontifical** a qual guardava inúmeros pontos de contato com a estrutura das monarquias laicas que descrevemos anteriormente.

Dessa forma, em uma Europa em que o poder político desfazia-se, a Igreja mantinha uma autoridade que se estendia por terras espalhadas por todo o continente, relativamente centralizada na figura do papa. Essas terras, frutos de doações de reinos e nobres, criavam ainda uma outra realidade, a de dar à Igreja a condição de maior detentora da principal e quase única fonte de riqueza feudal. Para que se possa ter uma dimensão exata desse poder, lembramos que, no século X, a Igreja chegou a deter cerca de um terço do total das terras cultiváveis na Europa.

Entretanto, muito além do poder econômico e político, a real força da Igreja estava concentrada em um elemento que é a origem e a razão de ser dos demais, a fé. Basta lembrarmos a extraordinária rapidez com a qual o Cristianismo expandiu-se desde o Império Romano e as razões que possibilitaram essa expansão. O ideário cristão, de oferecer um instrumento de consolo aos miseráveis e necessitados, apregoando uma total igualdade ante Deus e a recompensa celestial, encontrou na realidade medieval, marcada pela miséria, pela fome e pelo medo constante, um fertilíssimo campo para sua disseminação. Assim, a Igreja passou a deter um inestimável instrumento de controle ideológico sobre a população.

A importância desse instrumento torna-se mais nítida pela condição da Igreja que, enquanto principal possuidora de terras na Europa, aproximava de modo definitivo seus interesses aos da nobreza feudal. Dessa forma, para a nobreza era importante estreitar seus vínculos com a Igreja, única instituição eficaz na manutenção da submissão da massa camponesa. Assim, grande parte do esforço intelectual da Igreja Católica medieval concentrou-se na justificação religiosa da sociedade feudal, que era feita através de uma pregação na qual a sociedade, tal como tudo no mundo que nos cerca, é fruto da vontade de Deus. A sociedade reflete uma ordenação divina (de onde surge a expressão **sociedade de ordens**, utilizada para designar a sociedade feudal), na qual há os que guerreiam (*belatori*), os que oram (*oratori*) e os que trabalham (*laboratori*), constituindo um todo indivisível, ao mesmo tempo trino e uno, tal como a Santíssima Trindade na qual Pai, Filho e Espírito Santo constituem três manifestações de uma mesma divindade. Em um contexto mais amplo, na realidade, a explicação para todos os fenômenos é atribuída à vontade de Deus, nesse período, postura conhecida como **teocentrismo**.

O teocentrismo ampliou o poder ideológico da Igreja, que passava a ser o canal obrigatório tanto para o homem relacionar-se com Deus como para a sua própria salvação após a morte. Em uma sociedade rude e não alfabetizada, a Igreja detinha o monopólio da cultura e pôde impor normas, estabelecendo comportamentos e, principalmente, imprimindo nos ideais do homem medieval seus próprios valores.

Naturalmente, era fundamental que a Igreja mantivesse a unidade da fé, já que qualquer manifestação de religiosidade discordante poderia representar uma divisão e um

enfraquecimento ao seu poder. Assim, consolidou-se uma postura de erigir a fé através de dogmas, verdades absolutas sobre as quais não se admitiam contestações, perseguindo-se violentamente aqueles que professassem ideias contrárias.



Fig. 8 Monastério de Santa Maria de Ripoll. Província de Gerona, Espanha.

Internamente, a organização da Igreja Católica apresentava uma divisão em clero **secular** e clero **regular**. Papa, bispos e padres, todos aqueles que conviviam com os fiéis, ocupando-se das coisas terrenas, formavam o clero secular. E aqueles que se isolavam do mundo em mosteiros, os monges, vivendo segundo os princípios da castidade, da pobreza e da caridade, refletindo a forte espiritualidade da época, formando o clero regular.

Embora a tendência ao isolamento tenha aparecido em finais do século IV, a primeira ordem religiosa foi criada por São Bento de Múrcia, em 529. A ordem beneditina organizou-se em mosteiros e, além dos votos comuns de pobreza, obediência e castidade, os monges deveriam dedicar-se tanto ao trabalho manual como à oração.

Alguns elementos devem ainda ser considerados. Em primeiro lugar, a composição do clero secular refletia de modo direto a própria composição da sociedade feudal. O chamado alto clero, formado por bispos, cardeais e o papa, era inevitavelmente oriundo da nobreza, ao passo que o baixo clero, os padres, tinha suas origens na camada servil.

Em segundo lugar, o fato da Igreja ter instituído definitivamente o celibato clerical a partir do século XII. Essa imposição, que significa a proibição ao membro do clero de se casar e de ter filhos, tem suas origens mais remotas no ascetismo (a negação aos prazeres materiais) comum a uma série de religiões. Entretanto, os reais motivos que levaram à sua adoção como norma pela Igreja Medieval são essencialmente econômicos. Não havendo herdeiros legítimos, as terras da Igreja nunca se dispersavam, mantendo-se concentradas em suas mãos e constituindo-se em instrumento poderoso de barganha com as famílias nobres.

O Sacro Império Romano-Germânico

A extinção da dinastia carolíngia na França Oriental, em 911, levou à fundação do **Reino Germânico**. A princípio, com o fim do Império Carolíngio a tendência natural seria o enfraquecimento da autoridade central, o que ia de acordo com o desejo da nobreza local, em busca de maior autonomia. A ação da Igreja, contudo, impediu esse processo. Desejando associar-se a um Estado forte, que pudesse afirmar a unidade cristã (o universalismo), proteger seu imenso patrimônio da cobiça da nobreza e impedir os devastadores ataques dos magiares, a Igreja jogou todo o seu peso na manutenção de um poder centralizado, que refletisse, mesmo que timidamente, a antiga estrutura do Império Carolíngio. Assim, por pressão da Igreja, os quatro duques das regiões que contemplam o que hoje chamamos de Alemanha, Francônia, Saxônia, Suábia e Baviera, elegeram o duque mais forte, Henrique da Saxônia (o Passarinheiro), que reinou de 919 a 936. Henrique procurou apoiar-se na Igreja para neutralizar o poder dos duques, concedendo a abades e bispos **poderes condaís**, transformando-os em agentes da Coroa.

Seu filho, Oto I (936-973), prosseguiu a política paterna de fortalecer a monarquia. Procurando ampliar sua base de apoio, incorporou a Itália a seus Estados. Proclamou-se o legítimo herdeiro e sucessor de Carlos Magno e assumiu o título de Imperador dos Romanos, mas em um império que tinha por base a Germânia e que já nascia em estreita aliança com a Igreja Católica. Surgiu assim, em 962, o **Sacro Império Romano-Germânico**, que perduraria até o século XIX.

A Baixa Idade Média: as origens da crise feudal

Como já foi mencionado, o termo Baixa Idade Média aplica-se para o período a partir do século XI, no qual o Feudalismo apresentou seus primeiros sinais de crise e quando começaram a surgir as primeiras características que levaram ao Capitalismo.

Um componente fundamental do Feudalismo, fruto de sua própria organização econômica e social, é o baixíssimo nível técnico da produção agrícola. Assim, para fazer frente ao natural crescimento demográfico, a única saída foi a ocupação de novas terras, as quais foram sendo incorporadas como áreas de cultivo ao longo de toda a Alta Idade Média. Dessa forma, mesmo sem um aumento da produtividade, verificou-se um aumento da produção em números absolutos, para atender as necessidades de uma população crescente.

O século X trouxe elementos que iriam alterar drasticamente essa realidade. O ciclo de invasões e guerras que se estendia desde o século IV encerrou-se com a vitória do Reino Germânico sobre os magiares. Após séculos marcados pela mortalidade exacerbada, a qual representava uma limitação ao crescimento demográfico, a Europa passaria a viver um período de relativa paz interna, cuja decorrência inevitável era um aumento nos índices de crescimento populacional. Paralelamente a isso, atingiu-se uma situação na qual as terras agricultáveis na Europa estavam todas ocupadas, estabelecendo um limite final ao crescimento da produção unicamente pela ocupação de novas terras. A saturação das estruturas produtivas feudais, ao mesmo

tempo em que a população dentro dos feudos crescia, trouxe um efeito drástico: o pressuposto básico do Feudalismo, isto é, a subsistência, já não era mais alcançado.

A primeira decorrência desse fato foi a fome, seguida pela expulsão do excedente populacional dos feudos. Gerava-se, assim, toda uma massa de ex-camponeses destituídos de sua fonte de sobrevivência e, mais do que isso, desprendidos de qualquer obrigação feudal.

Parte significativa dessa população fixou-se nos centros urbanos, cuja população obviamente cresceu a partir do século XI. A necessidade de obtenção da sobrevivência levou ao desenvolvimento de atividades não agrícolas, notadamente o artesanato e o comércio.

A camada senhorial também foi afetada pelas transformações. Não havia mais feudos para distribuir e consolidava-se o princípio da sucessão pelo primogênito. Com isso, ao lado de uma massa pobre buscando a sobrevivência nas cidades, a Europa passou a conviver com todo um setor de nobreza sem posses. A simples aliança com a Igreja, através da qual nobres eram investidos na condição de cardeais e bispos, ocupando terras católicas, não era suficiente para absorver esse crescente número de nobres sem terra. Assim, também para uma parcela significativa da nobreza a expansão e o rompimento com os limites feudais era necessário.

A partir do século XI, transformações significativas passaram a marcar a realidade europeia. O crescimento dos centros urbanos impunha necessariamente uma expansão dos mercados, com vistas à dinamização do comércio, única atividade capaz de prover a sobrevivência da crescente camada não rural. Por outro lado, o controle árabe sobre o Mediterrâneo era um obstáculo a essa expansão. Paralelamente a isso, no norte da Europa, a possibilidade de saída via Mar do Norte e Mar Báltico fez com que toda a costa norte-ocidental europeia apresentasse um intenso crescimento do comércio em direção às ricas regiões do Oriente. A chamada **Rota do Norte**, por maior que fosse a dificuldade de se atingir o Oriente através desses mares e dos rios que cortavam as planícies russas em direção ao Mar Negro, foi a primeira via a permitir o contato mais intenso entre a Europa e o Oriente. Não por acaso, essa região, chamada de **Flandres**, foi, ao lado das cidades italianas, o primeiro polo de crescimento do comércio europeu.

As cidades italianas já vinham mantendo uma crescente atividade comercial através dos contatos com os árabes. Entretanto, mesmo sendo esses contatos pacíficos, desde o século IX o domínio árabe sobre o Mediterrâneo representava uma grave limitação ao seu crescimento.

Naturalmente, o esgotamento das forças produtivas feudais na Europa, a fome, o excedente demográfico, a existência de uma vasta camada de nobres sem terra e a necessidade de intensificar os contatos com o Oriente, tudo apontava para a necessidade de um amplo processo de expansão europeia. Foram esses fatores, acrescidos de mais alguns elementos que analisaremos a seguir, que geraram um dos principais marcos da Baixa Idade Média europeia: as Cruzadas.

As Cruzadas

Entre os anos de 1096 e 1270, os europeus realizaram uma série de expedições militares sobre o Oriente, expedições que

ficaram conhecidas com o nome de **Cruzadas**. Tradicionalmente, as Cruzadas são vistas como expedições cristãs, visando retomar a cidade de Jerusalém.

As razões religiosas para as Cruzadas são reais, ligadas não só à intensa religiosidade europeia medieval como também a aspectos políticos específicos daquele momento. A cidade santa de Jerusalém era parte do Império Islâmico desde o século VII. Mesmo dominando a região, a atitude dos árabes, primeiros detentores do Império, em relação aos europeus, sempre foi relativamente pacífica. Não houve limitações à presença cristã em Jerusalém.



Fig. 9 Francesco Hayez. *Cruzados sedentos próximos de Jerusalém*, 1836-1850. Óleo sobre tela. Palazzo Reale, Turin.

Entretanto, no século X, a expansão dos turcos seldjúcidas trouxe alterações para as relações com os europeus. Assumindo uma postura muito mais radical, os turcos passaram a proibir as peregrinações cristãs a Jerusalém.

Quando no Concílio de Clermont, em 1095, o papa Urbano II exortou aos cristãos europeus que organizassem uma expedição militar com vistas a retomar Jerusalém das mãos dos turcos, a resposta foi imediata, e a adesão foi muito mais intensa do que apenas a motivação religiosa poderia explicar.

A própria Igreja tinha interesses que iam além do aspecto religioso. Em 1054, havia ocorrido o Cisma do Oriente, com a criação da Igreja Ortodoxa Grega, o que representou um rude golpe sobre o poder da Igreja. Assim, essa expedição militar era uma forma de reunificar a cristandade sob o controle de Roma, ao mesmo tempo em que se impunha sobre o Império Bizantino como um instrumento muito mais eficaz para deter a ameaça islâmica do que a Igreja Ortodoxa.

Para os senhores feudais, a oportunidade de conseguirem novos feudos foi irresistível; as cidades portuárias da Itália tinham um claro interesse econômico na reabertura do Mediterrâneo, e, principalmente, a crescente pressão demográfica, que ultrapassava os acanhados limites dos feudos, foi fator fundamental.

Imediatamente após a exortação de Urbano II, Pedro, o Eremita, e Gautier Sem-Vintém organizaram uma expedição sem qualquer apoio oficial, partindo para a Palestina no que se chamou de **Cruzada dos Mendigos**. Em 1096, foram massacrados pelos turcos.

Ainda no ano de 1096, com a direta organização da Igreja, realizou-se aquela que ficou conhecida como Primeira Cruzada, ou **Cruzada dos Nobres** (1096-1099). Liderada por grandes senhores francos e normandos, ela manifestava

um interesse claramente econômico e político, estabelecendo na Terra Santa vários Estados: o reino de Jerusalém, o principado de Antioquia e os condados de Edessa e Trípoli. Foi também nessa Cruzada que surgiram as ordens monástico-militares dos Templários e dos Hospitalários, criadas para administrar as vastas riquezas obtidas no movimento pela Igreja.

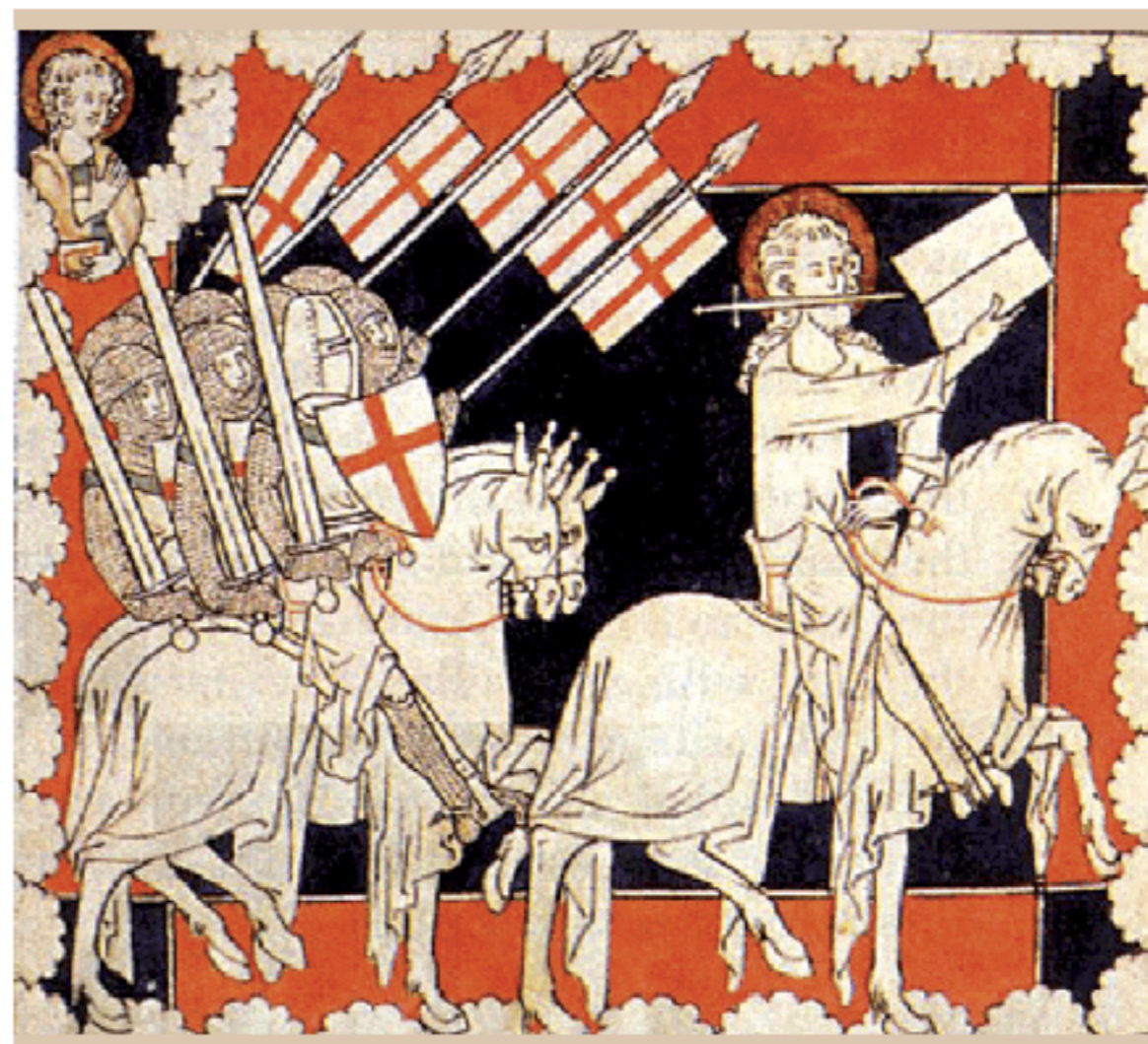


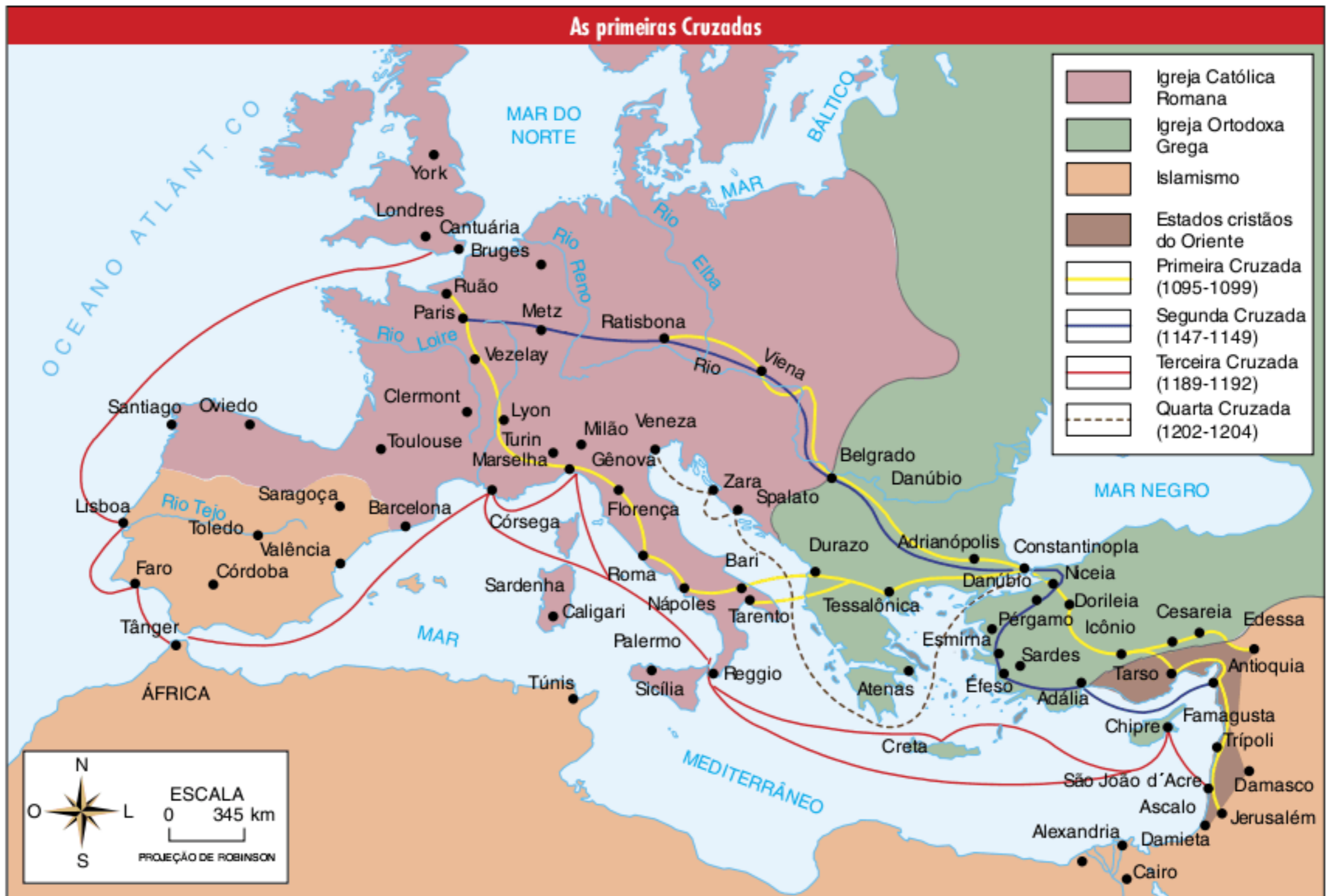
Fig. 10 Cristo guiando os cruzados. Essa ilustração do manuscrito do Apocalipse do século XIV retrata o pensamento que era comum aos cruzados – que suas expedições às batalhas eram guiadas pelo próprio Cristo, representado pela cruz.

Algumas dessas expedições não lograram qualquer resultado efetivo. São elas a Segunda Cruzada (1147-1149), a Quinta Cruzada (1218-1221), a Sétima (1250) e a Oitava (1270).

Uma delas é particularmente significativa do momento histórico. Trata-se da **Cruzada das Crianças**, de 1212. Organizada com base em um sentimento místico popular baseado na crença de que apenas as almas sem pecado poderiam entrar em Jerusalém, ela chegou a englobar cerca de mil crianças. Seus participantes foram capturados pelos piratas sarracenos e vendidos como escravos no norte da África.

A Terceira Cruzada, ou **Cruzada dos Reis** (1189-1192), foi organizada após a captura de Jerusalém pelo sultão Saladino. Foi chefiada pelos maiores soberanos da Europa: Ricardo I, Coração de Leão, da Inglaterra; Felipe II, Augusto, da França e Frederico I; Barba-Ruiva, do Sacro Império. Frederico morreu a caminho, Luís voltou para a França e Ricardo não conseguiu sucesso militar, podendo apenas negociar uma trégua que permitia as peregrinações cristãs a Jerusalém.

A Quarta Cruzada, ou **Cruzada Comercial** (1202-1204) mostrou de modo claro o quanto os interesses econômicos sobrepujaram o fervor religioso. Organizada diretamente pelos comerciantes venezianos, ela voltou-se contra o Império Bizantino. Constantinopla, o principal entreposto comercial da época, foi tomada, sendo ali fundado o Império Latino do Oriente, que durou até 1261. Veneza pôde, assim, assumir o controle comercial do Mediterrâneo oriental.



A Sexta Cruzada (1228-1229) foi organizada pelo imperador Frederico II que, sem combater, conseguiu a cessão de Jerusalém por dez anos, através de acordos diplomáticos.

Mesmo com o fracasso de algumas expedições e com a perda posterior de Jerusalém, as Cruzadas tiveram efeitos significativos e decisivos para a vida econômica europeia. O afluxo de imensas riquezas obtidas pelos saques ao Oriente alimentou o comércio crescente na Europa. Mais que isso, a retomada da navegação europeia no Mediterrâneo acentuava de modo intenso o comércio, tendo no Oriente o seu grande mercado. Não por acaso, o processo que se segue às Cruzadas na Europa é conhecido como de intensa reativação comercial.

O Renascimento comercial e urbano

A expressão Renascimento é tecnicamente incorreta. Ela pressupõe a ideia de que o comércio havia desaparecido durante a Alta Idade Média, o que evidentemente não é verdade. Seria mais correto o termo Intensificação ou mesmo Reativação, principalmente considerando que o comércio, que era uma atividade meramente complementar à estrutura feudal, ganhou agora a condição de uma atividade necessária à sobrevivência europeia.

O comércio, que vinha em um quadro de crescimento desde o século XI, ganhou um forte impulso com as Cruzadas. As principais beneficiárias desse impulso foram as cidades portuárias italianas. Veneza, Bari, Palermo, Nápoles, Pisa e Gênova tomaram-se ativos centros comerciais, distribuindo por toda Europa produtos orientais como café, marfim, perfumes, tecidos e especiarias.

Estabelecendo um verdadeiro império marítimo, que compreendia pontos de apoio insulares e no litoral da Ásia Menor e norte da África, Veneza introduz na Europa, em volumes crescentes, arroz, algodão, frutas cítricas e, especialmente, o açúcar.

O Mediterrâneo ganhou o papel de principal via de riqueza europeia, uma vez que era o grande eixo (monopolizado pelas cidades italianas) do crescente comércio com o Oriente. Ao mesmo tempo, a atividade comercial e artesanal crescia na região de Flandres e na costa do Mar Báltico. A ligação entre o Mediterrâneo e o Báltico deu-se até o século XIV através de uma rota terrestre que se centrava no condado francês da Champagne. A região passou a sediar **feiras** permanentes, que reuniam anualmente comerciantes e mercadorias das mais diversas procedências.

A essas rotas, do Mediterrâneo e da Champagne, somavam-se a rota do Mar do Norte (ainda utilizada, embora em menor escala, depois das Cruzadas) e a rota do Atlântico, através da qual os comerciantes da Flandres e do Báltico visavam atingir o Mediterrâneo sem as dificuldades e riscos de uma rota terrestre.

Rotas comerciais e feiras foram os grandes agentes impulsores do comércio europeu. As feiras, em particular, geraram uma intensa atividade comercial que passou a atrair uma população fixa nos seus locais de ocorrência. Desse modo, o processo de crescimento urbano acompanhou lado a lado o que chamamos de Renascimento comercial.

Naturalmente, as novas oportunidades abertas por essa nova economia urbana e de mercado ampliaram de forma intensa as fugas de servos dos feudos, mesmo porque a fixação em uma cidade podia significar a liberdade definitiva para um



servo foragido. Um dito popular alemão, criado no século XI, “o ar da cidade toma o homem livre”, mostra perfeitamente essa realidade. Qualquer pessoa que pudesse residir em uma cidade durante um ano e um dia, sem ser formalmente indiciado, tornava-se totalmente liberto de todas as suas obrigações e culpas passadas.



Fig. 11 As cidades foram o principal polo do revivescimento do comércio na Baixa Idade Média.

A ampliação das fugas de servos fez com que os senhores, ameaçados de ficar sem mão de obra, reduzissem a exploração sobre os servos. Em várias regiões da Europa, senhores passaram a permitir que servos arrendassem suas terras, produzissem nelas e vendessem sua produção, pagando uma quantia em moeda pelo uso da terra. Esse processo de **monetização das obrigações servis** fez com que os servos, agora podendo acumular um excedente, tivessem o interesse em ampliar a produtividade. Assim, no século XIII a Europa viveu uma verdadeira revolução nas técnicas agrícolas. O uso do arado pesado (charrua), as novas formas de atrelagem aos bois, a disseminação do processo de rotação trienal do uso da terra ampliaram significativamente a produção agrícola, gerando excedentes que contribuíram para o abastecimento dos centros urbanos e para o crescimento do comércio.

A criação de cidades na Idade Média não era um processo exclusivamente espontâneo. Enquanto as antigas cidades romanas renasceram, outras se desenvolveram a partir das abadias e dos mosteiros, que na época eram cercados de muralhas. Muitas, contudo, surgiram em torno dos **burgos** (de *burgus*, a palavra latina para “fortificação”), que designava os pontos fortes que dominavam os locais de travessia dos rios ou as elevações. Amuralhados, eles serviam de abrigo para as populações circunvizinhas em casos de invasões, o que explica o fato de naturalmente terem atraído uma concentração demográfica. Significativamente, a

palavra *burguês*, que designava seus primeiros habitantes, passou a abranger coletivamente os moradores das cidades.

Originariamente, as cidades medievais eram dependentes de um senhor, laico ou eclesiástico. Com seu desenvolvimento a partir do século XI, elas passaram a buscar sua autonomia no que foi chamado de **movimento comunal**. Pagando por sua liberdade, ou lutando para consegui-la, as cidades adquiriram uma carta de franquia, documento que formalizava sua autonomia tributária, militar, administrativa e jurídica. Dependendo da região, essas cidades que se livravam da tutela feudal passaram a ser chamadas de repúblicas ou senhorias (Itália), cidades-livres (Alemanha), conselhos (Península Ibérica) ou comunas (França).

O crescimento da economia urbana e da importância das cidades levou à necessidade de organização das novas ou renovadas atividades, especialmente o comércio. No século XI, surgiram as primeiras associações de comerciantes alemães, congregando esforços para dinamizar o comércio a longa distância, no século XII, as cidades marítimas alemãs, lideradas por Lübeck, formaram a **Liga Hanseática**, visando defender os interesses comuns das cidades comerciais da costa do Mar do Norte e do Báltico.

Além dessa tentativa de monopolização do comércio entre cidades (tentativa que se disseminou em várias outras regiões da Europa), uma série de outros mecanismos surgiram para disciplinar as atividades urbanas. A produção artesanal, por exemplo, tinha como unidade básica a oficina artesanal. Centrada na figura de um mestre artesão, mais experiente, que emprestava seu prestígio, sua orientação e sua honra aos demais, a oficina contava com os oficiais (artesãos que já haviam passado por um longo período de aprendizado, mas ainda seguiam a orientação e a liderança do mestre) e os aprendizes. Uma categoria que nasceu e cresceu acentuadamente nesse período foi a dos **jornaleiros**, trabalhadores urbanos contratados pelas oficinas em épocas de picos de produção e que recebiam por jornada de trabalho, não sendo donos nem de seu trabalho nem dos instrumentos. A figura do jornaleiro é um elemento básico na formação de uma característica capitalista, a do trabalho assalariado urbano.

A atividade artesanal contava ainda com outro instrumento de organização, as **corporações de ofício**. Eram elas associações que reuniam todos os artesãos de um determinado ofício dentro do burgo. Visavam preservar o monopólio da atividade econômica, banindo toda concorrência e estabelecendo um equilíbrio entre a oferta e a procura. Exerciam um rigoroso controle sobre a qualidade e os preços dos produtos, sobre os salários e sobre as técnicas de produção, buscando impor o princípio da igualdade de condições entre seus membros, além de estabelecer uma proteção aos membros do ofício.

De forma equivalente, as **guildas** representavam para os comerciantes o que as corporações eram para os artesãos: associações que visavam garantir o monopólio da atividade comercial em uma determinada região.

O crescimento da atividade monetária impulsionou o crescimento dos bancos e do sistema bancário e de crédito. A reativação dos empréstimos (mesmo com a condenação feita pela igreja aos juros) foi um grande impulsionador da atividade econômica urbana.

Com tudo isso, uma nova categoria social começava a despontar na Europa. Essa nova camada urbana, de comerciantes,

artesãos e banqueiros, chamada genericamente de **burguesia**, passaria a representar o grande contraponto à sociedade feudal. Embora de origem humilde (seus membros eram originários de servos foragidos, judeus e outros setores marginalizados na sociedade feudal), a burguesia teve sua ascensão social baseada na riqueza amealhada com a atividade urbana. Criava-se aí uma dicotomia nos critérios de distinção social: ao lado de uma nobreza hegemônica cuja condição social era ditada por um critério essencialmente feudal, o nascimento, surgia uma burguesia ascendente por critérios capitalistas, a riqueza. Essa dicotomia é típica de um processo de transição, como o que a Europa vivia ao longo da Baixa Idade Média.



Fig. 12 As oficinas foram o centro de organização do trabalho artesanal. Na figura, tintureiros trabalham sob a fiscalização de um mestre.

A Baixa Idade Média: a formação das monarquias nacionais

Ao lado das intensas transformações econômicas e sociais, que foram o objeto da abordagem até agora, a crise feudal e o início da formação do Capitalismo geraram também profundas transformações de natureza política. A autonomia das cidades, mecanismo inicial da atividade comercial, não sobreviveu a um fenômeno muito mais forte, a centralização do poder real que deu origem às monarquias nacionais.

Vários fatores contribuíram para essa centralização. O enfraquecimento da nobreza reduziu grande parte de sua autonomia, ao mesmo tempo em que ela passava a conviver com uma burguesia ascendente e com intensas revoltas camponesas que não podia deter, estando enfraquecida e contando apenas com os mecanismos feudais de defesa local. Em uma abordagem mais ampla, deixando de lado manifestações localizadas e particulares, a própria sobrevivência da nobreza dependia de um

poder forte, capaz de conter as massas camponesas, a ascensão política da burguesia e garantir-lhe a manutenção de suas terras, de sua condição hegemônica e de seu poder.

Por outro lado, a própria burguesia tinha interesse na edificação de estados fortes. Para a burguesia, uma administração centralizada acabaria com a grande diversidade de moedas em circulação e padronizaria a tributação e as práticas legais, o que permitiria um maior desenvolvimento comercial e terminaria com os inúmeros pedágios internos que oneravam gravemente os preços das mercadorias. Além disso, uma monarquia forte significaria uma redução do poder da Igreja, a qual ameaçava o próprio meio de vida burguês, com posturas como a proibição à usura (empréstimo de dinheiro a juros) e ao lucro excessivo.

No caminho contrário, ao rei interessava esse crescimento, pois a riqueza gerada pelo comércio burguês permitia-lhe ampliar a arrecadação através da tributação direta desse comércio. Esse dinheiro possibilitaria a manutenção de um exército poderoso, independente da vassalagem da nobreza; permitiria uma administração eficiente; uma justiça centralizada e todos os demais mecanismos necessários para a criação de um Estado em suas mãos.

Essa combinação de interesses faz com que seja comum a ideia de uma aliança entre rei e burguesia. Embora correto em certo aspecto, o conceito de aliança merece um cuidado bastante grande. Não nos esqueçamos de que os Estados nacionais, criados a partir da Baixa Idade Média, mantiveram seus vínculos, interesses e compromissos diretamente ligados à nobreza. Foi ela a grande beneficiária do fortalecimento do poder real, através de cargos na administração, comandos militares, pensões e aposentadorias e isenção de impostos.

A centralização foi efetuada através de três mecanismos: a força, a tributação e a justiça. Com um exército forte à sua disposição, o rei pôde ampliar seus domínios, submeter o poder político da nobreza e, especialmente, aumentar sua arrecadação através da imposição de novos tributos, os impostos.

As leis feudais, baseadas nos usos e costumes, foram sendo substituídas por leis escritas com jurisdição sobre toda nação. A transformação da corte real no mais alto tribunal de justiça consolidou a centralização.

A Monarquia francesa

A dinastia capetíngia, iniciada no final do século X, foi a dinastia feudal por excelência, na França. Entretanto, foi ainda sob os reis capetíngios que a monarquia francesa, durante a Baixa Idade Média, iniciou um processo de fortalecimento e centralização.

No final do século XII, o rei Filipe Augusto (1180-1223), anexou a Flandres, até então pertencente aos ingleses. É significativo que essa área não tenha sido cedida a nobres, permanecendo sob controle direto do rei. Foi durante seu reinado que, através das cartas de comuna concedidas pela monarquia, surgiram as cidades que fariam a riqueza comercial da Flandres. No reinado de Luís IX (1226-1270), surgiram iniciativas eficazes de centralização. Ele instituiu uma moeda de circulação nacional e criou o direito de apelo, pelo qual qualquer um de seus súditos podia apelar para a corte real, fortalecendo-a em detrimento da justiça feudal.

No reinado de Felipe IV, o Belo (1285-1314), a luta pela centralização foi direcionada contra a Igreja. Não apenas ele dissolveu a Ordem dos Templários, apossando-se de seus bens, como também taxou os bens do clero. A medida fez eclodir um conflito com o papa Bonifácio VIII, resultando na invasão de Roma e na captura do Papa. Com a morte deste, Felipe, o Belo impôs um novo papa, Clemente V, e transferiu a sede do papado para a cidade de Avignon. Esse episódio deu origem ao chamado Cisma do Ocidente, no qual alguns estados europeus aderiram ao novo papado de Avignon enquanto outros se mantiveram fiéis a Roma, o que contribuiu para o declínio do poder da Igreja.

A sucessão de Felipe, o Belo, foi conturbada e deu-se através de seus três filhos, Luís X, Felipe V e Carlos IV, os três morrendo sem filhos que se constituíssem em herdeiros diretos. A morte de Carlos IV deu origem a um conflito sucessório com a Inglaterra, o que levou à Guerra dos Cem Anos.



Fig. 13 Luís IX e Felipe, o Belo, reis importantes no processo de fortalecimento da monarquia na França.

A Monarquia inglesa

No ano de 1066, na batalha de Hastings, o normando Guilherme, o Conquistador, derrotou o último rei saxão, fundando na Inglaterra a dinastia normanda.

Apesar de algumas medidas centralizadoras, a pressão da nobreza por autonomia foi mais forte durante toda a dinastia.

Mesmo com a ascensão da dinastia Plantageneta, a partir do século XII, esse processo não se alterou. Ao contrário, os dois reis mais famosos dessa dinastia, Ricardo I, Coração de Leão (1189-1199) e João Sem-Terra (1199-1216) tiveram que

se submeter às pressões dos nobres e da Igreja. Essa pressão atingiu seu nível mais alto quando, em 1215, os barões feudais se rebelaram contra o rei João Sem-Terra, impondo-lhe aquele que é o mais importante documento político da história inglesa, a **Magna Carta**. A carta era uma série de limitações ao poder real, que não poderia aumentar os impostos ou alterar as leis sem o consentimento do **Grande Conselho**, esse formado por membros do clero, condes e barões.

Em 1265, o Grande Conselho passava a incluir representantes da burguesia e passava a ser denominado Parlamento, o qual se dividiu, em 1350, em **Câmara dos Lordes**, agrupando representantes da nobreza, e **Câmara dos Comuns**, formada por representantes do povo.

Foi somente com a eclosão da Guerra dos Cem Anos que a monarquia inglesa voltou a se fortalecer.

O Sacro Império e a Igreja

A centralização do poder na Alemanha foi fortemente dificultada pela própria natureza do Sacro Império e por seus vínculos com a Igreja Católica. Tal situação gerou constantes conflitos entre o poder imperial e o Papado, comprometendo a unidade nacional e impedindo a constituição de um poder forte.

No decorrer do século XI, a Igreja passou por um movimento reformista liderado pela Ordem de Cluny, que visava aumentar a autoridade papal (monarquia pontifical) e combater a corrupção e o desregramento do clero, especialmente o nicolaísmo (casamento dos padres) e a simonia (comércio dos bens eclesiásticos).

A autoridade papal sobre o clero alemão era fraca, em razão da antiga prática dos soberanos alemães de investir bispos e abades com poderes condais, tomando-os funcionários imperiais (**investidura laica**). Quando Gregório VII, antigo monge de Cluny, tornou-se papa, em 1073, buscou afirmar a independência da Igreja em relação ao poder imperial, tornando inevitável um confronto com o imperador Henrique IV.

Nesse conflito, chamado de Questão ou **Querela das Investiduras**, ambos os lados acabaram se enfraquecendo. Ele teve início com a negativa do imperador Henrique IV em aceitar cardeais e bispos que haviam sido investidos pelo papa para ocupar terras da Igreja dentro dos limites do Império. No transcorrer dos acontecimentos, que incluíram a excomunhão do imperador, a prisão do papa, a eclosão de uma guerra civil na Alemanha e a imposição de um antipapa pelo imperador, ambos os lados foram obrigados a fazer concessões. A conciliação veio com a **Concordata de Worms** (1122), que criou a dupla investidura, a espiritual, feita pelo papa; e a temporal, pelo imperador.

A Baixa Idade Média: as crises do século XIV e do século XV

O processo de intenso crescimento econômico que se verificava desde o século XI encontrou uma forte limitação no século XIV, desencadeando uma crise que afetou todos os aspectos da vida europeia.

De um modo geral, pode-se afirmar que a grande crise do século XIV foi uma decorrência natural da impossibilidade da economia feudal fazer frente às transformações que se intensificavam desde as Cruzadas. Entretanto, uma série de elementos conjunturais contribuíram para que ela fosse significativamente agravada.

O desequilíbrio entre as ainda rudimentares técnicas de cultivo e o crescimento demográfico, agravado pelo processo de saída de camponeses da terra em busca da riqueza urbana, resultou na incapacidade de alimentar satisfatoriamente a população. Períodos de fome, provocados por fracassos sucessivos nas colheitas anuais, agravaram a situação e levaram à subnutrição crônica. Entre 1315 e 1317, ocorreu a primeira **Grande Fome**, fenômeno que se tomava constante ao longo do século.

A situação iria agravar-se ainda mais a partir de 1337, com a eclosão da **Guerra dos Cem Anos**. As origens desse conflito prendem-se a razões tanto econômicas quanto dinásticas e que devem ser detidamente analisadas. A região de Flandres, então um dos principais centros de riqueza europeu, era feudatária dos reis da França desde sua conquista por Felipe II, no século XII. A proximidade com a região e o comércio constante que mantinham com ela aguçaram a cobiça dos reis ingleses. Assim, no século XIV, ante uma crise sucessória na Monarquia francesa, viram a possibilidade de se apoderarem não apenas da Flandres, mas do próprio trono francês.

A dinastia capetíngia na França encerrou-se com a morte do último filho de Felipe, o Belo, Carlos IV. Um dos pretendentes ao trono francês era Eduardo III, filho do rei da Inglaterra, Eduardo II, e da filha de Felipe, o Belo, Isabel. Com a morte de Carlos IV, Eduardo usou sua condição de neto de Felipe, o Belo, para reivindicar seus direitos ao trono francês. Temerosa do controle inglês e desejosa de deter essas pretensões, a nobreza francesa invocou um princípio herdado do direito consuetudinário germânico, a **Lei Sálica**. Segundo esta, nenhuma mulher poderia herdar e não poderia haver herança por linha feminina, o que alijava Eduardo III, neto de Felipe, o Belo, por linha materna, da disputa pela sucessão.

Com isso, foi escolhido como rei da França o primo de Carlos IV, Felipe de Valois, coroado como Felipe IV e dando origem à nova dinastia francesa.

Em 1334, Eduardo III acendeu ao trono inglês e passou a reivindicar de forma mais intensa seus direitos ao trono da França. A recusa francesa deu origem à Guerra. Não por acaso, a primeira região invadida pelos ingleses foi justamente a de Flandres.

A guerra, entremeada por longas tréguas, iniciou-se com as espetaculares vitórias inglesas de Crécy (1346), e de Poitiers (1356), que resultaram no Tratado de Brétigny (1360). Eduardo III renunciava à coroa francesa, recebendo em troca a suserania sobre todas as áreas conquistadas.

No reinado de Carlos V (França, 1364-1380), os franceses conseguem recuperar parte dos territórios perdidos evitando grandes batalhas. Em 1396, é assinada uma trégua de vinte anos, reflexo dos problemas internos dos dois reinos: a realeza inglesa vinha enfrentando uma séria oposição

baronial, que culminou na deposição de Ricardo II (1399) e na ascensão de Henrique IV de Lancaster. Na França, o rei Carlos VI enlouqueceu, em 1392, dividindo o reino em dois partidos, os borguinhões, liderados pelo duque da Borgonha; e os armagnacs, comandados pelo duque de Orléans.



Fig. 14 Miniatura medieval sobre a batalha de Poitiers, um dos marcos da Guerra dos Cem Anos.

A mortalidade causada pela Guerra foi fortemente ampliada por um fenômeno que eclodiu na Europa logo após seu início, a **Peste Negra**. Originária do Oriente, onde já havia devastado cidades como Constantinopla, a peste penetrou na Europa através dos navios que faziam o contato comercial entre Europa e o Oriente. Não por acaso, suas primeiras manifestações ocorreram no norte da Itália, cujas cidades, até então, monopolizavam o comércio Mediterrâneo.

As condições europeias, marcadas pela miséria, desnutrição, péssimas condições de higiene e crescimento desordenado das cidades, foram decisivas para que a epidemia se espalhasse de forma assustadora. Calcula-se que a Peste Negra tenha dizimado, entre 1348 e 1352, cerca de 1/3 da população da Europa, algo em torno de 13 a 15 milhões de pessoas.

Embora a crise tenha tido uma manifestação urbana, sua expansão para o campo significou uma mortalidade em massa das populações camponesas. O efeito foi uma queda na produção agrícola, a alta generalizada dos preços, a fome em proporções ainda não vistas na Europa e o desabastecimento das cidades.

A primeira e mais visível decorrência dessa crise foi o crescimento intenso das revoltas camponesas. A França foi sacudida por uma série de insurreições camponesas, as Jacqueries (nome extraído do principal líder desses movimentos, Jacques Bonhomme), sendo mais destruidora a de 1358. Em 1381, Wat Tyler e o padre John Ball lideraram na Inglaterra uma violenta revolta pela abolição da servidão.

Também as cidades enfrentaram problemas. Entre 1323 e 1328, ocorreu a rebelião dos jomaleiros nas cidades de Flandres, e, na próspera Florença, os artesãos rebelaram-se contra as péssimas condições salariais em 1342 e em 1378.

A alta dos preços dos alimentos fez com que grande parte da riqueza urbana fosse deslocada para a compra de comida. O mercado para gêneros de luxo e artesanais, fonte da riqueza urbana, retraiu-se rapidamente. Ao mesmo tempo, as péssimas condições de vida da imensa maioria da população, confrontada com a riqueza eclesiástica, contribuiu para o crescimento das contestações ao poder da Igreja. Manifestações de religiosidade contrárias aos dogmas da Igreja Católica, as **heresias**, começaram a crescer no século XI. A partir do século XIII, heresias com forte adesão popular difundiram-se pela Europa. Valdenses ou pobres de Lyon; albigenses ou cátaros; amauricianos; e irmãos do livre espírito tinham em comum um apelo em favor da pobreza e tiveram que ser violentamente combatidos pelas Cruzadas e pela Inquisição, criada em 1229.

Internamente, criaram-se as Ordens Mendicantes, especialmente a dos Dominicanos (1206) e a dos Franciscanos (1210), cujos membros viviam de caridade, em um flagrante contraste com o luxo dos prelados. Era uma reação de dentro do clero contra o excessivo materialismo da Igreja.



Fig. 15 Peste Negra em Florença no ano de 1348.

As transformações culturais

O monopólio cultural da Igreja foi quebrado pela vitalidade urbana. Nas cidades, surgiram as universidades, onde se estudava, além de Teologia, Artes, Direito e Medicina, refletindo uma maior preocupação com o bem-estar durante a vida terrena.

O latim, língua artificial e geral veiculada pela Igreja, perde espaço para as línguas vulgares, não só nas obras literárias, mas também nas de caráter científico.

Refletindo as mudanças, durante o século XIII a Igreja criou o purgatório, maravilhosamente descrito na *Divina Comédia*, livro de Dante Alighieri. Dante, precursor do Renascimento, escreveu a obra em dialeto toscano, que se tornou língua literária da Itália.

Um dos efeitos da nova vitalidade urbana foi o crescimento do **Humanismo**. Esse resgate de elementos do passado clássico greco-romano foi uma primeira tentativa de superar o teocentrismo medieval e encontrar para os vários fenômenos que nos cercam uma explicação baseada no homem e na sua capacidade de realização. Uma nova sede de saber varre a Europa, sede essa que, por paradoxal que possa parecer, foi absorvida pela própria Igreja, que teve que se abrir para os novos tempos, ao menos até certo ponto.

A própria Teologia modificou-se. **Tomás de Aquino**, na *Suma Teológica*, procurou harmonizar as verdades da fé com o método de raciocínio lógico, criado por Aristóteles. O Tomismo, nome que se dá à filosofia de Santo Tomás de Aquino, teve profunda importância para a teologia medieval, a ponto de ser ele considerado, juntamente com Santo Agostinho, um dos doutores da Igreja. Além disso, essa abertura ao pensamento racional possibilitou que a Igreja atraísse toda uma ampla gama de estudiosos, os quais eram seduzidos também pelo fato de as instituições eclesiásticas serem os únicos repositórios do saber clássico. Não por acaso, foi dentro da igreja que surgiram as **Universidades** medievais, nascidas como verdadeiras irmandades entre mestres e discípulos e utilizando como método de ensino a **escolástica**, inspirada no método aristotélico.

Na arte, as transformações também foram sentidas. O estilo românico, característico das igrejas da Alta Idade Média, pesado e maciço, refletindo mais uma preocupação com a defesa que com a beleza, deu lugar ao gótico em meados do século XII. O uso dos arcos ogivais permitiu que as construções fossem mais altas, com torres que se projetavam para o céu, dando uma sensação de leveza, e as paredes cobriram-se de vitrais coloridos, dando ao interior das catedrais uma brilhante iluminação.



Fig. 16 A Catedral de Notre-Dame, um dos símbolos da arquitetura gótica, atestando o esplendor e o poder da Igreja.

A crise do século XV

Uma nova realidade apresentava-se na Europa no início do século XV. Superada a situação caótica do século anterior, com o declínio da mortalidade e a retomada do crescimento demográfico, a mão de obra rural foi restabelecida, o abastecimento das cidades voltou a se normalizar e os preços dos alimentos caíram, possibilitando uma retomada do crescimento do comércio.

Esse crescimento ocorreu em um ritmo muito mais intenso que no período anterior. Todos os elementos que arduamente tiveram que ser conquistados para que o comércio se desenvolvesse, entre o século XI e o início do XIV (reabertura do Mediterrâneo, retomada dos contatos com o Oriente, estabelecimento de rotas comerciais, criação de cidades, organização da produção urbana, criação de um sistema bancário etc.), já existiam nesse momento. Dessa forma, a retomada da atividade comercial fez com que, no início do século XV, ele se encontrasse em um plano superior àquele das primeiras décadas do século anterior.

No século XV, esse crescimento encontrou, na escassez de mercados, riquezas e moedas disponíveis na Europa, um fator de limitação. Verifica-se, assim, uma certa estagnação no início do século, caracterizando uma **crise de crescimento**. Para que o ritmo de crescimento da atividade econômica fosse intensificado era necessário ampliar os mercados e obter novas fontes de metais preciosos. Impunha-se a descoberta não apenas de novas terras, mas também de uma nova rota para as Índias (fonte fundamental das riquezas orientais), livre da intermediação dos mercadores italianos, bizantinos e árabes.

A saída natural para a superação dessa crise foi a **Expansão Marítima**, principal marco da constituição do Mundo Moderno (a discussão mais aprofundada sobre as Grandes Navegações e os Descobrimentos, bem como de seus efeitos para a consolidação da economia mercantil europeia, pode ser vista nos primeiros capítulos da frente de História do Brasil).

O século XV trouxe, ainda, elementos políticos importantes para as monarquias europeias, notadamente para a Inglaterra e a França. Eles estão diretamente ligados ao final da Guerra dos Cem Anos, ocorrido em 1453. Nesse ano, os ingleses foram definitivamente expulsos, com a monarquia francesa consolidando seu domínio sobre a parte ocidental da Flandres.

Mais que isso, a vitória francesa possibilitou a consolidação da própria monarquia francesa. Não nos esqueçamos de que a guerra desenvolveu-se ainda na Idade Média, submetida a valores tipicamente feudais. Nessas condições, o rei era, acima de tudo, o suserano máximo, autoridade militar suprema; imagem fortalecida pela guerra. Em um processo de guerra, a tendência era a nobreza unir-se em tomo e sob as ordens do rei. Em uma guerra longa, essa autoridade tende a se cristalizar, com o rei detendo não só a submissão dos nobres como também o controle sobre aquele que é o instrumento natural de poder, o Exército. Assim, o aumento do prestígio da monarquia com a vitória, acrescido da exacerbação do sentimento nacional francês e também da ruína dos senhores feudais, após um século de devastação, foram decisivos para a consolidação do Estado nacional francês.

Para a Inglaterra, a derrota teve, obviamente, o efeito inverso. Após um período de fortalecimento da monarquia e mesmo de riqueza, com o controle do comércio da Flandres durante os momentos em que essa região esteve sob seu domínio, a Inglaterra sofreu com a perda do comércio flamengo e de seus territórios na França. A derrota significou também a perda de prestígio da monarquia, abrindo espaço para reações de setores da nobreza e lutas pelo poder.

É nesse contexto que eclode uma violenta disputa pela sucessão real, envolvendo dois ramos da nobreza. Um, liderado pela família **Lancaster**, agrupava os nobres mais tradicionais; outro, constituído em torno da família **York**, congregava a nobreza ligada a interesses mercantis.

A **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485), assim denominada por causa dos brasões das duas famílias (a rosa vermelha dos Lancaster e a rosa branca dos York), por trinta anos dizimou a nobreza inglesa em sangrentas batalhas. O conflito só terminou com a coroação de Henrique VII, Tudor (1485-1509). Herdeiro natural dos Lancaster, ele se casou com Elisabeth York, celebrando uma aliança entre os dois principais ramos da nobreza inglesa.

A guerra teve como efeito eliminar todos os setores dissidentes da nobreza. Aqueles que não puderam ser eliminados, caso dos York, foram incorporados. Tinha início o processo definitivo de fortalecimento da monarquia inglesa.

O Renascimento cultural

O processo de formação do Mundo Moderno conheceu ainda outro marco fundamental. Trata-se de um quadro de profundas transformações nas formas de pensar, sentir e agir nos valores e na visão de mundo, significando uma adaptação da cultura às profundas transformações econômicas, sociais e políticas que se desenvolveram ao longo da Baixa Idade Média. A esse processo, dá-se o nome de Renascimento Cultural.

Fundamentalmente, o Renascimento significou a proposição de uma **cultura terrena, laica, racional e científica**, em oposição ao teocentrismo medieval. Em um certo aspecto, pode-se afirmar que o Renascimento representou uma continuidade, em nível muito mais intenso, da cultura humanística que começava a se desenvolver em decorrência da edificação do mundo urbano e burguês a partir do século XII.



Fig. 17 A cidade de Florença, um dos palcos do Renascimento Cultural.

A grande fonte inspiradora do Renascimento foi a cultura clássica greco-romana, tomada como o ideal de beleza e perfeição. A Renascença tomou os valores clássicos, baseados na razão e na valorização do homem, como o princípio fundamental de todo o pensamento. Em decorrência desse favoritismo, todo o período que se seguiu à queda do Império Romano foi visto pelos pensadores do Renascimento como uma Idade das Trevas, na qual o brilho da cultura clássica foi destruído ante o barbarismo. São esses pensadores os responsáveis pela visão negativa que se formou da Idade Média, vista por eles como um longo período cuja única função foi intermediar a brilhante cultura clássica e o seu renascimento.

Naturalmente, todos os elementos constitutivos da nova realidade material europeia podem ser vistos como fatores do Renascimento Cultural. Constituindo-se em uma nova manifestação cultural urbana e burguesa, o Renascimento brotou do declínio do mundo feudal; do desenvolvimento do comércio e das cidades; e da formação e ascensão da burguesia.

Outro aspecto ocupou particular importância no desenvolvimento do pensamento renascentista, a centralização do poder político, gerando monarquias centralizadas. Essas monarquias se viram às voltas com a necessidade de edificar um aparelho de Estado, já que não havia uma experiência medieval de Estado unificado que pudesse servir de modelo (a última experiência de Estado centralizado que a Europa havia conhecido fora o Império Romano). Foram os reis quem estimularam seus assessores a debruçarem-se sobre os textos clássicos, visando, através de seu estudo, obter subsídios para a organização do poder.

Nesse período, houve também a intensificação dos contatos com o Oriente, notadamente com o mundo islâmico, o que contribuiu para a superação da cultura europeia medieval. Em que pese a intensa religiosidade, os povos árabes apresentavam um nível de conhecimento técnico e científico muito à frente da Europa feudal. Mais que isso, através de seu contato com o mundo bizantino, os árabes introduziram na Europa elementos do saber grego que haviam ficado à margem da cultura medieval. Em uma Europa que buscava romper com as amarras impostas pelo teocentrismo, esse contato foi precioso.

A Itália, o berço do Renascimento

O Renascimento Cultural pode ser visto como um fenômeno muito mais italiano do que generalizadamente europeu. Não apenas foi na Itália que o Renascimento surgiu, como também foi ali que ele se desenvolveu em um nível muitíssimo superior a qualquer outra região europeia.

As razões para isso são inúmeras. A Itália era o berço da civilização romana, tendo em profusão monumentos e ruínas do passado clássico. Além disso, ela também recebeu muitos intelectuais bizantinos, que foram educados na cultura grega e, que abandonaram o Império Bizantino decadente e exposto à crescente pressão dos turcos otomanos. Além disso, não se pode desprezar os frequentes contatos marítimo-comerciais, através do Mediterrâneo, entre as cidades portuárias italianas e o mundo árabe.

Acima de tudo, foi o forte desenvolvimento comercial e a forte urbanização que impulsionaram o Renascimento italiano. A riquíssima burguesia que se formava nos centros urbanos do norte da Itália necessitava de mecanismos para justificar sua ascensão social e mesmo seu poder político. Uma das formas para isso foi através do patrocínio a artistas e intelectuais, prática à qual se dá o nome **mecenato**.

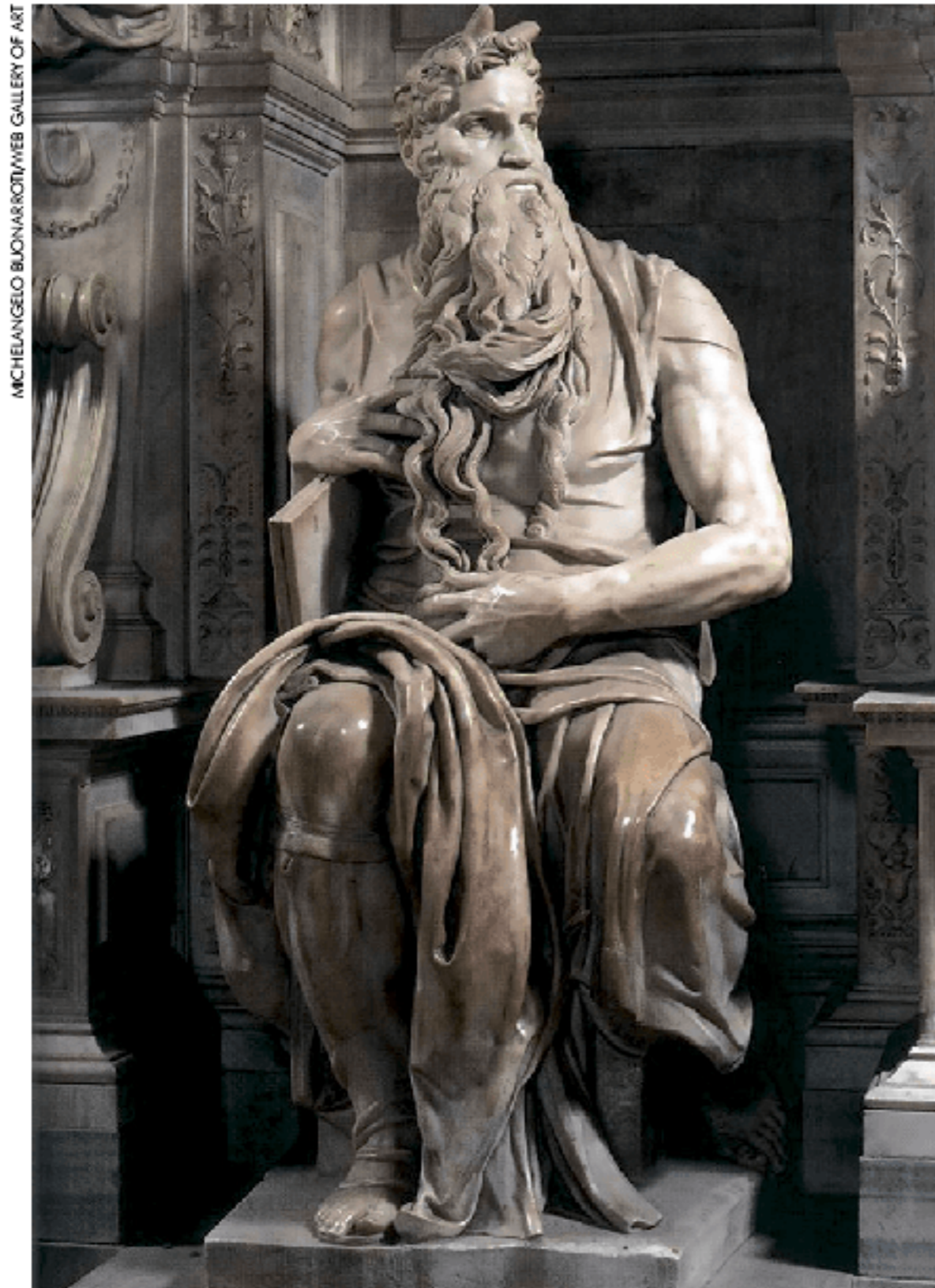


Fig. 18 Michelangelo Buonarroti. *Moisés*, 1515. Escultura em mármore. San Pietro em Vincoli, Roma, Itália. Note a influência grega na busca da perfeição da figura humana.

Características do Renascimento

A primeira característica do pensamento Renascentista é a negação aos valores medievais. Embora não se constitua em um movimento ateu, o Renascimento buscou romper com o teocentrismo feudal, centrando sua preocupação no homem e em sua infinita capacidade criadora. É nesse aspecto que se situa, acima de qualquer outro, o resgate da cultura clássica. O antropocentrismo (o homem como centro do universo) e o individualismo (a compreensão do homem como um ser único, diferente de cada um dos demais) encontram sua verdadeira origem no Humanismo greco-romano.

Essa postura abriu espaço para a valorização da razão e da ciência em detrimento da fé. A busca por uma compreensão das leis naturais que regem o universo foi uma preocupação constante dos renascentistas, impulsionando uma retomada do conhecimento técnico e científico da Antiguidade que fora abandonado durante a Idade Média.

Entretanto, mesmo sendo caracterizado por uma grande produção cultural e pela tentativa de disseminar o conhecimento (a invenção da imprensa por Gutenberg, por exemplo, veio no rastro das conquistas técnicas e culturais do Renascimento), o movimento nunca ultrapassou os limites de uma manifestação cultural de elite. Ao contrário da religião, única manifestação cultural realmente de massas na Idade Média, a cultura renascentista limitou-se a uma pequena parcela letrada. No entanto, seus efeitos na constituição das modernas estruturas estéticas e de pensamento foram fundamentais.

As fases do Renascimento italiano

Descartando-se os **precursores**, dos quais Dante Alighieri (1265-1231) foi o maior representante, o Renascimento pode ser dividido em três fases: o século XIV (ou *Trecento*), o século XV (ou *Quattrocento*) e o século XVI (ou *Cinquecento*).

No *Trecento* (os anos trezentos), destacaram-se: na pintura, Giotto (1266-1337), que humanizou a representação da figura humana; na literatura, Petrarca (1304-1374), poeta, o “pai do humanismo”, e Boccaccio (1313-1375), autor do *Decamerão*, coletânea de contos com forte sabor erótico e anticlerical.

No *Quattrocento*, merecem menção: os pintores Masaccio (1401-1429), introdutor da técnica a óleo e difusor da pintura em perspectiva; Botticelli (1445-1510), que retratou figuras quase imateriais, buscando unir o Paganismo clássico ao Cristianismo; Leonardo da Vinci (1452-1519), considerado como o protótipo do “homem renascentista”, atuando em todos campos do saber, da pintura à filosofia, da botânica à arte bélica.

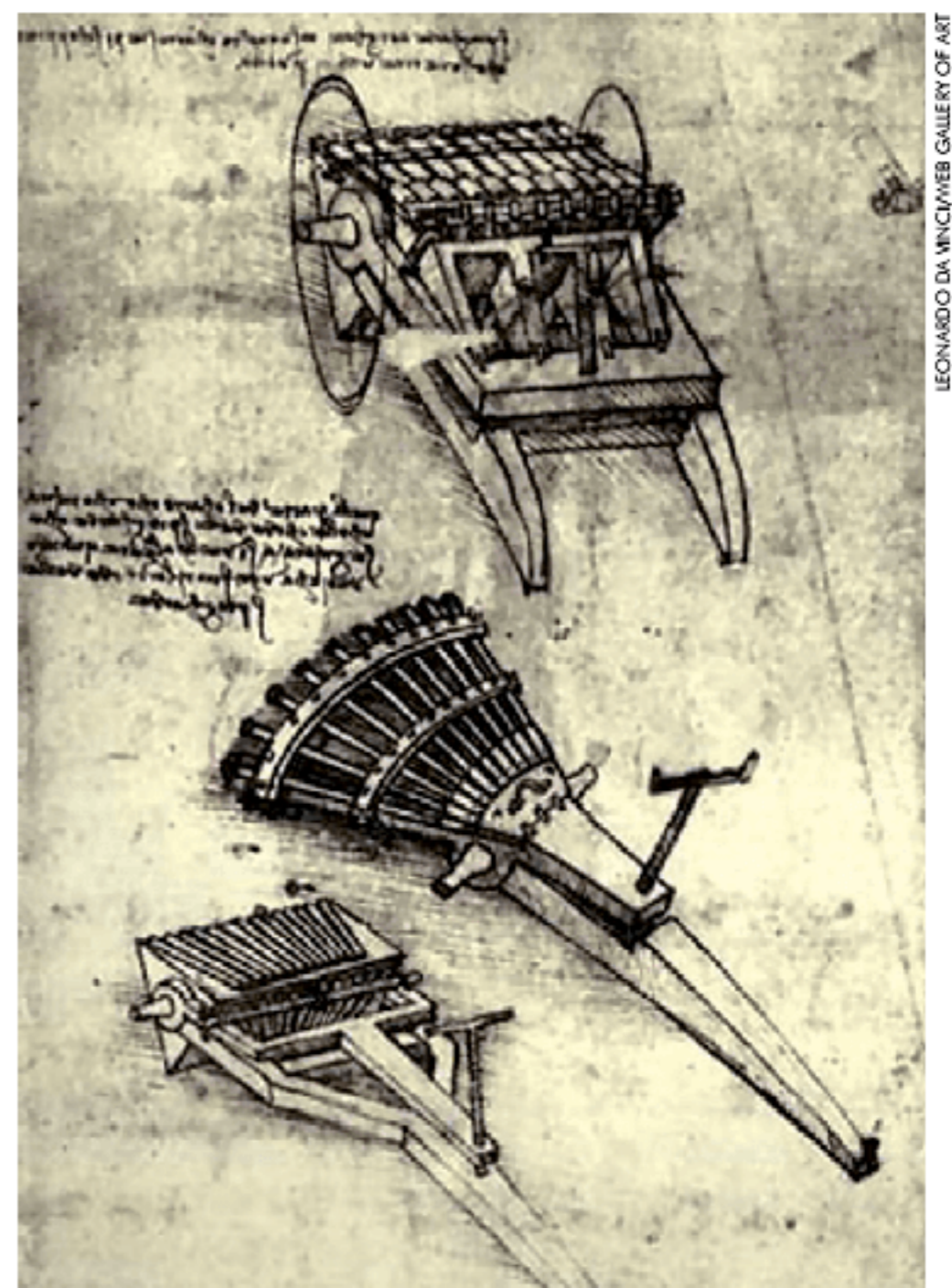


Fig. 19 Esboços de Leonardo da Vinci mostrando o esquema de um canhão, inventado por ele. O Renascimento manifestou-se também na busca incessante pela ampliação do conhecimento científico.

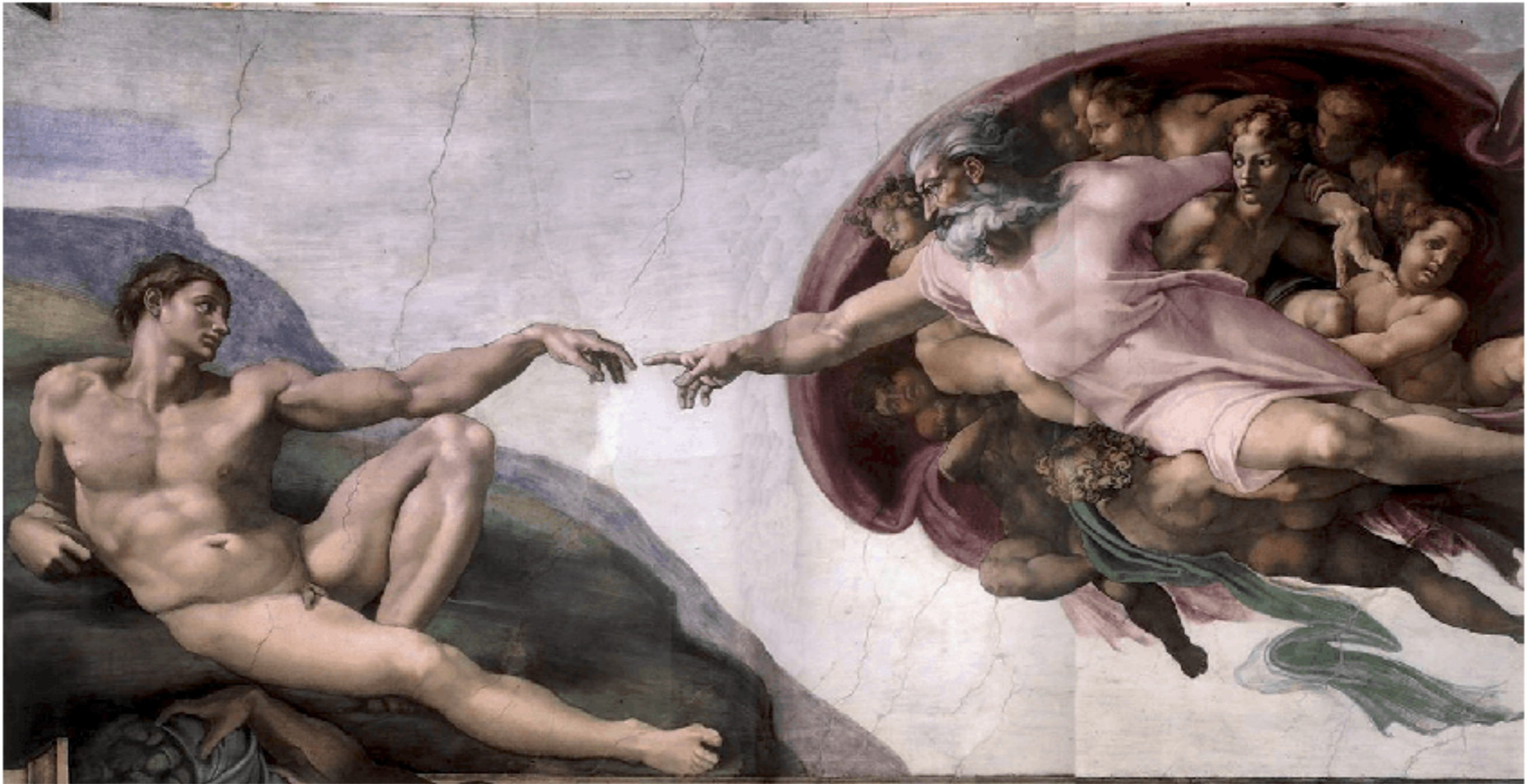


Fig. 20 Michelangelo Buonarroti. *Criação de Adão*, 1510. Afresco, 2,80 x 5,70 m. Teto da Capela Sistina, Vaticano, Itália. Deus e o homem em um mesmo plano, em uma ruptura com a visão medieval.

Florença, graças ao mecenato dos Médicis, tornou-se a capital cultural do Renascimento. Nela, brilharam a Escola Filosófica Neoplatônica, o arquiteto Brunelleschi e o escultor Donatello.

No *Cinquecento*, o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), com sua obra *O Príncipe*, iniciou o moderno pensamento político. A língua italiana foi sistematizada, tornando-se literária, da qual se sobressaíram os poetas épicos Torquato Tasso (*Jerusalém libertada*) e Ariosto (*Orlando Furioso*).

Nesse período, a cidade de Roma, devido ao mecenato papal, tornou-se o centro da produção artística renascentista. Lá viveu o pintor Rafael (1483-1520), que, apesar do curto tempo de vida, deixou uma enorme produção, e Michelangelo (1475-1564), “o gigante do Renascimento”, autor de inúmeras obras-primas, como a *Pietà* e os afrescos da Capela Sistina.

Renascimento fora da Itália

Nos Países Baixos (Flandres e Holanda), região densamente urbanizada e possuidora de uma burguesia pujante, os valores renascentistas surgidos na Itália foram bastante difundidos. Na literatura, destacou-se Erasmo de Rotterdam (1465-1536), autor de *Elogio da Loucura*, no qual o autor critica a imoralidade do clero e procura humanizar o Cristianismo, propondo a tolerância religiosa e a liberdade de pensamento. Na pintura, os irmãos Van Eyck, mestres da técnica a óleo; Pieter Bruegel, que se caracterizou por retratar elementos do cotidiano popular; e o inquietante Hieronymus Bosch, cuja obra exprime o fantástico, sendo considerada “uma pintura para ser lida e não apenas vista”.

Na Alemanha, o Renascimento é tardio, beneficiado pelas agitações que se seguiram à Reforma Luterana. Deve-se mencionar o pintor e gravador Albrecht Dürer (1471-1528) e o pintor Hans Holbein (1497-1543). A invenção da impressão por tipos móveis, feita pelo tipógrafo Gutenberg, em 1434, foi fundamental para uma maior difusão cultural, acelerando e barateando a produção livreira.

Na Inglaterra, teve-se que esperar o final da Guerra das Duas Rosas para o florescimento das manifestações renascentistas. Seus maiores expoentes foram o escritor Thomas Morus (1476-1535), autor de *Utopia*, no qual é proposta uma sociedade perfeita, baseada no uso da inteligência e da razão, e o teatrólogo William Shakespeare (1564-1616), que immortalizou o gênero, expondo a intensidade multifacetada da alma humana.

Na França, Rabelais, com suas comédias, satirizou a Igreja e a repressão, exaltando a liberdade e o individualismo. E o filósofo Montaigne, em seus *Ensaio*s, buscou expressar um ideal de equilíbrio entre o homem e o universo.

Na Espanha, onde a tradição muçulmana era secular e a ação da Contrarreforma bloqueava o desenvolvimento cultural, destacaram-se o pintor El Greco (1451-1614); Lope de Vega (1562-1635), autor de mais de duas mil peças teatrais; e especialmente Miguel de Cervantes (1547-1616), autor de *Dom Quixote*, a melhor sátira até hoje escrita sobre a cavalaria.

Em Portugal, a influência renascentista incidiu sobre uma manifestação humanista ligada à expansão ultramarina. Merecem menção Gil Vicente (1465-1536), no teatro, e Luís Vaz de Camões (1525-1580), poeta de *Os Lusíadas*, o maior épico da língua portuguesa.

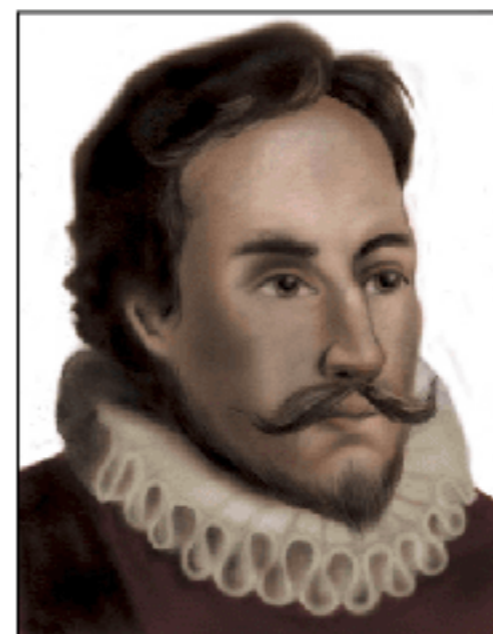


Fig. 21 Miguel de Cervantes, um dos maiores expoentes da literatura renascentista.

Renascimento Científico

A efervescência cultural renascentista induziu naturalmente a estudos sobre a natureza física do homem e a um esforço para uma melhor compreensão do mundo e de seus fenômenos. O espírito crítico influenciou a ciência experimental, baseada na observação, e alguns avanços importantes foram feitos.

Na Astronomia, destacaram-se o polonês Nicolau Copérnico (1473-1543), formulador da teoria heliocêntrica, enriquecida

depois pelo inventor do telescópio, Galileu Galilei (1564-1642). Joham Kepler (1571-1630) estudou o movimento elíptico dos corpos celestes, abrindo caminho para a descoberta da lei da gravitação universal por Isaac Newton (1642-1727).

Na Medicina, Miguel Servet (1511-1553) e William Harvey (1578-1675) descobriram o mecanismo da circulação sanguínea; André Vesálio (1514-1564), professor da Universidade de Pádua, foi o pai da anatomia moderna, publicando, em 1534, a primeira obra completa sobre o tema.

Revisando

1 De que forma a ideia da *Jihad* influenciou a expansão islâmica?

2 Para a formação da estrutura política medieval, qual o significado da sacração de Carlos Magno pelo papa com o título de Imperador dos romanos?

3 Com base em seus conhecimentos sobre a estrutura econômica feudal, avalie uma característica que tenha sido decisiva para explicar sua crise a partir do século XII.

4 Que razões explicam o crescimento do clero regular na Idade Média?

5 Em que aspectos as Cruzadas podem ser vistas como a primeira grande manifestação da crise do mundo feudal?

6 Embora impreciso, ainda é utilizado o termo “aliança” para designar as relações entre rei e burguesia no processo de formação das monarquias nacionais, a partir da Baixa Idade Média. Em que aspectos essa “aliança” é colocada e em que aspectos esse termo não pode ser utilizado?

7 De que formas a crise do século XIV afetou também a estrutura feudal?

8 Que razões explicam o pioneirismo e a maior difusão do Renascimento Cultural na Itália?

Exercícios propostos

- 1** O período de Justiniano caracterizou-se:
- (a) pelo apogeu do Império graças ao apoio dos persas Sassânidas.
 - (b) pelo abandono do passado grego e adoção dos valores latinos.
 - (c) pela conquista da Síria pelos árabes.
 - (d) pela reconquista da Itália, que estão sob domínio dos ostrogodos.
 - (e) pela suspensão dos encargos tributários.

2 A respeito da reconquista empreendida por Justiniano, pode-se afirmar que:

- (a) assegurou a sobrevivência do Império frente à invasão árabe.
- (b) reconstruiu a unidade administrativa do antigo Império Romano.
- (c) concorreu para a preservação do arianismo entre os germânicos.
- (d) foi responsável pelo processo de enfraquecimento do Império.
- (e) teve um caráter duradouro e significou o apogeu do Império.

3 Os problemas religiosos foram uma característica básica do Império Bizantino.

- a) Explique as relações Estado/Igreja em Bizâncio.
- b) Qual foi a heresia que negava a divindade de Cristo?

4 O Islamismo, de grande importância na unidade árabe, tem como fundamento:

- (a) o monoteísmo, influenciado pelo Cristianismo e pelo Judaísmo.
- (b) o culto dos profetas através de imagens.
- (c) o politeísmo, que admite vários deuses, sendo Alá o principal.
- (d) a negação de uma vida após a morte.
- (e) uma concepção herdada exclusivamente dos ritos tribais árabes.

5 A região de Kosovo tornou-se conhecida nos últimos anos pelos violentos conflitos envolvendo cristãos e muçulmanos. As raízes do conflito são bem antigas. Em 1389, na chamada Batalha de Kosovo, tropas cristãs, lideradas pelo Duque Lazar, foram derrotadas pelos muçulmanos comandados por Murad I. A respeito desse conflito é correto afirmar que:

- (a) trata-se de mais uma das Cruzadas, ou seja, uma das muitas expedições cristãs em direção a Jerusalém, dominada a essa altura pelos muçulmanos.
- (b) trata-se do marco inicial do Reino da Sérvia, quando os eslavos penetraram pela primeira vez a região dos Balcãs.
- (c) trata-se de um dos momentos da expansão otomana e da montagem do Império Turco na Ásia Menor e nos Balcãs.
- (d) trata-se do processo de expansão do Império Bizantino, que estabeleceu uma política de alianças com os muçulmanos para expulsar os invasores sérvios de seu território.

6 *Inspiramos-te, assim como inspiramos Noé e os profetas que o sucederam; assim, também inspiramos Abraão, Ismael, Isaac, Jacó e as tribos, Jesus, Jonas, Aarão, Salomão, e concedemos os Salmos a Davi. E enviamos alguns mensageiros, que te mencionamos, e outros, que não te mencionamos; e Allah falou a Moisés diretamente... Ó adeptos do Livro, não exagereis em vossa religião e não digais de Allah senão a verdade. O Messias, Jesus, filho de Maria, foi tão somente um mensageiro de Allah e o seu Verbo, que Ele enviou a Maria, e um Espírito d'Ele.*

Alcorão, 4:163-164 e 171. O significado dos versículos do Alcorão Sagrado com comentários. p.137-8.

A respeito do Islão é correto afirmar que:

- (a) a religião muçulmana, apesar das influências do Judaísmo e do Cristianismo, significou uma ruptura com a tradição monoteísta ao estabelecer Alá como divindade superior a um conjunto de gênios e divindades secundárias.
- (b) a religião muçulmana surgiu no século VII, a partir das pregações de Maomé realizadas na Palestina, entre as tribos judaicas que haviam renegado o Livro Sagrado.
- (c) a pregação de Maomé, registrada no Alcorão, ajudou a reverter a tendência à fragmentação política e cultural dos povos árabes, fornecendo as bases religiosas para a expansão islâmica, a partir do século VII.
- (d) a pregação de Maomé foi registrada no Alcorão, primeiro livro sagrado escrito em hebraico e traduzido para o árabe, grego e latim, o que facilitou sua divulgação na Península Arábica, Palestina, Mesopotâmia e Ásia Menor.
- (e) a transferência da capital do Império Islâmico para Damasco, durante a dinastia Omíada, e para Bagdá, com a dinastia Abássida, provocou uma revalorização da cultura tribal árabe e a retomada dos valores panteístas dos primeiros califas.

7 As denominações Sunitas e Xiitas relacionam-se com:

- (a) a ruína do império muçulmano, motivada pela perda da unidade religiosa, quando ganharam força algumas seitas islâmicas divergentes.
- (b) a Guerra de Reconquista na Península Ibérica e a forte resistência dos árabes aos ataques dos cruzados.
- (c) as sucessivas ondas de invasões europeias, que contribuíram para tornar a região do Oriente Médio um dos lugares mais instáveis do globo terrestre.
- (d) os conflitos étnicos e religiosos que ocorreram, no Líbano, nas décadas de 70 e 80.
- (e) as diversas seitas islâmicas, originárias do Império Babilônico na Antiguidade Oriental.

8 O Islã, criado a partir da pregação religiosa de Maomé no início do século VII, adquiriu claro significado político com a hégira, migração de Maomé e seguidores de Meca para Medina. As relações do Islã com outras religiões e com o Ocidente foram marcadas:

- (a) pela capacidade de diálogo e integração, da qual a missa ecumênica é um exemplo, uma vez que os princípios islâmicos apresentam-se como síntese do Judaísmo e do Catolicismo.
- (b) apenas por conflitos, dos quais a *Jihad*, ou Guerra Santa, é um exemplo, uma vez que os próprios princípios islâmicos determinam a guerra contra judeus e cristãos.
- (c) pela expansão territorial e militar do Islamismo da qual a conquista da Península Ibérica é um exemplo, uma vez que os princípios islâmicos pregam a necessária difusão de suas crenças.
- (d) apenas por negociações entre chefes religiosos e políticos, das quais os encontros no Vaticano são o melhor exemplo, uma vez que os princípios islâmicos defendem prioritariamente o entendimento e a submissão.
- (e) pela influência de técnicas e de conhecimentos do Ocidente sobre o Oriente, da qual as interferências linguísticas são um exemplo, uma vez que os princípios islâmicos pregam a ocidentalização do mundo.

9 A expansão do Islão foi fulminante e de enorme abrangência. Enumere as razões de seu sucesso.

10 Durante muito tempo, desconhecidos na Europa medieval, os textos de Aristóteles se difundiram a partir do século XII. Suas obras chegaram ao ocidente europeu por intermédio:

- (a) de manuscritos gregos, preservados na Biblioteca do Vaticano e, durante longo tempo, mantidos em segredo pela Igreja.
- (b) dos monges beneditinos da Europa continental, que preservaram a cultura clássica em seus mosteiros.
- (c) de sacerdotes bizantinos, que frequentavam as Cortes reais da Europa e as grandes cidades do Ocidente.
- (d) dos centros de cultura muçulmanos, sobretudo da Península Ibérica, cujos manuscritos, em árabe, foram traduzidos para o latim.
- (e) dos venezianos e cavaleiros de França, que atacaram Constantinopla, em 1204, e de lá trouxeram os manuscritos originais.

11 Em relação à formação dos Reinos Bárbaros:

- a) Explique os motivos que permitiram as invasões bárbaras no Império Romano.
- b) Mencione três povos que invadiram o Império Romano.

12 O Feudalismo, que marcou a Europa Ocidental durante a Idade Média, resultou de duas heranças distintas, a romana e a germânica. Comente cada uma delas.

13 Foram assim descritos pelo historiador romano Amiano Marcelino (320-390):

Sua ferocidade supera tudo. Por meio de um ferro, marcam com profundas cicatrizes as faces dos recém-nascidos, a fim de destruir todo germe de barba [...] não cozinham, nem temperam o que comem [...].

O texto refere-se à invasão dos:

- (a) hunos.
- (b) visigodos.
- (c) germanos.
- (d) burgúndios.
- (e) ostrogodos.

14 Clóvis (481-511) destacou-se, não só por seus êxitos militares, mas também por ter sido o primeiro chefe bárbaro a adotar o catolicismo, fazendo-se batizar, juntamente com três mil guerreiros, em 496. Esse fato facilitou muito o fortalecimento de seu poder. Até o século V, o povo franco estava dividido em tribos que foram unificadas por Clóvis, dando início a uma dinastia que recebeu o nome de:

- (a) burgúndia.
- (b) merovíngia.
- (c) visigótica.
- (d) carolíngia.
- (e) capetíngia.

15 *O sacerdote, tendo-se posto em contato com Clóvis, levou-o pouco a pouco e secretamente a acreditar no verdadeiro Deus, criador do Céu e da Terra, e a renunciar aos ídolos, que não lhe podiam ser de qualquer ajuda, nem a ele nem a ninguém [...] O rei, tendo, pois, confessado um Deus todo-poderoso na Trindade, foi batizado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ungido do santo Crisma com o sinal da cruz. Mais de três mil homens do seu exército foram igualmente batizados [...].*

São Gregório de Tours. "A conversão de Clóvis". In: *Historiae Ecclesiasticae Francorum*. Apud M. G. Pedrero-Sánchez. *História da Idade Média – textos e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 44.

A respeito dos episódios descritos no texto, é correto afirmar que:

- (a) a conversão de Clóvis ao arianismo permitiu aos francos uma aproximação com os lombardos e a expansão do seu reino em direção ao norte da Itália.
- (b) a conversão de Clóvis, segundo o rito da Igreja Ortodoxa de Constantinopla, significou um reforço político-militar para o Império Romano do Oriente.
- (c) com a conversão de Clóvis, de acordo com a orientação da Igreja de Roma, o reino franco tornou-se o primeiro Estado germânico sob influência papal.
- (d) a conversão de Clóvis ao Cristianismo levou o reino franco a um prolongado conflito religioso, uma vez que a maioria dos seus integrantes manteve-se fiel ao paganismo.
- (e) a conversão de Clóvis ao Cristianismo permitiu à dinastia franca merovíngia a anexação da Itália a seus domínios e a submissão do poder pontifício à autoridade monárquica.

16 A vantagem que os francos tiveram em relação aos outros invasores germânicos foi:

- (a) seu ingresso pacífico nos territórios imperiais.
- (b) a precoce aliança que celebraram com o papado.
- (c) sua esmagadora superioridade numérica.
- (d) sua utilização pelos bizantinos para combater os hunos.
- (e) a oportunidade de conquistar os territórios italianos.

17 Unesp Quando Pepino, o Breve, arriscou a usurpação que tantos outros tinham executado nos reinos vizinhos, quis purificá-la pela mais inatacável consagração. Primeiro, levou o papa a declarar que o título real devia caber a quem detivesse o verdadeiro poder. Depois, eleito rei pela assembleia dos grandes, fez-se ungir por S. Bonifácio, o mais ilustre dos missionários, na presença dos bispos franceses.

Robert Lopez. *O nascimento da Europa*.

Pepino, o Breve, tornou-se, assim, o primeiro rei da dinastia:

- (a) merovíngia.
- (b) carolíngia.
- (c) cpetíngia.
- (d) Valois.
- (e) Bourdon.

18 A difusão da vassalagem de benefício, praticada por Carlos Magno, favoreceu:

- (a) o fortalecimento do Império Carolíngio.
- (b) o universalismo das tradições romana e cristã, característica da sociedade feudal.
- (c) o restabelecimento do monopólio do imperador na cunhagem de moedas.
- (d) a formação de uma estrutura política fragmentada, típica da sociedade feudal.
- (e) o crescimento do comércio na Alta Idade Média.

19 Mackenzie Nos primeiros tempos [...], o cavaleiro era o combatente a cavalo, que servia a alguém em troca de favores. [...] Por volta do século XII [...], tornar-se cavaleiro significava, antes de tudo, ascender a uma condição social privilegiada, que estava rigorosamente separada da massa desarmada, a quem o acesso à ordem da cavalaria estava barrado.

Paulo Miceli.

A sociedade estratificada, sem mobilidade, descrita no fragmento de texto, é denominada:

- (a) pligárquica. (c) escravista. (e) estamental.
- (b) iconoclástica. (d) teutônica.

20 A respeito do Sacro Império pode-se dizer que:

- (a) foi uma criação de Henrique da Saxônia.
- (b) teve a oposição da Igreja, que defendia a hereditariedade carolíngia.
- (c) enfrentou devastadores ataques dos magiares.
- (d) refletiu o universalismo defendido pela Igreja.
- (e) foi um reforço ao poder dos duques nacionais germânicos.

21 Jacques Le Goff e George Duby, especialistas em Idade Média, dividem a sociedade em três grandes ordens. A primeira compreendia os integrantes do clero, a segunda reunia os senhores feudais, e a última era constituída pelos servos. Sobre a sociedade feudal é correto afirmar que:

- (a) havia uma grande mobilidade social, apesar das rígidas tradições e vínculos jurídicos determinando a posição social de cada indivíduo.

- (b) a honra e a palavra tinham importância fundamental, sendo os senhores feudais ligados por um complexo sistema de obrigações e tradições.
- (c) os suseranos deviam várias obrigações aos seus vassallos, por exemplo, o serviço militar.
- (d) os servos, como os escravos, não tinham direito à própria vida, viviam presos à terra e dela não podiam sair.
- (e) os vilões constituíam uma parcela de senhores feudais que procuravam por outro senhor mais poderoso, jurando-lhe fidelidade e obediência.

22 O senhorio era a unidade básica de produção do Feudalismo e o traço característico desse sistema. Entretanto, em certas condições, o senhorio podia transformar-se em feudo. Isso ocorria quando um grande senhor, proprietário de um vasto domínio, concedia um senhorio a outro senhor. Dentre as obrigações dos suseranos medievais, podemos destacar a:

- (a) concessão do Benefício, no momento em que recebia a Homenagem.
- (b) prestação de serviço militar ao seu senhor em determinado período do ano.
- (c) contribuição para o dote das filhas de um vassallo, quando elas fossem casar.
- (d) fortificação das defesas do castelo do seu senhor feudal.
- (e) prestação de obrigações como a corveia, a talha e a banalidade.

23 Desde o final do Império Romano até o início da Idade Moderna, pode-se dizer que o continente europeu viveu sob o Feudalismo ou regime feudal.

- a) Qual era a base de exploração de mão de obra durante o regime feudal?
- b) Do ponto de vista econômico e político, como se caracterizava o Feudalismo?

24 Entre as características do Feudalismo, estruturado nos séculos IX e X, estão:

- I. A existência de monarcas poderosos.
- II. O apogeu do liberalismo econômico e grande atividade mercantil.
- III. A divisão territorial em glebas denominadas feudos e o vínculo de subordinação entre os indivíduos baseada na posse da terra.
- IV. O relacionamento entre os indivíduos do feudo com base em direitos e obrigações.

São verdadeiros os itens:

- (a) I e II.
- (b) III e IV.
- (c) I, II e III.
- (d) I, III e IV.
- (e) I, II, III e IV.

25 Qual a diferença entre as obrigações de um vassallo e as de um servo na sociedade feudal?

26 A estrutura básica da sociedade feudal exprimia uma distribuição de privilégios e obrigações. Caracterize as três “ordens”, isto é, camadas sociais, que compunham essa sociedade.

27 O feudo era a principal unidade de produção da Idade Média.

- Como se dividia o feudo?
- Explique a função de cada uma de suas partes.

28 Sobre o Feudalismo no Ocidente, é correto afirmar que:

- nasceu na Idade Média, mas sobreviveu ao fim dessa época, como demonstram sua difusão pelas Américas, espanhola e portuguesa, e sua permanência na Europa, ao longo do período moderno.
- seu período de incubação, entre os séculos IV e VIII, e de decadência, entre os séculos XIV e XVI, foram quase tão longos quanto seu próprio período de plenitude (séculos IX a XIII).
- não teria se desenvolvido, não fossem a expansão árabe e, depois, a presença das demais civilizações orientais, que obrigaram a Europa a se isolar e construir sua própria identidade.
- foi um sistema não original, pois também existiu em lugares como a Ásia Menor, durante o Império Bizantino, certas regiões da África, antes da colonização, e no Japão, na era Tokugawa.
- foi um modo de produção inferior ao escravista romano, pois, se este produziu a riqueza do Império, aquele muito pouco teve a ver com a riqueza das cidades da Baixa Idade Média.

29 As principais características do Feudalismo eram:

- sociedade de ordens, economia levemente industrial, unificação política e mentalidade impregnada pela religiosidade.
- sociedade estamental, economia tipicamente artesanal, organização política descentralizada e mentalidade marcada pela ausência do Cristianismo.
- sociedade de ordens, economia terciária e competitiva, centralização política e mentalidade hedonista.
- sociedade de ordens, economia agrária e autossuficiente, fragmentação política e mentalidade fortemente influenciada pela religiosidade.
- sociedade estamental, economia voltada para o mercado externo, fragmentação política e ausência de mentalidade religiosa.

30 Unesp Leia atentamente o texto:

Servidão, uma obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente de sua vontade para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie.

Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo.*

A corveia e a talha estavam entre as “exigências econômicas” dos senhores em relação aos servos. Esclareça no que consistiam.

31 Qual das alternativas apresenta uma comparação correta entre os senhores de escravos do Império Romano e os senhores feudais da Alta Idade Média?

- Entre eles não podemos encontrar diferenças significativas.
- O senhor feudal, diferente do senhor de escravos, não tratava o servo como mercadoria, isto é, não podia vendê-lo ou comprá-lo.
- No Império Romano não havia escravidão, portanto a comparação proposta não tem sentido.
- O senhor feudal, diferente do senhor de escravos, exigia uma dura jornada de trabalho dos servos, pagando salários muito baixos.
- Todas as alternativas anteriores são incorretas.

32 Relativamente ao tipo de relacionamento entre nobreza feudal e servos, considere as seguintes afirmações.

- Os servos estavam submetidos ao pagamento da corveia aos senhores.
- Os servos deviam pagar a mão-morta para se transferirem de um lote agrário para outro.
- A proteção dada pela nobreza aos servos é o que explica a ausência de rebeliões servis durante a Alta Idade Média.
- Nos domínios eclesiásticos os servos eram isentos do pagamento do dízimo.
- O clero mantinha relações de exploração, da mesma forma que a nobreza laica, sobre os servos.

São corretas somente:

- I e II.
- I e V.
- I, II e III.
- I, III, IV e V.
- II, III, IV e V.

33 Considere as seguintes afirmações sobre a cultura feudal.

- Todo ensino, transmitido em latim, estava sob o controle da Igreja e era voltado para o ingresso na vida religiosa.
- Monastérios era o nome dado aos indivíduos que interpretavam os ensinamentos cristãos de maneira diferente daquela que a Igreja pregava.
- A arte medieval era dominada pelos preceitos religiosos. Os temas representados eram Deus, os anjos, os santos e de modo geral as cenas que instruísem os fiéis sobre os conhecimentos morais e espirituais da doutrina cristã.

Dessas afirmações deve-se dizer que:

- todas são corretas.
- nenhuma é correta.
- somente I e II são corretas.
- somente II e III são corretas.
- somente I e III são corretas.

34 Entre o final do século X e o começo do século XI, a Igreja lançou mão de estratégias que visavam atenuar os conflitos militares internos da Europa Ocidental. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (a) trata-se da Paz de Deus e da Trégua de Deus, que representaram uma tentativa de controlar as ações da nobreza por parte dos poderes eclesiásticos.
- (b) trata-se dos movimentos espirituais liderados por São Francisco de Assis, que defendiam a paz entre as comunidades cristãs no período medieval.
- (c) trata-se da Paz de Deus e da Trégua de Deus, que representaram uma política de tolerância religiosa com relação aos judeus e bizantinos.
- (d) trata-se da Paz de Deus e da Trégua de Deus, que representaram uma reação clerical à proposta de combate aos infiéis, formulada pelos membros da nobreza.
- (e) trata-se dos movimentos espirituais liderados por São Bernardo de Claraval contra as Cruzadas, que se voltavam contra judeus, heréticos e muçulmanos.

35 UEL *Como o rei, cada um dos sires (senhores) sente-se encarregado de manter em nome de Deus a paz e a justiça, e toda a rede de direitos que lhe permite cumprir esse ofício converge para seu castelo. A torre, antigamente símbolo da cidade soberana, da majestade real [...] aparece agora como símbolo de um poder pessoal.*

Georges Duby. *No tempo das catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)*. Lisboa: Imprensa Universitária, 1979. p. 44.

Sobre as relações e as atribuições sociais no século XI, período de plenitude do Feudalismo no Ocidente Europeu, é correto afirmar que:

- (a) os senhores encarnavam o poder de governo, impondo a sua força armada e controlando a administração da justiça e a cobrança de impostos.
- (b) submetidos ao regime de escravidão, os servos eram impedidos de ter acesso às terras comunais.
- (c) a nobreza, sem função definida, passou por acelerado processo de desestruturação, que levou à sua substituição pelo clero na sociedade feudal.
- (d) a reação contra o pagamento dos impostos senhoriais gerou grande contingente de camponeses desenraizados, que se organizavam em bandos armados a serviço dos nobres contrários ao processo de feudalização.
- (e) as cidades simbolizavam o poder dos senhores feudais e submetiam a nobreza à sua legislação centralizadora.

36 Perto do ano 1000, manifestações de medo foram verificadas em todo o Ocidente, como se o fim do milênio trouxesse consigo o fim dos tempos. Tal situação deve ser entendida como:

- (a) manifestação da crescente religiosidade que caracterizava a sociedade feudal.
- (b) indício do crescente analfabetismo das camadas populares e diminuição da religiosidade clerical.
- (c) decorrência da tomada do Império Bizantino pelos muçulmanos do norte da África.

- (d) traço típico de uma sociedade em transição que se tornava mais clerical e menos guerreira.
- (e) característica do momento de centralização política e de formação das monarquias nacionais.

37 Ao longo de toda a Idade Média, a unidade do Cristianismo ocidental (rompida, no século XVI, com a Reforma protestante) foi, em grande parte, mantida porque:

- (a) os abusos e a corrupção não existiam ainda no interior da Igreja.
- (b) as heresias não conseguiram ganhar adeptos fora dos círculos da Igreja.
- (c) os reis e imperadores podiam ser destituídos livremente pela Igreja.
- (d) as disputas e crises foram habilmente administradas e absorvidas pela Igreja.
- (e) os cristãos ortodoxos aceitaram se tornar membros subalternos da Igreja.

38 O desenvolvimento da arquitetura gótica, no final da Idade Média, esteve associado à (ao):

- (a) insegurança gerada pelas invasões bárbaras.
- (b) predomínio dos países ibéricos que a criaram e difundiram.
- (c) atraso técnico em relação ao estilo românico.
- (d) crescimento das cidades e desenvolvimento das atividades comerciais e artesanais.
- (e) descristianização da sociedade do mundo ocidental.

39 Do ponto de vista cultural, na passagem da Antiguidade para a Idade Média, é correto afirmar que o patrimônio greco-romano:

- (a) só não sofreu perda maior devido à ação esclarecida de muitos chefes bárbaros.
- (b) perdeu-se quase completamente porque, dado o seu caráter pagão, foi rejeitado pela Igreja.
- (c) foi rejeitado pelos bárbaros em razão do caráter cristão com que foi revestido pela Igreja.
- (d) não desapareceu com a Antiguidade porque a Igreja serviu de conduto para sua sobrevivência.
- (e) escapou do desaparecimento graças à preservação fortuita de textos antigos.

40 *Possuímos demasiadas coisas supérfluas. Contentemo-nos com o que Deus nos deu e tomemos só aquilo de que necessitamos para viver. Porque o necessário é obra de Deus e o supérfluo obra da cobiça humana. O supérfluo dos ricos é o necessário dos pobres. Quem possui um bem supérfluo possui um bem que lhe não pertence.*

Santo Agostinho. *A cidade de Deus*, (escrito 413-26).

Esse texto, extraído da obra *A cidade de Deus*, teve grande influência sobre o pensamento religioso na Idade Média e:

- (a) define a posição dos cristãos em relação à posse de bens materiais.
- (b) estabelece a doutrina cristã sobre o empréstimo a juro.
- (c) condena a prática do comércio, segundo os doutores da Igreja.

- (d) discute porque os cristãos devem considerar a prática de usura como sendo em si injusta.
- (e) afirma que os cristãos não devem ver o lucro como um fim em si, mas como remuneração do trabalho.

41 Sobre a cultura medieval podemos afirmar que:

- I. os estilos arquitetônicos predominantes foram o românico e o gótico;
 - II. a filosofia predominante foi a escolástica, síntese tomista de Aristóteles;
 - III. na Alta Idade Média, destacou-se Santo Agostinho com sua visão idealista do mundo, inspirado em Platão;
 - IV. a Igreja manteve-se, praticamente, como o único repositório da cultura.
- (a) V – F – V – F
 - (b) F – F – F – F
 - (c) V – F – F – V
 - (d) V – V – V – V
 - (e) F – F – V – V

42 Unicamp A Igreja, durante toda a Idade Média, guiava todos os movimentos do homem, do batismo ao serviço fúnebre. A Igreja educava as crianças; o sermão do pároco era a principal fonte de informação sobre os acontecimentos e problemas comuns. A paróquia constituía uma importante unidade de governo local, coletando e distribuindo as esmolas que os pobres recebiam. Como os homens ficavam atentos aos sermões, era frequente o governo dizer aos pregadores exatamente o que deviam pregar.

Christopher Hill. *A Revolução Inglesa de 1640*, 1977. (Adapt.).

A partir do texto citado escreva quais eram as funções sociais e políticas da Igreja Católica na Idade Média.

43 Fuvest Pelas palavras das Escrituras somos instruídos de que há duas espadas: a espiritual e a temporal [...] é preciso que uma espada esteja sob o domínio da outra por conseguinte que o poder temporal se submeta ao espiritual.

Bonifácio VIII. *Bula Unam Sanctum*, 1302.

Quando [...] o papa [...] se atribui a plenitude de poder sobre qualquer governante, comunidade ou pessoa individual, uma tal pretensão é imprópria e errada, e se afasta das divinas Escrituras e das demonstrações humanas, ou melhor, até as contradiz.

Marsilio Ficino. *O defensor da paz*, 1324.

Explique e comente o conflito histórico presente nestes dois textos do início do século XIV.

44 A partir do século XII, em algumas regiões europeias, nas cidades em crescimento, comerciantes, artesãos e bispos aliaram-se para a construção de catedrais com grandes pórticos, vitrais e rosáceas, produzindo uma “poética da luz”, abóbodas (*sic*) e torres elevadas que dominavam os demais edifícios urbanos. O estilo da arte da época é denominado:

- (a) renascentista.
- (b) bizantino.
- (c) românico.
- (d) gótico.
- (e) barroco.

45 As Cruzadas tiveram caráter:

- (a) exclusivamente religioso, buscando resgatar a Terra Santa das mãos dos árabes e expandir o catolicismo.
- (b) exclusivamente comercial, buscando novas terras para a agricultura e mercado para os produtos europeus.
- (c) religioso e comercial, buscando conciliar a ação expansionista religiosa à abertura de novas rotas comerciais.
- (d) político e religioso, buscando ampliar o poder do papado e produzir uma fusão entre o catolicismo e o islamismo.
- (e) político e comercial, buscando expandir o absolutismo monárquico e abrir mercados para produtos do Vaticano.

46 UEL *A todos os que partirem e morrerem no caminho, em terra ou mar, ou que perderem a vida combatendo os pagãos, será concedida a remissão dos pecados.*

Essas palavras, proferidas pelo papa Urbano II, em 1095, fizeram parte do discurso que chamava os guerreiros cristãos para o combate, inaugurando o movimento das Cruzadas. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (a) A Igreja dirigiu a atividade militar europeia no medievo contra os “infiéis” muçulmanos, transformando as Cruzadas em uma ocasião para o enriquecimento.
- (b) Protagonizadas pelos imperadores bizantinos, tais expedições pretendiam combater a bruxaria, que cativava parte da população medieval.
- (c) As Cruzadas tiveram êxito na propagação do cristianismo e fracassaram na retomada do controle das rotas comerciais dos muçulmanos.
- (d) Nos conflitos das Cruzadas, participaram católicos e protestantes, contrários ao domínio turco sobre os Estados Pontifícios.
- (e) A principal expedição, apoiada pelas autoridades eclesiásticas, ficou conhecida pelo nome de Cruzada das Crianças, ocorrida em 1212.

47 Mackenzie *Chamamos de Cruzadas a uma série de expedições cristãs empreendidas contra os muçulmanos, no Oriente Médio. Elas tiveram início em 1095, quando o papa Urbano II anunciou uma expedição a Jerusalém, contra os muçulmanos, com a finalidade de libertar o Santo Sepulcro – o túmulo de Cristo.*

Luiz Koshiba.

Relacionam-se com o movimento cruzadista:

- (a) a hegemonia muçulmana sobre os territórios europeus, o desenvolvimento das manufaturas nas cidades italianas de Gênova e Veneza e as crises do final da Baixa Idade Média.
- (b) a reabertura do comércio com o Oriente, o enriquecimento cultural das sociedades mediterrânicas e o renascimento urbano.
- (c) a vitória de Carlos Martel na batalha de Poitiers, o fortalecimento do Império Bizantino e a força militar dos senhores feudais.
- (d) a reconquista da Península Ibérica, a pouca influência da Igreja Católica na Europa central e a unificação do Estado italiano.
- (e) as epidemias da peste negra, que ocorreram nos séculos XI e XII da era cristã, o estímulo a uma economia não monetária e a reconstrução dos monumentos históricos da Antiguidade Clássica.

48 A partir do ano 1000, ocorreu um intenso desenvolvimento urbano na Europa Ocidental. A esse respeito é correto afirmar que as cidades:

- (a) estabeleceram-se em um contexto de diminuição das áreas cultivadas e de queda acentuada do volume de mão de obra.
- (b) estabeleceram-se em uma conjuntura de retração econômica decorrente, entre outros fatores, da estagnação das técnicas agrícolas.
- (c) desenvolveram-se durante o processo de desagregação do sistema feudal, estabelecendo uma total ruptura com o cenário rural circundante.
- (d) estabeleceram-se a partir dos modelos helenísticos, reeditando as instituições políticas características da democracia ateniense.
- (e) eram, sobretudo, centros econômicos onde se desenvolveram a especialização de funções e a divisão social do trabalho.

49 O Mediterrâneo e o Báltico, ao final da Idade Média, eram rotas comerciais importantes.

- a) Quem desenvolvia as atividades comerciais nesses mares?
- b) Por que essas atividades contribuíram para a desestruturação da ordem feudal?

50 **Mackenzie** *Rotas e cidades, cidades e rotas não passam de um único e mesmo equipamento humano do espaço [...] a cidade do Mediterrâneo é criadora de rotas, e ao mesmo tempo é criada por elas.*

Fernando Braudel. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo.*

Relacionando o texto citado com o renascimento comercial e urbano, podemos afirmar que:

- (a) as rotas das invasões bárbaras desenvolveram locais fixos de comércio, responsáveis pela formação de cidades.
- (b) as cidades costeiras da Itália tiveram seu crescimento ligado ao desenvolvimento das rotas comerciais marítimas.
- (c) as cidades do Mediterrâneo produtoras de lã e especiarias desenvolveram o monopólio das rotas comerciais através da liga hanseática.
- (d) as cidades da região dos Pirineus monopolizaram o comércio de produtos orientais, dominando a Rota da Champagne.
- (e) a rota do Mediterrâneo impedia o crescimento da rede de comunicação entre as cidades.

51 **Fuvest** *O ar da cidade torna um homem livre.*

Adágio popular.

Analise o significado desse adágio popular, no quadro do desenvolvimento das cidades europeias, a partir da Baixa Idade Média.

52 **Fuvest** *Se voveres a lembrança ao Gênesis, entenderás que o homem retira da natureza o seu sustento e a sua felicidade. O usurário, ao contrário, nega a ambas, desprezando a natureza e o modo de vida que ela ensina, pois outros são no mundo seus ideais.*

Dante Alighieri. "Inferno, canto XI". *A divina comédia.*
Tradução de Hernani Donato.

Esta passagem de Dante Alighieri exprime:

- (a) uma visão já moderna da natureza, que aqui aparece sobreposta aos interesses do homem.
- (b) um ponto de vista já ultrapassado no seu tempo, posto que a usura era uma prática comum e não mais proibida.
- (c) uma nostalgia da Antiguidade greco-romana, onde a prática da usura era severamente coibida.
- (d) uma concepção dominante na Baixa Idade Média, de condenação à prática da usura por ser contrária ao espírito cristão.
- (e) uma perspectiva original, uma vez que combina a prática da usura com a felicidade humana.

53 **Vunesp** Sobre as associações de importantes grupos sociais da Idade Média, um historiador escreveu:

Eram cartéis que tinham por objetivo a eliminação da concorrência no interior da cidade e manutenção do monopólio de uma minoria de mestres no mercado urbano.

Jacques Le Goff. *A civilização do Ocidente Medieval.*

O texto caracteriza de maneira típica:

- (a) as universidades medievais.
- (b) a atuação das ordens mendicantes.
- (c) as corporações de ofício.
- (d) o domínio dos senhores feudais.
- (e) as seitas heréticas.

54 **Mackenzie** *Diante da crise agrária, fazia-se necessária a conquista de novas áreas produtivas; diante da crise demográfica, fazia-se necessário o domínio sobre outras populações; diante da crise social, fazia-se necessário um monarca forte; diante da crise espiritual, fazia-se necessária uma nova visão de Deus e do homem. Começavam os novos tempos.*

Hilário Franco Júnior.

O fragmento faz referência:

- (a) ao processo de dissolução da ordem feudal.
- (b) à expansão do Império Romano por meio da conquista do Mediterrâneo.
- (c) à formação do Sistema Feudal.
- (d) à fragmentação do Sistema Absolutista.
- (e) ao expansionismo do Império Árabe e religião islâmica.

55 **UFSC (Adapt.)** *Foi da progressiva centralização do poder dos reis sobre os feudos medievais que surgiram as modernas nações, os governos e as instituições nacionais.*

Assinale a alternativa que não se relaciona com o texto citado:

- (a) A luta entre as classes sociais foi o traço essencial ao fortalecimento do poder real.
- (b) As leis nacionais aplicadas por juizes nomeados pelos reis foram impondo-se a todo país, ultrapassando as leis tradicionais dos feudos.
- (c) O aparecimento do Estado moderno caracterizou-se também pelo surgimento de um exército nacional que garantia o monopólio da força dentro de seu território.

- (d) O processo de centralização do poder ocorreu em toda Europa Ocidental, com exceção de dois países, Itália e Alemanha, cuja unidade só foi conseguida no século XIX.
- (e) Durante a guerra de reconquista foi se processando a união dos reinos ibéricos,

56 No processo de formação dos Estados Nacionais da França e da Inglaterra podem ser identificados os seguintes aspectos:

- (a) fortalecimento do poder da nobreza e retardamento da formação do Estado Moderno.
- (b) ampliação da dependência do rei em relação aos senhores feudais e à Igreja.
- (c) desagregação do Feudalismo e centralização política.
- (d) diminuição do poder real e crise do Capitalismo comercial.
- (e) enfraquecimento da burguesia e equilíbrio entre o Estado e a Igreja.

57 A Magna Carta (1215) reveste-se de grande importância porque:

- (a) assegurava aos homens livres proteção contra as arbitrariedades do poder político.
- (b) solucionava o conflito entre o Estado e a Igreja, decorrente do assassinato do arcebispo Thomas Beckett.
- (c) eliminava a influência política dos condes e barões na vida inglesa.
- (d) fazia com que a estrutura do governo inglês perdesse as características feudais;
- (e) pôs fim à longa disputa com Felipe II sobre os feudos ingleses na França.

58 Sobre a Carta Magna inglesa de 1215, é correto afirmar que:

- (a) foi assinada pelo rei João Sem-Terra, consolidando a separação entre a Inglaterra e o papa, tornando-o chefe da Igreja.
- (b) determinou que os bens da Igreja passariam às mãos da nobreza inglesa que apoiava o rei João Sem-Terra, instituindo a monarquia constitucional.
- (c) proclamou o rei João Sem-Terra, Lorde Protetor da Inglaterra, Escócia e Irlanda, desencadeando uma onda de nacionalismo extremado.
- (d) foi imposta pela nobreza inglesa ao rei João Sem-Terra, limitando o poder real e obrigando-o a respeitar os direitos tradicionais de seus vassallos.
- (e) criou o Parlamento inglês bicameral constituído pelas câmaras dos lordes e dos comuns, impondo ao rei João Sem-Terra a declaração dos Direitos “*Bill of Rights*”.

59 No século XIII, os barões ingleses, contando com o apoio de alguns mercadores e religiosos, sublevaram-se contra as pesadas taxas e outros abusos. O rei João Sem-Terra acabou aceitando as exigências dos vassallos sublevados e assinou a Magna Carta. Pode-se afirmar que o documento apresenta importante legado do Mundo Medieval porque:

- (a) reafirma o princípio do poder ilimitado dos monarcas para fixar novos tributos.
- (b) freou as lutas entre os cavaleiros e instituiu o Parlamento, subdividido em duas Câmaras.
- (c) assegurava antigas garantias a uma minoria privilegiada, mas veiculava princípios de liberação política.
- (d) limitou as ambições políticas dos papas, mesmo tratando-se de um contrato feudal.
- (e) proclamava os direitos e as liberdades do homem do povo, através de 63 artigos.

60 **Fuvest** *Quanto às galeras fugitivas, carregadas de doentes e feridos, tiveram que enfrentar, no rio Nilo, os navios dos muçulmanos que barravam sua passagem e foi um massacre quase total: os infiéis só pouparam aqueles que pudessem ser trocados por um bom resgate. A cruzada estava terminada. E foi cativo que o rei entrou em Mansourah, extenuado, consumido pela febre, com uma disenteria que parecia a ponto de consumi-lo. E foram os médicos do sultão que o curaram e o salvaram.*

Joinville, *Livro dos fatos – A primeira Cruzada de São Luís*.

Os acontecimentos descritos pelo escritor Joinville, em 1250, revelam que as Cruzadas foram:

- (a) organizadas pelos reis católicos, em comum acordo com chefes egípcios, para tomar Jerusalém das mãos dos muçulmanos.
- (b) consequência das atrocidades dos ataques dos islâmicos nas regiões da Península Ibérica.
- (c) uma resposta ao domínio do militarismo árabe que ameaçava a segurança dos países cristãos e do papado.
- (d) um movimento de expansão de reis cristãos e da Igreja romana nas regiões do mundo islâmico.
- (e) expedições militares organizadas pelos reis europeus em represália aos ataques dos bizantinos a Jerusalém.

61 A prosperidade das cidades medievais (século XII a XIX), com seus mercadores e artesãos, suas universidades e cate-drais, foi possível graças:

- (a) à diminuição do poder político dos senhores feudais sobre as comunidades camponesas que passaram a ser protegidas pela Igreja.
- (b) à união que se estabeleceu entre o Feudalismo, que dominava a vida rural, e o Capitalismo, que dominava a vida urbana.
- (c) à subordinação econômica, com relação aos camponeses, e política, com relação aos senhores feudais.
- (d) ao aumento da produção agrícola feudal, decorrente tanto da incorporação de novas terras quanto de novas técnicas.
- (e) à existência de um poder centralizado que obrigava o campo a abastecer prioritariamente os setores urbanos.

62 A respeito das cidades medievais, é correto afirmar que:

- (a) as cidades da Idade Média Central (séculos XI-XIII), constituídas no interior do sistema feudal, desvincilharam-se das atividades agrícolas e significaram uma completa ruptura com relação ao cenário rural dominante.

- (b) encravadas no mundo rural, as cidades da Idade Média Central (sécs. XI-XIII) representaram uma profunda alteração com relação às cidades da Antiguidade Clássica na medida em que passaram a constituir principalmente centros econômicos, onde, além do comércio, desenvolveram a especialização de funções e a divisão social do trabalho.
- (c) as cidades da Idade Média Central (séculos XI-XIII) estabeleceram-se a partir dos modelos da Antiguidade Oriental, recriando, em novas condições históricas, as instituições políticas características do mundo helenístico.
- (d) o desenvolvimento e a proliferação das cidades da Idade Média Central (séculos XI-XIII) ocorreu em um contexto de retração econômica decorrente, entre outros fatores, da diminuição das áreas cultivadas, da queda acentuada do volume de mão de obra e da estagnação das técnicas agrícolas.
- (e) a expansão urbana da Idade Média Central (séculos XI-XIII) foi decisiva para o desenvolvimento de uma nova sensibilidade religiosa, na qual o modelo da Jerusalém Celestial esteve presente e estimulou o aparecimento de grupos religiosos essencialmente urbanos, como os clunienses e os cistercienses.

63 Mackenzie *Na Europa, nos séculos XIV e XV, vemos eclodir e prolongar-se uma crise da sociedade feudal. Não a última. Ainda que o declinar do mundo feudal dure relativamente menos tempo que o do mundo antigo, ocupa, não obstante, também vários séculos (XV-XVIII), até o momento em que uma nova classe, a burguesia, persegue conscientemente sua destruição e sua substituição.*

Charles Parris.

Assinale a alternativa que não apresenta fator ou fatores responsáveis pela crise da sociedade feudal europeia.

- (a) A crescente centralização do poder monárquico nas mãos dos reis, em contrapartida ao poder dos senhores feudais.
- (b) A retração econômica e a crise demográfica, resultantes da diminuição da produtividade do solo.
- (c) Os valores cristãos e o sucesso das cruzadas em prolongar e expandir o modelo de sociedade feudal pelo Oriente.
- (d) uma série de insurreições camponesas, como, por exemplo, Jacqueries, na França.
- (e) a transformação gradual das relações servis de produção, em relações assalariadas.

64 Entre os anos de 1315 e 1317, chuvas extremamente fortes e constantes atingiram, de forma inesperada, parte significativa da Europa, ao norte dos Alpes. Pode-se relacionar esse episódio à:

- (a) série de transformações climáticas enfrentadas pela Europa desde o século VIII, que derivaram do uso intenso de materiais poluentes nas fábricas e nas guerras.
- (b) devastação florestal ocorrida na busca de mais terras cultiváveis para abastecer a população que, em virtude de inovações tecnológicas e do controle temporário das pestes, crescia rapidamente.

- (c) escassez de recursos de controle de pluviosidade pelos feudos, desestruturados após as revoltas de servos, que se transferiram para as cidades e fizeram ressurgir o comércio entre as várias partes da Europa.
- (d) religiosidade dos povos locais que conseguiram, com sua fé, obter as chuvas necessárias para o sucesso da produção agrícola e o decorrente aumento na produção de alimentos.
- (e) inexistência de alternativas de irrigação de áreas agricultáveis, o que forçava os senhores de terras a recorrer exclusivamente às chuvas para manter suas plantações vivas.

65 Os problemas das heranças feudais, que haviam confundido destinos e províncias, tornaram inevitáveis a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra. A eclosão desse conflito:

- (a) deu-se no primeiro quartel do século XI, a partir de problemas na sucessão do trono francês sobre o qual a Inglaterra tinha fortes interesses.
- (b) teve como causa principal a disputa pela região de Flandres, que feudatária da França, atraía fortes interesses econômicos da Inglaterra.
- (c) ocorreu na primeira metade do século XIV, a partir da disputa entre os dois países sobre inúmeros territórios flamengos e italianos.
- (d) foi provocada pelas disputas políticas entre a Rosa Vermelha (de Lancaster) e a Rosa Branca (de York).
- (e) aconteceu por causa de interesses manufatureiros da França sobre Flandres, região feudatária da Inglaterra.

66 A peste, a fome e a guerra constituíram os elementos mais visíveis e terríveis do que se conhece como a crise do século XIV. Como consequência dessa crise, ocorrida na Baixa Idade Média:

- (a) o movimento de reforma do cristianismo foi interrompido por mais de um século, antes de reaparecer com Lutero e iniciar a modernidade.
- (b) o campesinato, que estava em vias de conquistar a liberdade, voltou novamente a cair, por mais de um século, na servidão feudal.
- (c) o processo de centralização e concentração do poder político intensificou-se até se tornar absoluto, no início da modernidade.
- (d) o Feudalismo entrou em colapso no campo, mas manteve sua dominação sobre a economia urbana até o fim do Antigo Regime.
- (e) entre as classes sociais, a nobreza foi a menos prejudicada pela crise, ao contrário do que ocorreu com a burguesia.

67 Em 1358, a França, abalada pela Guerra dos Cem Anos, por crises e epidemias, foi assolada por uma revolta camponesa, a Jacquerie.

- a) Justifique o caráter antifeudal da revolta.
- b) Cite três grandes calamidades do século XIV.

68 O século XIV é conhecido como século de crise e de grande depressão em quase todos os setores da vida no Ocidente europeu. Indique as principais razões dessa crise.

69 A partir da Baixa Idade Média, os primeiros sintomas de esgotamento do Feudalismo foram acompanhados por um processo ao qual se dá o nome de Renascimento Comercial e Urbano na Europa. Assinale a alternativa que não pode ser considerada como um fator desse Renascimento Comercial e Urbano.

- (a) A crise do modo de produção feudal, motivada pela superexploração dos trabalhadores, através das relações servis de produção.
- (b) Uma maior disponibilidade de mão de obra em virtude do aumento populacional e da estagnação da produção servil.
- (c) A predominância cultural e ideológica da Igreja, com a valorização da vida extraterrena, a condenação da usura e sua posição em relação ao “justo preço” das mercadorias.
- (d) O movimento cruzadista que se estendeu até meados do século XIII.
- (e) A aquisição das “Cartas de Franquia”, o que fortalecia as cidades e libertava a nascente burguesia das obrigações e tributos feudais.

70 Relacione as colunas e assinale a alternativa correta.

1. Corporações de Ofício
2. Guildas
3. Hansas
4. Burgos
5. Cidades Francas

- Núcleos urbanos que surgiram ao redor dos castelos e que deram origem a várias cidades medievais.
- Associações de artesãos nas cidades medievais, formadas por mestres, jornaleiros e aprendizes.
- Cidades que compravam a liberdade junto a um senhor feudal.
- Associações de mercadores nas cidades medievais.
- Liga formada por cidades comerciais, na Baixa Idade Média.

- (a) 3, 1, 4, 2 e 5 (c) 5, 3, 4, 1 e 2 (e) 2, 4, 5, 1 e 2
- (b) 2, 3, 4, 5 e 1 (d) 4, 1, 5, 2 e 3

71 Na transição do Feudalismo para o Capitalismo tivemos:

- (a) a transformação de uma sociedade estamental, com fraca mobilidade vertical e posições sociais pela origem de nascimento, para uma sociedade de classes, com grande mobilidade vertical e posições sociais determinadas pelo poder econômico.
- (b) a transformação de uma sociedade de classes, com grande mobilidade vertical, para uma sociedade estamental, com fraca mobilidade vertical.
- (c) a passagem de uma sociedade de classes para uma sociedade de castas.
- (d) a desorganização de uma sociedade patriarcal, com a passagem para outra estamental.
- (e) a mudança de uma sociedade de castas para outra estamental.

72 Mackenzie Muitos artistas e filósofos do Renascimento escreveram sobre a natureza e o seu valor para a arte, mas nenhum foi tão bom observador como Leonardo da Vinci. A prova, tanto da sua curiosidade insaciável como de seu entendimento profundo da natureza, pode encontrar-se nos seus muitos desenhos e livros de notas.

O mundo do renascimento.

Dentre as principais características do movimento denominado Renascimento Cultural, encontradas nas obras de Leonardo da Vinci, podemos destacar:

- (a) o bidimensionalismo estético e a desvalorização do ser humano.
- (b) o naturalismo e o geocentrismo.
- (c) o antropocentrismo e o humanismo.
- (d) o teocentrismo e o uso de conceitos irracionais abstratos.
- (e) a arte humanista e a ausência da perspectiva linear.

73 Fuvest No campo científico e matemático, o processo da investigação racional percorreu um longo caminho. Os Elementos, de Euclides, a descoberta de Arquimedes sobre a gravidade, o cálculo por Eratóstenes do diâmetro da terra com um erro de apenas algumas centenas de quilômetros do número exato, todos esses feitos não seriam igualados na Europa durante 1500 anos.

Moses I. Finley. Os gregos antigos.

O período a que se refere o historiador Finley, para a retomada do desenvolvimento científico, corresponde:

- (a) ao helenismo, que facilitou a incorporação das ciências persa e hindu às de origem grega.
- (b) à criação das universidades nas cidades da Idade Média, onde se desenvolveram as teorias escolásticas.
- (c) ao apogeu do Império Bizantino, quando se incentivou a condensação da produção dos autores gregos.
- (d) à expansão marítimo-comercial e ao Renascimento, quando se lançaram as bases da ciência moderna.
- (e) ao desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra, que conseguiu separar a técnica da ciência.

74 PUC-SP

[...] Outras coisas que viu, mui numerosas,
 Pedem tempo que o verso meu não dura,
 Pois lá encontrou, guardadas e copiosas,
 Mil coisas de que andamos à procura.
 Só de loucura não viu muito ou pouco
 Que ela não sai de nosso mundo louco.
 Mostrou-se-lhe também o que era seu,
 O tempo e as muitas obras que perdia, [...]
 Viu mais o que ninguém suplica ao céu,
 Pois todos cremos tê-lo em demasia:
 Digo o siso, montanha ali mais alta
 Que as erguidas do mais que aqui nos falta.

Ludovico Ariosto. Orlando Furioso.
 São Paulo: Ateliar, 2002. p. 261.

O trecho citado, de um livro de 1516, narra parte da viagem imaginária à Lua. Lá, o personagem encontra o que não há na Terra e não encontra o que aqui há em excesso. Pode-se identificar o caráter humanista do texto na:

- (a) certeza, de origem cristã, de que a reza (suplicar ao céu) é a única forma de se obter o que se busca.
- (b) constatação da pouca razão (siso) e da grande loucura existente entre os homens.
- (c) aceitação da limitada capacidade humana de fazer poesia (o verso meu não dura).
- (d) percepção do desleixo e da indiferença humanos (o tempo e as muitas obras que perdia).
- (e) ambição dos homens em sua busca de bens (Mil coisas de que andamos à procura).

75 Vunesp ... tenho sido, durante muitos anos, um aderente à teoria de Copérnico. Isto me explica a causa de muitos fenômenos que são ininteligíveis por meio de teorias geralmente aceitas. Eu tenho coligido muitos argumentos para refutar estas últimas, mas eu não me arriscaria a levá-los à publicação. Há muito tempo que estou convencido de que a Lua é um corpo como a Terra. Descobri também uma multidão de estrelas fixas, a princípio invisíveis, ultrapassando mais de dez vezes as que se podem ver a olho nu, formando a Via Láctea.
Carta de Galileu a Kepler, 1597.

Galileu não se arriscava a publicar essas ideias por temer:

- (a) a oposição que sofreria por parte de seus alunos e colegas da Universidade de Pisa, onde lecionava.
- (b) ser considerado um plagiador das ideias heliocêntricas defendidas por Copérnico e por alguns sábios florentinos.
- (c) que seus pressupostos geocêntricos contribuíssem para aumentar as hostilidades contra a Igreja Católica.
- (d) que seus superiores o expulsassem da Ordem dos Franciscanos, à qual pertencia desde a adolescência.
- (e) ser acusado de heresia e ter de enfrentar o poderoso Tribunal do Santo Ofício, mantido pela Igreja.

76 O Renascimento, amplo movimento artístico, literário e científico, expandiu-se da Península Itálica por quase toda a Europa, provocando transformações na sociedade. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (a) o racionalismo renascentista reforçou o princípio da autoridade da ciência teológica e da tradição medieval.
- (b) houve o resgate, pelos intelectuais renascentistas, dos ideais medievais ligados aos dogmas do catolicismo, sobretudo da concepção teocêntrica de mundo.
- (c) nesse período, reafirmou-se a ideia de homem cidadão, que terminou por enfraquecer os sentimentos de identidade nacional e cultural, os quais contribuíram para o fim das monarquias absolutas.
- (d) o humanismo pregou a determinação das ações humanas pelo divino e negou que o homem tivesse a capacidade de agir sobre o mundo, transformando-o de acordo com sua vontade e interesse.
- (e) os estudiosos do período buscaram apoio na observação, no método experimental e na reflexão racional, valorizando a natureza e o ser humano.

77 FGV Nunca uma civilização dera tão grande lugar à pintura e à música, nem erguera ao céu tão altas cúpulas, nem elevara ao nível da alta literatura tantas línguas nacionais encerradas em tão exíguo espaço. Nunca no passado da humanidade tinham surgido tantas invenções em tão pouco tempo. Pois o renascimento foi, especialmente, progresso técnico; deu ao homem do Ocidente maior domínio sobre um mundo mais bem conhecido. Ensinou-lhe a atravessar os oceanos, a fabricar ferro fundido, a servir-se das armas de fogo, a contar as horas com um motor, a imprimir, a utilizar dia a dia a letra de câmbio e o seguro marítimo.

Jean Delumeau. *A civilização do renascimento*. v. 1. p. 23.

A respeito do Renascimento é correto afirmar que:

- (a) o termo foi criado no século XVI por Giorgio Vasari e transmite uma visão depreciativa da cultura clássica e valorativa da cultura medieval.
- (b) as alterações culturais experimentadas durante o Renascimento limitaram-se a questões estéticas, completamente divorciadas das transformações sociais, políticas, religiosas e econômicas do período.
- (c) cenas do Antigo Testamento, episódios da vida de Jesus, retratos de santos e mártires compunham os principais temas da arte renascentista, evidenciando uma perspectiva teocêntrica de valorização do sagrado.
- (d) a propagação da cultura renascentista esteve articulada ao impulso das atividades mercantis e ao desenvolvimento da imprensa, que possibilitou a difusão em maior escala das obras literárias.
- (e) o renascimento desenvolveu-se após a expansão industrial europeia e motivou uma atitude nostálgica com relação aos paraísos tropicais que passaram a ser retratados nas obras literárias, nas pinturas e nas composições musicais.

78 Nascido na Itália, o renascimento, movimento intelectual, científico, artístico e literário, espalhou-se pela Europa, mas de forma desigual. Considere as seguintes afirmações a respeito desse movimento.

- I. A arte renascentista tinha como característica principal a exploração dos motivos religiosos, recebendo, dessa maneira, o apoio do clero e dos mecenas.
- II. O renascimento foi um movimento que valorizou o antropocentrismo, o hedonismo, o racionalismo, o individualismo e o naturalismo.
- III. No plano político, sua principal consequência foi contribuir para o advento do absolutismo, ao laicizar a sociedade e revalorizar o Direito Romano.
- IV. O combate central das ideias renascentistas residiu na defesa das concepções de mundo baseadas no teocentrismo e na escolástica, então emergentes.
- V. A Itália acumulou maior quantidade de capital e alcançou desenvolvimento comercial e urbano invejável, gerando excedentes econômicos para se investir em obras de arte.

Está correto apenas o contido em:

- (a) I, II e III. (d) II, III e V.
- (b) I, IV e V. (e) III, IV e V.
- (c) II, III e IV.

79 Unicamp Num lugar da Mancha, vivia um fidalgo. Nosso fidalgo já beirava os cinquenta [...] e em seus momentos de ócio (ou seja, a maior parte do ano), entregava-se a devorar livros de cavalaria, com tanta paixão e gosto, que deu por esquecer por completo do exercício da caça e até mesmo da administração da fazenda.

Miguel Cervantes de Saavedra. *O engenhoso fidalgo d. Quixote de la Mancha*. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte/Brasília: Itatiaia/INL, 1984. v. 1. p. 27-8. (Adapt.).

- Cite um evento da história da Espanha medieval no qual os cavaleiros fidalgos tiveram importante atuação.
- Destaque, do texto, duas atitudes que sugerem a decadência dos cavaleiros medievais na Europa.
- Mencione duas mudanças nas sociedades medievais europeias que contribuíram para o surgimento dos Estados nacionais.

80 Unicamp Para as artes visuais florescerem no Renascimento era preciso um ambiente urbano. Nos séculos XV e XVI, as regiões mais altamente urbanizadas da Europa Ocidental localizavam-se na Itália e nos Países Baixos, e essas foram as regiões de onde veio grande parte dos artistas.

Peter Burke. *O renascimento italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999. p. 64. (Adapt.).

- Cite duas características do Renascimento.
- De que maneira o ambiente urbano propiciou a emergência desse movimento artístico e cultural?
- Por que as regiões mencionadas no texto eram as mais urbanizadas da Europa nos séculos XV e XVI?

81 Unesp Hoje não vemos em Petrarca senão o grande poeta italiano. Entre os seus contemporâneos, pelo contrário, o seu principal título de glória estava em que de algum modo ele representava pessoalmente a Antiguidade [...] Acontece o mesmo com Boccaccio [...] Antes do seu *Decameron* ser conhecido [...] admiravam-no pelas suas compilações mitográficas, geográficas e biográficas em língua latina.

Jaco Burckardt. *A civilização da renascença italiana*.

Petrarca e Boccaccio estão intimamente relacionados ao:

- nascimento do humanismo.
- declínio da literatura barroca.
- triumfo do protestantismo.
- apogeu da escolástica.
- racionalismo clássico.

82 Relacione os fatos e obras a seguir, do rico período do Renascimento, com os intelectuais e artistas que são seus protagonistas e autores:

1. A *Mona Lisa* e projetos de engenhos voadores.
 2. As pinturas *Amor sacro e Amor profano*.
 3. O projeto da cúpula da basílica de São Pedro, em Roma.
 4. A ideia de que a Terra não é o centro do universo e a morte no fogo por heresia.
 5. A criação do método indutivo de investigação científica.
- I. Ticiano

- II. Francis Bacon
- III. Leonardo da Vinci
- IV. Michelangelo
- V. Giordano Bruno

A série de relações correta é:

- (a) 1 – IV; 2 – I; 3 – II; 4 – V; 5 – III.
- (b) 1 – III; 2 – I; 3 – IV; 4 – V; 5 – II.
- (c) 1 – IV; 2 – I; 3 – III; 4 – II; 5 – V.
- (d) 1 – V; 2 – II; 3 – III; 4 – IV; 5 – I.
- (e) 1 – III; 2 – II; 3 – IV; 4 – I; 5 – V.

83 Unicamp Já fiz planos de pontes muito leves [...] Conheço os meios de destruir seja que castelo for [...]. Sei construir bombardas fáceis de deslocar, carros cobertos, inatacáveis e seguros, armados com canhões. Estou [...] em condições de competir com qualquer outro arquiteto, tanto para construir edifícios públicos ou privados como para conduzir água de um lugar para outro. E, em trabalhos de pintura ou na lavra do mármore, do metal ou da argila, farei obras que seguramente suportarão o confronto com as de qualquer outro, seja ele quem for.

Leonardo da Vinci. In: Jean Delumeau. *A civilização do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984. v. 1. p. 154.

O texto anterior é parte da carta com que Leonardo da Vinci, em 1482, pedia emprego na corte de Ludovico, o Mouro. No trecho, estão alguns dos elementos principais que caracterizam o Renascimento como movimento cultural.

- Identifique três desses elementos.
- Como se dava o patrocínio dos artistas e técnicos do Renascimento?

84 Já se observou que, enquanto a arquitetura medieval prega a humildade cristã, a arquitetura clássica e a do Renascimento proclamam a dignidade do homem. Sobre esse contraste pode-se afirmar que:

- (a) corresponde, em termos de visão de mundo, ao que se conhece como teocentrismo e antropocentrismo.
- (b) aparece no conjunto das artes plásticas, mas não nas demais atividades culturais e religiosas decorrentes do Humanismo.
- (c) surge também em todas as demais atividades artísticas, exprimindo as mudanças culturais promovidas pela escolástica.
- (d) corresponde a uma mudança de estilo na arquitetura, sem que a arte medieval como um todo tenha sido abandonada no Renascimento.
- (e) foi insuficiente para quebrar a continuidade existente entre a arquitetura medieval e a renascentista.

85 UEL Uma importante atividade intelectual, desenvolvida por Galileu, no século XV foi objeto de controvérsias, sobretudo nos meios da Igreja Católica.

O texto refere-se:

- (a) à ideia de que o conhecimento se reduzia à constatação da existência: "Penso logo existo".

- (b) à análise do mundo animal, como um espaço intermediário entre a Física e a Psicologia.
- (c) à utilização de experimentos na investigação da verdade científica.
- (d) à ideia de que a origem do conhecimento estava na dúvida metódica.
- (e) ao princípio de que a matéria atrai a matéria, na razão inversa de suas massas.

86 Miguel de Cervantes, um dos grandes expoentes renascentistas, pretendia com seu livro *Dom Quixote*:

- (a) denunciar o papel submisso da mulher, representado pela heroína Dulcineia.
- (b) exaltar os valores da cavalaria, da honra, do herói, imortalizados na figura de Dom Quixote.
- (c) fazer uma crítica aos valores medievais, satirizando-os nas figuras de Dom Quixote e Sancho Pança.

- (d) mostrar a inutilidade da luta contra a Igreja, utilizando a imagem de Dom Quixote lutando contra os moinhos de vento.
- (e) satirizar a figura do monarca absoluto, ao entronizar Sancho Pança como rei da imaginária Ilha da Cocalha.

87 UFMG *Que obra de arte é o homem: tão nobre no raciocínio, tão vário na capacidade; em forma e movimento, tão preciso e admirável; na ação é como um anjo; no entendimento é como um Deus; a beleza do mundo, o exemplo dos animais.*

William Shakespeare. *Hamlet*.

O valor renascentista expresso nesse texto é:

- (a) o antropomorfismo.
- (b) o hedonismo.
- (c) o Humanismo.
- (d) o individualismo.
- (e) o racionalismo.

TEXTOS COMPLEMENTARES

O problema da servidão

Seria insuficiente e perigoso caracterizar essencialmente o modo de produção feudal pela “servidão”, sem precisar de que tipo e de que nível de servidão se trata. Engels o diz expressamente em várias cartas a Marx, em dezembro de 1822:

“É indubitável que a servidão e a submissão à prestação pessoais não são uma forma especificamente medieval ou feudal. Encontramo-las em toda parte sempre que o conquistador, para seu proveito, faz cultivar a terra pelos antigos habitantes. Desde cedo, isto ocorre, por exemplo, na Tessália. Esse fato chegou inclusive a conturbar minha visão e a de muitos outros, no que concerne à servidão na Idade Média. Estávamos inclinados a baseá-la somente na conquista. Isso fazia a coisa tão fácil, tão coerente [...]”

Toda a investigação histórica mais recente justifica essa advertência. A servidão medieval, na sua fase clássica, não provém exclusivamente de uma imposição súbita pela conquista, nem de uma evolução unilateral a partir de um estatuto servil antigo (colonato ou escravidão antiga). A servidão ou vassalagem resulta da convergência espontânea, sob a pressão conjugada dos fatos e da ação – paciente ou brutal – das classes dominantes, de estatutos pessoais bastante variados, que tendiam a uma situação de fato cada vez mais uniforme. O direito segue o fato. Cristaliza-o, não o cria.

Da mesma forma, no curso do período declinante da sociedade feudal, as condições econômicas (em graus diversos segundo as regiões) podem favorecer uma evolução que conduz da servidão à liberdade. Mas esse fenômeno não se produz em todos os lugares ou pelo menos não se produz no mesmo ritmo. Não há portanto um “quadro” social possível, esquemático e que seja válido para toda parte. Existem lugares onde o servo podia, no século X, abandonar sua exploração, sendo sempre o homem em propriedade de seu amo. Mas, em outros, no século XVI, o antigo homem livre



Um clérigo, um cavaleiro e um servo. Símbolo da estrutura social da Idade Média.

que não tinha vínculo pessoal com nenhum senhor ficava, em contrapartida vinculado à sua exploração agrícola e já não a podia abandonar livremente. Isso é o que Engels chama “os inumeráveis graus de submissão à prestação pessoal e à vassalagem”, numa carta na qual distingue, referindo-se à Alemanha, a servidão marcada dos séculos IX e X, a servidão atenuada dos séculos XIII e XIV e a servidão regenerada do século XVI.

Por isso, da mesma forma que a escravidão não apresentou sempre e em toda parte um caráter de coação e desumanidade tão acentuados como na época de seu maior desenvolvimento, sem que por isso deixemos de falar em escravismo, da mesma forma seria abusivo considerar que o desaparecimento da forma clássica, típica da servidão, significa uma transformação fundamental do



Iluminura de 1510-1520 mostrando colheita de uvas em setembro.

modo de produção feudal. Ainda que algumas guerras camponesas consigam suprimir a servidão feudal, nem por isso terminam com os direitos feudais (Catalunha, século XV). Se os camponeses perdem a guerra (Alemanha, século XVI) a servidão, em vias de ser

A crise geral do Feudalismo

Durante os cem anos que se seguiram, uma crise geral iria abalar todo o continente europeu. Veremos que essa crise, retrospectivamente, apareceu como linha divisória dos destinos da Europa. As suas causas estão ainda por estudar e analisar de modo sistemático, embora os elementos do fenômeno estejam já bem determinados. O fator mais profundo dessa crise geral reside provavelmente, porém, no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite das suas capacidades últimas. Parece particularmente claro que o motor básico que impulsionara durante três séculos toda a economia feudal, a recuperação das terras incultas, acabou por levá-lo para além dos limites objetivos da estrutura do terreno e da sociedade. A população continuava a aumentar enquanto era cada vez menor a rentabilidade das terras marginais ainda suscetíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioravam-se por causa dos erros de exploração e do caráter febril destas atividades. As últimas reservas de terras recuperadas de novo eram geralmente de fraca qualidade, com solos úmidos ou de reduzida profundidade, mais difíceis de cultivar, e nelas só se semeavam culturas inferiores, como a aveia. As terras arroteadas há mais tempo, por outro lado, achavam-se envelhecidas e esgotadas pela própria antiguidade do seu cultivo. O incremento da cultura de cereais fizera-se à custa de uma redução das pastagens: com isso sofrera, conseqüentemente, a criação de gado e o fornecimento de estrume para a lavoura. Assim, o progresso da agricultura medieval exigiu o seu próprio preço. O desbravamento de florestas e terras incultas não fora acompanhado

atenuada, é restabelecida. Não esqueçamos que na Europa oriental esta não desaparecerá senão depois de 1860.

Tampouco devemos esquecer que a colonização espanhola na América instala, mediante o sistema das *encomiendas*, uma variante da servidão. Grupos de índios eram confinados (*encomendados*) a um colono. Este devia “proteger” e catequizar os índios que trabalhavam para ele, assegurando sua própria subsistência. Essa submissão dos que trabalham aos que têm armas revela que o sistema está diretamente inspirado na Europa feudal. Por outro lado, como os *encomenderos* eram designados pela poderosa Monarquia espanhola, ou por seus agentes, a superestrutura neste caso era muito diferente daquela da Idade Média. Por outra parte, nas plantações tropicais (açúcar em Cuba) se impôs, em seguida, uma volta à grande propriedade cultivada por escravos em lugar da *encomienda* de espírito feudal.

Portanto, não devemos crer que se produz uma evolução contínua e unilateral do escravismo antigo à servidão, e da servidão à liberdade. A servidão nasce ou renasce da escravidão progressiva do camponês livre, mais do que de uma atenuação da condição de escravo. Sua própria atenuação, seu próprio desaparecimento, depende por sua vez de condições objetivas em cada região, e do vigor e alcance da luta de classes. O desaparecimento da servidão no plano jurídico permitiu que subsistissem numerosas cargas e vínculos nascidos do modo de produção feudal.

Charles Parain. In: Theo Santiago (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*. São Paulo: Contexto, 2006.

por um correspondente trabalho de conservação nos casos mais favoráveis; os fertilizantes quase não eram aplicados e por isso o solo da superfície empobrecia rapidamente; as inundações e as tempestades de poeiras tornaram-se mais frequentes. Além disso, a diversificação da economia feudal europeia, com o aumento do comércio internacional, levou algumas regiões a uma diminuição da produção de cereais em benefício de outros ramos da agricultura (vinho, linho, lã e gado) e, conseqüentemente, a uma crescente dependência das importações, com os perigos inerentes.

Nesse panorama de equilíbrio ecológico cada vez mais instável, a expansão demográfica podia converter-se em superpopulação aos primeiros golpes de uma má colheita. Os primeiros anos do século XIV depressa seriam maculados por esses desastres: 1315-16 foram anos de fome na Europa. Começou o abandono das terras e a taxa de natalidade baixou, antes até dos cataclismos que mais tarde se abateram sobre o continente. Em algumas regiões, como o centro da Itália, as extorsões de rendas aos camponeses haviam já começado, no século XIII, a fazer baixar a sua taxa de reprodução. Simultaneamente, a economia urbana chocava-se então com graves obstáculos ao seu desenvolvimento. Não há razões para crer que a pequena produção mercantil sobre a qual se baseavam as manufaturas tivesse sido ainda seriamente travada pelas restrições impostas pelas guildas e pelo monopolismo patricio que governava as cidades. Mas o veículo fundamental de circulação de mercadorias fora, sem dúvida, apanhado pela crise: a partir das primeiras décadas do século XIV, uma escassez geral



Ilustração de *Um espelho para donzelas*, manuscrito do século XII destinado às freiras noviças, em que camponeses de uma herdade feudal trabalham na colheita.

de dinheiro não deixou por certo de afetar a banca e o comércio. As razões subjacentes a esta crise monetária são obscuras e complexas, mas um dos fatores fundamentais residia nas limitações objetivas das próprias forças produtivas. Tal como na agricultura, também na extração mineira se atingira uma barreira técnica em que a exploração se tornara inviável ou fisicamente perigosa. A extração da prata, a que andava organicamente ligado todo o setor

urbano e monetário da economia feudal, deixou de ser praticável ou lucrativa nos principais filões da Europa central, pois não havia forma de cavar jazigos mais fundos ou de depurar o minério menos rico. A extração de prata quase cessou no século XIV. Em Goslar, havia queixas sobre a subida do nível da água no fundo dos poços; também nas minas da Boêmia houve problemas com a água. A recessão começara na Áustria já no século XIII. Em Deutschbrod, a atividade mineira parou em 1321, em Freisach por volta de 1350 e em Brandes, nos Alpes franceses, cerca de 1320. A escassez dos metais levou a constantes aviltamentos da moeda em todos os países e, por conseguinte, a uma inflação galopante.

Essa situação produziu, por sua vez, um alargamento do fosso entre os preços das cidades e os preços agrícolas. O decréscimo da população provocou uma contração na procura de bens de subsistência, de forma que os preços dos cereais caíram verticalmente depois de 1320. As manufaturas urbanas e as mercadorias de alto preço produzidas para o consumo dos senhores, pelo contrário, beneficiavam-se de uma clientela relativamente fixa, de elite, e tornaram-se progressivamente mais caras. Esse processo contraditório afetou violentamente a classe nobre, pois o seu modo de vida tornara-se progressivamente mais dependente das mercadorias de luxo produzidas nas cidades (o século XIV iria assistir ao apogeu da ostentação feudal; a moda da corte da Borgonha conquistava a Europa inteira), enquanto a exploração da reserva e as prestações dos servos dos domínios produziam um rendimento cada vez mais baixo. Esse estado de coisas arrastou consigo a queda dos rendimentos senhoriais, a qual, por sua vez, deu azo a uma onda bélica sem precedentes, à medida que os cavaleiros tentavam reconstituir pelo saque suas fortunas.

Perry Anderson. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1982. p. 221-5.

A Jacquerie

Neste tempo revoltaram-se os Jacques em Beauvoisin, e começaram a ir em direção de Saint-Leu d'Esserent e de Clermont no Beauvoisin. Entre eles estava um homem muito sabedor e bem falante, de bela figura e forma. Este tinha por nome Guilherme Carlos. Os Jacques fizeram-no seu chefe. Mas ele viu bem que eram gente miúda, pelo que se recusou a governá-los. Mas, de fato, os Jacques tomaram-no e fizeram dele seu chefe, com um homem que era hospitário, que tinha visto guerras. Também as tinha visto Guilherme Carlos, que lhes dizia que se mantivessem unidos. E quando os Jacques se viram em grande número, perseguiram os homens nobres, mataram vários e ainda fizeram pior, como gente tresloucada, fora de si e de baixa condição. Na realidade, mataram muitas mulheres e crianças nobres, pelo que Guilherme Carlos lhes disse muitas vezes que se excediam demasiadamente; mas nem por isso deixaram de o fazer.

Então, Guilherme Carlos viu bem que as coisas não podiam ficar assim; porque, se eles se separassem, os gentis-homens cair-lhes-iam em cima. Portanto, enviou os mais prudentes e os mais notáveis perante o preboste dos mercadores de Paris e escreveu-lhe que estava pronto a ajudá-lo e que ele também o ajudasse e socorresse, se necessário fosse. Por isso, ficaram contentes os generais dos três Estados e escreveram a Guilherme Carlos que estavam prontos a prestar-lhe socorro. Estes Jacques vieram até Gaillefontaine. A condessa de Valois, que aí estava, desconfiou deles, fez-lhes boa cara e mandou dar-lhes víveres. Porque eles estavam acostumados a que, pelas cidades e lugares por onde passavam, as pessoas, mulheres ou homens, pusessem as mesas nas ruas; aí comiam os Jacques e depois passavam adiante, incendiando as casas dos gentis homens.

M. Simeon Luce. *Crônica dos Quatro Primeiros Valois*. In: *Antologia de textos históricos e medievais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976. p. 332-3.

A peste negra em Florença

Digo, pois, que já havíamos chegado ao ano profícuo da Encarnação do Filho de Deus, de 1348, quando na egrégia cidade de Florença, mais bela do que qualquer outra cidade itálica,

sobreveio a mortífera pestilência. Por iniciativa dos corpos superiores, ou em consequência das nossas ações iníquas, esta pestilência, lançada sobre os mortais por justa ira de Deus e para

nossa expiação, começara nas plagas orientais, alguns anos antes. Essa pestilência privara aquelas plagas de inumerável quantidade de pessoas vivas. Sem tréguas, passara de um lugar a outro; e expandira-se miseravelmente para o Ocidente.

Naquela cidade de Florença, cuidado algum valeu, nem importou qualquer providência humana. A praga, quase no início da primavera do ano referido, começou, a despeito de tudo, a mostrar, horrivelmente, e de modo miraculoso, os seus efeitos. De muita imundície a cidade se purificou, por obra de funcionários para tal fim admitidos. Proibiu-se a entrada, nela, de qualquer enfermo. Muitos conselhos se distribuíram, para a conservação do bom estado sanitário. De nada valeram as súplicas humildes, feitas em grande número, ora por pessoas devotas isoladas, ora por procissões humanas alinhadas, e ora por outras formas dirigidas a Deus.

A peste não se comportou, em Florença, como se comportara no Oriente. No Oriente, a saída do sangue, pelo nariz, fosse lá de quem fosse, constituía sinal manifesto de morte inevitável. Em Florença, no começo, apareciam, tanto nos homens como nas mulheres, seja na virilha, seja na axila, determinadas inchações. Destas, algumas cresciam como maçãs; outras, como ovo; umas cresciam mais; outras menos; o vulgo dava-lhes a denominação de bubões. Das duas partes mencionadas do corpo, dentro em breve o citado tumor mortífero passava a repontar e a surgir por toda parte. Logo após, o aspecto da enfermidade começou a modificar-se; ela passou a pôr manchas negras ou lívidas nos doentes. Essas manchas se faziam presentes nos braços, nas coxas e em outras partes do corpo. Em algumas pessoas, as manchas se faziam grandes e raras; em outras, pequenas e abundantes. E, assim como primeiro, o bubão fora, e ainda continuava a ser, indício fatal de futura morte, assim também as manchas se tornaram mortíferas, depois, para aqueles em que elas se instalavam. [...]

No condado – deixemos de lado os castelos, que, na sua pequenez, se assemelhavam às cidades – os trabalhadores, míseros e pobres, morriam. Caíam sem vida, pelas vilas esparsas e

pelos campos, juntamente com suas famílias, sem qualquer auxílio de médico, nem ajuda de servidor; morriam, não como homens, e sim como animais, pelas ruas, plantações, pelas casas, de dia e de noite, indiferentemente. Em consequência, os operários do campo, perturbados nos seus costumes, e como que transformados em habitantes lascivos da cidade, não se preocupavam com coisa alguma, nem coisa alguma desejavam fazer. Todos, como se esperassem pelo dia em que se veriam levados pela morte, esforçavam-se, com o máximo de diligência, não no sentido de ajudar a produção dos frutos futuros dos animais e das terras, bem como das passadas canseiras, e sim no sentido de consumir os frutos que se achavam presentes. Aconteceu, assim, que os bois, muars, as ovelhas, as cabras, os porcos, as galinhas, e até os cães, que são tão fiéis ao homem, passaram a vagar pelos campos a seu bel-prazer, por se verem expulsos da casa dos respectivos donos. Nos campos, as forragens abandonadas não só não haviam sido recolhidas, mas também nem sequer haviam sido ceifadas. Muitos animais, quase como seres pensantes, engordavam, porque passavam bem durante o dia, passavam a noite em suas casas, e não sofriam restrições impostas por pastor algum.

Que mais se poderá dizer – deixando-se de lado o condado, para se voltar a tratar da cidade – a não ser que a crueldade do céu foi tanta – e talvez em parte o haja sido também a crueldade dos homens – que, entre março e julho, mais de cem mil criaturas humanas se tem por certo que foram tolhidas da vida, dentro dos muros da cidade de Florença? Nesse total se incluem tanto os indivíduos levados pela força da pestífera enfermidade, como os que, enfermos, foram mal-atendidos, ou que se viram abandonados às suas contingências, por causa do medo que os sãos nutriam.

Antes da ocorrência do episódio mortífero, ninguém teria dito que tanta gente houvesse dentro da cidade.

Giovanni Boccaccio. *Decamerão*. São Paulo: Livraria Martins Editora. pp. 35-6 e 41.

RESUMINDO

- A divisão tradicional da História, atribuindo aos mil anos da Idade Média a condição de um único período, é totalmente falha e imprecisa.
- Um primeiro momento, sobre os escombros da ordem romana, começavam a se amalgamar características que apontavam no caminho da ruralização, da fragmentação política e do predomínio de uma elite de guerreiros. Um segundo momento mostrou a cristalização dessas características, com a consolidação do Feudalismo.
- A partir da Baixa Idade Média, a ordem feudal começa a mostrar os primeiros sintomas de esgotamento, abrindo espaço para o crescimento do comércio, a expansão em direção ao Oriente, a formação de um mundo urbano, o surgimento de uma burguesia e a formação das Monarquias nacionais. Um quarto momento é o da expressão dos valores desse mundo urbano, com o Renascimento Cultural.
- Em todos esses momentos, houve o crescimento extraordinário do poderio da Igreja Católica, enquanto elemento que atuou como um fio condutor para todo o período. Sua afirmação determinou a própria afirmação do mundo feudal. Da mesma forma, a crise deste, necessariamente, gerou a intensificação das críticas àquela, dado que mostra o vínculo orgânico entre a sociedade feudal e o poder da Igreja.

■ QUER SABER MAIS?



LIVROS

- José Rivair Macedo. *Viver nas cidades medievais*. São Paulo: Moderna (Coleção Desafios).
- Jacques Le Goff. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Exercícios complementares

1 PUC-PR O Império Bizantino ou Romano do Oriente existiu durante a Idade Média, sendo-lhe cronologicamente coincidente. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (a) Seu período de maior esplendor e expansão ocorreu sob o governo de Justiniano, que mandou fazer a codificação das leis romanas.
- (b) Sua posição geográfica correspondia às terras da parte ocidental do Império Romano.
- (c) Apresentava excessiva descentralização política, o que enfraquecia os imperadores (baliseus).
- (d) Reprimiu violentamente a heresia dos cátaros, que ameaçava a sua unidade religiosa.
- (e) A força da cultura romana fez com que o latim fosse língua de emprego geral.

2 UFV O Império Bizantino se originou do Império Romano do Oriente, reunindo diferentes povos: gregos, egípcios, eslavos, semitas e asiáticos. Em razão disso, foi preciso criar um eficiente sistema político e administrativo para dar força e coesão àquele mosaico de povos e culturas.

Sobre o Império Bizantino é incorreto afirmar que:

- (a) a religião fornecia a fundamentação do poder imperial, mas absorvia grande parte dos recursos econômicos, originando várias crises.
- (b) a intolerância religiosa não deixava espaço de autonomia para que os indivíduos escolhessem seus próprios caminhos para a salvação.
- (c) a estrutura eclesiástica era extensa e muito influente, provocando intensa espiritualidade popular e várias controvérsias teológicas.
- (d) a fusão entre poder temporal e poder espiritual permitia que o Imperador indicasse laicos para postos na hierarquia eclesiástica.
- (e) a importância política do Imperador impediu que o Patriarcado se desenvolvesse independentemente, tal como o Papado do Ocidente.

3 Unesp Assinale a alternativa correta sobre a civilização muçulmana durante o período medieval.

- (a) Os constantes ataques de invasores árabes, provenientes das áreas do Saara, criaram instabilidade na Europa e contribuíram decisivamente para a queda do Império Romano.
- (b) A civilização muçulmana não desempenhou papel significativo no período, em função da inexistência de um líder capaz de reunir, sob um mesmo estado, sunitas e xiitas.
- (c) Os pensadores árabes desempenharam papel fundamental na renovação do pensamento da Europa Ocidental, uma vez que foram responsáveis pela difusão, via Espanha muçulmana, do legado greco-romano.
- (d) O distanciamento entre muçulmanos e cristãos aprofundou-se com a pregação de Maomé, que postulou a superioridade da religião islâmica e negou-se a aceitar os tratados de paz propostos pelo Papa.

- (e) A partir do século VIII, a civilização muçulmana passou a ser regida pelo Alcorão, cujas recomendações aplicavam-se à vida cotidiana, contribuindo para o declínio do Império Otomano.

4 Vunesp Os muçulmanos entenderam que deveriam constituir uma frota para o Mediterrâneo. O resultado inicial foi a conquista de Chipre e de Rodes. A Córsega foi ocupada em 809, a Sardenha em 810, Creta em 829, a Sicília em 827. As cidades fundadas pelos gregos na Sicília foram sendo conquistadas. Palermo caiu em 831, Messina em 843, Siracusa em 848, Taormina em 902.

Jacques Risler. *A civilização árabe*, 1955.

Esta ocupação resultou:

- (a) no clima de intolerância religiosa e de perseguição ao cristianismo no conjunto das regiões ocupadas pelos árabes.
- (b) na decadência acentuada do patrimônio cultural, científico e filosófico da civilização grega antiga e clássica.
- (c) na derrocada dos regimes democráticos do Ocidente, inspirados no modelo da antiga democracia ateniense.
- (d) na reconquista, pelos muçulmanos, de muitas regiões e cidades invadidas pelo movimento das Cruzadas europeias.
- (e) no aprofundamento da crise da atividade comercial europeia, com o conseqüente deslocamento da população para os campos.

5 UFRN A política expansionista dos árabes, durante os séculos VII e VIII d. C., possibilitou-lhes o contato cultural com diferentes civilizações. Com relação ao tratamento dado a essas civilizações, os árabes:

- (a) estimulavam, nos territórios dominados, a diversificação dos costumes por meio da religião.
- (b) controlavam hábitos culturais e práticas religiosas dos povos de todas as regiões conquistadas.
- (c) respeitavam costumes e crenças das nações dominadas, permitindo-lhes manter sua identidade cultural.
- (d) promoviam intensa assimilação entre os povos dominados, por meio da cultura e da religião.

6 UFRGS Maomé, nascido em Meca, na Arábia, insatisfeito com o paganismo geralmente praticado na região, declarou ter visto o anjo Gabriel que lhe apresentara um texto com a ordem de recitá-lo. Considerando-se então o último e maior de todos os profetas, Maomé promoveu a conversão das tribos da Arábia. A era muçulmana caracterizou-se pela:

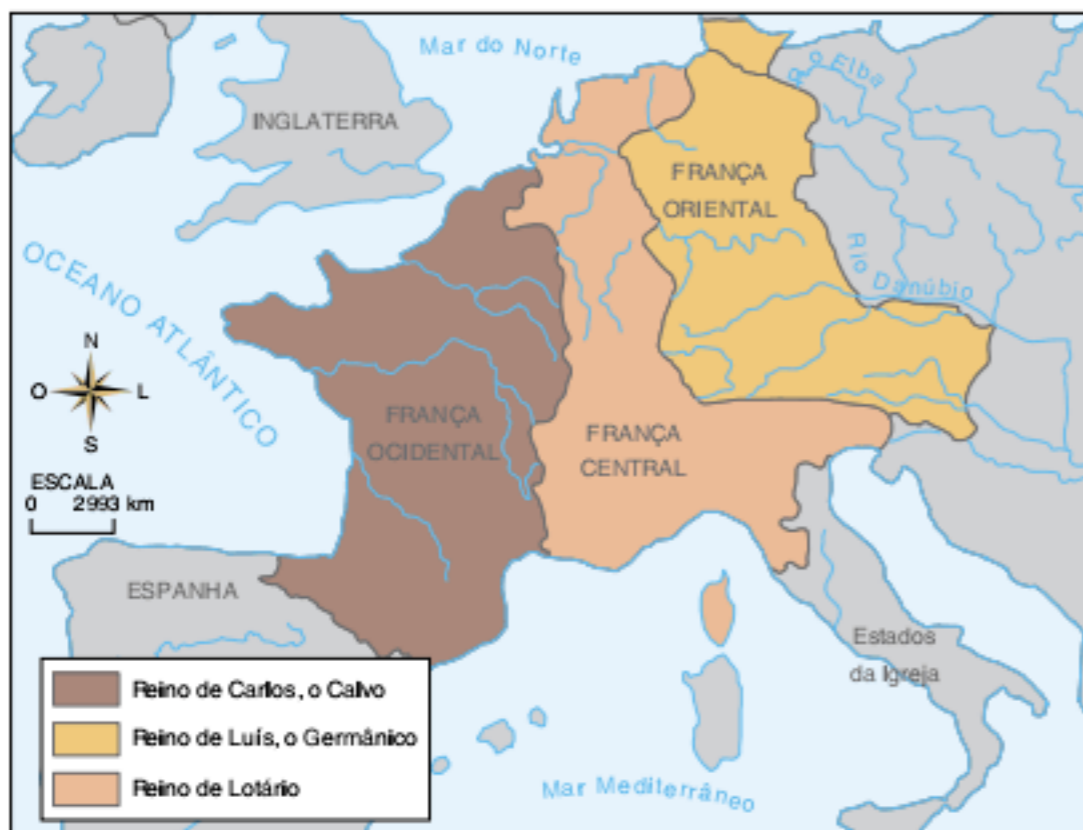
- (a) divisão das esferas de poder político e de poder religioso, constituindo um Estado laico, onde, porém, a Igreja assumia um lugar privilegiado.
- (b) expansão territorial do Islã, que se fez inclusive às custas do Império Persa e do Império Bizantino, enfraquecidos por graves crises internas.
- (c) conversão forçada dos povos conquistados à nova religião do Islã, com a proibição dos cultos judeus e cristãos e o confisco de terras.

- (d) rejeição total à assimilação da cultura dos povos conquistados e das culturas antigas, em nome da verdadeira compreensão da palavra de Deus.
- (e) proibição das concentrações urbanas, do comércio e do desenvolvimento de novas técnicas de trabalho, considerados contrários aos preceitos do Corão.

7 UFRGS Após ter sido relegada, em grande parte, ao esquecimento, a obra do pensador grego Aristóteles voltou a ter uma significativa difusão na Europa Ocidental, em especial a partir do século XII, o que pode ser atribuído:

- (a) ao interesse da Igreja Católica em fundamentar a interpretação da *Bíblia* e de seus dogmas na utilização máxima das fontes disponíveis.
- (b) à preservação e ao profundo estudo da cultura greco-romana realizados pelos muçulmanos em seus centros de cultura, como os da Península Ibérica, onde foram traduzidos para o latim inúmeros manuscritos.
- (c) ao desejo dos povos de cultura germânica de compreender e assimilar a cultura dos antigos territórios imperiais.
- (d) à ruralização generalizada que atingiu a Europa Ocidental, com o fim do urbanismo e das relações comerciais, o que motivou a elite cultural a dedicar-se aos estudos teóricos.
- (e) à ruptura religiosa entre os católicos do Ocidente e os ortodoxos bizantinos, que levou à migração de obras gregas ao Oeste do continente europeu.

8 Ufpel (Adapt.)



Esse mapa se refere à:

- (a) centralização política, na fase inicial da Idade Moderna.
- (b) divisão do Império Romano, no final da Idade Antiga.
- (c) formação dos Estados nacionais, no século XV.
- (d) Europa Ocidental, na Idade Antiga.
- (e) organização dos reinos francos, na Idade Média Ocidental.

9 Fatec As conquistas intelectuais dos árabes, ou sarracenos, foram consequência da grande expansão realizada por eles, a qual lhes possibilitou o contato com diferentes civilizações: bizantina, persa, indiana e chinesa. Ao respeitarem os costumes e crenças dos povos conquistados, os árabes acabaram por assimilar o patrimônio cultural daqueles, enriquecendo-o com contribuições próprias.

Em decorrência disso, é correto dizer que a mais importante das artes sarracenas foi:

- (a) a música – acessível a toda a população e de grande importância para a educação de seus jovens.
- (b) a pintura – bastante realista, exprimindo a violência, a dor e, ao mesmo tempo, a sensualidade.
- (c) a literatura – com destaque para contos eróticos, fábulas e aventuras.
- (d) a escultura – caracterizada pela naturalidade e pela harmonia das formas.
- (e) a arquitetura – marcada pela construção de palácios, mesquitas e escolas.

10 PUC-RS Instrução: Para responder à questão, considere as seguintes afirmativas sobre o Império Carolíngio, constituído a partir do reino dos Francos durante a chamada Alta Idade Média.

- I. A dinastia carolíngia, a partir de Pepino, o Breve, no século VIII, buscou combater o poder temporal da Igreja através do confisco de terras eclesiásticas e da dissolução do chamado Patrimônio de São Pedro, na Itália.
- II. A partir do reinado de Carlos Magno, coroado “imperador dos romanos” no ano de 800, a servidão enfraqueceu-se consideravelmente na Europa, pois o Estado impunha aos nobres a transformação dos servos da gleba em camponeses livres, para facilitar o recrutamento militar.
- III. Apesar de procurar centralizar o poder, Carlos Magno contribuiu para a descentralização política no Império, ao distribuir propriedades de terras e direitos vitalícios entre os vassallos, em troca de lealdade e de serviço militar.
- IV. O Tratado de Verdun, firmado entre os netos de Carlos Magno após esses guerrearem entre si, dividia o Império em três partes, que passavam a constituir Estados apenas nominais, devido à consolidação da ordem política feudal.

São corretas apenas as afirmativas

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) III e IV.
- (d) I, II e IV.
- (e) I, III e IV.

11 FGV 2008 A palavra “servo” vem de “servus” (latim), que significa “escravo”. No período medieval, esse termo adquiriu um novo sentido, passando a designar a categoria social dos homens não livres, ou seja, dependentes de um senhor. [...] A condição servil era marcada por um conjunto de direitos senhoriais ou, do ponto de vista dos servos, de obrigações servis.

Luiz Koshiha, *História: origens, estruturas e processos*.

Assinale a alternativa que caracterize corretamente uma dessas obrigações servis.

- (a) Dízimo era um imposto pago por todos os servos para o senhor feudal custear as despesas de proteção do feudo.
- (b) Talha era a cobrança pelo uso da terra e dos equipamentos do feudo e não podia ser paga com mercadorias e sim com moeda.
- (c) Mão-morta era um tributo anual e *per capita*, que recaía apenas sobre o baixo clero, os vilões e os cavaleiros.
- (d) Corveia foi um tributo aplicado apenas no período decadente do Feudalismo e que recaía sobre os servos mais velhos.
- (e) Banalidades eram o pagamento de taxas pelo uso das instalações pertencentes ao senhor feudal, como o moinho e o forno.

12 UEG Sobre o período de transição da Antiguidade para a Idade Média, julgue a validade das proposições a seguir.

- I. A cristianização das nações germânicas que se estabeleceram no território do antigo Império Romano serviu como mecanismo de preservação da cultura clássica.
- II. A manutenção da escravidão como mão de obra básica na Idade Média correspondeu a uma exigência da nova sociedade ruralizada, baseada na produção agropastoril.
- III. A diminuição das trocas monetárias e o fortalecimento do poder político local nas mãos de grandes chefes militares, através do colonato e do *comitatus*, são duas características do sistema feudal.

Marque a alternativa correta.

- (a) As proposições I e II são verdadeiras.
- (b) As proposições I e III são verdadeiras.
- (c) As proposições II e III são verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.

13 Uece 2007 O camponês “nunca bebe o produto de suas vinhas, nem prova uma migalha do bom alimento; muito feliz será se puder ter seu pão preto e um pouco de sua manteiga e queijo...”.

Leo Huberman. *História da riqueza do homem*. 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986. p. 6.

De acordo com o texto, assinale a alternativa verdadeira sobre as condições de vida dos camponeses medievais.

- (a) Os camponeses, chamados de servos, exerciam a função de escravos, pois podiam ser vendidos juntos com as propriedades de terras.
- (b) O sistema de deveres e obrigações sobre a posse da terra tornavam os servos livres para usufruir, como quisessem, de suas terras.
- (c) Os servos possuíam terras produtivas em abundância, mas não tinham liberdade e nem instrumentos de trabalho.
- (d) A obrigação de trabalhar, sem pagamento, nas terras dos seus senhores, os colocavam numa vida miserável.

14 Ufpel

Texto I

Deus quis que, entre os homens, uns fossem senhores e outros, servos, de tal maneira que os senhores estejam obrigados a venerar e amar a Deus, e que os servos estejam obrigados a amar e venerar o senhor...

St. Laud de Angers. *Documents d'Historie Vivante*. In: Gustavo de Freitas. *900 textos e documentos de história*. Lisboa: Plátano, 1975. v. 1.

Texto II

Capítulos do projeto de concórdia entre os camponeses da Catalunha e seus senhores.

[...] VIII – que o senhor não possa dormir a primeira noite com a mulher do camponês:

Pretendem alguns senhores que, quando o camponês toma a mulher, o senhor há de dormir a primeira noite com ela, e, em sinal de senhorio, a noite em que o camponês deva contrair núpcias, a mulher, estando deitada, vem o senhor, sobe à cama, passando sobre a dita mulher e como isso é infrutuoso para o senhor e uma grande humilhação para o camponês, um mau exemplo e uma ocasião para o mal, pedem e suplicam que isso seja totalmente abolido.

Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez. *História: textos e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000.

Os documentos se referem às práticas do:

- (a) helenismo grego.
- (b) anglicanismo.
- (c) germanismo.
- (d) catolicismo medieval.
- (e) feudalismo europeu.

15 UFG 2007 Leia o texto a seguir, que se refere à história do significado do trabalho.

Do ponto de vista da história, uma das revoluções do Cristianismo no Ocidente, reforçada pela tradição monástica hostil ao ócio, é ter feito do trabalho um valor.

Dominique Iogna-Prat. “Ordem (ns)”. In: *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru, SP: Edusc: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. p. 313. (Adapt.).

A respeito da história da concepção de trabalho, pode-se afirmar que, na:

- (a) Grécia Antiga, as atividades manuais eram consideradas socialmente superiores.
- (b) Roma Antiga, o estatuto da escravidão limitava o trabalho do escravo às atividades no campo.
- (c) Roma republicana, o trabalho foi pensado como preço a ser pago pelo castigo decorrente do pecado original.
- (d) Idade Média, concebeu-se o trabalho como meio pelo qual o fiel poderia elevar-se de sua condição mundana.
- (e) Baixa Idade Média, o estatuto do trabalho nas cidades era semelhante ao da servidão nos campos.

16 PUC-RS 2007 Há de se notar, em especial, que a dupla necessidade que os autores [...] sentiram de, por um lado, utilizar a insubstituível utensilagem intelectual do mundo greco-romano e de, por outro lado, vazá-la em moldes cristãos, facilitou ou criou, mesmo, hábitos intelectuais muito perniciosos: a sistemática deformação do pensamento dos autores, o perpétuo anacronismo, o raciocínio por citações isoladas do contexto. O pensamento antigo só humilhado, deformado e atomizado pelo pensamento cristão pôde sobreviver [...].

Jacques Le Goff, 1964, p. 151. (Adapt.).

O fragmento do texto acima se refere:

- (a) ao tratamento dado às antigas fontes pagãs pela maioria dos pensadores medievais da Alta Idade Média, em que o essencial era o que os autores haviam dito e que podia ser utilizado conforme conviesse pela elite intelectual da Igreja Católica para servir aos propósitos do Cristianismo.
- (b) à cultura renascentista, que deturpou o sentido das fontes originais, atitude justificada pela busca extremada do uso da razão, eliminando qualquer possibilidade de expressão dos indivíduos pelo sentimento, tônica da tradição antiga, presente nos textos.
- (c) ao período bizantino, em que as fontes grego-latinas precisavam sofrer um processo de releitura para se ajustar às concepções políticas e religiosas que combatiam as influências orientais presentes no pensamento ocidental.
- (d) à educação desenvolvida durante o Império Romano, em que a história escrita, antes da dominação de vastos territórios pelos exércitos romanos, precisava sofrer alterações em sua análise e interpretação, bem de acordo com a política externa romana: um império, um pensamento.

- (e) ao período de transição do Feudalismo para o Capitalismo, no qual a cultura precisava se adequar às novas transformações econômicas, políticas e sociais, sendo adotada como primeira medida a substituição do pensamento antigo pelo científico.

17 UEG

HAGAR

CHRIS BROWNE



O popular. Goiânia, 23 abr. 2005. Magazine.

A personagem Hagar, criada pelo cartunista Dick Browne, pode ser considerada um guerreiro viking que viveu na Europa durante a Idade Média. Analise as proposições a seguir acerca desse período histórico:

- I. Do ponto de vista histórico, a situação mostrada na tira está correta, pois a expressão “Idade das Trevas” era de uso corrente na sociedade medieval.
- II. A expressão “Idade das Trevas”, utilizada na tira, é imprópria para designar a Idade Média, pois ela só surgiu durante a Idade Moderna.
- III. Expressões como “Idade das Trevas” ou “longa noite dos mil anos”, referindo-se à Idade Média, são historicamente coerentes, pois nesse período houve uma completa estagnação econômica, cultural e social na Europa.

Marque a alternativa correta.

- (a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- (b) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- (c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- (d) Apenas a proposição II é verdadeira.
- (e) Apenas a proposição III é verdadeira.

18 Ufpel 2007



Execução de criminosos condenados pela Inquisição. Autoria desconhecida, gravura: buril e água-forte aquarelada.

Arrancada a confissão do réu, os inquisidores proferiam a sentença em uma sessão pública denominada sermão geral. As sentenças previam três tipos básicos de penas: confiscação de bens, prisão e morte.

A maioria dos condenados à morte eram queimados vivos numa grande fogueira. Somente a alguns permitia-se o estrangulamento antes de serem lançados ao fogo.

Gilberto Cotrim. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

O texto didático faz uma análise das ações do Tribunal da Inquisição, criado pela:

- (a) Igreja Anglicana, durante a Reforma Religiosa.
- (b) Religião muçulmana, no período das Cruzadas.
- (c) França dos Huguenotes, no período da Contrarreforma.
- (d) Reforma Protestante, liderada por Lutero, no fim da Idade Média.
- (e) Igreja Católica Romana, durante a Idade Média.

19 UFRGS O assim denominado Grande Cisma do Oriente foi uma consequência:

- (a) da Reforma Calvinista, que, ao pregar a predestinação e o livre-arbítrio, acabou com a unidade da Igreja Católica.
- (b) da Querela das Investiduras, travada entre o Papa e o Imperador, a qual versava sobre a proibição de leigos concederem a posse de cargos na Igreja.
- (c) da emergência do islamismo, que propiciou aos árabes um ponto de união e identidade, mas os separou dos ocidentais.
- (d) do confronto entre a Igreja de Roma e a de Constantinopla, que resultou na cisão entre os ramos grego e romano do catolicismo.
- (e) do conflito religioso que instalou um papa em Avignon e outro em Roma, perturbando por décadas a concórdia interna da Igreja.

20 Unifesp Terminada a Antiguidade, havia à disposição do Ocidente medieval duas concepções filosóficas fundamentais e distintas: a visão grega (resumida por Aristóteles) de que o homem foi formado para viver numa cidade, e a visão cristã (resumida por Santo Agostinho) de que o homem foi formado para viver em comunhão com Deus. Nos últimos séculos da Idade Média, com relação a essas duas filosofias, é correto afirmar que:

- (a) foram reconciliadas por São Tomás de Aquino ao unir razão (livre-arbítrio) com revelação (fé).
- (b) entraram em conflito e deram lugar a uma nova visão, elaborada por frades beneditinos e dominicanos.
- (c) continuou a prevalecer a visão grega, como se pode ver nos escritos de Abelardo a Heloísa.
- (d) sofreram um processo de adaptação para justificar a primazia do poder temporal ou secular.
- (e) passou a predominar a visão cristã, depois de uma longa hegemonia da visão grega.

21 Unifesp 2007 O mosteiro deve ser construído de tal forma que tudo o necessário (a água, o moinho, o jardim e os vários ofícios) exerce-se no interior do mosteiro, de modo que os monges não sejam obrigados a correr para todos os lados de fora, pois isso não é nada bom para suas almas.

Da Regra elaborada por São Bento, fundador da ordem dos beneditinos, em meados do século VI.

O texto revela:

- (a) o desprezo pelo trabalho, pois o mosteiro contava com os camponeses para sobreviver e satisfazer as suas necessidades materiais.
- (b) a indiferença com o trabalho, pois a preocupação da ordem era com a salvação espiritual e não com os bens terrenos.
- (c) a valorização do trabalho, até então historicamente inédita, visto que os próprios monges deviam prover a sua subsistência.
- (d) a presença, entre os monges, de valores bárbaros germânicos, baseados na ociosidade dos dominantes e no trabalho dos dominados.
- (e) o fracasso da tentativa dos monges de estabelecer comunidades religiosas que, visando a salvação, abandonavam o mundo.

22 UFSCar *A razão de ser dos carneiros é fornecer leite e lã; a dos bois é lavrar a terra; e a dos cães é defender os carneiros e os bois dos ataques dos lobos. Se cada uma destas espécies de animais cumprir a sua missão, Deus protegê-la-á. Desse modo, fez ordens, que instituiu em vista das diversas missões a realizar neste mundo. Instituiu uns – os clérigos e os monges – para que rezassem pelos outros e, cheios de doçura, como as ovelhas, sobre eles derramassem o leite da pregação e com a lã dos bons exemplos lhes inspirassem um ardente amor a Deus. Instituiu os camponeses para que eles – como fazem os bois, com o seu trabalho – assegurassem a sua própria subsistência e a dos outros. A outros, por fim – os guerreiros –, instituiu-os para que mostrassem a força na medida do necessário e para que defendessem dos inimigos, semelhantes a lobos, os que oram e os que cultivam a terra.*

Eadmer de Canterbury, século XI.

- a) Identifique o contexto histórico no qual as ideias defendidas pelo autor desse documento se inserem.
- b) Justifique a relação do documento com o contexto histórico especificado.

23 UFG 2008 Leia o texto.

Somos anões carregados nos ombros de gigantes. Assim vemos mais, e vemos mais longe do que eles, não porque nossa visão seja mais aguda ou nossa estatura mais elevada, mas porque eles nos carregam no alto e nos levantam acima de sua altura gigantesca.

Jacques Le Goff. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003. p. 36.

As Universidades nasceram no Ocidente, nos séculos XII e XIII, no cenário do Renascimento urbano, ligadas ao desenvolvimento da escolástica e sob o peso da contribuição greco-árabe. O texto apresentado acima é uma citação do mestre Bernard, professor do principal centro científico do século XII, a Escola de Chartres, e expressa uma nova concepção do que é a ciência e o conhecimento. Nesse período, conhecer significava:

- (a) produzir um saber singular, que se diferenciava da tradição clássica.
- (b) desenvolver a tradição por meio do comentário dos textos herdados da cultura antiga.

- (c) utilizar instrumentos científicos, que permitissem alcançar a verdade.
- (d) observar os fenômenos naturais para encontrar as leis que regiam seu funcionamento.
- (e) cultivar o espírito racional por meio da refutação da autoridade dos textos teológicos.

24 UFJF 2007 Leia, com atenção, as considerações sobre o movimento conhecido como Cruzadas e, em seguida, faça o que se pede.

Guerra proclamada pelo Papa em nome de Cristo e travada como iniciativa do próprio Cristo para a recuperação da propriedade cristã ou em defesa da Cristandade contra inimigos externos. O movimento das Cruzadas era em certo sentido uma extensão da guerra que estava sendo travada contra os muçulmanos na Espanha e na Sicília.

H. R. Loyn. *Dicionário da Idade Média*.

- a) Cite uma motivação de ordem religiosa e outra de ordem socioeconômica para o início das Cruzadas.
- b) Cite duas repercussões do movimento das Cruzadas para o ocidente medieval.

25 UFSM



A imagem é de uma das cenas do filme *Cruzadas*, que aborda alguns episódios do conflito entre cristãos e muçulmanos ocorrido entre os séculos XI e XIII. A respeito dessas Cruzadas, todas as afirmativas estão corretas, exceto:

- (a) representaram a reconquista definitiva dos lugares santos e de Jerusalém, o que permitiu a adoção dos preceitos do Alcorão pelos cristãos.
- (b) iniciaram-se com a reconquista cristã da Península Ibérica, já que, desde o século VII, grande parcela de seu território havia sido ocupada pela expansão muçulmana.
- (c) contribuíram para a revitalização comercial e urbana da Europa Ocidental, destacando-se a importância econômica adquirida por cidades como Gênova e Veneza.
- (d) ficaram marcadas pelas violações, saques e pilhagens promovidas pelos cruzados, um exemplo foi a tomada de Jerusalém em julho de 1099.
- (e) foram operações militares de reconquista dos lugares santos de Jerusalém, configurando-se, conforme discurso cristão, como Guerra Santa prescrita aos cruzados em troca de remissão de seus pecados.

26 FGV [...] as cruzadas não foram as responsáveis pelas grandes transformações econômicas, mas produtos delas. Contudo, elas não deixaram de contribuir para os avanços daquelas transformações. [...] O intenso comércio praticado pelas cidades italianas, Gênova e Veneza, cresceu bastante com a abertura dos mercados orientais, para o que as cruzadas desempenharam papel decisivo [...]

Hilário Franco Júnior. *As cruzadas*.

Além da decorrência apresentada, pode-se atribuir a essas expedições:

- (a) o desaparecimento das ordens mendicantes – especialmente franciscanos e dominicanos –, assim como a superação das heresias católicas.
- (b) o fortalecimento nas relações de vassalagem em toda a Europa Ocidental e um forte retraimento do poder econômico da burguesia comercial.
- (c) a estagnação das atividades comerciais entre algumas cidades comerciais do Mar do Norte – como Bruges e Gand – e as cidades do litoral oeste da África.
- (d) a radicalização no processo de fragmentação político-territorial da Europa, com a importante ampliação do poder econômico da nobreza togada.
- (e) a relação entre os cruzados com bizantinos e muçulmanos, permitindo que a Europa voltasse a ter contato com algumas obras de filosofia greco-romana.

27 PUC-SP A presença de rios ou a proximidade do mar foram decisivas para o desenvolvimento de cidades e sociedades antigas e modernas. Um exemplo disso é:

- (a) a importância do rio Nilo, na Antiguidade, na integração das várias sociedades do Oriente próximo e na união dos reinos do Alto Egito e do Baixo Egito, evitando a invasão da região por outros povos.
- (b) o papel exercido pelo Bósforo, que corta a atual Istambul, antes chamada de Constantinopla e de Bizâncio, e sempre assegurou a hegemonia internacional do povo que vivesse à sua volta.
- (c) a divisão de terras provocada pelos rios Tigre e Eufrates, que isolavam geograficamente os vários grupos que viviam na antiga Mesopotâmia e instigaram conflitos prolongados entre eles.
- (d) o controle do mar Mediterrâneo por árabes e fenícios no decorrer de toda a Idade Média, permitindo-lhes invadir território europeu e impedir a circulação de embarcações militares inglesas e francesas.
- (e) a posição geográfica de Veneza, no norte do mar Adriático, que lhe permitiu ser ponto de partida de Cruzadas e ter participação ativa no comércio medieval de especiarias e sedas do Oriente.

28 UFJF Sobre o contexto social e econômico do século XIV na Europa medieval, marque a alternativa incorreta.

- (a) A mão de obra disponível para atuar no campo foi reduzida devido às epidemias e guerras existentes no período.
- (b) As revoltas camponesas, como a Jacquerie, acabaram por ocasionar alterações nas obrigações típicas do sistema feudal.

- (c) A reduzida oferta de metais preciosos, como a prata, contribuiu para a expansão do processo inflacionário.
- (d) A burguesia teve seu prestígio econômico reduzido pela crise das atividades urbanas, o que fortaleceu o poderio dos senhores feudais.
- (e) A instabilidade climática, com chuvas constantes, levou a uma grande retração nas colheitas, diminuindo fortemente a produção agrícola.

29 UFU A imagem adiante foi concebida em 1434 pelo artista flamengo Jan van Eyck (1390-1441). A cena foi encomendada pelo mercador italiano Giovanni Arnolfini – retratado na tela ao lado de sua noiva, Jeanne de Chenany – e testemunhava a união conjugal desse casal.



Jan Van Eyck. O casal Arnolfini, 1434. Óleo sobre madeira, 82 x 60 cm. Galeria Nacional, Londres, Inglaterra.

Considerando o contexto social, econômico e artístico em que esse quadro foi pintado, assinale a alternativa incorreta.

- (a) O quadro é indicativo de transformações históricas pelas quais passavam a Europa desde a crise do Feudalismo. Ele testemunha a emergência de novas classes sociais e de novos sentidos para a arte no contexto da chamada Revolução Comercial, retratando uma cena cotidiana de pessoas comuns (no caso, burgueses).
- (b) No século XV, a presença de mercadores italianos no norte da Europa era comum. Flandres e a Península Itálica estavam conectadas entre si desde, pelo menos, o século XIII, fazendo parte de uma grande rede de comunicação comercial, marítima e terrestre constituída na Europa.
- (c) O quadro demonstra que a nascente burguesia europeia, do século XV em diante, passou a gozar de status social correspondente ao da nobreza. Isso porque, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, figurar em obras de arte era privilégio exclusivo dos grupos sociais de maior poder e prestígio.
- (d) A pintura flamenga do século XV dialogou com o Renascimento Italiano. A técnica da pintura a óleo, por exemplo, foi introduzida em Flandres e também na Itália naquela época. Essa técnica permitiu que pintores flamengos, florentinos e venezianos dessem mais realismo e vivacidade às suas obras.

30 Unicamp 2008 Em 1348, a peste negra invadiu a França e, dali para a frente, nada mais seria como antes. Uma terrível mortalidade atingiu o reino. A escassez de mão de obra desorganizou as relações sociais e de trabalho. Os trabalhadores que restaram aumentaram suas exigências. Um rogo foi dirigido a Deus, e também aos homens incumbidos de preservar Sua ordem na Terra. Mas foi preciso entender

que nem a Igreja nem o rei podiam fazer coisa alguma. Não era isso uma prova de que nada valiam? De que o pecado dos governantes recaía sobre a população? Quando o historiador começa a encontrar tantas maldições contra os príncipes, novas formas de devoção e tantos feiticeiros sendo perseguidos, é porque, de repente, começou a se estender o império da dúvida e do desvio.

Georges Duby. *A Idade Média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana D'Arc*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 256-8. (Adapt.).

- A partir do texto, identifique de que maneira a peste negra repercutiu na sociedade da Europa medieval, em seus aspectos econômico e religioso.
- Indique características da organização social da Europa medieval que refletiam a ordem de Deus na Terra.

31 Fuvest Nos séculos XIV e XV, a Itália foi a região mais rica e influente da Europa. Isso ocorreu devido à:

- iniciativa pioneira na busca do caminho marítimo para as Índias.
- centralização precoce do poder monárquico nessa região.
- ausência completa de relações feudais em todo o seu território.
- neutralidade da Península Itálica frente à guerra generalizada na Europa.
- combinação de desenvolvimento comercial com pujança artística.

32 PUC-SP A Idade Média é muitas vezes chamada de “era das trevas”. A expressão:

- revela análise cuidadosa da inexpressiva produção intelectual e artística do período, voltada apenas à temática religiosa.
- permite refletir sobre a forma como a história é escrita, com os julgamentos e avaliações que um período faz do outro.
- nasceu do esforço medieval de negar a Antiguidade oriental e valorizar a estética e a filosofia greco-romanas.
- demonstra o desprezo do racionalismo contemporâneo pelas concepções mágicas tão em voga no período medieval.
- descreve o único período da história ocidental em que os Estados nacionais, criados na Antiguidade e recriados no século XV, não existiram.

33 PUC-Rio Sobre o conjunto de ideias que marcou o Renascimento é correto afirmar que:

- a Renascença contribuiu para o reforço de valores humanistas em toda a Europa. A valorização do Homem como “medida para todas as coisas” se tornou uma ideia importante para os pensadores renascentistas.
- as ideias dos pensadores renascentistas tornaram-se populares, influenciando movimentos revolucionários. Esses ideais seriam retomados no século XIX pelos socialistas.
- os pensadores do Renascimento recuperaram ideias da Antiguidade clássica, estando de acordo com as orientações religiosas da Igreja Romana.
- a Igreja Católica, como principal compradora de obras de arte, se tornou uma defensora das ideias renascentistas.
- como movimento intelectual, o Renascimento provocou uma ruptura na Igreja, dividida, a partir de então, em Igreja Ortodoxa e Igreja Romana.

34 UEG A Europa do século XIV passava por uma profunda inquietação intelectual, caracterizada pela ideia de renovação cultural e por uma visão essencialmente crítica da sociedade. Esse fenômeno ficou conhecido como Renascimento.

A partir do exposto, julgue a validade das proposições que se seguem.

- A ampliação do raciocínio científico nessa época, com ênfase no método experimental, levou à refutação progressiva das interpretações dogmáticas e também a atitudes de valorização da razão.
- Passou-se a rejeitar os valores greco-latinos, objetivando preservar a pureza dos valores cristãos. Essa rejeição pode ser percebida em Tomás de Aquino e Santo Agostinho.
- Estabeleceram-se condições para que o individualismo se difundisse. Assim, por exemplo, os artistas passaram a assinar as suas obras, enquanto os nobres e burgueses mandavam fazer retratos e estátuas de si mesmos.

Assinale a alternativa correta.

- As proposições I e II são verdadeiras.
- As proposições I e III são verdadeiras.
- As proposições II e III são verdadeiras.
- Todas as proposições são verdadeiras.

35 UEG



Leonardo Da Vinci, “Nêmesis”. In: *Enciclopédia Barsa*, 1989. CD-ROM.



Época. São Paulo: Globo. 28 ago. 2006, p. 85.

Os padrões estéticos, longe de serem absolutos, são determinados por circunstâncias históricas específicas.

Compare os padrões estéticos femininos das figuras apresentadas e julgue a validade das proposições a seguir.

- A figura 1 representa um modelo feminino da sociedade europeia do Renascimento, onde se valorizavam formas mais robustas, reflexo de uma época em que havia abundância de alimentos para a grande maioria da população.
- A figura 2 representa um padrão estético feminino da sociedade capitalista contemporânea, onde o corpo esbelto é continuamente exposto na mídia, tornando-se um modelo de beleza e um critério de aceitação social.
- No Renascimento, as representações do corpo feminino ganham destaque em função da reavaliação da condição humana, fazendo com que o corpo deixe de ser fonte de pecado e torne-se fonte de investigação e deleite.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- (b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- (c) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- (d) Todas as proposições são verdadeiras.

36 UFG 2007 Não houve preocupação com as consequências da revolução copernicana senão depois de Giordano Bruno ter extraído dela certas consequências filosóficas. Bem depressa Giordano Bruno estava a afirmar a infinidade do mundo. Rejeitava, pois, por completo, a noção de “centro do universo”. O Sol, perdido o lugar privilegiado que Copérnico lhe atribuíra, era um sol entre outros sóis, uma estrela entre estrelas.

Jean Delumeau. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 147. (Adapt.).

O texto refere-se à importância dos pronunciamentos de Giordano Bruno para a constituição da noção moderna de Universo, que se relaciona com

- (a) a definição de um Universo concebido como fechado e finito.
- (b) o abandono da ideia de um Universo criado por Deus.
- (c) a ruptura da concepção geocêntrica do Universo.
- (d) a percepção de que o Universo é contido numa esfera.
- (e) a compreensão heliocêntrica do Universo.

37 UFU Observe a imagem a seguir.



Leonardo da Vinci. *Estudo para monumento dos Sforza*, 1488-89. Metalpoint on bluish prepared paper Royal Library, Windsor, Inglaterra.

Considerando que o desenho acima é um esboço de Leonardo da Vinci para a edificação de um monumento ao poder dos “Sforza” de Milão e levando em conta o contexto artístico, cultural e político do Renascimento italiano, é correto afirmar que:

- I. a arte renascentista era autônoma em relação à política e à religião. Por isso, Leonardo da Vinci buscava retratar cenas de homens comuns, como as dos esforçados combatentes milaneses (“sforza”, como eram conhecidos), massacrados pelos espanhóis no final do século XV.
- II. o desenho constituía um instrumental importante, porém secundário, para a maior parte dos artistas do Renascimento. Seu domínio permitia, por exemplo, o planejamento de obras de pintura, arquitetura e escultura, mas ele não tinha valor artístico por si só.

III. o porte físico e os movimentos vigorosos do cavalo, representados no desenho, simbolizam o poder militar dos Sforza. O domínio das artes da guerra era considerado, por muitos, dentre os quais Maquiavel, fundamental para a manutenção do poder dos chefes políticos.

IV. os monumentos constituem uma parcela insignificante das obras artísticas do Renascimento. Em geral, as obras eram decorativas e voltadas para a contemplação em ambientes privados, atendendo ao gosto da nascente burguesia comercial, que as patrocinava através da figura do mecenas.

Marque a alternativa correta.

- (a) Apenas II e III estão corretas.
- (b) Apenas I e IV estão corretas.
- (c) Apenas I e II estão corretas.
- (d) Apenas III e IV estão corretas.

38 Unesp 2008

Galileu, talvez mais que qualquer outra pessoa, foi o responsável pelo surgimento da ciência moderna. O famoso conflito com a Igreja católica se demonstrou fundamental para sua filosofia; é dele a argumentação pioneira de que o homem pode ter expectativas de compreensão do funcionamento do universo e que pode atingi-la através da observação do mundo real.

Stephen Hawking. *Uma breve história do tempo*.

O “famoso conflito com a Igreja católica” a que se refere o autor corresponde:

- (a) à decisão de Galileu de seguir as ideias da Reforma Protestante, favoráveis ao desenvolvimento das ciências modernas.
- (b) ao julgamento de Galileu pela Inquisição, obrigando-o a renunciar publicamente às ideias de Copérnico.
- (c) à opção de Galileu de combater a autoridade política do Papa e a venda de indulgências pela Igreja.
- (d) à crítica de Galileu à livre interpretação da *Bíblia*, ao racionalismo moderno e à observação da natureza.
- (e) à defesa da superioridade da cultura grega da antiguidade, feita por Galileu, sobre os princípios das ciências naturais.

Frente 1

1

As origens da presença europeia no Brasil

Revisando

- As Grandes Navegações tiveram como um de seus objetivos a descoberta de novos mercados, fontes de riqueza e metais preciosos, além de possibilitar um acesso mais fácil ao comércio entre Europa e Oriente. Elas se consistiram, assim, em um poderoso impulso ao crescimento mercantil, superando a crise do século XIV.
- Embora ligadas à nobreza, as monarquias europeias tiveram sua sustentação econômica totalmente vinculada ao crescimento do comércio. Assim, foram essas monarquias (e Portugal é um claro exemplo disso) as grandes responsáveis pela organização, financiamento e execução dos grandes empreendimentos mercantis, entre os quais a expansão marítima.
- Embora não possa ser considerada como uma revolução burguesa, a Revolução de Avis aproximou o Estado da camada mercantil, em Portugal. A partir daí, criou-se uma monarquia bem mais comprometida com os interesses do grupo mercantil e sendo diretamente apoiada por este. Daí a intensificação da relação entre o Estado e os grandes empreendimentos que possibilitaram a expansão marítima.
- Havia por parte de Portugal um interesse claro na posse e monopólio sobre o comércio com as Índias. Assim, ao estender os limites de domínio entre portugueses e espanhóis mais para o oeste, o Tratado de Tordesilhas assegurava aos portugueses o domínio sobre as duas margens do Atlântico, dando-lhes o monopólio da única rota conhecida até ali para o Oriente.
- Foi a mão de obra indígena livre, ainda sob a forma de escambo. A escravização exigiria a montagem de uma estrutura de captura e de controle sobre a população indígena, inviável em um momento em que a presença portuguesa aqui ainda era dispersa e sem caracterizar uma ocupação efetiva.

Exercícios propostos

Baixa Idade Média europeia

- Havia, por um lado, a necessidade, por parte da nobreza, de um Estado forte, capaz de conter as revoltas sociais que acompanham a crise do feudalismo. Por outro lado, o comércio impunha uma série de novas necessidades, tais como a uniformização das unidades de peso e medida e a unificação da moeda, elementos que só poderiam ser obtidos com um Estado centralizado. Mais que isso, o comércio possibilitava ao rei obter impostos que seriam arrecadados por ele, e não pelos senhores feudais, impostos que foram fundamentais para a montagem de um exército e uma administração eficientes, condições necessárias à montagem de um Estado.
- Sendo o Mediterrâneo a principal rota de comércio entre a Europa e o Oriente, as cidades italianas, gozando de autonomia política e de uma localização privilegiada, passaram a exercer quase um monopólio sobre esse comércio.
- Foi o que se chama de uma crise de crescimento, na qual se verifica que o volume de metais preciosos e de riquezas era incompatível com as necessidades de uma população crescente. Assim, ela intensificou a necessidade de novos mercados e fontes de riqueza na Europa.

- Porque as Cruzadas significaram um processo de guerras e conquistas por parte do mundo europeu. Porém, ao mesmo tempo, sua composição, englobando miseráveis de todas as regiões da Europa, era uma prova da estagnação da economia feudal e de sua incapacidade de prover a sobrevivência da população europeia em crescimento na Baixa Idade Média.
- B 6. A 7. D
- As especiarias eram fundamentais no sentido de que mantinham os alimentos comestíveis por mais tempo, em uma Europa que tinha na fome o seu principal flagelo.
- D 11. B 13. C 15. E
- A 12. A 14. C 16. A
- A Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos foram responsáveis pela morte de mais de 1/3 da população europeia. Com isso, há uma redução ainda maior da produção agrícola, gerando um quadro de fome e de alta de preços dos alimentos, causando êxodo urbano e desabastecimento das cidades. Além disso, as revoltas camponesas foram fatores que também agravaram a crise europeia.
- A centralização do poder nas mãos dos reis atendia aos interesses do comércio, no sentido de que possibilitaria a uniformização de pesos, medidas, moedas, leis e a abolição das fronteiras internas, beneficiando o comércio. Além disso, essa centralização possibilitava a criação de um Estado forte, capaz de conter as revoltas camponesas que ameaçavam o poder da nobreza.

Formação do reino de Portugal

- O principal elemento para explicarmos essa precocidade é o fato de, ao longo de toda a Baixa Idade Média, Portugal ter estado às voltas com a Guerra de Reconquista, a luta pela expulsão dos árabes de seu território. Essa Guerra fez com que os nobres se mantivessem unidos em torno do rei, impedindo a fragmentação política que caracterizou a Europa na era medieval.
- Era uma dinastia essencialmente feudal. Como tal, mantinha fortes vínculos com a nobreza, bem como uma atitude de canalizar os recursos obtidos para a guerra e para a manutenção de privilégios para a nobreza. Entretanto, dadas às necessidades da Guerra, os Borgonha, visando ampliar a arrecadação, foram obrigados a incentivar a atividade de comércio que já se verificava nas costas portuguesas, diferentemente das demais monarquias da época.
- Foi a revolução que consolidou a própria monarquia portuguesa, detendo os projetos de reincorporação de Portugal aos domínios de Castela. Além disso, ela significou a tomada do poder em Portugal pelo grupo de mercadores, aproximando a prática do Estado dos interesses desse grupo. É a partir daí que a monarquia portuguesa passa a ser a grande agente do desenvolvimento comercial, investindo em navegações e conquistas de áreas comercialmente importantes.
- Podemos citar a criação da Escola de Sagres, a qual, sob o controle do Estado, constituiu-se em um importante centro de desenvolvimento técnico naval. Mais que isso, lembramos que todo o processo de conquistas e busca de uma rota para as Índias, busca que acabou levando à conquista do território brasileiro, teve no Estado seu grande realizador.
- A precocidade na centralização política; a Revolução de Avis, que aproximou o Estado dos interesses do grupo mercantil; a localização privilegiada do território português; o desenvolvimento das técnicas de navegação.

24. B 25. C

- Com a crise, que se alastrou por toda a Europa, as rotas terrestres tornaram-se inseguras. Assim, ampliou-se o comércio pela costa atlântica, tornando Portugal um importante entreposto comercial.
- Caso houvesse efetivamente a anexação, Portugal passaria a ser dominado por uma monarquia forte, diretamente ligada aos interesses da nobreza, sem qualquer vínculo com a atividade comercial desenvolvida por essa burguesia nascente.

Expansão comercial e marítima europeia

- E 30. B 32. D
- A 31. A 33. A
- Havia dois objetivos nessa viagem. O primeiro, o econômico, de atingir as Índias, obviamente não foi alcançado. É evidente que as fantásticas riquezas da América superaram em muito o potencial do comércio indiano, mas essa foi uma constatação posterior. O segundo objetivo, o científico, de provar a esfericidade da terra, tampouco foi atingido. Essa esfericidade só foi comprovada anos mais tarde, com a viagem de circum-navegação do globo, de Fernão de Magalhães.
- C
- a) "Buscar especiaria" foi uma importante motivação econômica da expansão marítima portuguesa, porque havia grande interesse nesses produtos, originários do Oriente, pela Europa, em função das suas propriedades de conservação dos alimentos.
- São várias as ações que denotam o caráter inclusive religioso das conquistas. Entre elas, podemos citar a ação dos jesuítas, a construção de igrejas, a catequese das populações indígenas, o trabalho missionário de várias ordens religiosas e a monopolização do ensino por clérigos católicos.
- B 38. C
- 1415: Tomada de Ceuta; 1488: Chegada ao Cabo da Boa Esperança; 1498: Fundação das primeiras feitorias nas Índias; 1500: Chegada ao Brasil. Havia um objetivo e um sentido geral nesse processo, o de obter a rota para as Índias. Mesmo a posse do Brasil parece ter seguido esse princípio, na medida em que assegurava aos portugueses o domínio do Atlântico Sul.
- Conforme já vimos, mais do que a posse das terras brasileiras, o interesse português era o de garantir o controle sobre a navegação no Atlântico Sul, estendendo seus limites da África até o Novo Mundo. Assegurava assim o controle da única rota conhecida até então para as Índias, o contorno do litoral africano.
- Holanda não era independente, sendo parte dos domínios dos monarcas espanhóis. Inglaterra e França achavam-se enfraquecidas pela Guerra dos Cem Anos.
- B 43. C 44. E 45. C
- Aqui, é possível ir por vários caminhos. Um deles é o de salientar a importância que o comércio com as Índias tinha para Portugal. Outro seria mostrar o quanto era importante e que meios seriam utilizados para garantir o monopólio deste comércio. Também é possível salientar que, mesmo em 1505, cinco anos após, portanto, a posse do Brasil, não há qualquer menção à importância do comércio ocidental.

Período Pré-colonial

- Os grupos indígenas brasileiros viviam em um regime próximo à caça e coleta, praticando apenas uma agricultura rudimentar, sem a organização

em Estado ou formas de divisão social e propriedade privada.

48. Explica-se pelo fato de que só é possível a mão de obra escrava mantendo-se um exército e uma forte estrutura repressiva capaz de controlá-los, elementos inviáveis no tipo de exploração que Portugal impõe sobre o Brasil durante os trinta primeiros anos do século XVI.
49. B
50. É natural essa compreensão, ao lembrarmos que a política mercantilista norteava-se pela busca do enriquecimento através do comércio, em uma visão que privilegiava a balança comercial favorável. Assim, era natural que os portugueses optassem pelo comércio com as Índias, ao contrário de uma região virgem e desconhecida, na qual teriam que investir vastíssimos volumes de capital antes de qualquer eventual retorno.
51. C
52. a) Na fabricação de tinta vermelha, para o tingimento de tecidos, fervendo-se a casca da árvore.
b) Já em meados do século XVI, a devastação provocada pela exploração predatória havia reduzido drasticamente as reservas de pau-brasil na costa brasileira. A partir daí, e também pela exploração por piratas principalmente franceses, os lucros com a atividade começaram a decair.
53. a) Os próprios nativos brasileiros, nesse momento, como mão de obra livre.
b) Produtos europeus, tais como tecidos, vidros, espelhos, contas. Esse tipo de troca recebe o nome de escambo.
c) Eram entrepostos meramente comerciais, onde as mercadorias, no caso o pau-brasil, eram armazenadas à espera dos navios que iriam transportá-las para Portugal.
54. B
55. Se entendermos por colonização a posse efetiva do território, seu povoamento, o desenvolvimento de uma atividade permanente, é evidente que a economia pau-brasil não teve esse caráter. Ao contrário, voltou-se apenas para o extrativismo, com a presença esporádica de portugueses na costa, apenas para carregar a madeira levada por indígenas até as feitorias.
56. E

Exercícios complementares

Baixa Idade Média europeia

1. E 3. D 5. B 7. B
2. C 4. 06 6. D

Formação do reino de Portugal

8. A 9. C 10. D 11. E

Expansão comercial e marítima europeia

12. B
13. a) Chegar às Índias e conquistar o mercado de especiarias.
b) As embarcações maiores e as velas mais rápidas, além dos aperfeiçoamentos da bússola e do astrolábio.
c) Portugal logrou obter entrepostos comerciais na África e controle do comércio de especiarias para a Europa. Além disso, passou a dispor de um imenso território na América que viria a se transformar na sua principal fonte de riqueza.
14. A 16. 07 18. B
15. D 17. D 19. C

Período Pré-colonial

20. E 22. C
21. E 23. 12

2

Mecanismos econômicos da colonização portuguesa no Brasil nos séculos XVI e XVII

Revisando

- As colônias, através de mecanismos como o monopólio comercial e sua complementaridade em relação à economia da metrópole, foram o principal instrumento através do qual os objetivos do mercantilismo (enriquecimento interno da metrópole como condição para o fortalecimento da monarquia) puderam ser atingidos.
- Em primeiro lugar, a experiência anterior já desfrutada pelos portugueses em seus domínios africanos, quando aprenderam as técnicas e as condições necessárias ao cultivo de cana e à produção do açúcar, condições que sabiam estar presentes também no Brasil, bem como o fato de que havia um mercado para esse produto na Europa. Em segundo lugar, o próprio crescimento do mercado europeu, em função do metal proveniente da América Espanhola. Além disso, os portugueses também contavam com o interesse dos holandeses e a possibilidade de contar com seus capitais para essa atividade.
- Nos marcos de uma economia agrária, escravista e voltada para o mercado externo, a sociedade colonial brasileira assumiu um caráter essencialmente rural, sendo as cidades e a vida urbana em geral amplamente secundárias. Assim, a sociedade assumiu um caráter essencialmente rural, no qual todo o poder concentrava-se nas mãos de uma pequena elite de proprietários de terra e escravo, os chamados homens bons. No extremo oposto, encontrava-se uma grande massa de escravos, sendo que o abismo entre esses dois segmentos não chegava a ser preenchido por uma camada média, praticamente insignificante nesse período da história brasileira.

Exercícios propostos

As monarquias europeias na Idade Média

- B
- a) As colônias eram áreas de economia complementar e dependente à das metrópoles, tendo por função produzir gêneros que pudessem ser revendidos com lucro; fornecer metais preciosos, ou, no caso específico de a metrópole contar com uma produção manufatureira, fornecer matérias-primas para essas manufaturas.
b) Comercializando a produção colonial com as demais nações ou transformando suas matérias-primas em produtos manufaturados.
c) O lucro metropolitano verificava-se com a venda da produção colonial às demais nações, com a produção de manufaturas a partir das matérias-primas coloniais e também com o tráfico negreiro.
- C 4. A
- Mercantilismo foi a política econômica adotada pelas monarquias europeias na Idade Moderna, as quais buscavam seu fortalecimento político através do enriquecimento do país. Nesse sentido, as colônias, na medida em que se constituíram no principal elemento enriquecedor das metrópoles europeias, foram fundamentais para o fortalecimento das monarquias absolutistas.
- Colônias de povoamento são aquelas nas quais o objetivo fundamental da metrópole não era a exploração econômica. Citamos como exemplo as colônias do norte dos EUA, nas quais as condições de clima e solo semelhantes às da metrópole faziam com que a Inglaterra não

tivesse maiores objetivos econômicos. Predominou nelas um regime baseado na pequena propriedade, policultura, mão de obra livre, além do desenvolvimento do mercado interno, fato que permitiu que os lucros da atividade econômica permanecessem na colônia, ao contrário das colônias de exploração.

7. E
8. Por ser uma mão de obra de baixo custo, podendo ser empregada em larga escala, em áreas e atividades onde não se exigia nem um nível técnico maior, nem um mercado interno.
9. Pacto colonial é o nome genérico dado ao conjunto das relações entre metrópole e colônia, relações sempre definidas pela primeira. Entre elas, citamos o monopólio do comércio colonial pela metrópole, a complementaridade da economia colonial e a não concorrência da produção colonial com a da metrópole.
10. B 13. A 16. A
11. C 14. B 17. C
12. C 15. D 18. A
19. A burguesia estava interessada em ampliar o comércio e seu capital. Para as monarquias o crescimento do comércio era a condição fundamental para seu fortalecimento. Nesse contexto, as colônias eram fundamentais, devendo complementar a economia metropolitana através da produção de matérias-primas e gêneros exóticos que pudessem ser revendidos com enormes lucros, da provisão de metais preciosos e da absorção dos excedentes da produção metropolitana.
20. V; V; V; F

Economia açucareira no Brasil

21. D
22. a) Um período marcado pelo predomínio de uma atividade econômica, sobrepondo-se às demais.
b) O ciclo da cana-de-açúcar entre os séculos XVI e XVII e da mineração no século XVIII.
23. V; V; V; F; V
24. C 25. D
26. Fundamentalmente, a aculturação desses povos, os quais, retirados de seu *habitate* privados de sua estrutura social, tornaram-se presa fácil para os colonos que buscaram escravizá-los.
27. B 28. C 29. B
30. Por um lado, o papel desempenhado pelos jesuítas na América está ligado ao processo de Contrarreforma e à necessidade da Igreja Católica em ampliar o número de fiéis em função de seu enfraquecimento na Europa com o crescimento do protestantismo. Dessa forma, a catequização dos nativos da América ocupou um papel essencial na política da Igreja Católica no século XVI, sendo os jesuítas seu grande instrumento. Assim, compreendemos a atitude dos jesuítas em se oporem à escravização indígena no Brasil.
- Por outro lado, o mesmo processo de Reformas Protestantes, bem como a própria consolidação dos Estados europeus, teve por efeito enfraquecer sensivelmente a Igreja Católica. Ela passa, agora, a depender dos Estados e não mais o contrário, como na Idade Média. Com isso, a Igreja teve que se submeter aos desígnios das Monarquias dos países nos quais se manteve. À Espanha, não interessava a utilização do escravo africano por um simples motivo: desprovidos de domínios na África, os espanhóis teriam que suprir-se desta mão de obra comprando-a dos portugueses, o que elevaria sobremaneira os custos da colonização. Dessa forma, era mais interessante à Espanha utilizar a mão de obra nativa, tendo a Companhia de Jesus que se submeter a essa imposição.

31. a) Eram núcleos de resistência de escravos foragidos, constituindo-se por vezes em aldeamentos, alguns deles com grandes dimensões, como é o caso de Palmares.
b) Qualquer forma de resistência do negro colocava em risco a escravidão como um todo. Isso é particularmente válido no caso dos quilombos, cuja existência desestabilizava toda a estrutura escravista na região.
32. *Plantation* é o termo técnico empregado para designar a lavoura extensiva, monocultora e voltada para o mercado externo. Normalmente é acompanhada pela mão de obra escrava. Foi empregada pela colonização portuguesa em função da própria forma como se processou a colonização, voltada a atender as necessidades da metrópole e incorporando técnicas altamente rudimentares de produção.
33. B 34. C 35. D 36. E
37. A frase de Antonil caracteriza de forma clara o elitismo e o patriarcalismo que caracterizam a sociedade colonial brasileira, na qual a elite de senhores era o topo inexpugnável da pirâmide social, reservando a si todos os privilégios e um poder absoluto sobre o restante da sociedade.
38. C
39. A expansão do mercado europeu, gerada pelos metais vindos da América espanhola, criou uma maior disponibilidade de capitais.
40. C
41. a) O envio de mulheres aos colonos, degredados e outros.
b) O objetivo era o casamento com fins de procriação e, ao mesmo tempo, aliviar tensões sociais decorrentes da falta de mulheres.
c) Eles eram catequizadores, responsáveis pelo apaziguamento dos indígenas. Além disso, detinham o monopólio da educação no Brasil.
42. D

Demais atividades econômicas nos séculos XVI e XVII

43. A
44. Trata-se de uma região de pampas, propícia à pecuária e bem mais próxima das Minas Gerais que o Nordeste. Assim, esta região abasteceu a região mineradora com o gado necessário ao transporte e à alimentação dos habitantes da região.
45. D 46. C 47. B 48. A
49. Foi a primeira atividade econômica no Brasil Colonial a fugir dos estreitos limites da faixa litorânea, permitindo a penetração para o interior da colônia.
50. Tinham a função de ampliar o controle e o monopólio por Portugal do comércio colonial.
51. Foi o órgão criado para zelar por tudo o que se referisse ao mundo colonial português. Sua criação demonstra claramente a importância que as colônias passavam a ter enquanto único elemento capaz de sanar a crise em que Portugal encontrava-se após a União Ibérica.
52. C
53. Inegavelmente, a busca das drogas do sertão, que mobilizou a presença de bandeirante em todo o vale amazônico.
54. Pelas dificuldades de se controlar o escravo em uma estrutura de pecuária extensiva.

Exercícios complementares

As monarquias europeias na Idade Moderna

1. D 3. A 5. B 7. B
2. C 4. E 6. C 8. E

Economia açucareira no Brasil

9. a) Na carta de Padre Manoel da Nóbrega, é promovida a defesa da guerra justa contra índios considerados bravos e hostis. Tal

estratégia viabilizaria a escravização legítima de grupos nativos mais resistentes à presença dos portugueses. Na carta de Padre Azpicuelta, verifica-se a ação catequista, fosse por meio da doutrinação direta ou da criação de colégios, ambas aplicadas para o caso das populações ameríndias que estabeleceram contatos pacíficos com os colonizadores.

- b) A ação catequista de missionários religiosos, como os padres da Companhia de Jesus, promoveu a conversão de grupos indígenas à religião cristã católica. Houve, nesse sentido, um processo de aculturação que alterou valores e padrões comportamentais das sociedades tribais nativas, não só no campo das práticas religiosas como também na organização das relações parentais, da divisão do trabalho, das alianças e hostilidades com outras tribos. O princípio da guerra justa foi aplicado como justificativa para o ataque e a perseguição de tribos hostis à colaboração pacífica com os agentes promotores da colonização. Além do extermínio de populações ameríndias, tal princípio constituiu o alibi para a escravização legítima dos nativos, flexibilizando, na prática, as proibições quanto ao apresamento desses grupos.
10. a) O aluno deveria citar e analisar dois fatores que levaram à crise ao açúcar no século XVII no Brasil Colônia, entre eles: a expulsão dos holandeses do Nordeste e a consequente perda do monopólio açucareiro para as Antilhas e seu maior nível técnico; o reaquecimento da produção e consumo de açúcar de beterraba na Europa; o endividamento dos senhores de engenho; a lenta resposta da Coroa portuguesa para oferecer novos investimentos, entre outras.
- b) O candidato, com base no trecho de Maria Yêda Linhares, deveria responder a questão de existência ou não de um ciclo açucareiro e justificá-la. Por ser essa uma questão de ordem metodológica optou-se por considerar que não teria havido um ciclo açucareiro, pela manutenção de sua produção e importância por séculos na pauta das exportações e no atendimento ao mercado interno. O aluno deverá considerar também a impropriedade de utilização do conceito de "ciclo", tendo em vista a dinâmica colonial que não se resumia apenas a um produto exportador. No entanto, optou-se por considerar também aquelas respostas que afirmavam a presença de um ciclo desde que justificassem suas respostas e demonstrassem o domínio de conceitos, tais como o de Pacto Colonial e antigo Sistema Colonial, bem como a predominância do latifúndio e da monocultura e exportadora na colônia brasileira.
11. Deverá se indicar que a partir de meados do século XVII o Império Português passou a depender cada vez mais da produção escravista brasileira e do tráfico de cativos africanos.
12. a) Durante a Idade Moderna, a riqueza nacional estava fundamentada na acumulação de metais preciosos, o metalismo. Sendo o comércio a atividade econômica preponderante, as nações europeias adotavam o protecionismo, a balança comercial favorável e o monopólio sobre o comércio de suas colônias, visando a obtenção e o controle da evasão dos metais.
b) Em razão dos entraves decorrentes das práticas protecionistas entre as nações europeias, as colônias, além de fornecerem metais preciosos, gêneros tropicais e matérias-primas, absorviam manufaturas e outros produtos provenientes das metrópoles.

Assim, através do "Pacto Colonial", as colônias americanas constituíam um elemento vital para a balança comercial favorável e para o próprio enriquecimento da metrópole no contexto do Mercantilismo.

13. A 17. B 21. D
14. D 18. V; F; V; V; V 22. B
15. C 19. 78 23. A
16. A 20. E

Demais atividades econômicas nos séculos XVI e XVII

24. A 27. D
25. C 28. 62
26. C 29. C

3

Aspectos políticos da colonização

Revisando

1. A atitude portuguesa foi sempre de abrir a possibilidade de participação na vida econômica e, no momento em que essa economia apresentava lucros, exercer um controle mais rígido. É assim, por exemplo, com a mineração, a qual foi contando com uma opressão sempre maior da Coroa. Em termos administrativos, citamos a criação do Governo-geral como forma de conter a dispersão gerada pelo sistema de capitânias.
2. a) Uma maior penetração em direção ao interior, possibilitando uma maior extensão da área inicialmente ocupada, que antes era limitada a uma estreita faixa litorânea.
b) Apecuária e o bandeirismo, notadamente de apresamento de índios e de busca das drogas do sertão.
c) A permissão a que os capitães donatários concedessem sesmarias a particulares.
3. Não completamente. Com efeito, por um lado, a expulsão dos holandeses contribuiu para agravar a crise, dada a concorrência que os holandeses passaram a representar com sua produção açucareira nas Antilhas. Por outro lado, já havia uma crise em curso, ainda durante a presença holandesa. Essa crise era resultante do declínio do mercado europeu, em função dos efeitos devastadores da Guerra dos trinta anos e da redução do fluxo dos metais da América Espanhola para a Europa.

Exercícios propostos

Administração colonial portuguesa

1. A 3. E 5. C 7. A
2. B 4. D 6. B 8. C
9. Uma grave crise econômica, além do fato de o Brasil ter sofrido ataques e invasões que eram fruto da política espanhola na Europa. O maior exemplo disso é a invasão holandesa no Nordeste, gerada pelos conflitos entre a Holanda e os Habsburgo espanhóis.
10. D 12. E 14. B
11. D 13. C 15. D
16. Mais do que colonização, os espanhóis empreenderam uma conquista da América, o que, de alguma maneira, ajuda a entender a preocupação específica com o domínio da metrópole sobre sua área colonial. Com base no texto, verifica-se que no caso da América Espanhola, os colonizadores sobrepuseram-se aos colonizados e foram muito mais rígidos em suas normas quando comparados com os colonizadores portugueses. Estes, de alguma forma, se amalgamaram na sociedade colonial, sendo os laços de dependência e de dominação muito mais sutis quando comparados ao caso espanhol.

Expansão territorial

17. C 20. C 23. A 26. C
 18. C 21. E 24. C
 19. B 22. C 25. E
 27. F; V; F; V; V
 28. C
 29. B
 30. 77

Ataques e invasões

31. 22
 32. 15
 33. a) O interesse holandês no açúcar brasileiro, após terem sido privados desse comércio pelos espanhóis.
 b) A vida comunitária favorecia o ideal de resistência. Ao mesmo tempo, a desorganização das estruturas de dominação com a invasão holandesa dificultava o combate.
 34. C 37. D 40. B
 35. D 38. C 41. C
 36. D 39. C 42. B
 43. As razões estão ligadas ao fato de que, com a União Ibérica, a Holanda, em guerra com a Espanha, viu-se privada do acesso ao comércio com o Brasil, restando-lhe apenas apossar-se do centro da produção açucareira. Esse período representou o apogeu da economia açucareira no Brasil; com a expulsão dos holandeses, anos depois, têm-se o agravamento da crise da região.
 44. A principal razão é o fato de Salvador, além de ter uma produção relativamente grande de açúcar, ter também o porto por onde escoava o açúcar brasileiro para a Europa. Sendo a participação dos holandeses na economia açucareira ligada diretamente ao comércio, é natural que procurassem apoderar-se dessa região. O fato de Salvador ser, na época, a capital da colônia não tem importância significativa.
 45. Dispondo de capitais para investir e controlando as redes de distribuição do produto, era natural que os holandeses buscassem uma composição com os produtores, oferecendo-lhes condições para ampliar a produção, enquanto o mercado europeu foi capaz de absorver o produto.

Exercícios complementares

Administração colonial portuguesa

1. a) Os proprietários de terras, conhecidos como homens bons. O termo também incluía grandes comerciantes e nobres que faziam parte da administração portuguesa.
 b) Fiscalizar as condições da vida urbana (abastecimento, salubridade, posturas etc.); arrecadar tributos e administrar contratos; servir como justiça de primeira instância.
 2. Entre as prerrogativas das Câmaras Municipais coloniais temos: participar da administração da justiça; inspecionar o abastecimento de gêneros; supervisionar os terrenos e vias públicas; negociar junto à monarquia os interesses da região; em alguns conselhos, administrar tributos especificamente locais e gerar posturas municipais.
 3. A expansão das fronteiras e o rompimento das Inhas definidas pelo Tratado de Tordesilhas; a união das Coroas ibéricas foi fundamental para as invasões holandesas no Nordeste brasileiro em busca do domínio das regiões produtoras de açúcar, em função das guerras entre holandeses e espanhóis.
 4. D 5. B 6. A

Expansão territorial

7. D 10. A 13. B
 8. C 11. D
 9. A 12. E

Ataques e invasões

14. a) Período da presença holandesa no Nordeste do Brasil, primeiro em Salvador na Bahia (1624-1625) e depois em Pernambuco (1630-1654), em decorrência dos conflitos entre Holanda e Espanha no contexto da União das Coroas ibéricas (1580-1640), quando Filipe II, rei da Espanha, proibiu a participação holandesa no comércio do açúcar brasileiro para a Europa.
 b) No período das "invasões" holandesas, o Brasil era uma colônia de Portugal, que por sua vez, estava sob influência do governo espanhol, em função da União das Coroas ibéricas. Portanto, o Brasil não era uma nação independente que foi invadida pelos holandeses, mas sim, apenas uma colônia ibérica.
 c) Presença holandesa no Brasil colônia ou ocupação holandesa do Nordeste brasileiro no período Colonial.
 15. B 17. B 19. D 21. E
 16. E 18. E 20. B

4

O século XVIII

Revisando

1. O ouro era passível de ser encontrado numa área vastíssima e montanhosa. O controle sobre a população, impedindo seu acesso ao minério, seria virtualmente impossível. Assim, a Coroa teve que se render a essa circunstância e permitir a livre extração, buscando assegurar seus lucros através dos impostos. No caso dos diamantes, as condições eram diferentes. A área onde foram encontrados era relativamente pequena e ainda pouco povoada. Esse fato, aliado ao valor específico das pedras, fez com que a Coroa estabelecesse o estanco, visando obter uma parcela maior da riqueza gerada por eles.
 2. Diferente dos engenhos que, ao lado da produção de exportação tinham uma pequena agricultura de subsistência, a mineração era uma atividade praticamente estéril. A grande população vivendo na região das minas e dedicada quase que exclusivamente à mineração tinha que ser abastecida de toda sorte de gêneros, desde alimentos básicos até produtos advindos da Europa. Dessa forma, portos, regiões agrícolas, áreas de pecuária, acabaram ficando vinculadas com as zonas de mineração, criando, pela primeira vez um sentido de unidade da vida da colônia.
 3. Embora as ideias iluministas tenham surgido na Europa, em reação a uma realidade especificamente europeia (Absolutismo, intervenção do Estado na economia, privilégios à nobreza), os princípios iluministas apresentavam uma clara identidade com a situação vivida pelas colônias. Após três séculos de colonialismo, já com elites locais imbuídas de interesses próprios conflitantes com os das metrópoles, as elites coloniais tiveram nas ideias de liberdade política, liberdade econômica e igualdade, a base teórica para suas lutas por liberdade.

Exercícios propostos

O século XVIII

1. B 3. D 5. B
 2. B 4. D
 6. Eram o principal órgão de controle sobre o ouro arrecadado, impedindo (ou voltadas a impedir) o contrabando por meio da oficialização do ouro que circulava.

7. No ouro vigorou o regime de livre extração, na qual a renda da Coroa provinha fundamentalmente dos impostos arrecadados sobre particulares. Na mineração de diamantes vigorou o estanco régio, no qual a extração das pedras era monopólio da Coroa ou a quem ela vendesse esse direito. A razão para a diferença é que, ao passo que o ouro encontrava-se espalhado em uma vasta área, impossível de ser fiscalizada, os diamantes estavam concentrados numa área bastante pequena, facilmente fiscalizável pela Coroa, além de que o valor unitário de cada pedra era alto demais, justificando os esforços da Coroa em garantir toda a renda para si.
 8. D
 9. Pelo fato do declínio da atividade agrícola ter gerado, por parte dos bandeirantes, a busca de outras fontes de riqueza, o índio, cuja importância estava na sua utilização como mão de obra na atividade açucareira, já não significava-lhes os mesmos lucros. Assim, intensificou-se a penetração em direção às áreas mais altas, onde a possibilidade de descoberta de minérios era maior.
 10. a) O surgimento de um amplo setor social intermediário na mineração, dado quase inexistente na economia açucareira.
 b) À diversificação econômica gerada pela mineração, com o desenvolvimento paralelo do comércio e das atividades urbanas.
 11. A 12. B
 13. A crise portuguesa, agravada pelo endividamento e pela dependência cada vez maiores em relação à Inglaterra, fez com que o Brasil se constituísse na tábua de salvação da economia portuguesa.
 14. É comum a afirmação de que a mineração foi responsável por uma certa democratização social, permitindo o acesso de um maior número de setores sociais à riqueza e ao prestígio na colônia. Essa visão é contestada pela autora ao afirmar que, embora tenha havido uma maior diversificação da economia e maiores aberturas à população destituída, a riqueza e o poder continuaram exclusivamente concentrados nas mãos de uma pequena elite proprietária.
 15. D 16. 14 17. B
 18. F; F; F; V; V; V
 19. C
 20. A afirmação I é rigorosamente correta. Com efeito, a liberação da entrada de manufaturados ingleses em Portugal, a partir do Tratado de Methuen, significou a estagnação da produção manufatureira em Portugal, incapaz de competir com os manufaturados ingleses. A afirmação II é igualmente correta. Podemos observar no gráfico que o auge da mineração no Brasil, e consequentemente, da entrada do ouro brasileiro em Portugal, coincide com o ponto alto nas importações portuguesas em relação à Inglaterra. Observe o período entre 1738 e 1760, apogeu da mineração, quando as importações portuguesas chegam a ultrapassar 1 milhão e meio de libras. A afirmação III alude à produção de algodão no Brasil, especialmente no Maranhão, que serviu para suprir a falta de uma matéria-prima mais relevante para a indústria têxtil inglesa, o algodão. E, de fato, se analisarmos o gráfico, veremos que, durante as guerras de Independência dos Estados Unidos (1775-1783), mais precisamente em 1781, o déficit português foi quase anulado. A afirmação IV está correta e podemos citar como exemplo o Tratado de Methuen, assinado em 1703. Em razão dele, produtos manufaturados ingleses entravam no mercado português pagando baixas taxas alfandegárias, enquanto produtos de bem menos valor (como o vinho) eram vendidos para a Inglaterra em menores quantidades.

A afirmação V procede e faz menção ao período em que Pombal esteve no controle de reformas importantes em Portugal e no Brasil. Podemos citar a transferência da capital para o Rio de Janeiro, a instituição da derrama, a extinção da escravidão indígena etc.

21. A decadência da mineração fez com que os interesses prioritários se voltassem novamente para a agricultura. Ao mesmo tempo, a Revolução Industrial inglesa ampliava a necessidade deste país na obtenção de matéria-prima para a indústria do algodão. Entretanto, a obtenção pela Inglaterra destas matérias-primas sofreu um golpe, pois se iniciou a guerra de independência das colônias inglesas da América do Norte, suas grandes fontes produtoras. Assim, o algodão passou, mesmo que por um curto período, a ocupar um papel de destaque na economia colonial brasileira.
22. Foram conflitos localizados, inerentes à condição colonial, marcados por uma reação natural contra aspectos da exploração metropolitana. Nenhum deles apresentava condições de se alastrar pelo restante da colônia ou de vir a obter sucesso em suas reivindicações.
23. D 24. A 25. C 26. A
27. a) Emboabas era o nome dado pelos bandeirantes paulistas aos portugueses que vinham para as áreas de mineração. Obviamente que estes portugueses eram beneficiados pelas autoridades na posse das áreas mineradoras, gerando reações dos paulistas.
- b) Uma maior riqueza interna, uma ampliação do mercado interno, uma maior integração entre as várias regiões, bem como o desenvolvimento do comércio e a diversificação das atividades econômicas, com o crescimento da importância das cidades.
28. B
29. Na origem da luta está a proteção que as autoridades portuguesas davam aos comerciantes do Recife na sua luta por emancipação, contra os produtores de Olinda. Ao lembrarmos que esses comerciantes eram metropolitanos e a produção colonial era realizada por brasileiros, fica claro o conflito entre os interesses dos dois polos, os comerciantes lutando para garantir o monopólio e os colonos lutando pela liberdade comercial.
30. B 31. A 32. B
33. a) Na Inconfidência Mineira, verificamos uma conspiração essencialmente da elite mineradora. Já a Conjuração Baiana caracterizou-se por uma participação popular muito mais intensa, englobando setores pobres urbanos, pequenos camponeses, negros libertos e até mesmo escravos. A Revolução Pernambucana contou com participação abrangente: de setores populares, da classe média e até mesmo da elite e de militares.
- b) Em que pesem as diferenças ideológicas quanto ao projeto de um novo país, os três movimentos caracterizam-se pelo ideal de independência em relação a Portugal.
34. B
35. a) Pelo fato de ter sido basicamente uma conspiração de intelectuais e membros da elite mineradora, denunciada às autoridades antes que tivesse qualquer ação efetiva.
- b) O caráter da Inconfidência Mineira, como um movimento de elite, que não rompia com a estrutura escravista e elitista de nossa sociedade, fez com que ela fosse tomada pela aristocracia que tomou o poder após a independência como o símbolo a ser cultivado do que seria o novo país. Assim, intensificou-se seu estudo, tomando-se a figura de Tiradentes como o grande ícone da luta brasileira pela liberdade, uma liberdade que não ameaçava os interesses da aristocracia.

36. C 37. B
38. a) Em um quadro de dominação colonial, a reação contra esse domínio necessariamente era considerada um crime contra a Coroa a quem os brasileiros deviam obediência, mesmo que destituídos de qualquer direito.
- b) Um castigo que servisse de exemplo a todos os que ousassem se rebelar contra o poder da Coroa.
39. D
40. São ideias libertárias que vão muito além da simples ruptura com Portugal, mas pregam uma ordem social mais justa, incluindo o fim da escravidão, a abolição de todas as formas de preconceito, o voto universal, a reforma agrária. Trata-se de uma reação não apenas ao domínio metropolitano, mas também à miséria e à desigualdade.
41. a) Veja a resposta da questão anterior.
- b) Trata-se da Inconfidência Mineira.
42. C

Exercícios complementares

O século XVIII

1. E 2. C 3. C 4. C 5. A
6. F; F; V; F; V
7. B 9. D 11. C 13. C 15. E
8. D 10. C 12. E 14. D 16. A
17. a) A Conjuração Baiana ou Conjuração dos Alfaiates.
- b) Esse movimento estava relacionado às novas ideias e fatos ocorridos na esfera internacional, como a independência dos Estados Unidos, em 1776, a Revolução Francesa, em 1789, e a independência do Haiti, em 1791.
- c) O fim da dominação portuguesa e o estabelecimento de uma sociedade baseada em uma visão democrática, incluindo o fim da escravidão, o voto universal e a abolição de todas as formas de preconceito.
- d) Não se tratava de um movimento de elites. Assim, a repressão foi muito mais intensa do que, por exemplo, na Inconfidência Mineira. Cabe lembrar que no movimento das minas, o único a receber efetivamente a pena de morte foi Tiradentes, não por acaso o único entre os principais líderes que não vinha das camadas abastadas da população.
18. A

Frente 2

1

Introdução ao estudo da História

Revisando

- O homem ainda era um caçador e coletor, vivendo do que a natureza lhe oferecia. Organizava-se em grupos de base essencialmente familiar (tribos), deslocando-se em busca do alimento (nomadismo). Não havia a propriedade privada ou a divisão social do trabalho.
- Revolução Neolítica foi a descoberta da agricultura e da criação de animais, levando o homem a abandonar a condição de mero caçador e coletor e passar a ser um produtor do seu alimento.
- Embora todos os paralelos sejam naturalmente limitados, até pelas condições naturais diferentes e que levam a formas diferentes de evolução, é possível afirmar que, no momento da chegada dos portugueses, as populações indígenas brasileiras estivessem em um estágio correspondente ao período neolítico. Já conheciam a agricultura, embora ainda vivessem essencialmente da caça e da coleta; sobre seus estágios de evolução social, podemos dizer que não houvessem ultrapassado o nível tribal.

Exercícios propostos

Introdução ao estudo da História

1. C 3. C 5. A 7. B
2. D 4. D 6. B 8. D

Exercícios complementares

Introdução ao estudo da História

1. C 3. B 5. D
2. E 4. D

2

A Antiguidade Oriental

Revisando

- O Estado egípcio era teocrático, ou seja, grande parte do poder do faraó apoiava-se na crença religiosa. Dessa forma, a religião era um poderoso aliado do poder político, estando este cercado de uma mística divina que ampliava largamente sua ascendência sobre a população. Entretanto não podemos esquecer dois elementos centrais. Um deles é que a crença religiosa não substituiu o poder do Estado, baseado em instrumentos de administração, controle e de repressão, alicerçado em uma forte burocracia e num exército poderoso. O outro elemento é que a grande importância da religião deu à camada sacerdotal um poder que, em certos momentos, chegou a rivalizar com o poder do faraó, como atestam os episódios ligados à revolução de Akhenaton.
- A aldeia nada mais era do que o local de habitação e trabalho das comunidades camponesas, enquanto a cidade tinha sua população dedicada a outras tarefas que não a produção de alimentos. Na Antiguidade Oriental, as cidades foram centros administrativo-religiosos, que impuseram às aldeias (que abrigavam a imensa maioria da população) um sistema tributário que incluía a absorção, pelo Estado, do excedente econômico e o trabalho.
- O grande feito do Império Persa foi ter estabelecido uma unidade político-administrativa única, que englobava as principais civilizações da Antiguidade Oriental. O efeito foi ter dado um grande dinamismo às atividades econômicas, pela ampliação do espaço de sua atuação, livres de entraves e rivalidades locais.

Exercícios propostos

Egito e Mesopotâmia

1. D 3. E 5. B 7. E
2. C 4. B 6. C
8. O Estado, representado pela pessoa do Faraó, o deus vivo, era proprietário de toda a terra agricultável. Os camponeses apenas cultivavam-na, entregando a maior parte das colheitas aos armazéns estatais. Inexistia a propriedade privada de terra, e os camponeses deviam também períodos de trabalho coletivo compulsório nas obras de irrigação.
9. A afirmação estabelece o papel fundamental que o rio Nilo desempenhou na formação da sociedade egípcia. Apesar das condições desfavoráveis ao desenvolvimento das atividades humanas (o deserto do Saara), o rio Nilo, através das enchentes anuais, fertilizava largas áreas paralelas a seu leito, depositando espessas camadas de húmus, o que possibilitava uma atividade agrícola intensa e o desenvolvimento de técnicas de irrigação. O Egito pode ser corretamente definido como "um oásis alongado".
10. Eram politeístas, adoravam deuses-astros e a religião atendeu o desenvolvimento científico. No Egito ela estimulou a Medicina e, na Mesopotâmia, a Astronomia.

11. B 13. D 15. D
 12. D 14. B
 16. a) Modo de produção Asiático. Características básicas: economia de base agrícola, corveia real, técnicas de regadio, Estado teocrático e burocratizado e sociedade estratificada.
 b) Isolamento, autossuficiência, baixa urbanização e conservadorismo.
 17. B 23. B 29. D 35. E
 18. D 24. E 30. A 36. C
 19. A 25. E 31. C 37. C
 20. C 26. B 32. C 38. B
 21. C 27. D 33. B 39. C
 22. B 28. B 34. D 40. E

Exercícios complementares

Egito e Mesopotâmia

- 05
- No Egito Antigo, o domínio da escrita era privilégio de poucos e estes colocavam-se a serviço do Estado, encarregados da organização da produção, da arrecadação, da estrutura religiosa e dos registros da historiografia oficial. Nas sociedades contemporâneas, os analfabetos funcionais, em razão das dificuldades na interpretação e entendimento das informações escritas, têm, por conseguinte, dificuldades na articulação de conhecimentos que lhes tornem possível participar de forma consciente e verdadeiramente crítica da vida econômica, social e política. Assim sendo, alheios, em muitos casos, à consciência da própria existência e da condição de cidadania, tornam-se marginalizados e alvos da exploração inescrupulosa.
- A
- a) As civilizações que ocuparam a antiga Mesopotâmia eram organizadas, em termos sociais, em sociedades estamentais e, politicamente, em monarquias teocráticas.
 b) Trata-se do primeiro código de leis escritas da História, atribuído ao rei babilônico Hamurabi. Baseava-se no princípio do "olho por olho, dente por dente", a chamada "Lei de Talião".
- D 8. 19 11. C
 6. C 9. F; F; F; F; V
 7. D 10. B

3

A Antiguidade Clássica: o mundo greco-romano

Revisando

- O legislador Drácon (621 a.C.) estabeleceu as primeiras leis escritas, tirando-lhes o caráter divino e a tradição de transmissão oral. Com isso, ele reduziu o poder dos governantes, que passaram a ter que se ater a uma legislação escrita e pública. Além disso, a existência de um código de leis válidas para todos os cidadãos criou o primeiro princípio de cidadania e, em Atenas, a igualdade jurídica. O também legislador Sólon (594 a.C.) estabeleceu uma constituição censitária, eliminando o monopólio do poder detido pelos eupátridas. Também aboliu a escravidão por dívidas.
- Esparta era uma cidade oligárquica, onde uma minoria descendente dos dórios (espartanos ou espartíatas) monopolizava o poder político através do uso da força e da manutenção de uma estrutura desigual e estática. Atenas, ao contrário, foi a mais democrática e dinâmica das cidades gregas. Nela, as lutas sociais levaram à instalação de um regime democrático, instaurado pelo tirano Clístenes (508-507 a.C.), no qual todos os cidadãos, independente de sua origem ou riqueza, podiam ter voz ativa nos negócios públicos.

- A Confederação (ou Liga) de Delos foi uma associação de cidades gregas (especialmente aquelas que tinham interesses marítimo-comerciais no Mediterrâneo oriental), sob a liderança ateniense, criada como um instrumento de aliança no contexto das Guerras Médicas. Após a vitória definitiva sobre os persas, que resultou na hegemonia grega no mar Egeu e na autonomia das cidades gregas da Ásia Menor, Atenas impediu a dissolução da Confederação, dominando as antigas cidades aliadas, tornando-as tributárias e exercendo uma ação imperialista sobre elas. Frente ao fortalecimento ateniense, que implicava na conquista da hegemonia sobre todo mundo grego, sua antítese, Esparta, aglutinou as cidades de regime oligárquico e/ou com menores interesses comerciais externos na Liga do Peloponeso, que enfrentou Delos no que acabou sendo o grande conflito interno do mundo grego, denominado de Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.).
- A causa original da rivalidade era o controle sobre as rotas comerciais do Mediterrâneo ocidental. Após a Terceira Guerra Púnica (150-146 a.C.), Cartago foi inteiramente destruída, sendo seus campos salgados, para perderem a fertilidade, e sua população remanescente escravizada.
- O Senado, até então órgão supremo de poder, conservou apenas algumas prerrogativas (a administração da Itália e das províncias sem guarnições militares e o direito de indicar o sucessor do Imperador); e Otávio, que inicia o Império, assumiu simultaneamente o exercício de vários cargos (o de *Princeps*, ou Primeiro Cidadão, que lhe permitia presidir o Senado; o de Imperador, que lhe dava o comando supremo do exército; o de Tribuno da Plebe, que tornava sua pessoa inviolável; o de Pontífice Máximo, que lhe concedia a chefia da religião oficial, e o de Augusto, ou escolhido dos deuses, o que lhe dava um caráter sagrado). Assim, caracteriza-se o Império como um poder despótico e monárquico, no qual a autoridade do Imperador suplantava a de qualquer outra instituição.
- a) Afirmar que "Roma foi assassinada" é afirmar que o Império foi destruído exclusivamente por fatores externos (as invasões bárbaras, por exemplo); e afirmar que "Roma morreu de morte natural" significa dizer que uma disfunção de seus componentes estruturais inevitavelmente causou sua ruína.
 b) Ambas são insuficientes porque não se pode eleger exclusivamente fatores externos ou internos para explicar a desagregação do Império Romano. Foi a combinação dos dois tipos de fatores que acabou causando sua queda.

Exercícios propostos

Mundo grego: origens, período Pré-homérico e período Homérico

1. C 3. D 5. B 7. E
 2. B 4. D 6. C 8. D

Mundo grego: Atenas e Esparta no período Arcaico

9. E 10. E 11. C 12. D
 13. V; V; F; V; F; V
 14. B 16. E 18. C
 15. A 17. C

Mundo grego: períodos Clássico e Helenístico

19. C
 20. C

- a) Geralmente denominada de guerra entre Atenas e Esparta, foi a grande luta em busca da hegemonia no mundo grego que opôs as cidades agrupadas na Liga de Delos (liderada por Atenas) às coligadas na Liga do Peloponeso (liderada por Esparta). Durou de 431 a 404 a.C. Resultou na vitória da Liga do Peloponeso, com as consequentes guerras generalizadas e inúteis entre as cidades gregas pela imposição de uma situação hegemônica (primeiro de Esparta, depois de Tebas), que as esgotaram e acabaram facilitando a dominação macedônica (338 a.C.).
 b) Os Jogos Olímpicos, realizados de quatro em quatro anos a partir de 776 a.C., na cidade de Olímpia, simbolizavam a integração dos gregos (ou helenos). Eram competições esportivas (corrida, disco, dardo, luta e outras modalidades) nas quais os melhores atletas de cada cidade competiam lealmente apenas pela glória da vitória. Durante sua realização, decretava-se um período de trégua sagrada, sendo considerado sacrilégio importunar os participantes.
- C 23. C
 24. Realismo, sensualismo, luxo e monumentalismo.
 25. D 26. E 27. D 28. A
 29. a) Trata-se do teatro grego, especificamente da Tragédia. Seus principais autores foram Ésquilo (525-456 a.C.), Sófocles (496-405 a.C.) e Eurípedes (485-406 a.C.).
 b) Sua permanente atualidade deve-se ao fato de refletir a conduta humana frente à inexorabilidade do destino, utilizando-se de arquétipos de tipos psicológicos.
- E
 31. Foi o antropomorfismo, que fazia os deuses à imagem e semelhança dos homens, compartilhando os mesmos comportamentos e emoções. Estimulou o pensamento especulativo e racional a respeito de todos os fenômenos naturais.

Roma: das origens à expansão

32. B 34. A 36. D 38. D
 33. D 35. C 37. C
 39. a) Em duas etapas. Primeiro, pela herança da rivalidade entre as cidades da Magna Grécia e Cartago, que resultou nas Guerras Púnicas (264-146 a.C.), cuja vitória deu a Roma o controle absoluto sobre o Mediterrâneo ocidental. Segundo, em razão da aliança celebrada pelo cartaginês Aníbal com Felipe V da Macedônia, durante a Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.), os romanos intervêm nas áreas helenísticas do Mediterrâneo oriental, completando sua conquista durante o século I a.C.
 b) Controlando todo o Mediterrâneo, denominado de *mare nostrum*, Roma estabelece de fato um império. As áreas conquistadas tornam-se províncias, passando a transferir suas riquezas para a Itália e estimulando o desenvolvimento comercial e marítimo de Roma.
- O controle sobre as rotas comerciais do Mediterrâneo ocidental. Após a Terceira Guerra Púnica (150-146 a.C.), Cartago foi inteiramente destruída, seus campos salgados e sua população remanescente escravizada.
- D 42. C

Roma: crise da República e o advento do Império

43. D 44. A
 45. a) Fortaleceu o exército, ampliou a repressão sobre os movimentos sociais nas províncias e combateu o banditismo.
 b) Apelidado *mare nostrum*, era a principal via de comércio que interligava as províncias e Roma.

- c) Desde a fundação da cidade e até o ano de 509 a.C., Roma viveu sob um governo monárquico. De 509 a.C. até 27 a.C., a forma de governo foi republicana.
46. C
47. a) Os irmãos Graco foram Tribunos da Plebe (Caio em 133 a 132 a.C., e Tibério em 123-122 a.C.). Sólon foi legislador em Atenas (594 a.C.) e Pisístrato foi o primeiro Tirano de Atenas (561-527 a.C.).
- b) Procuraram realizar uma reforma agrária, fixando o máximo que cada cidadão poderia ter de terras do Estado (*ager publicus*). Seu intuito era recriar o campesinato itálico, fazendo os plebeus pobres (proletários) retornarem ao campo, na qualidade de pequenos proprietários.
48. a) Nasceria-se escravo; tornava-se escravo pela derrota na guerra, ou sofria-se captura em regiões bárbaras, fora das fronteiras do Império.
- b) Nos serviços domésticos, nas atividades manufatureiras urbanas, no cultivo da terra, na mineração e como remadores (galés).
49. a) Patrícios (camada aristocrática); plebeus (também chamados de proletários, camada popular cada vez mais dependente da política de "pão e circo"); cavaleiros (também chamados de homens novos, ou equestres, camada composta por plebeus enriquecidos com o comércio e com a prestação de serviços ao Estado); clientes (homens livres agregados a famílias ricas), e um crescente número de escravos.
- b) Ao proporem a realização de uma ampla reforma agrária para restabelecer as condições de existência do campesinato itálico, imitando o máximo que cada cidadão podia possuir de terras do Estado, de modo a fazer os proletários urbanos voltarem a ser pequenos proprietários rurais, os irmãos Graco na verdade estavam querendo "fazer o relógio da história andar para trás", desconsiderando as transformações estruturais que a conquista do Mediterrâneo acarretaria à sociedade romana. Eles obtiveram o apoio do "Partido Popular" (ligado aos cavaleiros), enfrentaram a feroz oposição do "Partido Aristocrático" (ligado aos grandes proprietários) e amargaram o desinteresse da maioria do proletariado em abandonar Roma e as demais cidades da Itália, inaugurando o período de graves crises sociais e generalizadas guerras civis, conhecido como crise da República romana (133-27 a.C.).
50. a) Trata-se do período de transição entre o final da República e o início do Império (31-27 a.C.), que pôs fim às guerras civis, instaurando a *pax romana*, e concretizou uma mudança político-administrativa no Estado romano. Os plebeus foram beneficiados com a generalização da política de "pão e circo" e os patrícios e cavaleiros puderam usufruir de um período de estabilidade favorável ao desenvolvimento econômico.
- b) O Estado romano sofreu uma adequação necessária à nova realidade representada pela conquista do mundo mediterrâneo: as antigas magistraturas republicanas foram preservadas, mas destituídas do poder real; os cidadãos foram divididos em três categorias, segundo um critério censitário (a Senatorial, que possuía privilégios políticos; a Equestre, que permitia o acesso aos cargos públicos, e a Inferior); o exército teve seu efetivo reduzido e foi estacionado ao longo das fronteiras (o limes); o Senado conservou apenas algumas

prerrogativas (a administração da Itália e das províncias sem guarnições militares e o direito de indicar o sucessor do Imperador), e Otávio assumiu simultaneamente o exercício de vários cargos (o de Princeps, ou Primeiro Cidadão, que lhe permitia presidir o Senado; o de Imperador, que lhe dava o comando supremo do exército; o de Tribuno da Plebe, que tornava sua pessoa inviolável; o de Pontífice Máximo, que lhe concedia a chefia da religião oficial, e o de Augusto, ou "escolhido dos deuses", o que lhe dava um caráter sagrado). Na verdade, houve uma divisão de poderes, desigual certamente, entre o Senado (símbolo da República) e o Imperador (símbolo dos novos tempos), que deu ao período 27 a.C. – 235 d.C. o nome de Principado.

51. A criação do Império como forma de governo eliminou a crise política e a instabilidade do período final da República. As disputas pelo poder, ditaduras e golpes característicos do último século da República foram substituídos por um Estado forte, rigidamente centralizado, apoiado no exército e capaz de impor a ordem e a estabilidade política e retomar o crescimento econômico.

Cristianismo e a crise do Império

52. A 54. D 56. A
53. A 55. A 57. B
58. Disseminou-se entre os excluídos da sociedade romana, especialmente mulheres, pobres e escravos. Tinha um caráter secreto, de religião misteriosa de iniciados. A separação entre o clero e os fiéis era muito tênue. Os cultos tinham um caráter comunitário. A partir do século II a.C., começou a se hierarquizar, segundo a organização administrativa romana.
59. C 60. E
61. Trata-se da chamada Crise do Século III (235-85 d.C.). O Império Romano passava por uma crise estrutural: o modo de produção escravista não conseguia reproduzir satisfatoriamente o volume de produtores necessários; a religião oficial estava desacreditada; o exército não podia conter os grupos inimigos (os chamados "bárbaros" pelos romanos) nas fronteiras; o desequilíbrio orçamentário estatal era constante; as usurpações imperiais e as conseqüentes guerras civis tornaram-se comuns, e a corrupção e fuga dos deveres da cidadania transformaram-se em prática generalizada.

Exercícios complementares

Mundo grego

1. A colonização grega dos séculos VIII e VII a.C. relaciona-se ao processo conhecido como "Segunda Diáspora", vinculado à desintegração do sistema gentilício. Já a colonização do continente americano resultou da Expansão Marítimo-Comercial Europeia, inserida no contexto da transição feudo-capitalista. No caso da colonização grega, surgiram cidades-estados que mantinham relações comerciais com a metrópole, mas não se subordinavam à economia desta, e a produção baseava-se no escravismo antigo. Já as colônias americanas da Idade Moderna não dispunham de autonomia econômica, pois estavam inteiramente subordinadas aos interesses da metrópole. Nelas também empregava-se o trabalho escravo, mas em moldes capitalistas, isto é, associado à acumulação primitiva de capitais.
2. A 3. D
4. a) Democracia.
b) Podem-se destacar diversas características, entre elas a exclusão de homens até 18 anos, de mulheres, de metecos e de

escravos do conceito de cidadão; o caráter participativo dos cidadãos nas reuniões na Ágora; o mecanismo do ostracismo ou da mistoforia; o funcionamento da Eclésia ou Boule; a importância da oratória ou o papel dos demagogos.

5. B 7. B 9. D 11. D
6. C 8. D 10. B 12. B

Roma

13. B
14. a) Os principais motivos de disputa entre patrícios e plebeus, eram: 1) Econômico-sociais, pois a plebe geralmente não possuía terras, trabalhando na cidade – no comércio ou em trabalhos manuais, como mão de obra (mas somente uma minoria dos plebeus conseguiu enriquecer com o grande comércio). Na área rural, a plebe era composta por camponeses livres, jornaleiros ou pequenos proprietários de terra de agricultura de subsistência. Nas guerras, recebiam quantias ínfimas dos espólios; sendo que as terras conquistadas iam quase todas para os patrícios. 2) Políticos, pois devido a estrutura da república romana, baseada no censo (ligado à riqueza agrícola), os patrícios tinham um poder de voto maior e também direitos maiores; podiam também ser eleitos para todos os cargos, diferentemente dos plebeus.
- b) A situação melhorou gradualmente após séculos de lutas em que os plebeus utilizaram como forma de protesto a secessão (afastamento temporário da cidade de Roma), conseguindo, no final do século III, um maior equilíbrio no poder político, chegando a poder ocupar todos os maiores cargos jurídicos e políticos (embora o senado permanecesse sobretudo nas mãos dos patrícios). As várias tentativas de solucionar o problema da redistribuição da terra pública para os plebeus com ampla reforma agrária (como as propostas pelos Gracos) fracassaram. Essa questão só foi solucionada, parcialmente, pela chegada ao poder do plebeu Mario que, no final do século II, permitiu o alistamento militar à maioria da plebe. Como proletários, os plebeus receberiam um salário e participação consistente no espólio das novas terras conquistadas. Com essa medida, aumentava-se o poder político dos líderes militares em Roma, que recebiam o apoio popular de seus soldados, e se associava cada vez mais a reforma agrária ao processo de expansão territorial.
15. D 16. B
17. a) Horácio escreveu esse verso no momento em que o Império Romano se constituía. O poeta expressa com clareza o paradoxo de um império que conquistou militarmente os gregos, mas que culturalmente foi por eles dominado. A conquista não foi uma via de mão única.
b) Podem ser considerados dois dentre esses campos: 1) O Império Romano era bilíngue: no Mediterrâneo oriental e no Oriente Próximo, falava-se grego. 2) A arte romana era influenciada pela cultura helenística, enquanto os monumentos eram construídos em estilo coríntio. 3) Em parte das escolas ensinava-se a filosofia grega. 4) Havia o culto a deuses de origem grega, aculturados pelos romanos.
18. E 21. B 24. A
19. E 22. E 25. B
20. E 23. D 26. A

Revisando

- Embora o conceito da *Jihad* originalmente não tenha uma implicação agressiva, situando-se mais no plano da expansão da fé, ela foi o grande motivador e impulsionador da Guerra Santa. Um povo sofrendo as mazelas da pobreza, da escassez de alimentos e terras, teve no preceito da *Jihad* um aspecto de justificação e de motivação para uma expansão que tinha razões na verdade econômicas.
- Nesse momento, em que a Igreja consolidava-se como grande instituição europeia, cristalizava-se a ideia de um único poder, representado por Deus e exercido em seu nome pela Igreja. Trata-se da concepção de um poder universal, transcendendo os poderes nacionais e locais, assegurando à Igreja o papel de principal poder, inclusive no plano político, na Europa. Entretanto, como uma instituição ligada, por definição, a um poder espiritual, não cabia à Igreja um papel administrativo ou militar. Tal papel seria reservado ao poder temporal, terreno. Assim, a Igreja constituiu o Império como uma expressão no plano temporal da mesma universalidade que ela exercia no plano espiritual. Por outro lado, o fato de ter sido o Imperador sagrado pelo Papa enfatiza a supremacia do poder espiritual sobre o poder ou os poderes temporais, característica típica da alta Idade Média.
- Uma característica fundamental era o baixíssimo nível técnico, resultando na pequena produtividade do sistema como um todo. Assim, o crescimento da produção, necessário para uma população e um consumo em crescimento constante, só era possível com a ocupação de novas terras para cultivo. No momento em que essas se esgotam (final do século X), o sistema como um todo estava fadado à decadência.
- Ao lado do ascetismo, um sentimento comum em várias religiões, o crescimento do clero regular pode ser explicado como uma crítica (consciente ou não) por parte de setores do clero em relação ao excessivo apego da Igreja aos bens materiais e ao poder, que a afastava de sua tarefa fundamental, a atividade espiritual.
- Apenas a religiosidade não poderia explicar as massas de milhares de camponeses, além de nobres e mesmo reis participando de expedições ao Oriente. Ao lado da religiosidade, obviamente presente, há que se levar em conta elementos como a fome, o esgotamento das terras cultiváveis na Europa, os primeiros movimentos das várias monarquias visando se fortalecer e o próprio crescimento do comércio, como alternativa para o esgotamento feudal. Nessas condições, o Oriente surgia como o horizonte de riqueza capaz de possibilitar a superação da crise.
- O termo "aliança" assumiu uma conotação exclusiva de uma reciprocidade de interesses econômicos. A centralização do poder favoreceu o desenvolvimento do comércio, ao mesmo tempo em que este gerava riquezas que permitiam ao rei arrecadar mais e se fortalecer. Entretanto, os vínculos que o rei estabelece são exclusivamente com a nobreza. É dela que o rei se cerca para a montagem do Estado, assegurando a essa classe o monopólio dos cargos públicos, terras e uma série de regalias que só foram encerradas com as revoluções burguesas a partir do final da Idade Moderna.
- Ao lado do declínio acentuado da atividade urbana, caracterizando uma crise de retração, a crise do século XIV trouxe elementos como a fome, a peste e a guerra que acentuaram de

modo bastante grande a miséria e a fome das camadas camponesas. O resultado foi a ocorrência de revoltas de grandes proporções (como a Jacquerie, na França, ou a revolta de Watt Tyler, na Inglaterra, cujo efeito foi aumentar a pressão sobre a nobreza, incapaz de fazer frente à luta dos camponeses).

- Uma das razões é o fato de que a Itália fora a sede do Império Romano. Em nenhum lugar da Europa, os elementos da cultura clássica (base estética e filosófica do Renascimento) estavam tão presentes quanto ali. Também a Itália era a sede da Igreja, instituição que, em que pese seu caráter obscurantista, foi a grande repositória da cultura clássica, além de ser a única instituição culta na Europa. O próprio movimento humanista e as universidades, precursores do Renascimento, surgiram dentro da Igreja. Também há que se frisar a importância comercial das cidades do norte da Itália e sua autonomia política, o que dava à nascente burguesia uma riqueza e poder político ainda raros na Europa. Essa condição levou à ação dos mecenas, originalmente burgueses que usavam a arte e a cultura como forma de justificar sua nova condição social.

Exercícios propostos

Império Bizantino e Islamismo

- D
- B
- a) Caracterizam-se pelo cesaropapismo, a submissão da Igreja ao poder do Estado, não só em assuntos políticos, mas também em matéria doutrinária. Não se pode esquecer que desde 393 d.C. (Edito de Tessalônica) o Cristianismo era religião oficial do Império, o que transformava o clero em uma categoria de "funcionários públicos", como os demais burocratas.
b) Arianismo, adotada entre vários povos germânicos, como os visigodos, ostrogodos e burgúndios.
- A 6. C 8. C
- C 7. A
- Há um fator econômico, a pobreza da Arábia, o que tornava as regiões vizinhas muito atraentes à prática árabe do butim (conjunto de bens materiais e de escravos, ou prisioneiros, que se toma do inimigo no curso de um ataque; produto de roubo ou de pilhagem). Em termos sociais, havia a necessidade de encontrar terras férteis para uma população numerosa. Militarmente, verificamos a fraqueza dos Estados vizinhos, os Impérios Persa, Sassânida e Bizantino. E há ainda o aspecto religioso fundamental, a obrigatoriedade de expansão da fé através da Guerra Santa, insuflada pelo preceito da *Jihad*.
- D

Reinos Bárbaros

- a) Basicamente, a crescente fragilidade das estruturas imperiais após a Crise do Século III; a progressiva barbarização do exército romano, e a pressão dos hunos, que das estepes da Ásia central deslocavam-se para o Ocidente.
b) Os visigodos, que se estabeleceram na Gália e depois na Península Ibérica; os vândalos, que conquistaram o norte da África e as Ilhas do Mediterrâneo ocidental; e os ostrogodos, que dominaram a Itália e a Península Balcânica.
- Da herança romana, destacam-se as instituições que deram origem à servidão, como o patronato e o colonato, e também o processo de ruralização. E da germânica, o *comitatus* e o benefício, que deram origem às relações de suserania e vassalagem, bem como a noção de Estado patrimonial.

- | | | | |
|-------|-------|-------|-------|
| 13. A | 15. C | 17. B | 19. E |
| 14. B | 16. B | 18. D | 20. D |

Feudalismo

- B 22. A
- a) A relação de exploração da mão de obra durante o Feudalismo caracterizou-se pela servidão. Nessa forma de trabalho, os camponeses, em troca de proteção, estavam submetidos a pagar impostos e prestar serviços.
b) Do ponto de vista econômico, o Feudalismo caracterizou-se pela retração do comércio e pela produção de subsistência, essencialmente agrícola. Politicamente, o sistema era fragmentado, dividido em feudos controlados por nobres. A Igreja era uma instituição poderosa, tanto por mediar as relações entre nobres como por ser proprietária de terras.
- B
- As obrigações de um vassalo compunham-se de compromissos de reciprocidade estabelecidos nas relações horizontais (entre homens livres, entre iguais), não tendo contrapartida de ordem econômica. As obrigações servis definiam a condição de submissão dos servos aos senhores e sua exploração pelos homens livres (nobreza e clero). Eram relações verticais, que ligavam os livres aos não livres.
- O clero, maior proprietário de terras e veiculador da ideologia dominante. A nobreza, os senhores laicos que monopolizavam o poder feudal junto com o clero. E os servos, submetidos a pesada tributação e a várias obrigações, cuja função era prover os meios de subsistência do sistema feudal.
- a) Manso senhorial, manso servil, manso comunal, burgo e aldeia.
b) O manso senhorial destinava-se a suprir as necessidades do senhor. O servil destinava-se basicamente a assegurar o sustento dos servos. O manso coletivo complementava as produções senhorial e servil. O burgo, área fortificada, era a residência do senhor. E a aldeia agrupava os servos e os vilões.
- B 29. D
- A corveia era uma obrigação paga com trabalho compulsório nas terras do senhor (manso senhorial). Correspondia a cerca da metade do tempo útil dos servos, que podia variar dependendo da época e da região. A talha era uma parcela fixa da produção do manso servil da qual o senhor se apropriava.
- B 32. B 33. E

Igreja e as monarquias feudais

- A 36. A 38. D 40. A
- A 37. D 39. D 41. D
- A Igreja exercia uma função de controle social político, legitimando a dominação feudal. Ela também veiculava a ideologia do período, impondo normas éticas de comportamento. E como se constituía um único canal de comunicação entre Deus e os homens, em uma época de forte religiosidade, a Igreja tinha um poder quase absoluto sobre o cotidiano e sobre as ideias da população.
- Trata-se do conflito entre Igreja e Estado. Desde finais do século XI a Igreja procurou submeter todos os poderes temporais europeus a sua autoridade, em nome do universalismo que conceituava o Papa como o pastor responsável pelo rebanho formado por todos os cristãos. Os momentos mais agudos deste conflito foram: a Querela das Investiduras (1073-1122), onde se enfrentaram o papa Gregório VII e o imperador Henrique IV, do Sacro Império Romano-Germânico, e a questão entre o papa Bonifácio VIII e

o rei francês Felipe, o Belo, em 1306-1309, que resultou na transferência da sede do papado para a cidade de Avignon (Cativeiro da Babilônia, 1309-1377).

44. D

Baixa Idade Média: Crise Feudal, Cruzadas e Renascimento Comercial Urbano

45. C 46. A 47. B 48. E
49. a) No Mediterrâneo, as cidades-estados italianas como Veneza, Gênova e Pisa. No Báltico, a Liga Hanseática que englobava as cidades do Mar do Norte e da região de Flandres.
- b) Porque deram origem a uma poderosa burguesia comercial, interessada na livre circulação de pessoas e mercadorias, opondo-se aos interesses dos senhores feudais que tiravam sua riqueza da terra e das taxas e pedágios cobrados sobre a circulação de pessoas e mercadorias.
50. B
51. A partir do século XII, generalizou-se a concepção de que se alguém conseguisse permanecer um ano e um dia em uma cidade, sem ser expressamente identificado, estaria isento de toda obrigação servil, tornando-se um homem livre. Assim, as cidades passaram a atuar como um ímã, atraindo contingentes crescentes de servos que se evadiam dos feudos, o que acelerou seu crescimento demográfico.
52. C 53. C 54. A

Baixa Idade Média: formação das monarquias nacionais

55. A 57. A 59. C 61. D
56. C 58. D 60. D 62. B

Baixa Idade Média: crise do século XIV

63. C 64. B 65. B 66. C
67. a) Foi uma rebelião camponesa contra a elevação das obrigações servis por parte dos senhores feudais. Castelos foram incendiados e feudos devastados.
- b) A Grande Fome, a Peste Negra, a Guerra dos Cem Anos e a ocorrência de várias sublevações na área rural e nas cidades.
68. Pela incidência da Peste Negra e da Guerra dos Cem Anos, que afetou profundamente tanto a crescente atividade comercial urbana, como a oferta de mão de obra servil nos feudos.
69. C 70. D 71. A

Renascimento Cultural

72. C 74. B 76. E 78. D
73. D 75. E 77. D
79. a) A Guerra de Reconquista contra os muçulmanos.
- b) Vida cotidiana marcada pelo ócio e a leitura de livros de cavalaria como uma forma de manter os valores caros à nobreza na Idade Média.
- c) A decadência do Feudalismo e o Renascimento Comercial e Urbano, que propiciaram o desenvolvimento da burguesia e o fortalecimento do poder real.
80. a) Antropocentrismo e racionalismo. Poderiam ser apontadas ainda: individualismo, hedonismo, naturalismo e universalismo.
- b) A vida urbana possibilitou o desenvolvimento de novos valores, ligados à expansão do comércio e, portanto, desenvolvimento de possibilidades individuais. Dessa maneira, influenciou a expressão artística do ponto de vista cultural ao mesmo tempo em que criou condições materiais para seu desenvolvimento. Propiciou uma difusão de novas ideias e valores, o que veio a favorecer o desenvolvimento cultural e artístico do período (inclusive quanto à prática do mecenato).

c) As cidades italianas estavam vinculadas ao comércio de especiarias pelo Mediterrâneo desde sua "reabertura", na época das cruzadas, e havia constituído verdadeiro monopólio sobre o comércio oriental. Os Países Baixos, região de Flandres, era onde terminava a rota da Champagne e onde se desenvolveu intensa produção de tecidos, responsável por intenso comércio durante a Baixa Idade Média.

81. A 82. B
83. a) O avanço técnico, a preocupação estética, a busca do conforto e melhores condições de vida, a valorização do homem e o uso da ciência como forma de facilitar o cotidiano.
- b) Por meio do mecenato, instituição fundamental para a produção cultural da época.
84. A
85. C
86. Bou C
87. C

Exercícios complementares

Alta Idade Média: Império Bizantino, Islamismo e Reinos Bárbaros

1. A 4. E 7. B 10. C
2. B 5. C 8. E
3. C 6. B 9. E

Alta Idade Média: Feudalismo e Idade Média

11. E 14. E 17. D 20. A
12. B 15. D 18. E 21. C
13. D 16. A 19. D
22. a) As proposições do autor inserem-se ao contexto do Feudalismo na Europa Ocidental na Idade Média.
- b) O documento justifica a organização da sociedade feudal fundamentada no teocentrismo decorrente do domínio ideológico e cultural exercido pela Igreja na Europa Ocidental medieval.
23. B

Baixa Idade Média: Crise Feudal, Cruzadas, Monarquias Nacionais e crise do século XIV

24. a) Entre as motivações de ordem religiosa podem ser citadas a recuperação de terras santas tomadas pelos muçulmanos e a retomada da cidade de Jerusalém, além de uma tentativa da Igreja de Roma de se impor frente à Igreja Ortodoxa e ao Império Bizantino. Entre as motivações socioeconômicas podem ser citadas a busca de novos territórios, o excedente populacional e o processo de expansão comercial, entre outras de mesma natureza.
- b) Podem ser citados o domínio europeu das rotas comerciais do Mediterrâneo; a expansão das atividades comerciais e urbanas como feiras; o desenvolvimento dos setores sociais urbanos como a burguesia, e a maior presença de elementos culturais de origem oriental na Europa, entre outras.
25. A 27. E 29. C
26. E 28. D
30. a) A peste negra insere-se no contexto da crise do século XIV e é considerada uma manifestação do esgotamento do sistema feudal. Quanto ao aspecto econômico, as altas taxas de mortalidade ocasionaram a escassez de mão de obra, levando à superexploração dos servos pelos senhores feudais e às consequentes revoltas camponesas, destacando-se as "jacqueries", além de mudanças nas relações de trabalho. Tais eventos acabaram por gerar a crise do trabalho servil. Outro efeito da mortalidade foi a redução do

mercado em um contexto de retomada do comércio que, juntamente à paralisação das rotas terrestres, em decorrência particularmente da Guerra dos Cem Anos, estimularam a Expansão Marítima e Comercial Europeia. Quanto ao aspecto religioso, a peste serviu de argumento para perseguições aos grupos considerados heréticos, culpados de atrair a ira divina, em razão de as interpretações sobre a peste estarem inseridas à mentalidade medieval marcada pelo Cristianismo.

b) A concepção de sociedade, na Europa medieval, era determinada pela Igreja e fundamentada no teocentrismo. Assim sendo, a sociedade era estratificada, composta de três ordens: o clero, os que rezam; a nobreza, os que combatem; e os camponeses, os que trabalham.

31. E 32. B

Renascimento Cultural

33. A
34. B
35. C
36. C
37. D
38. B